INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Decrescimento, Democracia e Novos Territórios
Experimentações para um mundo em transição

Guilherme CastelBranco de Guimarães Serôdio

Doutoramento em Ciência Política

Orientadores:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Doutor Giovanni Esposito, Professor de Ciências Publicas
Université Libre de Bruxelles

Dezembro, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciências Publicas

Decrescimento, Democracia e Novos Territórios
Experimentações para um mundo em transição

Guilherme CastelBranco de Guimarães Serôdio

Doutoramento em Ciência Política

Juri:
Doutora Ana Espírito Santo, Professora Associada, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Doutor Roberto Falanga, Investigador, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa – Universidade de Lisboa
Doutora Lia Vasconcelos, NOVA School of Science and Technology - Universidade NOVA de Lisboa
Doutora Inês Cosme, Investigadora e Professora Convidada, CENSE/FCT – Universidade NOVA de Lisboa
Doutora Paula Castro, Professora Catedrática, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2024

Agradecimentos

Estou grato às muitas pessoas que tornaram este trabalho possível, através do seu apoio, colaboração e entusiasmo.

Ao Rogério Roque Amaro, meu orientador, professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas (ECSH), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, coordenador da Área de Investigação de "Economia e Globalização", no CEI-IUL - Centro de Estudos Internacionais (ESPP) do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, por ter embarcado sem hesitação nesta aventura académica, convencido e sempre entusiasta da importância da existência da mesma. Esta tese não teria sido possível, nem teria a mesma qualidade, sem as suas sucintas e sempre enriquecedoras intervenções. O professor abriu literalmente a porta para um novo mundo de ideias, possibilidades e referências, fazendo com que o trabalho com ele tenha sido um fantástico e permanente desafio intelectual.

Ao Giovanni Esposito, meu co-orientador e amigo, Diretor da Unidade de Investigação em Políticas e Administração Públicas da CEPAP, e Professor de Políticas Públicas e Administração na Universidade Livre de Bruxelas, pela sua disponibilidade e paciência permanentes, pela sua escuta ativa, e pelo seu conhecimento profundo e amizade, que permitiu sempre conversas mais desafiantes, mais longe, mais estruturantes e enriquecedoras.

Agradeço também profundamente à Lia Vasconcelos, Professora na Universidade Nova de Lisboa (Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente/Faculdade de Ciências e Tecnologia) e investigadora do MARE – Ciências do Mar e do Ambiente, pelo seu apoio e entusiasmo desde o primeiro momento. O seu conhecimento sobre práticas coletivas, e a sua presença física e intelectual estão impressas ao longo deste doutoramento, e merecem todo o meu reconhecimento.

Á minha mulher, companheira e amiga, Allena Svoboda, devo a mais profunda das gratidões. A sua inteligência, o seu espírito crítico e mordaz, o seu amor e apoio incondicional foram trave mestra desta aventura, como de tantas outras. O amor que vivemos tem um silêncio e uma paz intensa que me concederam o tempo e a concentração para me concentrar e conseguir dedicar durante 4 anos à escrita desta tese.

Agradeço também, como não podia deixar de o fazer, à minha mãe, ao meu pai, ás minhas irmãs, que sempre me confrontaram e confortaram, à vez, conhecendo-me e apoiando-me sempre profundamente. São a grande sorte da minha vida, pilares essenciais de quem sou, de como me envolvo, escrevo, sinto, amo e raciocino.

Ás gentes de Montemor-o-Novo, locais e estrangeirados, por nestes anos me terem aberto tantas portas e corações, por embarcarem comigo em aventuras, por me desafiarem, me construírem, me ensinarem, por estarem aí. Sem a magia com que, juntos, constroem aquela terra diariamente, nada

neste doutoramento seria nem possível, nem real. É um privilégio fazer parte desta família alargada, que teve sempre tempo para disponibilizar as suas agendas preenchidas para as minhas conversas, ideais e entrevistas, com a paciência e o entusiasmo de partilhar memórias, opiniões, preocupações e mesmo estratégias que foram tão fundamentais essenciais para este esforço de investigação trabalho.

E a todos os ativistas que, ao longo de tantos anos, me obrigaram a continuar a fazer perguntas difíceis, me tiraram das minhas zonas de conforto intelectual, me desafiaram com o seu poderoso intelecto, a sua coragem radical, imensa força e criatividade.

Finalmente, o meu especial agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo apoio financeiro concedido no âmbito da bolsa que me concederam, essencial para a realização deste trabalho. Nunca faltou nem tardou um pagamento, nem uma resposta a uma dúvida ou questão. A sua aposta num método de investigação baseado na ação e na implementação prática de infraestrutura social é um importante sinal dos tempos, pelo qual me sinto profundamente grato.

Resumo da Tese

Palavras-Chave: Decrescimento, Transição, Democracia Local, Investigação-Ação, Adaptação, Resiliência

Vivemos um momento crucial da civilização moderna. A abundância energética que experienciámos desde a revolução industrial permitiu os modelos socio económicos que definem o ocidente moderno, mas criou também os imensos problemas ecológicos com que nos deparamos. Importa colmatar duas grandes falhas na literatura em torno deste problema: questionar a viabilidade de um sistema em que a dependência do crescimento económico exponencial é tão profunda e inescapável quanto a impossibilidade desse mesmo crescimento se perpetuar indefinidamente; E perguntar o que podemos fazer, enquanto comunidades, face a isso.

É o que esta tese procura responder, na teoria e na prática. Começa por uma análise macro ao Sistema-Terra (social e biofísico), "afunilando" depois em direção ao território estudado, local, tangível. Utiliza metodologias de investigação-ação, analisa narrativas políticas, e experimenta na prática com novos modelos democráticos e socioeconómicos de gestão coletiva territorial e de empoderamento da cidadania. Escolhe para isto, como caso-prático, uma plataforma cidadã de democracia deliberativa que ousou participar em eleições locais, propondo e debatendo um novo modelo de democracia local.

O resultado desta tese é pessimista na crítica, mas otimista na ação: não, o crescimento económico exponencial não é compatível com os limites biofísicos do planeta; e sim, sentiremos em breve os choques sistémicos do embate tectónico entre essas duas realidades inescapáveis (uma biofísica, outra social). Mas, mesmo não havendo muito a fazer para alterar, global, concertada e atempadamente, as grandes orientações geoestratégicas da modernidade, há muito a fazer, enquanto comunidades ou regiões, para enfrentar esses choques de disrupção da normalidade que se avizinham: gestão comunitária, estratégias de empoderamento desde as bases, e criação de novos modelos de produção e administração comunitária e territorial, adaptadas a um mundo em transição.

Thesis Summary

Keywords: Degrowth, Transition, Local Democracy, Action Research, Adaptation, Resilience

We are living at a crucial moment in modern civilization. The energy abundance we have experienced since the industrial revolution has enabled the socio-economic models that define modern Western society but has also created the immense ecological problems we now face. It is important to address two major gaps in the literature surrounding this issue: questioning the viability of a system where the dependence on exponential economic growth is as deep-rooted and inescapable as the impossibility of such growth continuing indefinitely; and asking what we can do, as communities, in response.

This is what this thesis aims to answer, both in theory and in practice. It begins with a macro analysis of the Earth system (social and biophysical), then "funnels" down to the studied territory, which is local and tangible. It uses action-research methodologies, analyses political narratives, and practically experiments with new democratic and socio-economic models for collective territorial management and citizen empowerment. To this end, it focuses on a citizen platform for deliberative democracy that dared to participate in local elections, proposing and debating a new model of local democracy.

The result of this thesis is pessimistic in its critique but optimistic in its action: no, exponential economic growth is not compatible with the planet's biophysical limits; and yes, we will soon feel the systemic shocks of the tectonic collision between these two inescapable realities (one biophysical, the other social). While there may not be much that can be done to change the overarching geostrategic directions of modernity on a global, concerted, and timely basis, there is much that can be done as communities or regions to face these disruptions to normality that are approaching: community management, grassroots empowerment strategies, and the creation of new models of community and territorial production and administration adapted to a world in transition.

Glossário de Siglas

- AMORA - Associação de Moradores do Rio Almansor
- BCE - Banco Central Europeu
- BE - Bloco de Esquerda
- BP - *British Petroleum* (multinacional petrolífera)
- CDS - Centro Democrático e Social
- CDU - Coligação Democrática Unitária
- CEI-IUL - Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
- CMMoN - Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
- COVID-19 - Doença do novo coronavírus SARS-CoV-2
- EC - Estação Cooperativa
- EU - União Europeia / EU – European Union
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
- FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- HELCOM - Comissão de Proteção do Meio Marinho do Báltico
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPBES - Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecos sistémicos
- IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
- IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
- MoVivo – Montemor-o-Vivo (plataforma eleitoral de democracia deliberativa)
- MOR - Moeda Local de Montemor-o-Novo
- NPF - *Narrative Policy Framing*
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ONG - Organização Não Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PECBMS - Pan-European Common Bird Monitoring Scheme
- PDM - Plano Diretor Municipal
- PME - Pequenas e Médias Empresas
- PS - Partido Socialista
- QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
- UE - União Europeia
- WWF - *World Wide Fund for Nature*

Índice

Agradecimentos .....
Resumo da Tese i
Thesis Summary ii
Glossário de Siglas iii
Índice iv
Índice de Figuras viii
Índice de Tabelas ix
INTRODUÇÃO 1
A importância do tema abordado 1
Níveis de Análise 2
Perguntas de Partida 6
Objetivos da Investigação 7
Objetivos principais: 7
Objetivos secundários: 8
Metodologias adotadas 9
A estrutura da tese 11
Notas introdutórias finais 13
REVISÃO DE LITERATURA 16
1) CAPÍTULO I – DAS NARRATIVAS POLÍTICAS 18
1.1 - Sua Importância: Narrativas como instrumentos de desenho de realidades sociais 18
1.2 - Pré-análise Crítica de algumas das principais Narrativas Políticas da modernidade: 20
1.2.1 - O Crescimento Económico Exponencial 20
1.2.2 - A Democracia Ocidental Moderna 26
2) CAPÍTULO II – ECOLOGIA: REALIDADE OBJETIVA OU NARRATIVA POLÍTICA? 35
2.1 - Revisão histórica da ecologia global 35
2.2 - A "ecologia de estado" e os movimentos sociais 38

2.3 - Ecologia, a filha preterida 40
2.4 - Avaliação crítica da situação ecológica atual 46
3) CAPÍTULO III - A GRANDE INCOMPATIBILIDADE 52
3.1 - Crescimento Económico vs. Ecologia 53
3.2 - O presente desenho do sistema global 56
4) CAPÍTULO IV - NOVAS VISÕES E ALTERNATIVAS 59
4.1 - A natureza das crises e suas oportunidades 59
4.2 - Narrativas (e) políticas alternativas 61
4.3 - O Decrescimento enquanto filosofia crítica 68
4.4 - Críticas construtivas ao decrescimento enquanto corrente 74
4.5 - Justiça Ecológica e Social 80
4.6 – Democracia e Decrescimento - a luta por novos paradigmas 85
4.7 - A importância do Local 96
4.8 - Conclusão preliminar (da base teórica) 101
METODOLOGIA 106
5) CAPÍTULO V – METODOLOGIAS UTILIZADAS 106
5.1 - Investigação-Ação 111
5.2 - Etnografia como método de IA 120
5.3 - Etnografia Crítica, Participante e Reflexiva 122
5.3.1 Estrutura das Sessões de Composição Coletiva do Programa Político 129
5.3.2 - Estrutura da Sessão Final de Sistematização 130
5.4 - Análise de Narrativas Políticas 131
5.5 - Ética e subjetividade no real social 135
6) CAPÍTULO VI - DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO 140
6.1 – Algumas precauções éticas e metodológicas 140
6.2 - Circunstâncias políticas e pessoais do investigador 142
6.3 - Localização e análise do caso de estudo identificado 146

Montemor-o-Novo, Alentejo, Portugal 146
6.4 - Mapeamento de atores (políticos e da sociedade civil) em Montemor-o-Novo 151
6.5 - Da investigação (á) prática 156
6.5.1 – Precauções relativas à investigação 156
6.5.2 - Abordagem crítica e dialética 157
RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS 159
7) CAPÍTULO VII – A Montemor-o-Vivo – Sua História e Natureza 159
7.1 - A razão de ser da Montemor-o-Vivo 159
7.2 - A História da MoVivo 163
7.3 - As reuniões, explicadas e facilitadas 175
7.4 - Listagem de personagens arquétipos 184
7.5 - A campanha eleitoral 192
7.6 – Reflexões pós-eleitorais 197
7.7 - Reflexões parciais do Capítulo, a partir da sessão final de sistematização 207
7.7.1 - A estrutura da sessão de Identidade Coletiva da MoVivo 209
7.7.2 – Principais resultados da sessão coletiva MoVivo (passado e impacto) 215
8) CAPÍTULO VIII – MOVIVO - PERSPETIVAS COMPARATIVAS E PROPOSTAS DE FUTURO . 218
8.1 – Principais Elementos das Narrativas Políticas 218
8.1.1 – Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por via de entrevistas) 218
8.1.1.1 - Narrativas Políticas: Democracia Local 220
8.1.1.2 - Narrativas Políticas: Economia Local 222
8.1.2 – Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por análise documental) 224
8.1.2.1 - Narrativas Políticas: Democracia Local 226
8.1.2.2 - Narrativas Políticas: Economia Local (na ruralidade): 228
8.2 - Análise comparativa das narrativas políticas exploradas” 230
8.3 – MoVivo – Desafios para o Futuro 238
CONCLUSÕES 247

9) CAPÍTULO X: CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS 247
9.1 – Resposta às Perguntas de Investigação 247
9.1.1 – Resposta à Primeira Pergunta de Investigação 247
9.1.2 - Resposta à Segunda Pergunta de Investigação 253
9.2 - Resumo dos Principais Resultados 259
9.3 - Reflexão sobre as metodologias utilizadas 260
9.3.1 - Análise de Narrativas Políticas 260
9.3.2 - Investigação Ação 263
9.4 - Da emergência e da natureza do possível 268
9.4.1 - Das Narrativas Políticas 268
9.4.2 - Do Decrescimento 269
9.4.3 - Da Investigação-Ação 273
9.4.4 - Da Democracia Deliberativa 274
9.4.5 - Da Facilitação 278
9.4 - Importância Política da MoVivo 282
9.5 - Propostas de políticas públicas 283
9.6 - Novas perguntas de investigação 286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 288
ANEXOS 312
Anexo A – Tabelas de Análise detalhada de Narrativas Políticas 312
Relativas à Democracia Local 312
Relativas à Economia Local: 318
Anexo B – Padrões para tomada de decisão conjunta 326
Anexo C - Organização & Processo: Desenho das sessões temáticas 353
Sessões coletivas 353
1º sessão MoVivo 353
2ª sessão MoVivo 357

3ª – 7ª sessões MoVivo 364
8ª sessão da MoVivo 369
Seleção de candidatos 369
Acordo de relação entre candidatos e a MoVivo 370
Tiragem à sorte de candidatos 371
9ª sessão MoVivo 372
Anexo D - Programa eleitoral final da Montemor-o-vivo 375
ANEXO E – Desenho de Sessão sobre a Identidade Coletiva da Montemor-o-Vivo 398

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Estrutura conceitual do relatório "Limits to Growth" 22
Figura 1.2 - Diagrama Simplificado representando a ultrapassagem (overshoot) e o colapso da capacidade de carga de um ecossistema 25
Figura 2.1 - A grande Aceleração 47
Figura 2.2 - Aumento do número de metais utilizados de acordo com a evolução tecnológica .. 49
Figura 4.1 - Mix energético mundial, em termos relativos (%) 70
Figura 4.2 - Mix energético mundial, em termos absolutos 70
Figura 5.1 - Ciclos de investigação e definição de epistemologia durante a investigação-ação . 118
Figura 7.1 - Quadro com motivações e primeiras intenções 166
Figura 7.2 - Nuvem de palavras sobre "motivações" nos participantes da MoVivo 167
Figura 7.3 - Primeira proposta de estrutura para sessões de trabalho da MoVivo 170
Figura 7.4 - Exemplo de cabeçalho de documento aberto e partilhado 177
Figura 7.5 - Personagem "Maria de Lurdes" em campanha eleitoral pela MoVivo 190
Figuras 7.6 - interações com a população durante a campanha eleitoral 194
Figura 7.8 – Escala de Participação Cidadã 203
Figura 7.9 – Conselho local de Adaptação ás Alterações Climáticas de Montemor-o-Novo 204
Figura 7.9 – Género e idade dos participantes sessão coletiva MoVivo em Abril de 2024 208
Figura 7.10 - Percurso de Reunião", com divisões transversais de momentos difusos e focados, e de reflexão e autonomia 209
Figura 7.11 - Rotação de participantes (círculos castanhos) entre mesas (numeradas) 211
Figura 7.12 - Quadro de objetivos explícitos da Sessão 212

Figura 7.13 – Avaliação coletiva preenchida pelos participantes da Sessão 213
Figura 7.14 - Folha de construção coletiva da linha temporal da MoVivo - de 2021 até hoje 214
Figuras 7.15 – Recolha de notas sobre impactos, desafios e lições da MoVivo 215
Figura C.0.1 - Divisão de ideias especificas em temas gerais 358
Figura C.0.2 - Sinalética utilizada nos protestos de Occupy Wall Street (em NY, 2011) para a eficácia de tomada de decisão coletiva 360
Figura C.0.3 - Quadro-esquema para composição deliberativa de subtemas de discussão 364
Figura C.0.4 – Escala temporal, autonomia de ideias e interligações 366
Figuras C.0.5 - Escalas temporais e de autonomia, preenchidas nas reuniões da MoVivo 366
Figura C.0.6 - Esquemática de disposição de ideias 368

Índice de Tabelas

Tabela 5.1 - Estrutura Sessões coletivas de Desenho de Programa Político 130
Tabela 5.2 - Estrutura Sessão Final de Sistematização 131
Tabela 5.3 - Esquematização da abordagem da Narrative Policy Framing 134
Tabela 6.1 - Proto-mapeameto do ecossistema social de transição em Montemor-o-Novo 154
Tabela 7.1 - Esquematização das Sessões Coletivas da MoVivo 183
Tabela 7.2 – Desenho da sessão coletiva de reflexão da MoVivo 210
Tabela 8.2 - Narrativas Políticas utilizadas na Economia Local (recolhidas nas entrevistas) 222
Tabela 8.3 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental) 226
Tabela 8.4 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental) 228

INTRODUÇÃO

A importância do tema abordado

Esta tese é escrita num momento fulcral da aventura humana. É feita em busca de próximos passos que nos permitam continuar a viver esta aventura de formas sustentáveis, adaptadas às culturas e condições existentes em cada território. Enquanto humanidade encontramo-nos num ápice da nossa capacidade técnica e inventiva. Mas aquilo que nos incentiva e para o qual apontamos a enorme maioria da nossa criatividade e produtividade - o crescimento económico exponencial a todo o custo - é antagónico ás estabilidades do sistema-terra que permitiram que aqui chegássemos.

Esta abordagem, alimentada pelo modelo industrial extrativista que alicerçou os nossos modos de vida até à modernidade presente, deixou de ser compatível com os equilíbrios naturais. O que torna esse modelo social altamente instável e, em última análise, terminal. Porque, recorrendo à redundância, não é possível viver em antagonismo com a Natureza. Urge por isso encontrar novas orientações e organizações socioeconómicas em busca de novos equilíbrios e visões *societais* de futuro. E há que fazê-lo, devido aos variados constrangimentos políticos e socio-económicos, experimentando, territorial e corajosamente, encontrando pontos de estabilidade e desejo que mobilizem corpos e corações, e ao mesmo tempo estabelecendo linhas vermelhas que não podemos (permitir) ultrapassar. Numa altura de cada vez mais graves e acelerados desenvolvimentos ecológicos e socioeconómicos por todo o globo, exacerbados pela crise sanitária do Covid-19 e pelas guerras da década de 2020, este trabalho de investigação sobre transições socioeconómicas é tão relevante quanto urgente.

Porque esta é uma história de um ser altamente social, o humano, é omnipresente a recorrência das narrativas sociopolíticas, pilares das diferentes realidades sociais desde o início das civilizações. A interiorização de que conceitos e narrativas sociais são meros elementos "inventados" – ou seja, não "naturais" - permite que o leitor se "abra" à desconstrução metodológica dos mesmos. Na luta por uma transição capaz de extravasar narrativas hegemónicas (como a do Crescimento Económico Exponencial a que as nossas sociedades se encontram presentemente amarradas, ou a das formas de Democracia Ocidental Moderna defendidas como "o fim da história"), este aspeto é da maior importância.

A problemática abordada nesta tese é uma que afeta a quási-totalidade da socio-economia humana, organizada atual e globalmente em torno do crescimento económico exponencial, e à qual Portugal não é uma exceção. Propomos então partir de uma revisão do estado atual dos equilíbrios ecossistèmicos e biofísicos do planeta para analisar, desconstruir e explorar a pertinência e a urgência

de uma busca por alternativas. Alternativas sociais, económicas e de organização comunitária - desde as bases, bem como institucionais.

Níveis de Análise

O desenho desta tese começa assim por explorar e apresentar uma visão dos "macros" ecológico e político-económico, e vai-se aproximando – afunilando – da realidade estudada (de nível local e comunitário). Parte-se de uma revisão macro, histórica, da indústria e da sociedade fóssil, da resultante democracia ocidental, e dos imperativos impostos quer pelo desenho, quer pela narrativa do crescimento económico exponencial que os une. A revisão de literatura para este esforço de investigação debruça-se também a questão da "escala". O facto de uma concertação de uma nova narrativa socioeconómica a nível global, apesar de importante, ser difícil -senão impossível- de atingir em "tempo útil", leva a que esta investigação "afunile" o seu foco de interesse, estudo e prática.

Identifica-se assim a existência (generalizada) de um problema de escala e de enquadramento na abordagem típica a estas investigações (em torno de transições sociais), em que os "sistemas globais" são sistemática e abusivamente referenciados como únicos objetos referenciais. Ou seja, estes problemas – como por exemplo o climático – são vistos como problemas "da humanidade", que teriam – por isso e forçosamente – de ser resolvidos pela "humanidade" como um todo (Brand, 2016). No entanto, como adverte Benasayag,

> *"quem quiser refletir e abordar esta questão pela globalidade depara-se com uma imensa quimera: Porque a globalidade só existe sob a forma de uma multiplicidade de perífrases de uma frase que não existe. E qualquer pretensão de abordar esta dimensão global frontalmente, como um todo, condena-nos, na melhor das hipóteses, à impotência de uma narrativa meramente ideológica e, na pior, à moral adulterada dos mestres-libertadores" (Benasayag & Cany, 2021, pp. 261).*

Ora esta leitura da problemática das múltiplas crises do sistema global por via de "mega-conceitos" não só tem o efeito de retirar da esfera da possibilidade a resolução dos mesmos (especialmente a um nível mais humano e local), como leva também a que a "*sociedade como tal, suas estruturas e forças motrizes, fatores estabilizadores e crises, e seus atores com suas condições de existência e recursos de ação, ou mesmo constelações de atores ou relações de forças*" (Brand, 2016, pp.5), não recebam atenção suficiente – porque não serão nunca suficientes para resolver o problema como um todo global, independentemente da sua escala em relação ao todo macro.

Resumindo: leva ao sentimento de que tentar fazer qualquer coisa que não implique conseguir que a UE, a China, os EUA, a Rússia, o Brasil e todos os outros países comecem a tornar-se "super-sustentáveis", proibir efetivamente os combustíveis fosseis e todo o tipo de produção e venda de plástico, parar toda a indústria poluente, etc., *rapidamente e em simultâneo* – então essa *qualquer coisa* não vale a pena ser feita. Porque não bastará nunca. Porque o resto do macro sistema irá continuar a consumir-se, arrastando consigo todos os ganhos conseguidos localmente com recursos a abordagens mais *micro*.

Se isto, por um lado, não é totalmente falso como argumento, também não deixa de o ser. Porque, face aos choques sistémicos e encadeados que já se sentem e aos outros que se avizinham, a construção de comunidades resilientes (i.e., de base territorial próxima, capazes de assegurar produções e consumos locais, com economias funcionais e sociedades justas e seguras) será essencial - para nos ancorarmos nos conturbados tempos vindouros. Mas também porque só assim lançaremos as raízes de novos modelos socioeconómicos para o tal futuro de pós-crescimento que, num planeta com recursos finitos, e como dita a biofísica, chegará, mais tarde ou mais cedo, e "*a bem ou a mal*" (Servigne & Stevens, 2015).

Esta escolha de abordagem é então justificada pela necessidade, prática e impacto almejados, transferindo a investigação académica para a prática territorial num enlace de conhecimento, experimentação e tangibilidade a que todo o doutoramento apela.

> *"Nenhuma teoria, nenhuma regulamentação moral ou política pode substituir as explorações múltiplas e contraditórias de novos modos de existência. Longe de ser uma distração "do que é importante", ou uma qualquer falta de afrontamento ao instituído, estas práticas atingem, mais cedo ou mais tarde, um ponto de massa crítica no seu desenvolvimento, onde se confrontam inevitavelmente com a ordem e o poder estabelecidos. A nossa época convoca-nos para um compromisso sem promessa, exceto talvez a íntima e magnífica que nos recorda que a vida depende da ação."*
>
> (Benasayag & Cany, 2021, pp.286)

É também nesta linha que se defende que as estruturas e processos de condução política ou de governança devam sempre ser entendidos como co-constitutivos dentro dos próprios processos sociais, suas estruturas, e mesmo da relação de cada sociedade com a natureza (Brand, 2016). Defende-se então uma componente prática de experimentação e já de proto-implementação de

alternativas socioeconómicas. Fazendo uso da reflexão Gramsciana sobre o poder do pessimismo do intelecto, aliado ao otimismo da vontade (de fazer, experimenta, acreditar), reconhecemos (também com Gramsci) que "*a crise [atual] consiste precisamente no facto de que o velho [mundo] está a morrer, não deixando no entanto nascer o novo*" (Gramsci, 1971, pp.276). De acordo com Boothman, o mesmo Gramsci relembra, importantemente, que um modo de desenvolvimento estável que inclua crises menores -ou mesmo protestos massivos-, mas nunca nenhuma mudança fundamental em direção a um desenvolvimento de um novo paradigma, constitui e incorpora um bloqueio histórico (Boothman, 2017).

Ao reconhecermos que não vivemos nem no "fim" da história, nem no "fim" da criatividade socioeconómica, nem no "fim" do próprio desenho da democracia, encontramo-nos de facto um momento **Gramsciano**: bloqueados pelo desenho socioeconómico em torno do crescimento a todo o custo, num mundo natural em cuja essa equação por um lado antagoniza todos os equilíbrios, e por outro impede todas as alternativas (Kallis & March, 2015; Mancuso & Viola, 2016).

Evocando aqui Viriato Soromenho Marques:

> *"ao isolarmos o sintoma mais saliente da crise global do ambiente (de emissões de GEE), da raiz onde esse sintoma mergulha (o crescimento económico exponencial, e uma noção de progresso e de identidade humanas baseados exclusivamente em indicadores materiais como o PIB), estamos a contribuir para aumentar os erros de pensamento que conduzem, necessariamente, a erros de ação e intervenção sobre a realidade material." (em Schmidt (org.), 2023, pp.52)*

Mas se, como Marx afirma, "*os homens fazem a sua própria história, não nas circunstâncias que desejariam, mas em circunstâncias que já estavam presentes, criadas e transmitidas pelo passado*[1]" (Marx, 1951, pp.5), então é da crítica do "velho" mundo, ainda presente, que emergirão "novos" mundos. É, por consequência, na experimentação nesse mesmo velho mundo, mas já com práticas de um mundo novo, e trabalhando em direção a este, que futuros alternativos podem emergir.

Por outro lado, acolhe-se a crítica, também de Gramsci, de que o "materialismo histórico" de Marx se terá concentrado demasiadamente na parte do "materialismo", em detrimento da parte do "histórico". Ou seja, que Marx terá teorizado sobre uma revolução "inevitável", sem teorizar sobre a necessidade imperiosa de um espírito revolucionário latente que permita e perpetue essa mesma revolução. Gramsci acredita, emprestando essa crença à base deste projeto de investigação, que uma

[1] Traduzido livremente do inglês

revolução bem-sucedida exigirá mais do que apenas poder económico ou político. Exigirá, sim, uma mudança cultural e ideológica profunda capaz de desafiar permanentemente o domínio das classes e das narrativas dominantes, alimentando uma estratégia a longo prazo que envolva a construção de um movimento social de base alargada, e a criação de novas culturas e visões políticas aptas a desafiar a ordem hegemónica dominante (Adamson, 1980; Gramsci, 1971). Assim, procura-se aqui contribuir também para a emergência de um espírito revolucionário, como evocado por Gramsci: por um lado experimentando prefigurativamente com novos meios de produção e gestão territorial – condição essencial para a emergência de uma revolução social (Angelis, 2017) cada vez mais urgente; por outro, entrando em dialética profunda entre o macro e o local, trabalhando com movimentos sociais que arriscam as fronteiras do possível, que experimentam, que resistem, e que aglomeram.

Há, no entanto, que não perder de vista a perspicaz observação de Žižek, de que "*o declínio da autoridade não garante automaticamente a emancipação*[2]*"*(Žižek, 2015, pp. 97). Quer isto dizer que as estruturas emancipatórias devem começar a ser trabalhadas o mais rapidamente possível – quer numa ótica de libertação e emancipação (do capitalismo, por exemplo), quer numa ótica de preparação para as expectáveis turbulências sistémicas que, como este doutoramento explorará, o ultrapassar de limites sistémicos pelas forças extrativistas termo-industriais lançará sobre as nossas sociedades. A ausência destas estruturas emancipatórias, à medida que os Estados se virem ultrapassados pela complexidade da policrise, engendrará, pelo contrário, novas e muito mais agudas forma de repressão e controlo, em nome da cada vez mais desejada "ordem".

Esta investigação defende e adota assim (como resumem bem Levin et al. (2012)) uma análise documental de documentos prospetivos capaz de estabelecer caminhos incrementais de transição para a sustentabilidade, com o intuito expresso de procurar desencadear efeitos dominó rumo a mudanças comportamentais que reúnem apoio e alcance no curto e médio prazo. E ancora-se também na crença, partilhada com grande e crescente número de autores (ver por ex. Morais Mourato & Bussler, 2019), que a maioria das inovações socio-tecnológicas se dão a um nível micro. É aqui que pequenas iniciativas e/ou grupos locais, autónomos de estruturas institucionais, conseguem experimentar mais facilmente com soluções e práticas alternativas, avançando assim padrões experimentais capazes de desafiar os paradigmas dominantes do que é considerado progresso e desenvolvimento.

É por isso natural que seja também nestas iniciativas que se contesta a noção mesma de "progresso", numa época em que o mito do progresso compõe a estrutura íntima do ser humano moderno. As descobertas que vão fazendo, neste domínio e em tantos outros, não são então tanto

[2] Traduzido livremente do inglês

descobertas, mas sim produções de novas dimensões do real e de possíveis na autoprodução do mundo. Porque não buscam "outros mundos possíveis", mas sim outros possíveis dentro deste mundo, que é o único existente (Benasayag & Cany, 2021).

Procura-se então e também aqui nutrir abordagens e espaços de experimentação e envolvimento social, de mudanças concretas de hábitos de vida, e de despertar de consciências nas comunidades em que se inserem – as transições profundas e sustentáveis que tão próximas se encontram de mudanças sociopolíticas de longo prazo (Avelino & Wittmayer, 2016).

Perguntas de Partida

De modo a balizar e orientar a inovadora investigação acima descrita, esta tese avança baseada em duas perguntas de partida: uma (P1) focada na parte *macro-conceptual* da análise teórica inicial, outra (P2) na parte *micro-prática* que constitui o corpo principal deste projeto.

São elas:

P1 – Qual a viabilidade do presente sistema, dadas as premissas do seu paradigma socioeconómico (baseado no crescimento económico exponencial), o estado atual dos ecossistemas e do ambiente, e a história entre estes dois temas e a ecologia enquanto problemática e movimento civil?

A resposta a esta pergunta basear-se-á i) numa análise de dados e modelos existentes, junto de fontes secundárias, dos indicadores ecológicos a uma escala macro, ii) numa análise comparativa longitudinal dos mesmos, iii) na dissecação da presente e hegemónica narrativa *crescentista*[3] - utilizando a abordagem metodológica da *Narrative Policy Framing* (NPF)- e iv) na análise qualitativa e comparativa entre limites biológicos e objetivos *crescentistas*.

P2 – Como estruturar alternativas socioeconómicas e democráticas a partir das bases, capazes de compelir a narrativa dominante a receber os seus inputs, e mesmo a considerar a reformulação política do quadro macro?

Com estas perguntas, procura-se atingir alguns objetivos principais, e outros secundários, capazes de avançar conhecimento e transição paralelamente.

[3] A utilização do termo "*crescentista*" em todo este projeto de investigação é propositada, de modo a não ser confundido (apenas) com capitalismo. Apesar do capitalismo ser, por desenho, *crescentista*, - todos os estados modernos, sem exceção, e independentemente das suas conceções políticas, adotaram um dogmatismo do crescimento económico.

Objetivos da Investigação

Esta iniciativa, que é de investigação-ação, encarna também como um apoio ativo, facilitando a experimentação com uma plataforma de democracia deliberativa local, apoiando-a na sua tentativa de empoderamento desde as bases e na ligação entre esta e outros movimentos com atores institucionais. Ao envolver-se ativamente com a comunidade e as instituições, este projeto de investigação tem como objetivo principal catalisar mudanças tangíveis no território de estudo, fomentando uma relação frutífera e ativa entre movimentos locais e o panorama político mais amplo em que se inserem. É aí que aplica a sua prática académica, recolhendo informações sobre processos e dinâmicas capazes de responder às perguntas de investigação. Divide-se, nesta seção, os objetivos pretendidos em principais e secundários:

Objetivos principais:

Geração de Perspetivas Práticas: Ao envolver-se ativamente com o movimento da MoVivo, esta investigação procura gerar perspetivas em tempo real sobre os desafios, aspirações e narrativas da comunidade local. Este envolvimento prático constitui uma contribuição crucial, diminuindo a lacuna entre a teoria e as experiências vividas dos movimentos sociais.

Lições práticas capazes de nutrir uma Mudança Social: Pretende-se que os resultados obtidos forneçam recomendações acionáveis, procurando aconselhar os atores dos movimentos sociais, os académicos e mesmo os decisores políticos na compreensão das complexidades dos movimentos de base, facilitando estratégias de mudança social mais informadas e eficazes. Pretende informar também como movimentos de base podem levar a que as instituições sejam compelidas a interagir, eventualmente revendo a sua própria estrutura organizativa.

Revitalizar o conceito de Democracia: num momento em que se assiste a um declínio na participação dos cidadãos nas eleições na Europa, questionando mesmo a legitimidade dos governos eleitos e da democracia representativa (Ortiz et al., 2021), este doutoramento propõe enriquecer o conceito de democracia. Fá-lo experimentando, re-concetualizando, combinando-o com outros conceitos como ecologia, transição social e construção de comunidades resilientes. Fá-lo, reconhecendo também que o "desligamento" das massas populares, tantas vezes acusadas de desinteresse pelas elites militantes, resulta também de um "saber popular" tantas vezes defraudado nas suas expectativas por uma elite política longe da sua realidade e interesses. Procura-se por este meio responder a mais um apelo repetido ao longo desta tese: o de que "*neste mundo pós-politico, urge construir um "agir politico" (…) dentro de uma certa prudência que não exclua nem a radicalidade, nem a utopia – estruturando-as, no entanto, de outra maneira*" (Benasayag & Cany, 2021, pp. 257).

Recomendações de Políticas Acionáveis: Procura-se avançar recomendações políticas práticas, fundamentadas nos resultados da investigação, para potenciar movimentos de base, e fortalecer a sua colaboração com os atores institucionais. Procura-se também oferecer recomendações a decisores políticos, capazes de reforçar o seu compromisso com a democracia, bem como dinâmicas democráticas aprofundadas em Portugal e por todo o Ocidente, capazes de voltar a envolver a entusiasmar a cidadania, e a voltar a legitimar processos de decisão e envolvimento da população. Estas recomendações servem também como resultados tangíveis desta investigação, apoiando ativamente a democracia local e o desenvolvimento sustentável em Montemor-o-Novo, e sugerindo novas abordagens e modos de atuação a outros movimentos de cidadania.

Objetivos secundários:

Aplicar a Análise de Narrativas a Contextos de Movimentos de Base: Aplicar a o estudo de narrativas políticas a um ambiente de movimento de base fornece uma nova perspetiva de análise. Revela como as narrativas dentro dos movimentos sociais são construídas, moldando a identidade coletiva e a ação. Esta aplicação amplia o alcance desta metodologia, até agora tradicionalmente utilizada para contextos institucionais, enriquecendo a sua aplicabilidade e ampliando os seus limites teóricos.

Clarificação e reforço da Identidade Coletiva dos Movimentos: Nos seus termos práticos, procura-se com esta investigação ajudar a definir uma identidade coletiva emergente. Isto é conseguido por via da participação, da crítica construtiva, da proposição de metodologias e processos, de uma análise rigorosa de narrativas usadas, e da realização de entrevistas. Conseguindo elucidar a identidade coletiva em relação à suas próprias dinâmicas e princípios, à democracia local e ao crescimento económico, procura-se desenhar um arquétipo de um novo tipo de movimento social.

Perspetivas de Colaboração Institucional: Esta investigação procura contribuir significativamente para o campo dos estudos dos movimentos sociais, ajudando a avaliar potenciais parcerias institucionais e fornecendo *insights* valiosos sobre o potencial da análise de narrativas dos vários atores envolvidos. Procura com isto ser capaz de nutrir dinâmicas construtivas, apoiando os esforços que a sociedade civil organizada.

Contribuição para Estudos de Movimentos Sociais: Esta investigação contribui significativamente para o campo dos estudos dos movimentos sociais através da sua combinação única de metodologia de investigação-ação e aplicação do Enquadramento da Política Narrativa (NPF) aos movimentos de base. Destacam-se alguns contributos como a i) compreensão contextual, através da participação direta e do envolvimento imersivo, captando nuances do ambiente sociopolítico específica do contexto estudado, oferecendo uma análise aprofundada das dinâmicas intricadas de um movimento

localizado; ii) avanço da compreensão de Narrativas de Nível Local: enquanto os estudos dos movimentos sociais se concentram frequentemente em narrativas ditas "macro", esta investigação pretende aprofundar a compreensão de narrativas ao nível local, dentro dos próprios movimentos. Compreender estas narrativas granulares ilumina as complexidades das preocupações com a democracia local e o crescimento económico, contribuindo com perspetivas matizadas que podem ser generalizadas e aplicadas a diversos movimentos de base.

Pretende-se com isto desenvolver um trabalho de investigação e experimentação socioeconómica voltado para o futuro, ancorado em teorias e configurações políticas alternativas, sólidas e exequíveis. É também por isso que faz parte deste trabalho a pilotagem de novos modelos tangíveis de organização social, capazes de compelir a estrutura macro-institucional, quer a receber os seus *inputs*, quer a considerar a sua própria reformulação política.

Procura-se desta forma que o trabalho académico consiga ajudar ativamente a vislumbrar estratégias de transição eficazes para um mundo pós-crescimento. É pela adoção de métodos investigativos inovadores como a investigação-ação de tipo etnográfico-crítica e participante, que se procurará obter informações e aprendizagens profundas e distintas. Aprendizagens que permitam, não apenas o registo académico da evolução deste tipo de inovações, mas também um tipo de conhecimento emancipador, replicável, que permita a ativação de novos projetos, movimentos sociais e investigações académicas. E que ajude a progredir uma tão necessária transição dos sistemas humanos numa direção mais sustentável e adaptadas às expetavelmente turbulentas décadas que se avizinham.

É esta a visão que energiza este projeto, lhe orienta as perguntas, as abordagens, as escolhas metodológicas e a própria ação.

Metodologias adotadas

Adota-se neste esforço de investigação uma perspetiva de temporalidade limitada (filha da urgência subjacente a esta investigação) para uma transição socioeconómica atempada. Refere-se isto a uma busca por abordagens tangíveis, capazes de ter efeitos sóbrios, reais e mensuráveis face ao predicamento da humanidade no século XXI. Mas também sem perder de vista o horizonte temporal com que nos confrontamos enquanto humanidade na abordagem a este problema. Horizonte este que, apesar da incerteza que caracteriza todos os estudos e "previsões", é manifestamente reduzido (ver por ex. IPBES, 2019; IPCC, 2022).

A metodologia adotada na análise inicial desta tese é por isso maioritariamente qualitativa, fazendo uso de fontes primárias e secundárias para avançar revisões históricas, e enquadramentos alternativos de perceções comuns (como de "progresso", "crescimento do PIB", "transição

energética" e outras). Fá-lo, no entanto, por recursos a indicadores quantitativos inescapáveis, sobretudo em torno da realidade objetiva e repetida e cientificamente comprovada do estado da ecologia e dos ecossistemas globais. Desafia então e assim hegemonias narrativas, cruzando dados objetivos com empirismos inescapáveis – como o da incompatibilidade crónica entre o crescimento económico constante num planeta com limites biofísicos, e a resultante dedução relativamente à capacidade de perpetuação (ou não) deste modelo socioeconómico no futuro.

É esta inescapável e assustadora dedução que leva este doutoramento a ser *pessimista na crítica, mas otimista na ação*. Perante a monstruosidade da tarefa em mãos, adota-se uma investigação de natureza prática, em busca de resultados tangíveis.

A escolha consequente de utilizar a etnografia crítica participante como metodologia principal procura aqui fazer emergir um projeto de investigação prático, baseado na experimentação, e capaz de contribuir para a emergência de novos paradigmas. Novos paradigmas que permitam sonhar, repensar, experimentar e reorganizar coletivamente comunidades e sociedades - no que será necessariamente um tema central no debate político das próximas décadas.

Aceita-se e adotam-se as premissas de vários autores (como Burman, 2018; Dick, 2009; Maeckelbergh, 2009; Stanley, 2008), de que não existe contradição entre envolvimento político ativo e a investigação cientifica válida e rigorosa – incluindo mesmo a visão de que esta abordagem permite, de facto, produzir um conhecimento mais profundo e completo (Juris, 2007). Na sua metodologia e prática ao longo de todo o esforço investigativo, procura-se então produzir resultados práticos, ativáveis, e passíveis de replicação (ressalvando as previsíveis alterações e adaptações necessárias aos diferentes territórios). Resultados capazes de nutrir impactos num território maior, mas por via da atuação, qual "agulha de acupuntura social", num território mais pequeno, local e territorial: o Município de Montemor-o-Novo, no Alentejo, Portugal. Foca-se especificamente num projeto comunitário que procura experimentar vias alternativas de transição, empoderamento e interação com o poder institucional – por via de participação no desenho de políticas públicas: a plataforma eleitoral cidadã Montemor-o-Vivo, ou MoVivo.

Para além dos princípios da investigação-ação, o estudo utiliza também o enquadramento e quadro conceptual da Política Narrativa (NPF) para melhor compreender de forma abrangente as perspetivas da plataforma cidadã estudada sobre a democracia local e o (de)crescimento económico. Ao utilizar esta técnica de dissecação de narrativas políticas, este projeto explora também, paralelamente, as atitudes e posicionamentos de atores institucionais, do nível local ao supranacional, relativamente a algumas questões cruciais. A investigação consegue então adotar uma dialética mutuamente benéfica com a MoVivo, enquanto movimento social de bases, clarificando processos, dinâmicas e narrativas utilizadas, ao mesmo tempo que se promove a colaboração entre o movimento

de base e os parceiros institucionais. Isto é conseguido por via da investigação académica e do seu potencial, por via destas metodologias, de impactar e potenciar esferas como a da política institucional, de movimentos sociais ou mesmo do sector privado.

Em resumo, a combinação neste projeto de investigação, de metodologias de investigação-ação (etnografia critica participante) e de análise narrativa (*Narrative Policy Framing*) em contextos de movimentos de base, enriquece significativamente o estudo do sistema terra, suas dinâmicas, e seus atores, dos supranacionais aos movimentos sociais. Fá-lo, oferecendo perspetivas valiosas sobre as dinâmicas de movimentos localizados, moldando direções futuras de investigação e potenciando atores dos movimentos sociais e académicos.

A estrutura da tese

A estrutura da tese, como já referido, começa com uma análise macro e "afunila" em direção ao local e tangível, procurando aí participar e compreender profundamente dinâmicas de transição que olham e trabalham o seu território, mas se nutrem de análises e compreensões alargadas do predicamento humano em que nos encontramos no momento presente. Faz isto, numa primeira fase, analisando criticamente o contexto socioeconómico do Ocidente Global e suas narrativas políticas centrais: a do crescimento económico exponencial, e a dos sistemas que lhe dão "corpo" político – nomeadamente a dos sistemas representativos liberais (ditas "democracias modernas") que gerem a maioria das sociedades industriais/ocidentais atuais, incluindo Portugal.

De seguida, olha para a ecologia enquanto realidade objetiva, mesurável e verificável. O objetivo, por um lado, é de procurar enquadrar a investigação e o leitor na urgência e relevância das questões e problemáticas tratadas neste trabalho. Revendo a história da ecologia, e a sua relação com outras "prioridades" das sociedades humanas, depressa se compreende por que é que o estado da Natureza, ao momento de escrita desta tese, é tão alarmante. A interiorização deste facto é precondição fundamental para a compreensão da necessidade e urgência da ação, pelo que no final deste capítulo se incorre numa análise crítica do estado atual dos ecossistemas globais. Por isso, e apesar do tanto que já se escreveu sobre o tema, este doutoramento procura expor clara e holisticamente o avançado estado de devastação dos ecossistemas globais – e locais.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da grande incompatibilidade entre a modernidade humana, e os seus impactos. Aqui procura-se contrapor realidades objetivas a realidades sociais, de forma a revelar as incongruências que orientam hoje os nossos modos de vida, e os incompatibilizam com os limites de um planeta finito. Olha-se então para a relação entre equilíbrios biofísicos, e as principais premissas socioeconómicas em que vivemos no Ocidente. É inicialmente revista a

abordagem económica (hoje hegemónica) baseada no crescimento constante e exponencial das nossas sociedades; De seguida, explora a da gestão da vida pública, dita "democrática", obrigada a horizontes temporais curtos, e dependente do mesmo crescimento económico constante, extrativista por natureza, e cronicamente dependente da queima de combustíveis fosseis.

Parte-se depois para o capítulo IV, em busca de novos paradigmas *socio-eco-lógicos*, que procuram equilibrar imperativos biofísicos com as complexas realidades sociais do mundo moderno. Entre eles destacam-se o Decrescimento, a Economia Social e Solidária, o Ecoswaraj, o eco feminismo, e a Justiça Ecológica e Social, entre outros. Algumas destas abordagens alternativas serão, nas fases seguintes desta investigação, "testadas" e analisadas na sua implementação prática, por recurso à etnografia crítica participante e análise dos resultados obtidos pela implementação de novas experimentações de organização social.

Antes de se debruçar sobre o território e o caso de estudo, o capítulo V vem apresentar e defender as metodologias utilizadas nesta fase da investigação. Alonga-se primeiro sobre a relevância e importância da Análise de Narrativas Políticas. E mergulha depois profundamente nas práticas, vantagens e desvantagens da investigação-ação e suas várias vertentes, de modo a fundamentar a escolha da abordagem etnográfica crítica e participante adotada neste esforço de investigação.

Uma vez feita a apresentação metodológica, o capítulo VI vem montar o desenho da investigação, fazendo referência quer às circunstâncias pessoais do investigador (que, em qualquer investigação, influenciam toda a abordagem), quer ao território analisado (mapeando-lhe a história e o ecossistema social de modo a melhor enquadrar a investigação). Reflete também sobre as questões éticas que necessariamente subjazem a qualquer investigação desta natureza, incluindo as em torno da abordagem crítica e dialética que permeiam toda a investigação e todo o envolvimento da mesma com o seu entorno territorial.

É apenas no capítulo VII que se recolhem e analisam os dados presentes no terreno. Começa-se por um pequeno mapeamento de arquétipos de participantes em movimentos sociais, e parte-se daí para a revisão e comparação das diferentes narrativas políticas encontradas no território de estudo. Num segundo momento olha-se mais especificamente para a MoVivo, revendo a sua história, e aprofundando a compreensão das suas abordagens, metodologias, estratégias e, finalmente, caminho eleitoral. Registam-se aqui também as reflexões (individuais e coletivas) dos participantes da plataforma, para as quais este doutoramento contribuiu explicitamente, organizando e registando sessões coletivas formais e informais em torno do movimento.

No capítulo VIII registam-se e sintetizam-se os principais resultados obtidos neste esforço de investigação, refletindo já sobre as metodologias utilizadas, e abrindo as portas para as conclusões e reflexões finais, que se dão no capítulo seguinte.

E é neste capítulo final, o IX, que se avançam, as respostas às perguntas de investigação, e se reflete sobre a emergência e a natureza dos "possíveis" que constituem as nossas realidades objetivas e sociais: das narrativas políticas ao decrescimento, da investigação-ação à democracia deliberativa, passando pelo papel da facilitação no resgate da capacidade de gestão de bens-comuns, como o são as nossas comunidades. É aqui que se reforça o apelo à mobilização política e cidadã, á investigação académica em interação direta com a sociedade civil, que se fazem recomendações políticas e que se fecha esta investigação, que se reflete sobre ela, sobre os seus logros e suas insuficiências, apelando a que se prolongue por outras vias, e que continue a construir-se, bem como ao(s) mundo(s) que a alberga(m) e a rodeia(m).

Notas introdutórias finais

Uma nota sobre a escolha da linguagem adotada: tendo em vista a natureza e intenção deste trabalho de investigação, o mesmo é escrito em Português. Relembrando que a linguagem é um elemento essencial na construção da subjetividade (Kincheloe & Mclaren, 2003), pretende-se contribuir para a construção de um léxico e proximidade linguística para quem pretender ler e utilizar e a avançar o debate sobre as descobertas deste trabalho, em Portugal e/ou pela língua portuguesa. Apesar de uma tradução do mesmo ser desejável e mesmo prevista, a ideia inicial é fomentar uma replicação centrífuga a partir do local da ação – neste caso Montemor-o-Novo.

Uma outra nota para as dificuldades e limitações enfrentadas neste trabalho, ressalva que se considerou importante fazer neste momento inicial, de modo a expor fragilidades desde o início, e convidar quer a criticismos construtivos a esta tese, quer à abertura de novas vias de investigação que as faltas da mesma possam potenciar. Por um lado, questão desenvolvida em maior profundidade no capítulo VI desta tese, existe a natureza ativista do investigador, há anos envolvido em movimentos de ação e critica social e ecológica, que sem dúvida "influenciam" a sua compreensão do problema. O seu passado ativista pode ter introduzido a algum viés de confirmação, levando-o a procurar ou interpretar dados que validem as suas crenças prévias, o que potencialmente distorce a análise dos resultados. Não obstante o facto de não existirem abordagens, investigações ou análises puramente objetivas (apesar de ser explicitado em muito poucos trabalhos estudados) é importante afirmá-lo e deixar aqui patente. Por exemplo, perante algumas sugestões de que "há que buscar fontes de informação menos catastrofistas", muitas vezes não foi o mesmo capaz de as encontrar ou incorporar, quer por serem estas sobretudo sectoriais, ancoradas a um desejo de que "vai correr tudo bem", ou mesmo de que a tecnologia nos virá "salvar" - mesmo sendo essa mesma (alta) tecnologia responsável por tanta disrupção ecológica, por via dos seus imperativos imensamente energívoros e extrativistas. Perante este "viés de endogeneidade", e perante o risco de que variáveis dependentes e

independentes da investigação possam estar correlacionadas de maneiras difíceis de isolar – inclusive com o envolvimento ativo do investigador – é aqui considerado que pode ter sido criada uma relação circular entre intervenção e resultados, tornando mais difícil determinar a verdadeira causalidade do estudado.

Por outro lado, mas na mesma linha, existiu também a questão da proximidade ao objeto de estudo. O autor vive em Montemor-o-Novo e, perante a crescente convicção de que a sua/nossa normalidade será afetada no curto-médio prazo, interessa-lhe particularmente que no seu território se comecem a desenvolver e enraizar práticas de gestão comunitária que permitam fazer face aos desafios trazidos pelos expectáveis choques sistémicos que as incompatibilidades entre o presente sistema socioeconómico e os limites biofísicos da terra trarão às suas/nossas vidas. A metodologia de investigação-ação, com a participação direta no estudo de caso, também pode ter criado um viés de participação, onde o seu envolvimento ativo pode ter influenciado os próprios eventos e dinâmicas sociais que analisa. O investigador foi assim parte importante no lançamento de várias dinâmicas, na facilitação de outras, e de uma constante preocupação em manter a reflexão e a ação vivas e presentes durante esta investigação – algo que continuará a fazer mesmo uma vez finda esta. Além disso, ao ter conduzido o estudo numa localidade rural, existe o risco de viés de amostragem, uma vez que os resultados podem não ser facilmente generalizáveis a outras regiões ou mesmo a contextos urbanos.

Houve também a questão das limitações de tempo. Apesar de ser normal que uma tese de investigação se desenvolva apenas ao longo de 4 anos, teria sido importante continuar a acompanhar as dinâmicas e evoluções da MoVivo, sobretudo relativamente ao próximo período pré-eleitoral – e, eventualmente, o eleitoral. A última sessão coletiva foi rica em sugestões e ideias sobre como avançar a aventura desta plataforma cidadã, pelo que será interessante seguir a investigação em torno da mesma, de modo a confirmar algumas observações feitas, voltar a analisar práticas e disponibilidades, e poder comparar abordagens, alinhamentos e mesmo resultados eleitorais com alguns anos por entremeio.

Outro aspeto importante foi o dos impactos da gestão da Covid-19. Esta tese de doutoramento decorreu durante a pandemia mundial, o que implicou um enorme constrangimento na aplicação das práticas de investigação ação aqui esposadas, com dificuldades patentes em realizar reuniões presenciais durante a pandemia. A própria MoVivo aconteceu durante momentos de graves restrições à aglomeração de pessoas, afetando assim certamente a capacidade de alcance alargado a populações locais, e diminuindo os números da participação e a capacidade de projetar a sua natureza local, presente e deliberativa. Assim, muitas das práticas registadas terão sido influenciadas e reduzidas por força deste acontecimento, disruptor de muitas vidas e práticas laborais, e com especiais implicações

no que toca à implementação de estratégias de investigação ação, especialmente num meio rural e envelhecido como é Montemor-o-Novo.

Finalmente, e como noutros contextos de investigação-ação em ambientes limitados como este território de estudo, pode também ter ocorrido um outro viés onde o número de participantes ou eventos analisados é insuficiente para captar toda a complexidade do fenómeno estudado. Isto é especialmente relevante em comunidades pequenas, onde as dinâmicas são mais restritas, menos abrangentes, e os dados podem ser limitados. No caso da MoVivo, e de Montemor-o-Novo em geral, apesar das todas as reuniões terem sido bastante participadas, não deixa de ser verdade que a percentagem de população residente participante foi por demais reduzida. Isto não obstante a também reduzida participação que é observada nas reuniões e discussões de estratégia coletivas de outras forças políticas ativas neste território.

Perante o reconhecimento da existência de todos estes riscos e dificuldades, procurou-se ativamente mitigar os vários vieses e limitações identificados, ao longo da investigação, mediante diversas estratégias, mais uma vez desenvolvida no Capítulo VI desta tese. Em primeiro lugar, procurou-se aplicar uma reflexividade crítica contínua, procurando conscientemente reconhecer e minimizar o impacto do *background* ativista nas interpretações e análises. Complementarmente, recorreu-se à triangulação de dados, utilizando vários autores e fontes de informação para evitar a dependência de um único tipo de dado ou perspetiva. A transparência foi fundamental, explicitando – como nestes parágrafos – as limitações ou constrangimentos metodológicos e contextuais tanto nas fases de recolha de dados quanto na análise dos resultados. Acredita-se que estas medidas tenham contribuído para uma maior robustez e credibilidade da investigação, apesar das inevitáveis – e reconhecidas – influências contextuais.

REVISÃO DE LITERATURA

Com esta revisão da literatura começa-se por um enquadramento teórico que procura oferecer uma leitura alargada do quadro macro (socioeconómico) em que vivemos, atravessando-lhe várias linhas mestras no entendimento da sua história, premissas e funcionamento: narrativas políticas, crescimento económico exponencial, democracias representativas liberais, ecologia, geopolítica e finalmente alternativas de organização socioeconómicas. Isto permitirá o tal "afunilamento" dessa visão holística inicial para um ponto de foco e ação onde se desenrolará a investigação ativa, e o consequente acompanhamento do caso de estudo escolhido para esta investigação. O objetivo é oferecer um quadro conceptual onde o "local" se insere, de maneira a informar sobre as condições estruturais que deve ter em conta, mas que pode também explorar outros modos para encontrar vias alternativas que permitam a tão necessária transição social.

Esta investigação toma assim como referências bibliográficas pelo menos quatro áreas disciplinares (ciência política, relações internacionais, economia política e ecologia). E desenvolve-se em torno de três grandes eixos de análise: i) a narrativa do crescimento económico exponencial; ii) a história da ecologia e o presente estado dos ecossistemas e do ambiente e iii) a questão da compatibilidade entre as premissas do sistema *crescentista* (subjetivas) e os imperativos biofísicos da Terra (objetivos). Este último eixo inclui também a necessária análise de narrativas socioeconómicas alternativas.

O cruzamento áreas disciplinares permitem essa compreensão holística, macro, alargada: exploram os mecanismos de construção social das diferentes coletividades e nações que compõem o mundo, procurando escrutinar o modo como veem o mundo, e como se veem inseridas nele. E exploram também o próprio Mundo, objetivamente, por via de estudos ecológicos. É por vi da análise narrativa das modernas construções sociais analisadas que se encontram, não apenas as relações que estabelecem e sustentam entre os seus desenhos sociais e económicos – peça essencial para a compreensão desta tese de investigação –, mas também os constrangimentos que as suas premissas conceptuais impõem. Por exemplo, a da necessidade inescapável que as democracias liberais representativas têm de uma busca constante pelo crescimento económico exponencial, com as consequentes deduções geopolíticas e sistémicas que permitem ou previnem uma alteração de rumo em direção a outros paradigmas socioeconómicos. E é aqui, por via da introdução da ecologia como terceira e basilar área disciplinar, que são reenquadrados estes ditos "imperativos" sociais – i.e. dentro de uma maior e inescapável estrutura biofísica que os mesmos não podem (continuar a) ignorar ou desafiar.

São estes, então, os eixos principais de análise: entender e descortinar criticamente as narrativas e construções sociais humanas, olhar objetivamente para a ecologia, seus equilíbrios e estado atual, e buscar, no cruzamento e na interação entre as duas, a resposta para a questão da compatibilidade – ou não – entre um sistema narrativo, "inventado", em torno de um crescimento exponencial da economia, e um outro, objetivo e finito, que a isso não se permite.

É do cruzamento destas áreas disciplinares e eixos de análise que se procura resgatar uma compreensão aprofundada do enorme predicamento em que a humanidade se encontra. Imbuída nas suas contradições e mordaças concetuais, prisioneira fatal das suas premissas e ambições, e irremediavelmente condenada a viver num planeta, e numa teia de vida, com as suas leis inescapáveis. Leis com igual capacidade de potenciar ou demolir as suas maiores construções – as civilizações.

1) CAPÍTULO I – DAS NARRATIVAS POLÍTICAS

Começa-se assim pelas narrativas políticas, sua importância e expressões socioeconómicas. Esta é uma abertura fundamental já que, uma vez demonstrada a sua relevância, pode-se i) entender que as mesmas são fabricadas por agentes políticos (e não elementos de uma ordem natural e imutável) e ii) partir para a revisão crítica das narrativas políticas utilizadas durante a história da ecologia, do crescimento económico e da democracia ocidental moderna.

> *"For we dream in narrative, daydream in narrative, remember, anticipate, hope, despair, believe, doubt, plan, revise, criticise, construct, gossip, learn, hate and love by narrative. In order to really live, we make up stories about ourselves and others, about the personal as well as the social past and future."* [4]
>
> *(Hardy, 1968, pp.5).*

1.1 - Sua Importância: Narrativas como instrumentos de desenho de realidades sociais

O primeiro ponto a reter é o do poder imenso das narrativas políticas e sua capacidade de desenhar e manter realidades sociais. O modo principal que temos, enquanto humanos, de construir significados é através de histórias (M. D. Jones & Song, 2014). Capazes de agregar factos (por vezes díspares) nos nossos próprios mundos, tecendo-os cognitivamente de modo a dar sentido à nossa realidade (Patterson & Monroe, 1998). Todos os dias "inventamos histórias sobre nós mesmos e outros, sobre o passado e futuro pessoal e social"[5] (Hardy, 1968). A importância e a análise das narrativas políticas implicam que estas tenham um papel preponderante na construção de comportamento público, já que nos permitem enquadrar histórias e conceções da realidade por parte de diferentes grupos de atores políticos, e construir ativamente a nossa realidade social (Patterson & Monroe, 1998). Parte-se do entendimento que, se existem de fato conceitos naturais (por ex. a gravidade), existem também vários conceitos que são socialmente construídos (por ex. nações,

[4] Tradução livre do inglês: "porque sonhamos em narrativa, entramos em devaneios pela narrativa, lembramos, antecipamos, esperamos, desesperamos, acreditamos, duvidamos, planeamos, revisitamos, criticamos, construímos, mexericamos, aprendemos, odiamos e amamos pela narrativa. Para realmente viver, inventamos histórias sobre nós mesmos e os outros, sobre o passado e o futuro pessoal e social"

[5] Tradução livre do inglês

empresas, dinheiro, etc.). E, num mundo de tantas realidades socialmente construídas (como é o do ser humano), as narrativas ajudam-nos a fazer sentido do que nos rodeia (M. D. Jones & Song, 2014).

Por isso, no que toca a políticas públicas, o que o "mundo objetivo" significa varia enormemente, e narrativas políticas emergem como conjuntos de histórias e argumentos que diferentes atores constroem para influenciar tomadas de decisão (Esposito et al., 2020). Especialmente num mundo cada vez mais complexo, em que atores políticos têm de concentrar e simplificar visões complexas do mundo nos curtos espaços de atenção pública que conseguem assegurar, as narrativas políticas ajudam a subscrever e estabilizar premissas essenciais para a tomada de decisões face à incerteza, complexidade e polarização naturais à política moderna (Roe, 1994). Uma narrativa ajuda o agente político a modelar o conhecimento que a sua audiência tem sobre determinado assunto, focando mais sobre um ponto do que noutro de modo a obter apoio para as propostas políticas em que acredita. A estrutura dessas narrativas, apresentada normalmente por recurso à dialética, influencia quer os conceitos que são lembrados e que políticas são vistas como preferíveis, quer a organização cognitiva de ideias e conceitos (M. D. Jones & Song, 2014).

O enquadramento de narrativas funciona assim como um componente importante nas interações entre agentes políticos, estruturas de comunicação, contexto e indivíduos. Ou seja, na construção das realidades sociais. Mas os diferentes agentes políticos não atuam num vácuo: os seus "movimentos" e relações com outros agentes são enquadrados em instituições políticas que estabelecem e cristalizam regras, práticas e procedimentos, funcionando como estruturas de constrangimento da ação política e de mediação de antagonismos (Esposito et al., 2020).

Assim, a disseminação sistémica e empírica de narrativas políticas como as do crescimento económico, da democracia ou da própria ecologia, ensina-nos também que estas não podem ser entendidas independentemente das relações de poder entre diferentes atores políticos.

Para isso, adota-se aqui uma metodologia de dissecação de narrativas políticas, chamada *Narrative Policy Framing* (NPF). Acedendo ao apelo de Jones & McBeth (2010) por uma mais ampla utilização desta metodologia de descortinagem de realidades socialmente construídas, procura-se, por via dela, estruturar uma desconstrução inteligível de cada narrativa política utilizada.

Segundo Esposito et al. (2020), e procurando estruturar uma desconstrução inteligível de cada narrativa política, identifica-se, em cada narrativa política, seis elementos essenciais: os cenários (que enquadram a trama e a balizam em termos de possibilidades e diferenciação com as outras narrativas); as vítimas (elementos que denunciam o problema, materializando em si os impactos sentidos na realidade); os vilões (elementos que materializam o problema com que a narrativa politica se debate); os heróis (simbolizando o elemento essencial à boa resolução política proposta por cada narrativa para o problema identificado); e a moral (entendida como a solução final pretendida e

defendida pelos diferentes agentes políticos envolvidos). Para além disso, e finalmente, identifica-se o enredo da história (ou seja, a "trama", ou o modo como os diferentes elementos da narrativa interagem, revelando as realidades subjetivas de cada um, e as objetivas do mundo em que operam).

Nesta linha de abordagem, que será desenvolvida na parte prática desta tese, rapidamente se apercebe que, apesar de existirem diferentes imaginários sociotécnicos em torno de qualquer conceito social (Curcio et al., 2014; Esposito et al., 2021), algumas narrativas conseguem por vezes atingir um momento de "discurso hegemónico" – capaz de ditar os termos retóricos do debate, e obrigando narrativas rivais a operarem apenas dentro dos limites estabelecidos por esse discurso hegemónico, sob pena de não lhes ser acordada credibilidade (M. D. Jones & Song, 2014). É o caso, sumamente importante para esta análise crítica da realidade social em que estamos inseridos e da qual buscamos saídas, da narrativa do crescimento económico exponencial. Isto acontece porque, sendo o poder fluido e muitas vezes assimetricamente distribuído, grupos dominantes conseguem por vezes "impor" as suas "lógicas totalitárias", traduzidas pelo enquadramento do que é "possível", ou pela imposição de métricas de sucesso advindas das suas próprias realidades sociais – por exemplo a do setor privado e a sua relação com o crescimento económico exponencial (Esposito et al., 2020). Ou seja, conseguem relegar aspetos construídos da sua narrativa política para um papel de "cenário", imutável, de algo que "*é assim*" e sobre o qual o enredo se desenrola, sem ser passível de questionamento.

1.2 - Pré-análise Crítica de algumas das principais Narrativas Políticas da modernidade:

Uma desconstrução crítica inicial sobre as características "funcionalistas" e abordagem "*top-down*" (Klein, 2014) da narrativa *crescentista* ao serviço da eficiência de mercado reforça esta análise: o antagonismo entre atores globais e territoriais sobre o controlo e a distribuição de capitais e investimento tendeu de tal ordem para o "lado global" que impôs a sua narrativa de produção e distribuição em massa, e de neoliberalismo, levando à incapacidade de atores locais (privados ou públicos) de o questionarem e lhe fazerem face. A hegemonia do discurso *crescentista* consegue assim desqualificar informação e imaginários alternativos que proponham abrir espaços para novas narrativas (Stohr, 1988). E o mesmo acontece com a chamada "democracia ocidental", cuja hegemonia narrativa impede que o seu questionamento seja "levado a sério", impedindo consequentemente o seu aprofundamento.

1.2.1 - O Crescimento Económico Exponencial

Roque Amaro nota astutamente que,

> *"embora com diferenças ideológicas e de formas de intervenção do Estado, (…) os modelos (capitalismo e socialismo) foram (ambos) desenvolvimentistas, economicistas, industrialistas (nas suas origens), tecnologistas, antropocêntricos, racionalistas, etnocêntricos e uniformistas ("one size fits all") (Amaro, 2003 pp. 46-47).*

Evoca-se esta nota no início da reflexão por via a evitar desde logo a "armadilha" do crescimento económico socialista, no sentido de que o mesmo poder ser considerado mais "ecológico" ou com menos impactos na Natureza que o seu paralelo capitalista. Ou que a sua organização socioeconómica dê azo a práticas mais sustentáveis ou mesmo decrescentistas. Relativamente ao crescimento económico como modelo e medida do sucesso de uma sociedade, atualmente, e apesar da existência de cada vez mais alternativas socioeconómicas robustas, o considerado "possível" em termos da discussão dita "séria" relativamente à eco-economia, é reduzido a um mero exercício de Keynesianismo-verde vs. Neoliberalismo – ambos produtivistas e crescentistas.

Fruto de uma discussão forjada no pós-Guerra, ambas estas narrativas e entendimentos do mundo assentam em fortes preocupações geopolíticas (por exemplo, de como manter uma economia e exército capazes de rivalizar com o bloco comunista), e vêm na competição a expressão mais básica natureza humana. Nelas, crescimento económico e eficiência dos mercados são pedras basilares do imaginário social, que avalia também a prosperidade humana com base no seu consumo materialista, e na busca quase obrigatória do prazer (Varvarousis, 2019). O ser humano é "lido" pelos outros de acordo com a sua capacidade de consumir, indicador social imediato da sua validade enquanto "membro produtivo da sociedade" (Prado & Cazeloto, 2008).

A natureza desta relação umbilical com o crescimento económico levou também a que as estruturas sociais ocidentais modernas (como os sistemas de saúde, escolaridade, exército, mobilidade, pensões, finança, etc.) ficassem (como estão) totalmente dependentes de um sistema crescentista mundial a funcionar e a produzir sempre e cada vez mais.

Conscientes de que num sistema de mercado *crescentista* os mega excedentes resultantes da produção industrial têm obrigatoriamente de ser absorvidos pelo mercado – sob pena de uma redução da produção e consequente estagnação ou recessão económica –, vários autores denunciam a utilização do crédito, da obsolescência programada, da guerra e do marketing de massas como mecanismos de produção artificial de consumo, capazes de assegurar uma absorção "ótima" do cada vez maior total da imensa produtividade fóssil-industrial (Baran & Sweezy, 1968; Kallis & March, 2015; Klitgaard & Krall, 2012). Perante a um cada vez mais provável cenário de colapso (total ou parcial, rápido ou paulatino) da civilização moderna global (ver abaixo nesta tese, sob "Crítica ao crescimento exponencial"), estes esforços deliberados para o aumento do consumo resultam num estado

psicológico de semi-abandono das populações ocidentais (Hollender, 2018; Servigne & Stevens, 2015). Um estado em que aqueles que mais poluem estão dispostos a aceitar a sua própria substituição, mesmo a sua própria extinção (!), se o preço da sobrevivência for o de ter de parar as máquinas ou mesmo sequer reduzir a quantidade de energia que as alimenta (Mumford, 1956).

Isto vem confirmar e agravar as conclusões do famoso relatório Meadows que na década de 70 alertou para, se o presente sistema se mantivesse, a possível e abrupta disrupção nos equilíbrios naturais e civilizacionais no planeta a partir da segunda década do segundo milénio (Meadows et al., 1972) – aquela em que acabamos de entrar.

Desde então as projeções do relatório têm sido contrastadas com dados atualizados, confirmando por um lado a robustez dos modelos usados e, por outro, o cenário previsto de "*business as usual*" até aos dias de hoje (T. Jackson & Webster, 2016). Este relatório recebeu o nome de "*Limites ao Crescimento*" precisamente por encontrar uma relação antagónica entre crescimento económico constante e limites materiais do planeta – relação cujos resultados expectáveis se encontram espelhados na fig. 1 abaixo.

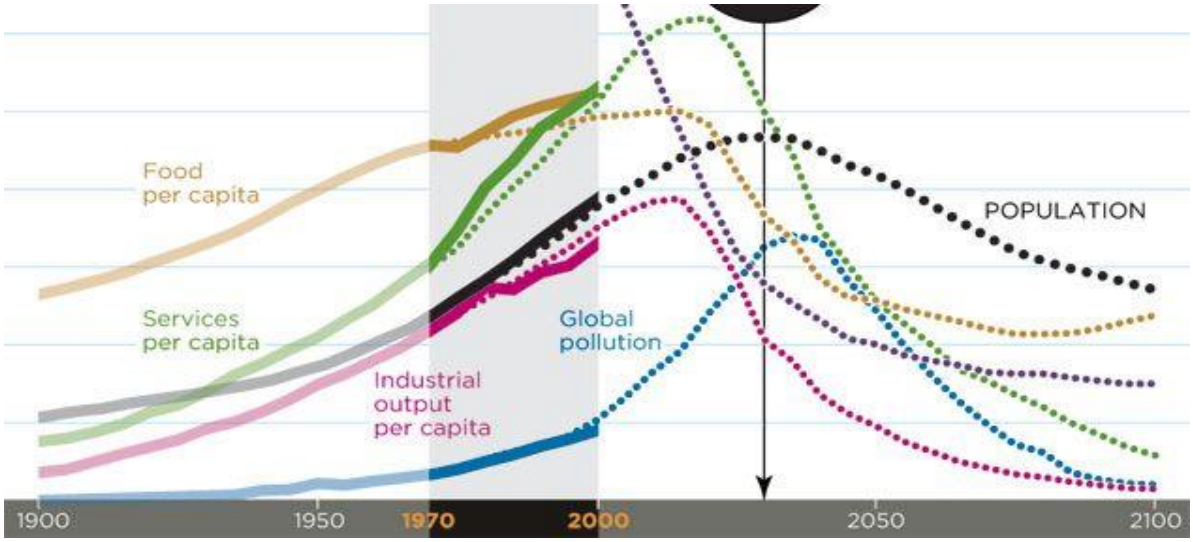


Figura 1.1 - Estrutura conceitual do relatório "Limits to Growth"[6]

Este é um entendimento hoje reforçado com a aplicação do chamado "paradoxo de Jevons[7]" a sistemas complexos e ecológicos: ou seja, que o crescimento económico leva sempre, em termos absolutos, ao aumento das emissões de CO^2, bem como ao aumento de consumo de materiais

[6] Retirado de (Meadows et al., 1972)

[7] Assim nomeado devido ao investigador Inglês que o teorizou, William Jevons;

(Thimothée Parrique et al., 2019) – o que por sua vez implica a destruição de ecossistemas para a sua sempre maior e continuada extração.

O paradoxo de Jevons, inicialmente teorizado no estudo dos impactos do carvão enquanto força motriz da economia industrial nascente na Inglaterra do final do sec. XIX (Jevons, 1866), é hoje um dos mais importantes teoremas em economia ecológica. Preconiza que os avanços tecnológicos que aumentam a eficiência com que um recurso é usado na produção industrial, permitem às empresas vender um produto melhor, produzido com menos recursos, ou mais barato. Qualquer um destes aspetos leva a que as empresas consigam aumentar a sua "fatia de mercado", atraindo novo capital/investimento que lhes permite produzir mais unidades no total – levando "paradoxalmente" a um aumento no consumo total desse recurso, em vez da diminuição que intuitivamente se esperaria obter com o avanço tecnológico (Alcott et al., 2012; Jevons, 1866).

Ou seja, não é possível dissociar a necessidade de continuar a crescer economicamente do consumo energético e material necessário para manter esse crescimento. O que por sua vez equivale a uma impossibilidade de dissociar crescimento económico de destruição de ecossistemas e de emissões de carbono – quer pela natureza extrativista do sistema presente, como pelo facto de 84% da energia mundial necessária para fazer mover todas as gigantes cadeias de produção ser ainda baseada em combustíveis fósseis (BP, 2020; Thimothée Parrique et al., 2019), inclusive para a construção de infraestrutura relacionada com o pretendido "crescimento verde" que a transição energética de todos os governos do mundo promete.

Nota Viriato Soromenho Marques que isto levou a que o relatório tenha recolhido violentas reações de vários quadrantes:

> *"Cientistas e académicos acusaram o trabalho de não ter um cabedal suficiente de informação para fundamentar os cenários mais alarmantes. Os neoliberais consideraram o relatório como uma violação do dogma religioso do crescimento exponencial. Os marxistas descobriram no texto uma conspiração para impor uma austeridade generalizada e afastar os trabalhadores e os povos recentemente liberados do colonialismo de usufruírem do progresso material. No entanto, só uma leitura destruída poderia encontrar pessimismo num livro repleto de sinais de esperança e, sobretudo, pleno de confiança na capacidade de uma humanidade esclarecida poder mudar de rumo atempadamente." (Schmidt (org.), 2023, pp. 52)*

No fundo, o que o relatório sobre os Limites do Crescimento alerta é para os perigos da construção de narrativas políticas sobre premissas incuriais (i.e., de que a economia global pode crescer indefinidamente um planeta com recursos finitos). Ou seja, que a presente organização da produção é insustentável no curto prazo.

Usando aqui um exemplo, procurando abandonar momentaneamente a arrogância antropocêntrica que nos permeia e tantas vezes impede comparações com outros seres vivos considerados "menores", pensemos numa praga qualquer – digamos de gafanhotos, exemplo mormente conhecido desde alturas bíblicas: Quando uma espécie se depara com condições ótimas para a sua replicação (temperatura, acesso facilitado a energia/alimentação, ausência de predadores, etc.), esta passa a dar-se exponencialmente. Os seus números passam então a multiplicar-se, levando por vezes a população em causa a ultrapassar a capacidade de carga do ecossistema que enquadra a sua existência. Ao fazê-lo, essas espécies tão "bem-sucedidas" (no sentido que a sua replicação acontece independentemente do resto das espécies que compõem o seu ecossistema circundante) passam a "consumir" excessivamente o seu ecossistema circundante, ultrapassando a sua capacidade de carga, e corroendo as bases do mesmo. Ora, a um momento, tendo consumido um ou mais dos recursos que lhe permitiram a sua replicação tão abundante, as populações entram em colapso abrupto, vendo os seus números reenquadrados na nova -e agora reduzida- capacidade de carga que a voracidade dos seus imensos números passados imprimiu no seu ecossistema.

Este mecanismo de reequilíbrio é bem conhecido da biologia, e muito estudado na Natureza: chama-se, em inglês, um *Overshoot*, e representa-se como o gráfico abaixo, que procura simplificar o conceito exposto por William Catton (em 1982) :

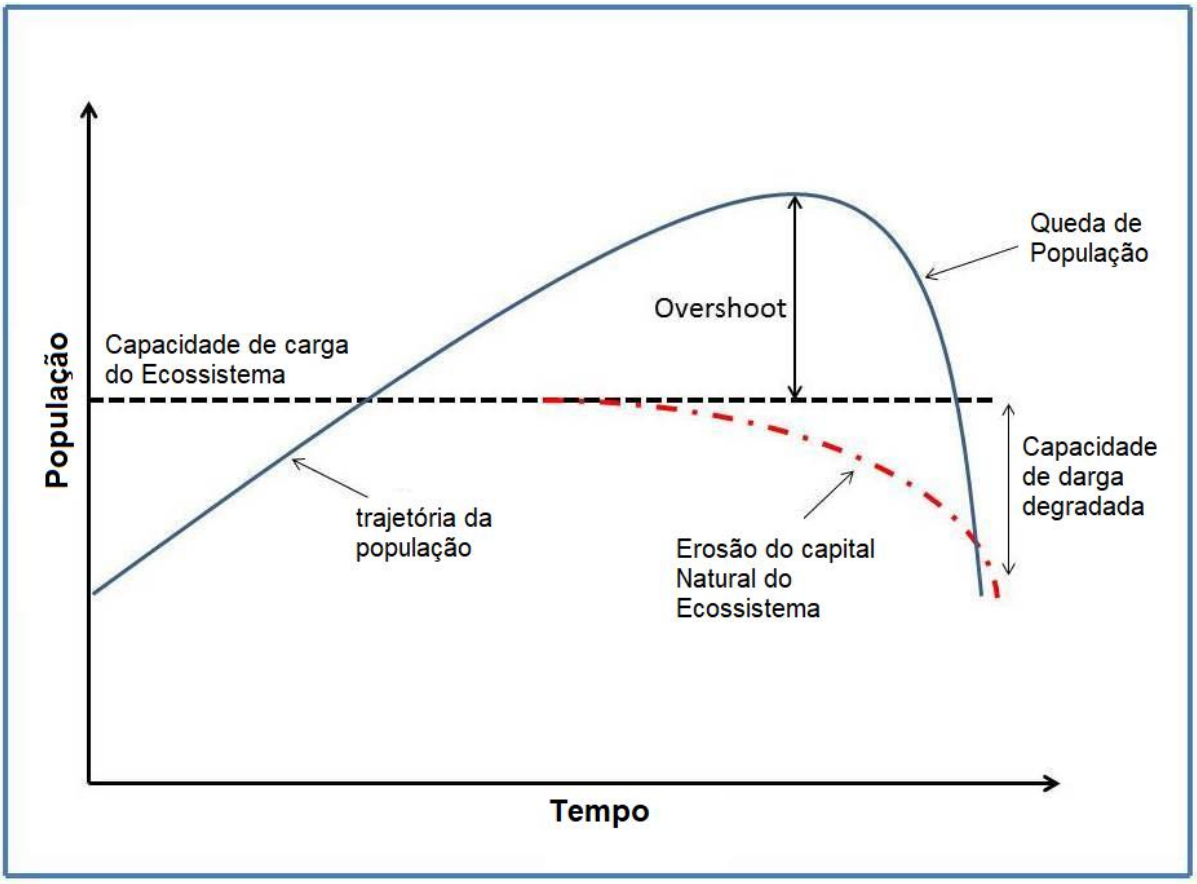


Figura 1.2 - Diagrama Simplificado representando a ultrapassagem (overshoot) e o colapso da capacidade de carga de um ecossistema

A interiorização deste entendimento do sistema terra (i.e. Natureza + sistemas Humanos, estudados na sua complexidade e interconexões) como um todo insustentável, levou à introdução do conceito de *colapsologia,* como abordagem de estudo -e, extrapolando, previsão- das implicações práticas da ultrapassagem dos limites biofísicos basilares ao funcionamento de uma civilização (ver por ex: Bendell, 2018; Diamond, 2005; Joergensen & Müller, 2019; Servigne & Stevens, 2015).

David Graeber e Jonathan Crary sumarizam bem o sentimento que anima esta abordagem, e esta tese de doutoramento:

> *"O sistema [capitalista] vai atingir o seu limite físico. Nessa altura, com alguma coisa vamos ficar, mas não há de ser um sistema de expansão infinita. Não há de ser o capitalismo; há de ser outra coisa. No entanto, não temos nenhuma garantia de que será melhor. Pode ser bem pior." (Graeber, 2007, pp.8);*

Na continuação da mesma linha de raciocínio, diz Jonathan Crary que

> *"não estamos longe – no máximo algumas décadas – do limiar de um mundo pós-capitalista. [E] a não ser que haja uma prefiguração ativa de novas comunidades e formações capazes de se governarem em igualdade, de partilharem propriedade, e de cuidarem dos membros mais fracos, o pós-capitalismo será um novo domínio do barbarismo e despotismos regionais, e pior, a escassez assumirá formas selváticas difíceis de imaginar." (Crary, 2022, pp.145)*

Por outro lado, a hegemonia global da narrativa do crescimento económico constante levou também ao surgimento de contra-narrativas baseadas em imperativos ecológicos (Klein, 2014; Park, 2015). Estas incluem o abandono do PIB como medida única do bem-estar ou desenvolvimento de uma sociedade (Sen & Visser, 1999), bem como a procura de modos de satisfação de necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Estas contra-narrativas serão discutidas, e por sua vez dissecadas e analisadas, no capítulo IV desta tese.

1.2.2 - A Democracia Ocidental Moderna

Na mesma linha, a democracia representativa liberal é tida também ela como inescapável e "final", não questionando nunca as suas próprias premissas não examinadas. Nesta secção introdutória dedicada aos modelos representativos liberais – ditas democracias ocidentais modernas – que organizam a totalidade dos estados "ocidentais" inclui-se o estado português (em cujo este projeto de investigação ativa se desenrola) bem como da sua relação com a insustentabilidade sistémica que vivemos.

Apontada por Ellen Woods (1995) como a expressão política do capitalismo, o sistema representativo liberal vem institucionalizar "democraticamente" a visão *crescentista*, produtivista e utilitarista da natureza (Fotopoulos, 2007a) nas nossas sociedades. Ou, como tão bem escreveram Theodoro Adorno e Max Horkheimer,

> *"a filosofia do Iluminismo foi mecanizada para um cientismo racional que carece de reflexão crítica. O racionalismo e a ciência tornaram-se uma metodologia administrativa que se limita a satisfazer as necessidades (irracionais) do capital global*[8]*"*
>
> (Horkheimer & Adorno, 2002, pp. 28)

[8] Traduzido livremente do inglês

Também Bonaiuti (2012) refere que a democracia liberal representativa moderna apresenta vários problemas (que agravam a problemática aqui tratada da possibilidade e direção da transição social):

i) por um lado surge na origem da atual crise política que diminui o significado de cidadania e aumenta os seus níveis de passividade face ao que (hoje em dia) se entende por "política". O efeito da massificação e do marketing industrial levam a um conformismo generalizado e à progressiva identificação com o sistema, dissolvendo sentidos de consciência, autonomia ou responsabilidade que estão na base da democracia.

ii) por outro, concentra (hoje e historicamente) o poder nas mãos de elites politico-económicas. O imenso tamanho e complexidade do aparto burocrático estatal implica diretamente a dependência de "especialistas" e tecnocratas que se propõem gerir a coisa pública de forma "otimizada", mesmo se de forma antagónica à democracia e suas decisões. O princípio de delegação, relevante para escalas de proximidade "compreensíveis", perde o seu caracter democrático à medida que se afasta de quem delegou o seu poder, e rapidamente se transforma numa cimentação de poder de decisão, longe dos fóruns e da capacidade de intervenção ou compreensão da cidadania. E, por fim,

iii) sustenta e está profundamente dependente de um desenho económico dogmático, baseado no crescimento económico exponencial e constante, com todos os impactos ambientais, sociais e económicos que este implica. Uma vez que todos os sistemas sociais (saúde, educação, pensões, etc.) foram construídos tendo por base premissas de um crescimento infinito, o reimaginar destas fundações implica o abandono do presente desenho da sustentabilidade financeira desses sistemas. Algo que leva à recorrente (se potencialmente errónea) equiparação entre o fim do crescimento económico e o fim do Estado Social.

Vinca-se assim aqui a inescapável dicotomia umbilical entre economia e política – sobretudo para esta análise: a hegemonia da narrativa política do *crescentismo, fundamental à democracia liberal representativa da modernidade,* implica um desconhecimento considerável sobre as interações entre a socio-economia e os sistemas biofísicos da terra, sobretudo em torno das dinâmicas do processo de acumulação *crescentista.*

Esta é uma falta de conhecimento encontrada quer na cidadania, quer no poder político, na comunicação social, e mesmo da própria academia. Ou seja, existe uma "cegueira" coletiva em torno das complexas interações estruturais entre produção, consumo e distribuição (Klitgaard & Krall, 2012) de escala global e fundada largamente no consumo de energia fóssil – como já referido, hoje ainda 84% do *mix* energético global atual (BP, 2020). Uma cegueira que conduz a uma tremenda posição de incoerência, de enorme fragilidade teórica, e que nos compele a tomar decisões graves e eventualmente perigosas.

> *"Acreditar e agir como se todos os limites fossem apenas uma fronteira a ser ultrapassada condena-nos a confrontarmo-nos com limites que nem sequer podemos imaginar. Basta pensar no que aconteceria a uma pessoa que se comportasse sob a ilusão de não haver limites. Para além de ser certamente diagnosticado com uma psicose, rapidamente acabaria por se colocar em grave perigo"* [9]
>
> (Benasayag & Cany, 2021, pp. 279)

Foi por via deste desconhecimento e dinâmicas que entrámos no Antropoceno (Barca, 2020). Como referido acima, vivemos hoje num mundo em acelerada mudança, onde o equilíbrio dos ecossistemas está em rota de colisão com a viabilidade socio-económica das nossas sociedades (Beling, 2019), e o seu imperativo de aumento constantemente dos seus fluxos energéticos e materiais para se perpetuar no tempo. Ora, face á cada vez mais gritante insustentabilidade do modo de vida crescentista, extrativista e produtivista e tecno-industrial (Thimothée Parrique et al., 2019), vozes de alerta começam a elevar-se, um pouco por todo o mundo**.**

Morais Mourato & Bussler (2019), por exemplo, apontam com clareza a atual relação insustentável entre natureza e a organização socio económica moderna dos seres humanos, que tem todos os sinais de ameaçar criticamente a sustentabilidade dos ecossistemas e mesmo da vida humana, ao ponto em que a ameaça de colapso social se começa a tornar uma séria preocupação pública (Brown, 2017; Hollender, 2018; IPBES, 2019; IPCC, 2022; Montoya et al., 2018; Steffen et al., 2015).

Enfrentar este imenso predicamento obrigará necessariamente a configurar um novo contexto para qualquer transição socio-ecológica em direção a novas formas de vida e trabalho forçosamente baseadas em práticas de sustentabilidade, regeneração, construção de autonomias e de resiliência (Olsson et al., 2017; Pel & Bauler, 2014; Rickards, 2015) – e "libertas" do fardo do crescimento económico exponencial.

Há que tomar em conta algumas importantes características que enquadram este desafio, e que o tornam tão urgente quanto difícil de resolver: por um lado o reduzido horizonte temporal (IPCC, 2022) para a ação efetiva; por outro, o facto de que aqueles que causam o problema também terem nas mãos a capacidade de promover soluções – ou de não o fazerem; dá-se também pela falta de existência de administrações centrais capazes de fazer face ao problema, uma vez que vivem(os) um defeito fulcral da democracia representativa liberal moderna, que busca procurar ganhos (eleitorais e

[9] Tradução livre do françês

financeiros) a curto prazo, ignorando rotineiramente o bem estar de gerações futuras (Morais Mourato & Bussler, 2019). Outro problema, que não pode ser ignorado, é a terminante falta de vontade das populações em perderem o que quer que seja do materialismo atingido nas suas vidas, opondo-se instintivamente a tudo quanto sugira a necessidade do contrário.

A dependência estrutural que os nossos sistemas sociopolíticos (sistemas de saúde, educação, pensões, segurança, etc.) têm do crescimento económico é outro importante vetor a ter em conta quando pensamos este assunto e nos debruçamos sobre possíveis futuros, não obstante o antagonismo entre esse crescimento exponencial e a estabilidade dos ecossistemas e da biosfera (IPBES, 2019; Thimothée Parrique et al., 2019) -. Nesta linha, é importante o contributo de O'Brien (2012, pp. 668), que advoga coragem para tomar políticas concretas de adaptação às alterações climáticas, que implicariam "*um questionamento das suposições, crenças, valores, compromissos, lealdades e interesses que criaram as estruturas, sistemas e comportamentos que contribuem para a as alterações climáticas antropogénicas, vulnerabilidades sociais e outros problemas ecológicos e ambientais*"[10]. É um apelo que esta tese de doutoramento se propõe a aceder.

Como parte desta análise sobre os sistemas democráticos que sustentam e dependem estruturalmente do crescimento económico exponencial, analisa-se, também em modo de introdução histórica, a origem deste predicamento, fazendo uso do texto basilar de Timothy Mitchell (2009). Segue-se a isto uma pequena crítica daquilo a que chamamos aqui de "estudo acrítico dos sistemas de democracia representativa liberal", usando como exemplos alguns trabalhos selecionados de Freire (2017) e José Manuel Leite Viegas (Viegas et al., 2010), mas sobretudo revendo a literatura em torno de propostas alternativas. Seleciona-se para isso o texto seminal de D'Alisa & Kallis (2020) como exemplo de uma abordagem metodológica praticada na vertente académica crítica ao atual sistema de democracia. Outros autores serão trazidos amiúde para esta análise, reforçando, contrapondo ou complementando o uso das abordagens e metodologias utilizadas geralmente no tratamento das diferentes abordagens ao estudo da democracia.

Revisemos então uma reinterpretação histórica em que foram as energias fósseis que permitiram (e hoje limitam) as democracias modernas (Mitchell, 2009). A ligação entre a democracia representativa liberal e o consumo energético e material das sociedades modernas teve a sua génese no século XIX. Os combustíveis fósseis permitiram o nascimento e reforço de uma nova classe social – a burguesia – que lançou ou recuperou a base ideológica da democracia moderna, acentuando com ela uma geografia de concentração urbana, e forjando também a ideia de um "estado-nação", base territorial das democracias. Simplificando, o carvão terá permitido o aumento do rendimento da

[10] Traduzido livremente do inglês

máquina a vapor, o que levou à manufatura em larga escala, traduzindo-se também na concentração de massas populacionais em torno de fábricas, e das cidades. Isto criou uma classe operária que se viria a organizar em sindicatos para a combater a sua precarização e *desempoderamento*, levando paulatinamente ao que hoje entendemos como democracia (Mitchell, 2009), com todos os seus equilíbrios, distribuição e separação de poderes.

É imperativo compreender as implicações desta ligação histórica e umbilical entre democracia, combustíveis fósseis e crescimento económico. Só assim podemos compreender a dependência que as nossas sociedades têm das energias fósseis e, daí, partir para a compreensão – e crítica – da atual democracia que as gere (no ocidente global). Já da descoberta do petróleo (enquanto energia barata, abundante e poderosa) emerge um novo modelo de cálculo político de gestão da vida coletiva: a noção da possibilidade de um crescimento económico infinito e exponencial. Sem este crescimento económico constante, o nosso modo de vida *moderno* não teria sido (nem é) possível – incluindo os presentes arranjos sociais, políticos e económicos.

Desde o momento em que a Democracia moderna apareceu no Reino Unido – o primeiro país a sair de um estado de "economia estável" da idade média, para entrar numa "economia de crescimento" (considerada "normal" hoje em dia), que não há um único exemplo histórico i) de países a abraçarem essa democracia sem terem, primeiro, instalado uma economia de crescimento exponencial, e ii) de países que conseguiram manter-se em democracia perante casos prolongados de contração física, estrutural, económica das suas sociedades (Jancovici, 2015).

Esta tese ancora-se assim sobre uma análise longitudinal do enunciado, o que lhe permite avançar uma compreensão mais holística da problemática em questão. Adota-se assim uma abordagem positivista, estabelecendo relações históricas e causais entre diferentes forças, padrões de impacto e progresso, relacionando conceitos e descrevendo e analisando as realidades emergentes (Mitchell, 2009) - na linha de outros trabalhos que se debruçam criticamente sobre o tema (Czarniawska, 2010; Jancovici, 2015; Woods, 1995).

Não se procura aqui avançar teorias gerais de Democracia, mas apenas expor as profundas ligações entre democracias modernas, luta social, e dependência estrutural de crescimento económico exponencial e de fontes de energia fosseis –considerado importante e relevante para a emergência do tipo de análises críticas e construtivas de novos mundos, como pretende ser este esforço de investigação.

De resto, uma análise crítica da democracia depressa descobre que a associação histórica entre democracia liberal e liberdade económica (entre crescimento ilimitado e soberania absoluta do capital) urge uma reformulação em torno do "reconhecimento parcial da necessidade de limites democráticos à liberdade económica" (Deriu, 2012). Há de fato muitas reservas, sobretudo empíricas,

quanto à possibilidade de uma democracia representativa, liberal e capitalista ser um sistema eficaz para permitir e apoiar uma transição verdadeiramente ecológica. Pelo contrário, é amplamente considerada como essencial uma refundação democrática capaz de encaixar e nutrir a necessária transição (ver por exemplo Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012; Fotopoulos, 2007a). Esta é uma linha de pensamento esposada neste esforço de investigação, e móbil principal para a busca de novos arranjos económicos e democráticos capazes de ancorar uma verdadeira e profunda transição, que não se mantenha refém das lógicas *crescentistas* (i.e. do imperativo do lucro) que a motivaram desde o primeiro momento.

Introduz-se por isso aqui um breve nota crítica às abordagens, análises e estudo das democracias modernas ocidentais, identificando duas correntes: de um lado encontra-se um corpo de cientistas sociais dedicado a estudar o desenho e a performance das democracias existentes - modernas, representativas, liberais – sem as questionar. Do outro lado, um outro corpo investigativo utiliza metodologias para fazer uma revisão crítica dos postulados e premissas dos sistemas presentemente vigentes, procurando dissecá-los, bem como á sua validade e adequação à situação que se propõem regular, antes (ou em vez de) de partir cegamente para a análise da sua "*performance*".

A abordagem metodológica do primeiro "grupo", que é aqui nomeado de "acrítico" [11], tende a basear-se em métodos quantitativos. Utiliza sobretudo sondagens e questionários a eleitores e elites políticas sobre o funcionamento de uma realidade política e social observável – cuja validade ou adequação não é nunca questionada (ver por exemplo Fernandes, 2017; Freire, 2017; Lijphart, 1999; Merkel, 2004; Viegas et al., 2010). É provavelmente por tratarem com uma realidade objetiva e mensurável, que estas análises "acríticas" do sistema tendem a utilizar uma abordagem mais quantitativa, recorrendo a métodos comparativos e a análises que permitam explorar o tema – sem nunca o questionar. Por exemplo, quando Tiago Fernandes ou Wolfgang Merkel se debruçam sobre as várias formas que a democracia representativa tomou em diferentes partes do globo, tentam identificar e desconstruir as suas partes constituintes (a que chamam de "regimes parciais") de modo a melhor poder classificar os regimes que adotaram esse modelo de gestão social (Fernandes, 2017; Merkel, 2004). Mas o maior problema aqui é o fato de que a análise e estudo aprofundado de um sistema – mesmo se este for manifestamente inadequado para a gestão de equilíbrios sociais, económicos e ecológicos– acaba por validá-lo e reforçá-lo (Woods, 1995), tornando mais difícil a essencial tarefa de o questionar e permitir a emergência de novos paradigmas.

[11] No sentido que não questionam a adequação do mesmo como modelo organizativo das sociedades em que vivemos.

Por exemplo, quando Lijphart afirma que democracias representativas mais consensuais são mais democráticas que outras mais de tendência majoritária (Lijphart, 1999), assume a democracia representativa como um espectro final e inescapável da sociedade moderna, um pouco na lógica adotada na obra de Francis Fukuyama do fim da história (Fukuyama, 1992). Ou seja, da perspetiva de uma análise de política narrativa, é atribuído à democracia representativa liberal (assim como a necessidade de crescimento exponencial da economia) um papel de "cenário" na narrativa dominante – uma realidade de "*background", imutável,* inquestionável, assumida como "natural" ou "inescapável" (Crow & Jones, 2018). Tal como acontece com o crescimento económico, numa leitura tão propositadamente interconectada quanto estas duas invenções sociais. Nesta linha, nota Viriato Soromenho Marques que,

> *"as políticas públicas de ambiente e clima têm-se caracterizado (…) pelo pressuposto não interrogado de que a crise ambiental e climática constitui um epifenómeno indesejado de um processo globalmente positivo que pode ser corrigido através de uma convicção, também ela não questionada, acerca da essência ilimitada do nosso engenho técnico, capaz de estar à altura de todo e qualquer desafio. Por muitos dolorosos que sejam os danos colaterais, para essa visão convencional não está em casa a bondade do processo civilizacional em curso, nem a possibilidade de resolver ou atenuar os danos colaterais infligidos pela ação antrópica sobre o ambiente." (Schmidt (org.), 2023, pp.54)*

Quando, por outro lado, se assume uma perspetiva crítica às premissas da democracia representativa liberal moderna, a metodologia adotada imediatamente se "ancora" na revisão crítica dos fundamentos e origens históricas da mesma, seguindo-se uma análise paralela às crises a que essa história leva (sociais, económicas, ecológicas, etc.) com um forte pendor construtivista que permite extrapolar sugestões e alternativas ao modo de organização social. Especialmente quando se incorporam nessa análise os imperativos biofísicos que permitem qualquer tipo de sociedade, democrática ou não. Ou seja, quando se interioriza, no início do estudo ou de qualquer questionamento crítico, que os imperativos biofísicos são o verdadeiro "cenário" que condiciona e permite todas as outras coisas – e não, por exemplo, um determinado modelo de democracia, ou a necessidade (subjetiva) de continuar a crescer economicamente até a um suposto infinito. Sendo que esta é a intenção deste projeto de investigação, o mesmo esforço e metodologias são aqui replicados.

É por via desta análise metodológica, relacionada com a literatura académica proveniente de uma esquerda[12] mais "radical"[13], que se propõe nestas linhas uma leitura crítica da democracia representativa liberal, a par e par com a análise que se vai fazendo da necessidade estrutural que as mesmas têm de um contínuo crescimento económico exponencial. Esta segue alguns padrões identificáveis, baseando-se inicialmente em abordagens empíricas e históricas da relação entre as diferentes dinâmicas que compõem e acompanham a democracia liberal, analisando o problema sobretudo por uma perspetiva positivista (quer do estado da ecologia, quer do capitalismo e mesmo da história da democracia ocidental moderna).

Para isso, exploram-se aqui as ligações entre democracia, capitalismo, luta de classes e energia fóssil (como avançado, por exemplo, em D'Alisa & Kallis, 2020; Mitchell, 2009; Woods, 1995), tentando dissecar sistémica e analiticamente a narrativa em estudo, e procurando explicitamente estimular a emergência de novos imaginários políticos. Estas análises, aqui identificadas como "críticas" da democracia representativa liberal tendem, metodologicamente, a adotar um carácter mais empírico, sempre histórico, e amiúde comparativo, focando-se mormente na análise do presente e na história da construção institucional. Neste doutoramento estas metodologias são depois combinadas com a utilização de análises quantitativas resultantes de levantamentos científicos extensivos: quer na análise do presente estado da natureza (evolução das emissões de carbono, desaparecimento de espécies, desflorestação, presença de microplásticos nos ecossistemas, consumos de água, etc. (Bendell, 2018; D'Alisa & Kallis, 2020; IPBES, 2019; IPCC, 2022; Servigne & Stevens, 2015)), quer na análise da relação entre crescimento económico, justiça e bem-estar social, e preservação ambiental (Kallis & March, 2015; Mitchell, 2009). A escolha desta linha metodológica, nas análises críticas dos sistemas democráticos modernos, bem como nesta tese de doutoramento, pretende ancorar uma leitura -alternativa- da realidade social da modernidade em indicadores científicos, de modo a fundamentar as propostas de reorganização social que acabam por surgir num segundo momento da sua investigação/artigo (por exemplo Bobbio, 1986; Kallis & March, 2015; Latouche, 2007).

Outras abordagens críticas da democracia liberal abraçam também análises comparativas de base histórica e epistemológica, de modo a conseguirem identificar diferenças entre democracia representativa e outros tipos de democracia - como democracia direta ou deliberativa (Cattaneo et

[12] Assumo que o espectro esquerda-direita é simplista, mas considero que o tipo de crítica ao capitalismo e à democracia liberal e representativa aqui trabalhado advém inequivocamente de uma herança daquilo a que chamamos, imprecisamente, de "esquerda".

[13] Radical no sentido etimológico (do Latim radicis), ou seja, em se preocupar á priori com as "raízes" de um problema – em vez de o explorar acriticamente.

al., 2012; Fotopoulos, 1997; Salleh, 2017). Bonaiuti, por exemplo, distingue epistemologicamente entre autocracia (governo por uma minoria única), democracia (em que as elites se revezam na detenção do poder político[14]), e autonomia (em que cidadãos e cidadãs têm a mesma possibilidade efetiva de participar na legislação, governo, jurisdição e institucionalização da sociedade) (Bonaiuti, 2012).

As metodologias utilizadas nesta abordagem são normalmente, e num primeiro momento, de caráter realista ou positivista. Adotam, no entanto e num segundo momento, uma abordagem mais construtivista e mesmo "interpretativista", numa abordagem de certa maneira replicada neste trabalho de investigação, em que se procuram abrir novas narrativas e possibilidades "para lá" do "reino do possível" que as atuais estruturas de poder parecem permitir ou conceber.

Exposto isto, avança-se agora para um aprofundamento das difíceis, mas vitais, problemáticas abordadas neste doutoramento.

[14] Boillat refere-se a esta definição de democracia como "poliarquia". Para ele, democracia implica a inexistência de elites minoritárias estáveis (Boillat et al., 2012)

2) CAPÍTULO II – ECOLOGIA: REALIDADE OBJETIVA OU NARRATIVA POLÍTICA?

Este é um capítulo importante desta tese de doutoramento. É nele que se procura obter um retrato fidedigno e corajoso do estado dos ecossistemas globais, quer nos seus diferentes componentes, quer no seu extenso e intricado total. A compreensão e interiorização profunda da condição presente dos ecossistemas, da relação entre esta teia da vida com as construções socioeconómicas humanas, e do resultado tangível desta interação, constitui um poderoso guia, capaz de enquadrar questões, estratégias e abordagens para além do que é considerado como "possível" na modernidade. Este capítulo começa então por oferecer uma revisão histórica da ecologia enquanto conceito e prática global, focando sobretudo na compreensão e conceção que os Estados dela têm desde o fim da II Guerra Mundial. Mergulha depois nas implicações que a dita "ecologia de Estado" teve por todo o globo, nas sociedades humanas e nos ecossistemas em que estas floresceram, incluindo na agricultura, no desenvolvimento, na guerra fria, e nos movimentos sociais e ecológicos. No final do capítulo, como que num "complementar contraponto", revê-se em profundidade a situação ecológica global atual, de modo a balizar toda a reflexão que se segue, cruzando realidades objetivas com realidades sociais, e dando o mote para o capítulo seguinte.

2.1 - Revisão histórica da ecologia global

> *"Da mesma maneira que não podemos responder à globalização capitalista com uma globalidade anti-capitalista - sendo a globalidade o próprio capitalismo -, é ilusório opormo-nos à ameaça ecológica com um ecologismo globalizante de gestão alternativa. É apenas na multiplicidade situacional que o poder e a alegria se podem desenvolver, mesmo sem qualquer promessa de convergência para guiar as nossas ações"*
>
> (Benasayag & Cany, 2021, pp. 262)

Este segundo eixo revê, empírica, qualitativa e quantitativamente, as análises do estado de degradação atual - e objetivo - da Natureza, de modo a ancorar um entendimento profundo, científico e honesto (mesmo se "de difícil digestão") sobre o predicamento com que nos deparamos.

Como pequeno enquadramento histórico, sem pretender reescrever tanto do que já foi escrito, e servindo de introdução a aprofundamentos vários do mesmo neste e no próximo capítulo desta tese, relembra-se aqui que o movimento ecologista global tem suas raízes no conservacionismo americano do final do século XIX e início do século XX, um período marcado por figuras como John

Muir e Theodore Roosevelt, que promoveram a criação de parques nacionais e a proteção de áreas naturais naquele país. Este movimento inicial focava-se sobretudo na conservação de recursos naturais e na preservação da vida selvagem, afastando o ser humano desses ecossistemas, principalmente em resposta à crescente industrialização. No entanto, foi após a Segunda Guerra Mundial que o "ímpeto ecologista" ganhou expressão global, impulsionado pelos variados impactos ambientais negativos resultantes do crescimento económico acelerado desse período e do uso intensivo de tecnologias destrutivas, como armas nucleares, pesticidas químicos, e outros tipos de poluidores. A publicação do livro *Silent Spring* de Rachel Carson em 1962, por exemplo, alertou o mundo para os perigos do uso indiscriminado de DDT e outros produtos químicos, sendo considerado um dos catalisadores do movimento ambientalista moderno.

Para além do relatório *Limits to Growth*, de Donella Meadows, um dos principais marcos no desenvolvimento da ecologia política mundial foi o *Relatório Brundtland*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Intitulado *Our Common Future*, o relatório introduziu o conceito de "desenvolvimento sustentável" – definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Desde então, outros eventos importantes, como a Conferência do Rio de 1992 ou o Acordo de Paris de 2015, moldaram o discurso e as políticas ambientais globais, evidenciando, no entanto, as tensões entre interesses económicos e as necessidades ecológicas, um debate que continua a evoluir no cenário internacional contemporâneo (Brundtland et al., 1987) – e para o qual se procura contribuir e aprofundar nas linhas que se seguem.

Comecemos por reenquadrar esta reflexão nos contextos acima desenvolvidos de Antropoceno e da construção social do crescimento económico exponencial das nossas sociedades modernas. É com este contexto de fundo, que se questiona aqui a assunção de que as políticas ambientais internacionais têm a capacidade de promover a proteção ou regeneração de ecossistemas vitais à sobrevivência humana. Isto porque, apesar de terem existido, de fato, várias conferências, legislação, e todo o tipo de políticas ambientais durante mais de 50 anos, há que perguntar porque continua a enorme maioria dos indicadores ecológicos a piorar de década para década. Para compreender isto, temos de rever o posicionamento dos estados face ao ambientalismo internacional desde as suas origens e, extrapolando, até aos dias de hoje (Brain, 2016). É essencial e urgente compreender como e porquê estas políticas foram pensadas, defendidas e implementadas ao longo da sua história – e porque continuam tão ineficazes, hoje como sempre.

É por isso importante conhecer a relação entre governos e ecologia desde o seu "nascimento" enquanto movimento de consciencialização global (McNeill, 2001). Esta é uma história que começa (a agravar-se) no final da II Guerra Mundial, no desenhar do novo mapa geopolítico e económico global.

É durante a Guerra Fria, e em paralelo com as questões geopolíticas e energéticas advindas da recém-descoberta energia nuclear, que a ecologia começa a fazer parte da política internacional. No entanto, como referido, apesar de mais de 50 anos de avisos científicos, de centenas de conferências e "acordos internacionais" sobre o clima e os ecossistemas, e de todos os avanços tecnológicos e de mobilizações massivas da cidadania, a grande maioria dos indicadores ecológicos revelam uma deterioração acelerada, imensa e crescente. Desflorestação, sobrepesca, agricultura industrial, transporte internacional, quantidade de carros, CO2 na atmosfera, produção de plástico e sua presença nos oceanos, extinção de espécies, entre tantos outros - todos os indicadores continuam a agravar.

Ou seja, o modo de vida dominante da humanidade moderna, e as estratégias políticas para o manter a todo o custo, são insustentáveis: as premissas em que se baseiam não são apenas incoerentes no que toca a direitos e liberdades, igualdade entre todos; atentam também direta, inversa e proporcionalmente contra os ecossistemas e seus equilíbrios. O presente sistema de organização socioeconómica *crescentista* (produtivista, industrial, e dependente de um crescimento económico constante) é insustentável, o que - literalmente - significa "que não se pode sustentar, defender, manter." E isso significa que teremos, mais cedo ou mais tarde, e "a bem ou a mal"[15], de evoluir para outros sistemas socioeconómicos.

É desde logo evidente a incongruência entre as reais necessidades de preservação ambiental (de proteção, preservação e regeneração) e o posicionamento das grandes potências durante a Guerra-Fria. Desde a geopolítica, à militarização da Natureza, ao desenvolvimentismo internacional, passando pela glorificação da tecnologia e do "progresso", e pela competição ideológica na batalha por recursos, corações e mentes do mundo, a narrativa da modernidade tomou de assalto a ecologia, e foi desde sempre o caminho usado para reclamar o desenho do passado e do futuro, desenhar identidades e valores e guiar os povos que a abraçavam (Robertson, 2016).

Hoje o poder desta narrativa mantém-se. Este passo no exercício de revisão de literatura pretende oferecer uma análise crítica do "ambientalismo de estado", e apelar a uma compreensão mais aprofundada das premissas, pressupostos e objetivos das diferentes entidades envolvidas na gestão ambiental global. Só assim poderemos entender o ecossistema político e o seu funcionamento, desconstruir a narrativa vigente e as suas supostas "soluções" para a crise ambiental, e pensar e desenhar estratégias reais e eficazes de ação ecológica e ambiental.

[15] "A bem ou a mal" no sentido de "ou de maneira previdente e organizada, ou de maneira abrupta e caótica", respetivamente.

2.2 - A "ecologia de estado" e os movimentos sociais

Partimos de uma definição de história da ecologia como a exploração das "*interações entre seres humanos na Natureza ao longo do tempo*" (Laakkonen et al., 2016). Nessa história recente, a Guerra Fria não foi apenas "fria" no sentido da luta pelos corações e mentes dos povos. Foi também "utilitarista", no sentido da luta pelo acesso a recursos capazes de nutrir pessoas e economias – i.e. alimento e matérias primas (Laakkonen et al., 2016). No entanto, apesar das histórias da nova ecologia global e das estruturas sociopolíticas da Guerra Fria se encontrarem desde o início numa relação "recíproca" (Laakkonen et al., 2016), isso não significa que essa relação fosse "equilibrada". De fato, essas interações favoreceram constantemente o ganho de curto a médio prazo das civilizações humanas, em detrimento (literal) da Natureza e do meio ambiente. As "paisagens militarizadas"(Laakkonen et al., 2016; Robertson, 2016) e as políticas de desenvolvimento económico internacional tiveram impactos tão violentos quanto "imprevistos" (apesar de continuados) sobre populações e ecossistemas (Robertson, 2016);

As visões e motivações comunistas e capitalistas em torno da ecologia revela(ra)m o mesmo utilitarismo atribuído à Natureza (Brain, 2016)[16]; por todo o lado encontramos a ecologia subordinada à política externa e a outras "prioridades" (Macekura, 2011); os estudos sobre a Convenção do Mar Báltico de 1972 mostram explicitamente como o *ballet* de estados e interesses usa e depois despreza as factuais necessidades ambientais de um ecossistema degradado e submetido a um imenso *stress* (Laakkonen et al., 2016);

De fato, desde cedo que governos de todo o mundo parecem ter-se posicionado i) interna e i) internacionalmente contra a ecologia.

Internamente, porque assim que surgem os primeiros movimentos pró-ambiente estes são obrigados a lutar contra burocracias e antagonismos estatais (Laakkonen et al., 2016). Durante o Macartismo nos EUA ativistas antinucleares foram vistos como críticos das políticas estratégicas americanas e considerados pró-comunistas (Laakkonen et al., 2016). Muitos tiveram também de lutar contra a afluência e poder de divulgação de multinacionais, nas várias tentativas de manipulação e supressão de dados e provas sobre o clima e impactos ecológicos da atividade industrial movida a petróleo (Laakkonen et al., 2016). Mais tarde, quando estes movimentos sociais crescem e ampliam forçosamente o seu posicionamento social e ideológico (ou seja, para lá do "tolerado" ambientalismo "apolítico") (Laakkonen et al., 2016; Macekura, 2011), o estado move-se ativamente para esbater a

[16] Por exemplo, a visão de que "ecossistemas funcionais são mais produtivos" (Brain, 2016)

sua força e capacidade de agir: cooptando lideranças de movimentos sociais[17], explorando divergências dentro dos movimentos (Macekura, 2011) ou recorrendo simplesmente à violência como prática de divisão interna de grupos (Laakkonen et al., 2016). Quando, em 1968, estudantes de todo o mundo industrializado atacaram ativa e violentamente a sociedade materialista e o capitalismo em si mesmo (Macekura, 2011) a bandeira da ecologia voltou a ser usada, manipulada como estratégia de manutenção de poder interno, de estabilização social e de apaziguamento da agitação política que no final dos anos 60 assolou violentamente várias capitais: desde Washington DC, a Paris, Berlim Ocidental, Praga e Wuhan (Macekura, 2011).

Esta estratégia de manipulação do discurso ecológico foi também utilizada para atacar aqueles que, no mundo dito em desenvolvimento, se opunham à narrativa techno-desenvolvimentista das superpotências, e para restringir as crises de autoridade resultantes do ímpeto revolucionário da juventude ativista nesses locais (Räsänen & Laakkonen, 2007; Robertson, 2016). A dependência do crescimento económico –e a sua consequente sempre crescente necessidade de energia e matérias primas– impediram desde sempre a proteção dos equilíbrios ambientais (Laakkonen et al., 2016) , que lhe eram (e são) antagónicos (Meadows et al., 1972; Thimothée Parrique et al., 2019).

Face às crescentes pressões populares, governos por todo o globo tentaram rapidamente "ganhar pontos" na batalha pela opinião pública. E fizeram-no invariavelmente por via de pequenas adaptações que tornassem as suas práticas industriais (de extração, transformação, transporte, montagem, distribuição, e gestão residual, todas movidas a combustíveis fosseis (Macekura, 2011), "um pouco menos destrutivas" - mas sempre sem questionar a competição internacional e o crescimento económico constante (Brain, 2016). Oficiais e ideólogos chegam mesmo a ver a Natureza como "inimiga do povo" por se recusar a alinhar com planos de rápido crescimento económico", devendo para isso ser controlada e manipulada com cada vez maior controlo humano (Brain, 2016).

O estado foi assim, internamente e desde sempre, contra uma estratégia ecológica holística e eficaz – precisamente porque esta surge invariavelmente contra o seu desígnio moderno primeiro: o de assegurar o seu desenvolvimento por via do crescimento económico exponencial e constante.

[17] Entre outras, as grandes ONGs (GreenPeace, Sierra Club, etc) passaram a ser, sobretudo desde a conferência das Nações Unidas de 1972 sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, as únicas mediadoras entre o publico e as instituições; São apenas "aceites" como tal na medida em que tentassem, na sua abordagem, equilibrar o desejo de crescimento económico dos estados com os imperativos da proteção ambiental (Macekura, 2011) – isto apesar do altamente respeitado relatório de "Limits to Growth", apresentado pelo Clube de Roma, também em 1972, alertar no seu âmago para a questão da incompatibilidade do crescimento económico constante e o equilíbrio da atmosfera e dos ecossistemas (Meadows et al., 1972).

2.3 - Ecologia, a filha preterida

Internacionalmente, as considerações de segurança de uma superpotência (sempre) superaram as considerações ambientais (Räsänen & Laakkonen, 2007). Apesar de nascida da questão nuclear, "trigémea" das novas considerações energéticas e geostratégicas (Laakkonen et al., 2016), e acompanhada pela emergência de uma "sociedade civil transnacional" e de uma "comunidade global" (Macekura, 2011), a ecologia rapidamente se torna uma espécie de filha preterida. O realismo, o desenvolvimento baseado no crescimento económico exponencial, e a competição entre ideologias constrangem totalmente as questões ambientais desde o início, relegando-as para um plano menor, atrás de vários outros: económico, militar, energético, de acesso a recursos, e até mesmo de prestígio internacional (Laakkonen et al., 2016; Macekura, 2011; Räsänen & Laakkonen, 2007; Robertson, 2016).

A ecologia, a Natureza, o equilíbrio dos ecossistemas, nunca foram razão suficiente para que os governos agissem no campo ambiental. Ecossistemas intocados foram vistos como locais de "*paisagens selvagem ou pré-humanas de uma abundância não trabalhada, aguardando o toque de mãos humanas civilizadas para se transformar em quintas produtivas e prósperas, minas, fábricas e cidades*"[18] (Cronon, 1994 pp.633). Nos anos 70 a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional) prometia mesmo "não usar argumentos ecológicos como elementos dissuasores de projetos de desenvolvimento" (Macekura, 2011); Surge daí também o antagonismo profundo entre as potências ex-colonizadoras e o sul global que via os seus ecossistemas e matérias primas exploradas em nome de uma prosperidade (e ecologia) que se verificava apenas nas economias industrializadas (Macekura, 2011).

Reveladoramente, ao mesmo tempo que era publicado o relatório do Clube de Roma[19] *Limits to Growth*, afirmando perentoriamente a incompatibilidade entre o crescimento económico exponencial e os equilíbrios ambientais (Meadows et al., 1972), George Bush (ainda enquanto embaixador) proclamava nas Nações Unidas uma nova "ciência" (contradizendo a própria ciência) de "eco-desenvolvimento", capaz de combinar ecologia e economia e tornar "eternamente desnecessária" a escolha entre pobreza e poluição (Macekura, 2011).

A desconexão é gritante, refletida, repetida e oficial.

[18] Traduzido livremente do inglês.

[19] Constituído por cerca de cem membros incluindo chefes de estado e governo, administradores da ONU, políticos de alto nível, funcionários do governo, diplomatas, cientistas, economistas e líderes empresariais de todo o mundo.

Também internacionalmente a narrativa ecológica foi manipulada pelas superpotências para promover perspetivas positivas capazes de contrastar com posições "menos consensuais" adotadas em outros assuntos divisivos em que se encontravam envolvidas (Macekura, 2011). As negociações climáticas tornam-se assim verdadeiros palcos que cada lado utiliza para apresentar as abordagens e soluções que acompanham a sua "forma superior de organização humana", seja ela comunista, capitalista ou outra (Brain, 2016; Räsänen & Laakkonen, 2007): uns a defender que a centralização da economia é antagónica às necessidades holísticas e imprevisíveis da preservação ambiental; outros que só a eliminação da propriedade privada abriria caminho à eliminação de causas de poluição e criação de lixo, ao mesmo tempo que uma racionalidade coletiva orientaria a ação humana coletiva ao serviço da razão científica, abordando problemas ambientais de forma coerente (Brain, 2016; Roper, 2012).

A emergência de uma consciência ecológica global rapidamente tornou a reconfiguração socioeconómica, desenvolvimentista e modernizadora do ambiente nos diferentes estados numa prioridade no campo de batalha ideológica e geopolítica da Guerra Fria. Mas, sendo que a ecologia apenas constitui uma "desculpa" para avançar outros interesses, esta "reconfiguração" levou desde cedo a desastres ecológicos de grande escala, com impactos humanos e ecológicos imensos (Robertson, 2016). Desastres que, depois dos anos 60, foram progressivamente sendo "exportados" (paralelamente à produção industrial) para a Ásia (Brain, 2016). É em resposta a isto que se solidifica o ativismo ecológico global, contrapondo uma visão de limites ao crescimento económico constante à da narrativa vigente que olha a conservação da natureza como mera condição para a continuada extração de recursos (Meadows et al., 1972; Robertson, 2016).

Por tudo isto, não é de estranhar que, com o final da Guerra Fria e a passagem para uma ordem internacional unipolar, a superpotência vencedora tenha abandonado em grande medida os seus "esforços e vocação" para avançar legislação ambiental (Brain, 2016); Assim que a USSR abandonou a batalha ideológica, o ambiente deixou de visto como um "campo militarizado", e deixaram de haver incentivos para demonstrar "superioridade ecológica"[20]. Os EUA consideram mesmo que o descontentamento interno e global resultante de uma recusa de cooperação em acordos ambientais poderia ser, a partir de então, facilmente desconsiderada (Brain, 2016). O crescimento da China no final da Guerra Fria seguiu a mesma estratégia em termos ambientais: fazer-se notar em conferências internacionais, não participando substantivamente nas discussões e abstendo-se de assinar qualquer

[20] entenda-se por incentivos, incentivos geopolíticos, económicos, morais, etc. Os incentivos ecológicos para agir continuavam e continuam a existir - e a agravar-se.

compromisso - mas passando a imagem de um novo campeão ecológico e social do mundo em desenvolvimento (Macekura, 2011).

Vale a pena ressalvar, no entanto, que vários governos de ambos os lados da cortina de ferro avançaram de fato alguma legislação ambiental interna em resposta a situações concretas e de inegável impacto doméstico (lixos perigosos, água e ar poluídos, extração de matérias primas, etc.) (Laakkonen et al., 2016). Mas sempre que confrontados com outras prioridades, como a industrialização do país ou a venda de químicos para a indústria de armas (Laakkonen et al., 2016), todos os países escolheram (e continuam a escolher) secundarizar as questões ecológicas.

Portugal não foi exceção. Por exemplo, e como nota Luísa Schmidt, em 1972, "com Portugal banido de quase todas as conferências internacionais devido às suas políticas coloniais", o regime de Marcelo Caetano viu na criação de uma Comissão Nacional do Ambiente (CNA) uma "grande oportunidade" de participar em fóruns internacionais (neste caso a Conferência de Estocolmo sobre Desenvolvimento e Ambiente Humano), combatendo assim o seu isolamento. Marcelo Caetano via, como tantos outros dirigentes políticos, a temática do ambiente como "*uma oportunidade de introduzir alguma modernidade na (…) atuação política governamental, sem riscos excessivos"* (Schmidt (org.), 2023 pp.119). . Não é por isso de estranhar que até à primeira década dos anos 2000, a maior parte das zonas classificadas não tinham ainda um plano de ordenamento (Schmidt (org.), 2023). Ou que, precisamente nos anos seguintes à criação desse CNA, tenhamos assistido a um aumento vertiginoso em todos os impactos ambientais:

> *"no incremento na indústria da construção civil, cujas componentes – extração de areias e manufatura de cerâmicas – não foram acauteladas do ponto de vista ambiental; na instalação de um número crescente de indústrias poluentes, grandes e pequenas, habitualmente perto dos curtos de água e sem qualquer preocupação ambiental; na deposição de resíduos tóxicos e urbanos na paisagem; na delapidação do património cinegético (…); na eclosão de um turismo litoral desordenado (…) e na crescente e descontrolada (plantação) intensiva de eucaliptos, cuja mancha alastrou de 214 mil hectares em 1979 para 362 mil hectares em 1987, aumentando com ela o risco de incêndios" devastadores de vida (Schmidt (org.), 2023, pp. 129).*

Claro que a conservação de algumas espécies (como o tigre siberiano, por exemplo) ou a redução dos níveis de chumbo no ar e na água de algumas das ex-repúblicas da URSS constituem sucessos efetivos de proteção ambiental. Assim como o caso de estudo do Protocolo de Montreal, apontado

(por Kofi Annan, ex-secretário geral das NU e outros estudiosos) como um grande sucesso da diplomacia internacional, capaz de "fechar" o buraco na camada de Ozono (Macekura, 2011). Mas cada um destes acordos padece de graves lacunas estruturais que os impedem de preconizar modelos de acordos internacionais eficazes no combate ao imenso predicamento ecológico em que nos encontramos.

Por um lado, focam-se apenas sobre um assunto específico – o que, como notado por Indira Ghandi, é "evidentemente insuficiente para resolver os profundos problemas da ecologia" (Macekura, 2011); Por outro, porque mais uma vez cada um destes acordos parece ter sido avançado com outros objetivos em vista: ecossistemas funcionais para aumentar a produção florestal; apaziguamento da agitação social devido a níveis prejudiciais de poluição da água, solo e ar (Brain, 2016; Macekura, 2011); assistência técnica ao "mundo subdesenvolvido" por razões humanitárias, mas também com estratégia de defesa do "mundo livre", assegurando (e degradando) áreas de produção e extração de matérias primas (Robertson, 2016); etc.

Na sua lógica de guerra (fria), os EUA e a USSR não se coibiram de utilizar o seu "poder e atitude" para avançar programas de desenvolvimento capazes de gerar a produção das matérias primas estratégicas de que necessitavam para as suas crescentes economias e complexos militares[21] (incluindo agricultura, mas também energia, transporte, portos, e outros serviços). O *Four Point Programme* do presidente Truman, por exemplo, chega a considerar explicitamente que "a estabilidade de regiões subdesenvolvidas, bem como um aumento do nível de vida das suas populações, deve ser entendida sob a égide de uma mobilização da própria defesa militar Americana"[22] – ao mesmo tempo que considerava que o desenvolvimento de certas regiões ajudaria a manter o comunismo fora, com maior eficácia do que armas o conseguiriam (Robertson, 2016).

Até a educação e saúde são vistas como alavancas que permitiriam transformar mais terras virgens em terrenos agrícolas, e resultar em maiores níveis de irrigação, melhores colheitas, e mercados internacionais mais vigorosos – tudo no interesse da preservação da primazia económica e ideológica das superpotências (Robertson, 2016). A Guerra Fria pode mesmo ser vista como um megaprojeto de modernização global onde forças "modernizadoras", manipulando a narrativa

[21] Ao mesmo tempo que, quer os EUA quer a Europa Ocidental estavam dependentes a 3/4 da importação de matérias primas de países em desenvolvimento, em 1952 o exército Norte Americano teve de enfrentar interrupções no abastecimento de matérias vitais ao seu funcionamento, passando a considerar-se como uma nação em déficit destes materiais (ROBERTSON, 2016) – o que levou o país a apostar mais fortemente na sua presença nas áreas de extração e produção de matérias primas por todo o globo.

[22] Livremente traduzido do inglês

ambiental nos seus programas de desenvolvimento internacional, chocaram diretamente com as populações e ecossistemas que procuravam "modernizar" (Robertson, 2016).

As tecnologias nascidas da ou para a guerra (nuclear, sementes hibridas, DDT[23] e outras) foram adaptadas para aplicação desenvolvimentista capaz de assegurar o crescimento económico dessas potências trazendo, sempre e mais uma vez, inúmeros impactos ecológicos "inesperados" (Robertson, 2016): a construção de barragens trouxe eletricidade para as urbes, mas acabou com ecossistemas a jusante, salinizou lençóis freáticos, deslocou comunidades inteiras, aumentou a migração forçada e espalhou doenças no Egito, Irão, Afeganistão e vários outros países. A produção de sementes híbridas, aplicadas em África e na Ásia dentro da lógica do *"feed'em or fight'em*", permitiram um aumento gigantesco de produção (cerca de 38 milhões de acres em 3 anos) mas obrigaram a um consumo igualmente gigantesco de pesticidas e herbicidas químicos provenientes do DDT, introduzindo químicos nas cadeias alimentares, envenenando solos e lençóis freáticos, consumindo enormes quantidades de água, e reduzindo fortemente a biodiversidade nesses 38 milhões de acres cultivados (Robertson, 2016).

E assim, porque nenhum governo está disposto a abandonar as suas prioridades e ativos geoestratégicos em prol da proteção da Natureza, esta torna-se num assunto secundário, depois terciário, e é sempre e finalmente "chutada" para a próxima convenção ambiental internacional[24] - ou para a próxima geração. Por exemplo: apesar do "objetivo da Convenção de Helsínquia ter sido o de resolver gradualmente o problema da poluição que afeta o Mar Báltico" (Räsänen & Laakkonen, 2007), este objetivo não foi de todo atingido. Em 1970 o mar Báltico era um dos mais poluídos do mundo, um mar onde "a vida estava a desaparecer" (Räsänen & Laakkonen, 2007). Depois de anos de intensas negociações diplomáticas, a Convenção de Helsínquia foi assinada em 1974. Hoje, o Mar Báltico continua a ser um dos mares mais poluídos e degradados do mundo, hoje em ordens de magnitude (em termos de variedade de impactos, quantidade de agentes de stress ecossistémicos, e de redução de vida e complexidade de ecossistemas) muito superiores do que as verificadas na década de 70 (HELCOM, 2018).

É neste mesmo registo, e recuperando aqui o exemplo do estado português na sua relação com a Conferência de Estocolmo (sobre o Desenvolvimento e Ambiente Humano), que se evoca o lamento

[23] Criado na década de 1940, o DDT foi o primeiro inseticida sintético moderno. Foi usado para combater a malária, o tifo e outras doenças humanas transmitidas por insetos, e para o controle de insetos na produção agrícola e pecuária, instituições, casas e jardins.

[24] Veja-se por exemplo as 26 Conferências das Partes (COPs) realizadas até agora - e seus resultados práticos/ineficazes/manifestamente insuficientes (tais como observados pelo (IPCC, 2022)

de José Nunes Liberato: "*50 anos depois da Conferência de Estocolmo que cada um faça o seu juízo*" (Schmidt (org.), 2023, pp.41). E que se repete a questão para sempre pertinente de Viriato Soromenho Marques:

> *Se "quase todos os países participa(ra)m em convenções e acordos internacionais, supostamente destinados a combater as ameaças globais comuns a todas as nações e povos (…) como poderemos explicar que a destruição ambiental não só não tenha, pelo menos, diminuído, mas antes continue a intensificar-se?" (Schmidt (org.), 2023, pp.60).*

O que foi realmente conseguido foi uma substituição "das preocupações sobre a degradação de o ambiente marinho por um otimismo quanto ao futuro" – um "tão grande sucesso" que foi "posteriormente utilizado como modelo para outras convenções ambientais internacionais" (Räsänen & Laakkonen, 2007). O mesmo se passou com a Convenção de Munique de 1984 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça: apesar de não incluir os governos na antiga RDA -devido a invocados imperativos de industrialização- foi "pelo menos" importante para avançar cooperação internacional (Laakkonen et al., 2016).

Convenções internacionais de limitação de testes-nucleares (como o *Limited Nuclear Test Ban Treaty* de 1963) foram comprometidas ao permitirem testes subterrâneos e não serem aplicáveis aos maiores poluidores (como o exército ou o complexo industrial-militar) (Laakkonen et al., 2016). Mesmo o *Committee on the Challenges of Modern Society* (CCMS) da OTAN, por exemplo, identificou vários desafios ecológicos e conseguiu que diferentes países se organizassem em torno de estudos sobre diversos assuntos relacionados com o ambiente (manifestamente mais fácil de conseguir do que legislação eficaz de proteção ambiental). Mas o verdadeiro objetivo deste acordo, desenhado e celebrado também ele como um sucesso, era o de dar mais um passo da *détente,* e os estudos efetuados desde então deram origem a uma reduzidíssima implementação prática de proteção ambiental (Macekura, 2011).

Posto isto, e embora se possa argumentar que sem diálogo não há possibilidade de concordar ou administrar nada (Räsänen & Laakkonen, 2007), é igualmente argumentável que na história da relação dos estados com a ecologia, uma vez que o tão desejado diálogo começa, o foco deixa de ser a ecologia e rapidamente passa a ser sobre o "verdadeiro" objetivo que o aparelho de Estado tem para determinada situação.

Dito de outra forma: as disputas políticas impregnaram e minaram a diplomacia ecológica desde o seu início (Macekura, 2011). Instituições internacionais de discussão climática acabaram por se transformar em palcos onde nações em desenvolvimento tentavam contestar a ordem mundial da

altura, promovendo novos códigos de conduta, procurando novos padrões de comércio internacional e legitimando o seu controlo sobre áreas e recursos sob o olhar de nações industrializadas (Macekura, 2011). Sempre e outra vez, as necessidades ecológicas secundarizadas aos "imperativos" dos estados, sejam eles quais forem.

A incompatibilidade histórica entre o desejo de crescimento económico e a necessidade de proteção ambiental criou tensões que continuaram ao longo da História até aos dias de hoje, com a ecologia sempre relegada para um lugar secundário. Esta secção da revisão de literatura procura oferecer uma perspetiva elucidativa sobre a posições históricas e atuais de todos os governos face às questões ambientais: antagónicas, utilitaristas, focadas antes de tudo no crescimento da sua economia e do seu poderio militar. O fato de se enaltecerem este tipo de "esforços governamentais" ou destes "bem sucedidos acordos ambientais" (muitas vezes também por parte do mundo académico que se debruça sobre o tópico) relega a reflexão e a crítica para um beco sem alternativas, onde o *manifestamente insuficiente* é celebrado como *o melhor que se conseguiu*; Mas com os ecossistemas e atmosfera há décadas em "alerta vermelho", necessitamos de alterações profundas do modo como nos organizamos e medimos o sucesso das nossas sociedades.

Fica assim claro que acordos climáticos ditos "*dentro do possível*" (como o foram e são ainda, quase sem exceção, todos os acordos climáticos) são manifestamente insuficientes para fazer face aos desafios ecológicos do nosso tempo. A dependência estrutural de um continuado crescimento económico por parte dos estados, antagónico por desenho à proteção ambiental, mina histórica e presentemente quaisquer possibilidades de se conseguir um acordo eficaz de proteção ambiental nas suas tantas frentes.

Isto que obriga a uma pergunta, talvez para um outro trabalho de investigação: se, apesar de toda a ciência e da crescente pressão popular, governos por todo o mundo (incluindo as "democracias" ocidentais) se recusam há décadas a agir decisivamente, poderão, deverão ser eles e os modelos económicos que sustêm (e impõem) começar a ser considerados como parte do problema, e não da solução?

2.4 - Avaliação crítica da situação ecológica atual

Como referido acima, o impacto da humanidade no planeta e sua atmosfera é de tal magnitude que forçou uma nova era geológica – o Antropoceno[25]. Esta nova era é definida pelo impacto imenso da atividade humana na Terra, e está intimamente interligada com a chamada "Grande Aceleração"

[25] Em discussões oficiais finais, na Comissão Internacional de Estratigrafia, que supervisiona a carta de tempo geológica oficial - https://www.nature.com/articles/d41586-019-01641-5

(Fig.2): o período pós-Segunda Guerra Mundial no qual várias tendências socioeconómicas e do sistema terrestre se agravaram a ritmos dramáticos e exponenciais (Steffen et al., 2015).

A magnitude do impacto da industrialização humana na vida e nos ecossistemas terrestres é tal que a centralidade da ecologia se torna cada vez mais uma premissa obrigatória de qualquer novo pensamento político (Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Sťahel, 2020). Esta afirmação é corroborada constante e profundamente pelas análises oficiais dos painéis internacionais de estudo dos ecossistemas, incluindo a atmosfera (UN-IPCC[26]) e a biodiversidade (UN-IPBES[27]) - os maiores exercícios de *peer-review*[28] do mundo, que ancoram os fundamentos do conhecimento científico mais atual em termos atmosféricos e de biodiversidade.

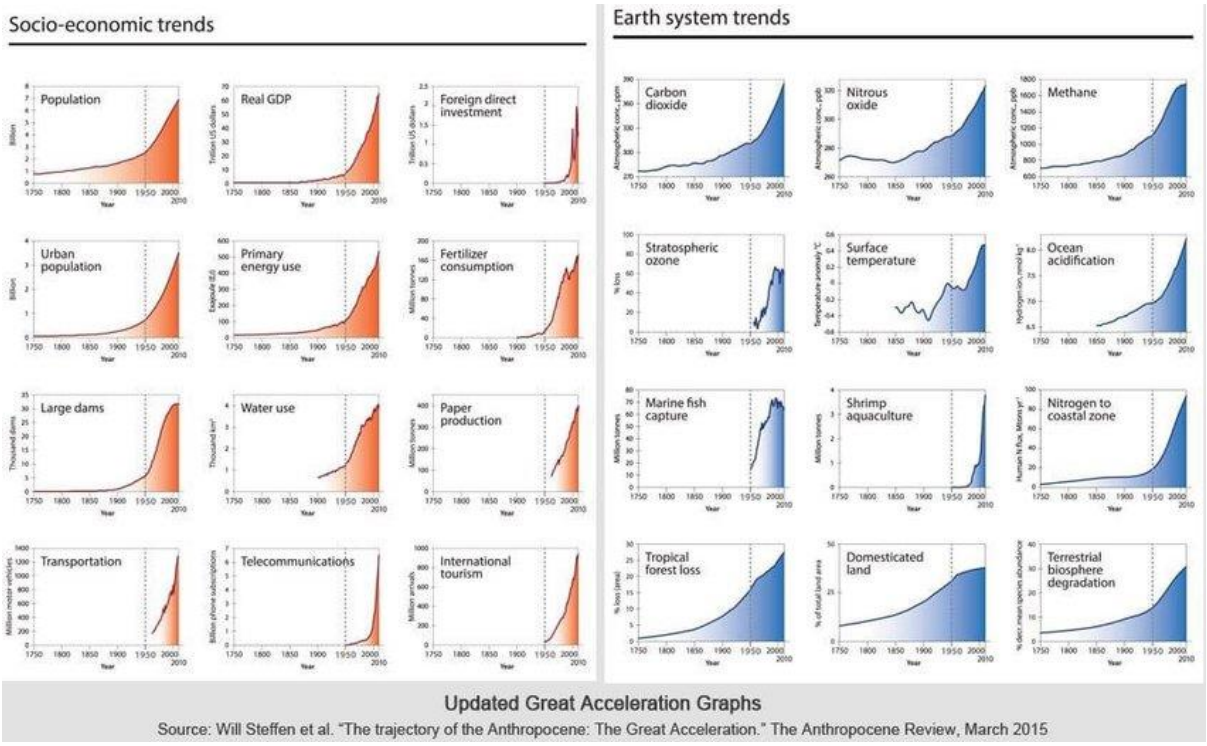


Figura 2.1 - A grande Aceleração

Estes relatórios corroboram o alargado consenso científico de que os mais importantes indicadores ecológicos estão todos "no vermelho": Os oceanos estão acidificados com consequências desastrosas que se estendem dos corais aos cetáceos (Zeng et al., 2015), e os microplásticos que os enchem sobem pelas cadeias alimentares até ao ser humano (Andrady, 2011; Cole et al., 2011). A

[26] IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

[27] IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services

[28] Nenhum destes painéis conduz investigação própria, identificando apenas os pontos onde a ciência está de acordo, onde tem diferenças de opinião e onde necessita de fazer mais investigação. Ou seja, refletem o que a ciência tem por comprovado.

sobrepesca extraiu 90% do peixe graúdo do mar (J. B. C. Jackson et al., 2001; Pauly & Zeller, 2016), e a construção de barragens destruiu ecossistemas ribeirinhos por todo o mundo - por exemplo, 95% dos rios ibéricos deixaram de ter peixes diádromos –como o salmão– a subir as suas águas (Mota et al., 2016). Só na Europa perderam-se 75% das espécies de polinizadores (Hallmann et al., 2017), e 52% das espécies de aves entre 1980 e 2010 - uma perda de 300 milhões de aves no total (PECBMS, 2018). A desflorestação é igualmente galopante, com a perda de 80 milhões de hectares de floresta virgem desde 1990 (FAO, 2020), a redução de capacidade de retenção de CO2 e o correspondente desaparecimento de espécies. A agricultura absorve hoje uns insustentáveis 70% da água potável do mundo, impedindo a recuperação do ciclo da mesma em vários locais (FAO, 2017), e a criação de animais é tão intensiva que 96% da massa de mamíferos na terra é constituída de humanos e gado de pecuária industrial, e 82% da massa aviária global é constituída por galinhas domésticas (Bar-On et al., 2018), com todas as poluições que se lhes relacionam, desde a produção à transformação, embalagem e distribuição de carne;

Em nome da uniformização e do lucro perdemos uma variedade avassaladora de espécies de frutos e legumes -75% entre 1900-2000 por todo o mundo (FAO, 2020) - comprometendo a diversidade e consequente estabilidade dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, retirámos do solo, e queimámos – e continuamos a consumir - cerca de 100.000.000 (cem milhões) de barris de petróleo por dia (BP, 2020).

A lista é interminável, avassaladora e em aceleração exponencial (Steffen et al., 2015). O sistema é claramente insustentável. As emissões de GEEs, apesar de centralizarem toda a atenção politico-mediática, bem como os esforços técnico-científicos da comunidade internacional, não são mais do que um mero sintoma de um problema muito maior. Apesar de preocupantes, as emissões de CO2 e outros GEEs são apenas uma das tantas poluições (líquidas, físicas e gasosas) geradas por um sistema em que a economia vai melhor quanto mais eficaz for a sua capacidade de transformar a Natureza em lixo: Um fluxo termodinâmico de

extração → transformação → utilização como bem ou serviço → poluição

E, na ânsia de resolver o problema das emissões de GEEs, é esquecida a complexidade e interconexão do mundo, sacrificando-se o que ainda resta de natural para continuar a construir a infraestrutura material e energética de suporte a um –ainda e sempre– sistema dependente do crescimento económico exponencial.

Um exemplo “fácil” (bem estudado, mas fácil e empiricamente compreendido) é a quantidade de minas que têm de continuar a ser abertas e exploradas para possibilitar a tão desejada construção e instalação de todos os painéis solares, eólicas, baterias (de lítio e outros), etc. Tudo para conseguir atingir os mesmos níveis de consumo energético que atualmente são assegurados pelos combustíveis fosseis (ou maiores, já que o consumo energético e o PIB de um país evoluem em marcada correlação). Para além de todas as (outras e mais) minas necessárias para construir toda a infraestrutura eletrificada e digital em que essa “transição energética” aposta e pretende alimentar: redes elétricas, *smartgrids*, computadores, telemóveis, *SmartCities*, *Internet of Things*, ecrãs planos, carros elétricos, maquinaria elétrica de todo o tipo, etc. Se, em 1800, a economia global assentava sobre 9 elementos da tabela de elementos de Mendleiev (ver fig. 2.2), em 2000 existem aplicações industriais para todos os elementos da tabela periódica – a maioria deles com proveniência externa à EU, e todos eles com uma demanda crescente de utilização.

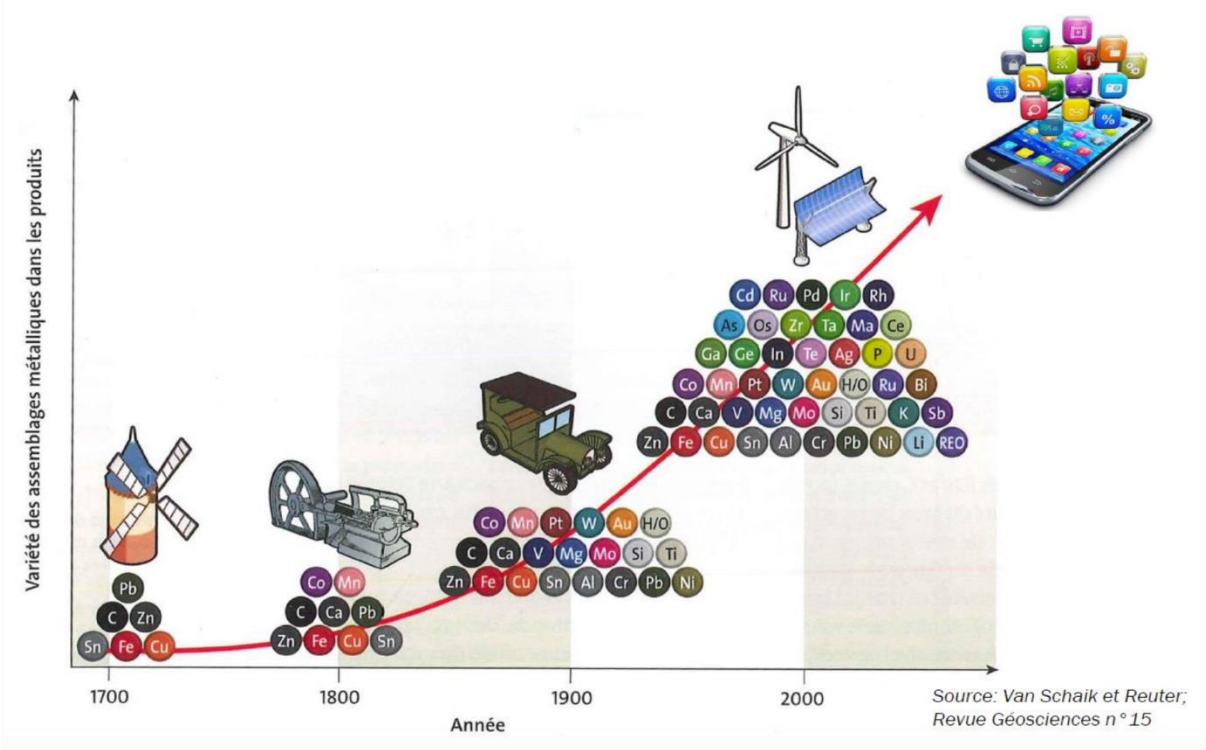


Figura 2.2 - Aumento do número de metais utilizados de acordo com a evolução tecnológica

Para além de toda a já referida infraestrutura movida a combustíveis fosseis (que, recorde-se, alimentam ainda 85% das cadeias de produção e distribuição no mundo (BP, 2020)), que é necessário manter para conseguir esta infraestruturação. E para além de todos os territórios naturais (serras, montes, zonas rurais, zonas costeiras, fundos do mar, etc.) que terão de ser sacrificados em nome da exploração dos tantos materiais necessários a que tudo isto funcione, para que possamos,

teoricamente, emitir um pouco menos de GEEs, enquanto mantemos os nossos estilos de vida, já tão marcadamente insustentáveis.

Aqui ajuda também introduzir o conceito de MIPS (*Material Input Per Unit of Service*, em inglês, ou Material por Unidade Produzida/Servida[29]). O MIPS foi desenvolvido por Schmidt-Bleek e pelo Instituto Wuppertal, na Alemanha, em 1993, e é muito útil para medir o desempenho ambiental de uma qualquer atividade empresarial – ou produto dela resultante. Utilizando este conceito, é possível analisar todo o processo de trabalho, incluindo todos os recursos naturais inseridos (materiais e energia) no processo de produção de um produto ou serviço desejado, podendo depois ser utilizado como base para estabelecer a Análise do Ciclo de Vida dos mesmos (Cahyandito & Sc, 2002). Os cálculos do MIPS baseiam-se nos fatores de intensidade de materiais, que indicam quantos quilogramas de recursos naturais em cada uma das cinco categorias de recursos naturais são utilizados ou transferidos no ecossistema para produzir um quilograma de determinado material ou uma unidade de energia. Ou seja, o MIPS apresenta um ratio entre o peso final de um produto, e toda a matéria e energia que foi necessária mobilizar para o construir (por exemplo, são necessários mais materiais para construir uma camisa, do que o peso final da camisa em si).

Normalmente os ratios MIPS situam-se nas "dezenas de vezes maiores" que o produto final. Nos produtos ditos "*smart*" (conectados), por estarem dependentes de materiais que se encontram altamente diluídos pela crosta terrestre, o ratio aumenta significativamente. E, regra geral, apesar dos continuados ganhos de eficiência que vão sendo alcançados, quanto menor "materialidade" apresenta um bem ou serviço, *maior* é o seu MIPS. Assim, por exemplo, um *smartphone* apresenta um MIPS médio de 1200 (ou seja, são necessárias 1200 vezes mais de matéria/energia mobilizada do que o peso do telefone). O microchip, com um tamanho microscópico, mas uma complexidade que pode chegar aos 52 materiais diferentes na sua constituição, chega a atingir MIPS de 16.000 – ou 16.000 vezes o seu peso em materiais e energia necessários para o produzir. Os produtos "desmaterializados" (como a própria internet, ou Inteligência Artificial) têm os seus próprios MIPS, normalmente nas centenas ou milhares de vezes (Pitron, 2023).

Quanto aos ganhos de eficiência e a consequente redução dos MIPS tantas vezes evocados em relação a um determinado produto ou serviço, volta a evocar-se aqui o inescapável paradoxo de Jevons: quanto mais eficiência se consegue, maior competitividade se obtém, atingindo uma consequentemente maior fatia de mercado, levando a uma maior quantidade produzida e, portanto, e no agregado, a uma maior extração, produção e resíduos.

[29] em tradução livre para o Português

Assim, a eficiência metódica e a universalidade mecânica do presente sistema ameaçam as bases mesmas dos equilíbrios biofísicos presentes no planeta, os mesmos responsáveis pelos últimos 12.000 anos de estabilidade ecológica que permitiram o aparecimento das cidades, civilizações e do ser humano "moderno". Ou seja, procuramos e glorificamos soluções desenhadas para "salvar" um sistema de organização humano que é altamente destrutivo, em vez de procurarmos soluções efetivas para modelarmos sociedades humanas em torno dos essenciais equilíbrios ecológicos que consigam assegurar a sua sobrevivência e prosperidade. E fazemo-lo, mesmo em detrimento de procurarmos soluções em torno da adaptação necessária face a um mundo onde essa estabilidade, globalidade, e equilíbrios ecológicos estarão severamente degradados. De resto, como tudo parece indicar já estar a acontecer e, dada as dinâmicas próprias ao "necessário" crescimento económico exponencial, que podemos com alguma certeza continuar a ver agravar enquanto não for abandonado o presente modo de organização socioeconómica.

3) CAPÍTULO III - A GRANDE INCOMPATIBILIDADE

Este capítulo pretende "casar" os dois capítulos anteriores. Começando pelo primeiro, recordar a importância e poder das narrativas políticas enquanto forças moldadoras da realidade social, revendo algumas das mais importantes narrativas políticas da modernidade ocidental: a do crescimento económico exponencial, cuja aplicação prática obriga a um crescente extrativismo e poluição, destruindo ecossistemas e a atmosfera; e a da democracia representativa, "carapaça política" desse modelo económico, construída sob um horizonte de expansão material infinito. Estas duas narrativas, cuja simbiose nasce com o advento dos combustíveis fosseis, definem hoje a nossa socioeconomia, retroalimentando-se e impedindo a materialização de qualquer alternativa social que não parta da sua premissa basilar da necessidade de fazer crescer a economia, exponencialmente e *ad aeternun*.

Referindo-se depois ao segundo capítulo, recordar os impactos e limites biofísicos identificados, reformulando-os enquanto última realidade tangível e objetiva: da Natureza e seus limites. Da depleção de ecossistemas por todo o globo, á gritante e crescente poluição dos mesmos e da atmosfera, a interrupção dos ciclos naturais, os impactos do extrativismo industrial e mesmo a erosão de reservas de fontes de energia ou dos materiais necessários à continuação da operação industrial global que sustenta os modos de vida ocidental, a sua "normalidade" moderna.

Desse inevitável embate entre uma narrativa onde não existem limites e uma realidade biofísica em que eles inexoravelmente existem e se fazem sentir, procura-se aqui retirar extrapolações e conclusões. Acautelando também para a falácia "vendida" quer pelas variantes dessas narrativas hegemónicas (como a do crescimento verde), quer pelas narrativas alternativas que não abandonam o crescimento económico e o extrativismo industrial como forças motrizes da sua mundivisão (como a do marxismo ou do socialismo, por exemplo). A isto juntam-se as já referidas reservas na literatura académica quanto à possibilidade de um sistema representativo liberal (como da modernidade ocidental) ser capaz de uma verdadeira transição para um sistema que não esteja alicerçado no imperativo do crescimento económico exponencial. Percebendo o sistema representativo liberal como uma expressão política do capitalismo (Fotopoulos, 2007a; Woods, 1995), urge também uma profunda e radical refundação democrática capaz de encaixar e nutrir a necessária transição (Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012; Fotopoulos, 2007a; Hollender, 2018). É também face a isto que se busca, neste projeto de investigação, uma experimentação com a necessária reformulação estrutural do sistema democrático, não "apenas" pequenos ajustes, ou "injeções periódicas" de "outros tipos mais aprofundados de democracia" numa democracia representativa liberal – como tantas vezes "experimentado" por responsáveis políticos um pouco por todo o mundo. A mesma lógica aplica-se à socio-economia no seu todo, mas os constrangimentos da investigação académica balizada por bolsas

de duração reduzida ditam o foco apenas numa das vertentes do sistema. Fica assim o convite a que mais investigação de caráter prático-experimental seja conduzida na direção aqui apontada.

3.1 - Crescimento Económico vs. Ecologia

Comecemos por repetir uma observação basilar e autoevidente: A sustentabilidade de um sistema natural, objetivo, biofísico, em equilíbrio, com ritmos naturais e temporalidades extra-humanas está em total incompatibilidade com um sistema económico, "socialmente construído" (no sentido de que existe apenas enquanto narrativa social) – e portanto subjetivo –, de acelerados ritmos tecno-industriais, exigências materiais e energéticas em constante expansão e uma temporalidade capitalista (Thimothée Parrique et al., 2019). Habitamos assim, hoje em dia, dois sistemas fundamentalmente contraditórios – e acentuamos constantemente a sua incompatibilidade, agravando os impactos e perigos que resultam do seu embate frontal.

> *"Constatamos todos os dias a contradição entre os nossos medos mais íntimos e as nossas ações quotidianas. Quem é que hoje, por exemplo, pode dizer que não está consciente da catástrofe ecológica? Todos os dias nos chegam notícias de catástrofes e dos seus efeitos cada vez mais maciços nos ecossistemas e nas sociedades humanas. Estamos imersos na ameaça, e sabemo-lo. E, no entanto, muitos continuam a reagir como este ser com a sinapse da dor cortada, incapaz de retirar a mão de cima de uma chama que lhe queima a pele".*
>
> (Benasayag & Cany, 2021, pp. 189)[30]

Começa-se por iluminar as enormes contradições e dissonâncias cognitivas da nossa sociedade (e enquanto indivíduos), para assim ilustrar a incompatibilidade entre os sistemas socioeconómicos existentes e os equilíbrios biofísicos da terra, e iluminando ao mesmo tempo o poder imenso da narrativa do crescimento económico exponencial, que permeia tantas variantes políticas, do capitalismo verde ao marxismo.

Toda a economia se baseia na transformação da natureza em mercadorias (por via do trabalho humano), e em seguida em lixo. É aí que o excedente (*throughput*) da economia se materializa, e onde tantas das contradições do sistema se revelam e acumulam. Como afirmou Polayani, o capitalismo

[30] Tradução livre do françês

(como o crescentismo que o caracteriza) é um sistema de mercado complexo que inclui limites, inputs e outputs, e também *feedback-loops* fisicamente balizados por limites humanos e naturais (Klitgaard & Krall, 2012).

Ou seja, a falta de entendimento das dinâmicas acima descritas resulta numa repetição de uma mesma abordagem ao sistema, enviesando apenas a narrativa dominante - que coloca o crescimento económico exponencial num plano de "cenário" onde toda a trama se passa, e não como um elemento da própria trama que possa ser refutado ou substituído - um raciocínio incurial que preconiza "*o colapso das bases ecológicas da sociedade*"[31] (Bookchin, Bookchin, et al., 2015).

Por exemplo, está bem patente na *variante* verde do crescentismo (o crescimento verde), que procura fundir crescimento económico, ecologia e progresso social numa narrativa em que propõe, por via do tecno-solucionismo e da digitalização-de-tudo, manter e aumentar todos os níveis de conforto e materialismo, deixando intacto o sistema socioeconómico vigente, e ainda "salvar o planeta" (Hickel, 2020). Como visto acima, a enorme dependência que um sistema económico desta natureza tem do fácil acesso e preços acessíveis a uma quantidade sempre crescente de energia e matérias primas, bem como da estabilidade das imensas cadeias internacionais de produção, distribuição e consumo, tornam esta "alternativa" mais do mesmo (crescimento), mas com um toque de (marketing) verde[32].

Do outro lado do espectro, surge o Marxismo, cujas reflexões não foram capazes de considerar a fundo, nem de reconciliar, a questão dos limites da Natureza na sua análise do capitalismo (Salleh, 2017). Também Bahro argumenta que o socialismo, tal como o capitalismo, está preso a uma lógica de crescimento econômico que evita uma rutura fundamental com a economia industrial e produtivista, ignorando assim os limites ecológicos do planeta – de modo a conseguir competir com as promessas materialistas feitas pelo capitalismo (Bahro, 1984). Esta repetida promessa e intenção de continuamente aumentar o "poder de compra dos trabalhadores", por exemplo, é uma evidência facilmente observável hoje em dia em praticamente todos os modelos sociais inspirados no marxismo, incluindo a enorme maioria dos sindicatos, bem como a grande maioria das outras forças sociais que advogam a necessidade de abolir o capitalismo.

Outros exemplos existem. Por exemplo, a insuspeita "ecologia económica" vem constituir também, no fundo, uma abordagem que visa integrar "*elementos de economia, ecologia, termodinâmica, ética e outras ciências naturais e sociais para trabalhar uma perspetiva integrada (e*

[31] Tradução livre do inglês

[32] Sobre a adição de fontes de energia, e não a "transição" de uma para outras, ver fig 4.1 e 4.2, Capítulo IV desta tese

biofísica) das interações entre o meio ambiente e a economia, de modo a contribuir com soluções estruturais aos problemas ambientais."[33] (Bergh, 2000, pp.2). No entanto, e apesar de partir da primazia da ecologia no centro de todo o desenho institucional, esta corrente não considera ainda os limites ao crescimento inerente a um sistema de mercado, não considerando tampouco a aplicação socio-ecológica do paradoxo de Jevons – que só o decrescimento (ver abaixo) vem abraçar (Klitgaard & Krall, 2012). Ou seja, não basta apenas ter em conta os imperativos ambientais para o desenho de uma nova economia. Há que projetar toda uma nova socio-economia desconectada da necessidade permanente do crescimento económico exponencial. É este fator que leva a que a ecologia económica mereça a mesma crítica feita ao eco-modernismo: i.e. pressupor apenas a mudança de fatores secundários à natureza mesma do sistema, não avançando no entanto um novo modelo socioeconómico em equilíbrio com o mundo biofísico em que forçosamente opera - por exemplo, ao propor a eletrificação do sistema por via de energias ditas "verdes", deixando inalterados os seus pressupostos de extrativismo, produtivismo e *crescentismo* (Thimothée Parrique et al., 2019).

Lia Vasconcelos observa por seu lado que a necessidade de novas abordagens se torna cada vez mais indispensável à medida que as pessoas se vão apercebendo das mudanças estruturais dos contextos que as rodeiam (por exemplo nas maneiras de entender a governança, de lidar com processos políticos, e mesmo de compreender o conceito de sustentabilidade e os limites de tantos "recursos naturais") (Vasconcelos, 1996).

É tendo em conta todos estes aspetos e limitações que se procura nesta tese (de análise crítica e metodologia de investigação-ativa com impacto territorial), avançar um processo social contínuo e criativo, propício ao desenvolvimento de uma sociedade mais autonomizada[34] da rigidez das instituições. A intenção é criar algo capaz de reconhecer, desafiar e modificar o seu próprio imaginário social, evitando as "armadilhas" do presente sistema representativo institucionalizado. Este, pela sua incapacidade de empoderar a decisão pelo coletivo, acaba por cooptar a experimentação democrática, "dissolvendo" o impacto da experiência deliberativa, e levando a um sentimento de "perda de tempo" pelos eleitores envolvidos - algo que funciona na prática como uma "*inoculação contra a democracia direta/participativa*" (Fotopoulos, 2007a; Guerra, 2010). Na mesma linha, como já referenciado no Capitulo I, desta tese, Bonaiuti (na linha de Castoriadis e Fotopoulos) "acusa" a democracia liberal representativa moderna de dificultar possibilidade de uma verdadeira transição

[33] Tradução livre do inglês

[34] Em oposição a sociedades ditas "heterónomas" que, sem estarem conscientes das origens históricas/humanas/inventadas das suas instituições, recorrem a elementos externos ou transcendentes para validar e fazer respeitar essas ditas instituições, que vêm como imutáveis (Varvarousis, 2019).

social, por via da diminuição do significado mesmo de cidadania, pelo aumento da passividade dos sujeitos, pela concentração do poder nas mãos de elites político-económicas, e pela dependência total de um desenho económico forçado ao crescimento económico constante (Bonaiuti, 2012).

É por isso, face ao crescente descontentamento e consequente redução da participação das populações nas democracias ocidentais que tantos autores apontam que a democracia moderna (o tal sistema representativo liberal em que vivemos) deve ser repensada e reformulada urgentemente (Ferreira, 2015; Guerra, 2010). É como forma de fazer face ao desencantamento com um senil mundo velho que este trabalho de investigação visa contribuir, por via da experimentação prática e da observação participante com novos métodos de gestão do bem comum: mais sustentáveis, horizontais, empoderadores e de impacto local, desde as bases.

3.2 - O presente desenho do sistema global

Para sustentar uma análise crítica e comparativa entre eles, começamos com uma definição do que entendemos pelo "presente desenho do sistema global". Hoje em dia, e recordando a análise histórica feita acima, a grande maioria dos macro sistemas socioeconómicos (como nações ou multinacionais) por todo o mundo, estão baseados e dependentes do crescimento económico, por sua vez ancorado em gigantescos sistemas logísticos de extração, transporte, transformação, e distribuição de recursos. E existe uma importante consideração em torno da relação direta entre crescimento económico e a consequente capacidade de produzir/aceder a material bélico, capaz de assegurar o acesso a recursos/matérias primas, que consigam por sua vez garantir a e estabilidade e continuação do ciclo extrativista-produtivista.

Assim, e de modo geral, como já visto, todos os governos modernos, bem como as multinacionais que neles operam, estão obrigados a um crescimento económico. Na crítica feita por Harvey, a necessidade de crescimento econômico surge como o motor e a maldição do capitalismo, uma força que reconfigura continuamente o espaço geográfico, criando desigualdades, deslocando comunidades e esgotando recursos naturais (Harvey, 2010). E, de facto, a nível global, para ser considerado sustentável, o PIB coletivo tem imperiosamente de manter um crescimento económico médio de 3% ao ano (C. I. Jones, 2016), sob pena de tantas das entidades que nele participam virem a enfrentar falência ou recessões económicas – e uma consequente perda de poder.

Face a essa "realidade inescapável", o mundo humano moderno cristalizou-se num sistema crescentista, extrativista, produtivista, tecno-industrial global. Ou seja, um sistema socioeconómico global onde a produção é um fim em si mesmo. Um sistema, recorde-se, assente numa economia dita linear, onde a "mola" da economia é o ciclo de extração de matérias primas, sua transformação, produção de bens e serviços e, finalmente, descarte do lixo resultante (em estado gasoso, líquido e

sólido). Um sistema onde, quanto mais rapidamente este ciclo de extração-produção-descarte se der, quanto mais rápida e eficazmente se conseguir transformar a Natureza em lixo, melhores evoluem os indicadores económicos e, portanto, melhor fica a economia – e, "*portanto dos portantos*", "melhor vai a vida" no geral.

É um sistema crescentista, acumulador, de competição, de valorização do capital acima de tudo, de glorificação de traços patriarcais ancestrais na organização e gestão do trabalho e da sociedade, e baseado numa constante e violenta exploração de pessoas e Natureza (Söderbaum, 2019). Independentemente dos seus sistemas políticos serem capitalistas, comunistas, socialistas, sociais-democratas, autocracias, etc., todos os estados estão ancorados nestas perceções comuns do mundo e do seu funcionamento – e na separação entre o Homem e a Natureza (Amaro, 2017; Bahro, 1984). Nele, bens e suas partes constituintes são produzidos em diversas partes do mundo, tendo de o viajar extensivamente (por vezes várias vezes) entre os locais de extração das matérias primas, até aos locais de refinação, depois transformação, montagem, embalagem, distribuição e finalmente de coleta do lixo resultante e sua disposição (Le et al., 2022). Ou seja, o modo de vida de grande parte das sociedades ditas modernas está dependente não apenas de gigantescas cadeias de produção e distribuição, mas também do crescimento económico exponencial que as alimenta e permite (Thimothée Parrique et al., 2019; Servigne & Stevens, 2015). O que nos relembra que o problema ecológico não é apenas um problema ambiental, mas também um de extração, destruição de ecossistemas, e exploração de pessoas e comunidades, sempre em busca da maior margem de lucro (Foster, 2011).

A compreensão da magnitude e escala dos mecanismos que permitem o nosso modo de vida moderno é importante em vários sentidos. Por um lado, permite ganhar uma noção de escala, de dependência (do funcionamento destas cadeias), e de impacto (de todas as poluições, de todas as máquinas e fábricas, movidas mormente a combustíveis fosseis (mais uma vez, 85% à escala global, de acordo com a BP (2020)). Permite também começar a entender o antagonismo entre "competição internacional" e preservação de saberes ao nível local/nacional. Por exemplo, se produzir roupas do outro lado do mundo, com todos os impactos associados com a sua produção e distribuição, é mais barato do que as produzir localmente, o resultado é o paulatino abandono da produção de tecidos e roupas a nível nacional, e com ela a perda de saberes relacionados. Adquirir noção do tamanho, interdependência e complexidade das cadeias de produção e distribuição globais, bem como a sua relação com a financiarização da economia (e a instabilidade que cada vez mais a caracteriza), o seu impacto nos ecossistemas, e as crescentes tensões sociais que vai criando, permite começar a "unir os pontos".

O que leva -ansiosamente- na direção a um entendimento do que se qualifica como um cada vez mais provável paulatino colapso do modo de vida das nossas sociedades modernas (Hollender, 2018; Servigne & Stevens, 2015). De um entendimento do que esse "colapso" significa, a nível global, mas também nacional e local. Ou seja, é cada vez mais provável que as dificuldades que estão a ser sentidas atualmente sejam em breve submergidas por uma onda gigantesca de vários *feedback-loops*. Vários analistas descreveram em pormenor a forma como os efeitos combinados são suscetíveis de conduzir a um colapso súbito e catastrófico do sistema na economia global (ver por exemplo Duncan, 2013; Greer, 2005; Korowicz, 2012; Kunstler, 2005; Mason, 2003; ou T. Morgan, 2012). E, eventualmente, a uma revisão das estratégias – políticas, pessoais, económicas, comunitárias - de adaptação a uma realidade que cada vez se sente mais próxima, ainda que sem revelar o seu desenrolar, o seu timing, ou os seus próximos impactos (Servigne & Stevens, 2015).

Esta compreensão, por seu lado, é um "novo" e essencial elemento para questionar a validade de uma narrativa hegemónica de crescimento económico a todo o custo, que não contabiliza impactos humanos e naturais (as chamadas "externalidades negativas"). E, importantemente, ajuda a um estratégico posicionamento capaz "aproveitar" as crises iminentes e conseguir descolonizar imaginários sociais[35], ganhando espaço para sonhar e explorar novos caminhos, transições e estratégias sociais para um futuro de pós-crescimento (Varvarousis, 2019).

[35] Imaginários sociais no sentido daquilo que é consciente e inconscientemente reconhecido pela sociedade – não daquilo que é acordado entre os seus membros (Varvarousis, 2019).

4) CAPÍTULO IV - NOVAS VISÕES E ALTERNATIVAS

4.1 - A natureza das crises e suas oportunidades

É assim que entramos neste IV capitulo: a antever um desencadear de crises sistémicas, que – como se observou claramente na Grécia, entre 2008 e 2015 (Varvarousis, 2019, 2020) – provocam uma destabilização da normatividade e dos seus antigos imaginários sociais, abrindo espaços para períodos de transição – e a novas narrativas sociais.

Aqui, prosseguindo o encadeamento desta tese de doutoramento, permite-se o abrir de parêntesis para olhar a natureza das crises, e a sua importância na capacidade das sociedades humanas se repensarem e, eventualmente, transitarem para novos modelos de organização social. Desde Milton Friedman, a Naomi Klein, passando por Latouche, Varvarousis e Servigne, vários são os autores que se debruçaram sobre a natureza e o papel catalisador das crises.

Ao contrário do imaginário social alargado, de que indivíduos, coletivos e sociedades conseguem paulatinamente alterar e fazer evoluir os seus imaginários, as crises são entendidas e vividas não apenas como momentos em que elites politicas e económicas aproveitam para reescrever normas e regras sociais (Klein, 2007), mas também onde populações inteiras são confrontadas com a natureza "inventada" das narrativas sociais que enquadram as suas vidas e as suas visões do presente e do futuro (Varvarousis, 2019). E é nessa altura que se abre um espaço de suspensão coletivo – a que Varvarousis chama de *liminal*. Aqui, mergulhadas nas contradições, ansiedades, esperanças e instabilidades próprias a uma crise, populações inteiras passam a navegar numa espécie de "vazio narrativo", questionando criticamente o seu passado e procurando novos sentidos e escolhendo novos caminhos entre as narrativas que, nesse momento, e mesmo se marginais, pairem na sociedade (Varvarousis, 2019). Ou, como concluem Graeber e Wengrow (2021), é mais comum que as novas ideias tomem o seu espaço, não pela compreensão das presentes elites de que os seus modos de vida são desadequados, mas pela eventual "morte" dessas elites, deixando uma nova geração a viver na certeza de uma nova realidade.

É então que se verifica a máxima narrativa de Milton Friedman quando afirma que "*o resultado de uma crise depende das ideias disponíveis no momento*" (Varvarousis, 2019, pp.17). E é também nesta altura que Latouche advoga uma "pedagogia do desastre", aproveitando um evento decisivo para impulsionar o imaginário e as vontades sociais para fora da distopia em que se encontra atualmente (Demaria et al., 2015). Um pouco como denuncia Naomi Klein (2007), quando acusa as elites políticas e económicas de "*nunca desperdiçarem uma boa crise*" para alterarem a normalidade a seu favor.

Ou seja, parte-se, no geral e no entendimento desta tese, do princípio de que o processo de descolonização do imaginário e de construção de novas ferramentas, práticas e entendimentos se faz, não gradualmente no interior do sistema vigente, mas por via da experimentação prática, acompanhada de novas narrativas, que possam vir a "ocupar" os espaços narrativos esvaziados pelas crises do sistema e criados pelo estado de suspenso coletivo que estas provocam (Varvarousis, 2019). Isto sobre o pano de fundo atual de que outras narrativas, hoje já em ascensão por toda a europa, se encontrem subitamente como única alternativa num futuro que imprima vazios de significado em populações inteiras, conseguindo atraí-las para a sua esfera e "soluções", como tantas vezes aconteceu na história.

Assim, esta tese situa-se, temporal e pacientemente, num "*momento liminal entre o presente* [distópico] *que ainda tem de passar, e o futuro que ainda tem de chegar*" (Dalakoglou & Amsterdam, 2011, pp.14). Não esquecendo que a descolonização do imaginário social não é nunca um processo linear e gradual, mas um pautado por ruturas, assimetrias, acelerações e mesmo momentos de estagnação e retrocessos (Varvarousis, 2019), urgem reflexões em torno de uma nova organização social que não esteja focada mormente em assegurar um crescimento económico continuo e exponencial. Reflexões em torno de um sistema de organização social "transformativo" (Hollender, 2018), baseado no reavivamento dos "*comuns*" (Ostrom, 2007) e no "pós-crescimento" ou "decrescimento" (ver por exemplo (D'Alisa & Kallis, 2020; Hartley et al., 2020; Hollender, 2018; Latouche, 2007). Reflexões baseadas em análises históricas ou críticas das organizações socioeconómicas atuais, e que se ancorem na necessidade da emergência de uma nova teoria de estado capaz de enquadrar analiticamente as propostas de teorização de uma organização social para o decrescimento (D'Alisa & Kallis, 2020). E assumindo, também nestas reflexões, que o "estado" possa (entre outras possibilidades) vir a constituir-se apenas como mero mecanismo de cooperação inter-regional que assegure estabilidades várias em contato, comércio e profunda ligação com as outras que a rodeiam – como já acontece em alguns lugares do mundo (Bookchin, Le, et al., 2015).

Faz-se isto, avançando reflexões que esposem também experimentações práticas, capazes de atrair imaginários e desejos, aptas a servir de "montra do possível", perante o expectável caos resultante do "embate final" entre o capitalismo industrial e os limites biofísicos do planeta. Relembrando a bonita reflexão de Benasayag que, identificando a diferença conflituosa entre o campo dos possíveis teóricos e o campo dos possíveis "do mundo vivo", alerta(mos) que é importante reconhecer e atuar nesta fronteira, e não (apenas) apelar à abolição de uma ou de outra. É, no fundo, aqui que se entende o comum e o sóbrio com uma construção permanente de um novo real, de onde emergem novas legitimidades políticas (Benasayag & Cany, 2021).

Nesta linha, clarifica-se o repetido enunciado de que "*decrescimento não é sinónimo de depressão; mas, dentro do capitalismo, um processo de decrescimento provavelmente envolverá uma reestruturação dramática da economia, agora em condições de produção reduzida. A literatura sobre decrescimento tem pouco a dizer sobre a dinâmica de tal transição*" (Varvarousis, 2019, pp.3).[36]

E introduz-se também uma nota, num respirar fundo antes de continuar, sobre o efeito de sucessão de experimentações e iniciativas que parecem pequenas na sua escala ou impacto. Surgiu, numa das conversas informais coletivas conduzidas durante este doutoramento, uma "queixa" por parte de uma participante de um projeto comunitário, acerca da tantas vezes efémera natureza das iniciativas que iam surgindo (em Montemor-o-Novo, mas também além dele"): "*muita gente se entusiasma com um projeto, que tem uma ou duas reuniões, várias ideias, uma ou outra implementação prática - mas assim que ganha algum "peso", que exige mais trabalho, começa a ser abandonado pelos participantes iniciais*". A resposta a esta observação veio de um botânico e permacultor, que equiparou esses pequenos projetos a silvas, ervas e flores, efémeras por natureza, mas pioneiras essenciais para a abertura do solo, para oferecer sombra inicial a pequenas árvores que apenas começaram a brotar, e mesmo para a produção de matéria orgânica uma vez mortas, cortadas ou arrancadas.

Uma analogia que se relaciona interessante e metaforicamente com a proposta de *expansão rizomática* de projetos comuns avançada, como veremos abaixo, por Varvarousis. E que se enquadra tão bem neste doutoramento, nesta co-construção de imaginários, e nesta abordagem profundamente diversa e a partir das bases.

4.2 - Narrativas (e) políticas alternativas

Dentro desta lógica de multidisciplinaridade, a governança policêntrica, noções de gestão coletiva de *commons*, abordagens feministas, a economia participativa e solidária, etc., são apontadas, aqui e por Hollender, como alguns dos principais paradigmas a explorar na experimentação e transição para modelos socioeconómicos de pós-crescimento (Hollender, 2018). Neste doutoramento, que confere um maior foco ás questões da descentralização do poder e da busca de alternativas apartadas a insidiosa necessidade de crescer economicamente para sempre, encontram-se contributos de algumas das mais importantes narrativas alternativas da atualidade: Os comuns e o seu foco no local, no partilhado, e na necessária robustez das relações humanas que os gerem; O Decrescimento, com a sua vertente crítica e desconstrutivista das realidades sociais vigentes, partindo sempre da

[36] Traduzido livremente do inglês

inescapável premissa de que "não podemos continuar a crescer para sempre num planeta finito"; Da Justiça Social e Ecológica, que postula o desenvolvimento simultâneo da equidade entre as pessoas e a proteção ambiental; a Ecologia Social e Solidária, ancorada nos seus axiomas da democracia, solidariedade, gestão comum e móbil sem animo de lucro; E da democracia deliberativa, sobretudo na sua vertente de Municipalismo Libertário, onde se avançam noções de gestão autónoma cooperativa e descentralizada, princípios de ecofeminismo e ancoragem radical no real ecológico.

É das sinergias entre os ensinamentos partilhados por estas correntes paralelas e complementares que esta tese se nutre e constrói, buscando construir pontes de sentido e experimentar práticas e desenhos organizativos inovadores, emergentes da, e adaptados á, realidade estudada. Outras correntes existem, claro (como a REDD ou a do desenvolvimento humano), e muitas serão devidamente assinaladas – mesmo se não tão profundamente analisadas. E da conjugação escolhida (de correntes principais e secundárias na análise e reflexão sobre as problemáticas em mãos), surgirão os contributos e narrativas que serão trabalhados, cozinhando as novas perspetivas que serão avançadas neste doutoramento. O intento é que possam contribuir também para a combinação criativa de novas realidades e paradigmas socioeconómicos que aqui se procura conseguir começar a desenhar.

Comecemos pelos comuns, e os seus ensinamentos milenares. Na sua proposta de gestão coletiva de comuns, inspirada por uma vida de estudo em torno destes assuntos, Elinor Ostrom propõe o estabelecimento de pequenos grupos em autogestão em torno de bens comuns, usando mecanismos de proximidade, confiança e reciprocidade capazes de produzir novas normativas comuns (Ostrom, 2007). O uso de uma abordagem científica inter e multidisciplinar é essencial para se entender sistemas complexos nos seus variados níveis de interação e integração (Ostrom, 2007). De facto, para Ostrom as sociedades constroem-se em cima de 4 esferas fundamentais: A esfera privada, a pública, a tribal, e a comum (Forsyth & Johnson, 2014). A esfera privada refere-se à propriedade de alguma coisa por alguém. A esfera pública refere-se a tudo aquilo, como o sol por exemplo, que é "de todos"; a esfera tribal refere-se a um sentimento de partilha de um recurso por (dentro de) uma tribo, que é de todos os membros dessa tribo, mas a mais ninguém – podendo mesmo chegar-se a utilizar da violência para assegurar isso mesmo; e finalmente, a esfera comum que se refere a uma comunidade, muitas vezes fluida, organizada em torno de um recurso, tomando decisões relativas à gestão desse recurso de forma democrática e participada.

Elinor Östrom ganhou o prémio Nobel da economia em 2009, ao questionar a "tragédia dos comuns". Esta era (e ainda é, de certa maneira, devido ao seu enraizamento popular) uma teoria social amplamente aceite desde que Hardin (em 1968) observou – por via de experiências controladas em laboratório – que, aquando a gestão de um bem coletivo por uma massa de indivíduos anónimos, a

procura de maximização individual por parte de cada qual terminava invariavelmente na sobre-utilização do recurso comum (Wilson et al., 2013). Östrom oferece um olhar diferente, e vem demonstrar que, recorrendo a mecanismos de estabelecimento eficaz de governança horizontal e participada, bem como o foco na construção de confiança e reputação, o ser humano revela todo o seu potencial social, evitando a tal "tragédia dos comuns" (Ostrom, 2009). Mais ainda, Östrom avança 8 (oito) princípios que, se utilizados par a par com a necessária construção de confiança, reciprocidade e reputação entre os membros participantes na gestão do recurso comum, asseguram a boa e sustentável gestão desse recurso comum, sem que seja necessário recorrer à privatização ou ao controlo centralizado (de um Estado, por exemplo) – as "únicas" duas opções aceites anteriormente para responder à "inevitável" tragédia dos comuns. Assim, e depois de ter estudado vários grupos de pessoas na sua gestão de territórios e projetos em comum (baldios, projetos de habitação, etc.) (Wilson et al., 2013), Östrom identificou aqueles a que chamou princípios centrais para a eficácia (da gestão) de grupos, cuja aplicação ajuda a prever o sucesso ou insucesso de uma gestão em comum. Expõem-se aqui, pela importância que têm no desenho de estratégias e estruturas de governança interna de projetos como os estudados nesta tese de doutoramento, esses princípios centrais, seguindo a simplificação de Wilson (et al., 2013). São eles:

1. *Definir claramente o que é o recurso comum:* Com vários grupos a agir em simultâneo e em direção a um objetivo comum, há que tornar sempre claro i) qual o recurso em causa, ii) quem é parte de que grupo, iii) que objetivos tem esse grupo, e iv) que ações prevê esse grupo fazer para efetivar o seu objetivo.
2. *Promover benefícios à participação que superem os "custos" de participar,* e fazer com que os mesmos (custos e benefícios) sejam "distribuídos" de maneira igualitária. Ou seja, sendo que há custos em participar na gestão de estruturas comuns (tempo, "trabalhos de casa", custos de transporte e alimentação, etc.), especialmente nos momentos de arranque de uma iniciativa comunitária, há que estabelecer e promover os benefícios de participar (comunidade, visibilidade, acesso a território, estruturas de implementação, promoção de projetos próprios, retorno financeiro, etc.). E essa "distribuição" deve ser feita de modo a que todos possam ter a mesma hipótese de beneficiar ou custear do projeto comum (recorrendo, por exemplo, a tiragens à sorte, por gestão solidária de fundos[37] do projeto, etc.).

[37] Tipicamente um mesmo local onde se guardam todos os benefícios financeiros das atividades de um coletivo, podendo-se aceder ao mesmo de acordo com as necessidades de cada membro. Ou seja, o dinheiro não é imediatamente distribuído, podendo no entanto ser usado ou levantado por membros do coletivo, por via

3. *Definição de métodos de tomada de decisão coletiva justa e empoderada:* para uma boa e sustentável gestão de um recurso comum há que estabelecer mecanismos efetivos de participação e empoderamento (por exemplo a utilização de métodos de tomada de decisão por consenso ou por consentimento assegura que ninguém tem de fazer nada que não quer fazer). Este tipo de gestão coletiva, para alem de legitimar a ação coletiva, leva amiúde a melhores decisões, mais adaptadas ao contexto social, cultural, ecológico e económico em que o projeto se desenvolve. Assegura-se também que estas decisões/regras podem sempre ser contestadas e alteradas por quem participa na gestão do recurso comum.
4. *Monitorização:* Há que estabelecer mecanismos sociais ou estruturais que impeçam indivíduos de tirar vantagens indevidas (ganhando, fazendo ou deixando de fazer algo). Estes mecanismos são essenciais para se manter uma cultura de confiança e participação efetiva e de conexão, essencial à superação da chamada "tragédia dos comuns".
5. *Sistemas graduais de sanções:* Não é necessário haver sanções pesadas para todas as transgressões sobre o que foi acordado coletivamente. Inicialmente podem haver métodos de "punição" ligeira, que podem/devem evoluir de acordo com o grau ou recorrência e gravidade da transgressão.
6. *Mecanismos de resolução de conflitos:* há que estabelecer meios de resolução de conflitos que sejam rápidos, eficazes, e vistos como legítimos por todos aqueles que participam na gestão do comum. A existência (consentida) de uma autoridade externa para a resolução de conflitos internos pode ter grande vantagens. De acordo com Wilson (2012), o recurso a anciães de comunidades vizinhas, sem interesse direto na gestão do comum em questão pode ser uma estratégia importante na dissipação de tensões e conflitos *in-grupo*.
7. *Mínimo de autonomia na capacidade de organização:* subgrupos da gestão do comum devem ter autonomia para tomar decisões dentro das suas esferas de competência – a definir pelo coletivo.
8. *Coordenação apropriada entre grupos específicos:* isto aplica-se sobretudo a grupos que consistem em ecossistemas sociais alargados. É de notar que para sistemas de governança alargados, é necessário encontrar a escala ótima para cada grupo ou esfera de atividade. É o que se nomeia de *governança policêntrica.*

De notar que, para além destes princípios centrais, Ostrom releva também a importância de princípios secundários, de adaptação às realidades socioeconómicas locais (Ostrom, 2009). De facto,

---

de processos transparentes, de solidariedade, e de confiança – precisamente os "antídotos" identificados por Ostrom para evitar a "tragédia dos comuns" (Ostrom, 2009).

experimentações sociais efetivas são vistas como os mecanismos mais bem apetrechados para levar à emergência de potenciais soluções para os problemas específicos de um complicado contexto socio-ecológico em que se ancora cada comunidade (Kallis & March, 2015; Ostrom, 2007; Schutter, 2014) – o que justifica também a adoção da metodologia[38] para este projeto de investigação.

Não obstante o seu incrível trabalho em torno de um importantíssimo tópico de transição, uma das principais críticas feitas a Ostrom advém do seu interesse se ter focado apenas na gestão dos comuns, e não na expansão destes como alternativa aos modelos de gestão político-social-económicos da modernidade (Hollender, 2016, 2018; Varvarousis, 2020). Ou seja, apontam a Ostrom ter focado o seu estudo numa abordagem meramente reformadora do sistema existente, deixando portanto intactos os elementos estruturais do crescimento económico exponencial, incluindo as causas das desigualdades sociais e insustentabilidades ecológicas, que gerem e permeiam as nossas sociedades modernas (Hollender, 2018; Varvarousis, 2019, 2020). E de, no mesmo registo, não se ter debruçado sobre a imensa capacidade de cooptação que o capitalismo exerce sobre práticas de gestão de comuns, tornando as mesmas "coniventes" com a manutenção da hegemonia do crescimento económico (Hollender, 2016, 2018).

Perante este alerta, recupera-se aqui o conceito de uma "confederação de municipalismos libertários" como avançada por Murray Bookchin para a organização de escalas administrativas mais alargadas – a nível nacional ou mesmo internacional (Bookchin, Bookchin, et al., 2015): explorando avenidas de replicação para a gestão dos comuns, sem perder de vista a inevitável confrontação com o capitalismo. E procura depois combinar-se este conceito com proposições em torno das várias propriedades que instituições capazes de promover uma expansão da gestão de comuns devem ter: i) comparabilidade (no sentido de poder ser inteligivelmente comparadas com outros sistemas, existentes ou não); ii) tradução (no sentido de tornar claros os preceitos e conceitos utilizados); iii) partilha de poder (estabelecendo mecanismos capazes de impedir a concentração de poder); e iv) dádivas (porque é por via deste mecanismo de união, proximidade e solidariedade, neste "dar sem esperar nada em troca", que as ligações mais fortes se constroem) (Amaro, 2014; Stavrides, 2016).

Neste ponto, e procurando materializações práticas das teorias avançadas, responde-se aos vários apelos ao estudo empírico de iniciativas de democracia deliberativa, especificamente em Portugal (Ferreira, 2015; Guerra, 2010). Isto paralelamente à exploração de novos enquadramentos de gestão de comuns que permitam uma colaboração e cooperação alargadas e continuadas, desde as bases. A proposição aqui é a de estabelecer e estudar iniciativas locais, pluriversais, baseadas em processos prefigurativos (no sentido de viver desde logo "o mundo que se almeja", em termos de

[38] De investigação-ação por via da etnografia crítica e participante completa

prática política e construção de comunidade), e em direção a objetivos gerais, dinâmicos e maleáveis (Hollender, 2016, 2018). É também por estas avenidas que se procura resgatar a cidadania do complexo internético desenfreado (agente de erosão das estruturas sociais, ambientais e democráticas, de dissolução da sociedade no sem fim abstrato do digital, e de uma pretendida produtividade constante e desumanizadora (Crary, 2022)), dando prioridade política ao estabelecimento de formas cooperativas e comunais de vida.

Assumindo uma iminente crise multidimensional como pano de fundo – tal como sugerido por Varvarousis, Kallis, Servigne, Bookchin, entre outros – procura-se então participar nos padrões sociais equiparados aos de uma *expansão rizomática*: padrões de surgimento espontâneo e espacialmente disperso, com vários nódulos ao mesmo tempo, numa espiral em aceleração, e/mas com grande instabilidade – no sentido que, aqueles que se afastam demasiadamente da sua "rede", acabam por desaparecer rapidamente (Varvarousis, 2020). Na sua analogia social, é aqui que surgem os aspetos simbióticos, meta-comunais e de certa maneira entrelaçados (Angelis, 2017), embebidos em processos não lineares, abertos e com padrões difusos que permitem a sua expansão e multiplicação (Varvarousis, 2020).

Estas mesmas dinâmicas são aplicáveis aos apelos à replicação dos preceitos iniciais da Economia Social e Solidária, que sempre almejou desenvolver práticas e atividades que contribuíssem para a construção de novos paradigmas económicos capazes de oferecer caminhos coletivos e comunitários para o futuro (Amaro, 2014; Hollender, 2016; J.-L. Laville & Gaiger, 2009). A economia solidária avança uma oposição identitária à orientação geral do sistema, procurando remodelar "*modelos de comportamento a partir dos quais uma sociedade produz as suas práticas*" (Amaro, 2014, pp.13). Avança uma proposta de organização social em torno da cooperação, da autonomia, autogestão e do estabelecimento de *comuns*. Sugere uma gestão democrática dialógica, apoiada por espaços públicos de proximidade, capaz de nutrir novas culturas de solidariedade. E procura um ethos económico plural, utilizando por um lado a reciprocidade e gratuidade de trocas e interações, por outro os recursos de mercado obtidos em certas relações de troca e, por fim, os recursos públicos redistribuídos pelo Estado (J.-L. Laville & Gaiger, 2009).

No fundo, a economia solidária parece explorar um tipo de riqueza que não é exclusivamente financeira, mas sim comunitária e social – i.e. ter tempo livre, viver em comunidade, trabalhar com significado, experimentar uma aprendizagem contínua ao longo da vida, viver em proximidade à natureza, aceder a alimentação barata e de qualidade, etc. Aposta assim na construção da comunidade próxima e alargada e de relações de solidariedade, confiança e proximidade para construir redes de apoio que se revelam altamente valiosas em termos de resiliência e supressão de necessidades básicas (aprovisionamento, segurança, aprendizagem, apoio parental, laboral e

intergeracional, etc.) – e outras (como culturais, cooperativas, de experimentação, desenvolvimento pessoal, etc.). E, importantemente, afirma-se como um mecanismo deliberado de estratégia de resistência de longo prazo contra o capitalismo, equiparando-se aos "comuns transformadores" identificados por Hollender (2016) na sua substituição gradual de práticas capitalistas. Fá-lo desconstruindo estas práticas e apresentando alternativas a muitas das estruturas e divisões normativas e relacionais que são essenciais à sobrevivência do capitalismo. Ou, como Hollander sugere – "*tornando o que é político em Comum*[39]" (Hollender, 2016).

É também por estas razões que o esforço de reinvenção da esfera pública por via do aprofundamento de práticas democráticas e da descentralização política, ocupará neste projeto de investigação um lugar central. Por um lado, porque o desenho de instituições de governança democrática e participativa parecem estimular o (des)envolvimento da cidadania, gerando soluções inovadoras para problemas comuns e para ação pública, e criando culturas de proximidade e regenerativas (Fraser, 1990; Fung, 2009). Este é um dos preceitos fundamentais da economia solidária, que possui uma forte componente política, e tem na democracia deliberativa um dos seus pilares fundamentais (Carvalho et al., 2020; J.-L. Laville & Gaiger, 2009). Ao promover práticas cooperativas, autogestão e o controle democrático dos meios de produção, esta corrente procura garantir que as decisões económicas sejam tomadas de forma coletiva, com equidade e ampla participação. Nela, a importância da democracia deliberativa é essencial para promover debates racionais e inclusivos, nos quais todos os cidadãos podem contribuir para as decisões que afetam suas vidas (Jürgen Habermas, 1991; Ott, 2012). Esta é uma componente central também na economia participativa que procura assegurar que ninguém é capaz de cooptar os resultados para seu próprio benefício, aumentando a equidade, empoderamento e motivação de todos à medida que os trabalhadores administram suas próprias atividades (Albert & Hahnel, 1991; Guerra, 2010). Com isto, de trabalhadores a mando de umo empresário, no sentido marxista, passam assim a ser cooperadores, partes e participantes na estrutura de produção.

Assim, a economia solidária não se articula apenas como uma alternativa económica, mas também como uma forma de reforçar a prática democrática, na vida pública, mas também no local de trabalho (onde passamos uma significativa parte do nosso dia) assegurando, desde as bases e da prática quotidiana, a participação ativa e consciente das pessoas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Singer, 2002).

A adoção consciente deste tipo de práticas e processos "protege" as iniciativas de estabelecimento de comuns das tentativas de cooptação do capitalismo. Fá-lo, criando alternativas

[39] Communing the political, no inglês original

ao processo linear, obcecado com resultados, e tantas vezes hierárquico, do capitalismo e dos sistemas de representação política liberais. É por isso que abordagens como o foco no processo (onde "o que importa é o caminho que se faz coletivamente, e as aprendizagens que dele emergem"), na abertura e flexibilidade para ajustar objetivos, na natureza pluriversal das iniciativas e na adoção prefigurativa de práticas e políticas dentro dos movimentos, constituirão sem dúvida as bases para a emergência de novas autonomias, práticas, léxicos e culturas que serão a base material para uma verdadeira transição social (Hollender, 2016; Varvarousis, 2019)

Não obstante, e de acordo com a análise feita nas páginas anteriores, reforça-se aqui o foco na redução dos inputs materiais e energéticos das nossas sociedades, condição sine-qua-non para desenharmos modelos socioeconómicos capazes de se perpetuar no tempo, e assegurar que ecossistemas e as sociedades humanas possam existir em harmonia e mesmo complementaridade.

4.3 - O Decrescimento enquanto filosofia crítica

Nesse sentido são aqui introduzidos os contributos do *decrescimento*, corrente cuja exploração é aprofundada nos parágrafos que se seguem. Esta corrente filosófica e instrumento de desconstrução do real social, avança uma perspetiva diferente sobre a possibilidade das nossas sociedades continuarem a consumir uma quantidade sempre crescente de materiais e energia. Fá-lo relembrando que toda a socio-economia tem uma base material, e convidando a responder em permanência à pergunta: *de onde virá tanta energia e material (primário e transformado) necessários para dar corpo às visões e aspirações urbanas da modernidade*? *– como Smart-Cities, Internet of Things, renovação da frota de automóveis para modelos elétricos, mega parques solares e eólicos, e produção de todos os instrumentos digitais e rede de infraestruturas relacionada que a transição energética deste modelo social baseado na urbe promete e exige?*

Se contabilizarmos a totalidade das cadeias de produção e distribuição (ver por exemplo Kennedy et al., 2015), nenhuma metrópole ou sociedade moderna parece ser viável no longo prazo, especialmente se levarmos em conta os "necessários" níveis de consumo e crescimento "verde" a que hoje em dia, nomeadamente no ocidente, se encontram obrigadas.

Mas esse consumo e crescimento, como demonstrado acima, têm limites biofísicos, dos quais nos aproximamos perigosamente - tendo mesmo já ultrapassado vários deles (ver por exemplo European Environmnet Agency, 2021; Raworth, 2017). Uma vez que a destruição associada a este consumo insaciável se começar a converter em instabilidades várias e em consequentes interrupções de aprovisionamentos de materiais e energia vitais á vida moderna/metropolitana, "o que as pessoas querem" rapidamente sairá do ramo do "livre arbítrio" para entrar no da impossibilidade crónica. E

nessa altura entraremos repentinamente numa nova era, uma de pós-crescimento, sem mais reflexão, ensaio ou experimentação. É face a esta situação anacrónica que esta tese de doutoramento se procura posicionar, propondo reflexões (prévias) sobre a impossível perpetuação das sociedades modernas, e abrindo espaços narrativos, imaginários e de experimentação prática capazes de serem utilizados perante os impactos da insustentabilidade crónica do sistema que as permite.

Já aqui foi demonstrado que o sistema representativo liberal, desenho político de tantas economias industrializadas do mundo atual, está altamente dependente de um extrativismo constante, e de crescentes consumos de energia – a que se encontra intimamente ligado desde o surgimento do combustível fóssil (Mitchell, 2009). Como também já referido, o decrescimento enquanto corrente filosófica e prática de desconstrução do real-social, tem a grande vantagem de "obrigar" a tomar em conta a base material da economia, e as tendências a que a mesma leva. Nesta linha, relembra-se aqui que o combustível que energiza estas cadeias de produção e distribuição globais é atualmente mais de 80% fóssil (BP, 2020), não havendo qualquer indício de diminuição, não obstante o aumento da quantidade de energia produzida por fontes ditas "renováveis". Isto deve-se, quer ao facto de que obter e distribuir essas "fontes de energia", bem como instalar e manter a sua infraestrutura, necessita também de energias fosseis; quer ao já discutido paradoxo de Jevons; quer ao facto de que, em termos absolutos, nunca se ter observado, historicamente, uma "transição energética", mas apenas um acrescento de novas fontes ao *mix* de energia disponível (Fressoz, 2024; Jancovici, 2015).

Os dois gráficos abaixo exemplificam disto mesmo, demonstrando uma mesma realidade, observada de duas perspetivas: a primeira é relativa (percentual, em relação a outras fontes de energia, como se pode verificar na fig. 4.1, abaixo) e a outra absoluta (em quantidades totais de consumo de cada fonte de energia, como demonstra a fig.4.2, também abaixo).

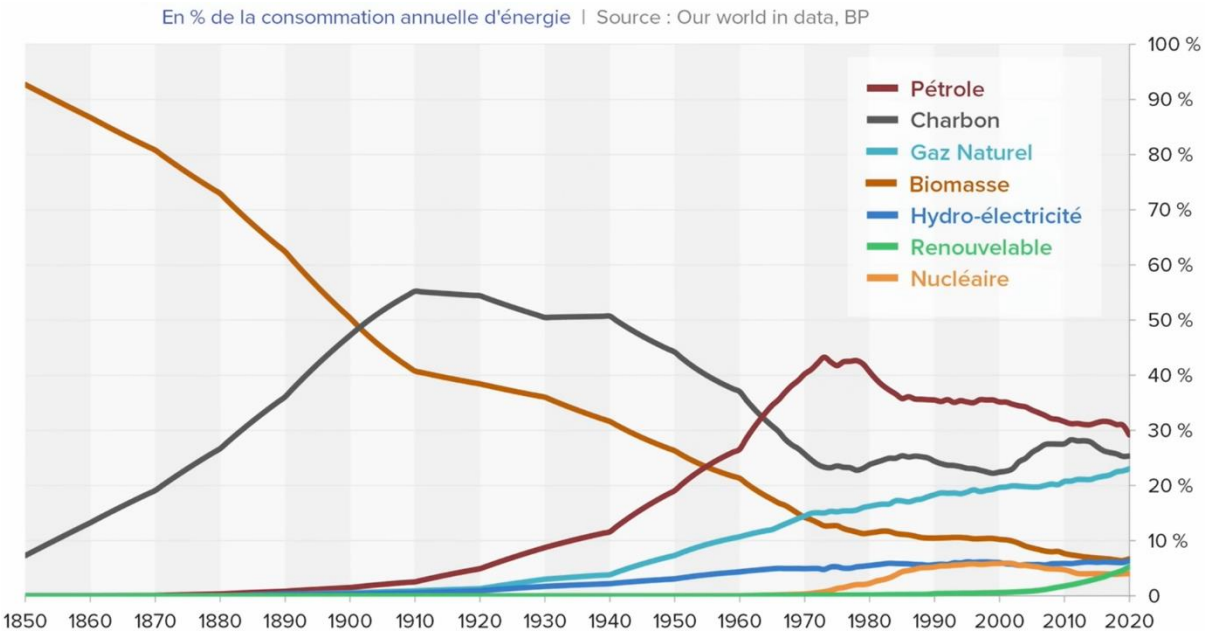


Figura 4.1 - Mix energético mundial, em termos relativos (%)

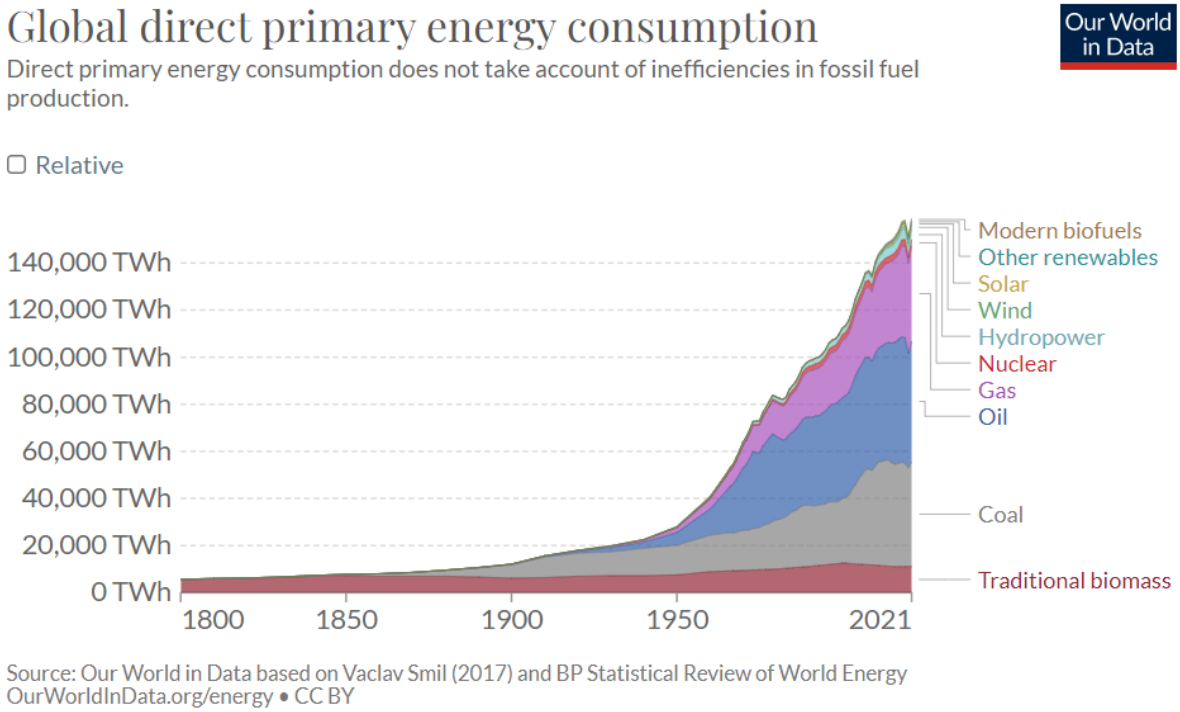


Figura 4.2 - Mix energético mundial, em termos absolutos

Percebe-se, por estes mapas, que o surgimento de uma nova fonte de energia nunca veio substituir outra já em utilização, tendo apenas sido adicionada ao sempre crescente *mix* energético necessário para alimentar uma economia mundial, também ela sempre crescente. Hoje observamos

mais uma vez uma "adição" energética, e não uma "transição" energética – independentemente do léxico utilizado pela narrativa que alimenta essa ilusão.

Por exemplo, existe a perceção de que quando o carvão apareceu enquanto fonte de energia, veio "salvar" as florestas uma vez que substituiu a madeira como fonte energética. Mas isso não é de todo o que aconteceu. O consumo de madeira, como de todas as outras fontes de energia desde então, continuou a crescer ininterruptamente (de 298MTons/ano em 1800, até 1096MTons/ano em 2020[40]), sendo que a única coisa que o advento do carvão enquanto matéria prima de produção energética veio atenuar foi a sobrecarga extra sobre os ecossistemas florestais que teria sido sentida se não tivessem surgido outras fontes de energia - como o tal carvão, petróleo e outras.

No entanto, o surgimento destas energias parece ter sobretudo ajudado a aumentar o consumo de madeira enquanto combustível, por via do desenvolvimento de máquinas de processamento de madeira movidas a combustíveis fosseis, estruturas globais de distribuição dessa madeira – por exemplo, cortando florestas boreais no Canadá e transportando-as para o Reino Unido, ou outros países que protegem as suas hoje reduzidas florestas (Jancovici, 2015). Observa-se também, com uma clareza estonteante, que o advento de uma nova fonte de energia, não apenas não veio (nunca, na história da humanidade) significar o abandono da fonte de energia anterior, mas pelo contrário, veio levar a uma mútua aceleração do consumo de ambas. A madeira foi cada vez mais utilizada nas cada vez mais minas de carvão, ou nos barris das cada vez maiores distribuições de petróleo. O carvão e o petróleo levaram a uma cada vez maior produção e consumo de madeira, em todas as suas vertentes industriais: desde os "*pellets*" para biocombustível, ao cartão para as embalagens, parte fundamental de todo o comércio internacional e seus consequente consumos mundiais (inclusive na "substituição" –que é na verdade outra adição– das embalagens de plástico).

Nesta interação dinâmica entre matérias primas energéticas, em todas elas se verifica(ra)m *feedback loops* que aumentaram constantemente o consumo de umas e de outras, até aos recordes anuais da modernidade presente (Fressoz, 2024). Ou, como demonstrou Cesare Marchetti em 1975, não parecemos conseguir fazer grande coisa quanto ao conjunto gigantesco de máquinas e utilizações várias do sistema energético global, e a sua imensa inércia – que reduz os "decisores" a meros "optimizadores" do mix de energia (Marchetti, 1975). O que era verdade então, é-o agora, com as mais pessimistas perspetivas de há 50 anos consideradas hoje bastante otimistas em termos quer de consumos, quer de impactos das diferentes fontes energéticas da civilização industrial globalizada.

[40] Dados do Institut Economique et Politique de l'Energie (IEPE) do CNRS (FR) e da Université Pierre Mendes-France (Grenoble), acessíveis aqui: https://www.encyclopedie-energie.org/en/world-energy-consumption-1800-2000-results/

Daí a extrapolação para a pergunta inescapável perante mais esta intenção de "transição energética" (agora teoricamente de combustíveis fosseis para energias "renováveis"): *Para quê uma transição energética que não altera a base do sistema de destruição relacionado umbilicalmente com o extrativismo industrial a ser energizado*? Ou seja, se um bulldozer elétrico-digital, topo de gama, desfloresta mais eficazmente que um a petróleo, ou se um barco pesqueiro industrial de tecnologia de ponta, movido a painéis solares, permite apanhar mais peixe a menor custo, esvaziando assim ainda mais profunda e eficazmente os Oceanos – é isto algo que queremos ou a que devemos almejar?

Rapidamente estes números relembram a conclusão de base da corrente decrescentista: que não é possível dissociar crescimento económico, nem das emissões de carbono globais (que aumentam histórica, presente e sensivelmente na mesma proporção que o crescimento do PIB global), nem da destruição de ecossistemas, inevitavelmente cada vez mais agredidos pelo extrativismo industrial do qual depende todo o sistema (Alcott et al., 2012; Thimothée Parrique et al., 2019). Ou seja, o capitalismo eco-compatível parece realizável em teoria, mas revela-se irrealista na prática (Foster, 2011; Thimothée Parrique et al., 2019; Servigne & Stevens, 2015). O que quer dizer que o nosso mundo globalizado, como um todo, tem de parar de crescer – e, de fato, decrescer – economicamente (especialmente no norte global) para poder manter-se dentro dos limites ecológicos, indiferentes aos "imperativos" de mercado humanos.

É daqui que nasce o preceito de uma das correntes radicais que mais tração tem vindo a ganhar no século XXI, surgindo como verdadeira filosofia e instrumento de desconstrução do real-social, e arriscando mesmo avançar algumas alternativas (ou pelo menos provocações para reflexão) ao presente sistema: o *decrescimento económico*. Esta é uma corrente teórica que preconiza a redução controlada e coletivamente organizada dos fluxos materiais e energéticos das economias modernas, sugerindo mesmo que tal deva acontecer, a diferentes níveis e por diferentes estratégias e abordagens, quer no Norte, quer no Sul Globais de modo a funcionar. No Norte para decrescer o consumo e a poluição, no Sul para impedir que esses países enveredem pelo "beco sem saída" da economia de crescimento exponencial – incluindo a destruição ambiental, e o relacionado consumo material e energético a que este obriga (Latouche, 2007).

O decrescimento vem alertar para a insustentabilidade inerente a um sistema político obcecado com o crescimento económico, obrigando a relembrar a base material e estrutural de qualquer economia e suas cadeias de extração, produção, distribuição e externalidades. Ao fazê-lo identifica um dilema estrutural fundamental, e apela a uma redução planificada das escalas de produção e consumo, combinando correntes de pensamento culturalistas e ecologistas (Beling, 2019).

O texto *Degrowth and the State* (D'Alisa & Kallis, 2020), por exemplo, para além de explorar uma teoria de estratégias transformativas para estruturar a sua revisão de literatura, adota abertamente

uma abordagem teórica com "intenções estratégicas" de levar à implementação de hipóteses e conclusões. Começa por fazer uma leitura histórico-materialista de transformações socio-ecológicas, neste caso identificando e qualificando 3 tipos de estratégias de transição social (de rutura, intersticiais e simbióticas). Esta "categoria" crítica dos sistemas representativos liberais (por exemplo: Bell et al., 2020; D'Alisa & Kallis, 2020b; Fotopoulos, 2002), adota uma abordagem que leva quase invariavelmente à emergência de um "*gap*" na literatura, amiúde pela gritante falta de experimentação prática sobre estes assuntos. Outros académicos que adotam estas abordagens propõem estratégias diferentes, combinando abordagens desde as bases com "*top-down policy interventions*" (Garcia et al., 2018; Johanisova & Wolf, 2012; Thimothée Parrique et al., 2019; Timothée Parrique, 2019), e abordando a encontrada tensão e "*gap*" de forma inovadora. D'Alisa & Kallis, por outro lado, propõem uma leitura da realidade baseada numa teoria (Gramsciana) em que o estado não é um monólito agarrado ao poder, mas uma arena de encontro e disputa de ideias e interesses – defendem os autores que o estado não é apenas as instituições governativas, mas todo o ecossistema político em torno da gestão do território (D'Alisa & Kallis, 2020). Com esta visão do mundo, avançam então uma hipótese/teoria transformativa das sociedades civil e política, capaz de estabelecer "hegemonias de sentido" que lhes legitimem o poder e a autoridade que buscam.

Finalmente, como parece habitual na literatura critica da democracia liberal, é feito o convite (aceite aqui por este investigador, e desenvolvido no ponto 4.8 e nos capítulos de metodologia, abaixo) a mais investigação que adote, por sua vez, metodologias de experimentação prática e de investigação-ação capazes de validar e melhorar as hipóteses avançadas, ilustrando com alguns exemplos. Esta metodologia repete-se amiúde nos teóricos do decrescimento e das teorias alternativas de democracia: abordagem construtivista (Castoriadis, 1992; Ellul, 1977; Latouche, 2007), comparação de teorias existentes (Fotopoulos, 1997; Latouche, 2007; Timothée Parrique, 2019) e, por vezes, mesmo experimentação prática de investigação-ação (Dengler & Seebacher, 2019; Esposito et al., 2020; Ganuza & Gómez, 2008; Janssen & Ostrom, 2006). Há também e sempre uma clara tendência interpretativista, com forte enfase dado à agência e vontade humanas no desenho de realidades sociais.

Recuperando Kallis, Woods e Bonaiuti, a conclusão é a de que a democracia liberal moderna a como a conhecemos em Portugal dá corpo político à insustentabilidade do crescentismo económico, dele dependendo e permitindo-o ao mesmo tempo. Como discutido, contribui também significativamente para esbater o significado de cidadania, aumentar os níveis de passividade face ao que (hoje em dia) se entende por "política", e centralizar o poder nas mãos de elites político-económicas que se alternam nessas posições (Bonaiuti, 2012; Kallis & March, 2015; Woods, 1995).

Pretende-se então, neste projeto de investigação, avançar duas coisas: Primeiro, ancorar o entendimento da realidade social em estudo numa perspetiva crítica e *desconstrutivista*. De seguida, a adotar técnicas da etnografia crítica participante de modo a, por um lado i) responder aos apelos de teóricos do decrescimento económico para uma maior experimentação no terreno com a aplicação prática de postulados teóricos e, por outro ii) estabelecer uma ponte entre as metodologias dos dois "campos" identificados neste trabalho. Tenta-se assim conciliar uma leitura crítica dos desenhos institucionais que nos governam hoje em dia, com uma abordagem experimental capaz de contrapor teorias na prática e registar resultados e observações.

Mas primeiro, há que verificar a robustez dos argumentos decrescentistas, contrapondo as suas orientações às críticas que lhe são feitas, e verificando se a corrente tem de facto a capacidade de oferecer uma alternativa teórica para o presente liberalismo representativo democrático, tão dependente de crescimento económico exponencial a todo o custo.

4.4 - Críticas construtivas ao decrescimento enquanto corrente

Apesar de racionalmente "inescapável", o decrescimento é uma abordagem que tem merecido algumas críticas por parte de teóricos e ativistas de outra corrente de critica radical ao sistema tecno-produtivista global: a da justiça ecológica e social. Críticas que merecem serem aqui apresentadas e exploradas, não apenas em nome de um entendimento mais profundo do tema aqui abordado, mas também como parte de uma tentativa de promover encontros e confluências prático-teóricas entre teorias de desenvolvimento alternativo, prefigurando já as conversas e a construção coletiva de imaginários que se augura como tão essencial para a construção de visões múltiplas mas complementares de invenção de novos mundos.

Estas críticas, apesar de concederem a necessidade imperiosa das economias sobredesenvolvidas decrescerem, relembra sobretudo a realidade, quer física, quer social, dos diferentes contextos onde esta se expressa (Beling, 2019; Benasayag & del Rey, 2012). Ou seja, e apesar de partilharem preocupações e visões em torno democracia e de justiça social, de se posicionarem contra a mercantilização da vida, de quererem recuperar os comuns, e apesar também de nenhuma das duas correntes poder ser considerada um "monólito" bem definido e balizado (Rodríguez-Labajos et al., 2019), os ativistas da justiça ecológica apontam alguns problemas profundos aos teóricos do decrescimento:

Acusam, primeiro, de serem mormente ocidentais, provenientes dessas mesmas economias sobredesenvolvidas e portanto, com riqueza suficiente para poderem "deixar de desejar" (Benasayag & del Rey, 2012; Dengler & Seebacher, 2019). Como Daly já havia escrito, é "uma perca de tempo" e "moralmente retrógrado" pregar economias estáveis (e sem crescimento) a países subdesenvolvidos

economicamente, sem que as economias sobredesenvolvidas o façam primeira e de forma convincente (Daly, 2014).

Outro aspeto importante apontado para o desenho de estratégias eficazes de transição para um sistema pós-produtivista é a capacidade de teorizar em torno do “homem real” em vez do “homem ideal”. A centralidade deste argumento, avançado magistralmente por Benasayag e D’el Rey, prende-se com o fato da teoria (especialmente a decrescentista) utilizar como sujeito da sua teorização uma construção “ideal” e histórica do modelo de humano que a modernidade (ocidental) procura produzir. Um “homem” normativo e racional cuja colonização e consequente tentativa de “conversão” e “desenvolvimento” de povos indígenas já havia procurado produzir no seu tempo. Ao contrário, o “homem real” é um ser pulsional, contraditório, feito de desejos incontroláveis, e muitíssimo complexo. O fato das teorias sobre economias e sociedades planeadas (onde se incluem várias vertentes da teoria do decrescimento) se apoiarem sobre a ideia de um “homem ideal”, ao mesmo tempo que o capitalismo e o seu marketing “preferem” ao invés investir a sua energia sobre a psique do “homem real” (Benasayag & del Rey, 2012), diz-nos bastante sobre a eficácia das abordagens que visam provocar comportamentos humanos.

Como aponta Romano (2012),

> *“acreditar que comportamentos adequados e "sábios" (que seriam aqueles abraçados por decrescentistas) se espalharão em círculos concêntricos na sociedade, partindo dos decrescentistas para fora, devido à sua bondade intrínseca, é um erro estratégico grave” (pp.587).*

Os "santos" vão-se assim afastando cada vez mais das pessoas, já que seu exemplo exige um esfoço sobre-humano e sacrifício. Ou seja, de acordo com este autor, uma proposta decrescentista "santa" nunca seria atraente, especialmente nesta sociedade onde a lógica do consumo dá origem a uma corrida a estilos de vida atraentes, independentemente de sua sabedoria, e para além do bem e do mal. Para mais, a abordagem e práticas decrescentistas que se baseia no predicamento de um próximo colapso social apenas descortinável – pela sua complexidade – por recurso a peritos (lógica e abordagem de que padece, forçosamente, este doutorando) replica o mesmo viés tecnológico despolitizante que o decrescimento prega combater (Romano, 2012).

Apesar da sua base histórico-teórica e da sua própria narrativa fundacional (i.e., de que o ser humano é um ser racional e maximizador), o neoliberalismo sabe – na mesma medida que o decrescimento enquanto teoria esquece – que a racionalidade linear e utilitarista não dirige a vida humana. Ao contrário, o desejo mimético (de desejar ter aquilo que o outro tem) é baseado em mecanismos arcaicos e profundos, e parece dirigir uma parte significativa da ação humana. E é assim

que comunica. O neoliberalismo abraça a dessintonia entre o seu discurso racional e o seu marketing dirigido aos ímpetos e impulsos. Isto é facilmente observável com políticos, bancos e empresas a utilizar verbalmente um discurso racional, mas falando na verdade para o "homem real" – porque entenderam muito bem que a última coisa a fazer é tentar lidar com a razão das pessoas. Ou seja, o decrescimento e a sua crença de que informação racional altera os hábitos humanos, corre o risco muito real de se afogar na armadilha do "homem ideal" (Benasayag & del Rey, 2012): o tipo de conhecimento que informa o decrescimento, e que os teóricos decrescentistas usam na sua estratégia de divulgação, cria muitas vezes sentimentos de tristeza e impotência que levam a reações de egoísmo e hiperconsumo – como que uma reação "sacrificial", que ecoa desde tempos imemoriais na psique humana como método de lidar com o negativo e com tudo o que, pertencendo à vida, a ameace (Benasayag & del Rey, 2012).

Diz-nos esta abordagem centrada na psicologia humana que novas práticas de consumo e de desejo apenas poderão surgir de experiências reais, locais e emancipadas. Nunca como "exigências" morais, mas conforme o curso contraditório e conflitual da vida – o que leva à consequente crítica e incapacidade do decrescimento conseguir atingir a necessária tração política e cultural capazes de levar avante as suas propostas sociais (Beling, 2019); Esta abordagem é acusada também de secundar ideias essenciais sobre as quais assenta o movimento de justiça ecológica, como a dívida climática, a oposição á financiarização de emissões, a denúncia e resistência ativa contra mecanismos sociais de desempoderamento e dominação, a confrontação direta com a indústria (enquadrando-a à luz da sua criminalidade climática), a radicalidade democrática e igualitária (Rodríguez-Labajos et al., 2019), etc.

Ou seja, apontam ao decrescimento a falta de uma teoria de (anti-)imperialismo, e aos seus teóricos de viverem num "privilégio" que os impede de esposar um ativismo mais prático, contra-hegemónico e de confrontação. Prosseguem a sua denúncia dos teóricos do decrescimento por estes não apenas usarem uma linguagem de empoderamento (começando com o próprio nome *DEcrescimento*), mas de serem eurocêntricos, replicando padrões problemáticos de individualismo, paternalismo neo(colonial), e de (voltarem) a predicar ao Sul Global "como se deve fazer" para "salvar o mundo" (Dengler & Seebacher, 2019). Ou seja, de aplicarem padrões que visam uniformizar soluções que serão por definição incapazes de abarcar toda a diversidade vivida e defendida pelos movimentos de justiça ecológica, sendo mesmo passíveis de reproduzir continuidades neocoloniais (Dengler & Seebacher, 2019).

Apesar de referências e respostas pontuais às críticas recebidas por parte de teóricos decrescentistas (por exemplo defendendo que o decrescimento não se pretende impor no Sul Global, mas sim libertar espaços conceptuais onde este possa encontrar a sua própria trajetória em direção a como definir, autonomamente, o que é "uma boa vida") (D'Alisa & Kallis, 2020). Tem, no entanto,

havido pouco esforço conjunto para trazer esses dois conjuntos de discursos e estratégias para um diálogo que seria mutuamente enriquecedor, e mesmo essencial para articular respostas coerentes e alinhadas capazes de construir uma resposta pragmática ás crises que se avizinham (Beling, 2019; Escobar, 2015; Gabriel et al., 2019).

Labajos participa neste esforço ao identificar necessidades e estratégias capazes de ultrapassar as clivagens que impedem atualmente uma maior colaboração e alinhamento entre os dois "movimentos": desde a busca por novas terminologias, ao reconhecimento da diversidade de contextos e entendimentos dos mesmos, passando pelo alinhamento de "temporalidades" (referindo-se a ações alinhadas temporalmente e em direção a alvos comuns), e ao desenrolar de alianças táticas baseadas em casos concretos que possam alicerçar, mais tarde, alianças estratégias (Rodríguez-Labajos et al., 2019). Beling contribui também para esta reflexão focando a sua investigação na busca de complementaridades / fertilização entre diferentes discursos de "transição", procurando ajudar a realizar o que Polanyi chamou de "Grande Transformação" (Beling, 2019). Por seu lado , Daly relembra também que uma das forças mais necessárias para conseguir forçar as economias sobredesenvolvidas a adotarem o decrescimento é o "ultraje" e revolta dos povos do Sul Global face aos níveis de consumo atuais do Norte (Daly, 2014). Estas observações são complementadas pela sugestão de que a reorganização de empresas baseadas no Sul Global em torno de valores como governança local, propriedade democrática e partilhada e uma criação de valor desde as bases, as tornam "aliadas naturais" do decrescimento no Norte global (Gabriel et al., 2019).

Existem outras críticas, igualmente válidas e importantes, mas cronicamente negligenciadas até ao momento pelo movimento decrescentista. Uma delas é a óbvia questão: o que aconteceria à economia de um país uma vez que um dirigente ou nova força política decretassem o "decrescimento" como nova abordagem ou modelo económico? Como se passaria a gerir esse país, hoje dependente em tudo da sua capacidade de atrair investimento/empréstimos, quando não houvesse qualquer incentivo financeiro (nacional ou internacional) para nele investir? Como se manteria esta democracia (historicamente ligada ao crescimento económico e aos combustíveis fosseis), os seus sistemas de saúde, educação, de pensões? Que estratégias de transição, se alguma, entre um tipo de economia e a outra? Apesar de teóricos do decrescimento e da economia solidária (ver por exemplo Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012; J. Laville, 2014) avançarem algumas pistas, a pouca investigação sobre as praticidades de uma transição decrescentista é um problema que urge superar.

Outra crítica constrói-se em torno de uma importante e interessante problemática do decrescimento – a teoria da espontaneidade ontológica do decrescimento. Esta tem sido questionada, sendo especialmente criticada (ver por exemplo Mocca, 2020; Romano, 2012) a sua assunção teórica (i.e. sem base empírica-experimental) que postula que cidadãos imbuídos em democracias locais com

maior autonomia e eficácia na tomada de decisões coletivas, escolheriam quasi-automaticamente enveredar pela frugalidade e sobriedade social (como sugerem por exemplo Jürgen Habermas, 1991; Latouche, 2007; ou Thompson, 2020). Ou seja, a noção de que sociedades mais profundamente democráticas (nas definições acima referidas de Castoriadis, Illich ou Cattaneo) tenderiam quasi-automaticamente na direção dos princípios do decrescimento. Ora isto, para além de padecer, na sua origem, de uma ultrapassada lógica *paternalisto-protestante* (Romano, 2012), não se encontra de todo demonstrado na prática, quer a nível local, quer ao nível da possibilidade de escalar soluções para um nível mais alargado (regional, inter-regional, nacional ou internacional). É também a este desafio que a presente tese de doutoramento procura responder, quer por via da sua abordagem teórica, quer metodológica, experimentando na prática e analisando os resultados de dita experimentação.

Outra importante questão é a de que o problema em mãos engloba uma importante consideração geopolítica. E esta é uma vertente sobre a qual a literatura sobre o decrescimento é copiosamente ausente, e à qual urge desenvolver investigação – e experimentação prática. Apesar de não terem sido encontrados referenciais teórico-académicos para esta reflexão geopolítica na literatura dedicada ao decrescimento[41], certamente pelo facto de este ser um tema recente e ainda em desenvolvimento – avança-se aqui esta reflexão inicial, esperando que possa abrir novas vias de questionamento, novas oportunidades de investigação, e novas reflexões e estratégias – quer na academia, que na implementação prática do decrescimento. Parte-se das críticas partilhadas acima, em torno do "homem ideal", do "modelo ideal", da sobriedade enquanto modelo de vida. Facilmente qualquer pensador que espose de um realismo básico em relações internacionais, encontra um obstáculo maior à adoção do decrescimento enquanto filosofia e estratégia viável para uma sociedade: a absoluta falta de reflexão sobre qual o modelo de defesa desse modo de vida, nos tempos modernos.

A reflexão é a seguinte: Se um país, digamos Portugal (pelo seu reduzido tamanho, posição privilegiada e também em termos práticos e referenciais para esta reflexão doutoral), resolvesse adotar como estratégia política, económica e social, os preceitos do decrescimento? Assumamos que tudo corria bem (que a transição entre um modelo crescentista e decrescentista acontecesse de facto e eficazmente, não obstante as reservas acima referidas ou os expectáveis contrapoderes internos que a ele certamente se oporiam. E assumamos que, em consequência, o país assistiria á regeneração dos seus ecossistemas e aquíferos, à instalação de sistemas de governança e de produção de energia descentralizadas, e a um retorno a um estado de equilíbrio e abundância dos seus sistemas produtivos

[41] Algum material em torno deste tópico, apesar da sua natureza não académica, pode ser encontrado no projeto www.geopoliticspostgrowth.eu

de circuitos curtos? O que aconteceria num mundo onde, previsivelmente, nem todos os outros países adotassem simultaneamente esse mesmo modelo decrescentista, começassem a sofrer as resultantes penúrias que o seu modelo produtivista forçosamente, mais cedo ou mais tarde, pelos motivos acima apresentados, acarreta? O que impediria esses países, que continuariam a servir-se do seu crescimento económico constante para assegurar o seu poder militar – que assegura, por sua vez, a sua capacidade de aceder às matérias primas que são a base vital da sua economia (e, consequente, da sua potência), de os ir buscar onde a resistência ao seu saque é menor? De resto, como é verdade quer histórica, quer presentemente? Ou, dito de outra forma, como propõe o decrescimento assegurar a capacidade de uma sociedade defender o seu novo modo de vida frugal, e redução da sua economia como um todo? Para responder a esta pergunta, será interessante explorar os casos dos Zapatistas em Chiapas, América Latina, ou a luta de Rojava no Médio Oriente – lugares em que, assumindo uma relação intrínseca e inextricável entre violência (uso de armas) e liberdade, povos inteiros se organizaram para materializar (e defender eficazmente) algumas das únicas "utopias" realmente feministas e democráticas que o mundo tem no presente. Fizeram-no não descurando a geopolítica do seu modo de vida, pilotando novos sistemas políticos ancorados em ideais e práticas de democracia participativa, decrescimento e feminismo, mas também aliados a uma fação militar capaz de os defender e assegurar contra a (re)conquista dos seus territórios por sistemas *crescentistas*, constantemente em busca de expansão e acesso a mais recursos (como observado e descrito por exemplo em Gurbuz, 2018; Maeckelbergh, 2009; Matin, 2021; Melenotte, 2015; Rojava Information Center, 2019; Sergi, 2009; Van der Haar, 2005).

Isto é algo que inegavelmente merece a atenção, investigação e reflexão dos investigadores do decrescimento, transição, economias solidárias, e de quaisquer outras propostas de transição para sociedades pós-crescimento. Mas a resposta a esta complexa questão não pode ser encontrada, perdoe-se a redundância, sem que a pergunta correta seja feita. E neste momento não está a ser. Não obstante, e mesmo sendo importante para esta tese, esta questão não pôde ser aqui desenvolvida. Fica assim o convite para o desenvolvimento de mais e melhor investigação e reflexão nesta área da geopolítica do decrescimento, assinalando-a como uma importante linha de investigação futura, determinante para a legitimação e aceitação do decrescimento como prática política alternativa e viável para o futuro das sociedades ocidentais.

4.5 - Justiça Ecológica e Social

Continuando: de acordo com alguns teóricos da justiça ecológica, e apesar de ser inegável hoje que o crescimento económico é o principal motor da degradação ecológica planetária (Foster, 2011; Kallis & March, 2015; Thimothée Parrique et al., 2019; Servigne & Stevens, 2015), fixar toda uma análise na desconstrução abstrata de uma "sociedade de crescimento" é perder toda a perspetiva histórica e descartar séculos de ciências sociais (Dengler & Seebacher, 2019). Quer isto dizer que, por mais valioso que seja o conceito de decrescimento no sentido socio-ecológico, este só pode assumir um significado genuíno, e atingir uma materialização eficaz, se fizer parte de uma crítica da acumulação de capital e parte da transição para uma sociedade comunitária sustentável, autónoma e igualitária (Foster, 2011) – algo que este trabalho de investigação procura também avançar, na teoria e na prática. Assim, a Justiça Ecológica e Social é um conceito que integra preocupações ambientais e sociais, visando abordar a distribuição equitativa dos recursos naturais e os impactos das mudanças ambientais, especialmente sobre as populações mais vulneráveis. Um dos principais preceitos é que a degradação ambiental afeta de forma desproporcional as comunidades marginalizadas, e, por isso, deve-se promover uma redistribuição justa de benefícios e responsabilidades ecológicas. Este conceito é fortemente influenciado por autores como Nancy Fraser, que defende uma justiça distributiva e reconhecedora, integrando tanto desigualdades econômicas quanto de reconhecimento cultural (Fraser, 2008), ou Enrique Leff, em torno da ecologia política e da relação entre a crise ambiental e a hegemonia econômica e cultural (Leff, 2006). Assim, numa dita “ordem sustentável”, as pessoas (especialmente as mais ricas) nas economias avançadas teriam que aprender a viver com “menos”. Mas isso não bastaria, pelo que ao mesmo tempo, a satisfação das necessidades humanas genuínas e os requisitos de sustentabilidade ecológica teriam de se tornar os princípios constitutivos de uma nova ordem mais comum voltada para a reciprocidade humana, para o local, e para uma noção de progresso diferente, qualitativo e partilhado. Entrosa-se assim esta reflexão com o que já foi assinalado acima aquando as explorações da Economia Solidária, e as referências ao desenvolvimento de base local (este último aprofundado no ponto 4.7, abaixo).

Por outro lado, e se a luta da Justiça Ecológica parece ser da maior importância para uma transição para um mundo pós-tecno-industrial, tem revelado também ela limitações em termos de implementação, especialmente tendo em conta as experiências vividas e documentadas na América Latina. Por exemplo, na experimentação prática em países como a Bolívia: apesar da sua ótica de restruturação cultural e política, de disponibilidade para conduzir experiencias sociopolíticas numa escala macro, de defender o desenho de um novo contrato social e de se ancorar filosoficamente na herança cultural indígena (por exemplo, de relação com a natureza e com o outro), não foi no entanto

capaz de se extrair às (nem de resolver as) suas interdependências geoeconómicas de produção e consumo (incluindo a extração e exportação das suas matérias primas) que amordaçam as suas economias numa dependência estrutural (Beling, 2019).

Ou seja, sendo que o verdadeiro desafio no Sul Global é o de ultrapassar as históricas ligações imperiais ao Norte Global, libertando-se dos presentes modos de produção e escoamento das suas economias (Daly, 2014), as correntes teóricas da Justiça Ecológica são confrontadas com as limitações de uma revolução política que não avance também uma transformação correspondente da sua base material – como propõe o decrescimento (Beling, 2019). Este é um problema fulcral, e uma reflexão essencial, porque durante cerca de 200 anos que a justiça social foi diretamente vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas – ou seja, a justiça só era possível por via do desenvolvimento económico e industrial, ou seja, não podia haver redistribuição sem crescimento económico (Benasayag & del Rey, 2012).

Por outro lado, a evocação do discurso de desenvolvimento humano de Amartya Sen parece conter elementos potencialmente importantes para uma grande transição. Por um lado, e apesar de Amartya Sen colocar o individuo como agente e beneficiário central do desenvolvimento, de se afastar de conceções materialísticas de desenvolvimento, de apontar a centralidade da deliberação política livre, e de abordar a multidimensionalidade do bem-estar humano para além do crescimento económico, a sua teoria de desenvolvimento humano parece reproduzir as mesmas falhas que a impedem de ter um carater verdadeiramente impactante. Resulta que não denuncia nem questiona o sistema *crescentista*, e replica entendimentos ocidentais de *desenvolvimento* e mesmo de *democracia*. Deixa assim intactos os preceitos das antigas potências colonizadoras que a comunidade internacional tendeu durante tanto tempo a chamar de "desenvolvidas" em relação aos territórios que saíam do seu jugo direto – os países ditos subdesenvolvidos (Amaro, R. *in* Laville, Jean-Louis, Cattani, Antonio, Hespanha & Gaiger, 2009). Ou seja, procura (apenas) "moralizar" o capitalismo, sugerindo mesmo que a felicidade – um conceito tão díspar como arbitrário – seja utilizada como indicador de sucesso social (Benasayag & del Rey, 2012). Por outro lado, atribui "excedentes de significado" a palavras essenciais a uma transição, sem as ancorar aos preceitos específicos que as tornariam revolucionárias. Este posicionamento ambíguo/ambivalente de Amartya Sen tem, no entanto, o resultado interessante de colocar a sua teoria e léxico num "limbo" entre o reconhecimento pelo *mainstream* político e económico, e a conexão com correntes mais radicais da crítica ecologista ao sistema global (Beling, 2019).

Os "campos" aqui analisados da ecologia radical -como o decrescimento ou a justiça social e ecológica- têm válidas razões – diferentes, mas complementares – para se revoltarem contra um sistema que os oprime e afunila em direção á extinção. O que não têm ainda, é uma estratégia

ganhadora para o fazer. Ou seja, por um lado, continuam reféns das bases reais e conceptuais do modelo social dominante (a sociedade industrializada, produtivista e crescentista) e, portanto, mantêm-se vítimas da presente crise civilizacional (Buttel, 2003); por outro lado, como afirmam vários estudiosos, ambos os discursos se ignoram mutuamente, sacrificando o diálogo (epistemológico e estratégico) e o potencial sinergético que poderiam ter enquanto força de mudança (Beling, 2019; Buttel, 2003; Dengler & Seebacher, 2019; Gabriel et al., 2019).

Beling (2019) aprofunda a sua reflexão, apontando que, de modo a conseguirem um alinhamento estratégico e agregador em direção a uma verdadeira transição sistémica, ambos os campos teriam de ser capazes de articular 3 narrativas:

a) Uma narrativa cultural, menos antropocêntrica e em torno da sobriedade, do *buen-vivir* e da inovação radical (como sugerido também por Benasayag & del Rey, 2012; Hollender, 2015)

b) uma narrativa material/económica baseada em preceitos decrescentistas de desmaterialização da base económica (especialmente no norte global) e no desenho de formas alternativas de organização social; e

c) uma narrativa política assente no desenvolvimento humano que poderia fornecer, pelo seu léxico agregador, as pontes entre narrativas vigentes e alternativas;

Assim, parece ser necessário, no desenho de uma co-estratégia entre ativismos ecológicos e sociais do Norte e Sul globais, a proposta de uma socio-economia que, partindo do "homem" real e da sua complexidade, possa opor-se eficazmente à destruição da teia da vida como a conhecemos: Por um lado, pela territorialização da produção e da vida em geral, ancorando comunidades, desenhos institucionais, capacidades produtivas e transformadoras, e resiliências de todo o género ao nível local, tangível, compreensível (Illich, 1973). Ao mesmo tempo, trabalhando a *desvirtualização* da economia, resistindo à colonização das nossas existências pelas grandes corporações tecnológicas e financeiras, que transformam tempo, atenção e relações humanas em mercadorias, e rompendo mesmo com dependência das plataformas digitais e o consumo incessante de informações e produtos. Isto teria a vantagem de desacelerar o ritmo imposto pelo capitalismo global (Crary, 2022). E, por ultimo, pelo estabelecimento de bases para uma vida real e objetiva, revalorizando formas de vida que priorizem interações humanas genuínas, tempo livre, o cuidado com o meio ambiente e o bem-estar social acima do lucro, num esforço que leve à construção de vínculos locais e sociais onde se ancore um novo entendimento comunitário (Benasayag & del Rey, 2012).

Neste sentido, o caso de estudo da Montemor-o-Vivo (explorado em profundidade na segunda parte deste doutoramento), procura dar "carne" a essa necessidade, construindo também sobre os

preceitos da Ecologia Radical e Democrática (RED, na sigla em inglês[42]), ou do *ecoswaraj* indiano[43] (Kothari, 2020) que serão explorado com maior profundidade nos parágrafos seguintes. Procura com isto fazer a ponte entre a prática da democracia deliberativa (dita radical) e o decrescimento enquanto filosofia socioeconómica que procura restabelecer o equilíbrio entre sociedades humanas e os limites biofísicos do planeta.

Fá-lo com uma certeza: a de que a diferença entre sobriedade e pobreza é a mesma que a diferença entre decrescimento e uma crise do capitalismo/crescimento: ou seja, de que a sobriedade, tal como o decrescimento, é algo que é desejado, planeado e abraçado. E de que a pobreza, tal como uma crise do crescentismo económico, é indesejada, súbita, violenta e repudiada. Ter presente a natureza e as implicações de cada um destes caminhos é essencial para compreender o que é analisado e discutido nesta tese, nesta experimentação prático-académica, e nesta tentativa de vislumbre sobre o que poderia ser um futuro da socioeconomia no norte global.

Um dos exemplos mais estudados desta dinâmica de implementação de dinâmicas de transição (mesmo se "forçadas" pelos sucessivos embargos que o país enfrentou desde a Guerra Fria) é o de Cuba. Por isso, e independentemente das orientações políticas do país (cujas interpretações podem desencorajar muitos de o considerarem como um "caminho desejável a seguir/replicar"), introduz-se também aqui uma curta nota relativamente a este país, seus constrangimentos sofridos, e suas estratégias para fazer face à súbita e radical alteração da normalidade com que se viu confrontado. Outra razão para escolher o exemplo de Cuba é o facto de o país ser apontado pelo *Living Planet Report* da WWF como o *único* país no mundo com um alto índice de desenvolvimento humano, alinhado com uma pegada ecológica sustentável (WWF, 2006). O exemplo de Cuba é relevante também porque é visto como o modelo social da modernidade que mais capaz é de proceder a uma transição ecológica em direção ao decrescimento ou ao *steady-state* (Boillat et al., 2012). Deve-se isto ao fato do país ter alterado radicalmente a sua estrutura social para além das noções produtivistas do capitalismo, redefinindo tudo: desde sucesso até à agricultura, medicina e produção em circuito fechado em termos de reutilização e reciclagem. Isto, não obstante, claro, o tipo de modelo social praticado na ilha, que poderá comportar fundamentadas hesitações relativamente à possibilidade de

[42] RED = Radical Ecological Democracy, que defende uma reestruturação descentralizada e democrática da sociedade para enfrentar a crise ambiental, promovendo assim mudanças sociais profundas, além da mera conservação ambiental.

[43] Conceito que integra a autossuficiência ecológica e a autonomia local, promovendo a independência das comunidades em relação a sistemas económicos e políticos globalizados, e enfatizando práticas sustentáveis e de justiça social.

replicar tal transformação em sociedades ditas democráticas como as que vivemos no ocidente moderno.

A experiência cubana, nascida com o embargo americano e da consequente necessidade repentina de fazer face a um "mundo" sem petróleo como energia base e abundante da sua economia, presta-se assim potencialmente a oferecer algumas linhas orientadoras em direção a um real potencial de transição. A adaptação de Cuba ao embargo petrolífero, especialmente após o colapso da União Soviética em 1991, forçou o país a reestruturar sua economia e modos de produção. A escassez de combustíveis fósseis obrigou Cuba a adotar práticas agrícolas mais sustentáveis e menos dependentes de insumos externos, como a agricultura urbana e orgânica, reduzindo drasticamente o consumo de pesticidas e fertilizantes químicos. As cidades transformaram espaços vazios em hortas comunitárias, e o transporte coletivo e o uso de bicicletas tornaram-se predominantes. A economia local passou a estruturar-se em torno da autossuficiência, observando-se o florescer de várias pequenas cooperativas e a produção descentralizada de alimentos e energia. Essa crise também levou a uma maior solidariedade social e inovação tecnológica local, adaptando-se às restrições como podia, e promovendo um modelo de desenvolvimento resiliente, com foco na sustentabilidade e na participação comunitária (ver por exemplo Heller, 2005; Hernández-Catá, 2009; Schlesinger & Victor, 2010; Wilkinson & Pickett, 2009).

O exemplo Cubano indica-nos, entre outras coisas, que uma transição terá provavelmente de agregar um movimento co-revolucionário capaz de articular i) uma crítica ao capitalismo como *modus-operandi* do sistema extrativista e produtivista global, ii) uma crítica ao patriarcado e ao racismo e por fim iii) uma crítica do crescimento económico ecologicamente insustentável (Foster, 2011). Parece apontar também que a transição acontecerá apenas perante situações e constrangimentos extremos, imediatos e "sentidos na pele" pela população e governantes – algo para que esta tese de investigação também procura alertar, relativamente ao aproximar paulatino e indecifrável das grandes ondas de choque advindas do inevitável embate entre o dogma global do crescimento económico a todo o custo, e as barreiras biofísicas que o mesmo ignora (ver, por exemplo, Diamond, 2005; Servigne & Stevens, 2015; Bendell, 2018). Mas revela também a imensa inventividade humana, a sua resiliência face a desafios titânicos, e a sua capacidade de se adaptar em alta velocidade (dentro das estabilidades biofísicas que conhece, isto é).

Assim, e sendo que o sistema atual de crescimento económico e a sua "carapaça" política (a dita "democracia" representativa liberal), não parecem oferecer grande espaço conceptual para a experimentação e evolução de novas narrativas políticas, então o avanço da teoria ecológica radical terá de abraçar por um lado a confluência de lutas e, por outro, a aplicação prática de mecanismos e estratégias eficazes, capazes de "plantar" e fomentar novos imaginários e "produzir" desde já um novo

mundo de pós-crescimento – mesmo se por agora ainda inserido num outro, de nível macro, "obrigado" ao crescimento exponencial.

Para que isto aconteça, as diferentes vertentes da crítica social analisadas acima nesta secção da revisão de literatura necessitarão de convergir nas suas posições e estratégias, agregando e experimentando ativamente com as mais eficazes e libertadoras – em termos de estabelecimento de autonomias políticas, comunitárias, culturais e materiais.

4.6 – Democracia e Decrescimento - a luta por novos paradigmas

Chegamos a uma intersecção. A exploração da relação entre o decrescimento como abordagem económica de uma futura sociedade humana, e a adoção de práticas democráticas profundas, deliberativas e de proximidade que assegurem a legitimidade e justiça social necessárias para que a sua implementação se dê – e possa perpetuar-se no tempo. É importante tecer aqui as pontes que ligam estes dois preceitos acima examinados, para entender, do lado conceptual, a sua interdependência e, do lado referente a este esforço de investigação, as escolhas metodológicas e do próprio caso prático estudado.

A compreensão, por via da análise teórica e, mais tarde, pela experimentação prática, é da maior urgência e importância, quer para o presente esforço de investigação, quer para uma pilotagem real na sociedade. Por um lado, porque é na experimentação que se aprende, descortinando teorias na sua tentativa de moldar realidades envolventes – algo que o decrescimento enquanto corrente filosófica necessita urgentemente de fazer; por outro, devido à erosão da confiança na democracia representativa em todo o Ocidente onde, perante a falta de alternativas sistémicas comprovadas ou "desejáveis", se tem vindo a observar uma aparentemente imparável ascensão de líderes populistas.

A política local surge um elemento essencial no desenho de estratégias e gestão territoriais sustentáveis e inclusivas (ver por exemplo Bregeon et al., 2015; Roberts & Lindfield, 2014; Salvador & Sancho, 2021; Luísa Schmidt et al., 2006). Apesar deste ponto sobre a escala local ser debatido com mais profundidade no ponto 4.7 deste capitulo, a busca de uma política local de base democrático-deliberativa é um dos componentes centrais do decrescimento (Asara et al., 2013), que encontra na (re)conexão entre pessoas, e entre estas e o seu território, a convergência mais imediata e assertiva entre a teoria e a prática.

Para fundamentar esta asserção, impera assim fazer um breve e introdutório mergulho analítico no cruzamento entre democracia local e decrescimento económico – como possível estratégia de base de uma nova sustentabilidade de pós-crescimento no Norte Global. Procura-se aqui também explorar, balizar e justificar a experimentação prática levada a cabo durante este doutoramento – i.e. o estudo

de um caso prático onde, par a par, preceitos democráticos radicais e decrescentistas são experimentados e avançados local e comunitariamente, levados depois a eleições – almejando quer uma disputa por poder efetivo, quer uma inspiração que permita uma replicação rizomática da abordagem avançada.

As ligações teóricas entre decrescimento e democracia local são abundantes, como explorado nos pontos 4.3 e 4.4 deste capítulo. Esta é uma simbiose que, mais ou menos explicitamente, vai surgindo e se enquadrando nos esforços de académicos e ativistas pelo mundo inteiro, na sua busca de novos paradigmas de vivência e gestão do seu território. Assim, revisitamos abaixo alguns conceitos de autonomia ecológica (como *Ecoswaraj*, na Asia, RED no Sul Global, o "*noflay*" africano, ou municipalismo libertário no Curdistão), para depois nos debruçarmos sobre o debate entre diferentes níveis de abordagens decrescentistas (i.e. do local ao internacional). E, finalmente, versando sobre as várias estratégias de organização com potencial para enquadrar e avançar uma verdadeira experimentação socio-politico-económica de base decrescentista. Procuram-se desvendar as pontes e entrosamentos capazes de agregar as vantagens da abordagem local e da ecologia profunda do decrescimento com a eventual replicação a outros territórios, em busca da criação de redes de apoio e de luta. Esta parece ser a resposta do decrescimento, da democracia deliberativa, e mesmo da ecologia profunda às críticas que os acusam da incapacidade de constituir sistema, ou se apresentarem como alternativas credíveis ao presente modelo socioeconómico, a cujo imaginário é tão difícil de escapar.

Começa-se por relembrar que alguns destes conceitos de autonomia são reafirmações de estilos de vida e meios de subsistência que existem há milénios, como os movimentos de povos indígenas (que hoje procuram reclamar a sua autonomia territorial e cultural). Outros são iniciativas mais recentes que emergem de movimentos de resistência contra a natureza destrutiva do capitalismo, do industrialismo, do patriarcado, do próprio estadismo, e de outras formas de concentração de poder.

Entre as extraordinárias respostas às crises ecológicas cada vez mais profundas que a humanidade enfrenta, a abordagem asiática é particularmente inspiradora. Chamada *Ecoswaraj* (que significa auto-governo ecológico, e que inspirou o conceito de *Hindi Swaraj* – autogoverno indiano- de Ghandi na sua luta pela independência da India), esta nomenclatura procura agregar os tantos esforços e experimentações que se materializam em diferentes locais naquele continente, e que incluem agricultura, pescas e pastorícia sustentáveis; soberania alimentar e hídrica; produção descentralizada de energia; governação local direta; saúde comunitária; aprendizagem e educação alternativas; meios de comunicação controlados pela comunidade; relocalização das economias; justiça de género e de castas; direitos que reconhecem as diferentes capacidades e sexualidades, e muitos outros.

Estas, como outras iniciativas, materializam uma abordagem que respeita os limites da Terra e os direitos de outras espécies, ao mesmo tempo que defende os valores fundamentais da justiça social e da equidade. Para mais, o seu forte impulso democrático e igualitário procura capacitar cada pessoa para participar na tomada de decisões, construindo e exigindo nessa prática uma visão holística do bem-estar humano e dos ecossistemas em que este se insere. Do Nayakrishi Andolan (*New Agriculture Movement*) no Bangladesh, passando pelos milhares de '*locally managed marine areas'* (LMMAs), das ilhas do Sul do Pacifico, chegando até Rojava das populações curdas que desenham e vivem já uma sociedade baseada em princípios ecofeministas e de democracia direta (eco-municipalismo libertário), no meio de uma região militarizada e cheia de conflitos - os exemplos são abundantes e poderosos. (ver por exemplo Govan et al., 2006; Knapp et al., 2016; Mazhar et al., 2007)

Também a *Ecoswaraj*, por exemplo, ao ser vivida por, e ter interagido com, activistas-pensadoros e profissionais em toda a Asia e sul Global, deu origem, ao já referido quadro concetual denominado Democracia Ecológica Radical (RED, na sigla em Inglês) como uma reformulação um pouco mais sistemática e estruturada do *Ecoswaraj*. Este conceito inclui vários preceitos que são comuns ao decrescimento, como a busca de um conhecimento ecológico e foco na construção de autonomias e resiliência, de um bem-estar social e de justiça, de democracia política direta radical, a abertura a uma pluralidade cultural e de conhecimentos, e a uma visão de um mundo em constante evolução (Kothari, 2020). De outras latitudes, mas na mesma linha de reflexão, surge o conceito de *Noflay* (palavra que, em língua *Wolof*, do Senegal, quer dizer "bem-estar" ou "estar bem"), vindo de Africa como outra proposta para o debate sobre desenvolvimento, autonomia e objetivos sociais (Amaro, 2017).

O tipo de abordagens a que se refere – e propõe experimentar – este doutoramento, procura estimular e incubar um novo modelo de gestão coletivo, comunitário e territorial no ocidente. Não apenas como um projeto isolado no seu espaço e tempo, mas como uma visão em movimento de um mundo em progresso inelutável, que encontra ressonância sob diferentes formas e diferentes nomes em diferentes partes do mundo, e esposa múltiplas visões do futuro.

Começamos por Barcelona, mais próxima geográfica e culturalmente. Em 2010, no meio das ondas de choque da enorme crise financeira de 2008, a capital da Catalunha começou a ser assolada por uma avalanche de casos de famílias a perderem as suas casas, e a serem despejadas pelos bancos que depois as mantinham vazias, numa tentativa clara de incentivar a especulação imobiliária e assim estancar perdas financeiras associadas à crise (Akin et al., 2014; De Weerdt & Garcia, 2016; Gutiérrez & Domènech, 2018). Face a esta realidade, advinda de uma crise com origens longínquas, vários foram os habitantes e organizações desta cidade que se começaram a organizar para proteger as pessoas e famílias mais carenciadas. Com uma forte tradição de auto-organização, rapidamente entenderam que eram mais fortes juntos e que, na verdade, o estado enquanto organização - enquanto "prática

democrática" - estava a favor dos interesses especulativos e não da proteção aos direitos mais básicos da população que deveria servir, nomeadamente o direito à habitação.

Confrontada com esta realidade tão bruta quanto tangível, a sociedade civil de Barcelona organizou-se para impedir a multiplicação e efetivação desses despejos, empoderando pessoas para lutarem judicial, autónoma e coletivamente (D'Adda, 2020). Conscientes da sua grande capacidade de mobilização e obtenção de resultados práticos (que incluíram a reversão de ordens de despejos, a mobilização para impedir a policia de retirar famílias das suas casas, ou mesmo o acolhimento físico, pelos vizinhos e mecenas, de famílias que haviam sido despejadas), reuniram aberta e coletivamente durante os meses seguintes, praticando e definindo já um novo modelo de organização interna capaz de viver desde logo a nova prática democrática que iriam propor à cidade. Em 2015 foram a eleições com uma plataforma cidadã pela primeira vez, arrebatando 35% dos votos (Lusa, 2015), tornando-se na principal força política na cidade e ganhando o espaço necessário para experimentar com novos modelos de democracia, naquela "rebelião democrática" onde "a cidadania recuperou a cidade" (BeC, 2016).

> *"Para nós, "reconquistar a cidade" é muito mais do que ganhar as eleições locais. Significa pôr em prática um novo modelo, transparente e participativo, de governo local, sob o controlo dos cidadãos. Significa também implementar políticas justas, redistributivas e sustentáveis para responder às crises económicas e políticas. A nossa estratégia tem sido começar a partir de baixo, do que melhor conhecemos: as nossas ruas, os nossos bairros. A proximidade aos poderes municipais (…) faz deles os melhores vetores de tradução da mudança (que se sente n)as ruas para as instituições." (BeC, 2016, pp.15)*[44].

Desde o início que se revelaram e foram cristalizando as práticas democráticas do movimento: abordagens coletivas, horizontais e de inspiração feminista, com agendas abertas e tópicos a serem propostos pelos participantes de modo a poderem explorar as suas questões, criações e procurarem as suas próprias respostas. Foi desenhado um código ético que incluía limites claros ao número de mandatos (dois) e ao valor auferido no exercício das funções políticas (sendo o restante redirecionado para mecanismos de financiamento coletivo). Este código estabelecia também as regras de transparência total de contas – quer da plataforma, como dos seus representantes eleitos –, de agendas políticas (encontros com eventuais lobbies, eventos em que participa, documentos que

[44] Traduzido livremente do Catalão

assina, etc.). Vinculava também os eleitos a serem meros representantes da vontade coletiva conseguida por deliberação desde as bases, obrigando mesmo a apoiar e promover iniciativas cidadãs de impacto local (Ethical Code Barcelona En Comu, 2015).

Ao mesmo tempo, em França pululavam já outras iniciativas cidadãs em cidades e vilas como Grenoble, ou Saillans, onde se começava a experimentar com democracia municipalista e deliberativa. Mais tarde, a Convenção Cidadã para o Clima (CCC), em França, voltava a provar que o modelo de Assembleias cidadãs é um modelo sólido e legítimo para deliberar sobre quaisquer tópicos - no caso, medidas para que a França respeitasse os seus compromissos climáticos e reorientasse a sua economia na direção da descarbonização e da sustentabilidade. Os resultados desta Assembleia cidadã para o clima em França seriam, posteriormente e contrariamente ao que havia sido prometido pelo presidente daquele país, recusados pelo mesmo poder político vigente que os havia prometido defender e implementar (Rozenberg, 2021). Este foi um claro e ruidoso embate entre estes dois mundos, entre estas duas práticas democráticas. Um embate que demonstrou a força do pragmatismo fóssil (energético e político) de um tipo de democracia, e a criatividade, coragem (e impotência) da outra.

Vários exemplos como este foram acontecendo em paralelo: Na Islândia, 1000 (mil!) pessoas tiradas à sorte reuniram-se para escrever uma nova constituição para o país. No cantão alemão da Bélgica uma parte da assembleia regional adotou, experimentalmente, um modelo de assembleia cidadã, permanente e paralela ao parlamento, por tiragem à sorte. Em Bruxelas, foi eleito um deputado para o parlamento regional da cidade, agindo meramente como porta-voz do processo coletivo de assembleias cidadãs tiradas á sorte, financiadas inteiramente com o salário do dito deputado. Todos exemplos quer da possibilidade de implementação e funcionalidade de novas práticas democráticas, quer da reticência das forças existentes em largar mão do poder que detêm.

A seleção por sorteio de representantes políticos oferece vários méritos para a democracia, especialmente a nível local. Por um lado, promove a inclusão ao garantir que uma amostra diversificada da comunidade esteja representada, reduzindo assim a influência da riqueza, do status e das conexões políticas. Por outro, mitiga os riscos de polarização partidária e fomenta a tomada de decisões baseada em interesses comuns, em vez de agendas partidárias. Além disso, a seleção aleatória pode aumentar o envolvimento cívico e a confiança pública no processo democrático, envolvendo diretamente os cidadãos comuns na governação, levando a decisões políticas mais fundamentadas e focadas na comunidade. Esta inovação democrática, ao descentralizar o poder, tem o condão de tornar a governação local mais responsiva, equitativa e refletiva das necessidades e perspetivas de toda a população.

Muitos outros exemplos existem, de uma remodelação mais generalizada e profunda da sociedade. Como os já referidos exemplos de Rojava (na área oeste do Curdistão onde habitam 4 milhões de pessoas, e em estado de guerra permanente á altura da escrita desta tese) e Chiapas (território de facto independente no interior-sul do estado Mexicano). Em cada um destes novos territórios, as populações, confrontadas com situações extremas de violência (no caso de Chiapas violência discriminatória secular contra indígenas; em Rojava, uma verdadeira guerra de implosão Síria), tomaram a decisão de pegar em armas para estabelecer e defender um novo sistema de organização social (Knapp et al., 2016; Melenotte, 2015; Rojava Information Center, 2019; Sergi, 2009; Van der Haar, 2005), numa resposta prática à critica geopolítica feita acima em relação ao decrescimento enquanto corrente política. Estes exemplos são manifestações vivas, estudadas e bem documentadas, pelo que não serão aqui aprofundados, mas atestam para a possibilidade tangível de imaginar, desenhar e viver novos imaginários sociais. Não serão, talvez, estágios finais da história[45], mas serão com certeza centelhas de esperança e exemplo para os próximos passos dessa aventura coletiva, diversa e milenar, que é a organização social humana.

A extrapolação que surge destes movimentos (Rojava e Chiapas, por exemplo) é que a redução da escala da economia (em termos de GDP, complexidade e extensão territorial das cadeias e produção e consumo) terá de ser levada a cabo paralelamente ao estabelecimento de um ecologia local democrática (Asara et al., 2013; Bookchin, 1982; Cattaneo et al., 2012; Hammy & Miley, 2022; Latouche, 2006). Isto porque nela se realizam dois preceitos fundamentais da democracia: a personalização das relações cidadãs e o enraizamento das instituições num contexto sociocultural específico. E só a partir destes, nesta escala onde a gestão da *polis* se torna compreensível, se pode realizar a sociedade ecológica, capaz de reequilibrar a balança na relação humano-humano e humano-Natureza (Bookchin, 1980, 1982; Bookchin, Le, et al., 2015; Fotopoulos, 1997). Este é também um nível de organização social que facilita a relocalização de sentimentos de pertença e relação com o território circundante – o que Latouche (2016) chamou "ancoragem territorial".

Ainda noutra perspetiva, poder-se-ia dizer que, uma vez que a resiliência e autonomia das comunidades se correlaciona estreitamente com o seu *bioterritório*, estas terão todo o interesse em regenerar, proteger e potenciar ao máximo sustentável os ecossistemas envolventes. Na mesma linha, aponta Bookchin, Le, et al. (2015), que a interdependência que constituirá a base de qualquer verdadeiro contrapoder ao capitalismo, estará forçosamente ancorada em cidades, vilas e bairros "libertados" pela governação por assembleias populares, onde as preocupações sociais e ambientais são fundamentalmente inseparáveis – sobretudo em tempos de crises de simplificação sistémica.

[45] Como alegado em "The End of History and the Last Man (Fukuyama, 1992)

Bookchin chama "glocalismo" ou "biorregionalismo" a essa abordagem de "movimento de movimentos", energizado por movimentos de cidadania dinâmicos, progressistas e energizados para a mudança. Isto vem consolidar a tese de que a crise da democracia, combinada com a crise ecológica e, mais alargadamente, com a "crise de sentido" vivida nas sociedades ocidentais, leve à proliferação de movimentos sociais em rutura clara com o "sistema" vigente, que tentam conseguir poder para ser capazes de redefinir paradigmas socioeconómicos a várias escalas (Ortiz et al., 2021).

Relembrando aqui a importante e interessante teoria da *espontaneidade ontológica do decrescimento*, reforça-se a "incriminação" de Fotopoulos e Wood, referidas no Capítulo I, de que as principais causas da crise ecológica advêm do exercício desproporcionado de poder das elites (político-económica), que o asseguram por via do sistema capitalista e da sua carapaça politica da Democracia Representativa (Fotopoulos, 2007b; Woods, 1995).

Apesar da importante questão da escala da democracia ser debatida e aprofundada mais abaixo (ver ponto 4.7) introduz-se aqui uma primeira questão sobre a eficácia de estratégias de alteração sistémicas de paradigmas centradas na abordagem de nível local. Ou seja, se o nível local parece ser o fator privilegiado da ação e abordagem decrescentista, como potenciar que essas abordagens e experimentações sejam capazes de "escalar sem crescer" replicando-se, unindo-se em rede, e levando a uma mudança sistémica? A teoria da governação a vários níveis, ao apontar a necessidade de construir arranjos democráticos adequados a cada nível de governação[46], destaca a importância dos atores locais na elaboração de políticas e regulamentos a nível local, alinhando simultaneamente com as políticas regionais e nacionais (Bache & Flinders, 2004; Bookchin, 1982; Bookchin, Bookchin, et al., 2015). Estes e outros estudos apontam claramente que o desenho de estratégias de gestão territorial requer o envolvimento de todos os níveis de governo mas também de outros intervenientes, incluindo políticos locais, membros da comunidade, e sociedade civil organizada (Butkeviciene et al., 2010). Só assim se pode assegurar que as políticas e regulamentos concebidos estejam alinhados com as necessidades e desafios específicos da região, seus recursos e população. A participação política permite "explorar o coletivo", algo que vem enfatizar um sentido comunitário de pertença, autonomia e igualdade; explora também outros sentidos, mais pessoais, de dever e virtude; pode ser uma forma de desafiar a autoridade e o "reinado da técnica" como poder, focando-se na produção de conhecimento e soluções de baixo para cima; e pode referir-se "meramente" à participação na

[46] i.e. os métodos e abordagens utilizados na gestão democrática local, não seriam os mesmos usados aquando os momentos de concertação regional ou nacional ou além, entre localidades democraticamente geridas

discussão onde se estabelecem direções ou metas para um determinado problema (Kelty, 2017). Ou, como resume Veltmeyer,

> *"Em termos normativos, a sociedade civil tem sido amplamente vista como um agente crucial para limitar governos autoritários, dar poder a movimentos populares, reduzir os efeitos socialmente atomizadores e inquietantes das forças de mercado, impor a responsabilidade política, e melhorar a qualidade e a inclusão da governação, um termo que denota um conjunto particular de interações entre a sociedade civil e os governos*".[47]
>
> (Veltmeyer, 2008, pp. 79)

Em todo o caso, e esposando preocupações várias que emergem na dinâmica orgânica entre decrescimento e democracia (local ou representativa), pergunta-se também (procurando responder pela abordagem metodológica adotada neste doutoramento) quais são as características gerais do sujeito político capaz de facilitar uma transição para o decrescimento. Aceita-se, como premissa árdua de desmentir, e como concluem também os editores da compilação do Jornal *Futures* focada precisamente nos temas de decrescimento e democracia (Cattaneo et al., 2012), que existem múltiplas identidades de atores políticos capazes de facilitar tais transições: cidadã(o)s comuns, cidadã(o)s ativos, ativistas, decisores políticos locais, cooperativas, empreendedores, e todos aqueles capazes de contribuir para a emergência de uma visão coletiva do porvir. Ou, de acordo com Muraca (2012, pp.11),

> *"qualquer ator capaz, primeiro como indivíduo, de definir caminhos e prioridades para alcançar uma "boa vida" e, daí, conceber outras imaginações, desta feita coletivas, nas quais a busca pela autonomia se torne um projeto democrático."*[48]

Uma estratégia eficaz terá de ser então, por assim dizer, uma estratégia de libertação. Uma estratégia que entenda a realidade social e política em que opera, que deixe de ver o "*poder*" como algo "*corrupto e que corrompe*", passando a entendê-lo pelo que realmente é: algo natural (como a água e o fogo) que se ganha, se perde, se concentra, dispersa e delega (Liu, 2017). Entendendo também que, num mundo global, atores dispersos, mas coesos e em colaboração, com abordagens diferentes, mas alinhadas, e com objetivos claros e comuns, são a receita para o sucesso de uma transição eficaz. É uma contribuição para a materialização desta estratégia que se procura obter com

[47] Inglês no original, tradução livre pelo autor

[48] Inglês no original, tradução livre pelo autor

este projeto de investigação. De momento, quer no Sul quer no Norte globais, as estratégias dos movimentos de bases estão longe de serem capazes de, pelas vias do próprio sistema, conseguir tomá-lo e redirecioná-lo.

Ou seja, para pensar o futuro da luta ecológica, há que levar em conta as múltiplas complexidades, na sua enormidade individual e conjunta, que neste momento estão numa enorme crise sem sustentabilidade – mormente a ecológica. O horizonte temporal existente para conseguir evitar um colapso (IPCC, 2022; T. Jackson & Webster, 2016; Meadows et al., 1972) mais ou menos paulatino dos modos de vida atuais, não permite uma estratégia "confortável", "teórica", de "mudança de consciências" ou de "convencer a maioria" por via de informação (como visto acima, contraprodutiva) ou de eleições que se substituem à própria democracia (Fraser, 1990; Jurgen Habermas, 1984; Woods, 1995).

Procura-se também contribuir para um importante elemento do decrescimento que, na visão de alguns autores (Asara et al., 2013; Mocca, 2020; Romano, 2012), constitui o seu "elo mais fraco": a parca teorização de um sistema político para uma sociedade democrática decrescentista – e como o construir. Pretende-se que a presente investigação possa assim realizar a natureza do decrescimento enquanto corrente crítica no cruzamento entre ciência e ativismo (Demaria et al., 2015): i.e. lançar pontes cativantes e necessárias para reflexões relacionadas, no domínio da filosofia política, teoria democrática, e até mesmo de estudos de movimentos sociais.

Como referem Johanisova & Wolf (2012) decrescimento também é sobre democracia económica, no sentido de promover o direito de igual acesso de cada qual a participar, quer na economia, quer nas decisões que a enquadram, no fundo transformando consumidores passivos em cidadãos envolvidos e produtivos (o que pode incluir a redefinição e reivindicação de bens comuns, desenho de legislação sobre mercados e grandes empresas no território, regulamentação no geral, moedas alternativas/locais, governança dentro das empresas, etc.).

Tudo isto para referir que, independentemente do decrescimento ser explicitamente adotado como teorização referenciadora e orientadora de um processo eleitoralista local (como foi o caso da Montemor-o-Vivo, estudada neste doutoramento) ou não (devido a [des]entendimentos internos, ou às dificuldades inerentes a "vender" essa ideia ao eleitorado), a avaliação sobre a existência de uma corrente decrescentista num movimento politico prender-se-á mais com as práticas adotadas dentro desse movimento, as suas orientações politicas (mais ou menos explicitas), e a sua estratégia de impacto territorial. Em resumo, e citando Cattaneo et al. (2012, pp.522) "*o avanço dos estudos sobre o decrescimento, a par-e-par com o ativismo político, é um projeto estimulante e socialmente relevante que temos pela frente".*

Da maior importância, responde-se aqui ao inultrapassável apelo, feito por Romano à reconstrução da democracia por via da renovação e ativação política do decrescimento:

> *Aqueles que se preocupam em criar um futuro alternativo de decrescimento precisam assumir um papel de liderança e introduzir na arena política um modelo de proteção que coloque a preservação do equilíbrio natural (e, consequentemente, do decrescimento) no centro, assim como o auto-estabelecimento (autoinstituição) da sociedade, ou seja, o retorno da soberania coletiva e de uma democracia real. Isto não é fácil, claro: em primeiro lugar, porque, em geral, o "trauma" da onipotência do Estado ainda é demasiado recente; e, em segundo lugar, porque, num nível mais específico, o movimento de decrescimento ainda está atrasado na sua devoção e ligação com a sociedade civil e as bases. É por isso necessário que aqueles que se aliam à ideia de decrescimento, ponham mãos à obra imediatamente, primeiro para erradicar a hegemonia voluntarista e académica que existe em abundância no movimento do decrescimento e, em seguida, reconstruir a alternativa de decrescimento numa perspetiva puramente política."*[49] *Romano (2012, pp.587),*

Na linha do que já foi apontado anteriormente, e numa resposta parcial da necessidade de considerações geopolíticas na teorização do decrescimento e suas democracias, é idêntica a exaltação de Bookchin (Bookchin, et al., 2015) ao definir a sua visão de ecologia social, apontando a necessidade estratégica central de, primeiro, fazer emergir municipalidades democráticas, capazes, depois, de se organizarem confederadamente - para então se "*rebelarem ativamente*" contra as autoridades centralizadoras de poder. E de avançarem, finalmente, para a instalação de instituições revolucionárias capazes de captar poder e agir a par e par com o poder centralizador.

Não sabendo se esse é o caminho correto ou desejável a seguir em Portugal (apesar de já ter sido experimentado, por exemplo, e com impressionante eficácia, em Rojava, território Curdo libertado do Norte da Síria), este doutoramento, no seu acompanhamento do projeto eleitoral da MoVivo, aceitou a definição, objetivo (e desafio implícito) de Latouche e Cattaneo, quando definem decrescimento como "*um slogan politico com implicações teóricas*" "*cuja função é abrir vias práticas e concetuais para escapar ao impasse da economia atual*" (Cattaneo et al., 2012, pp. 515).

[49] Inglês no original, tradução livre pelo autor

Sem esta interiorização de como as nossas sociedades modernas funcionam, da dependência que têm dos elementos que lhes corroem as próprias bases, e do cada vez mais eminente colapso que esta conjunção forçosa, lógica e biofisicamente implica (Bendell, 2018; Hollender, 2018; Servigne & Stevens, 2015) o decrescimento e a sua "estratégia" corre o risco de se afogar na armadilha do "homem normal". Ao continuar a predicar apenas uma abordagem incremental por via de propostas políticas a um sistema incapaz de as implementar, assumindo implicitamente um horizonte temporal infinito (ainda que urgente), o decrescimento arrisca-se a afundar-se na mesma inação política que critica – permitindo com isso a perpetuação da imensa violência estrutural de um sistema extrativista e produtivista com mais de 200 anos de impactos (Benasayag & del Rey, 2012).

Até começarmos, com as ressalvas democráticas e socioeconómicas que uma verdadeira experimentação para o pós-crescimento exige, a avançar implementações, replicações e reflexões várias (incluindo em torno da relação da liberdade com a força, a violência e o poder, a restruturação socioeconómica e cultural, etc.) face às adversidades e escassez que se adivinham (Boillat et al., 2012), as "estratégias" da ecologia radical continuarão a ser sobretudo filosóficas, sobretudo desencontradas, e sobretudo ineficazes – com as consequências devastadoras que se lançam sobre os vencidos: todos nós.

O decrescimento pode, neste sentido, ser pensado como a idade, como a "velhice". À pergunta "quero envelhecer?", a resposta pode ser um *não-sim*: por um lado não, não quero envelhecer, porque gostaria de manter todas as características da juventude a que tanto apego tenho; mas *como vou envelhecer,* então sim, *quero* envelhecer, porque significa que vou viver mais tempo, mesmo se com maiores debilidades ou menor fogosidade como durante a minha juventude. Vou, para isto, fazer mais desporto, comer melhor, procurar rodear-me de uma comunidade que me apoie, etc. Perante um imperativo biofísico, a melhor solução é procurar aceitá-lo, adaptar-se física e psicologicamente e vivê-lo o mais profundamente e profusamente possível.

Assim, e de acordo com Lewis Mumford, a principal tarefa humana é hoje criar um novo "eu". Um "ser" que não procure impor a uniformidade mecânica, mas o começo de uma unidade orgânica; não apenas uma nova visão do conjunto, mas de um ser capaz de compreender e cooperar com o todo. Em suma, "*chegou o momento de uma nova grande transformação histórica*"[50] (Mumford, 1956, pp.69), de uma ação coletiva consequente que, como todas as lutas sociais históricas e "consequentes", trará consequências a quem dela participa.

Sabendo que, na história da humanidade, *já se fez muito mais, por muito menos*, é para esta transformação que este projeto de investigação visa apelar e contribuir.

[50] Tradução livre do inglês

4.7 - A importância do Local

No coração do pensamento decrescentista encontramos amiúde e quase automaticamente uma abordagem, quer teórica quer experimental, de ação e impacto locais, em busca de autonomias que consigam aí contrariar as grandes forças da modernidade. Por um lado, porque a tarefa hercúlea de domar e direcionar as grandes forças globais do crescimento económico e da competição por recursos a que todos os países e potências globais estão "obrigadas" parece, como já fundamentado nesta tese de doutoramento, no mínimo, pouco prática e exequível – especialmente dado o reduzido horizonte temporal de ação referido acima. Por outro, porque partilha as preocupações avançadas tanto por pensadores como por críticos do decrescimento, de que tal "imposição" a nível global teria implicações sérias e mormente indesejáveis, incluindo mesmo as da imposição (pela força?) de limites planetários a todos os povos do globo. Não parecendo isto nem fazível, nem desejável (apesar de algumas correntes defenderem a necessidade de se trabalhar também esta frente), esta tese propõe-se, como já explicitado, experimentar com estratégias de implementação decrescentista a nível local, capazes de experimentar preceitos teóricos na prática, e recolher informação sobre a interação entre estes e as pessoas que vivem, pensam e trabalham os seus territórios.

A escala local assume-se como palco preferencial para a emergência de novas economias locais realmente "fora" do capitalismo (menos materialistas e acumulativas, com maior expressão local, mais cooperativas). Trainer (2012) aponta convincentemente que, mesmo se partidos tradicionais "verdes" ou da esquerda parlamentar assumissem o poder, acabariam por não (conseguir) alterar nada de fundamental, uma vez que não se procuram libertar da acumulação capitalista, continuando a sofrer de "não-crescimento" como se este fosse uma crise social – e não uma oportunidade ecológica de refundação da sociedade. Assim, e mais uma vez, não obstante o importante – e acima referido – exemplo de Cuba (cuja escala nacional oferece um vislumbre do que poderia ser a (auto-)gestão de um cenário de crise energética total (Boillat et al., 2012)), a escala e abordagem locais permitem o estabelecimento pontual e disperso de elementos de pós-crescimento no seio do sistema, sem ter de esperar pelo "fim da sociedade capitalista industrial de consumo" para começar a construir um novo imaginário (e prática) socio-eco-cultural.

Não obstante os vários exemplos de governação efetiva em aglomerados populacionais e urbanos de maior ou menor dimensão (como os já referidos Barcelona, Rojava ou Chiapas), abre-se aqui um parêntesis para vislumbrar outros sistemas de gestão territorial, de diferentes lugares e culturas. Isto é feito segundo a sugestão da obra magistral de David Graeber e David Wengrow – *The Dawn of Everything* – que postula que os sistemas políticos têm como limites apenas a nossa própria

criatividade – e podem mesmo conter as chaves para uma cultura politica de emancipação, liberdade e sustentabilidade (Graeber & Wengrow, 2021). Faz-se também a ressalva que, apesar de teses de doutoramento inteiras poderem ser escritas sobre estes exemplos, os mesmo foram aqui analisados brevemente, apresentados apenas como um espelho das diversas possibilidades e pilotagens que vão surgindo em diferentes "mundos e culturas" – para que possamos sonhar os nossos com base no que existe, no possível tangível e tantas vezes tão perto.

Hoje em dia mais do que nunca, qualquer estratégia realista de luta e resistência implica também a invenção de novas maneiras de viver. Por isso é relevante notar que o nível local não é nunca visto como um microcosmo fechado, mas parte de uma pretendida rede alargada de laboratórios sociais, de experimentações em torno do reforço da democracia de base local como estratégia de resistência à dominação liberal (Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Latouche, 2007). Uma figura urbanística definida por Janssen e Ostrom (2006) como de governança policêntrica, ou por Latouche (2009) como uma biorregião, uma ecopolis, um aglomerado de aglomerados urbanos, autónomos e portanto necessariamente conscientes e cuidadores da sua bio-economia local. Esta sugestão é complementada pela figura, ainda que por vezes difusa na literatura decrescentista, de uma qualquer estrutura supralocal (Latouche, 2006), "com uma ideia de autoridade politica plural, dinâmica e flexível" (Deriu, 2012).

As experimentações com governança local permitem muitas vezes entender que a omnipresença das instituições que gerem a nossa vida são muitas vezes "bastante menos essenciais" do que aquilo que pensávamos. Nesta abordagem, os pequenos aglomerados urbanos (mesmo se muitas vezes de base rural, como é o caso de Montemor-o-Novo) são considerados como (f)atores-chave no pensamento e experimentação com futuros de pós-crescimento. Para além da insustentabilidade crónica de grandes metrópoles (discutida abaixo) admite-se aqui empiricamente e por comparação que as pequenas comunidades urbanas se permitem mais facilmente a experimentações de descentralização política e de relocalização económica, sendo-lhes mais fácil abandonar uma lógica de desenvolvimento expansionista (Bahro, 1986; Mocca, 2020). Por exemplo, por via de redução da escala dos circuitos de produção e consumo, do estabelecimento e desenvolvimento de estratégias biorregionais, ou de implementação de experimentações económicas alternativas como moedas locais, bancos de tempo, autossuficiência comunitária baseada no apoio mútuo, no estabelecimento de bens comuns, e no aumento da troca direta.

Introduz-se assim nesta reflexão uma importante ressalva relativamente à importância de explorar novas possibilidades, paradigmas e modelos de desenvolvimento local na *ruralidade*. Modelos que tenham o cuidado de não repetir a costumeira orientação institucional de procurar

"replicar cidades no campo", acabando por desenvolver a ruralidade num sentido cada vez mais urbano, como se fosse esse o único farol do desenvolvimento almejado.

Entre outras coisas porque, não obstante as notas sobre a possibilidade e mesmo desejabilidade de uma replicação e expansão do tipo rizomática de iniciativas de comuns, parece importante deixar aqui uma nota "decrescentista", em jeito de provocação e de convite a novos estudos sobre urbanismo e ecologia, em relação à metrópole e à urbanidade enquanto unidade e modelo de desenvolvimento: a sugestão de que, quando inserida num ecossistema rural – menos densamente povoado e mais próximo da natureza selvagem – a economia solidária adota um caracter regenerativo da própria Natureza. Contribui assim e amiúde para o trabalho da sua própria regeneração e reforço, aproximando comunidades das suas temporalidades e dádivas, e levando dessa maneira à emergência de alternativas verdadeiramente sustentáveis e próximas da fonte de vida e sustento. Já em metrópoles (referindo-me aqui sobretudo a "grandes" cidades com populações superiores a 500 mil habitantes (Ferreira, 2015), como é o caso de Lisboa ou Porto), tal não parece aplicável.

A isto junta-se a observável e impreterível necessidade que as metrópoles têm de verdadeiras "injeções" diárias de materiais, energia e alimento, vindas de fora (da periferia, da para-periferia e dos estrangeiros próximo e longínquo), o que atesta a insustentabilidade crónica de grandes aglomerados urbanos, e coloca as metrópoles fora da possibilidade de uma sustentabilidade ecológica no sentido holístico da mesma (Dobson, 2000; Gwen et al., 1987; Jancovici, 2015; Molotch, 1976; Servigne & Stevens, 2015). Ou seja, as metrópoles, na sua necessidade atual e crescente de materiais e energia, estão obrigadas a explorar natureza e humanos de uma maneira cada vez mais agressiva – já que se encontram em competição, na arena internacional, com outros enormes (e tantos) aglomerados urbanos, por recursos cada vez mais escassos (Dobson, 2000; Jancovici, 2015; Servigne & Stevens, 2015). Em perspetiva, e para dar noção da escala da expansão deste modelo de "desenvolvimento" baseado na urbe, recorde-se que, se em 1850 haviam apenas 3 metrópoles com cerca de 1M de habitantes no mundo inteiro – Londres, Beijing e Paris – (Rodrigue, 2020), hoje, 170 anos depois, existem 512 (!), sendo 31 delas megacidades com mais de 10M de habitantes (Jacobs, 2016). Estas são, pelo seu desenho e centralidade no sistema social em que existem, verdadeiras "máquinas do crescimento", motores do desenvolvimento crescentista e modernista, maioritariamente geridas por alianças locais e nacionais de elites politicas e económicas (Gwen et al., 1987; Molotch, 1976)[51].

[51] Nem mesmo em Barcelona, aquando a já referida subida ao poder de um movimento cidadão focado em questões de justiça social e ambiental, foi questionado esse paradigma do crescimento, precisamente porque uma cidade daquele tamanho não pode sequer começar a considerar a sua adoção, sob pena de "implosão".

E o abandono deste modelo de "desenvolvimento" cronicamente amordaçado à necessidade constante de crescimento e expansionismo, impede qualquer gestão da mesma que possa ser considerada sustentável. A noção mesma de sustentabilidade de uma metrópole submerge-se por entre os jargões da modernidade (*green growth, smart-everything*) esquecendo, ou não considerando questões de escala, o (importante e acima referido) paradoxo de Jevons, e os MIPS e toda a infraestrutura e impactos "invisíveis" necessárias à materialização de dita "sustentabilidade". É obvio e imprescindível a necessidade de mais investigação neste tema, de modo a questionar e investigar a assunção não fundamentada de que uma mega-metrópole se torna sustentável na sua versão "*high-tech-smart-tudo*", e que esta tem alguma possibilidade de alguma vez se libertar dos imensos insumos materiais e energéticos que hoje em dia asseguram a sua existência. Nesta investigação, será também importante deslocar o "ónus da prova" para aqueles que defendem essa possibilidade, convidando-os a refletir em estratégias de sustentabilidade de aglomerados humanos que respeitem os limites planetários, se incluam numa lógica de partilha de responsabilidades na gestão dos mesmos, e desenvolvam uma urgente e robusta resiliência face aos choques de estabilidade e aprovisionamento que, como discutido, o embate entre narrativas humanas subjetivas baseadas em pressupostos não verificados e os imperativos biofísicos da terra trarão forçosamente.

Assim, este trabalho de investigação foca-se forçosamente numa transição que terá um lugar primeiro na ruralidade, convidando todos os que o leem a desenvolver mais investigação neste mesmo sentido, e a repensar a sua estratégia em relação às múltiplas crises vindouras. Incluindo mesmo considerarem a possibilidade (com todas as suas vantagens e desvantagens, impedimentos, potencial e dificuldades) de uma desurbanização – a nível pessoal, académico, político e comunitário.

Uma nota, pessoal, importante para o reconhecimento da importância que as cidades têm e sempre tiveram na psique humana, no desenvolvimento do saber e da tecnologia, e na agregação de esforços humanos para o avanço das suas visões coletivas: Reconhece-se o "alerta" costumeiro a tantos quem inicialmente lê as linhas acima escritas: *as pessoas não querem sair das cidades, só irão para o campo se obrigadas, ou se puderem lá fazer o trabalho que fazem nas urbes*. Esta observação, apesar de válida em vários sentidos, esquece, no entanto, e profundamente os imperativos e imutáveis princípios biofísicos a que estamos sujeitos (enquanto seres vivos e enquanto comunidades e sociedades). Metrópoles do tamanho das atuais, apenas são possíveis mediante a destruição continuada de ecossistemas por todo o globo. Enquanto as mantivermos, a destruição desses ecossistemas terá forçosamente de continuar. E essa é a reflexão que deverá estar na base de toda e qualquer estratégia de redesenha sistémica que se pretenda verdadeiramente sustentável – i.e. capaz de levar uma sociedade a reproduzir-se no tempo.

Há, então, que tentar materializar e experimentar a teoria, para a analisar e verificar na prática. Apela-se assim, com a intenção de avançar aqui uma justificação teórica para a metodologia utilizada nesta investigação e experimentações práticas, a uma rutura com qualquer regime moderno produtivista e forçado ao crescimento económico exponencial e constante (todos os estados modernos), numa tentativa de responder aos apelos feitos por Hollender de estabelecer variantes transformadoras de organização de "comuns". Ou seja, de explorar, experimentar com, e propor variantes capazes de aninhar transformações pluriversais e de longo-prazo, combinando práticas políticas radicais com estratégias de confrontação ao, e libertação do, capitalismo dominante e hegemónico (Bookchin, 1980; Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Hollender, 2018).

Reconhece-se para isto, de resto como observara já De Angelis, que tanto o capitalismo como os "comuns" lutam para tomarem o destino nas próprias mãos e se auto-governarem com base nos seus *muy* diferentes, e amiúde contrastantes, valores e códigos internos (De Angelis, 2017). E como Benasayag, que assume o comum como a resistência que se recusa a ceder à "*doce certeza da catástrofe*" por via da "*participação, da alegria de construir*", e da multiplicação de experiências comuns que ligam e reconectam quem nelas participa (Benasayag & Cany, 2021, pp. 136).

Pretende-se, nesta linha, contribuir para a possibilidade de um "*processo revolucionário de democracia deliberativa*" no sentido de se antecipar às instituições na criação de mecanismos de democracia profunda, capazes de nutrir uma cultura política e comunitária com maior propensão a uma transição (Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Castoriadis, 1992; Latouche, 2007). Como referiu Alain Badiou, "*uma politica emancipadora consiste sempre em fazer parecer possível justamente o que se diz impossível*" (Badiou, 2012 pp.121). E é no encontro direto entre seres humanos, que nunca ocorre em "espaço vazio" (ao contrário dos fóruns online), que a especialização, a hierarquia e a separação da modernidade se esbatem. E porque trabalhar e viver junto implica um grau de responsabilidade partilhada, cada encontro constitui assim uma "*imersão, o habitar de uma atmosfera (…), literalmente um conspirar, um respirar conjunto*" (Crary, 2022 pp.109).

Procurar-se-á fazer tudo isto, ainda assim, com as devidas cautelas e aprendizagens resultantes das experiências Grega e Cubana – já aqui referidas porque se tratam de casos de estudo interessantes e contemporâneos da queda mais ou menos espontânea da narrativa e máquina do crescimento exponencial e constante. Um exemplo flagrante disto diz respeito à (não) emergência das novas narrativas de Comuns, Decrescimento e Solidariedade: por um lado porque, não obstante a violência da crise Grega e do embargo Cubano, estas nunca chegaram a ser consideradas como alternativas sistémicas credíveis à narrativa crescentista; por outro, porque as suas práticas e instituições foram confrontadas com os limites da sua escalabilidade; e por ultimo, porque as soluções acabaram

(sobretudo no caso Grego) marginalizadas ou mesmo cooptadas pela narrativa hegemónica (Boillat et al., 2012; Varvarousis, 2019).

Na mesma linha, a relação proporcionalmente inversa entre a qualidade de uma democracia e a quantidade de pessoas que nela participam (Illich, 1978) obriga esta reflexão a ter em conta, não só a necessidade de uma reformulação da escala funcional da democracia, mas também a experimentação com o desenvolvimento, expansão e adoção de um novo imaginário social e de um novo léxico político (Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Cattaneo et al., 2012; Ostrom, 2007; Schutter, 2014). De facto, a democracia deliberativa, fundada na decisão coletiva e presencial, permite que as pessoas se apresentem a uma reflexão "*de maneira frontal, num formato não hierárquico, prefigurando uma visão de governo comunitário de pequena escala, com base na participação e não na passividade*" (Crary, 2022, pp. 107).

Por um lado, estes instrumentos permitirão mais facilmente nutrir uma discussão sobre que aspetos da modernidade queremos manter, como asseguramos que isso acontece de maneira sustentável, e o que precisamos de inventar/resolver, para continuar a ter vidas seguras e com algum conforto (Castoriadis, 1992; D'Alisa & Kallis, 2020; Kallis, 2019; Latouche, 2007). Por outro, a questão da replicação e expansão dos comuns deverá ser reenquadrada numa ótica de expansão dos mesmos, no sentido de explorar os modos como estas práticas emergem, que relação têm com práticas de movimentos sociais e iniciativas cidadãs, e como podem ser adaptadas, experimentadas, adotadas ou abandonadas em diferentes locais e contextos (Varvarousis, 2020).

Finalmente, e concluindo este ponto relativo à importância do local enquanto lugar de experimentação, recorda-se a analogia referida na conclusão do ponto 4.1, aquando a equiparação, por parte de um botânico, entre projetos de curta duração e plantas "pioneiras" (como silvas, ervas e outras flores): efémeras por natureza, mas pioneiras essenciais para a abertura do solo, seu potencial e espaço para que verdadeiras florestas venham nele se instalar e enraizar. Sendo este um momento em que começamos a descortinar e interiorizar a natureza da policrise que vivemos, e a adaptar os nossos entendimentos, reflexões e experimentações, esta abordagem a partir do local, do iterativo, do possível, é não apenas importante, mas inescapável. E é disto, na teoria e no seu acompanhamento prático, que tratará este doutoramento.

4.8 - Conclusão preliminar (da base teórica)

Enquanto sociedade, o nosso entendimento do predicamento sistémico que enfrentamos enquanto sociedade é quasi-nulo. Desde que a ecologia se tornou um assunto internacional maior, que a atuação dos governos perante o estado da mesma é residual, menosprezada face a "imperativos maiores" como a geopolítica e a economia.

O problema ecológico é cada vez mais enquadrado narrativamente como um problema entre outros – e não como o problema central – e tantas vezes entendido apenas como um problema atmosférico – quando este é um mero sintoma do problema como um todo: o de vivermos numa economia dependente do expansionismo exponencial, o que torna o presente sistema numa verdadeira máquina de transformar a Natureza em lixo, num processo linear que quanto mais eficaz, mais lucros aporta. Ou seja, ao confundir causas (neste caso uma socio-economia dependente do crescimento exponencial, quer económico, quer de influxos materiais e energéticos) com sintomas (por ex: emissões de CO2, perda massiva de biodiversidade, rarefação de matérias primas, erosão de solos, sobre-exploração de aquíferos, dispersão de microplásticos, etc., etc.), não estamos a conseguir fazer as perguntas corretas – pelo que as nossas sociedades se tornam incapazes de considerar sequer soluções eficazes para o problema.

É assim que chegamos à situação em que a promessa maior da ecologia institucional da modernidade por todo o mundo é a da eletrificação – e consequente continuada aceleração – de um sistema altamente destrutivo e disfuncional, e não a busca de – e experimentação com – alternativas sistémicas que permitam um decréscimo controlado dos fluxos materiais e energéticos das nossas sociedades. Isto prende-se com fatores acima revistos e descritos, entre eles a estreita ligação entre arranjos socioeconómicos modernos (como as democracias ocidentais e seus sistemas sociais, de pensões, de educação e saúde, etc.) e a geopolítica (onde, num mundo organizado em torno do crescimento exponencial da economia, com recursos e equilíbrios cada vez mais parcos, os países com maior força e capacidade para assegurar o acesso a esses recursos serão os últimos a sofrer as consequências de uma crises sistémica mundial).

Ou seja, da esquerda à direita, somos todos "*Fukuyamaistas*", no sentido em que acreditamos que a democracia liberal, ou o crescentismo enquanto objetivo económico não têm alternativa "real". Os governos estão reféns de uma lógica que não conseguem (nem querem) abandonar, e que está a levar a nossa sociedade moderna até à borda do abismo – algo que certamente irá abrir novos campos de investigação académica e filosófica, e mesmo histórica, no futuro.

Por agora, vivemos uma tempestade "perfeita" de proporções épicas. Nasce da combinação entre uma manifesta incapacidade institucional de reinvenção, os inflexíveis limites biofísicos do sistema mundo, um muito reduzido horizonte de ação[52], e a enorme improbabilidade da grande maioria dos países do mundo (incluindo as suas maiores economias) de se organizarem e coordenarem para

[52] em 2019 o IPCC indicou que tínhamos 12 anos para se reduzir em 60% as emissões de CO2, o que significaria, dada a impossibilidade de dissociar em absoluto as emissões de GEE do crescimento económico mundial, reduzir 60% o PIB mundial.

reduzir controlada, mas abruptamente os gigantescos fluxos materiais e energéticos de que as suas sociedades necessitam. Tudo isto aponta na direção de uma interrupção, mais ou menos abrupta, do modo de funcionamento das sociedades industriais e globalizadas, o que significaria, para todos os efeitos, num "colapso" histórico, mais ou menos paulatino, da civilização globalizada (Bendell, 2018; Hollender, 2015, 2018; Servigne & Stevens, 2015).

É também face a isto, cristalizado não apenas na lógica e dedução empírica, mas também na incapacidade que os mundos académicos e políticos têm de digerir estas conclusões (Bendell, 2018), que se torna mais e mais urgente pensar em planos B. Planos B baseados em perguntas como: "e se as nossas sociedades não conseguirem evitar os cenários de aquecimento global médio de 1.5Cº, ou 2Cº, como tudo indica que irá acontecer?".

Será provavelmente por via das vindouras crises do sistema que se abrirão vácuos de sentido, em que narrativas hegemónicas serão abandonadas perante a erosão das suas bases materiais, e onde um estado de liminalidade se introduzirá (Varvarousis, 2019). Será também por esta via que narrativas hoje apenas marginalmente conhecidas conseguirão ganhar algum espaço, quer por via da ação direta, quer por via da sua ligação com movimentos sociais, e com a criação dialética de espaços e práticas de experimentação que ofereçam vislumbres de um mundo novo (Varvarousis, 2020).

Esta investigação assume também a exploração de uma abordagem mais "revolucionária", alinhada com a urgência e atipicidade dos tempos que vivemos (como apresentados e interpretados na fase inicial deste esforço de investigação). Reconhece-se a necessidade imperiosa de procurar, na linha do defendido por Romano e Bookchin, vias políticas de implementação do decrescimento, reconhecendo também a grande dificuldade de o fazer vingar por vias eleitorais do presente sistema democrático liberal e representativo. Reconhece-se a dependência estrutural do sistema dos combustíveis fosseis (essenciais às imensas cadeias de aprovisionamento de que dependem as sociedades modernas do Ocidente). E reconhece-se o reduzido impacto que o poder local, ao nível dos municípios, tem para reorientar linhas estratégicas ou impor limites e ordenamentos nos territórios – devido, entre outros, aos constrangimentos legais de nível nacional e europeu, às regras do mercado livre, à sobreposição de competências relativas aos mais diferentes domínios, e à própria estrutura burocrática que, cumprindo o seu papel, e em nome do estado de direito, constrange e impede mudanças radicais no seio da sociedade. Mas reconhece-se também a impossibilidade moral e estratégica de não agir ou experimentar face ao enorme problema em que nos encontramos.

Assim, mais do que procurar participar na litania de "soluções" já oferecidas (por Bruxelas, por empresas, por governos, etc.), adicionando outras possíveis soluções, este doutoramento procurou começar por fazer perguntas melhores, mais adequadas, mais em linha com o conhecimento científico, com o estado atual da Natureza, com os invisíveis mas *muy* reais fluxos globais de materiais

e energia, e com os tão necessários quanto precários equilíbrios múltiplos que necessitam de (continuar) a existir para perpetuar esta normalidade moderna ocidental. Perguntas do seu tempo, mas fora dele.

> [Perguntas que resultam de] *uma proposição entre o "ser" e o "saber", onde o conhecimento resulta* [normalmente] *de um recuo essencial em relação à realidade – o que faz que, por princípio, chegue sempre "atrasado". Existe também uma inteligência prognóstica que se afirma justamente no espaço entre o "tarde" e o "tarde demais". É essa inteligência que se deve enfaticamente articular aqui e agora, procurando materializar-se "antes" do erro – algo inédito na história da aprendizagem.*
>
> Peter Sloterdijk[53], 2024

São perguntas difíceis, numa história que, como tantas outras da aventura humana, não terá forçosamente o "final feliz" que tanto se procura "vender" em qualquer narrativa, de modo a que esta "ganhe tração". Mas são as perguntas que urgem ser feitas, as perguntas maiores do nosso tempo, evocando a coragem de lhes responder, na teoria e na prática.

É por isso imperativo que comunidades se comecem a organizar, experimentando, em torno da sua construção de resiliência, autonomia, estabelecimento de redes de apoio e troca, e capacidade de gestão coletiva dos bens comuns. É neste sentido que o presente esforço de investigação visa contribuir ativamente. Mas para além desse esforço, e desta investigação, assevera-se imperativo que essas comunidades comecem também, e urgentemente, a organizar-se para defender, o mais possível e a todo o custo, os ecossistemas que rodeiam e nutrem os seus imaginários coletivos, as suas experimentações e as suas visões de futuro. Sem ecossistemas viáveis e capazes de suportar uma organização social de alguma escala, não vingarão quaisquer mundos, novos ou antigos. A luta ecológica encontra aqui a sua razão de ser – não como uma força para salvar ou "arranjar" o presente sistema socioeconómico, mas como uma para o entender, desconstruir e travar, preservando o mais possível da Natureza e seus ecossistemas cuja destruição continuada é a base do extrativismo industrial moderno.

[53] Canal Fronteiras do Pensamento. (28 Junho 2024). Peter Sloterdijk: Repensando a Liberdade [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=u-3V_LVOUW0

É neste sentido que se introduzem, nos seguintes capítulos e nesta investigação como um todo, algumas abordagens metodológicas que permitam explorar, compreender, co-construir e acompanhar alguns dos primeiros passos dessa reorganização desde as bases em Portugal. Em parceria com as instituições, mas sem depender delas, e sem a ilusão que as mesmas estarão sequer a considerar experimentações da mesma natureza ou com a mesma urgência. E sempre como uma reflexão de como as conseguir "forçar" a "ouvir" as bases, a sua ansiedade e procura, as suas explorações e descobertas, os seus pilotos e as suas vontades.

Uma nota para o facto destas experimentações, apesar de focadas, no presente esforço de investigação, apenas na vertente da "construção de novos mundos", estarem forçosamente articuladas com outras, inseridas na vertente de "proteção dos ecossistemas", no mesmo território (quer municipal, nacional e ibérico). Esta articulação com movimentos contra o extrativismo agroindustrial, minerador, ou mesmo de "transição verde", apesar de não ser explorada aqui (devido a constrangimentos de tempo, e à necessidade de foco numa das múltiplas vertentes deste ecossistema de conhecimento e sentidos), permite uma evolução paralela e co-constitutiva de narrativas de luta ecológica e de construção de alternativas. Uma evolução complementar, essencial à emergência de novos léxicos e práticas de transição que incorporem as necessidades e deficiências identificadas acima nesta introdução.

A estes capítulos seguir-se-á uma explicação alongada da escolha dos casos de estudo, e uma imersão no que é hoje, em Portugal, uma comunidade em transição: em pleno processo de lançamento de novos projetos de infraestrutura social, com todas as suas visões, encontros, desencontros, dificuldades e avanços. Quer-se, fazendo, explorar e aprender, descortinar e perceber e, finalmente, traduzir intenções e inspirações para que outras pessoas e comunidades, no presente e no futuro, possam ser elas mesmas as pontes entre o trabalho académico e a vida real. E desenhar métodos e estratégias de experimentação, organização e preparação para os tempos que se aproximam, embalados pelo silêncio das instituições, a urgência do tempo e a inevitabilidade da história.

METODOLOGIA

5) CAPÍTULO V – METODOLOGIAS UTILIZADAS

Este é um projeto de investigação atípico, conduzido por um habitante do território sob investigação, e participante ativo no projeto aqui tratado como caso de estudo. É feito na tentativa de desenvolver práticas de gestão territoriais que permitam, por um lado, começar a "trabalhar o território", desenvolvendo autonomias e resiliências no mesmo e, por outro, encontrar linhas orientadoras que permitam um vislumbre para dentro dos movimentos. Procura assim servir tanto o mundo académico como os da inovação social e da ativação cidadã, incluindo os projetos em que se insere. Quer também ajudar a desbravar caminhos que possam ser replicados (com as devidas adaptações) por outros projetos ou movimentos que encontrem nesta tese conhecimentos emancipatórios e acionáveis, fundamentos familiares, material relevante e/ou resultados que considerem desejáveis.

Aceitam-se assim, e como referido acima, as premissas de vários autores (ver, por exemplo, Burman, 2018; Dick, 2009; Maeckelbergh, 2009; Stanley, 2008), de que não há necessariamente contradição entre envolvimento político ativo e a investigação cientifica válida e rigorosa – incluindo a visão de que esta abordagem permite, de facto, produzir um conhecimento mais profundo e completo (Juris, 2007). Ou seja, o objetivo aqui não é apenas o de delinear avenidas de ação a ser replicadas até uma transformação geral. Procura-se explorar, analisar e melhor compreender mundos já em transição, também de modo a ajudá-los a tornarem-se cada vez mais "reais", mais visíveis, mais relevantes para a conversa social, e mais consequentes na sua "tarefa" de abrir portas para um novo mundo de possíveis. Ao mesmo tempo, espera-se ajudar a fazer emergir indivíduos e pequenos grupos suficientemente robustos, ativos e atentos para intervir no momento certo, nos locais certos, e com os propósitos "certos".

De acordo com a teoria da singularidade (Campbell & Garnett, 1884), quanto mais complexo é um sistema, mais frequentemente ocorrem neles momentos singulares (com potencial para uma mudança radical): há mais pontos singulares nos sistemas biológicos do que nos físicos, há mais pontos singulares na vida humana do que na das formigas. Dito de outra forma,

> *"a nossa perceção daquilo que hoje é possível não é realmente correta. (…) A entropia pode ser prevista, mas os processos criativos e emergentes não."*[54]

[54] Traduzido livremente do inglês

(Mumford, 1956 pp.34).

Quando a mudança sistémica – causada pela presente insustentabilidade inerente ao sistema crescentista tecno-industrial – começar a ser impossível de ignorar, a existência de narrativas e alternativas socioeconómicas "prontas" para ser experimentadas e avançadas será da maior importância. Isto é especialmente relevante face às narrativas cada vez mais presentes de centralização de poder, "restauro da ordem" e fortificação de fronteiras que já se perfilam e ecoam por todo o hemisfério ocidental.

Tendo em conta o acima descrito, este projeto de investigação propõe-se então avançar 4 tipos de inovação académica:

i) Inovação Epistemológica – ao avançar e explorar novos modelos de construção de conhecimento, dissecando narrativas políticas e distinguindo entre objetivo e subjetivo na leitura e desenho da realidade social humana; Isto procura induzir transformações na produção mesma do conhecimento, incorporando tanto métodos dedutivos (que partem de teorias ou princípios gerais para chegar a conclusões específicas) ou quanto indutivos, (que começam com observações empíricas e desenvolvem teorias a partir delas). Procura-se também uma integração profunda entre abordagens racionais e emotivas. As primeiras centram-se em análises lógicas, objetivas e baseadas em dados, enquanto as emotivas valorizam o papel das emoções, experiências subjetivas e intuição no processo de construção do conhecimento. Pretende com isto dar corpo à proposta de Boaventura Sousa Santos (2007), de materializar uma "ecologia de saberes", construindo conhecimento pelo diálogo entre saberes práticos e teóricos, não apenas do investigador, mas advindos também dos elementos da comunidade envolvida. Neste sentido, o conhecimento não é nunca monopólio do investigador, mas emerge do diálogo entre diferentes formas de sabedoria, tanto científica quanto vivencial. E permite assim a criação de uma abordagem holística, na qual a razão e a emoção, o dedutivo e o indutivo, o objetivo e o subjetivo se complementam, reconhecendo a complexidade das realidades sociais humanas e a necessidade de múltiplas perspetivas para uma compreensão mais rica e inclusiva do mundo.

ii) Inovação Teórica – ao cruzar as diferentes áreas de conhecimento já acima referidas (ciência política, economia política, sociologia e antropologia), com diferentes teorias de compreensão e construção do real social (como o decrescimento, a democracia deliberativa, a ecologia, a gestão de comuns). Esta abordagem permite uma análise interdisciplinar, capaz de confrontar visões e políticas tradicionais e questionar o quadro teórico atual (rompendo os "muros das teorias") – incluindo os limites do discurso hegemónico e determinista do crescimento económico exponencial, a insustentabilidade crónica do produtivismo e do globalismo a qualquer custo, e mesmo a aparente imutabilidade da democracia representativa liberal.

iii) Inovação Metodológica – ao adotar práticas emergentes de investigação-ação, ainda pouco conhecidas e desenvolvidas em Portugal. Para além do aprofundamento do conhecimento em torno destes métodos de investigação, este tipo de inovação promove uma imersão profunda do investigador no contexto social estudado, permitindo uma construção colaborativa de conhecimento, revelando dinâmicas sociais muitas vezes invisíveis ou marginalizadas, e integrando saberes teóricos e práticos. Também desafia a separação entre investigador e investigados, promovendo uma análise reflexiva que transforma a própria prática de pesquisa em um processo mais ético e participativo – e enriquecedor para todos os "mundos" envolvidos (académico, social, político, etc.)

iv) Inovação Operacional/Prática – ao colocar o investigador e a investigação científica diretamente ao serviço de populações e iniciativas cidadãs, buscando resultados práticos e mensuráveis capazes de confrontar teoria com realidade. Pretende-se assim enriquecer o entendimento de práticas descritas concetualmente, e abrir novas avenidas quer para investigação académica, quer para a replicação de práticas de transição económica, política e social.

Em termos de transparência, e em linha com as melhores práticas investigativas da etnografia crítica participante completa e reflexiva, adotadas nesta investigação (conceitos que serão desenvolvidos abaixo), começa esta secção por tentar responder a uma óbvia preocupação metodológica: como é possível este investigador fazer com que a sua experiência, no meio de tanta subjetividade e proximidade ao seu próprio objeto de estudo social, seja válida, imparcial e relevante? Ou seja, como interpretar objetiva, subjetiva e validamente os dados recolhidos, sendo que é sabido que a interpretação de uma experiência está sempre fortemente ligada às bases conceptuais de quem a vive (Dey, 2002).

É ao procurar responder a esta mesma pergunta que Stanley (1991 *in* SAGE, 2008) introduz o conceito de etnografia reflexiva. Este conceito, mais desenvolvido nas linhas que se seguem, propõe que a solução inclua i) uma explicitação, desde o início, do investigador quanto às suas circunstâncias políticas e pessoais (incluindo simpatias ideológicas, envolvimento emocional e pessoal no caso de estudo, etc.; e ii) uma descrição que consiga balizar com exatidão a natureza – também ela socialmente construída – do local/projeto de investigação.

Neste esforço de investigação, que pretende prefigurar já práticas desejadas futuras, a explicitação das circunstâncias políticas e emocionais do investigador constitui um importante passo na construção de confiança e idoneidade entre investigador e leitor (Plows, 2008). De facto, todos os métodos de investigação, todos os formulários, a maneira como as conclusões são enquadradas e teorizadas, todas as circunstâncias da própria investigação (por exemplo impactar políticas públicas ou questões de governança) são desenvolvidos com base em *vieses* políticos e pessoais do investigador (Law, 2004). Esta explicitação, apesar de central na etnografia crítica em geral, deveria

ser parte inescapável de qualquer investigação científica, independentemente do método utilizado (incluindo o qualitativo, já que mesmo a formulação da própria pergunta de investigação pode enviesar os resultados obtidos).

A proximidade ás comunidades estudadas é também essencial para a otimização de mutualidades, construção de confiança, acesso e entendimento de visões partilhadas e mesmo para a construção das motivações intrínsecas a cada umo. Só assim será possível partilhar e debater "verdades" de cada qual, abertamente e em ambientes de segurança (Chandler & Torbert, 2003). Há que relevar, contudo, a possibilidade real do processo de Investigação-Ação vir a criar impactos sociais disruptivos e mesmo dolorosos para os grupos em estudo, sendo por isso essencial desenvolver relações de confiança e proximidade com os ecossistemas sociais estudados, de modo a obter participações e partilhas honestas que permitam uma familiarização frutífera com o ambiente onde o processo de investigação irá decorrer (Gilbourne & Richardson, 2005). É também neste contexto que os papeis de "investigador" e "participante" se podem confundir, sendo que esta situação foi e será sempre reconhecida no registo, análise e reflexão dos dados e deste trabalho como um todo (como defendido por Checkland & Holwell (1998).

É á abordagem a estas perguntas, bem como à delineação e justificação das metodologias adotadas neste esforço de investigação, que este capítulo se dedica. Começa por oferecer um mergulho conceptual no mundo da Investigação, aprofundando "um passo de cada vez". Primeiro desde a investigação na sua generalidade, depois acrescentando as suas outras componentes aqui abraçadas: crítica, participante e reflexiva. Inclui também uma reflexão sobre a investigação de base comunitária e o seu carácter emancipatório, algo que esta tese procurou estimular desde o início. De seguida reflete sobre a ética e a subjetividade no real social: porque esta é uma investigação feita com pessoas no seu mundo real, e porque procura fazer emergir conhecimento da relação direta que aí se promove entre academia e prática, este é um aspeto essencial deste esforço. Reforça-se a intenção de promover a replicação/transmissão prática do conhecimento gerado, não descurando os cuidados a ter em investigações imersivas, equilibrando subjetividade e merecendo mesmo reflexões relativas à recolha de dados – sempre procurando fazer etnografia "com" o sujeito de estudo. Finalmente, relembra e aprofunda os passos necessários par a cabal e científica análise de narrativas políticas, de forma a dissecar abordagens e posicionamentos que logrem enriquecer compreensões académicas e estratégias sociais em curso.

A utilização complementar entre investigação-ação e análise de narrativas políticas é um importante metodológico nesta tese, promovendo experimentação no terreno, aprofundando entendimentos do "outro", criando pontes entre atores locais e fomentando prefigurativamente a dialética democrática que procura estudar e ajudar a estimular.

Uma nota final desta introdução, em nome da transparência, e como convite a mais investigação: Este projeto de investigação foi inicialmente desenhado em torno de dois casos de estudo – o da MoVivo e o da Estação Cooperativa (EC). Mas o caso da EC era mais complexo: constituiu-se uma cooperativa, com o intuito de ativar o ecossistema social de Montemor-o-Novo em torno de um novo e inovador modelo de regeneração territorial local, recorrendo a abordagens de democracia profunda e decrescimento. O projeto foi, entretanto, confrontado, ao longo de todo o seu percurso inicial, com variadas limitações fora do controlo do investigador e que o colocaram fora do espetro temporal desta investigação – em especial o evento da COVID-19 (que impediu a prática comunitária sobre a qual tudo nele viria a assentar) e as sucessivas alterações ministeriais, devido a eleições nacionais ou a reformulações do executivo (que levou ao atraso na assinatura dos contratos que permitiriam lançar o projeto). Face a isto, a investigação acabou por cingir-se ao estudo de apenas um caso (o da MoVivo), uma vez que o da Estação Cooperativa não teve tempo para avanços significativos nem suficientes para estudar a sua implementação e auto-experimentação, nem para fazer uma análise pós-teórica (ou seja, de como a experimentação prática de pressupostos teóricos de organização horizontal se aplicariam ao caso de estudo em mãos).

Assim, no caso da Estação Cooperativa, a continuação, quer do desenho e implementação destes modelos de governança, quer do estudo académico dos mesmos, estará dependente de futuros apoios que vejam nesta investigação uma relevante peça de vislumbre e inspiração do interior de movimentos sociais de transição. Na altura dessa futura investigação, para a qual fica aqui feito o convite, será interessante promover uma análise comparativa entre modelos e processos utilizados na MoVivo e na EC, como havia sido inicialmente projetado neste esforço de investigação.

Não obstante, considerou-se, entre o investigador, orientadores e unidade de investigação, que a análise aprofundada da MoVivo como caso de estudo de uma investigação mais alargada, reunia méritos e produção válida de conhecimento mais do que suficiente para desenvolver uma tese de doutoramento. E assim foi. Assim, os métodos e as técnicas descritas abaixo, apesar de terem sido imaginadas para ambos os projetos, foram ajustadas apenas para o caso da MoVivo, merecendo algumas alternações no caso de virem a ser, no futuro, utilizadas para o estudo da Estação Cooperativa.

5.1 - Investigação-Ação

"The only way to make sense of it is to plunge into it, move with it, and join the dance"

(Allan Watts)

No fundo, o que este projeto de investigação procura responder, é à pergunta de "*como podem novas formas de gestão comum de um território emergir, potenciando uma cultura ecológica, de colaboração e de transição social, desde as bases*". E esta pergunta é, pela sua formulação, natureza, e objeto de estudo, uma pergunta a responder de forma prática, por via de métricas observáveis, mensuráveis e, eventualmente, replicáveis. Adota-se por isso, e em linha com autores já citados, uma atitude empreendedora de participar ativamente num projeto piloto que permita testar na prática as diferentes teorias avançadas (do decrescimento, da economia solidária e da democracia deliberativa de proximidade como modelo de gestão territorial).

Procura-se aqui contribuir para um conhecimento válido, prático e eficaz que permita, no futuro, que diferentes iniciativas cidadãs possam, com as devidas ressalvas e adaptações à sua própria realidade social -na linha da expansão rizomática apresentada por Varvarousis (2020)-, dar o seu próprio passo da teoria à prática. Espera-se, pois, conseguir aportar algum conhecimento prévio do que as espera, no embate expectável entre o que as teorias que as anima preconizam, e aquilo a que a realidade territorial e cultural as "obriga". E é assim que este projeto de investigação procura fazer face a uma muito pertinente crítica apontada amiúde à literatura académica sobre Movimentos Sociais: de que a mesma é produzida apenas para audiências académicas, sendo, no entanto, mormente irrelevante para os ativistas que compõem esses movimentos (Sutherland, 2013). Isto permitirá partir de – e criar novas – generalizações (teóricas) de uma certa realidade social, assumindo-as, no entanto, como "*esqueletais*" (Laughlin, 1995). Ou seja, que requerem detalhe empírico que lhes confira a "*carne",* significado e substância, saídas diretamente da realidade vivida e observável.

Para isto, observação participante foi um ponto de partida importante, envolvendo a inserção do investigador no campo social, registrando comportamentos e interações em tempo real. Durante esta fase é da maior importância definir com precisão os métodos e técnicas a serem utilizados, sendo normal que a recolha de dados de uma investigação qualitativa resulte numa "infinidade" de notas que o investigador agrega durante o seu trabalho no terreno (conversas formais e informais, entrevistas, observações, reflexões, etc.). A recolha de elementos necessários à análise de narrativas políticas foi feita continuamente, a partir de discursos e documentos de atores políticos, identificando

ideologias, visões e posições. Foram também organizados vários momentos coletivos, como workshops, exercícios retrospetivos, ou mesmo momentos de construção de estratégia e de programa eleitoral, tendo sempre o cuidado de promover e captar dinâmicas de grupo (2 ou mais pessoas). Nelas, conversas informais forneceram novas ideias espontâneas e contextuais, e muitas foram complementadas em conversas individuais com o investigador. Por fim, a análise documental incluiu o estudo de textos oficiais e informais, como leis, discursos registados nos sites e redes políticas, e mesmo relatórios políticos de diferentes instituições.

É também importante notar aqui a natureza distinta de uma investigação ativa e participante num meio rural, de pequena dimensão, e cuja atividade política e investigativa aproxima de certa maneira o investigador dos mais variados atores políticos locais. Ou seja, o acesso a políticos locais é mais facilitado do que se o trato fosse com instâncias políticas mais "altas", traduzindo-se em conversas várias, informais ou em sede de reuniões camarárias, e em discussões prolongadas no tempo, evoluindo em dialética, quer com o investigador, quer com o desenvolver dos diferentes projetos que vão sendo avançados sob a observação deste esforço de investigação. As entrevistas realizadas com forças políticas, seguiram um roteiro semiestruturado para explorar suas narrativas e estratégias, com flexibilidade para aprofundar tópicos emergentes. Os questionários foram distribuídos online e presencialmente, com perguntas fechadas e abertas para obter dados quantitativos e qualitativos amplos.

Relativamente à atividade no terreno *per se*, e seguindo a sugestão feita por Creswell (2009), foi adotada uma estratégia geral onde a análise de dados recolhidos resulta de um processo estruturado e repetido: 1) organizar os dados, 2) refletir sobre o significado global da informação recolhida, 3) escolher um sistema de codificação que permita 4) desenvolver uma descrição geral do contexto estudado, 5) definir a forma, descrição, temas e tendências a apresentar e finalmente, 6) interpretar o significado dos dados.

Com isto em mente, a recolha de dados para esta tese de doutoramento foi feita por via de variados mecanismos, previstos e explorados pelas práticas metodológicas que esposou. Para além de material recolhido com a investigação bibliográfica (sobretudo relativo à primeira parte/pergunta de investigação deste doutoramento), foi mantido um diário de bordo, bem como as atas das reuniões efetuadas. Foram também conduzidas entrevistas e conversas formais e informais a diferentes atores do ecossistema social em estudo (em privado, ou durante encontros e/ou ajudadas locais), recolhido suporte áudio visual (fotos, vídeo, áudio), e discutido o assunto dos "arquétipos" (ver abaixo) de modo a enriquecer essa leitura. Detalham-se, abaixo, cada um destes modelos de recolha de dados, expandindo-os na secção seguinte.

Diário de campo - Foi mantido um diário de campo, com notas, impressões, desenhos, etc. Estas foram produzidas quer durante encontros presenciais, quer mais tarde, em reflexão solitária relativamente às ocorrências do dia ou da semana. Como explicado acima, o diário de campo inclui notas sobre diferentes participantes, momentos de participação, processos de tomadas de decisão, momentos de crispação, antagonismo e sua resolução (ou resultado), frases soltas, mas importantes, etc. Incluem-se também neste diário exemplares de folhetos informativos e materiais de comunicação dos eventos, bem como fotografias, e resultados de momentos coletivos ("colheitas pictóricas", mapas funcionais, etc.). Por fim, foram registados pequenos vídeos a atestar momentos de coletividade, de convívio e de progressão do projeto. De notar também que este é, na sua maioria, um documento físico e sem transcrição para o formato digital, servindo apenas de base de anotação de momentos e impressões capazes de ajudar na redação da tese de doutoramento.

Reuniões/atas - Foram também redigidas atas ao longo dos processos participativos que restruturaram o estudado. As atas referem-se a reuniões formais, umas obrigatórias outras não, onde se estabelecem agendas, se discutem os seus pontos de forma ordenada, e se registam decisões e intenções futuras. Registam também os métodos adotados, a reação dos participantes e o resultado das suas participações. Estes são documentos registados em formato digital e uma base importante para o estudo analítico e qualitativo do projeto. São aqui disponibilizados os links com as mesmas: https://docs.google.com/document/d/1TXpwHUY5BpwfgmI4jnd7A-dM7Njve05f88rNDk1019E/edit

Recolha de dados audiovisuais, oficiais, etc. – Foram recolhidos, ao longo da imersão etnográfica deste esforço de investigação, inúmeros registos de tudo quanto se foi passando: reuniões, decisões, momentos, trabalhos em curso e terminados, antes-e-depois, atas oficiais, manifestos, websites, candidaturas, etc. Tendo o investigador acesso a toda esta informação, torna-se importante a tarefa de identificar os elementos que melhor ajudem a contar a história da criação e operacionalização de mecanismos alternativos de gestão territorial de forma a poderem ser partilhados, entendidos e utilizados pela sociedade civil e academia na mesma medida – um dos grandes objetivos desta tese de doutoramento. Alguns desses elementos incluem processos *passo-a-passo* de tomada de decisão, estruturação de reuniões, disposição de espaços para conversas inclusivas, listas de prioridades e estratégias de acesso a fundos, conversas seminais sobre posicionamentos convergentes e divergentes e seus desenvolvimentos, etc. Podem ser explorados mais a fundo aqui: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1mF6NTnibu63vzVMdtR-J8YbOkNXNbgJV

Arquétipos - Foi feita também uma listagem de arquétipos dos participantes no projeto. A ideia foi a de ajudar a enquadrar vantagens e desvantagens de diferentes abordagens que, tendo surgido nestes projetos, foram "encontradas" em outras experiências deste investigador e de outros participantes no projeto que investiga. O exercício foi feito com base em notas e impressões

recolhidas, tendo sido inicialmente um jogo. Mais tarde, partilhado em conversas sobre o projeto de investigação, e de outros sobre que se debruça, cresceu a ideia e incluir uma lista de arquétipos, com valências, disposições, indicações que as suas linguagens enviam, e mesmo sugestões para lidar com aspetos mais desafiantes dos mesmos. Não se arroga a que este seja um exercício que consiga definir e "enquadrar" cada pessoa que se junte a movimento. Mas espera-se que possa trazer alguma diversão, conforto e ideias a quem faça parte de coletivos e das boas e más tempestades que os mesmo forçosamente (como qualquer outra organização humana) encontram. Faz-se uma breve exposição disto, no ponto seguinte.

Partindo destes mecanismos básicos de recolha de informação, foi então composta uma metodologia participativa inovadora, construída da intersecção de variadas abordagens da investigação-ação: A etnografia crítica, participante, completa e reflexiva. Nas secções abaixo procura-se explicar o que se entende por cada um destes elementos, explicando a razão da sua adoção e as vantagens que se procuram assegurar para certificar a validade e pertinência científica deste doutoramento.

Começamos pelo princípio, explorando a noção de investigação-ação (IA), onde se encaixarão as diferentes vertentes que compõem a estratégia prática desta investigação. A utilização e explicitação de teorias concetuais como base da IA (prática) é o que ancora o potencial deste método de investigação, para ampliar interpretações etnográficas existentes e procurar novas, que consigam complementar o entendimento profundo de uma determinada realidade social.

A abordagem tradicional ao estudo de movimentos sociais baseia-se em práticas hierárquicas onde o investigador não necessita de participar nos movimentos, escrevendo normalmente sobre eles na terceira pessoa. Isto leva a um "encaixotamento" dos movimentos, esforçando-se por colocá-los em "gavetas" e categorias, em vez de explicar a importância daquilo que um movimento social produz nas suas interações com os poderes instituídos (Frampton & Kinsman, 2006). Ou, como referem Carr e Kemmis (1986, pp.208) "*enquanto a crítica permanecer essencialmente um empreendimento teórico, permanecerá divorciada das circunstâncias da prática*"[55].

Com esta crítica no seu íntimo, a presente investigação-ação propõe-se investigar a realidade para a transformar, ao mesmo tempo que transforma a realidade para a investigar. Fá-lo recolhendo informações sobre a ação à medida que esta se desenrola, analisando as origens e implicações históricas da mesma, e contribuindo assim para futuras reflexões (Kemmis, 2008). Assim, a IA contribui simultaneamente para o desenvolvimento das ciências sociais e para a transformação social no

[55] Traduzido livremente do inglês

terreno, reaproximando de certa maneira a investigação científica da sua relevância tal como é percebida pela população e pelo "real-comum".

Neste contexto, contudo, é importante referir e ressalvar, desde o início, que um "apego metodológico" às teorias pode "dessensibilizar" o investigador da sua experiência empírica, dificultando a leitura das realidades socias que o mesmo procura estudar (Jönsson & Macintosh, 1997). Para contrair esta possibilidade, um dos métodos propostos pela literatura (e pela experiência etnográfica), é a de utilizar uma estratégia de investigação extensa onde o relatado empiricamente é constantemente confrontado com teorias existentes que com ele se relacionem, propondo, se necessário, uma reinterpretação das mesmas, identificando problemas com o conhecimento existente, e abrindo perspetivas para nova investigação. Este pluralismo metodológico na abordagem ao real impede que a etnografia e a investigação teórica se reduzam na sua tentativa de fusão, permitindo e potenciando ainda uma rica interação entre as duas (Jönsson & Macintosh, 1997). Este trabalho de investigação procurará assim, e tanto quanto possível, revisitar as suas observações à luz de diferentes perspetivas e teorias, de modo a complementar a leitura do real.

Neste doutoramento, procurar-se-á assegurar que a investigação-ação implica que a investigação seja "devolvida" à ação, mas também que a ação traga aprendizagens, conhecimento e reflexões à própria prática académica. Fá-lo-á promovendo sempre um diálogo profundo (racional, afetivo, emocional) entre atores e investigadores, gerando um novo tipo de conhecimento construído também por via dos afetos e das emoções. Não se procura apenas um exercício do intelecto, mas de uma outra parte fundamental, e igualmente motora, da natureza humana: a da emoção. Neste aspeto, reproduz-se o argumento de António Damásio (Damásio, 1994)que aponta que o conhecimento não é exclusivamente racional, e que envolve sempre uma componente emocional. Segundo o autor, as emoções desempenham um papel fundamental nos processos cognitivos, influenciando processos [individuais e coletivos de] tomada de decisões e a forma como interpretamos o mundo. Uma visão e abordagens que reconheçam a importância dos afetos permitirão então a construção de um novo tipo de conhecimento, integrando razão e emoção, e valorizando as experiências subjetivas e os sentimentos como parte legítima da compreensão humana. Isso amplia a abrangência desta investigação, promovendo uma abordagem mais holística e humana na geração mesma de conhecimento.

Ou seja, a IA não busca apenas replicar uma busca em torno de critérios científicos convencionais de validade. Procura, sim, complementar estes com uma procura de novas referências de validação a este nível, especialmente tendo em conta a natureza mesma desta metodologia de investigação que tem um "alvo específico": a prática social (McFee, 1993). Quer isto dizer que a validade das teorias geradas por este método de investigação não depende apenas da validade atestada por testes

científicos, mas pela utilidade real em ajudar pessoas e projetos a melhor compreender ecossistemas sociais e suas interações, de modo a poder agir e progredir de forma mais informada e eficaz (K. Morgan, 2012). Ou, como explica Hammersley et al. (2007), o método de investigação escolhido nunca é válido por si mesmo, mas adquire a sua adequação/pertinência de acordo com a utilidade que confere à investigação – e à sua contribuição para investigações futuras. De facto, o investigador é convidado a agir continuamente com base nos entendimentos obtidos da vivência prática do estudo, focando-se nestas aprendizagens para o próximo ciclo de investigação (Watt & Watt, 1993), numa prática que se denomina "reflexiva" – conceito que será explorado mais adiante nesta secção.

Aqui, recuperamos a questão de como podemos pensar sobre possíveis futuros alternativos hoje, e integrá-los verdadeiramente em estratégias sociais capazes de indicar possíveis direções e critérios de mudança, ao mesmo tempo que se fomenta um sentimento (material) do possível, capaz de mobilizar comunidades em direção a esse futuro (Brand, 2016). Podemos responder a esta questão se entendermos a IA, como sugere Kemmis (2008, pp. 19), como um processo que "*procura reunir ação e reflexão, teoria e prática, em participação com outros, na busca de soluções práticas para questões consideradas urgentes pela comunidade e, de forma mais geral, o florescimento de pessoas individuais e suas comunidades*"[56]. A IA pretende assim ser, no fundo e como afirma Schwandt (1997, pp. 76), "*o processo e o produto da descrição e interpretação do comportamento cultural*"[57].

É também de relevar que a IA nasceu como crítica e alternativa a visões mais conservadoras daquilo que constitui ciência social, baseando-se na premissa de que o comportamento humano é determinado quer pelo contexto social quer pelas limitações psicológicas existentes (K. Morgan, 2012). Ou seja, a IA pretende ser mais do que um mero apoio à resolução de problemas sociais. Envolve também a recolha e a interpretação de dados capazes de revelar razões explicativas das ações tomadas social e coletivamente. Procura entender não apenas eventos passados, mas também fenómenos do presente, particularmente a dinâmica contínua das interações humanas, as intenções futuras e o processo de desenho e implementação de organização conjunta (Chandler & Torbert, 2003). Vem também colmatar um importante vácuo na produção de conhecimento científico, na medida que enfatiza métodos de obtenção de dados subjetivos, na primeira e na segunda pessoa (do investigador e participantes) por via de metodologias pessoais que cruzam investigação teórica e implementação prática num *loop* reflexivo. É o que Heron & Reason (2006) chamaram de "prática de inquérito cooperativo: investigação 'com', e não 'sobre', as pessoas". Ou, aprofundando, e como reforçam Lune & Berg (2017): a IA (especialmente a de base comunitária) é uma estratégia que se foca

[56] Traduzido livremente do inglês

[57] Traduzido livremente do inglês

em projetos e ações locais, partindo da premissa de que a cooperação e a busca de consenso são basilares para a construção de comunidade e culturas sãs e de proximidade, bem com o caminho mais seguro para criar as condições em que grupos possam colaborar eficientemente na busca de soluções comuns aos problemas com que se deparam.

Por isso, em vez de focar a investigação académica na explicação da praxis através de teorias pré-existentes e por via de uma perspetiva externa, a IA procura observar, descrever, explicar e atuar, desenvolvendo as suas próprias teorias na adequação ao terreno e às comunidades sociais do estudo, "*experimentando-as e validando-as constantemente através da sua exposição na prática*"[58] (Whitehead & McNiff, 2006, pp.133). Ou, como disse Ferrance (2000, pp.2) "*A IA não é um projeto de biblioteca para aprendermos mais sobre um tópico que nos interessa. Não é resolução de problemas no sentido de tentar descobrir o que está errado, mas sim uma busca por conhecimento sobre como melhorar*"[59]. É nesta relação entre o trabalho académico e o prático, nascida do compromisso de mudança assumido entre investigador e comunidade/terreno de estudo, que a noção de praxis se situa (Morgan, 2020). É no vínculo da reflexão á ação, e na exposição pública das experiências vividas e estudadas, que a IA consegue impactar positivamente a realidade social na qual os fenómenos são estudados. E é então, a partir da resultante visibilidade do estudo (porque é académico, mas também porque é "real") e das ideias e práticas inovadoras que dele emergem, que é facilitada a sua introdução no debate público, levando a uma maior "aceitação" e ação em torno de novas inovações sociais (Henfrey & Penha-Lopes, 2018).

Dito isto, é da responsabilidade do investigador assegurar que o enquadramento e metodologias escolhidas são suficientemente robustas e bem selecionadas para produzir conhecimento suficiente, válido e relevante, sem subverter a realidade social em que se insere e opera. É o que se procura fazer neste esforço investigativo. Ou seja, para evitar uma leitura simplista de que a metodologia de IA não difere da escrita de um romance (por exemplo) há que atentar na escolha – e definição clara e precisa – da epistemologia utilizada na criação de conhecimento. Neste aspeto, a figura 4, abaixo, avançada por Checkland & Holwell (1998) ajuda a enquadrar quer a situação normalmente encontrada no terreno durante a investigação-ação, quer o processo de definição da epistemologia a utilizar como garante da base científica aceitável deste método de investigação:

[58] Tradução livre do inglês

[59] Tradução livre do inglês

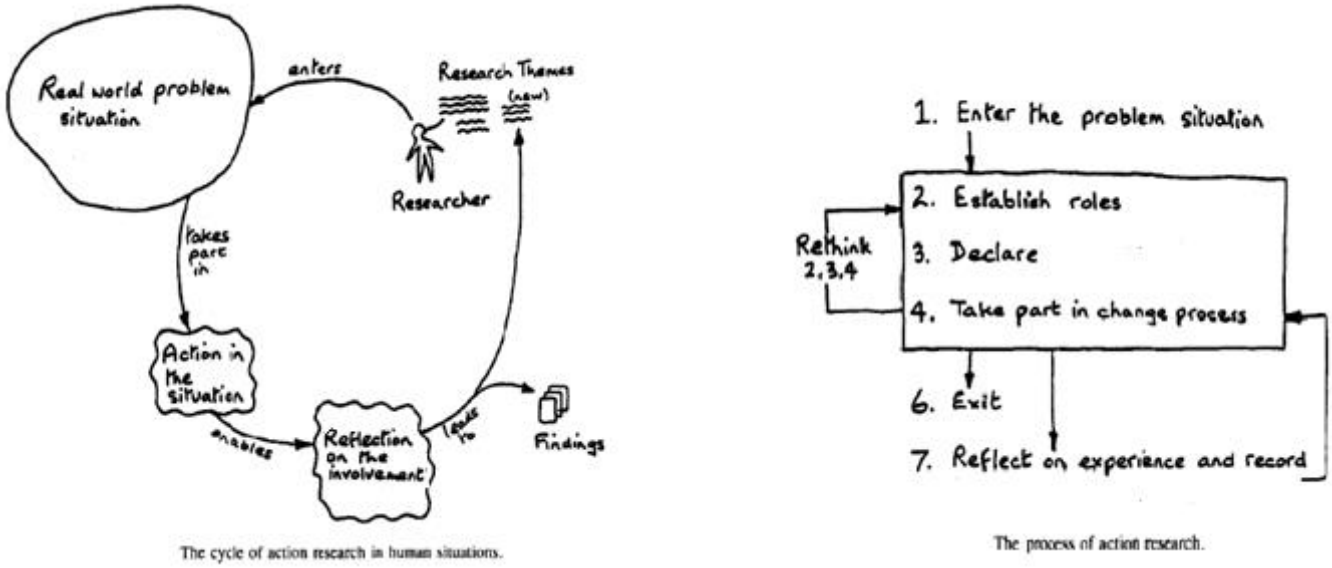


Figura 5.1 - Ciclos de investigação e definição de epistemologia durante a investigação-ação[60]

Os mesmos autores sugerem, por isso, deixar de chamar "hipóteses" e passar a tratar por "temas" a experimentar. Esses "temas" constituem a epistemologia escolhida e é por via desta epistemologia que o investigador será capaz de balizar aquilo que constitui conhecimento válido e adquirido durante a investigação (Checkland & Holwell, 1998). E é com base nestas escolhas/estratégias que se constrói o mapa conceptual do território de modo a implementar um processo, baseado na metodologia declarada, que seja recuperável/replicável por qualquer pessoa interessada em submeter a investigação a um escrutínio crítico (Checkland & Holwell, 1998).

No caso deste trabalho de investigação, e sempre com a inescapável, acentuada e crescente degradação ecológica como pano de fundo, os temas implementados e experimentados são os do decrescimento e os da democracia local e deliberativa, como definidos acima, no Capítulo IV. A ligação entre ambas é clara: apesar do seu potencial de replicação e mesmo escalabilidade, ambos exigem bases locais, escalas "humanas" (no sentido do direta ou *quasi*-diretamente acessíveis), bem como um sentido de participação e agência. Ambos se enquadram numa perspetiva de pilotagem de estruturas e culturas de gestão territorial, particularmente face a um mundo que cada vez mais exige estratégias de adaptação às alterações macro que impactam vidas locais.

O enquadramento selecionado é assim o da ação comunitária de bases, face à "falta de espaço" para uma efetiva participação popular e de um ambiente condutivo à realização de experiências comunitárias de decrescimento.

[60] em inglês no original, limpo e adaptado (Checkland & Holwell, 1998)

A metodologia, essa, é a da experimentação prática. Não apenas em relação à metodologia académica adotada para este esforço investigativo, mas a própria experiência e predisposição de pilotar estruturas, mecanismos, culturas e estratégias de gestão territorial, por parte das pessoas e organizações que vivem nesse mesmo território. Esta abordagem permite verificar se e como os postulados teóricos dos temas escolhidos se comportam na interpelação com as realidades (objetivas e sociais) que os acolhem.

Para além da necessidade de bem explicitar a epistemologia do conhecimento apreendido, Eden & Huxham (1996) identificaram também algumas outras características que devem fazer parte de qualquer IA que procure assegurar a sua validade enquanto método científico. Entre elas, algumas foram ativamente adotadas neste esforço de investigação. Incluem-se aqui: a necessidade de criar implicações para além da situação específica, ou seja, a exploração dos dados e construção da teoria devem ser explicáveis a outros; a busca de uma abordagem investigativa capaz de tratar a teoria como uma preocupação explícita, quer como ponto de partida ou como modelo de questionamento dialético dos resultados obtidos; a utilização de ferramentas, técnicas ou modelos teóricos desenvolvidos ligados (replicando ou evitando-os) ao desenho da investigação; e também o tratamento do relato como parte da exploração e desenvolvimento da teoria, pelo que a construção da teoria resultante será incremental e cíclica. Ou seja, e resumindo, deve haver uma abordagem ordenada e sistemática em cuja história e contexto recebem o devido peso na leitura da realidade e da problemática abordada;

Para além destas ressalvas que visam assegurar a relevância e a validade da IA, é de salientar um dos grandes desafios colocados pela etnografia crítica, também sentido neste doutoramento: o tempo prolongado que o investigador necessita de dedicar à investigação e ao trabalho de campo, que deve ser suficiente para poder obter dados que permitam o desenvolvimento de análises rigorosas e criativas – evocando aqui a noção de *artesanato intelectual* de Mills (1965). De notar também que o compromisso de tempo exigido dos vários participantes nos diferentes projetos/movimentos estudados pode ser um grande impedimento para a participação, devido quer às tantas pressões da vida burocrática, às limitações de todo o tipo de recursos (financeiros, temporais, etc.), e mesmo aos impulsos competitivos para o avanço na carreira – que acontece normalmente em paralelo. Estes são forças e aspetos importantes, a ser considerados (ou não descurados) na análise dos dados recolhidos, e nos ajustamentos a fazer durante a investigação. Por outras palavras, estas são forças que trabalham constantemente contra as "*tentativas de humanizar, empoderar e democratizar os processos de investigação*"[61] (Stringer, 2007, pp.10). Tudo isto para dizer que se defende aqui a necessidade de

[61] Traduzido livremente do inglês

maior tempo de permanência e imersão no território de estudo, com mais longas e profundas investidas no terreno, bem como de um mais alargado tempo para análise e reflexão.

É por esta via que se procura viver e relatar, profunda e detalhadamente, os processos democráticos em emergência dentro dos movimentos sociais identificados e escolhidos como objeto de interação e estudo. Seguindo o exemplo de Marianne Maeckelbergh (2009) que, durante três anos utilizou a etnografia critica para estudar o movimento de alter-globalização desde dentro, a abordagem desta investigação procurará também identificar os elementos organizativos chave da organização estudada (Montemor-o-Vivo), em busca dos processos de governança interna que nele emergem e se desenvolvem (Maeckelbergh, 2009). Tal como a da autora nesse livro, a presente investigação procura dissecar e entender os processos e os valores inerentes à prática democrática que compõe os diferentes objetos de estudo, seguindo os processos organizacionais de desenho, construção e evolução interna dos mesmos.

5.2 - Etnografia como método de IA

A etnografia baseia-se no contato intersubjetivo entre o antropólogo e o seu sujeito de análise, incluindo a produção de conhecimento cultural descritivo de um grupo, das atividades desse grupo no seu contexto cultural específico, e mesmo a análise de padrões de interações sociais. Procura-se também utilizar as narrativas e etimologias próprias ao grupo observado para descrever o que foi observado, e mesmo para desenvolver teorias (Mainardes, 2009, 2011). Assim, o método etnográfico ultrapassa os métodos tradicionais de investigação, ao permitir ao investigador assistir, na primeira pessoa e a partir de descrições ou de observações diretas, como situações acontecem na vida real – com base na teoria, mas sem filtros teóricos. Implica

> *"a participação total ou parcial do etnógrafo na vida quotidiana das pessoas ou do grupo investigado por um longo período de tempo, observando as situações, ouvindo o que é dito, fazendo perguntas, e coletando qualquer tipo de informação que esteja disponível para iluminar as questões do foco da investigação"*[62]
>
> *(Hammersley et al., 2007, pp. 28).*

[62] Traduzido livremente do inglês

A etnografia tem também a vantagem de permitir a quem investiga uma imersão total nos movimentos/projetos estudados durante longos períodos de tempo, o que possibilita gerar interpretações baseadas em narrativas que se expressam nos diferentes eventos, interações e trabalho (Dey, 2002) que esse tipo de "aventuras coletivas" preconiza. A grande vantagem é a capacidade de aceder à vivência de certos eventos pela perspetiva e comportamento dos atrizes/atores sociais que os compõem (Bouma & Atkinson, 1995). Isto implica uma imersão e um compromisso com a busca de sentido, sem preconceitos e abertos ao conceito de descoberta – o que envolve risco, incerteza e desconforto (Ball, 1990). Apesar deste foco no âmbito local, de acordo com Ward (2002), a investigação etnográfica revela-se também capaz de capturar analises mais holísticas, a partir da leitura e comparação de processos sociais complexos, especialmente no âmbito da experimentação social. Fá-lo com recurso à captura de detalhe e nuance na leitura da realidade vivida, permitindo uma apreciação mais profunda da realidade social, e traçando desenvolvimentos em torno de movimentos sociais à medida que estes vão acontecendo em toda a sua complexidade. A capacidade de imersão e explicação que emerge do uso da etnografia crítica leva alguns autores (Hammersley et al., 2007) a considerarem esta metodologia uma espécie de "ciência tradutora" da realidade social complexa, entre o campo de estudo e a academia e esfera política.

Note-se, contudo, que apesar das vantagens de conduzir investigação científica com recurso à etnografia crítica, o mero fato de ser parte de um movimento (um *insider)* não é suficiente para que a investigação seja "boa", relevante ou mesmo válida (Plows, 2008). Para isso é necessário cumprir com uma série de abordagens metodológicas, adotando uma transparência até consigo mesmo enquanto investigador, deixando que a análise das narrativas emergentes possa resultar na identificação de complexidades e desenvolvimentos sociais, essenciais para o entendimento aprofundado do fenómeno social em estudo (Plows, 2008).

O grande objetivo (e vantagem) da escolha deste tipo de metodologia imersiva e participativa é possibilitar ao investigador uma visão na primeira pessoa das complexas redes que constituem os movimentos sociais, capturando processos à medida que estes se desenrolam, tal como vistos da perspetiva dos ativistas que o compõem (Sutherland, 2013). Isto pressupõe, naturalmente, um forte envolvimento do investigador com a realidade investigada, numa permanente busca de a entender na perspetiva da totalidade (Kuenzer, 1998; Mainardes, 2011).

Daqui resulta também que a técnica autobiográfica no estudo etnográfico seja um elemento a utilizar e explorar. Nesta linha, afirma Plows (2008) que o uso desta técnica constitui mesmo um princípio metodológico feminista: que valoriza a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento (e não apenas a costumeira busca de um resultado final), que utiliza linguagem acessível, e desmistifica a prática académica e investigativa, que defende uma investigação que seja

tão crítica quanto transformadora, envolvendo participantes de forma prática, ativa e acessível ao longo de todo o processo investigativo - outro preceito praticado e desejado ao longo de todo este esforço de investigação.

5.3 - Etnografia Crítica, Participante e Reflexiva

Este ponto procura aglomerar algumas características da etnografia, construindo paulatinamente o modelo metodológico adotado nesta investigação. Parte-se da vertente crítica da etnografia, para adicionar depois alguns outros estratos que contribuem para o enriquecimento da abordagem metodológica desta tese: o de investigador participante e a sua abordagem reflexiva e dialógica como o sujeito ou comunidade de estudo.

Começa-se pela constatação de que a escrita deste (e de qualquer) esforço científico e etnográfico crítico resultará sempre e necessariamente dos inevitáveis pressupostos teóricos que o enquadram, pelo que estes devem estar, como já defendido acima, explícitos desde o início do trabalho de investigação (Jönsson & Macintosh, 1997; Laughlin, 1995). Mas é também porque a etnografia é mais do que escrever uma boa história, e para evitar enganar o leitor com falsas alegações de imparcialidade ou falsos entendimentos e explicações do que foi observado, que é necessário incorporar mecanismos metodológicos rigorosos na busca de saber por esta via. Por outras palavras: o investigador procura, nesta tese de doutoramento, apoiar-se numa sólida "infraestrutura conceptual" (Jönsson & Macintosh, 1994, 1997), já que sem se encontrar fundamentada nas relações materiais da História, a etnografia se pode facilmente tornar numa representação romântica de determinados estilos de vida, não passando de uma mera narrativa de subculturas presentes em qualquer sociedade (Quantz, 1992).

A capacidade de fazer isto de forma clara, honesta e transparente é um dos pilares da construção de sentidos e significado em etnografia, sem a qual não pode ser encontrada validade científica para as conclusões de uma investigação. Como explicam Jönsson e Macintosh (1997) "*sem nenhuma base teórica sólida sobre a qual fundamentar os resultados, não há como dizer se a narrativa tem sentido ou não, correndo-se o risco dos resultados descritos serem meramente uma reiteração infindável das interpretações subjetivas dos atores e do próprio investigador - um imbróglio de subjetividade*"[63] *(Jönsson & Macintosh, 1997, pp. 31).*

É a partir deste ponto que se começa a aprofundar a construção da estrutura metodológica da abordagem escolhida. À partida, deparamo-nos com três tipos principais de IA (como estruturado por

[63] Traduzido livremente do inglês

Carr & Kemmis (1986)): A IA técnica, que almeja a eficiência e eficácia da prática social (orientada a um objetivo especifico, e com foco no resultado); a IA prática, centrada na questão de "como fazer" e incentivando os participantes a acompanhar e contribuir para a prática sugerida, de modo a resolver problemas práticos imediatos; e a IA emancipatória/crítica que, reconhecendo a situação histórica, cultural e social dos investigadores, procura estabelecer comunidades de autorreflexão crítica, estendendo os impulsos da IA prática para um contexto de colaboração e aprendizagem contínuas.

A escolha do tipo de IA a aplicar em determinado terreno de estudo é subjetiva em relação aos objetivos do estudo, características dos participantes, contexto social da ação e mesmo a personalidade do próprio investigador (K. Morgan, 2012), podendo evoluir ao longo do processo de investigação – como aconteceu neste caso de estudo.

A etnografia crítica, uma das vertentes aqui adotada, pode assim ser entendida como uma abordagem aprofundada da etnografia "regular", no sentido em que procura explorar questões de estrutura social, poder, cultura e arranjos de coletividades e ação humana, para oferecer elementos teórico-práticos que possam contribuir para uma palpável transformação social (Apple, 1996). Esta adição de uma vertente crítica à etnografia, permite que o investigador desenvolva os seus argumentos a partir de uma investigação verdadeiramente empírica – quando devidamente enquadrado em bases teóricas, no ecossistema social do movimento/projeto estudado, e com um recurso constante a um pensamento crítico (Dey, 2002).

Este "acrescentamento" baseia-se originalmente em teorias marxistas ou pós-marxistas em torno da exploração de "condições existentes" e da análise das condições materiais que moldam a consciência social. Resulta daqui numa abordagem com o potencial de revelar contradições e evidências no sistema como um todo, explorando criticamente como as condições materiais afetam as relações sociais – um passo fundamental no pensamento crítico marxista (Marx, 1846, 1867). Evoca-se aqui esta abordagem crítica para a reflexão em torno do modelo de análise adotado nesta tese: a relação entre base e superestrutura – relativo aos modos de pensar, visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe / comunidade. Na mesma linha, assume-se também a influência declarada da teoria crítica no princípio de que as pessoas (em geral, mas especialmente dentro de movimentos sociais) têm o potencial de autonomia, (auto-)reflexão, e criticismo que lhes permitirá melhor ancorar as suas narrativas, estratégias e ações na busca da contestação efetiva e construtiva de poderes "entrincheirados" (George & Syrja-McNally, 2015).

Nesta abordagem, o investigador procura assim usar a sua investigação também como forma de crítica social, assentando nos pressupostos de que todo pensamento é mediado por relações de poder histórica e socialmente construídas, incluindo os "fatos" que o compõem, e que nada pode ser avaliado isoladamente do seu contexto social ou ideológico. É importante relembrar que o etnógrafo

crítico deve reconhecer sempre que cada individuo – bem como cada coletivo, e mesmo o próprio investigador – vive (n)a sua própria perspetiva subjetiva da realidade, algo que pode variar substancialmente de pessoa para pessoa, mesmo em relação ao mesmo facto ou situação.

É importante notar, no entanto, o cuidado devido com as sempre tentadoras declarações grandiosas de teorias gerais de base objetivista. Isto é algo que vem permitir também nutrir e facilitar a reflexão dentro das vicissitudes próprias de cada movimento estudado – um objetivo declarado desta tese de doutoramento. Permite também, como afirmou David Graeber, "*dar ao leitor os meios para transitar imaginativamente por dentro de um universo moral e social*" (Graeber, 2009, pp.509), um processo essencial para fomentar uma imaginação alternativa e pós-capitalista.

A escolha da utilização da etnografia crítica como método de investigação é assim uma escolha pragmática neste caso específico, ajustando-se na perfeição ás circunstâncias, objetivos e mentalidades presentes no cenário investigado. Visa-se, nesta tese de doutoramento, compreender e interpretar um determinado sistema cultural, incluindo as suas subjetividades e diferentes profundidades, mas também focar-se no desenvolvimento de consciências críticas – incluindo a do próprio investigador. Espera-se que estas consciências sejam depois capazes de fazer emergir uma cultura de estratégias democráticas e deliberativas, capacitando participantes a pensar criticamente o seu mundo e os seus problemas, e dando especial ênfase ao processo que permite estas interações estruturadas e construtivas dentro dos movimentos (George & Syrja-McNally, 2015). A estratégia para o conseguir passa, segundo estes autores, por recolher tantas informações e detalhes quanto possível, direta e indiretamente, sobre os processos a partir dos quais os diferentes participantes constroem os seus próprios entendimentos do processo e da realidade que vão construindo juntos.

É com esta consciência que o investigador procura então chegar à essência dos fenómenos estudados e compreendê-los na sua totalidade, admitindo sempre que apenas será capaz de entender uma totalidade relativa da realidade em estudo. Importa neste ponto recordar que, mais uma vez, o que acaba de ser descrito é verdadeiro para qualquer investigação, independentemente das metodologias aplicadas, sejam elas qualitativas, quantitativas ou de outra natureza. Deve-se isto ao facto de que, como já elaborado acima, a formulação mesma das perguntas de investigação que conduzem estudos científicos são capazes de enviesar resultados obtidos.

É neste momento que se introduz então novo estrato na construção da abordagem metodológica desta abordagem etnográfica: o da participação direta do investigador. Esta é uma vertente poderosa da etnografia, com implicações para todas as partes envolvidas. Alexandra Plows (2008), na sua autobiografia, assumiu que o método de etnografia crítica a transformou, de ativista a investigadora com acesso privilegiado do interior dos movimentos. A capacidade de conduzir uma investigação etnográfica-crítica participante permitiu um acesso privilegiado ao interior dos movimentos, que se

veio a traduzir em perceções robustas e análises de alta qualidade/validade (Plows, 2008). Esta é, de facto, uma abordagem capaz de produzir um tipo de conhecimento social que facilite os objetivos transformadores dos movimentos sociais, especialmente dentro dos considerados radicais-transformadores (como visto acima), dentro da conceção de uma *etnografia de ativismo político* que Smith (1990) identificou como o "*nós*" – enquanto indivíduos e grupos de pessoas que, a partir das suas práticas, coordenam e produzem o mundo social. É nesta linha, e num compromisso ontológico com a própria investigação, que se olha e vive a prática humana como elemento central do modo como o funcionamento do mundo social vem a acontecer.

Neste sentido, Bogdan e Taylor contribuíram também para a definição e aprimoramento da escolha metodológica para este esforço de investigação. Fizeram-no, definindo a etnografia participante como uma investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e os sujeitos, no meio destes, durante o qual os dados são recolhidos de forma sistemática (Bogdan & Taylor, 1975).

o etnógrafo crítico / ativista torna-se assim participante direto e de fato nos processos que observa e estuda, estando em permanente contato de proximidade com aqueles que se envolvem nos mesmos mundos sociais (Frampton & Kinsman, 2006). Esta abordagem permite, por um lado, construir o tipo de relações de confiança e a longo prazo condutivas ao bom acesso a informação necessária para este tipo de investigação. Permitindo, ao mesmo tempo, que o investigador se consiga envolver profundamente no projeto, tornando-se assim capaz de produzir um conhecimento profundo e bem enraizado na sua experiência prática, tornando-se um "*critical insider*" (Graeber, 2009). Este aspeto de confiança na criação de condições de acesso a informação válida e pertinente é de alta importância, já que delas vão resultar a profundidade e, portanto, a utilidade do esforço de investigação (Plows, 2008).

Resulta que, pela natureza emergente deste processo de investigação participante (ativo, etnográfico, crítico e imersivo), o mesmo não possa ser pré-determinado com exatidão, conquistando antes o seu espaço "natural" no desenrolar do processo investigativo (Lune & Berg, 2017). Ou seja, apesar de todos e melhores esforços para delinear uma estratégia metodológica coerente, válida e adaptada ao objeto de estudo desta tese, é propositadamente deixado um espaço para mutabilidades imprevistas, como resposta ao desenvolver da ação investigativa e prática. Nesta mesma linha, introduzem-se algumas contribuições feministas utilizadas na definição da metodologia utilizada: por um lado pela abertura ao caminho que se vai fazendo, e ás lições que dele vão emanando - e não apenas focando no resultado que se procura obter (Mies, 1998; Patai, 1994); por outro, criticando noções de mera objetividade na ciência, adotando o conceito de "conhecimento situado" de Donna Haraway que sugere que todo conhecimento é parcial e está condicionado pelas circunstâncias sociais

e políticas do investigador (Haraway, 1988); procura-se também desenvolver um sentido de democratização do processo de investigação, adotando métodos que o tornem libertador, transformativo e com uma contribuição prática para os movimentos sociais sobre os quais se debruça (Patai, 1994). E incluindo mesmo os processos internos das complexas redes de interações sociais a partir da perspetiva dos próprios ativistas (Sutherland, 2013). Podemos assim entendê-lo como um método colaborativo e imersivo de observação participante, desenvolvido a partir do interior mesmo dos movimentos sociais, e permitindo que o investigador contribua para a teoria a partir da análise das práticas sociais que permite a captura de condições fluidas e em constante mutação (Plows, 2008).

É também altamente relevante na construção de uma perspetiva dialógica que permita uma condução do saber entre todas as partes da investigação. E é aqui que se insere mais uma vertente da abordagem metodológica adotada neste doutoramento: a da reflexividade. Esta abordagem investigativa postula que o investigador se assuma não apenas como membro da situação/projeto que se propõe estudar, mas que partilhe também com os sujeitos do seu estudo as lições e aprendizagens que vai recolhendo e produzindo no seio mesmo da investigação. Assume também que a prática é um fenómeno em permanente mutação e nutrição, e que a repetição de ciclos autorreflexivos e de experimentação se torna a base da implementação da mesma. Estes ciclos, após uma importante primeira fase de reconhecimento em que o investigador se deve familiarizar e compreender o contexto de investigação (Gilbourne, 1999) incluem: i) planeamento/identificação de necessidades, ii) ação, iii) observação e documentação iv) análise de dados, v) reflexão e consequente tomadas de decisão informadas nos próximos passos, também eles passíveis de mais estudo (Carr & Kemmis, 1986; Ferrance, 2000). É por meio destes ciclos que estes métodos etnográficos críticos revelam a sua natureza dialética, de ação prospetiva e análise retrospetiva (McKernan, 1996).

A adoção de uma vertente dialógica permite descrever e descortinar os significados das diferentes ações e interações que vão acontecendo, segundo o ponto de vista de todos os intervenientes. Como observa Lapassade (1992), o desenrolar da observação participante reflexiva, num contexto de investigação-ação, produz conhecimento, o qual, fornecido em forma de *feedback* aos membros de um grupo social, se transforma em ferramenta de mudança. É nestes feedbacks que o investigador consegue transmitir os seus conhecimentos e descobertas ao coletivo em que se insere e estuda, por sua vez recebendo desse mesmo coletivo impressões, reações e outras inesperadas contribuições relativas a esse tópico. Esta prática dialógica constitui um importante, continuado e rigoroso exercício empírico e reflexivo, no sentido de assegurar a validade, riqueza e pertinência do estudo. Essa interação com os outros elementos participantes nos projetos estudados foi feita em permanência neste esforço investigativo, contribuindo quer para a validade do estudo, quer para a reflexão prática do implementado e experimentado.

É nesta linha de raciocínio que Habermas (1985) postula que as estruturas sociais – referindo-se quer aos governos, quer à sociedade civil – não podem ser considerados sistemas independentes e holísticos, mas apenas grupos organizados em interações, ações e contestações uns com os outros. Existirão, sim, diferentes esferas públicas (ou espaços comunicativos) onde grupos de pessoas se encontram para desenvolver diversos assuntos e co-criar diferentes realidades sociais. Assim, a investigação-ação, especialmente de uma perspetiva / metodologia de etnografia crítica participante, deve encorpar também um processo de facilitação do discurso na esfera pública, onde novas e diferentes realidades possam emergir e ser co-construidas numa perspetiva dialética entre o indivíduo e o social. Estas serão então, e posteriormente, entendidas pelo investigador e por todos os participantes, levando ao registo académicos das realidades contatadas (Kemmis, 2008).

Esta "camada" metodológica da dialética exige um envolvimento pessoal – e/ou intelectual –com os sujeitos estudados. Procurando, precisamente numa constante dialética com a comunidade estudada, tornar explícito o funcionamento das estruturas de poder e controle (narrativas dominantes, modos de organização social, burocracias, relações de género, etc.), e contribuindo assim para a elaboração de um tipo de conhecimento emancipatório. Carspecken (1996) vai mesmo mais longe ao considerar a etnografia crítica como uma forma de ativismo social, onde o investigador assume o seu posicionamento face aos sistemas sociais sob observação, desafiando o *status quo* e os poderes e visões dominantes na sociedade, com o intuito específico de enfrentar as estruturas de domínio (sejam elas culturais, narrativas ou burocráticas). Quer com isto dizer que os etnógrafos críticos são criadores ativos e não apenas sujeitos passivos perante os eventos/contextos que procuram estudar, sendo mesmo "convidados" a assumir uma posição de reflexão crítica em colaboração mútua com o corpo prático da investigação (o sujeito coletivo em estudo), focado nas possíveis oportunidades de melhoria de processos, conexão e situação social dos intervenientes (Gilbourne, 1999).

É interessante, neste aspeto, revisitar o caso de Plows (2008) que, na sua experiência de etnografia crítica participante, foi além da mera participação, tendo mesmo chegado a catalisar protestos dentro do movimento social que investigava. Nos resultados académicos que obteve, afirmou e demonstrou os benefícios e a pertinência de uma investigação ativa com esse grau de envolvimento – com a tal ressalva de que o mesmo esteja explicito desde o início - e se incorra em exercícios recorrentes de reflexividade que permitam perspetivas distintas (quer de pontos de vista, quer de visões do mundo). Este é um elemento que este trabalho de investigação procurou replicar e cuidar durante toda a sua duração.

Há uma imensa variedade de métodos de investigação que muitas vezes fazem florescer a sua pertinência e revelam aspetos preciosos da complexa vida social precisamente na sua interação – tal

como se pretende neste trabalho, pela combinação de NPF com etnografia crítica participante completa. A combinação de diferentes métodos, a partilha das aprendizagens com os observados, e a recolha de novos dados resultantes dessa interação enriquecem bastante a investigação. Por exemplo, e mais uma vez, Plows observa que no seu próprio trabalho de investigação

> *"uma descoberta etnográfica chave foi que articular de forma robusta os múltiplos e estratificados desafios do debate na esfera pública/política era crucial. O mero destacar, o mais objetivamente possível, de como diferentes públicos enquadravam os diferentes interesses em jogo, tornou-se um importante objetivo de investigação-ação, o que permitiu também capacitar os diferentes atores de se envolverem e participarem em igualdade de condições"*[64] *(Plows 2008, pp. 11).*

Na verdade, a investigação-ação parece ser cada vez mais uma peça-chave para a construção de significados, léxicos e mesmo de novas realidades sociais que se debatem para emergir e encontrar o seu espaço na esfera pública (Plows, 2008). O objetivo da "composição" metodológica produzida para este doutoramento (de investigação-ação por via da etnografia crítica e participante e reflexiva) pretende assim potenciar e dar credibilidade ao desenvolvimento do pensamento reflexivo, discussão, decisão e ação em pessoas comuns que se organizam coletivamente na abordagem a 'problemas privados' (George & Syrja-McNally, 2015).

Lune & Berg (2017) complementam a pertinência desta abordagem, afirmando que é na estratégia emancipatória e emancipadora da abordagem crítica que se destaca a importância do envolvimento do investigador, ressalvando a consciência crítica também das relações de poder entre investigador e investigados. E isto é algo que é magistralmente conseguido pelo recurso a uma perspetiva dialógica e cooperativa assente num profundo e continuo diálogo com o outro, em busca de representações fidedignas da cultura, experiências e consciências presentes na génese da emergência desse tal conhecimento (Madison, 2005). E vem mesmo desenvolver, seguindo a sugestão de Frampton & Kinsman (2006), uma literacia social crítica capaz de nutrir novos modos de pensar e agir, aceitando que a epistemologia se vai produzindo num contexto social complexo e reflexivo de inter-determinação mútua e sempre em estreito contato com as aprendizagens coletivas que vão emergindo do processo.

Estabelecendo uma ligação causal direta, observa-se que por via das tomadas de decisão coletivas (estudadas e nutridas por este doutoramento) se revela também o valor democrático deste tipo de

[64] Traduzido livremente do inglês

metodologias, permitindo a promoção de atitudes críticas das condições sociais vividas, sempre de forma dialógica. Isto visa conduzir, experimentando, à mudança social, mas também produzir um necessário compromisso legitimador, capaz de otimizar a ação em relação ao contexto em que se encontra (Carr & Kemmis, 1986). É de notar que o mesmo parece resultar, amiúde, de um empoderamento de todos os envolvidos no processo, por via da colaboração prático-académica, aquisição de conhecimento e mudança/transformação social observável (Ferrance, 2000). De facto, esta abordagem revela as qualidades participativas, comunitárias e empoderadoras da etnografia crítica, já que se torna desnecessário "*que algum iluminado traga a verdade para os integrantes do grupo (…); basta oferecer-lhes espaço e tempo para que reflitam coletivamente sobre sua experiência e para que cada participante possa (…) tornar-se indivíduo na medida em que transforma conscientemente os objetivos e aspirações sociais em objetivos e aspirações particulares e em que, desse modo, 'socializa' sua particularidade"*[65] (Patto, 1990, pp. 124). É nesta condição que *a* instituição se transforma numa *"comunidade cujo conteúdo axiológico seja historicamente positivo*" (Patto, 1990, pp. 352).

Neste sentido, explicitam-se abaixo dois tipos de estruturas das reuniões da MoVivo: as de desenho coletivo do programa político, e a sessão final de sistematização. Ambas são desenvolvidas e aprofundadas nos capítulos VII e VIII, que lhes conferem conteúdo e ajudam a compreender a MoVivo, a sua história, os seus métodos, resultados e estratégias para o futuro.

5.3.1 Estrutura das Sessões de Composição Coletiva do Programa Político

As sessões coletivas de escrita do programa político foram sempre abertas ao público, em local acessível, e partiram "de uma folha em branco". Foram sistematizadas de modo a permitirem todo o tipo de contribuições, oferecendo apenas um enquadramento funcional que permitisse capturar toda a riqueza da reflexão coletiva, enquadrando participações, tempos, e resultados de maneira a obter resultados parciais a cada sessão. Estes resultados seriam depois trabalhados por grupos de voluntários, e apresentados na oitava sessão, de congregação de contributos e composição final do programa eleitoral. O desenho detalhado de todas as 9 sessões coletivas da MoVivo, incluindo métodos de facilitação utilizados, e resultados obtidos, podem ser consultados nos Anexos B, C e D, respetivamente

As 5 (cinco) Sessões Temáticas que viriam a levar à composição do programa eleitoral final da MoVivo foram estruturadas da seguinte maneira:

[65] Traduzido livremente do inglês

Tabela 5.1 - Estrutura das Sessões coletivas de Desenho de Programa Político

1 - Boas vindas e Check-in	Acolhimento e pequeno exercício de distensão/descontração
2 - Rever Agenda e Pontos por Tratar	Alinhar expectativas, resolver assuntos pendentes
3 - Apresentação do tema da sessão, e sua (proposta de) divisão em sub-temas	Propostas de divisão/agrupamento de ideias preliminares em subtemas foi feita previamente por voluntárias, pelo que está sempre aberta a alterações neste momento da reunião
4 - Divisão das pessoas pelos temas da sua escolha + primeira sessão de trabalho	Divisão em mesas de trabalho, às quais cada participante se pode unir, pelo tempo que julgar oportuno. Cada mesa deve, no entanto, manter um mesmo participante do início ao fim, de modo a poder enquadrar quem se junta à mesa, e apresentar os resultados ao coletivo.
5 - Apresentação coletiva de progressos + recolha de feedback coletivo	Partilha entre cada grupo de trabalho e o coletivo geral sobre o que foi discutido até esse momento, em busca de ideias, sugestões, etc.
6 - Segunda sessão de trabalho + identificação de 3-5 prioridades/ideias a destacar	Foco em soluções e vias de ação a incluir no programa político
7 - Apresentação das propostas de cada subtema ao grupo geral	Apresentação de propostas finais, obtenção de consentimento para cada uma
8 - Montagem de calendário de implementação e escala de autonomia	Integração de cada proposta no calendário de implementação/escala de autonomia preparada de antemão para o efeito.
9 - Revisão da proposta completa de políticas do subtema	Revisão dos resultados obtidos pelo coletivo de sub-grupos
10 - "*Parking Lot*"	Mecanismo de facilitação utilizado para dissipar tensões e manter o foco, relegando inquietações ou ideias que "não encontraram lugar na sessão" para um momento final
11 - Feedback, fecho e Celebração	

5.3.2 - Estrutura da Sessão Final de Sistematização

Esta sessão teve como objetivo rematar a aventura da MoVivo, buscando enriquecer o conhecimento do grupo sobre si mesmo, incluindo na definição de narrativas políticas próprias. E, finalmente, no descortinar de possíveis estratégias para o movimento no futuro, inclusivamente em relação à questão de voltar a participar em eleições ou não.

Tabela 5.2 - Estrutura Sessão Final de Sistematização

Passos / Detalhe	Objetivos
1 - Introdução e Objetivos	Enquadrar participantes desde o inico e ajudar a manter o foco durante toda a sessão
2 - Apresentação da Agenda	Alinhar expectativas de tempo e de conteúdos, mantendo a abertura para se incluírem mais temáticas
3 - Mapeamento inicial de *drivers*	Recolher motivações de todos os presentes
4 - Avaliação retrospetiva	Avaliar rápida e interactivamente os vários aspetos do projeto, recolhendo sugestões e ideias de melhoria para cada um
5 - Retrospetiva / Linha temporal	Recolher memórias e perspetivas de diferentes momentos marcantes e definidores do projeto
6 - Pausa	Descanso, re-energizar, comer, beber, usar o WC, e interagir informalmente
7.1 - *World Café*	Segmentar conversas em torno de tópicos/temas, aprofundando a reflexão em torno dos mesmos.
7.2 - Tagarelas	Estimular troca de ideias, soluções, ou abordagens a diferentes tópicos. Nota: Metodologia "de reserva", utilizada para aumentar níveis de energia, se estes se encontrarem baixos neste momento da sessão
8 - Plenário	Momento alargado, coletivo, e final, onde se traz tudo o que foi trabalhado até então para a mesa.
9 - "*Parking Lot*"	Mecanismo de facilitação utilizado para dissipar tensões e manter o foco, relegando inquietações ou ideias que "não encontraram lugar na sessão" para um momento final
10 - Feedback, fecho e Celebração	

Ou seja, e finalizando, abraça-se aqui, plena e pertinentemente, uma abordagem com base comunitária, uma vez que é dessa orientação que trata e procura explorar a Montemor-o-Vivo. Assim, e dada a natureza da metodologia escolhida, trabalhar-se-ão, não apenas as perguntas de partida deste trabalho, mas também o caráter emancipatório e de construção comunitária com base na justiça social, na autonomia, na interconexão entre intervenientes, e mesmo na curiosidade e no pensamento crítico emergente necessariamente associados à investigação académica e práticas democráticas de qualidade.

5.4 - Análise de Narrativas Políticas

A análise de narrativas dos intervenientes vem complementar a composição metodológica escolhida para esta investigação.

Como demonstraram Horkheimer e Theodore Adorno, e como discutido no ponto acima, relativo às abordagens feministas à metodologia de investigação, não será necessário ter todo um macro-plano detalhadamente delineado desde o início para trazer novas realidades ao mundo. Mas há que

tomar visões e experiências alternativas a sério, cruzá-las e confrontá-las com princípios considerados basilares (como, neste caso, o do crescimento económico exponencial, o modelo representativo liberal, ou mesmo a tão discutida "transição verde"). Só assim seremos capazes de criar pontes e ligações entre o presente e os diferentes futuros possíveis, realizando o enorme potencial de uma sociedade verdadeiramente plural (Horkheimer & Adorno, 2002).

Com isto em mente, procurou-se identificar e dissecar as várias narrativas políticas presentes no processo político da região de Montemor-o-Novo (desde a macro europeia à local municipal, estendendo-se mesmo às das bases da cidadania), tais como vividas por cada grupo de participantes. Espera-se que a relação destas, quer com a prática democrática, quer com o paradigma de desenvolvimento rural / transição, possa contribuir para um melhor entendimento das diferentes forças e visões presentes no teatro político local, e para a emergência de uma realidade rica e complexa, passível de desconstrução e experimentação em direção a realidades palpáveis. Estas narrativas s(er)ão depois cruzadas, em busca de contradições e pontos de concórdia ou fricção, de modo a identificar estratégias narrativas eficazes em torno da necessidade e possibilidade da experimentação de futuros de pós-crescimento. Admite-se, assim e aqui, que o recurso a uma metodologia de Enquadramento de Narrativas Políticas (*Narrative Policy Framing* ou NPF, na sigla em inglês) neste caso se prende também com a estratégia de encontrar os melhores recursos linguísticos e narrativos que possam agregar esforços e vontades, de parte a parte, em torno da construção e avanço de diferentes visões e projetos sobre os quais esta tese se debruça.

Para isso, e para este projeto de investigação, foram identificados diferentes grupos de atores, de acordo com a sua organização, antecedentes e objetivos declarados. Depois, para cada grupo, foram metodicamente e criticamente desconstruídas e analisadas as narrativas que balizam o seu sentido do real e a sua estratégia de progressão para aqueles que acreditam ser os melhores caminhos para atingir o fim em que acreditam. Os dados foram recolhidos, quer por consulta direta de documentos oficiais das instituições e organizações envolvidas nos diferentes projetos investigados, quer por recursos às redes sociais e outros canais de comunicação das forças políticas, quer por entrevistas semi-estruturadas (mas abertas) dirigidas a dirigentes e participantes nas mesmas.

Como referido brevemente no Capítulo I, e segundo Esposito et al. (2020) o exercício faz-se identificando, em cada uma delas, seis elementos essenciais:

1) *cenários* (que enquadram a trama e a balizam em termos de possibilidades e diferenciação com as outras narrativas);

2) *vítimas* (elementos que denunciam o problema, materializando em si os impactos sentidos na realidade);

3) *vilões* (elementos que materializam o problema com que a narrativa política se debate);

4) *heróis* (simbolizando o elemento essencial à boa resolução política proposta por cada narrativa para o problema identificado); e

5) *moral* (entendida como a solução final pretendida e defendida pelos agentes políticos envolvidos). Para além disso, será também identificado o

6) *enredo da história* (ou como os diferentes elementos da narrativa interagem, revelando as realidades subjetivas de cada um, e as objetivas do mundo em que operam);

Os diferentes elementos constitutivos de cada narrativa foram identificados por recurso a entrevistas a representantes das diferentes organizações, a análise de documentos de estratégia, por recurso a análise discursiva em redes sociais, e mesmo por análise de ações das diferentes forças políticas. Os temas eleitos para focar a pesquisa em torno das narrativas políticas são os da democracia, da economia e da ecologia (por, juntos, definirem holisticamente o sistema socioeconómico em que nos movemos, e abarcarem vários tópicos de interesse para esta investigação).

A análise de Narrativas Políticas presentes no território de estudo foi dividida em diferentes níveis de governação, de modo a explorar ligações entre macroestruturas e implementação local, assim como encontrar pontes intra-níveis que possam ajudar a ancorar narrativas e modos de desenvolvimento alternativos numa metalinguagem compreendida e aceite por todas as partes. Assim, olhou-se primeiro para a EU, depois para o governo português, seguindo-se os atores institucionais locais, e, finalmente, mas não menos importante, a sociedade civil organizada local – na "voz" dos projetos escolhidos para esta investigação. Outras informações que permitiram a desconstrução das diferentes narrativas foram obtidas por via de entrevistas qualitativas com representantes de cada organização, na medida do possível. Quando tal não foi possível, como por exemplo no caso da UE ou do governo nacional, o método de recolha desses elementos foi baseado em métodos de pesquisa primária/direta em documentos oficiais, bem como na comunicação e interação pública da organização em relação ao projeto visado (na relação com a democracia nas suas diferentes vertentes, desde o nível macro ao local). A tabela 1 esquematiza esta abordagem.

As narrativas identificadas foram:

Tabela 5.3 - Esquematização da abordagem da Narrative Policy Framing

Nível	Instituição	Descrição	Objetivo	Fontes de recolha de informação
Macro-institucional	Comissão Europeia	Visão da ruralidade e seus futuros pela União Europeia; considerando (em termos económicos) a sua natureza *crescentista*, e o seu sistema político representativo liberal; análise do seu entendimento *vis-a-vis* o ecológico como um todo	Entender as pressões incluídas nas ajudas financeiras e diretivas europeias que enquadram políticas, linhas de financiamento e apoio a projetos	Fontes secundárias, como documentos oficiais, posicionamentos públicos, redes sociais, etc.
	Governo Portugal	Elemento essencial no decorrer dos projetos, já que enquadra possibilidades legais, financeiras e mesmo em termos de cedência de espaços públicos (comunicação social e espaço físico como edificado e terrenos devolutos)	Entender as orientações estratégicas do corpo de leis nacionais, suas visões e daí a delimitação dos horizontes de possibilidade em termos de aplicabilidade de estratégias e abordagens a um problema	
Institucional Local	CM Montemor o Novo	Elemento local de poder público, com as "chaves" para a ativação de projetos, reposicionamentos políticos e possibilitação de estratégias dependentes da utilização de património público	Compreender as prioridades e visões do presente executivo para o município, incluindo a sua relação com o histórico de gestão local pelo antigo poder político – nas mãos do PCP desde o fim da ditadura	Fontes primárias, por via de entrevistas com os atores políticos; Fontes secundárias incluindo análise de documentos oficiais, programas eleitorais, redes sociais, etc.
Cívico	Montemor-o-Vivo	Lista cidadã candidata às eleições autárquicas de 2021 no Município de Montemor-o-Novo; Depois das eleições, sem ter obtido nenhum mandato, evoluiu enquanto coletivo, procurando maneiras de influenciar políticas e a agenda política por vias alternativas à institucional	Olhar para as suas práticas e linhas orientadoras, de modo a entender as estratégias de influência na agenda política local	Fontes primárias, por via de entrevistas com os atores políticos, participação direta do investigador; Fontes secundárias por via de análise de documentos e redes sociais.

A posterior dissecação de cada uma das narrativas políticas identificadas levará a um exercício de análise das mesmas, em busca de pontos de convergência que possam ajudar a desenhar novas narrativas, posicionar outras (emergentes), e "mapear" um território de visões e objetivos onde se possam observar possíveis interações, sobreposições ou antagonismos dos diferentes atores em ação. Isto porque, apesar da sua natureza local, a experiência aqui dissecada academicamente prende-se em torno de movimentações políticas capazes de levar à adoção de práticas de participação e gestão diferenciada de território, procurando, quer na sua prática, quer na sua análise e leitura académica, meios de replicação destas abordagens, noutros territórios, e/ou a níveis cada vez mais macro.

Este ponto é, não obstante, explorado mais abaixo nesta tese de investigação, aquando da recolha e análise de dados referentes à MoVivo. Mas antes, apresenta-se a metodologia pretendida e utilizada, de modo a balizar intenções, práticas e relevância científica da presente tese.

5.5 - Ética e subjetividade no real social

Esta secção introduz as quatro principais questões que esta investigação coloca em termos de reflexão ética. A saber, i) o perigo da subjetividade e a questão da validade do conhecimento assim produzido; ii) o tema da replicação aqui pretendida, iii) o perigo da sustentabilidade dos processos no caso de ficarem dependentes do próprio investigador e, finalmente, ii) o cuidado a ter face ao que pode ser intitulado de extrativismo antropológico. É das reflexões e interações entre estas questões que tratam os parágrafos que se seguem.

A reflexão sobre as questões éticas e da subjetividade inerentes à condução de qualquer investigação etnográfica, adquire especial relevância nas suas vertentes participantes, críticas e reflexivas. Carspecken & Walford (2001) chegam mesmo a afirmar que o traço distintivo das etnografias críticas são "as orientações de valor dos autores", ou seja, o reconhecimento e explicitação do referencial teórico que permite enquadrar o sistema social estudado num nível mais amplo. Já Kincheloe & Mclaren (2003) relembram a importância de, na etnografia critica, se reconhecer que as proposições de verdade são sempre discursivamente situadas e entrelaçadas em relações de poder. Aqui, este posicionamento permite a construção de pontes essenciais para o desenho, entendimento e construção do presente esforço de investigação, ao conectar a análise de narrativas políticas com recurso à NPF, com a adoção de uma metodologia etnográfica de investigação ativa. De fato, como Habermas (1985) propôs ao avançar uma filosofia pós-metafisica, a realidade apenas se manifesta na tentativa de a verbalizar, ou seja, a partir da exploração da validade de certas proposições durante a intercomunicação de sujeitos que buscam acordos intersubjetivos sobre o que é real e verdadeiro. Daí a necessidade de consensos voluntários sobre como agir face a essa realidade descoberta e validada coletivamente. É também essa a observação de Roe (1994), quando reforça que o espaço mediático

do domínio publico se tornou tão complexo e incerto que apenas a análise das narrativas políticas permite examinar as diferentes histórias contadas por decisores e atores políticos, em busca de sentidos perdidos num mar de incerteza e complexidade.

Ou seja, e relativamente à subjetividade na produção de conhecimento, a preocupação desta investigação-ação não é somente com práticas comportamentais em si. É também como essas práticas são socialmente construídas e mantidas por via de práticas culturais discursivas, e com os reinos sociais e material-económicos que que precedem e conduzem a própria praxis (Kemmis, 2008). É neste ponto desta investigação que as metodologias de Investigação-ação e análise de narrativas políticas se encontram: se todo o sujeito é socialmente construído, então a práxis (a realidade social prática) baseia-se em acordos coletivos de entendimento, por sua vez visto/lidos por vieses de outros entendimentos – incluído o do próprio investigador no estudo e análise do caso (e daí a necessidade de clarificar posicionamentos, vieses políticos-culturais, etc. na etnografia crítica participante). A verdade intersubjetiva existirá então apenas nos espaços e na ação comunicativa, onde as pessoas se encontram – e não na consciência dos indivíduos que participam na discussão, nem na sua capacidade de autorreflexão solitária (Kemmis, 2008).

Um outro desafio relaciona-se com o controlo da "tensão" entre subjetividade e objetividade – a capacidade de conciliar o rigor académico com os compromissos políticos assumidos durante a participação no caso de estudo (Mainardes, 2011). Procurar-se-á assim assegurar a qualidade desta investigação pela identificação e clarificação de que as vozes nele contido são subjetivas (primeira pessoa do investigador), intersubjetivas (segunda pessoa, os participantes nos processos estudados) e "objetivas" (advindas de "terceiros", como documentos oficiais, redes sociais, etc.) (Chandler & Torbert, 2003). Só por via deste tipo de intervenções cuidadosas, críticas e continuamente autocríticas, pode emergir um conhecimento aprofundado do real, capaz de se constituir em plataformas de lançamento para ações sociais sábias e prudentes sobre temas, problemáticas e questões de interesse contemporâneo - investigando condições existentes e explorando outros possíveis futuros (Kemmis, 2008).

No entanto, esta questão da "verdade intersubjetiva" remete-nos de volta à necessidade de assegurar a questão da "validade" destes métodos imersivos de investigação. A mudança social é um processo multidimensional que envolve vários e distintos atores e atrizes, que muitas vezes surge em contextos não planeados e com ritmos e mecanismos de difusão inesperados (Morais Mourato & Bussler, 2019). A etnografia crítica enquanto metodologia de Investigação-Ação (IA) assevera-se então capaz de fazer emergir um tipo de conhecimento altamente defensável (com relação direta com o real vivido e observável) e com resultados com alto potencial de *transferibilidade*. Não se pode, contudo, falar na possibilidade de replicação direta para outros territórios – ou seja, "não existem *copy pastes",*

replicações exatas, quer pela natureza do território, situação social, características da comunidade envolvida, problema em mãos, etc.

O objetivo da investigação desta natureza será, sim, o de abrir caminhos de transição adaptáveis a várias iniciativas e locais, e não o de procurar multiplicar uma certa abordagem *ipsis verbis*. Isto porque, ao contrário da investigação científica puramente teórica, tudo é mais "volátil" na investigação de fenómenos humanos e sociais (Checkland & Holwell, 1998). Ou seja, sendo que a "realidade social" é o produto mutável de um discurso intersubjetivo contínuo, a descoberta de conhecimento por via da investigação-ação não o cristaliza no tempo, não o autonomiza da sua situação social/comunitária, e não o torna homogéneo para todo o sempre[66].

Em termos de ética, é também importante refletir num aspeto relevado por Morais Mourato & Bussler (2019), em que a "fusão" entre os papeis de investigação e ativismo pode resultar numa "sabotagem" das iniciativas em estudo, devido à dependência que estas – como tantas outras iniciativas – têm de uma continuidade da sua "liderança" (incluindo membros mais ativos). Ou seja, há que ter o cuidado, quer de não ocupar espaços que venham a ser "subitamente" abandonados a par com o fim da investigação participante, ou assumir que a participação nestas iniciativas comunitárias sobreviverá ao termo oficial da investigação. Tornar-se um *insider* pode não ser uma tarefa fácil, mas se a confiança e o acesso forem efetivamente conquistados, o investigador poderá beneficiar de relações interpessoais mais fortes com os membros da organização (através de narrativas, experiências, histórias compartilhadas), resultando, em última análise, na obtenção de uma representação mais precisa e relevante da organização/movimento estudado (Sutherland, 2013).

Neste caso específico, e respondendo ao apelo destes investigadores, clarifica-se aqui que o investigador se assume como ativista e investigador indígena (no sentido de ser habitante permanente, com casa própria, no território estudado), resultando naturalmente na continuidade da sua participação nas iniciativas em causa, mesmo após o término desta investigação.

Finalmente, e relativamente à ética aplicada a este esforço investigativo, há que ter sempre presente o cuidado de não replicar abordagens extrativistas na etnografia aqui praticada. De facto, num projeto investigativo como este, que parte de uma análise macro que denuncia o extrativismo cultural, económico e industrial como um dos principais agentes devastadores da Natureza, recuperam-se as preocupações de vários investigadores sociais (ver por exemplo Burman, 2018; Held, 2020; ou Igwe et al., 2022), que alertam quanto ao potencial da antropologia, especialmente quando

[66] Nota: de acordo com Checkland & Holwell (1998), o próprio término da investigação e torno de uma organização ou situação comunitária ou social é, em última análise, um ato arbitrário. O fluxo de eventos e ideias que constituem a situação de pesquisa continuará a evoluir ao longo do tempo. Neste caso, o final do tempo de investigação prende-se com os constrangimentos financeiros advindos de uma bolsa de investigação a 4 anos.

adota técnicas e métodos de etnografia participante, se lançar numa abordagem extrativista aquando da recolha de dados.

Apontando o facto de que por vezes a antropologia estrutura situações de assimetria de posições entre o antropólogo que recolhe dados e informações em troca de quase nada de relevante para as comunidades estudadas (Burman, 2018), relembram-nos que fazemos todos e constantemente parte de um processo de descolonização da investigação que implica, num esforço consciente e continuado, "*um processo libertador de reposicionamento da investigação para que esta aborde as preocupações, as visões de mundo e os sistemas universais de conhecimento*[67]*"* (Held, 2020, pp.2-3) das comunidades estudadas. Burman recupera esta preocupação, propondo uma reflexão (e ação) crítica sobre a potencial natureza extrativista da etnografia que presentemente se baseia em tantas métricas neoliberais de abordagens *ocidento-cêntricas* (Burman, 2018) – quer na recolha, tratamento ou mesmo análise de dados.

Esta crítica não aponta apenas a dificuldade da antropologia escrever de maneira inteligível e atrativa para não-antropólogos; acusa a estruturação da educação académica e respetivos sistemas de pontuação e recompensa dos seus profissionais de "disciplinarem" investigadores a produzir um tipo de antropologia e de informação incompatível com qualquer verdadeira intenção de "mudar o mundo" (Burman, 2018). Ou seja, nota que são por vezes usados métodos etnográficos e ferramentas analíticas que permitem "*extrair conhecimentos de indivíduos e comunidades e transformá-los em dados analisáveis e interculturalmente comparáveis, que posteriormente são comercializados e utilizados para a própria progressão na carreira e vantagem profissional*"[68] (Burman, 2018, pp. 56). Ou seja, sem esta reflexão a antropologia clássica core o risco de assentar na extração de conhecimento do terreno, num fluxo de informação unidirecional, onde os dados são depois transformados em "produtos de consumo" antropológico monetizáveis (escrita de artigos, sistemas de pontuação académicos, acesso a carreiras docentes, etc.) – com vantagem quase exclusiva para o antropólogo (Burman, 2018).

Tudo isto se passa numa realidade académica onde a reciprocidade e envolvimento real com as comunidades não parece ser incentivado pelo sistema. Inúmeros autores (ver por exemplo Burman, 2018; Kember, 2014; Morrissey, 2015; Mountz et al., 2015), urgem-nos a olhar o sujeito estudado, não como mero objeto de estudo, mas como pensador crítico e conhecedor, com os quais são devidas interações humanas, não-instrumentalizadas e não-comodificadas. No fundo, o sujeito estudado como alguém para fazer etnografia "*com*" e não "*de*" (Burman, 2018).

[67] Traduzido livremente do inglês

[68] Traduzido livremente do inglês

Apesar da crítica de Burman (2018) se focar principalmente as métricas de publicação em jornais científicos da especialidade, e não (tanto) a escrita de doutoramentos (como é o caso deste exercício), a mensagem é bem recebida, compreendida e integrada neste doutoramento e nas suas práticas investigativas. Ou seja, o esforço aqui feito é o de participar integralmente nos esforços de uma comunidade em redesenhar ativamente a sua realidade social, imbuindo-se das suas forças e desafios para encontrar e descrever realidades complexas e contribuir efetivamente para a emergência de novas realidades sociais de transição.

E usar este doutoramento para construir conhecimento em boa-fé, de forma dialógica e tendo em vista um impacto real, servindo também o propósito de produzir conteúdo académico de qualidade.

6) CAPÍTULO VI - DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

No seguimento do acima descrito e discorrido, fica claro que esta investigação não procura apenas tentar compreender os processos que se desenrolam dentro do projeto estudado que procura abrir caminhos de transição e construção de resiliência locais. Quer também contribuir para a produção de uma narrativa emergente, alargada, sistémica e coerente dos diferentes participantes de um determinado projeto (Jönsson & Macintosh, 1994). São, por isso, e como referidos acima na descrição e explicação das metodologias adotadas, necessários alguns passos que assegurem a validade científica e académica da investigação, bem como a sua utilidade prática e ativável. Estes passos são discriminados e desenvolvidos nesta secção, como guias para recolha e análise de informação, capaz de ancorar cientificamente o conhecimento adquirido por via desta abordagem investigativa. Começa-se por expor e explorar algumas precauções éticas e metodológicas que respondam a esta preocupação, discorrendo-se depois sobre as circunstâncias políticas e pessoais do investigador, de modo a assegurar a transparência e reforçar a validade do conhecimento produzido. Tomadas estas medidas, olha-se e analisa-se o território em estudo (Montemor-o-Novo, em Portugal), mapeando os atores de transição presentes e começando a justificar assim a escolha deste local e caso de estudo para o desenvolvimento deste doutoramento.

Com estes elementos introduzidos, procede-se à construção da teia de recolha e gestão de dados que levará aos próximos passos desta tese: a análise de dados, as reflexões sobre os mesmos e a construção dos resultados advindos deste esforço de investigação.

6.1 – Algumas precauções éticas e metodológicas

Nesta investigação etnográfica de carácter crítico e participante, o investigador assume, na maioria do tempo, uma postura de *Participante Completo* (usando a terminologia de Hammersley et al. (2007)), no sentido de configurar uma imersão total na atividade do grupo. Este posicionamento é necessariamente caracterizado pelo envolvimento profundo e pela subjetividade que lhe está relacionada. Isto apresenta naturalmente algumas desvantagens e problemas para as quais foram/serão adotadas as seguintes medidas de mitigação:

Primeiro, foi feita, nos capítulos iniciais desta tese, uma extensa introdução de nível macro de modo, quer a enquadrar o estudo, quer a assegurar que o investigador não negligencia o contexto mais amplo, reduzindo o risco de vir a focar-se apenas no nível micro. Depois, sendo que o equilíbrio entre confiança e relações de poder se assevera de enorme importância neste contexto de investigação etnográfica crítica participante, foi claramente explicitado a todos os participantes nos projetos em estudo, o papel de investigador que será encarnado durante os 2-3 anos de investigação que englobam este doutoramento.

Ao mesmo tempo, para além da exploração e reflexão sobre os valores do investigador antes de iniciar o trabalho de campo (ver abaixo), prevê-se a organização de sessões de discussão dos resultados obtidos com outros investigadores[69] e com os sujeitos do caso de estudo. Pretende-se com isto assegurar a objetividade e dialética nesta investigação, mitigando o perigo de que o "demasiado" envolvimento do investigador – manifestamente o caso neste tipo de trabalho de investigação - possa dificultar uma análise objetiva da realidade investigada. Prevê-se também a participação do investigador em reuniões dos projetos como mero observador (não como participante ativo), presencialmente ou online. Foram mesmo escolhidas algumas reuniões em que o investigador apenas acedeu por via das atas, de modo a poder recolher informações sem que a sua presença "intimide ou enviese a participação" de outros participantes.

Relembra-se também que o acesso ao campo de trabalho foi feito com base na confiança e no desenvolvimento de boas relações com as pessoas envolvidas, construídas ao longo do tempo, e desde o início da incepção do projeto selecionado. É de relembrar que o investigador faz parte da eco-socio-economia local e que se encontra envolvido no projeto estudado desde os seus primeiros passos. Assim, todos os envolvidos no projeto estão conscientes e são constante e informalmente relembrados do carácter investigativo de parte da participação do investigador.

Dito isto, é também importante reconhecer e responder às tensões entre os diversos valores presentes na investigação, não centrando a investigação (nem o cuidado de enquadramento teórico e situacional) apenas neste investigador, mas também nos "investigados". Quer isto dizer que houve sempre um cuidado em tratar com seriedade os julgamentos práticos e os dilemas dos sujeitos envolvidos nos grupos sob investigação. Uma das técnicas adotadas é a descrição, o mais detalhada e completa possível, dos pontos de vista de cada interveniente, quer a nível pessoal-situacional, quer a nível teórico-racional, de modo a explicar o mais possível as suas escolhas e opções.

Esta ressalva na metodologia serve também para explicar aqui o que Gewirtz & Cribb (2006) chamaram de "reflexividade ética": Referem-se à questão relativa às maneiras como o envolvimento pessoal e juízos de valor interferem na recolha e análise de dados e elaboração de um relatório de estudo como este, o que implica explicitar pressupostos de valor e julgamentos valorativos incluídos nos diferentes estágios da investigação – e ser capaz de os defender. Isto permite, por um lado, um tratamento justo e equilibrado dos diferentes pontos de vista que alimentam o progredir dos processos, demonstrando também a riqueza existente nos espaços de trocas de ideias e contraditórios, permitindo por fim ao investigador assumir a responsabilidade pelas implicações éticas e políticas da investigação.

[69] Como por exemplo membros do GovLAb da Universidade Nova de Lisboa, professores vários do ISCTE e ISC, e colegas internacionais, em diferentes níveis do mundo académico.

É também feita uma identificação de "informantes" como sugerido por Carspecken & Walford (2001). O objetivo desta "listagem" de personagens que integram o grupo estudado, é de os tentar *arquétipar*, encontrando traços gerais que os posicionam dentro da estrutura – e que os tornam potencialmente identificáveis dentro de outros movimentos que procurem replicar as estratégias e "ensinamentos" obtidos desta investigação.

É também importante, num esforço de investigação desta natureza, ser explícito, desde o início, sobre as circunstâncias políticas e pessoais do investigador (desde simpatias ideológicas, até ao envolvimento emocional e pessoal no caso de estudo); Como já explicado acima, este exercício permite enquadrar as observações, análises, reflexões e conclusões que emergem deste estudo, de modo a melhor as compreender ou contestar, contribuindo sempre, e de uma maneira ou de outra, para o progresso científico.

É com este intento que se faz, aqui e desde já, um esforço de enquadramento das visões holísticas (da perceção do sistema mundo como um sistema complexo inteiro) por parte deste investigador. A isto seguir-se-á uma apresentação do local da investigação, incluindo a relação que existe entre ambos, e por fim a ressalva da perigosidade da disrupção da investigação para o projeto em curso.

6.2 - Circunstâncias políticas e pessoais do investigador

Tomadas estas precauções, explicitam-se de seguida as circunstâncias políticas e pessoais deste investigador, aqui contadas na 3ª pessoa: Nascido numa vida de privilégios e facilidades (incluindo ser branco, ter uma orientação sexual *cis*, de classe média alta, advindo de (ditas) "*boas*" famílias, teve sempre bastante amor familiar, amor romântico, e uma boa saúde no geral). Cresceu no campo, com facilidades (aproveitadas) em viajar, liberdade para explorar e experimentar. Estudou primeiro ciências da Natureza (até ao 12º ano), depois direito (onde obteve um *Minor*) e finalmente ciências políticas. Estudou em Lisboa, Rio de Janeiro e São Francisco, tendo depois trabalhado junto de várias organizações internacionais (Conselho de Segurança das Nações Unidas, Banco Mundial, Governos, *Think Tanks*, consultoras de financiamentos, etc.) em Nova York, Washington DC e Bruxelas. Fez também empreendedorismo socio-ecológico, que viria a evoluir para ativismo ambiental e social, cofundando o movimento *Extinction Rebellion* na Bélgica, lançando fundações de apoio a projetos (ditos) radicais, organizando festivais de democracia profunda, desenhando a governança interna de redes como a Rede para o Decrescimento em Portugal, lutando contra a mineração e o extrativismo, pela limpeza dos rios, e mesmo lançando partidos políticos de assembleias cidadãs em Bruxelas e em Portugal.

Serve esta sumarização pessoal para vincar que reconhece em si mesmo um potencial *viés* privilegiado na sua leitura da realidade, e mesmo a "veleidade" com que assume (advogando) que escolhas do tipo "mudança de vida" ou de "mudar para o campo" são possíveis no curto prazo, valha

apenas a vontade de o fazer. É bombeiro voluntário desde que chegou a Montemor-o-Novo; tem uma companheira que lhe enche a vida de amor, criatividade e inspiração; não tem filhos, e conseguiu recentemente uma bolsa de doutoramento da FCT que lhe permite dedicar tempo e atenção ao seu projeto de investigação e de trabalho de comunidade e território – este que o leitor tem em mãos. Está também rodeado de uma comunidade incrível, de cerca de 200+ pessoas em plena transição, com dezenas de amigos próximos, em quem confia e que lhe proporcionam ajuda e apoio em tantas das necessidades que tem ou vai descobrindo. É também de notar que, apesar de altamente envolvido, ativa e politicamente, na construção social da realidade que lhe é tangível, não participa – não exerce o seu direito de voto – em eleições "para lá" do nível local. A validação de um sistema macro a que não tem acesso, em que não tem confiança, que acredita manter desigualdades socioeconómicas, de servir de carapaça política ao capitalismo, e que vê contribuir ativamente para a manutenção do paradigma do crescimento económico exponencial – e, portanto, da destruição dos ecossistemas e biosfera – desanima-o de o fazer. Convencido de que a democracia não se esgota no voto, procura colmatar esta "lacuna de participação" na vida política nacional com a crítica aberta e pública do sistema e seus limites, bem como a apresentação, avanço e construção ativa de alternativas – como a do projeto escolhido para caso de estudo neste esforço de investigação.

O nível local de Montemor-o-Novo, pela proximidade e humanidade que a mesma imprime à política e à democracia, é-lhe por isso arena possível e imensamente desejável. A busca de desenho de abordagens e soluções replicáveis assegura-lhe que os seus esforços não se cingem ao impacto local, procurando ativamente que se multipliquem, oferecendo apoio ativo a quem se interessa e o procura. Está ativo na defesa do rio local (o Almansor), dos ecossistemas, e na vanguarda da proposta de novos sistemas humanos de gestão territorial, economia, habitação, educação, cultura e outras.

Acredita também, confirmado pelo desenrolar vertiginoso da investigação feita para este doutoramento em torno dos assuntos macro do nosso desenho socioeconómico, que a "civilização humana crescentista" (que engloba quase todos as sociedades do mundo) está numa trajetória vertiginosa e inescapável para o que se pode considerar um verdadeiro colapso da mesma (na linha de cada vez mais autoros, entre eles Bendell, 2018; Diamond, 2005; Hollender, 2018 ou Servigne & Stevens, 2015). Deixou assim de investir as suas energias na tarefa hercúlea de "mudar o mundo" (como o procurou fazer ao nível macro durante a sua atividade política de juventude – nas Nações Unidas, junto da União Europeia ou do Banco Mundial, organizando manifestações de grande envergadura, ou mesmo nas COPs, etc.) para passar a focar-se naquilo que é possível fazer – ao nível local/regional, por via da luta, da ação direta, da ação política e sobretudo de uma vontade de construir resiliência(s) perante os grandes choques sistémicos que vê chegarem – mesmo sem saber muito bem que moldes tomarão, nem quanto tempo levarão a materializar-se.

Não quer isto dizer que um alargamento da luta, uma procura de uma narrativa alargada de defesa do território e a procura de novos modos de vida sustentáveis não seja desejado ou procurado. É-o. Ou seja, o autor move-se numa visão sóbria de preparação para o colapso deste modo de vida tão insustentável (colapso bem-vindo de uma perspetiva ecológica). Uma visão em que por um lado a interrupção do nosso modo de vida lhe parece inevitável; mas também em que, por outro, a vida -o facto de estar vivo- lhe aparece como uma dádiva de uma magia imensa, a cada momento, a não desperdiçar; em que as relações com os outros e com a natureza, o entusiasmo de um projeto de resiliência (seja de habitação, reflorestação, capacitação local, desenvolvimento rural, comunitário, etc.) ou apenas um passeio, uma festa com amigos ou um sorriso devem ser vividas independentemente do sentimento de ansiedade e tristeza que forçosamente a noção de um colapso (e de toda a violência humana e outra que poderá representar) obriga a viver – como um ciclo inescapável, parecido com o luto, que fazemos quando alguém ou alguma coisa desaparece definitivamente. Neste caso o nosso modo de vida, e os futuros que nos "prometeu" toda a vida, e que nos esforçámos, e nos construímos em torno de, para alcançar.

Resumindo, recupera-se aqui o posicionamento já assumido nesta tese, de ser pessimista na análise, mas otimista na ação. Ou seja, acreditando que um colapso da civilização tecno-produtivista é por demais previsível e provável (ainda que sejam incógnitos os "quando, onde e como"), recusa o imobilismo (pelo pânico ou pelo desânimo), e acredita que ainda há muito – muito mesmo – a fazer: Por um lado em termos de experimentação e pilotagem com novos mundos e arranjos socioeconómicos que hão de tomar os vazios deixados pelo colapso do sistema crescentista, buscando redes, comunidade, resiliência e riquezas sociais, para além das financeiras; por outro, em termos de luta e ação direta e assertiva na defesa ativa dos ecossistemas – quando as complexidades e estabilidades que permitem as cadeias de extração, produção, distribuição e consumo do presente sistema se começarem a degradar, será o estado dos ecossistemas que rodeiam as nossas comunidades que ditarão a sua capacidade de adaptação e sobrevivência, perante um mundo cheio de novas realidades e desafios.

Dito isto, acredita também que, enquanto sociedade, não estamos nem preparados, nem a preparar-nos para fazer face aos choques anunciados que materializarão o paulatino colapsar aqui apresentado. Assim, o móbil para este projeto de investigação, assim como para tanto na sua vida, é o de contribuir na preparação de comunidades para enfrentarem esses choques sistémicos vindouros. Fá-lo tão incansavelmente quanto disfrutando do processo – e da nova vida – que essa abordagem incute na vida de alguém: explorando, descobrindo e aprendendo o mais possível, cultivando, regenerando, construindo culturas de confiança e proximidade ao seu redor, experimentando com modelos económicos mais solidários e sustentáveis e lutando, sorridente e coletivamente, por mundos melhores – fazendo uso de toda a coragem que consegue convocar neste estranho limbo

entre dois mundos onde todas as contradições se encontram numa dança de imaculados e impossíveis, de violências e liberdade, de um tempo que passa e não passa, sempre tão vertiginosamente.

Posto isto, deve-se ao leitor o reconhecimento de que, quer pela natureza do projeto, quer pelo enraizamento do investigador em Montemor-o-Novo, há neste projeto de investigação uma clara sobreposição entre os papeis de "investigador" e "participante". Este é um aspeto que, se por um lado "avisa" o leitor, quer quanto ao desenrolar da investigação, quer em relação à análise das situações estudadas, permite também ao investigador um acesso profundo ao ecossistema social estudado, que não seria possível se não se encontrasse nesta situação. Assim, este "aviso prévio" pretende incentivar quem lê este trabalho de investigação a dar a sua opinião honesta sobre as observações subjetivas que o mesmo comportará, confrontando-as com as realidades acima discriminadas.

Este trabalho de investigação será vivo por natureza, e dialético por opção. E não terminará com a investigação formal associada a este doutoramento, prevendo-se uma extensão no tempo, muito para além dos compromissos académicos assumidos por este investigador. O objetivo final desta investigação não é apenas a investigação em si mesma, mas a funcionalidade efetiva e impactante dos sistemas sociais e modos de governança experimentados na gestão e construção de resiliências do território visado. O investigador habita e habitará esse mesmo território, pelo que o cuidado com a observação subjetiva na leitura da realidade será uma constante que visará ancorar as aprendizagens do projeto num mundo real e tangível, existente num tempo e espaço para lá daqueles da academia.

Quanto à possibilidade -real- deste tipo de processos de IA criarem impactos sociais disruptivos e mesmo dolorosos para os grupos: sendo que este é um projeto em que o investigador se está a investir pessoal e pessoalmente, apenas se advêm "impactos sociais disruptivos e mesmo dolorosos" em termos de "dores de crescimento" de um projeto que se quer e se desenha inovador e experimental. Ou seja, à medida que novos métodos de trabalho (governança, cultura, distribuição de fundos, etc.) se vão desenvolvendo, encontrando, desenhando e implementando, haverá certamente resistências internas – normais e saudáveis em qualquer processo coletivo – bem como momentos de lenta adesão e eventual adoção das práticas e sistemas avançados.

Dito isto, e como já mencionado acima, dado que o investigador reside na área de investigação, e dada a desejada continuidade do mesmo no desenrolar dos processos estudados no período pós-investigativo, prevê-se que os impactos sejam amenizados pela ausência de momentos altamente disruptivos que poderiam recorrer desta investigação (por exemplo, pela ausência súbita de elementos dinamizadores, ou pelo abandono súbito dos mecanismos de governança interna por parte de quem os anima – neste caso o próprio investigador).

6.3 - Localização e análise do caso de estudo identificado

Se, como referido acima, é evidente a necessidade de um exame e respetiva aplicação explícita das assunções ontológicas e epistemológicas do investigador, o mesmo é também verdade para o próprio caso estudado – especialmente na justificação da seleção do mesmo. Há, por isso, que desenvolver todo um trabalho prévio de investigação etnográfica a um nível mais alargado, para se entender o ecossistema global em que o movimento investigado opera. Sobretudo porque "*não se pode destacar e remover os códigos culturais que sublinham a realidade representada de uma qualquer outra alguma forma de avaliação crítica na reconstrução e interrogação dessa mesma realidade*"[70] (Llewellyn, 1993, pp.12). E também porque, em termos de gestão territorial, parece não haver grande alternativa legítima à gestão policêntrica, desde que otimizada e em coordenação entre diferentes esferas de atividade (como sugerida por Wilson et al., 2013).

Descrevem-se, assim e de seguida, as realidades sociais passadas e presentes na realidade alargada de onde emergiu o caso de estudo (MoVivo), de modo a melhor enquadrar esta investigação.

Montemor-o-Novo, Alentejo, Portugal

No início do século XXI Portugal tinha ainda um dos níveis mais baixos da Europa no que respeita à mobilização da sociedade civil em relação a qualquer forma reconhecível de transição sustentável (Schmidt et al., 2006), conhecendo também um decréscimo significativo da sua população rural (cerca de 10% na última década) (Estatistica, 2021), á semelhança do que acontece em todo o interior de Portugal e Espanha (Taibo, 2022). Fica a nota interessante de que se pode estar a observar um pequeno fenómeno a "contracorrente" deste despovoamento, devido, também e em parte, a um crescente número de projetos de investigação-participante (Morais Mourato & Bussler, 2019).

No entanto, algo diferente se passou em Montemor-o-Novo. Aconteceu nesta localidade algo que não aconteceu no resto do Alentejo, nem do país.

Partindo de uma caracterização geral: esta cidade e município do distrito de Évora, conta com cerca de 11.000 habitantes no seu centro urbano, para um total de 16.000 no Município. É terra milenar, situada no cruzamento de passagem entre Espanha, Évora, Lisboa, o Norte e os Algarves e foi desde sempre um local produtivo, de encontro e troca, o que terá ajudado a esculpir a abertura e a simpatia das suas gentes alentejanas. Aqui, desde o período do Estado Novo, com as campanhas do trigo, etc. desapareceram os baldios, concentrou-se a privatização e exploração da terra (e das pessoas) (Baptista, 2010), na continuação inegável do capitalismo industrial da burguesia. A partir de 1950, o crescimento populacional, que havia atingido as então 38.000 pessoas habitantes do

[70] Traduzido livremente do inglês

município, entra em declínio demográfico irreversível. É nesse cenário que se dá o 25 de Abril, trazendo com ele, já em 1975, as cooperativas, as Unidades Coletivas de Produção (UCPs) e a organização social alternativa (de base comunista) – mas por pouco tempo.

Dois anos depois, a lei Barreto de 1977 - a declaração de guerra de António Barreto à Reforma Agrária (Almeida, 2004) – acaba com a ocupação de terras e com a revolução agrária nos moldes que adquiriu depois da revolução (Barreto, 2017). Em 1986, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia dá a "machadada" final na autonomia da ruralidade portuguesa, pela sua contribuição à concentração de pessoas e riqueza nas cidades, vocacionando o campo – à força de subsídios e diretivas europeias gerais dificilmente enquadradas nas realidades específicas das localidades. É a mesma abordagem que levará ao abandono da produção própria, estimulando a produção industrial de gado e cortiça, e a monocultura de tudo (cereais, olivais, amendoais, etc.). É também aí que acontece a industrialização do trabalho agrícola e que se solidifica a vocação da região como local de produção e exportação (para cidades ou para o estrangeiro) de matérias primas (cortiça, carne, lenha, azeitona, vinha, lã, cereais, etc.) (Almeida, 2004).

A economia local de Montemor é pequena, sobretudo agroindustrial e pecuária, ainda com grandes desigualdades socioeconómicas – sendo comum o latifúndio, os montes abandonados, os lares cheios de idosos e a CM como principal empregadora do concelho. O cruzamento das estradas nacionais N2 e N4 que atravessam a cidade trazem com elas um grande fluxo de viajantes e camiões de mercadorias, alimentando restaurantes e supermercados típicos dessas infraestruturas.

No entanto, nada disto é exclusivo a Montemor-o-Novo, não explicando, mais uma vez nem por si só, o tanto de *transição* que se passa nesta localidade. O que também é verdade para o fato da localidade ter tido, durante os cerca de 50 anos seguintes à Revolução dos cravos, uma ininterrupta gestão camarária comunista (de 1976 a 2021, ano em que a CDU perdeu as primeiras eleições para uma coligação pós-eleitoral do PS-CDS-PSD). Foi o que aconteceu também a várias localidades, especialmente no Alentejo, que tiveram as suas Câmaras Municipais geridas por executivos comunistas, não tendo isso levado, no entanto, ao "húmus social" que se verifica em Montemor-o-Novo, desde o início do século XXI. Nenhuma outra se elevou a "Capital Alentejana da Cultura" como Montemor-o-Novo é (re)conhecido na região. E nenhuma outra atraiu uma comunidade tão diversa, colorida, jovem e em busca de uma vida diferente, como aquela que se encontra, às centenas de pessoas, em Montemor-o-Novo, volvidos 20 anos no Séc. XXI.

É por isso da maior importância perceber o que aqui se passou, para compreender como se "plantaram os futuros" que procuramos presentemente estudar.

Para tentar entender/ler o que se passou e passa em Montemor-o-Novo[71], há que recuar até aos anos (19)80. Nessa altura, aproveitando a proposta feito por cidadãos de fora do concelho, que buscavam um local para a instalação da sua ideia, fez-se uma primeira aposta maior na educação alternativa local, com lançamento da Oficina da Criança. Este é, desde então, um espaço grátis, de porta aberta (onde qualquer criança entre os 4 e os 14 anos pode aparecer e entrar, sem marcação), onde se procura desenvolver a criatividade desde tenra idade, "*promovendo o bem estar das crianças, criando-lhes referências e desenvolvendo, num clima de afetividade, a sua personalidade*" através do desenvolvimento dos seus pequenos grandes "projetos do brincar", através de vários ateliers que podem escolher: barro, azulejos; construção de brinquedos, raquetes de ping-pong, e outras na carpintaria. Podem escolher cozer, bordar, pintar, cozinhar ou aprender a tecer, "descobrindo emoções e recreando a imaginação". No fundo, é um espaço de educação alternativa e capacitadora, que existe há 40 anos em Montemor-o-Novo. Aparentemente é verdade quando dizem que a aposta na educação compensa. Desde há 40 anos que se fomenta a curiosidade, a capacidade de imaginar e dar corpo a sonhos, o encontro com outros e com saberes, numa construção inegável do tipo de cidadania que se procura explorar e expor nesta tese. O espaço é camarário, tem hoje novas instalações, adaptadas à procura e qualidade dos serviços, e continua a ser um serviço único em Portugal, por todas as características que apresenta.

Mais tarde, com base nessa experiência, e com o impulso dos mesmos cidadãos (agora já residentes em Montemor), pilota-se em 1996 um espaço comunitário similar, mas desta feita para "graúdos", num convento abandonado: as Oficinas do Convento – Associação Cultural de Arte e Comunicação, que procura *"a criação de condições materiais para a realização de atividades de investigação, divulgação, formação e produção na área das artes e da cultura e na defesa do património; O apoio e incremento de ações que contribuam para o desenvolvimento, entendendo-o como processo de melhoria de condições culturais e materiais, em estreita colaboração com autarquias e entidades e individualidades competentes, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; (e) a promoção, apoio e realização de ações de formação artística e profissional.*"[72]

[71] Nota: A partir deste momento, a socioeconomia retratada nestes parágrafos advém de conversas informais e ao longo dos anos com locais e "estrangeirados", recolhidas em papel e memórias pelo doutorando. Sendo que os factos e representações aqui retratadas são por demais recentes, não existe literatura verificada, nem dedicada, à qual se possa recorrer. Assim, e no seguimento da utilização de práticas etnográficas, segue uma descrição da realidade vivida e experienciada em Montemor por este doutorando, construída dialogicamente com outros participantes da comunidade retratada.

[72] Online em http://www.oficinasdoconvento.com/?page_id=6368

Nesta associação, ainda hoje presente e muito ativa em Montemor-o-Novo, começa-se a dar corpo a alguns preceitos comunitários como a mutualização de máquinas e ferramentas de fabricação, bricolage, transporte, produção artística (incluindo instrumentos), e mesmo partilha de espaços de trabalho (*co-working*) e lazer (cantina, pátio, etc.). O "modelo de negócio" assenta também na aposta na arte e na cultura, aproveitando fundos europeus para oferecer espaços e condições para residências de produção artística. Aposta em trazer "*mais valias culturais para (a) cidade (…por via da…) Divulgação, Promoção, Produção e Formação no domínio das tecnologias ligadas à Arte Contemporânea. Ao mesmo tempo, as questões relacionadas com o património cultural e arquitetónico são refletidas e ponderadas, (…) contribuindo para a relação do habitante com o espaço urbano, a paisagem envolvente e a arquitetura tradicional, resgatando saberes. Representa (também) uma oferta programática importante para a cidade.*"[73]

A criação das Oficinas do Convento viria a ganhar companhia em breve. Vindo também ele da iniciativa de cidadãos de fora da localidade, que buscavam um local fora dos centros urbanos (pela maior facilidade de obter financiamentos europeus e nacionais de apoio à criação artística, mas também pelo desejo de trabalhar a ruralidade portuguesa, e de nela viver), a Associação Cultural "Espaço do Tempo" foi formada no ano 2000. Desde o início apostou exclusiva e fortemente nos financiamentos europeus e nacionais para oferecer residências de produção artística em artes cénicas e performativas, tornando Montemor-o-Novo num polo indiscutível de criação de cultura a nível nacional. A existência de estruturas de apoio às artes "encheram" a cidade de artistas – quer nos momentos de criação, quer aquando do seu retorno, já com as peças finalizadas, para oferecer à cidade, gratuitamente, uma apresentação daquilo que havia ajudado a criar.

Assim, a aposta na educação e na cultura, na abertura das gentes locais ao "de fora", ao diferente e ao "exótico" foi-se desenvolvendo, abrindo a porta a novos encontros, com um cada vez maior movimento alternativo a passar pela cidade (inicialmente ligado às artes, pela oferta laboral e criativa que se ia formando, mas que logo se expandiu para outras áreas do saber). Outros projetos apareceram, como o Projeto Ruínas em 2001 (coletivo de teatro), a Alma d'Arame em 2006 (uma associação focada na criação artística de marionetes, em todas as suas formas e diversidade), ou a Filmes da Praça em 2017 (projeto focado na produção de animação cinemática) – levando a que, quem ali "passava" para criar ou trabalhar, ia ficando. Á medida que essa comunidade artística e "estrangeirada" (como a ela se referem os locais) ia ganhando corpo, mais gente ia aparecendo, de outras áreas, com outros interesses, mas sempre encontrando em Montemor-o-Novo espaço para sonhar, experimentar, concretizar e encontrar o apoio e entusiasmo que só uma comunidade alimentada por um historial de experimentação pode oferecer.

[73] Online em http://www.oficinasdoconvento.com/?page_id=6368

Outras iniciativas foram surgindo, autonomamente ou apoiadas ativa ou indiretamente pela Camara Municipal, como Associações de Desenvolvimento Local (como a Marca, desde 1994), uma Herdade de experimentação ativa com regeneração do Montado (Freixo do Meio, redefinida nos anos 90), uma cooperativa integral e abertamente decrescentista (Minga, em 2015), o surgimento da moeda local (MOR, em 2013), e mesmo o estabelecimento de artistas de renome internacional (como AiWeiwei ou Paco de Lucia), etc.

Apesar da constatação de que a aposta na educação e cultura dá, realmente, frutos, é também relevante para este doutoramento – e para a compreensão de Montemor enquanto um florescer e agregar de iniciativas e – a história da criação da Minga e da comunidade que imaginou construir. O relato que se segue advém de conversas ao longo dos anos em Montemor, bem como de fontes que estudaram já esse fenómeno (**XXX**). A Minga, uma cooperativa integral decrescentista, foi construída, entre outras coisas, para apoiar trabalhadores independentes, simplificando processos e burocracia, oferecendo circuitos curtos de produção e consumo, e vantagens a quem deles usufruir. Permite e alimenta assim vidas sóbrias e locais, diferentes mas conectadas. A Minga começou em Coimbra, quando um grupo de amigos e conhecidos construir uma espécie de "Carta de Intenções", onde indicavam o seu interesse em sair das cidades e encontrar poiso num local comum. Esse documento foi assinado por cerca de 50 pessoas. Desenharam alguns projetos que gostariam de desenvolver se/quando esse local fosse encontrado, e enviaram a diferentes Municípios, pedindo demonstrações de interesse, e vantagens oferecidas por cada um. Alguns responderam, com convites para reuniões e apresentações. Um deles foi Montemor, e foi no contato com a comunidade já presente que se decidiu por esta localidade. Uma vez tomada a decisão, todos os que assinaram a tal "cara de intenções" foram convidados a dirigir as suas vidas naquela direção. Aos poucos, sozinhos, em casal, em grupo, para trabalhar, para se voltar para o campo, ou só para experimentar, foram chegando, e com eles outros, e outros. Em Montemor encontraram uma cidade com espaço, ar puro, muita cultura, espaços incríveis para crianças, habitação a preços (mais) acessíveis (do que numa cidade), etc. E, muito importante, não chegaram socialmente desamparados. As celebrações e festas apresentavam e aproximavam gente, as ajudadas construíam amizades e futuro, os projetos nasciam do encontro de vontades e da criatividade que daí advém. A loja promovia produtos e produtores locais, vendendo aos seus cooperantes produtos locais, de época, apostando na proximidade e confiança como "selos" de garantia dos seus produtos[74]. O exemplo da Minga mostra um caminho, uma aventura a embarcar coletivamente.

[74] Não estando os produtos certificados – o que aumenta(ria) o seu preço – a Minga acompanha produtores, com vista a promover uma produção livre de (quase todos os) pesticidas, e a aproximá-los aos princípios da cooperativa.

O que se verifica em Montemor é que, a partir de uma aposta mais ou menos consciente na cultura e educação acessíveis, mas de alto nível, se estabeleceu aqui uma espécie de Eco-vila, mas distinta na sua (in)definição. Descentralizada, informal, sem território bem definido, e imiscuída rizomaticamente no tecido social da cidade que a acolheu. Esta "Eco-vila" (que não o é, e que se refere a si mesmo enquanto "*tribo*") acolhe orgânica e quasi-imediatamente quem a ela se aproxima e decide ficar em Montemor. Na sua maioria são jovens originários mormente de contextos urbanos, que decidiram adotar uma vida rural, com alguns "trejeitos" urbanos – ritmos e formas de trabalho, ferramentas digitais, práticas culturais distintas, etc.), por via de uma força centrifuga movida a entusiasmo, comunidade e espaço de experimentação e liberdade. Por via também de uma vontade generalizada de cada vez mais se ancorar numa terra, e não apenas "mudar para o campo" continuando a perpetuar os hábitos e trabalhos citadinos. Mesmo que, não obstante, estes parecem continuar a ser o sustento de muitos nos inícios das suas aventuras de enraizamento em Montemor-o-Novo.

É também esta população de neo-rurais que alimenta um húmus social bastante propenso à transição social – mesmo se esse conceito ainda esteja incipiente e esbatido, tendo mesmo levado à organização de "tertúlias" de discussão em torno disto mesmo, de modo a recolher perceções e visões, estratégias e possíveis caminhos por parte desta "tribo".

O resultado é um terreno físico e social onde as ideias têm espaço para nascer, se implementar e crescer, em comunidade e experimentação. Um lugar "escorregadio" (como se diz por aqui), em que tantos vão ficando depois de o "provar".

6.4 - Mapeamento de atores (políticos e da sociedade civil) em Montemor-o-Novo

É nesta base que se verifica, hoje em dia, em Montemor-o-Novo, a enorme quantidade *per capita* de iniciativas de transição, projetos alternativos, cultura de alta qualidade e acessível a todos; nestas linhas, e aparte os atores partidário-institucionais que são explorados mais adiante, apresenta-se um mapeamento de algumas das iniciativas mais relevantes para o movimento informal de transição que se vive em Montemor-o-Novo. E são várias. Durante os anos de democracia, sobre a égide do PCP e da sua abertura a uma cidadania ativa – autóctone ou não – apostou-se em projetos atípicos e arrojados. E isto parece ter criado uma rede de interações entre o poder político e uma sociedade civil que aqui encontra espaço para arriscar e se experimentar, ao mesmo tempo que infunde na população uma saudável "tolerância" ao que é "diferente" e "estranho".

Quando adicionada ao tecido social local, tão rico, conhecedor e acolhedor, estão lançados os dados para a criação de um forte "húmus social", terra fértil para que algo nasça continuamente. A "terra onde as utopias acontecem", como disse uma vez o Pai da Economia Solidária em Portugal, o

professor Rogério Roque Amaro[75]. Essa comunidade segue, mesmo se informal e inconscientemente, as sugestões de Östrom (de cultivo de confiança e reputação entre membros), por via de continuadas celebrações, alternadas com momentos coletivos de entreajuda e de construção de comunidade (como que seguindo a sugestão de José Pacheco de "a cada 4 reuniões, 3 devem ser festas!"[76])

Foi por todas estas razões (e não só) que Montemor-o-Novo foi escolhido como município de estudo para esta dissertação doutoral. A aposta em políticas socioculturais com horizontes alargados, cultivando apostas de longo prazo, baseadas na experimentação e na abertura e nutrindo e apoiando uma cidadania ativa, parece ter dado os seus frutos, sendo hoje capaz de dinamizar as energias que permitem, numa primeira observação, que sociedades se tornem mais inclinadas a experimentar novos destinos, inventando-os e convidando futuros diferentes para a mesa de discussão. Não obstante, de acordo com impressões recolhidas em conversas informais com participantes de diferentes iniciativas (formais ou informais) focadas no avanço de políticas e projetos de impactos socioambiental, a interação com as instituições locais vinha pouco a pouco a erodir-se[77].

A política institucional de Montemor-o-Novo, apesar de, no final de 2021 ter sido, pela primeira vez, empoderado um novo executivo – do Partido Socialista (PS), Centro Democrático Social (CDS) e Partido Social Democrata (PSD) – mantém-se – agora e antes – alinhada com a política institucional do país: dependente de –e ancorada nos– preceitos crescentistas e orientada para a criação de riqueza financeira por via da exploração dos recursos rurais e naturais que possui.

A escolha do caso de estudo para este trabalho de investigação deveu-se, assim, à presença, em Montemor-o-Novo, de uma massa crítica considerável de atores (individuais ou organizados) da sociedade civil (como descrito acima), bem como da intenção explicita e implícita daqueles de trabalhar o seu território na direção de uma maior transição e resiliência. A presença desta massa crítica foi importante para decidir, não apenas enraizar aqui a investigação, enraizar o próprio investigador, e mesmo decidir avançar -coletivamente- um projeto tão ambicioso (em termo de números e dedicação) como o aqui detalhado (MoVivo).

[75] Em conversa informal, Junho de 2020

[76] José Pacheco é um educador português conhecido por desafiar os modelos tradicionais de educação, sendo o fundador da Escola da Ponte, um projeto que promove a gestão comunitária e a autonomia dos alunos. As suas obras mais importantes, como Caminhos para a Inclusão (2002) e Da Escola dos Meus Sonhos (2003), destacam-se pela defesa de uma educação mais democrática e inclusiva. Citação obtida em conversas informais com o autor, em Setembro 2022

[77] Conversas diversas com população ativa e "passiva" do município

Baseou-se também na existência declarada[78] de uma estratégia de organização interna especifica e propositadamente concebida para, por um lado, experimentar corajosamente, "na pele", com novos modelos de governança e, por outro, inspirar uma transição mais alargada, capaz de se estender a outros projetos e instituições, em direção a uma sociedade mais democrática e sustentável.

São, no entender deste e de outros investigadores, identificados como verdadeiros "laboratórios de transição" (ver por ex. Geels & Schot, 2007; Göpel, 2016; Maja Göpel, 2017; Morais Mourato & Bussler, 2019; Pelling et al., 2008), que não trabalham apenas para o desenho de comunidades mais sãs. Visam cultivar contextos mais benignos ao avanço da capacidade transformadora que pretendem materializar – por via de dinâmicas de politização, objetivos claros e estratégias de extensão e replicação eficazes, conseguidas na interação com as esferas públicas e institucionais que as rodeiam.

Apresenta-se, em baixo e de forma forçosamente incompleta (tabela 6.1), um mapeamento de iniciativas presentes em Montemor-o-Novo à altura da escrita deste projeto de investigação, que podem ser vistas ou consideradas como parte do motor de inovação socia[79] e transição presente no concelho[80] [81]. É com este pano de fundo que se avança para a recolha, análise e dissecação de informação de terreno, na esperança de conseguir encontrar nas práticas experimentadas e analisadas, ensinamentos e inspirações que permitam, por um lado, aprofundar conhecimento e práticas de investigação sobre movimentos sociais e novos modelos de gestão territorial e, por outro, inspirar e ajudar outras iniciativas e movimentos que busquem enveredar por caminhos semelhantes.

[78] Ver manifesto da Montemor-o-Vivo

[79] O conceito de inovação social, que não foi aprofundado nesta tese de doutoramento, merece sem dúvida mais aprofundamento teórico-conceptual nas esféricas académicas portuguesas, ficando aqui o convite a desenvolver mais investigação nesta área tão importante

[80] Nota: não se quer com isto descuidar ou minimizar outras iniciativas ou serviços sociais que prestam apoio histórico e indispensável à população local. Este esforço visa apenas identificar as iniciativas que contribuem ativa e conscientemente para o emergir de um novo imaginário coletivo, capaz de nutrir novos arranjos sociais e de gestão territorial nas suas várias e diferentes vertentes.

[81] Nota2: O nome de algumas iniciativas repete-se, por estas se referirem a mais de um dos referenciais escolhidos neste mapeamento.

Tabela 6.1 - Proto-mapeameto do ecossistema social de transição em Montemor-o-Novo

Cultura / Educação • Oficina da Criança • Oficinas do Convento • Espaço Juvenil • Espaço do Tempo • Aprender em Comunidade • Alma d'Arame • Praça Filmes • Grupo de Cante Mondadeiras e Mondadeiros do Ananil • Projeto Ruínas • FazMor	**Agro-transição/Ecologia** • Freixo do Meio • Gandum • AMORA – Associação dos Moradores do Rio Almansor • Marca ADL • Quinta das Valentas • Alentejo com Vida • CRU Arquitetos • Telheiro e Oficinas da Cerâmica
Infraestrutura social de transição / economia • Gandum – turismo e produção sustentável • AMORA – Associação dos Moradores do Rio Almansor • Montemor-o-Vivo • Minga • Moeda local MOR • Estação Cooperativa • FazMor • Coletivo Cucharro	**Saúde alternativa** • Terra-Mãe • Cura da Floresta • Monte da Magia • Workshops pontuais

Uma nota também para a importância de não focar a análise de narrativas políticas demasiadamente nas instituições, sob pena de se enfraquecer o objetivo expresso nesta tese e seu projeto de estudo: a saber, o de experimentar com, e dar destaque a, uma democracia deliberativa local a partir das bases. Na verdade, há uma importante componente de mapeamento e análise das diferentes narrativas políticas das organizações locais em Montemor-o-Novo que nutriram e incubaram informalmente a emergência da Montemor-o-Vivo. A exploração das origens, narrativas e práticas destes movimentos sociais de base já existentes no território serão importantes para ajudar a definir e clarificar a identidade da MoVivo. Constituirá também um esforço no sentido de entender em que medida é que processos vividos noutras experiências de auto-organização social em Montemor-o-Novo influenciaram os processos da própria MoVivo.

No entanto, por ser extensa esta lista, e complexa a sua aglomeração, foi tomada a decisão de cingir e focar a presente investigação e análise aprofundada apenas no caso de estudo escolhido - a Montemor-o-Vivo, que se considera como "filha do ecossistema social local".

Aproveita-se este espaço para expor um problema omnipresente nas interações entre o associativismo e o poder local, pedindo mais investigação para o mesmo. Denotou-se em Montemor, como noutras localidades experienciadas por este investigador durante a sua atividade de ativista e

instigador de processos democráticos desde as bases – um problema bem exemplificativo dos problemas do presente desenho democrático, sobretudo (mas não só) a nível local: Ao centralizar a decisão de alocação (ou não) de fundos a associações nas mãos de um partido ou pessoa, o desenho democrático atual coloca as associações numa posição de dependência do poder politico, impedindo-as de participar, de facto, na vida democrática da cidade, por receio de pôr em risco a continuidade dos subsídios ou apoios advindos do poder público. Fica assim assinalada a necessidade de mais investigação sobre este assunto, de modo a conseguir cruzar, de modo cada vez mais estruturado e relevante, as diferentes narrativas, energias, projetos e visões que se combinam num território para dar azo a novos modos de participação cívica e de desenho participado do território, nas suas várias vertentes.

6.5 - Da investigação (á) prática

« Toute connaissance est développement de l'être, et tout développement de l'être est connaissance »[82]

(Benasayag & Cany, 2021)

Esta investigação, especialmente pela sua natureza metodológica, apresenta-se em diferentes temporalidades, relacionadas com as dinâmicas organizativas do projeto estudado e das condicionantes que o mesmo foi encontrando no desenrolar dos primeiros passos da sua aventura (incluindo o advento da pandemia covid-19, as trocas de governo, as eleições municipais, e outras condicionantes).

Antes de nos lançarmos sobre os dados recolhidos e sua análise nos parágrafos abaixo, delineiam-se algumas preocupações relativamente à recolha de dados, como o acesso e permissão para realizar essa mesma investigação. Olha-se depois, mais detalhadamente, para os métodos de recolha de dados e finalmente para as estratégias de assegurar que a mesma recolha passa por um crivo crítico e dialético, capaz de tornar a investigação relevante em termos académicos.

6.5.1 – Precauções relativas à investigação

O mapeamento de atores e suas narrativas políticas incluiu uma reflexão sobre todas as forças presentes no território, com presença direta (sociedade civil, forças políticas locais) ou indireta (Governo Nacional, União Europeia, etc.). Para isto, foram primeiramente identificadas as principais organizações envolvidas no ecossistema social do projeto. Estas incluem a sua vertente macro (EU, governo português, organizações de gestão territorial portuguesas como a CCDR, DRCA, Évora Capital Europeia da Cultura) até à local (instituições administrativas locais como a Câmara Municipal de Évora, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Junta de Freguesia de Santiago do Escoural), e outros atuantes no ecossistema local do Município de Montemor (ONGs locais, parceiros declarados do projeto sob investigação, etc.).

Uma vez identificados todos os intervenientes nos ecossistemas sociais do projeto estudado, foram identificados e analisados os documentos de estratégia e comunicação oficial das mesmas. Procurou-se com isto encontrar indícios sobre os elementos de Narrativa Política que esses intervenientes utilizam para transmitir a sua visão do processo político relacionado com o projeto estudado. Esta recolha de dados foi complementada maioritariamente – e quando possível - com trocas informais com representantes dessas instituições.

[82] "Todo o conhecimento é o desenvolvimento do ser, e todo o desenvolvimento do ser é conhecimento"

Já durante a fase de trabalho de campo, para além do recurso a documentos internos e oficiais do projeto estudado, a recolha de dados no terreno foi feita "a dois tempos" que se sobrepõem: de um lado por via de uma recolha de dados primários, através de observação e recolha direta do investigador; de outro, pela recolha de dados primários de forma dialógica, ou seja, conseguida pela interação do investigador com os sujeitos estudados: por via de observação participante, conversas informais, e mesmo entrevistas (estruturadas ou não).

Aqui, foi da maior importância considerar questões de validação destas interpretações. Estas incluíram i) a verificação das interpretações do investigador por parte dos membros participantes em entrevistas posteriores e disponibilização dos registos e conclusões do trabalho de investigação; ii) a tentativa de descrever rica e densamente tudo o que este investigador observou, iii) o esclarecimento das tendências e circunstâncias pessoais do investigador (feitas acima, ver Capitulo VI, pp. 100 desta tese) , iv) o prolongamento ao máximo do tempo passado no terreno, v) o estabelecimento de conversas semiestruturadas com os pares e, finalmente, vi) a auditoria externa – recorrendo não apenas aos orientadores desta tese, mas a outras amizades no campo académico, incluindo professores e investigadores do ISCTE e de outras universidades.

É relevante também ressalvar que, não obstante a necessidade de uma estrutura capaz de conferir validade académica a um estudo etnográfico (crítico), existe sempre espaço para um certo tipo de liberdade metodológica que vinque o próprio espírito crítico da investigação e se nutra da criatividade sociológica do investigador - a tal criatividade, acima referida, a que Mills (1965) chamou de *artesanato intelectual*. A outra vantagem desta "liberdade" no desenho da metodologia é a de evitar o que o mesmo autor nomeou *fetichismo do método e da técnica*, problema que obriga subconscientemente o investigador a enquadrar (por vezes "à força") observações e leituras da realidade social dentro de linhas e enquadramentos já existentes mas que podem não constituir a melhor abordagem na condução da investigação em mãos (Mills, 1965).

6.5.2 - Abordagem crítica e dialética

Procurou-se também cultivar, ao longo de toda a fase de recolha e análise de informação, uma crítica construtiva dos modelos adotados: tais como observações do próprio investigador ou de terceiros; sobre o que funciona, o que não; o que poderia ter sido tentado; que tipo de visões alicerçam os esforços; o que enviesa o processo; a importância das personalidades presentes; a importância da cultura criada e mantida dentro dos movimentos; a capacidade de incluir/excluir e manter um sistema viável e funcional; a capacidade de escalar ou replicar; a exploração dos modelos de tomada de decisão por quem não está de acordo com eles; o que une ou divide um grupo; etc.

Neste aspeto, importa referir o modo como, por impactos da pandemia do Covid-19 e da dispersão territorial, a investigação se desenrolou na dualidade quasi-imposta do plano material/presencial, e por via de encontros virtuais, com as suas vantagens e desvantagens.

Como já referido, foi elaborado e mantido um diário de campo, com o registo feito no próprio local da investigação, e/ou complementado com outras anotações (normalmente mais extensas), escritas depois de se deixar os locais de investigação. Também houve recurso a algumas gravações (foto, vídeo, etc.) capazes de complementar a recolha de dados, evitando a armadilha do puramente escrito, e adotando a "máxima" de que "uma imagem vale mais do que mil palavras". As notas foram também tomadas de forma a poderem ser mais facilmente recuperadas e utilizadas aquando da escrita do relatório. Assim, procurou-se recolher sempre alguns dados essenciais como a data, local, dados sobre o espaço, pessoas envolvidas, atividades realizadas e seus objetivos, objetos utilizados, fragmentos de diálogo dos sujeitos observados, comportamentos e emoções expressadas por participantes. Para além desta observação mais direta, foi também feito, na introdução metodológica deste projeto de investigação, e em jeito de complementaridade, o mapeamento de grupos de interesse locais, instalados ou emergentes, que permitisse a exemplificação da complexidade – e potencial – social presente (ver Capítulo VI).

Foi também gerado um conjunto de dados que emergiram da dialógica da interação contínua com os sujeitos da investigação. Esta dialógica incluiu, por exemplo, a auscultação de participantes do ecossistema social alargado (por via de questionários, entrevistas e discussões informais), tendo em vista a democratização da recolha de dados. Ou seja, procurou-se abraçar sempre um modelo de produção de conhecimento feito *com* os sujeitos da investigação e não apenas sobre elos – "dando-lhes" uma voz que já lhes pertence. Estas informações foram, durante todo o doutoramento, usadas para contrastar as recolhidas no estágio monológico da recolha de informação, num esforço deliberado de lhe proporcionar viabilidade, confiabilidade e triangulação – assegurando que os resultados expostos no relatório de investigação estão bem alicerçados nas qualidades que lhe conferem a seriedade científica que procura. Neste aspeto, é especialmente importante relevar a sessão coletiva organizada no final deste doutoramento, desenhada especialmente com este fim. A mesma é detalhada no Capítulo VII e VIII desta tese, onde se pode explorar o seu desenho, objetivos, e natureza coletiva e dialética – bem como os resultados produzidos e a sua pertinência para fins académicos e de impacto social. Foi com estes preceitos e estratégias em mãos que se recolheu, produziu, analisou, comparou e dissecou a informação que se segue, e que procura i) apresentar o projeto estudado, ii) encontrar-lhe as práticas e deficiências mais relevantes, iii) descobrir pontos de convergência e divergência entre diferentes narrativas adotadas, e aprender, na prática, com o que resulta e não resulta, com o que pode ser replicado e de que maneira.

É o exercício que se segue.

RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

7) CAPÍTULO VII – A Montemor-o-Vivo – Sua História e Natureza

O capítulo VII dedica-se à análise extensiva da Montemor-o-Vivo, revendo os seus fundamentos e a sua história. Procura dissecar o movimento em profundidade, revelando também a sua narrativa política. Parte assim de uma reflexão sobre a importância e razão de ser deste movimento, por via da sua relação com o decrescimento, a transição social e o momento histórico e lógica de ação em que se insere. Continua depois, no ponto 7.2, para a apresentação da sua história, antes de se lançar (no ponto 7.3) à dissecação das suas abordagens e metodologias, estruturas de reunião e da construção política coletiva que veio propor. Esta parte é, aqui mais uma vez, construída com uma vontade explicita de apoiar a possível replicação da experiência aqui estudada. Com esta revisão e estruturação feita, emerge (no ponto 7.4) uma listagem de alguns arquétipos de participantes-tipo, de modo a balizar personagens e ajudar a navegação de potenciais futuros exercícios de investigação ou replicação deste projeto.

O ponto 7.5 olha depois para a campanha política que a MoVivo encetou, acompanhando as reflexões dos seus participantes durante a mesma, e refletindo (no ponto 7.8) sobre os resultados – eleitorais e outros – que daí advieram. Finalmente, recupera alguns elementos e informações advindas de um último momento coletivo da MoVivo (organizado durante o período de estudo empreendido), estruturado já em busca da definição da identidade coletiva do movimento, que pretendeu recordar e analisar os processos e resultados e refletir sobre a narrativa política do movimento. Não esquecendo nunca, por via da sua sistematização em tabelas e passos detalhados, o objetivo explicito de replicação futura por outros movimentos da mesma natureza.

Importa notar que este momento coletivo procurou também potenciar uma ponderação conjunta acerca do futuro do movimento ou da aplicação prática do conhecimento que produziu, ou das ideias a que induziu ou convidou – mas esses dados e reflexões são levadas para o próximo capítulo (VIII) que se debruçará sobre as propostas da MoVivo, a comparação com as outras forças políticas no território, e a pergunta que fecha a relação dialética entre este doutoramento e o movimento: que futuro para a MoVivo.

7.1 - A razão de ser da Montemor-o-Vivo

Parte-se da necessidade imperiosa e urgente que o decrescimento tem de criar e considerar modelos alternativos de cidadania, capazes de operacionalizar transições prefigurativamente decrescentistas. Os próximos pontos visam explorar a importância quer dos imaginários, quer da política local, na conceção de uma nova estratégia territorial e de uma nova abordagem de gestão,

focando-se sobretudo no potencial de transição e envolvimento comunitário na tomada de decisões, como suas linhas definidoras.

A análise impressa nas páginas que se segue, procura i) contar a história da MoVivo, ii) contribuir para a definição da sua identidade coletiva e relação com o decrescimento enquanto filosofia de redesenho socioecónomico, e iii) delinear processos e metodologias utilizados, capazes de nutrir experimentações noutros locais, quer em termos de investigação científica, quer em termos de organização popular, em torno de mecanismos de participação cidadã efetivos, autónomos e empoderados.

Quer-se com isto experimentar o decrescimento político na prática, participando diretamente no desenho e experimentação de estratégias capazes de potenciar e replicar ações locais, com vista à transição social alargada – como sugeriu Cattaneo (2015). com a hipótese da criação de "*redes de bases para bases*". Procura-se utilizar a prática académica, por via da metodologia adotada, para, na prática, participar numa tentativa de levar o Decrescimento a eleições. Isto é feito em paralelo com uma Análise de Narrativas Políticas capaz de ajudar a estabelecer uma identidade coletiva ao movimento que o leva a cabo. E com isto efetiva-se em paralelo uma descrição e uma criação do Mundo (como sugerido por Ortiz et al., 2021).

Por outras palavras: A MoVivo propôs-se a pilotar uma abordagem de democracia deliberativa radical, com base ecológica e comunitária, servindo de ponta de lança a um movimento de organização de bases com uma estratégia de obtenção de poder e replicação desta pelo território nacional. Fê-lo, respondendo aos vários apelos (Mocca, 2020; Romano, 2012) a mais experimentações capazes de fomentar alterações radicais e alargadas na sociedade e alertas de que os apoiantes do decrescimento tendem a negligenciar o processo de como alcançar essa democracia ecológica local, escolhendo ("*elitisticamente*") focar-se apenas em propor boas práticas decrescentistas, sem nunca tentar "tomar o poder" – i.e. sem nunca participar na competição pela conquista das instituições (Romano, 2012). Fê-lo também para testar ativamente a possibilidade real do decrescimento enquanto prática e realidade *socio-eco-nómico-politica* poder surgir e florescer em regimes de democracia liberal (como defendem Latouche - 2016 ou Ott - 2012) – ou não (como alertam Romano - 2012 e Trainer - 2012).

É também com o objetivo de expandir "rizomaticamente" (Varvarousis, 2020) a abordagem da MoVivo que são elaborados, pela MoVivo e neste doutoramento, "guias" de implementação e gestão de processos coletivos de base local (ver Anexos B e C desta tese). Pretende-se que sejam capazes de agregar e empoderar vontades e esforços cidadãos e os conduzir a uma estratégia de participação eleitoral com várias vantagens, desde a "imposição" de se fazerem ouvir enquanto cidadania nos debates públicos onde participam as forças políticas locais, até ao eventual assegurar de poder pela conquista de assentos ou vereações nos órgãos de soberania local. Procura-se com isto empoderar

processos colaborativos, trazendo-os para o coração do debate e do desenho das políticas locais, entrosando organicamente o seu território e agregando com isso recursos capazes de nutrir um alargamento das redes e do apoio inter-cidadania, que se proponham a juntar-se aos esforços de refundar e revitalizar o conceito de democracia deliberativa e ecológica desde as bases.

Esta abordagem, no cerne deste esforço de investigação, visa assim tomar a dianteira e "fechar os ciclos" entre investigação académica e prática política, retroalimentando cada um destes vetores com o outro. Neles, as práticas da MoVivo nutrem a investigação académica, sendo que a investigação académica, pelas suas vicissitudes, contribui ativa e tangivelmente para um melhor entrosamento e "compreensão de si" da parte do movimento e de quem nele participa. E, nos seus entretantos, levam a cabo uma ativação prático-política decrescentista, capaz de nutrir reflexões e práticas sociais essenciais, que permitam definir identidades coletivas e culturais, modelos de gestão territorial, e avançar alternativas políticas viáveis ao paradigma do crescimento económico exponencial. É essencial, por outras palavras, pensar e ensaiar as estratégias de (em)poder(amento) do decrescimento.

Toma-se assim muito a sério os vários apelos (Asara et al., 2013; D'Alisa & Kallis, 2020; Deriu, 2012; Kallis & March, 2015; Laville & Gaiger, 2009, entre outros) de voltar a enquadrar a ciência (especialmente a social) no seu contexto político, combatendo a sua tendência nociva de se "*refugiar na suposta neutralidade da verdade cientifica*" (Cattaneo et al., 2012, pp.515): *A "abordagem da ciência pós-normal exige que os cientistas sejam desmitificados como "guardiões da verdade" e se reposicionem como responsáveis pela qualidade de um processo de decisão coletiva"*. Só assim será capaz de combater a despolitização e colonização, imposta pela *economização* da vida púbica aos processos de tomada de decisão coletiva.

Este é, assim e de facto, um PDEC - *Processo Decrescentista Em Curso* -, onde se busca a reincorporação das esferas social e política no coração da sociedade, escapando à sua atual e absoluta dependência da esfera económica. E é essa a ligação que se procura experimentar em Montemor-o-Novo, a partir do projeto escolhido da MoVivo: a relação entre o decrescimento como processo e projeto sociopolítico radical e a própria democracia (e os nossos imaginários e práticas desta). Bem como o processo de interação entre investigação académica e prática política, onde, por exemplo, a organização de momentos coletivos de recolha de informação académica, servem ativa e propositadamente para criar e relançar dinâmicas, ou clarificar processos, posicionamentos e estratégias dentro dos movimentos.

Esta investigação assume também, como já revelado explicita e anteriormente, a exploração de uma abordagem mais alinhada com a urgência e atipicidade dos tempos que vivemos (como apresentados e interpretados na fase inicial deste esforço de investigação). Reconhece-se a necessidade imperiosa de procurar, na linha do defendido por Bookchin (1980, 1982) e Romano

(2012), vias políticas de implementação de uma qualquer real transição socioeconómica em direção ao decrescimento, reconhecendo também a grande dificuldade de o fazer vingar por vias eleitorais do presente sistema democrático liberal e representativo. Reconhece-se a dependência estrutural do sistema dos combustíveis fosseis (essenciais às imensas cadeias de aprovisionamento de que dependem as sociedades modernas do Ocidente). E reconhece-se ainda o reduzido impacto que o poder local, ao nível dos municípios, tem para reorientar linhas estratégicas ou impor limites e ordenamentos nos territórios – devido, entre outros, aos constrangimentos legais de nível nacional e europeu, às regras do mercado livre, à sobreposição de competências relativas aos mais diferentes domínios e à própria estrutura burocrática que, cumprindo o seu papel e em nome do estado de direito, constrange e impede mudanças radicais no seio da sociedade.

Mas reconhece-se também a impossibilidade moral e estratégica de não agir ou experimentar face ao enorme problema em que nos encontramos.

E é desta impossivelmente difícil encruzilhada entre urgência e atipicidade dos tempos que vivemos, que se aceita a proposta de experimentar o que Castoriadis apresenta como um projeto radical de democracia direta, capaz de se substituir a uma "captura violenta do poder governamental" com uma espécie de "*processo popular autónomo de auto-institucionalização*" (Castoriadis, 1992).

Reconhecendo a complexidade do presente momento histórico, e reconhecendo a possibilidade de existência (cada vez mais provável quão mais complexo o momento) dos tais momentos singulares (Campbell & Garnett, 1884), a experimentação com democracia local como é o caso da Montemor-o-Vivo, revela-se da maior importância, inclusivamente no sentido de lançar, experimentar, mapear e potenciar processos e capacitação de coletivos capazes de tomar as rédeas do destino nas próprias mãos e reclamar poder e capacidade institucional para si e para a cidadania que as compõe (Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012).

> *"De forma urgente e catastrófica, a nossa época tem agora de aprender a viver com dimensões obscuras que não podem ser totalmente desvendadas. Este não-conhecimento estrutural não é nem ignorância nem uma irracionalidade oposta à razão. Pelo contrário, é um pré-requisito para a produção de todo o conhecimento razoável".*
>
> (Benasayag & Cany, 2021, pp. 280)

Importante também é a capacidade de esta abordagem poder fazer a ponte prático-conceptual entre as teorias contemporâneas de transição social (baseadas na ideia da paulatina implementação de modelos de desenvolvimento sustentável – nas suas várias possíveis versões), e a possibilidade (cada vez mais admissível) de um colapso civilizacional (mais ou menos paulatino, com os

consequentes impactos no nosso modo de vida atual (ver por exemplo Bendell, 2018; Servigne & Stevens, 2015)).

Ou seja, a presente investigação, baseada na experimentação prática política da MoVivo, permite projetar e analisar futuros de pós-crescimento, quer o sistema encontre maneiras de se sustentar, quer comece a sofrer as consequências de uma diminuição "imprevista" e indesejada dos fluxos energéticos e materiais que o sustêm atualmente. A presente experimentação com a MoVivo é válida e extremamente relevante, quer o caminho que se nos apresente seja um de transição baseada no aprofundamento da democracia por via da sua aproximação às comunidades e territórios (como defendem por exemplo Latouche, Asara (et al., 2013) ou Ott (2012)), quer seja um de rutura e degradação do complexo sistema civilizacional que permite o nosso atual modo de vida (como sugerem por exemplo Bendell (2018), Jancovici (2015), Romano (2012) ou Servigne & Chapelle (2017)).

É então assim e aqui que aparece a Montemor-o-Vivo. Esta plataforma cidadã, desenhada para pilotar um novo tipo de política, nasce paralelamente à segunda pergunta de investigação desta tese de doutoramento: "*como organizar a sociedade civil desde as bases, de forma a "obrigar" as instituições a ouvir - e mesmo a repensar a sua própria estrutura?".* A escala de atuação/experimentação/estudo teve em conta a sugestão já referida de Ivan Illich de que existe uma relação inversa entre escala e qualidade das democracias, onde implicitamente estipula que apenas sistemas em pequena escala podem ser democrática e coletivamente controlados com qualidade. É também por esta via que se propõe uma saída do atual monopólio dos grandes sistemas de infraestrutura técnico-digital sobre o poder democrático (Merkel, 2004) que nos impõe uma sociedade tecnológica – que nos obriga a seguir os preceitos e configurações com que se constitui – mascarada de sociedade democrática (Ellul, 1977).

7.2 - A História da MoVivo

A história que se segue foi reconstituída, como indicado acima no Capítulo V desta tese, i) com base em conversas informais com participantes[83], ii) em análise dos registos de reuniões[84] (atas,

[83] Várias conversas ao longo de vários meses; algumas em registo mais intimista (1 para 1), outras em torno de mesas de café, em parques, festas e discussões onde o tema surgiu. As conversas foram registadas mais tarde, normalmente no mesmo dia ou semana, no diário do investigador.

[84] Foram 40 reuniões dedicadas ao projeto, com cerca de 8-10 pessoas nas reuniões organizativas (i.e. onde se prepararam os encontros de desenho coletivo de propostas politicas, a estratégia de comunicação, as logísticas e burocracias várias, etc) e entre 20-30 pessoas nas reuniões coletivas, abertas a todos aqueles que quiseram fazer parte deste projeto)

registadas no "*diário de bordo*" do projeto) e iii) com recurso a notas, reflexões e memórias pessoais do investigador (que as foi registando no seu diário de bordo ao longo de toda a investigação e projeto). Esta reconstituição foi também fortalecida, revista e confirmada por alguns participantes da MoVivo, num momento coletivo final desta tese de doutoramento – uma sessão de sistematização – criado para o efeito (confirmar abaixo no Capítulo VII, ponto 7.8.1 desta tese). Nos capítulos que se seguem, as citações daí advindas serão referenciadas por recurso ao momento em que foram "capturadas": Conversas informais (conversas); atas de reunião (ata dia/mês/ano), notas do investigador (notas) e sessão coletiva final de Abril de 2024 (sessão final).

A MoVivo foi constituída inicialmente por membros da sociedade civil organizada, 7 pessoas[85] que apesar de não serem originalmente de Montemor-o-Novo, vivem o lugar como seu desde há 3-10 anos (varia). Faltavam 7 meses para as eleições. Nessa primeira reunião "*um grupo de(stes) neo-indígenas encontrou-se para sentir e pensar a política local, e modos de a influenciar e experimentar, em direção a uma democracia mais transparente, participada e responsiva" (ata, 02/03/2021)*. Ou seja, procurava-se não apenas uma participação eleitoral que permitisse um debate alargado sobre as possibilidades e potencialidades da democracia, mas também uma organização interna prefigurativa, aberta e convidativa à participação popular – i.e. que não emulasse meramente as dinâmicas partidárias "do costume" e permitisse uma nova prática democrática local. Ou, como diria um dos participantes nestas reuniões iniciais, "*Sem que a cidadania pilote e apresente novas formas funcionais de gestão de território, é pouco provável que os poderes instalados o façam de sua iniciativa"* (conversas).

Com experiências em associativismo local, em lançamento de iniciativas cidadãs e cooperativas, em práticas de facilitação e transição, etc., os participantes iniciais da MoVivo viram, nos últimos anos, várias das suas (e outras) propostas feitas à Camara Municipal serem postas "*de molho*" (notas) durante anos, "*enroladas num eterno nim"* (notas) até serem dadas por caducas, levando ao sentimento de não serem escutados por responsáveis políticos. As forças motrizes da MoVivo partiram também de um sentimento de um enorme potencial na comunidade (com variados recursos disponíveis incluindo saberes e valências, recursos humanos e logísticas) e da vontade de experimentar com o exercício de um poder político local e tangível. Foi notória, como seria expectável, a presença de motivações me torno de comunidade, cooperação, democracia e conhecimento.

Nessa primeira reunião foram partilhadas motivações diferentes para se envolver num projeto desta natureza. Entre elas destacou-se o sentimento de querer experimentar com transparência radical e participação política horizontal. A oportunidade de participação surgiu com o ato eleitoral – já que esta "janela" apenas voltaria a abrir-se no final do próximo ciclo eleitoral de 4 anos.

[85] Das quais 4 homens, 3 mulheres

Expressaram-se desde o início sentimentos de entusiasmo, mas também de cansaço e pouco tempo para fazer algo que é intrinsecamente energívoro e cansativo. "Animo" e "Desânimo" foi um binómio especialmente presente, bem como o sentimento de "nojo á política" que permeia tantas conversas sobre o mundo dito político[86] (notas, conversas). Finalmente, foi relevada a importância dos processos internos facilitados como catalisadores de comunidade e iniciativas comunitárias. Quis-se também encontrar fórmulas capazes de separar ideologia política de processos de decisão e demonstrar que se pode fazer política coletivamente de forma eficaz e quase-divertida. Foi também explicita e coletivamente adotada uma postura de curiosidade, interesse legítimo e aprendizagem com as visões da população local e residente, que tem "*fome de ser ouvida e considerada" (notas).* Foi também assumido, desde o início, que (provavelmente) não se iam ganhar eleições, pelo que o objetivo era abrir a porta à discussão sobre novos métodos de democracia, de gestão territorial, e à experimentação prática e local com os mesmos. E "*fazer pessoas desabrochar*" (conversas), por recurso a processos de facilitação de grupos com um enorme potencial, ainda muito pouco utilizado com seriedade em processos políticos.

Esta abordagem procurava também "*Democratizar a democracia a partir do local, esclarecendo-a e pondo a democracia deliberativa a desassossegar a democracia representativa*" (sessão final). A estratégia adotada incluiu assim a utilização de outras táticas para além das eleitorais, não deixando nunca de considerar a ida às urnas como grande trunfo capaz de promover a disseminação da mensagem, bem como de operar pressão política sobre quem se propõe a governar. Esta abordagem, parece ser fundamental, especialmente no momento atual, em que "*não se consegue nem aprofundar a democracia, nem trazer as pessoas à participação democrática nos atuais moldes*" (sessão final).

Foram também identificados como "perigos": a eventualidade das práticas deliberativas poderem "*resvalar para buscas morosas e incessantes por consensos*" (sessão final), mesmo se foi concordado que esse deveria sempre ser o método inicialmente procurado; o risco de alienação da população perante a utilização de discursos "demasiado radicais"; a tensão entre "transparência" e uma qualquer "obrigação de participar"; a possível cooptação por parte de ideologias que se instalem e procurem dominar o debate; o posicionamento em relação à gestão pública da pandemia Covid-19, que dividiu a população e afastou os seus membros, quer social quer ideologicamente; e mesmo a possibilidade de não se conseguirem os obrigatórios 40 nomes para incorporar as listas eleitorais.

[86] Nota deste doutorando: na verdade a distinção deve ser feita entre "nojo à política" e "nojo a como a política institucional é feita". Porque tudo é política, e aquilo a que tantas pessoas têm asco é à participação nas estruturas institucionais que presentemente agrilhoam e definem o exercício do poder politico – em Portugal e em quase todo o Ocidente.

Foram pensadas algumas salvaguardas para assegurar o bom desenrolar das reuniões de desenho das propostas politicas: por exemplo, a criação de um "parque de estacionamento" de problemas levantados durante as discussões que, não constituindo um veto em si mesmos, requeriam mais discussão; ou a criação e nutrição de culturas de escuta ativa, onde cada pessoa tem o tempo de se exprimir sem ser interrompida ou "*explicada por cima*" (notas) antes de terminar; também a consciente balança entre ter coragem e ter cuidado ao exprimir-se publicamente; escolher objetivos "*atingíveis*", para focar energias, orientar expectativas e assegurar pequenas vitórias; e adotar abordagens de cariz feminista, no sentido de dar atenção às culturas de cuidado e de "*fazer caminho ao mesmo tempo que se vai descobrindo onde o mesmo vai dar*" (notas); foi ouvido que "*o importante é o caminho (que se faz perpetuamente), onde aprendemos e crescemos, nos descobrimos e experimentamos - criação de cultura cívica e de comunidade*" (ata, 30/03/2021).

Figura 7.1 - Quadro com motivações e primeiras intenções

Foram também identificadas oportunidades que uma iniciativa destas poderia possibilitar, como promover uma reflexão (constante?) da relação com o poder e de como isso pode trazer força, mas também descaracterizar pessoas e movimentos; de aproveitar uma cultura local "histórica" de "contra-poder" e de mobilização coletiva para ajudar em projetos da mesma natureza (conhecida pelo termo de "ajudadas"); A "desmarcação" das métricas e constrangimentos da democracia (meramente representativa) atual também permitiria projetar visões e planos de longo prazo para o Município

(para além dos 4 anos do calendário eleitoral institucional); desenhar e proporcionar reuniões a que é "agradável" atender, e onde se tem vontade de voltar – por via de oferta de *babysitting* para quem tem crianças a seu cargo, comida e bebida para todos, um lugar acessível e convidativo, e uma facilitação/atmosfera relaxada e entusiasmada, que convide à participação ativa de todos quantos apareçam. Foi também equacionada a oferta, feita à MoVivo por um partido político de âmbito nacional, para que esta iniciativa acontecesse sob a sua alçada – em troca de apoio de comunicação, burocrático e financeiro. Foi decidido que essa decisão teria de ser feita pelo coletivo que se reunisse em torno da iniciativa e não num momento tão precoce da aventura e apenas por parte das poucas pessoas que se encontraram numa primeira reunião.

De facto, entre as notas do investigador, e os resultados da sessão de sistematização que teve lugar no final deste esforço de investigação, foi formulada uma nuvem de palavras, partilhada abaixo:

Figura 7.2 - Nuvem de palavras sobre "motivações" nos participantes da MoVivo

Foi também referido um sentimento de "falta de tempo", no sentido do *tempo* necessário para operar as grandes mudanças estruturais que tarde ou cedo começarão a afetar os nossos "lugares". Ou seja, e também em linha com a análise feita acima neste doutoramento (relativa aos choques sistémicos que nos assolarão cada vez mais), urgia agir - "*não tanto à procura de soluções, mas sim de adaptações*" (notas). Foram por sua vez evocados sentimentos de impotência e desilusão com os modelos de governança atuais, que parecem tão "*estranhos e alienados*" (sessão final), expressados da seguinte maneira: *"Estamos a lidar com um tema completamente sujo na nossa sociedade. A*

política está suja. Não tinha de estar, mas está. Dizes a palavra "política" e o pessoal pensa logo: "já me está a tentar roubar"." (sessão final).

Para alguns dos participantes, há uma grande discrepância entre como a cidadania fala sobre política, e como políticos falam sobre política: "*Quando políticos falam sobre política parecer estar tudo normal: "a situação é exatamente como eu estou a dizer, sei exatamente o que fazer, etc.*". *Quando é "o povo" a falar de política fazem-no sem seriedade, não passando de um género de conversa de café. Desdenham e/mas não se envolvem, também devido a esse sentimento". (sessão final).*

O que isso parece provocar, para além do sentimento de falta de agência, é uma sensação enorme de perda de tempo, ao andar a "*correr atrás*" de políticas públicas capazes de dar resposta a necessidades imediatas ou mais urgentes (como a habitação, a reforma da educação, a proteção ambiental, ou outras). Ou seja, como o sistema parece ter as suas próprias prioridades, e sendo tão lento ("incapaz"?) de absorver sugestões e ideias das bases, ou dar-lhes resposta, a sociedade civil é obrigada a reorganizar-se em torno de temas específicos, investindo recursos, energia e tempo (todos em manifesta escassez) para tentar alterar uma dada fração da realidade – que evolui lenta e enviesadamente, por falta de mecanismos institucionais capazes de absorver uma participação eficaz e alavancar passos e decisões consequentes (notas).

Há por isso uma noção de que uma governança política centralizada e fechada a uma participação eficaz e efetiva da população "rouba" tempo a quem se quer envolver politicamente. Ou melhor dito: a quem se quer envolver politicamente *sem* passar pelo crivo dos "*partidos políticos, sem os quais parece não poder haver participação cívica*" (sessão final). Ou seja, a beleza de se "*enraizar*" e "*cuidar dos problemas locais*" acaba por se diluir nas dezenas de "*emergências*" identificadas, para além de "*embater de frente*" com a inércia política das instituições. Essa "*sensação de estar desdobrado em mil*" (notas), combinada com o sonho e a necessidade quase instintiva de procurar influenciar as políticas locais que afetam mais diretamente a vida de cada umo, e aliada ao sentimento de existir em Montemor-o-Novo uma comunidade capaz de se "multiplicar em mil", levou ao apoio inicial e eventual participação na MoVivo "*desde o início, como forma de "fazer a minha parte", "participando diretamente para poder apelar á participação*" efetiva (sessão final). Como se uma "caixa de ferramentas" ativável em prol de um bem comum a definir e buscar coletivamente.

No final desta primeira reunião foram acordados os passos que iriam compor a campanha: primeiro, desenhar a jornada detalhadamente, para planear e ficar a conhecer o calendário; depois começar por falar com a sociedade civil organizada de Montemor-o-Novo, com as pessoas, com a "rua". Paralelamente, começar a estruturar detalhadamente as sessões de trabalho que constituiriam o processo político da MoVivo, a sua prática experimental e a plataforma de encontro e interação com a população, suas visões e ideias para a sua terra. Um grupo de 3 pessoas voluntariou-se para levara

a cabo esta dinâmica, incluindo um dos participantes que era um facilitador de experiência e profissão. Equacionaram-se as costumeiras preocupações com a comunicação e a abertura de canais e produção de conteúdos para a mesma. Pensou-se também e desde logo, em momentos de encontro e celebração, em modo informal, com cante alentejano, vinho e sessões de esclarecimento sobre o que se estava a fazer. O objetivo era abrir a porta a uma interação com membros da comunidade e normalizar uma ideia que, pela sua ausência no debate e imaginário político, se apresenta com um semblante "radical".

Na reunião seguinte, já com mais participantes, foi apresentado uma primeira proposta de estrutura e calendarização das sessões de trabalho da MoVivo: Seriam 9 sessões, sempre à escuta de quem participasse, ou seja, abertas na sua essência e maleáveis por natureza. Cada sessão teria a duração de 3 horas, sendo este o limite de tempo máximo – para se "*manter o foco, mostrar capacidade de gestão dos processos coletivos e convidar quem participa a voltar, certos de que o tempo de reunião é sempre respeitado*" (ata 04/04/2021). Os objetivos aqui foram vários: o de tranquilizar aqueles que duvidam do método participativo em relação ao tempo e eficácia dos processos; o de capacidade de pilotar forma eficazes de discussão e tomada de decisão, com processos totalmente participados e abertos; e o da construção de uma nova narrativa política de eficácia e capacidade, demonstrando o "impossível" na prática.

Na primeira reunião seria feita a apresentação (do movimento, métodos de trabalho, calendário proposto, e de algumas questões na mesa – por exemplo a de se adotar ou não o apoio do tal partido político); Na segunda seria debatida abertamente a visão/missão do movimento, seguida de um mecanismo de participação alargada (conhecido vulgarmente por *world café*) de onde emergiriam os 5 temas principais a tratar pela MoVivo e a integrar no seu programa eleitoral, bem como as sub-temáticas que os comporiam. As sessões 3-7 seriam focadas no aprofundamento de cada um desses temas, abrindo primeiro uma discussão sobre os mesmos, seguida de uma divisão em grupos de trabalho em torno das sub-temáticas identificadas e finalmente agregando todas as ideias e visões, por via de apresentações de cada grupo ao coletivo e um plenário para aprovar o conteúdo do tema a nível programático. Foi também preparado um "gráfico temporal e de autonomia" (ver Anexo C, figuras C.4 e C.5), onde cada ideia (inscrita num *post-it* individual) deveria ser espacialmente inserida: quer no eixo X, da escala temporal (independente de eleições) de 2021-2030; quer no eixo Y, da escala de autonomia (que indicava se esta era uma ideia passível de implementação autonomamente pela cidadania ativa, ou se necessitara de envolvimento camarário). Deste modo, pretendia-se conseguir não apenas um programa político, mas também uma linha orientadora de esforços comunitários para avançar projetos identificados como prioritários, independentemente dos resultados das eleições. Na 9ª sessão, depois da agregação feita de todas as propostas anteriores, seria feita uma apresentação

do programa como um todo, seguida de uma discussão para "limar arestas" e assegurar coerência. Finalmente, foi reservado um momento para a reavaliação coletiva dos processos de decisão ("o que correu bem, o que podia ter corrido melhor e como podia ter corrido melhor"). E no fim a festa, a celebração de se conseguir, com recursos mínimos e tempo limitado, concertar a sociedade civil em torno de um programa da sua autoria, e por via de processos democráticos alternativos e adaptados ao meio em que se desenrolam.

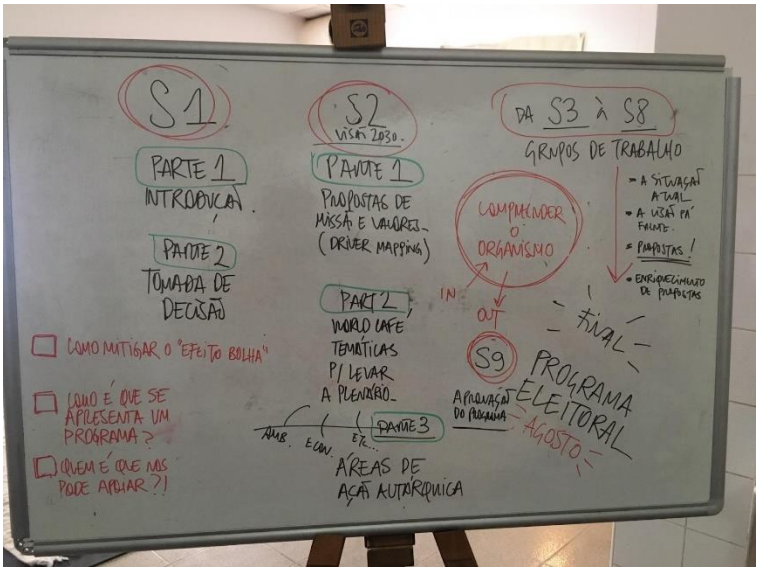


Figura 7.3 - Primeira proposta de estrutura para sessões de trabalho da MoVivo

O sentimento de chegar a uma primeira reunião (seja a "*primeira de todas*", seja aquela em que alguém chegou pela primeira vez) foi equiparado à imagem de alguém parado em frente a uma estrada nebulosa, aludindo ao sentimento de desconhecido e hesitação em avançar. Alguém expressou, no momento dessa partilha e alusão, a memória de "*chegar ao local do primeiro encontro, debaixo da árvore, e ver pessoas que não conhecia, em silêncio e em círculo, crianças a correr e a brincar, bandeirinhas penduradas, uma mesa com queijo e pão, e pensar: mas isto é o quê*!?" (sessão final). O mesmo sentimento foi evocado várias vezes, aludindo a uma clara indicação de desnorteio e de vários caminhos a considerar: "*lembro-me de estar confuso, e de não saber como é que isto havia de se fazer*" (sessão final). Há também, em relação a esta fase inicial do projeto, alusões a "apostar" nesta possibilidade, "*jogar para ver*", "*deixar que as deusas decidam [*numa alusão à sorte e ao destino]" (sessão final).

Ajudou, aparentemente, que a disposição das conversas, desde o início, não fosse em modo de "palco/orador", mas que tivesse adotado uma "*disposição mais circular, portanto mais convidativa*" (sessão final). Via-se que o espaço fora desenhado para ser um "*espaço onde apetece estar*", onde se compreendia uma logística cuidada, e onde cedo se percebeu que o trabalho coletivo em torno do desenho e preparação das bandeirinhas, cadeiras, mesas, sombras, brinquedos de crianças, distribuição de papeis, etc., era também um importante elemento de construção de confiança entre

o grupo inicial da MoVivo (notas). Mais do que isso, o desenho das sessões (apesar de inicialmente "*facilitadas por dois homens*" - notas) acabaram (após um "*momento inicial de hesitação*") por "*permitir e mesmo incentivar a tomada de palavra por toda a gente, especialmente de mulheres*" (sessão final).

A sessão de síntese viria a revelar que dos aspetos mais positivos do movimento foram precisamente a metodologia (com foco na inovação e facilitação), os espaços, e os materiais utilizados (folhas grandes, decoração). Também a avaliação da "equipa" foi muito positiva, apesar de ter notado que, não obstante a qualidade e energia de quem esteve presente, houve pouco tempo disponível de cada umo para dedicar ao projeto em toda a sua extensão. Terá isto sido resultado quer da estrutura voluntarista (não paga) de toda a iniciativa, quer do existente tecido social e associativo que toma a maioria do tempo "livre" de cada uma das pessoas envolvidas (conversas). Da constatação dessas "ferramentas" e capacidades, logo surge o afloramento dos sonhos. E, com os sonhos e a utopia a guiar, e as ferramentas e as valências a permitir, entra-se na fase da colaboração propriamente dita, com as suas sessões facilitadas, convívios, construções. Registam-se, em várias conversas e momentos coletivos, alusões várias ao ulmeiro sob o qual se organizaram as sessões da MoVivo, ou as mesas postas[87] com que se terminava cada um dos encontros.

Uma nota também para a avaliação coletiva feita ao impacto geral obtido pela MoVivo. Aqui considerou-se que, apesar da plataforma ter "aberto caminhos" para projetos locais (em torno do ambiente ou da educação, por exemplo), terá faltado uma maior consciência e participação em várias (outras) temáticas, bem como soluções que adviriam dessa maior participação. Fez-se também uma ressalva, relativa á falta de "hábito" que as pessoas, no geral, têm em participar – fruto talvez do hábito gerado pelo regular funcionamento de uma democracia representativa como a que habitamos.

Importante também foi a insistência dos facilitadores na escrita e explicitação de uma "declaração de princípios" capazes de assegurar uma cultura participativa, aberta e consciente nas tomadas de decisão. Foram estes:

- *Empirismo*: lidar com a realidade, não com ideologias;

- *Consentimento:* não é preciso estarmos todos de acordo, apesar de se tentar sempre trabalhar nesse sentido;

- *Equivalência*: no poder de participação e tomada de decisão – por exemplo, cada uma das eventuais objeções são testadas para se saber se são válidas ou apenas de boicote de processo; há,

[87] Nota: modelo de encontro comunal em que cada pessoa traz algo para comer/beber, e se coloca tudo numa mesa onde depois se come juntos, "partilhando pão", e construindo relações por outras vias que não a da mente.

por exemplo, que ter o cuidado de criar diferentes maneiras para que diferentes pessoas (mais ou menos tímidas, com dificuldade de expressão, ou outra) se possam manifestar – por exemplo por via de uma caixa de sugestões, etc.;

- *Responsabilidade*: cada umo é responsável pelo avanço do processo. Por exemplo, é esperado que quem proponha algo, seja quem lidere os esforços dessa implementação; também, que quem sente tensões deva avançar propostas para as resolver (não apenas ficar contrariado);

- *Escuta ativa e apreço por tensões*: aceitar e acolher o fato de haver tensões que surgem e são "trazidas para a mesa" – são um indicador de que há questões por resolver, e espaço para melhorar;

- *Prazo de validade de decisões:* as decisões tomadas têm um prazo, e podem ter de ser revistas eventualmente;

- *Contrato implícito:* Se houver objeções, cada qual se compromete a partilhá-las, sem medo e construtivamente; se não houver objeções, todos se comprometem a experimentar com todo o coração as decisões adotadas pelo coletivo;

Foi com base nestes princípios e na calendarização proposta que se desenhou uma proposta de desenho para cada uma das reuniões. Este desenho pode ser encontrado no Anexo B desta tese, tendo sido construído a par de um dos intuitos deste doutoramento: o da replicação por outras iniciativas cidadãs.

Foi também neste momento que se abriu uma conta na *OpenCollective*[88], uma plataforma de facilitação de ativação cidadã, que permite uma transparência radical de contas, e uma desburocratização quasi-total dessa capacidade de gerir contabilidade e aceder a fundos por cada colaborador. Permite a coleta de fundos, a disposição de um orçamento com fácil gestão e a autonomia dos participantes, que podem avançar despesas dos seus sub-projetos (desde que alinhados com os objetivos da MoVivo). Procurou-se com isto descentralizar e desburocratizar as tomadas de decisão, promover a autonomia, a experimentação e a responsabilidade de cada qual dentro do projeto, numa abordagem viva aos preceitos da MoVivo. Isto não obstante o facto de que, de acordo com a lei eleitoral, a MoVivo estivesse (como de facto veio a acontecer) obrigada a abrir uma conta bancária passível de escrutínio pelas autoridades competentes para o efeito, uma vez constituída como lista eleitoral *de jure*.

[88] Nota: o autor desta tese de doutoramento tem uma relação próxima com a *OpenCollective* (www.opencollective.com) na Bélgica, tendo sido parte da direção (numa posição não remunerada, nem então nem desde então), durante alguns dos anos em que viveu em Bruxelas. Não obstante, optou por registar aqui o uso desta ferramenta que tanto facilitou e trouxe transparência às contas da MoVivo. Fica o convite para explorar e escrutinar a ferramenta por parte de outros movimentos ou iniciativas cidadãs.

A partir desta segunda reunião de preparação, começaram-se a intensificar convites para que outros pessoas se juntassem. Isto levou a que o grupo crescesse de 7 para cerca de 20[89] pessoas ativamente envolvidas com a organização da plataforma. Este número manteve-se mais ou menos estável, ainda que variasse ligeiramente de acordo com as temáticas de cada reunião e o esforço de organização prática se concentrasse sobretudo num grupo de cerca de 5-6 ativistas, envolvidos na organização das mesmas (preparar o espaço, trazer mesas e cadeiras, material de trabalho como post-its e marcadores, brinquedos para as crianças, comida e bebida, etc.), até ao fim das sessões de desenho do programa político da MoVivo.

A partir deste momento na escala temporal relativa do exercício, emergiram as noções de possibilidades e valências, quer em relação à perceção das variadas ferramentas que uma comunidade desta natureza pode aportar, quer em relação às personalidades mesmas dentro dessa comunidade e as diferentes forças que trazem para o movimento (por exemplo, referências a um claro e presente "convívio intergeracional"). Por exemplo, foi referido o surgimento da "*doutora*" (alcunha ganha devido ao seu conhecimento científico em torno das áreas de medicina e farmácia) com um enorme espírito de envolvimento cívico e em busca de modelos distintos de organização local. Essa pessoa, ao saber do lançamento da MoVivo, tirou 2 meses de pausa no seu trabalho na Suíça, carregou a sua bicicleta num autocarro e veio diretamente para Montemor-o-Novo, onde chegou no dia do primeiro encontro de construção coletiva do programa. Viria a participar ativamente no apoio à mesma, na (essencial e morosa) recolha de assinaturas, no financiamento e mesmo na sua organização administrativa[90].

Assim, e paralelamente aos esforços que foram sendo desde logo desenvolvidos para a comunicação (website, logo, etc. – ver abaixo no ponto 7.5 deste Capítulo), foi organizada uma reunião extraordinária para, baseada em contributos prévios, desenhar um primeiro esboço da visão e missão da plataforma. Dessa reunião, aberta como todas, mas participada por apenas 10 pessoas, resultaram a missão e visão, ambas revistas alargadamente e confirmadas na segunda reunião aberta de trabalho:

Visão para Montemor-o-Novo: *Viver num concelho onde os ecossistemas são respeitados e as pessoas ouvidas e valorizadas, por via de processos colaborativos e transparentes que permitam o desenho coletivo de soluções reais e de longo prazo.*

[89] O número foi oscilando de acordo com as reuniões

[90] Nota: Esta foi sem dúvida uma "mais valia" para o projeto da MoVivo, constituindo mesmo um "joker" com que nem todos os movimentos (que pretendam replicar esta avançada eleitoral nos seus territórios) poderão contar.

Função[91] da Montemor-o-Vivo: *Recuperar a prática política participativa, oferecendo uma plataforma de interações que permita pensar e planear Montemor-o-Novo colaborativa e inclusivamente. Queremos focar-nos nos habitantes de Montemor-o-Novo, espicaçar na cidadania o gosto pela política e conferir poder vinculativo às suas decisões coletivas por via de eleição de cidadã(o)s para cargos locais, que representem e defendam as ideias saídas do processo participativo.*

É também de notar que, apesar das sugestões avançadas pelos facilitadores, se optou conscientemente por não se definir coletivamente aquilo a que se chama um "quadro de segurança[92]". Esta decisão foi tomada apenas por constrangimentos de tempo, uma vez que a "agenda" das 9 reuniões já se encontrava demasiada "cheia", resultado do começo tardio do projeto (em relação ao calendário eleitoral). Não obstante, para os facilitadores envolvidos – e tantos outros que facilitam processos coletivos – a criação de um "quadro de segurança" é um exercício considerado importante (mesmo basilar) para projetos coletivos de longo prazo, onde as interações entre membros são o fio condutor da experiência vivida, resultando naquilo que José Pacheco chamou "*a cola dos movimentos*" (conversas). A relevância de um exercício desta natureza permite a construção de uma cultura de respeito e confiança dentro dos movimentos, permitindo a cada umo de se referir ao referencial de segurança sempre que experiencie ou presencie uma qualquer interação que não cumpra com o acordado coletivamente. É uma ferramenta importante na gestão (tão infelizmente presente) de egos, formas autoritárias de interação, machismos, racismos, etc., permitindo que toda a gente "conquiste o seu espaço" seguro e confortável, para poder participar plenamente e em igualdade na gestão do projeto, na definição de estratégias e na corriqueira interação diária entre membros. Há também registos, apesar de não terem sido comprovados nesta experiência, por falta de tempo e recursos, de normas sociais sugeridas e estabelecidas por via de exercícios de desenho de quadros de segurança, extravasarem para a vida do dia-a-dia, quer pela experiência da sua referenciação, quer pela interiorização de normas cuja violação deixa de ser aceitável (Graeber, 2009; Maeckelbergh, 2009).

[91] O termo aqui utilizado é "Função" e não "Missão" (como é costume) por decisão deliberada dos participantes, que escolheram usar este termo que consideraram menos messiânico, e mais funcional/emancipatório.

[92] Este termo refere-se a um enquadramento, normalmente feito em coletivo e no inicio de cada projeto, capaz de balizar interações, comportamentos esperados, e outros aceitáveis ou inaceitáveis, prevendo mecanismos de "chamada de atenção" que empoderem cada membro da comunidade na sua capacidade de enquadrar comportamentos ou chamar a atenção para os mesmos.

Finda a verbalização e estruturação inicial do sonho, avançou-se par aa implementação do mesmo – algo que se acompanha ao longo dos pontos que se seguem.

7.3 - As reuniões, explicadas e facilitadas

São várias as razões que levaram à opção de incluir neste projeto de doutoramento uma descrição detalhada das reuniões de desenho coletivo do programa eleitoral da MoVivo. Por um lado, para assegurar o registo completo e detalhado de uma experiência que se avançou em modo de aprendizagem, para que a replicação possa acontecer e tenha espaço para incorporar lições aprendidas e melhorias sugeridas. Por outro, para servir, como é um dos objetivos deste esforço de investigação, na sua adoção de metodologias críticas e participativas, de "base modular", para futuras iniciativas, onde quer que estas se materializem. Pretende-se assim oferecer um guia simples e despretensioso de como pensar e organizar um processo desta natureza, esperando que a experiência da MoVivo possa ser, não a experiência final e definitiva da democracia deliberativa local em Portugal, mas um "motor de arranque" para outras iniciativas que se possam dela nutrir, adaptando-se às suas próprias realidades e necessidades.

Procura-se também responder a uma conversa tida, num dos gabinetes de vereação da cidade de Montemor-o-Novo, relativamente à possibilidade de se trabalharem estratégias municipais "coletivamente, a partir de uma folha em branco". Foi uma conversa que aconteceu em Montemor-o-Novo, mas que poderia facilmente ter acontecido em qualquer Câmara Municipal do país. Esta troca deu-se com um dos responsáveis pelo desenho da estratégia ambiental para o Concelho, num rescaldo de uma pergunta relativa à possibilidade de se estabelecer um "Conselho Municipal do Ambiente", aberto à cidadania, para desenhar a estratégia ecológica do Município. Afinal, o Conselho já não se fazia nos moldes inicialmente falados, tendo sido relegado para um mero "fórum de discussão informal em torno da estratégia ambiental do município" - pouco burocrático, não oficial, e não vinculativo. À pergunta, feita por este doutorando, "*porque não aproveitar os imensos e reconhecidos conhecimentos da sociedade civil montemorense em termos ambientais para desenhar coletivamente a estratégia do município*?"[93] (notas), a resposta foi esta:

[93] Em Montemor-o-Novo, para além de uma forte massa crítica em torno da cultura e da ativação cidadã, existe também um forte tecido local que experimenta ativamente com práticas de proteção e regeneração ambiental. Tem uma imensa sociedade civil, sendo um dos municípios de Portugal com mais associações de sociedade civil *per capita.* O Montado do Freixo do Meio é reconhecido nacionalmente pelas suas experiências de produção biológica, equilibrada, regenerativa e em cooperativismo; Existem também biólogos de renome, vários viveiros comunitários, associações de desenvolvimento local com uma forte propensão de proteção ambiental, experiências de agrofloresta sintrópica pioneiras em Portugal, vários hectares em plantação

"*Da minha experiência, começar uma discussão coletiva sobre qualquer coisa numa página em branco, é receita para se discutir muito e não se chegar a nada*"[94].

Esta afirmação não estava baseada em "experiência" efetiva alguma (algo que o técnico admitiu pouco depois, confessando nunca ter trabalhado com processos deliberativos e participativos no desenho coletivo de estratégias, especialmente partindo de uma "folha em branco"); estava, sim nos "traumas" coletivos que existem em relação a este tipo de experiências – como os descritos acima neste texto.

Assim, o que a descrição detalhada das reuniões a MoVivo pretende demonstrar – tal como este esforço de investigação – é uma reflexão em torno das possibilidades efetivas, das eficiências encontradas em termos de tempo e carga laboral sobre técnicos e funcionários públicos, e finalmente do carácter infinitamente mais criativo, participado e legitimado (por participação direta) de ter discussões coletivas sobre um qualquer tema, mesmo (e sobretudo) partindo de uma "folha em branco". Ou seja, comparar aquilo que habitualmente demora meses a produzir, por parte de um executivo camarário sem experiência de democracia deliberativa (no caso de Montemor-o-Novo, 30 meses), com o que foi conseguido em cerca de 3 (três) horas pela MoVivo, relativamente ao desenho de estratégias políticas temáticas, neste caso para o ambiente. A comparação é igualmente válida para a produção de propostas eleitorais.

Pretende, mais uma vez, e tendo em conta o objetivo deste esforço de investigação e consequentes metodologias adotadas, inspirar também o poder público, não apenas a ouvir e contar com as bases da cidadania, mas a experimentar com estas abordagens e metodologias, repensando efetivamente o seu funcionamento interno e desenho institucional. Introduzem-se assim, abaixo, alguns conceitos e mecanismos, que foram transversais a todas as reuniões e considerados essenciais pela equipa de facilitadores.

Começa-se com uma nota para as ferramentas utilizadas na preparação destes projetos coletivos. Tendo em vista o desejo de se construírem documentos abertos e coletivos, de trabalho comunitário e facilmente acedidos por todos, escolheu-se utilizar ferramentas como a *GoogleDrive* e *GoogleDocs*, uma vez que já muita gente utiliza e está familiarizada com estas plataformas, facilitando a sua "adoção" e, por consequência, o trabalho nas mesmas[95]. Não era preciso descarregar nada, instalar nada e ensinar muito pouco a quem se juntava. Cada documento aberto/acessível tinha assim uma

---

comunitária e autóctone ativa, associações de proteção ambiental, e várias outras pessoas e iniciativas que estariam dispostas a discutir e co-desenhar uma estratégia ambiental local adaptada ao Sec XXI.

[94] Em reunião com responsáveis da CM de Montemor-o-Novo

[95] Não obstante, foram verbalizadas algumas reticências quanto à utilização de ferramentas que centralizam tanto poder, riqueza e exploração de dados por parte dessas plataformas.

nota inicial a explicar a natureza do mesmo (aberto a comentários, edição ou apenas consulta – este último para documentos fechados). Os documentos de registo de reuniões – numa busca constante de manter a transparência, mas também de facilitar o envolvimento de novas pessoas que fossem chegando no meio do processo – foram organizados com índices no início de cada documento, para cada data de reunião. As atas de cada reunião eram colocadas abaixo no mesmo documento, cada nova reunião a ser registada acima da última, mantendo-se assim naturalmente uma cronologia de fácil pesquisa em torno do projeto como um todo.

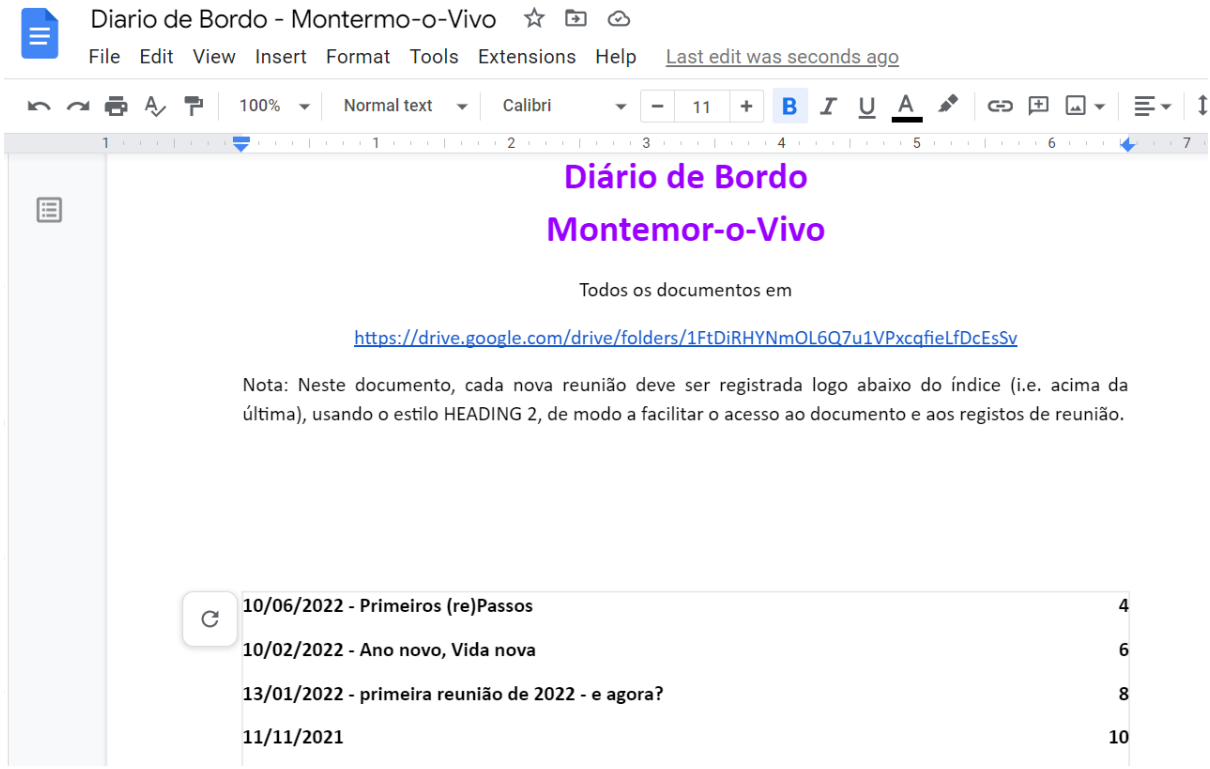


Figura 7.4 - Exemplo de cabeçalho de documento aberto e partilhado

Já em relação às reuniões: No início de cada uma faz-se um *check-in,* uma espécie de "apresentação" de cada participante, em jeito de resposta a uma pergunta ou desafio que permita que o grupo identifique uma característica ou estado de espírito no momento inicial do encontro. Este exercício deve ser curto, estimulante e -eventualmente- interativo. Uma nota importante para o facto de, apesar de ser visto como "*hippie"* por alguns dos participantes, ter o mérito de conseguir alguns resultados, dependendo da intenção do mesmo: por exemplo, no caso de a pergunta ser em torno dos "níveis de energia" com que se chega à reunião, cada qual tem a oportunidade de revelar se se encontra cansado ou irritadiço, ou lento, ou qualquer outra característica ou emoção que esteja a "defini-lo" naquele momento. Isto tem a vantagem de indicar a outros participantes que o tal participante necessita de mais tempo para falar, ou de usar frases mais curtas e incisivas e mesmo – salvo ressalvas relacionadas com eventuais quadros de segurança previamente acordados, ou com

base no simples bom senso e cordialidade – permitir algumas reações mais acesas, sem despoletar indignações ou maiores alaridos. Este exercício pode também procurar estimular a imaginação (perguntar que animal seria hoje, ou que cor, ou que personagem histórica, etc. – e porquê), ou simplesmente facilitar o "baixar da guarda", convidando participantes a envolver-se em exercícios de "ridicularização coletiva", capazes de despoletar sorrisos e "deixar cair a máscara", permitindo ver e ser visto e relacionar de uma maneira distinta à que estamos habituados. Pode ser "gritar alto" ou "saltar alto" ou "deitar a língua de fora e deixar sair o ar", ou qualquer ideia *nonsense* que permita movimento, sempre uma mais valia no início de cada reunião. É de notar, no entanto e como sempre, que há quem não se sinta confortável com estes exercícios e prefira não participar. Nestes casos, que aconteceram também na Montemor-o-Vivo, essas pessoas foram – depois de terem sido convidadas a participar – naturalmente deixadas tranquilas, a presenciar ainda o exercício, a absorver informação e (eventualmente) a considerar participar numa próxima vez.

Existem também estratégias de acolher participantes que chegam atrasados ou a meio das reuniões. Para isto, define-se á partida umo "*Responsável*" incumbido de relembrar a quem chega atrasado que deve nesse momento adotar uma posição mais de escuta, até haver um momento para o seu enquadramento. Se chegarem mais pessoas de uma vez (3 ou mais?) considera-se um reenquadramento rápido em grupo, que pode ser feito pelos facilitadores. Foi também notado e acordado que a utilização de "linhas narrativas" do que está atualmente a ser debatido podem facilitar o "embarque" na discussão (sendo que os pontos anteriores podem ser explicados "mais tarde"). Ainda neste ponto, fica a sugestão, surgida em retrospetiva no final deste esforço de investigação, de que podia ser instalada uma prática de indicar que as reuniões começam cerca de 30 minutos mais cedo para todos aqueles que vêm pela primeira vez – para que possa haver uma introdução ao processo, métodos e ponto de situação, embarcando pessoas em maior pé de igualdade nas reuniões que tomam lugar. Isto poderia ser válido, não apenas em termos de práticas internas de colaboração, mas também de "*descomplicação*" do "macarrão político-burocrático" que há que navegar em direção ao empoderamento da cidadania. Isto poderia ser mais facilmente conseguido por via de mapeamento de valências, de modo a saber a quem recorrer aquando uma determinada duvida ou curiosidade assomar a alguém ou em algum momento.

Também o conceito de "*parque de estacionamento de ideias*", já referido acima, é importante. Este é um sistema de gestão de prioridades e definição coletiva de propostas (de agenda ou outras) utilizado nas reuniões da MoVivo. O sistema é simples[96]: Aquando da apresentação de propostas, é aberto um espaço para partilhar objeções (argumentos que possam inviabilizar ou fazer cair a

[96] Todo o processo pode ser consultado em detalhe no Anexo B

proposta feita) ou inquietações (argumentos que, não inviabilizando a proposta, se relacionam com ela e exprimem inseguranças ou dúvidas). Enquanto as primeiras são anotadas e diretamente tratadas para fazer emendas e fazer evoluir a proposta, as segundas, não cabendo diretamente na proposta feita, e não inviabilizando a mesma, são também consideradas, mas colocadas num "parque de estacionamento" de ideias: um "local" onde se anotam inquietações expressadas, impedindo que as mesmas "atrapalhem" a discussão em curso, mas prometendo algum tempo, num momento posterior, onde as mesmas possam ser debatidas, esclarecidas, tranquilizadas, e/ou eventualmente incorporadas nas propostas ou numa futura sessão de trabalho. Normalmente isto acontece durante a mesma reunião onde essas inquietações são levantadas.

E, finalmente, a importância do local, da celebração, da bebida e da comida.

Do local porque foi sempre escolhido um local acessível, num ponto de passagem onde cada pessoa conseguisse ver as pessoas, a interação, levar um folheto informativo e ser convidado para atender a esta ou uma próxima reunião. O espaço escolhido para as sessões coletivas da MoVivo tinha várias vantagens: "*era bonito, arejado, permitido,*[97] *visível por quem passava, e convidativo. Apesar de não passar muita gente*[98]*, e a logística ser difícil*"[99] (notas). A determinada altura foi sugerido que seria interessante ter um espaço/sede onde tudo se encontra já no local e tem apenas de ser distribuído, aliviando o peso da logística. Mas foi também notado, no entanto, que esse espaço mais "fechado" teria a desvantagem de não se abrir a quem passa e que, na sua curiosidade, se possa aproximar (sessão final).

Da celebração porque, depois de 3 horas a reunir (seja lá sobre que assunto for) é importante dar aos membros de qualquer equipa um sentido de término, de realização e motivação para continuar a trabalhar e manter o moral, fomentando uma prática e uma coletividade a que "*apetece voltar*". Além disso, celebrar a conclusão de passos de um projeto ajuda a solidificar o sentido de unidade e coesão da equipa (neste caso, da comunidade), facilitando a participação em futuros encontros, o que a torna um aspeto crucial do projeto. Para mais, muita da discussão, da reflexão dialética (i.e., em interação com os outros), e do aprofundamento do entendimento de processos, ideias e visões acontece nas conversas informais, nos intervalos ou logo após os encontros. A discussão "de café" nos momentos pós-sessões da MoVivo (que se davam na ecopista, onde não passava muita gente) era muitíssimo frutífera; e tinha a vantagem de ser ouvida -e por vezes mesmo participada- por outros clientes que

[97] A MoVivo aconteceu durante a pandemia Covid-19 em Portugal, que levou à restrição temporária de ajuntamentos e circulação.

[98] idem

[99] Devido sobretudo ao advento da pandemia da Covid-19 que ditava o recolhimento continuado da grande maioria da população

se encontravam nos cafés (ou tascas) onde muitas vezes estas discussões aconteciam (notas, sessão final).

Já a questão da bebida trouxe uma problemática interessante. Considera-se da maior importância deixar aqui esta reflexão, pela natureza da cultura em que operou este projeto (e operarão outros que, espera-se, entretanto o decidam emular). A problemática do consumo de álcool materializou-se em algumas das discussões tidas após algumas das sessões, e na sessão de síntese final, e mesmo durante eventos da campanha política. Foram partilhados dois ensinamentos, que nutriram a reflexão do tema: por um lado foi relembrada a visita e ensinamentos da Caravana Zapatista[100] a Montemor-o-Novo, no ano de 2020, onde revelaram que, nas suas comunidades e modos de vida, se combate fortemente o consumo de álcool e estupefacientes (especialmente em momentos de discussão e reunião política)[101]; por outro, uma abordagem referente a estratégias explicitamente desenhadas para atrair pessoas. Isto acontece por via, quer da comunicação em torno de algo na linha de "*Se há vinho eu vou*", quer da alusão a estratégias de "*entrosamento social com comunidades*" e construção de outras, usando o consumo de álcool como uma ponte de estabelecimento de relações de confiança e como um desinibidor social – e mesmo político. O "pequeno café da vila" como local de discussão pública, onde o álcool define o local, a demografia e a abordagem, é um local muito diferente de uma biblioteca ou uma outra localidade - como por exemplo os "*caracoles* zapatistas"[102]. Foi relembrada (durante a sessão final de síntese) a história do renomado educador José Pacheco[103], em que o mesmo afirmou que "*até começar a beber álcool com os pais das crianças nos cafés, não foi possível obter confiança, nem abrir a comunidade a uma nova abordagem educativa*", e que defendia que "*a cada 4 reuniões, 3 devem ser de festa – para que gostemos uns dos outros* ***antes*** *de trabalharmos uns com os outros*" (notas). E o facto é que a maior parte das pessoas de Montemor-o-Novo não conhecia (então) muitas das pessoas que colaboraram na MoVivo. Ou seja, faltou uma discussão sobre a abordagem e

[100] Organizada e levada a cabo por populações combatentes de Chiapas (antigamente pertencente ao estado do México), em que populações indígenas, organizadas em torno de moldes profundamente democráticos e decrescentistas, quiseram vir à Europa partilhar as suas experiências e galvanizar a luta contra modelos capitalistas e centralizadores de poder no coração do velho mundo.

[101] De notar aqui que esta é uma especificidade de organização social e política que tenta combater o consumo excessiva de álcool por parte das populações indígenas, que tanto sofreram pela subjugação a esta droga que as atingiu violentamente ao longo dos séculos. Ou seja, a renúncia ao álcool materializa um afastamento do alcoolismo, e uma exaltação da libertação face a agentes externos e nocivos – tal como a luta anticolonial.

[102] Nome dado ás comunidade Zapatistas em Chiapas, onde o consumo de álcool por militantes é por demais desincentivado.

[103] Em conversa informal anterior

o consumo de álcool *durante* o projeto e a própria campanha – uma discussão que ganhou o seu espaço mais tarde, e persiste no seio do movimento, mas que não teve nem lugar nem conclusão até ao fim da escrita desta tese de doutoramento.

Não obstante, durante a aventura da MoVivo, no final de algumas reuniões, apareceram caixas de vinho, o que levou ao "*surgimento de discussões mais acaloradas que resultaram em violências verbais entre os participantes*" (sessão final). Por vezes isto aconteceu em espaço público, em frente de transeuntes ou curiosos que ouviam as conversas e viam "pessoas de fora" aos berros, o que não abona em favor do movimento (notas).

Finalmente, da comida. Porque, e não obstante as hesitações partilhadas nos parágrafos acima, no final de cada encontro da MoVivo, houve sempre "mesa posta": um termo bem alentejano para convidar cada qual a trazer algo para petiscar e beber para que, uma vez terminada a reunião, possa haver algum tempo informal (ainda que "previsto" no desenho das reuniões) para que as pessoas se encontrem, se conheçam e desenvolvam a sua participação no projeto e no desenho da proposta política. Sempre um trunfo em qualquer evento desta e de outra natureza (notas).

Já quanto às sessões propriamente ditas da MoVivo, estas começaram todas por um *check-in*. A seguir seguiu-se uma proposta de agenda, preparada de antemão, mas prevendo a integração de novos pontos, propostas de trabalho ou discussão que cada membro considere importante. Uma agenda "aberta" permite que todos sintam que têm capacidade de intervenção e desenho da reunião, assegurando um sentimento de pertinência e ajustamento a expectativas e necessidades de cada umo. Após o desenho da agenda, define-se coletivamente quanto tempo será dado ao tratamento de cada tema. O passo seguinte é o do tratamento de cada tema, dentro do tempo acordado.

Apesar do registo detalhado das sessões da MoVivo poder ser encontrado no Anexo C desta tese, a tabela abaixo resume a estrutura e passos das 9 sessões de democracia deliberativa da MoVivo, de modo a dar um enquadramento de esforços e objetivos, passos dados e encadeamento de ideias e processos. As sessões estão numeradas de 1-9 para facilitar a leitura. As sessões constroem-se "do individual para o coletivo", ou seja, partindo da mundivisão, ideias e realidade subjetiva de cada participante, construindo depois em direção a entendimentos coletivos que agreguem ideias semelhantes, ou encontrem compromissos entre ideias contraditórias. Assim, a primeira coluna, chamada "*do individual*…", refere-se ao momento inicial da sessão, em que se respeita a individualidade de cada umo e se proporcionam momentos de reflexão individual, escrita individual de ideias, etc. A segunda coluna, nomeada "…*ao coletivo*" agrega o resto do exercício, onde a deliberação e a busca de visões coletivas predomina. Esta segunda coluna divide-se, no entanto, em três sub-colunas, a saber: a Discussão, onde as ideias se encontram, se apresentam, e se explicam inicialmente; a Agregação, onde as ideias se combinam, misturam e resultam em acordos entre

participantes que permitam avançar sem que ninguém se oponha veementemente ao enunciado; e a Conclusão/Resultados, onde as ideias têm já uma forma coletiva, capazes de integrarem uma proposta política coesa e coerente.

Tabela 7.1 - Esquematização das Sessões Coletivas da MoVivo

Sessões	do Individual…	… para o Coletivo		
		Discussão	**Agregação**	**Conclusão / Resultados**
1	• Apresentação da ideia da plataforma • Apresentação dos primeiros esboços da Visão e Missão • Apresentação da problemática sobre "correr independentemente" ou com apoio de um partido • Proposta de processos de trabalho e decisão + calendarização (9 sessões) • Proposta de nome para o coletivo	Plenário: • Perguntas e Respostas sobre o projeto e seus fundamentos • Contributos e inquietações sobre propostas de Visão e Missão • Debate em torno da proposta de participar em nome próprio ou aceitar a proposta feita de correr com o nome de um partido		• Batismo da plataforma; • Aceitação da calendarização e métodos
2	Votação final: • Processos de tomada de decisão da MoVivo • Aprovação da Visão e Missão • Decisão sobre participação nas eleições: como plataforma independente, ou na égide de um partido político • Ideação inicial: cada pessoa escreve TODAS as ideias, visões, sonhos e soluções que tem para Montemor (uma por post-it)	• Agrupamento das ideias em 5 temas gerais • Acerto de calendarização para cada um dos temas • Discussão inicial de cada tema, em coletivo, para alinhar esforços e intenções.	• Dentro de cada temática identificada, agregam-se subgrupos – estes serão o ponto de partida para as mesas de discussão em cada uma das sessões dedicadas a um determinado tema	• Necessidade de identificar e registar ideias de melhoria (de processos, abordagens, etc.) • Participar em nome próprio (i.e., sem estar sob a égide de partidos políticos); • Abrir espaços de apreciação e entendimento no final de cada sessão
3-7	• Apresentação da metodologia e materiais a utilizar (por exemplo; cartolinas, post-its, eixos tempo/autonomia, horários a respeitar, etc.)	Subgrupos: • Cada pessoa se junta à mesa que trata um determinado subgrupo de ideias, dentro do tema da sessão • Ao final de 45mins há uma pré-apresentação das discussões e ideias tidas até então • Prosseguem-se as discussões mais 30 minutos (cada pessoa pode trocar de mesa)	• Apresentação ao coletivo das 5-6 propostas principais de cada subgrupo; • Colocação (coletiva) de post-its com propostas num eixo de temporalidade / autonomia	• Fecho da proposta política para o tema do dia; • Relembrar do próximo tema • Celebrar
8	• Apresentação das várias metodologias de seleção de candidatos + escolha da metodologia (debate + obtenção de consentimento) • Apresentação do documento interno de relação entre representantes institucionais e as dinâmicas internas da MoVivo	• Revisão das propostas programáticas por tema • Revisão final do programa político • Tiragem à sorte dos candidatos "elegíveis"	• Confirmação de cada candidato • Partilha de emoções, sentimentos, e condições pessoais de aceitação do cargo • Definição de Grupos de trabalho para a etapa de campanha eleitoral (com mini-discussão para acertar uma primeira data de trabalho de cada GT)	• Relembrar o processo, agradecer a curiosidade e experimentação, relembrar participantes de cada GT + primeiras reuniões acordadas de cada • Celebração
9	• Revisão e aprovação das propostas de cada um dos grupos temáticos	• Cada um dos temas apresenta uma proposta política final, a figurar no programa eleitoral do movimento;	• Espaço para anotações, sugestões ou pequenas alterações ao texto	• Check-out da experiência • Energização para a campanha que se avizinha

Uma nota para uma alusão que foi feita ao "*horror a post-its*" (sessão final) por uma das participantes, alegando que a faz sentir levemente "infantil", mesmo compreendendo a sua utilidade. Da parte do facilitador, também presente, surgiu a observação de que "sentir-se infantil" não tem de ser forçosamente um sentimento negativo, havendo muitas coisas que se podem aproveitar desse estado de espírito (por exemplo, desde ter menos barreiras a avançar propostas e sugestões, até estar mais presente e entretido com os exercícios e desafios que lhe são feitos). Não obstante, a utilização de *post-its* oferece várias vantagens: as de recolher rapidamente muitas ideias em muito pouco tempo; a de permitir a quem tem menos facilidade de se exprimir em publico de participar em pé de igualdade com outros mais "desenvoltos" nessa matéria; e a de oferecer um caminho facilitado e respeitoso entre o individual - de onde tudo parte-, e o coletivo – onde se compõe e empodera o sonho.

7.4 - Listagem de personagens arquétipos

Antes de avançar na análise de dados recolhidos para esta secção de análise da MoVivo, e aproveitando a renovada referência a outros movimentos e experiências coletivas, aproveita-se para se arriscar aqui uma listagem de arquétipos amiúde presentes neste tipo de iniciativas. Não sendo possível listar exaustivamente os arquétipos presentes em *todas* as iniciativas (passadas e futuras), considerou-se, no entanto, desejável fazer um mapeamento na diagonal, capaz de apoiar quem tenta replicar este tipo de abordagens a reconhecer e potenciar quem também nelas participa. Começa-se com a figura do facilitador (um "arquétipo" que deveria ser ativamente incluído em todos os projetos coletivos), descobrindo depois o "participante acidental", os "primeiros entusiastas", as "figuras de proa", "os campeões existentes", as "personagens artísticas", os "craques administrativos", os "representantes *high-level"* e mesmo os "cuidadores". No final, espera-se contribuir para a capacidade de leitura e compreensão dos diferentes ecossistemas sociais que se vão tecendo em torno de projetos comunitários e de transição.

i) Facilitador

O papel da facilitação surge como o grande definidor da qualidade dos encontros e da geração de trabalho coletivo. A personagem do facilitador, externa ao processo e pilar do desenho e gestão de energias e interações, para além da troca verbal de informações, demonstrou ter uma importância vital ao bom decorrer do processo.

Note-se que este papel não se cinge apenas à gestão da reunião em si, mas inclui também o desenho da mesma bem como a definição de mecanismos de gestão de conflito e atrito durante o encontro. O trabalho de umo facilitador pode ser assumido individualmente ou em pequenas equipas. Mas, especialmente em projetos desta natureza – onde a participação é voluntária e não remunerada, e onde o objetivo é a aprendizagem mútua e a construção de comunidade – denota-se uma grande mais valia em constituir mini-equipas para o desenho e facilitação de encontros. O resultado desta existência de mini-equipas em torno do desenho e facilitação das reuniões, observado em várias sessões organizadas (quer nos estágios de preparação, quer nos de

implementação, incluiu a motivação extra do facilitador principal (da sessão), os *insights* preciosos de quem já assistira a sessões "de fora" (no papel de facilitação), e a maior distribuição de trabalho prático na preparação das sessões (organizar *post-its*, quadros brancos, marcadores, molas, mesas, rolos de papel, etc.).

A Montemor-o-Vivo teve a "sorte" (ainda que ativamente procurada) de conseguir envolver, desde o início, um incrível facilitador com ampla experiência em educação alternativa (baseado, entre outras, na abordagem da Escola da Ponte / Projeto Âncora do já referido José Pacheco[104]) e em facilitação de grupos, em processo interno a outros projetos, ou mesmo em iniciativas políticas. O facilitador dominava perfeitamente os métodos de gestão de tempo, espaço e atividade, com uma capacidade de desenhar e facilitar processos colaborativos de maneira a envolver pessoas num processo contínuo, prevendo níveis de energia e de como os aproveitar ou colmatar pontos de foco, momentos de lazer e dispersão. A capacidade de assegurar espaços de segurança (para expressão e participação igualitária e efetiva), e manter uma dinâmica de participação que difere largamente das normais dinâmicas de gestão de um projeto desta natureza e envergadura (político ou não) foi outra constante. Note-se que se manteve o mais neutro possível – essencial ao seu papel de facilitação – privando-se muitas vezes de participar em momentos de tomada de decisão que lhe interessavam diretamente. Não obstante, em momentos ou temas que considerou, pessoalmente, mais importantes, foi possível organizar a sua participação, suspendendo momentaneamente o seu papel de facilitador – por via quer da natureza do momento da reunião (por exemplo, durante uma divisão em grupos mais pequenos), ou por recurso a umo "facilitador sobresselente", que assumiu funções quando necessário.

Uma nota para revelar que, enquanto facilitador sobresselente em alguns dos momentos descritos acima, este investigador sentiu na pele a dificuldade que é a de adotar um papel de facilitação. A capacidade de ler uma "sala", de manter o ritmo, energia e cronómetro, de manter o foco e de dar espaço à participação – qualquer que ela seja – sem deixar "descarrilar" o andamento do processo e a sua chegada a bom porto, é de uma dificuldade palpável, apenas colmatável por via da aprendizagem, da prática e do acompanhamento de processos desta natureza. Assim, e tendo em conta estas dificuldades sentidas, este investigador participou posteriormente de algumas sessões de formação desta natureza, de modo a capacitar-se para a facilitação de outras sessões, noutros projetos (como na EC, por exemplo). Apela-se então que qualquer projeto desta natureza ou semelhante aposte fortemente em assegurar a presença de umo facilitador com alguma experiência, que potencie imensamente a experiência de participação e eficácia participativa, que estes projetos procuram experienciar e demonstrar.

Na mesma linha, e tendo em conta quer as descobertas práticas da implementação de práticas alternativas de gestão territorial e de grupos, quer o potencial de replicabilidade destas experiências, urge uma nota: se por

[104] A Escola da Ponte e o Projeto Âncora, idealizados por José Pacheco, são iniciativas educacionais em Portugal e no Brasil que promovem uma aprendizagem autónoma, colaborativa e inclusiva, sem turmas nem divisões, onde os alunos participam ativamente na gestão do seu processo educativo e na construção de uma comunidade de aprendizagem.

um lado este elemento da facilitação assegura e potencia enormemente o processo colaborativo, revela também um calcanhar de Aquiles no mesmo. A riqueza do processo colaborativo e a harmonia entre atores durante os processos de trabalho – e sobretudo em momentos de conflito ou tomada de decisão – parecem ficar imediata e diretamente ligada à facilitação (abordagem, qualidade, animação, fluidez e eficácia). Ou seja, a diferença na qualidade das reuniões (facilitadas vs. não facilitadas) é imediatamente identificável – apesar de não inultrapassável – com impactos na própria eficácia da reunião, e mesmo no moral de quem nela participa.

ii) Participante Acidental

Um dos elementos que se procura atrair e tornar essencial em processos colaborativos e horizontais de gestão territorial, são as pessoas que ouvem falar do projeto, se aproximam para o "provar" e acabam por ficar e se envolver – mesmo se em diferentes níveis. Na maioria dos casos são trazidos por amigos ou conhecidos, vêm atraídos por uma narrativa de mudança e liberdade radical, ou apenas por um espaço que lhes promete serem ouvidos e considerados na construção de um sonho ou realidades comuns.

Nota de campo: entre estos participantes acidentais encontraram-se "locais" (pessoas originalmente da terra) e "estrangeirados" (pessoas de fora – quer de outras localidades em Portugal, quer do estrangeiro). Apesar da participação de todos ser importante, o impacto maior parece acontecer com a capacidade de atrair participantes locais. Não apenas, no caso específico da MoVivo, pelo facto de quase inerentemente votarem localmente, mas sobretudo pelo efeito multiplicador que parece ter na população próxima como um todo. Outro aspeto importante é o conhecimento profundo que têm da localidade, da sua história, dos problemas, das suas tentativas anteriores de resolução, das outras pessoas locais "que (se) interessam" sobre um determinado assunto, das instituições existentes e seu trabalho – ou falta dele – das prioridades dadas historicamente aos diferentes tópicos em discussão e à capacidade de resolver problemas e encontrar soluções (logísticas ou pessoais) para os mais diversos problemas, que vão invariavelmente surgindo em projetos desta natureza.

Assim, a entrada de "locais" para os movimentos tem a grande vantagem de começar a enraizar esses movimentos nas localidades que se propõem impactar: quer pelo "boca-a-boca" que resulta da participação num projeto diferente e inovador, quer pela aproximação que se vai fazendo às gentes convidadas pessoalmente pelos "locais", ou que sejam parte da solução de problemas vários que vão surgindo.

Outro momento importante do enraizamento da MoVivo surgiu aquando da seleção – por tiragem à sorte – dos vários candidatos para a lista eleitoral criada para as eleições locais. O fato de vários "locais" terem sido selecionados ("*escolhidos pelas deusas*") levou a várias trocas de impressões com outros "locais" e a um boca-a-boca inevitável nas pequenas localidades. O teor destas trocas, apesar de difícil acesso, e de não serem certamente sempre positivas, tiveram a vantagem de colocar o movimento, as suas pessoas e as suas práticas e seus porquês (inclusive a utilizada para a escolha de candidatos) nas bocas da localidade, lançando discussões e ideias novas para a arena política.

Outro aspeto importante que emergiu das conversas informais com candidatos e participantes na MoVivo, foi que a sua participação teve um importante impacto no seu desenvolvimento pessoal e mesmo enquanto membro da comunidade, abrindo portas para avançar projetos paralelos ou encontrar ligações improváveis com outros moradores.

iii) Primeiros entusiastas

Estes personagens (que o mundo empresarial chama de *early adopters)* surgem amiúde de entre outros projetos de natureza coletiva, e são centrais para os primeiros passos de um projeto da natureza da MoVivo. As suas características identificadas são sobretudo a capacidade organizativa, a eficiência, metodologia (por vezes mesmo a apostar no desenvolver do projeto como futuro emprego?). São grandes entusiastas dos projetos nos seus estágios iniciais (e por vezes mais tarde), assumindo o papel de "locomotivas" (i.e., forças motrizes iniciais de organização de grupos de trabalho ou mesmo estruturas inteiras), e lançando as bases organizativas do projeto. É de notar que estos arquétipos tendem a aceitar muita da carga de trabalho inicial que – por uma natural falta de organização inicial, ou por igualmente natural falta de entusiasmo inicial dos outros participantes – tende a recair sobre quem mais se dedica. Isto, apesar de importante para o inicial desenrolar de projetos coletivos e voluntários, tende a concentrar muita informação, trabalho, decisões e visão espacial numa pessoa, correndo o risco de criar "dependências" da coletividade (que sem trabalhar vê o trabalho a progredir), e mesmo de criar o risco de paragem abrupta do projeto (no caso de demasiada sobrecarga sobre essa pessoa poder levar a um *burnout*, ou de essa pessoa de repente sair do projeto – por qualquer necessidade ou oportunidade – correndo o risco de deixar o mesmo em "suspenso").

iv) Figuras de Proa

Elemento ativo da comunidade em que se envolveu politicamente, com uma personalidade forte e com grande historial de projetos já instaurados e com algum sucesso. Prefere amiúde a eficácia ao processo participativo igualitário, expressando-se muitas vezes de uma forma que, por ser "detentor da razão e da visão", tem o condão de deter ou desencorajar outros de participar (sobretudo em reuniões ou momentos de desacordo).

Resumindo: estas personagens têm uma capacidade incrível de trabalho e de eficácia, e/mas exasperam com o ritmo dos processos coletivos. E a forma como expressa esse descontentamento pessoal impacta negativamente a cultura de segurança e sensação de respeito e igualdade dentro do grupo. Quer continuar a participar e, no caso da MoVivo, depois da discussão que despoletou a sua "ação impulsiva", resguardou-se mesmo um lugar menos "de proa" durante o andamento do projeto, apesar desse lugar ter sido "naturalmente" reocupado no *sprint* final que participar numa eleição forçosamente imprime a um projeto.

v) Campeão existente

Este é um tipo personalidade interessante, com valências e problemas específicos, mas indiscutivelmente importante na constelação nascida em torno dos projetos coletivos aqui estudados. Refiro-me aqui a *ele* no masculino por revelar bastantes características daquilo que é identificado como patriarcado, denunciado pelo feminismo enquanto corrente politica, filosófica e de resistência (Siafaka, 2020)). Não tem forçosamente de estar presente em todos os projetos coletivos (eventualmente a replicar depois destes), mas ajuda. Esta personagem caracteriza-se por já ter conseguido avançar alguns (ou muitos) projetos e ser reconhecido por isso, conquistando assim uma aura de competência e referência, que novos projetos podem "usar" para usufruírem, quer de uma rede de contatos locais importante, quer de uma forte capacidade de trabalho extra.

No caso do projeto estudado (e noutros vividos por este doutorando), estas personagens apresentam uma forte personalidade, de líder por feitos e feitio, defensores da natureza coletiva e acessível de todos os projetos, mas normalmente com uma visão mais centralizadora/vertical dos processos relativos à sua gestão. Privilegiam a eficácia e o trabalho prático, e costumam ter "pouca paciência" para dinâmicas de facilitação – especialmente quando estas visam especificamente trabalhar laços de afetividade e confiança entre os participantes de um processo coletivo ("coisas *hippie*", como por vezes lhe chamam, derrogatoriamente). Foi notado por alguns elementos que a forma como estas personalidades expressam esse descontentamento para com processos coletivos de cultivo de proximidade e a falta de paciência para os (necessariamente mais morosos) processos de decisão coletiva, impacta negativamente a cultura de segurança e sensação de respeito e igualdade dentro do grupo – resultando mesmo, e desde o início, no eventual afastamento de pessoas importantes para o bom desenrolar do projeto. Também é importante notar que, à medida que a comunidade se fortalece, em torno destes projetos, mas também de outros que a compõem, a falta de "disponibilidade" para lidar com opiniões mais centralizadoras, menos cordiais, ou de displicência em relação a outros pontos de vista cresce – o que pode ser um bom indicador, se o mesmo se relacionar com uma cultura de comunidade especifica que se buca promover e defender.

Por exemplo, no processo da MoVivo, a determinada altura uma destas personalidades "atalhou" um dos processos participativos - no caso, para a escolha dos 5 temas centrais do MoVivo. Fez a agregação de post-its individuais sozinho (por ausência, a ele alheia, de outros voluntários), revelando imediatamente uma imperfeição de processo que se materializou quasi-imediatamente num conflito com outras partes e no potencial de perda de confiança no processo. Refiro-me aqui ao potencial de agregar várias ideias noutros temas mais abrangentes, tendo, no entanto, escolhido dar mais saliência a um que considerava importante, independentemente da expressão do coletivo – ver abaixo, na secção "Estrutura e desenvolvimento das sessões da MoVivo", 2ª sessão.

Em alguns casos, como aconteceu na MoVivo, este tipo de personalidade acaba por (des)tratar outro membro do coletivo, chegando por vezes a desrespeitar decisões coletivas – e mesmo algumas regras básicas de bom senso e cordialidade, que se assumem como sendo naturais, mas que, não sendo "formalmente"

enquadradas num quadro de segurança, acabam por acontecer repetidamente, sem que exista um ponto de referência para se resolver o conflito e sanar as feridas que tantas vezes dele resultam.

Isto resulta amiúde no afastamento de pessoas dos projetos coletivos lançados, o que pode ser diminuído de várias maneiras: com recurso ao 6º elemento (mecanismos simples, baratos e eficazes de resolução de conflitos internos) para a eficácia de gestão de grupos de Elinor Ostrom (2008). Também pode ser conseguido por via da aposta na celebração como elemento crucial no crescimento e fortalecimento de laços intercomunitários (onde membros se possam encontrar e desenvolver ligações extra-projeto que lhes permitam trabalhar assuntos "laborais" com mais flexibilidade e amizade); E, mais uma vez, recorrendo mesmo à facilitação durante as conversas e reuniões oficiais. É de notar que quando existe facilitação "formalizada" e de qualidade, este tipo de acontecimentos parece acontecer com bastante menos frequência. No entanto, a capacidade de prever, identificar precocemente e conseguir resolver conflitos é da maior importância neste tipo de processos.

Assim, em caso de "embate", se não existirem estes mecanismos de gestão de conflitos – o que acontece especialmente em momentos (normalmente iniciais) onde uma cultura de segurança e horizontalidade ainda não esteja totalmente definida e interiorizada por todos – a cultura que não foi "corrigida" instala-se e o projeto fica enfraquecido. A tendência de um membro que se sente agredido/injustiçado é de se desmarcar do seu voluntarismo de participação de um projeto, levando forçosamente a conversas paralelas, sectorização de posições dentro do grupo, redução da moral do grupo e eventual aparecimento de uma cultura de reduzida segurança (em termos de participação em conversas, de se exprimir, tomar posição, etc.). Isto, num momento de voluntariado (comum a tantos projetos de natureza comunitária), dificulta o trabalho também pela sobrecarga no resto do voluntariado que, com o abandono de umo, leva a que haja menos membros para distribuir as mesma tarefas e responsabilidades.

Põe-se aqui, naturalmente, a mesma pergunta colocada antes por vários coletivos que experimentam ativa e historicamente com este tipo de processos democráticos: "Como balancear vontade e urgência de agir com o "*tempo da democracia*"[105]? (Sergi, 2009). Acelerar com a implementação prática, "às custas" do trabalho de fundo de uma cultura democrática? Ou acolher a maior "lentidão" destas tomadas de decisão, e apostar na construção de uma cultura de trabalho igualitária? Este é uma pergunta onde a resposta emergirá de cada coletivo e situação, provavelmente encontrando diversos pontos no interior do espectro indicado.

vi) Personagens artísticas

Artistas. Dentro destes projetos coletivos e em tantos outros locais e já vividos por este investigador, aparecem invariavelmente pessoas com maior propensão artística, sobretudo em projetos que esposam

[105] fonte: Sub-Comandante Marcos, Zapatista, durante as negociações de paz com o governo mexicano

vincadamente uma abordagem sociocultural como ponto de partida para experimentações de gestão territorial alternativa.

Estes arquétipos apresentam amiúde uma visão crítica e criativa, defensora de movimento (por vezes mesmo físico) e abordagens culturais no desenvolver de processos participativos. A sua personalidade pode ajudar na facilitação/dinamização de momentos coletivos, uma vez que permite alertar para momentos de falta de energia, por exemplo quando se passa/passou muito tempo sentado ou a trabalhar, e "*representa pessoas que pensam com movimento e ação, e não apenas com a "racionalidade" que estamos condicionados a esperar*" [106]. É também um elemento que, pela sua natureza, "exige" momentos de celebração, de "*desnormalização*", de desconstrução, etc. que podem criar espaços de criatividade e de encontro entre membros, atuais e futuros.

Em particular no caso da MoVivo, a utilização de máscaras e personificação de personagens queridas a um meio rural (como a personagem Maria de Lurdes, usada na campanha eleitoral) trouxe – por via da autonomização permitida pelo processo, no sentido da liberdade de experimentar quaisquer métodos - princípio 7 para a gestão eficaz de grupos de Ostrom (2008) a evidência de que a arte e o espaço à expressão de todos é uma porta importante para o diálogo intra-grupo e deste com o exterior.

Figura 7.5 - Personagem "Maria de Lurdes" em campanha eleitoral pela MoVivo

[106] Recolhido em conversa informal com um dos facilitadores da MoVivo

vii) "Craque" Administrativo

Outro arquétipo de personagem que surgiu neste projeto (e também noutros vividos, quer por este investigador, quer por pessoas com quem falou informalmente durante estes anos de projeto), é aquele que tem um saber aprofundado sobre jurisprudência, contabilidade, digital, etc. Estes são elementos que parecem surgir "pelo seu pé" nos movimentos, ou que são "procurados" por membros já existentes, para suprimir lacunas de conhecimento e capacidades internas.

As personalidades deste arquétipo tendem a dar ênfase à sustentabilidade económica dos projetos e ao seu enquadramento legal. Muitas vezes líderes por feitos consumados, conhecedores profundos de códigos legislativos e estratégias de financiamento, capazes de enquadrar e financiar projetos e visões coletivas, este arquétipo surge com uma forte capacidade de "ancoragem na realidade" aquando do desenvolvimento de sonhos e primeiros passos de implementação de um projeto. Muito fortes na gestão (contabilística, estratégica e operacionalidade formal) dos projetos em que se envolvem, tendem a ser pouco coletivos na sua abordagem, por a considerarem "*desejável mas ineficaz".* Podem tanto ser um impedimento à inovação (no sentido de esta não "caber" nos moldes definidos pelas instituições) como grandes entusiastas dela (propondo soluções e abordagens "fora da caixa") – ambas com vantagens e desvantagens.

Atenção ao potencial de que a sua maneira de expressar opiniões, por ser "baseada" em códigos, leis e procedimentos administrativos, possa surgir como "inflexível, bruta" e "*injusta*" a outros participantes, impactando negativamente quer a cultura de experimentação que se procura em projetos desta natureza, quer a cultura de segurança e sensação de respeito e igualdade dentro do grupo – podendo resultar mesmo, e desde o início, no afastamento de algumas pessoas, sobretudo de arquétipo *Primeiros entusiastas* e *Participantes acidentais,* ambos importantes para o bom desenrolar do projeto, especialmente nos seus estágios iniciais.

viii) Representante "*high-level*"

O participante que atua em nome de uma entidade coletiva (por exemplo uma fundação), representa um outro arquétipo de personagem em organizações coletivas: o participante tem acesso a recursos importantes (por exemplo financiamentos iniciais), mas muitas vezes não consegue ter uma posição definida (pessoal, independente) quanto a questões que surjam durante o processo, participativo, coletivo-criativo. Apesar de normalmente não impedir o avanço dos trabalhos, prolonga a tomada de decisão coletiva, por necessidade de recorrer à estrutura formal que representa, para obter o seu apoio/consentimento. Isto pode trazer algumas vantagens como a reflexão prolongada em torno de algumas questões importantes, mas também criar "arrastamentos" que têm o potencial de atingir o moral daqueles que querem avançar mais rapidamente no projeto.

Tem também o potencial de avançar várias propostas e sugestões de conduta e prioridades, esperando depois que o grupo as implemente, não se envolvendo forçosamente, no entanto, na sua implementação. Isto

pode levar a situações de desgaste e à emergência de hierarquias naturais, mas indesejadas, entre "quem tem", "quem sugere" e "quem faz".

xix) *Babysitter* e *catering*

O arquétipo dos cuidados professado nas teorias feministas, revela-se da maior importância, no sentido de não apenas prover apoio à comunidade que se envolve num projeto, como criar espaços de participação a quem tenha a seu cuidado outros seres que impedem uma participação plena nos eventos e discussões onde tanto da nossa realidade circundante é debatido e (eventualmente) decidido. Na MoVivo, à semelhança de práticas adotadas por movimentos municipalistas de Rojava a Barcelona, procurou-se assegurar sempre a possibilidade de se trazer crianças para o encontro, oferecendo brinquedos e acompanhamento às que aparecessem. Para tal, a cada evento foi designado/convidado alguém que se responsabilizasse por manter as crianças ocupadas e felizes, de modo a permitir que os seus cuidadores se pudessem dedicar em exclusivo à discussão/exercício em curso. Apesar de isto ter sido um mecanismo parcamente disfrutado na MoVivo (no sentido de ter havido sempre alguém denominado para esta tarefa, mas nem sempre terem aparecido crianças), alguns mecanismos de rotação foram pensados no sentido de permitir a rodagem de cuidadores e participantes, de modo a poder assegurar participação equilibrada e igualitária entre todos.

7.5 - A campanha eleitoral

A campanha eleitoral da MoVivo, apesar de essencial a qualquer esforço de cariz politico-eleitoral, apenas é relevante para este esforço de investigação na medida em que foi desenhada com total liberdade e autonomia de todos quantos quiseram participar, avançando as suas ideias, obtendo consentimento (i.e., nenhum veto) do resto dos participantes e implementando-as ativa e diretamente. Aqui foi importante, quer a existência de uma ferramenta de gestão financeira como a *OpenCollective*, quer a interiorização dos valores e missão da MoVivo, que nortearam ideias e experimentações.

Também de referir que se foi constituindo uma equipa de comunicação dentro da MoVivo, que se debruçou não apenas sobre o logo, fontes, canais de comunicação e estilização de imagens e mensagens, mas também sobre o tom a adotar nas comunicações, de modo a surtir maior efeito. De referir também que, apesar da equipa de comunicação ter assumido mais ou menos a iniciativa no desenho de elementos de comunicação eleitoral para a campanha em si, esta permaneceu aberta e permeável. À medida que o foco dos esforços do coletivo foram redirecionando para a campanha eleitoral em si, as dinâmicas reorganizaram-se quase intuitivamente: os ativistas mais envolvidos no desenho, facilitação e trabalho em torno das sessões de trabalho – até então as "locomotivas" de grande parte do trabalho - puderam reduzir um pouco o trabalho, dando espaço a quem chegava, com energia e ideias para a nova fase do projeto. A equipa de comunicação ganhou centralidade, com vários ativistas a passarem a dedicar mais esforço e tempo a essa área. Estruturada em torno do que se chama,

em inglês, uma "*do-ocracy*"[107], permitiu que várias funções essenciais à boa condução de qualquer projeto surgissem naturalmente: a tomada de responsabilidade, a definição de estratégias, a produção de grafismo e conteúdos e a capacidade de tomar decisões de forma participada, autónoma e sem medo da experimentação.

A interação dos participantes na "equipa" (aberta, fluida) de comunicação demonstra bem o potencial quer de replicação, quer de escalabilidade – no sentido de que as equipas podem crescer exponencialmente, absorvendo todos aqueles que desejem participar, sem por isso ter de complicar, complexificar ou tornar pesados os processos de gestão e tomada de decisão dentro dos movimentos.

Isto levou, por exemplo, à divisão do programa eleitoral em fichas com uma única proposta, de onde emergiu um "jogo" em que uma pessoa interpelada na rua era convidada a escolher uma ficha "à sorte", que lhe era apresentada, bem como o processo do seu desenho; ou a coletânea dessas "fichas" num folheto a deixar nos cafés; ou, face aos recursos limitados, a produção de cartazes exteriores de campanha eleitoral onde a cada X dias se colava na parte debaixo do mesmo cartaz uma nova proposta eleitoral; ou mesmo a organização de eventos de "mesa posta", com convites para cantar Cante Alentejano com a população, de iniciativa de quem mais privilegia abordagens comunitárias. Levou também ao aparecimento de figurinos de interação, por parte de elementos mais "artísticos" do coletivo, algo que se mostrou particularmente interessante nos momentos de campanha em que se interagia com as populações – com especial alusão à figura da Maria Dolores, um disfarce/caraça de "velhinha", muda, com cartazes, que se passeava à frente das arruadas a interagir com gente, a dançar, e a abrir corações para que estivessem "prontas" a ouvir e receber as propostas que chegavam no momento seguinte, por via daqueles que seguiam essa personagem.

[107] "*Do-ocracy*" significaria, por miúdos, uma "*faz-ocracia*"- no sentido de quem faz, quem executa, ganha relevância, centralidade no trabalho e portanto responsabilidades que daí advêm. Isto pode resultar na concentração de esforços numa só pessoa, mas normalmente resulta na emergência de equipes que, juntas e sempre abertas a mais quem quiser "fazer" conjuntamente, abraçam a responsabilidade de tomar decisões, e de servir de "ponto de informação" para os restantes participantes e cidadania que queira participar e necessite de algum tipo de orientação e enquadramento.

Figuras 7.6 - interações com a população durante a campanha eleitoral

Em termos de processo, as ideias de ações e interações eram apresentadas em reunião coletiva, de modo a recolher sugestões e apoio. Face à mesma, e não havendo vetos por parte do coletivo (o que nunca aconteceu), o proponente ficava empoderado para / incumbido de implementar a sua "experiência", tendo para isso acesso aos valores coletados pela MoVivo – conseguido sobretudo por via de doações. Considerou-se que a comunicação deveria, no entanto, seguir algumas linhas como "*ser plural e variada: boca a boca, com folhetos nas lojas e mercearias, redes sociais, interações diretas, e usando outras formas criativas*" (sessão final).

De notar que, apesar de ter sido propositadamente desenvolvido um leque de ferramentas, um léxico e uma linguagem própria ao bom funcionamento dos métodos coletivos da MoVivo, foi feito um alerta (por um participante originário de Montemor) para a "*modernice dos termos usados*", alertando para que os mesmos sejam "*traduzidos para alentejano*" de modo a que as pessoas os compreendam e com eles se relacionem (sessão final). Por exemplo, foi sugerido substituir "formação" ou "literacia" por "*livro de instruções, ou livro de receitas, para construir comunidade*". Em relação a isto, foi notado que a capacidade de desconstruir narrativas, feita por participantes "locais", e dissecá-las em termos mais simples e próximos das vivências locais, constituiu uma enorme "*espécie de consultoria para a campanha eleitoral", "ajudando á séria para comunicar em Montemor*".

Foi neste momento da campanha eleitoral que surgiram algumas das notas mais negativas em relação ao processo como um todo, e a como o mesmo se desenrolou: Foi apontada, por exemplo, a falta de estrutura na equipa de comunicação no momento da campanha eleitoral, tendo-se denotado uma diminuição do "entusiasmo" e envolvimento de algumas pessoas após o momento de desenho do programa politico – e em especial, a ausência da figura do facilitador – que foi considerado prioritário durante a fase de construção da proposta política, mas que deixou te ter tanta presença nas reuniões de operacionalização da mesma (conversas). Uma observação importante, que demonstra a importância da facilitação em *todas* as fases de um projeto, e não apenas nos momentos mais vocacionados à participação cidadã alargada (notas). Por outro lado, a excessiva confiança que parecia haver num modelo ainda experimental, o que terá levado a haver pouca convicção na apresentação – e explicação – do mesmo. Houve também algum medo/incómodo de andar a "*evangelizar a palavra da MoVivo*" (sessão final) ao convidar pessoas para encontros e reuniões – como os

partidos políticos tradicionais fazem. Foram também feitas alusões/comparações a movimentos sociais de "*pessoas da cidade, convictas e por vezes sindicalizadas, que vêm para o campo dizer às pessoas o que, ou como, têm de pensar ou* fazer" (sessão final). Fica a nota de que, sem conseguir "*atrair organicamente*" mais "*gente originária da terra*", melhorando significativamente a "amostra" da população presente nas reuniões, será impossível ter "soluções mais completas" e coadunadas com as realidades e necessidades locais (sessão final).

Houve também a indicação de que se deveria preparar melhor os momentos dos debates – mesmo que "*debates sejam normalmente momentos de pouca construção, e de muita confrontação, a ver quem tem razão, e não momentos de construção, como deveria ser uma troca de ideias políticas*" (notas). De facto, um aspeto importante, ainda que "*potencialmente disruptivo e confuso"* da estratégia de comunicação da MoVivo, terá sido a de enviar diferentes representantes às várias entrevistas na internet, rádio e jornais, que tiveram lugar aquando do período eleitoral em Montemor-o-Novo (ata, 6/10/2021). A discussão por detrás desta decisão coletiva havia sido a de, mais uma vez, emular a filosofia da MoVivo em várias das suas vertentes: por um lado, minimizando a figura do eleito, remetendo essa atenção para o (processo) coletivo (ata 05/09/2021); por outro, tentando esbater o que a comunicação social tenta tantas vezes fazer (propositadamente ou não, e em prol da simplificação dos assuntos – este não é o objeto desta investigação): personalizar movimentos e iniciativas em torno de um único individuo (notas).

Ou seja, quem se apresentava em cada uma das entrevistas ou debates, vinha preparado com o programa da MoVivo, para o qual havia ajudado a contribuir e cuja versão final havia apoiado ou consentido. Procurava-se assim esbater a prática hierárquica (e patriarcal) de uma política centrada na pessoa, no "homem forte", na responsabilização e glorificação individual. Procurava-se também trabalhar a capacitação política pessoal de cada umo, a experimentação com posições de responsabilidade e representação política, o à-vontade em frente a entrevistadores, microfones e câmaras de vídeo e mesmo a prática de manter posturas neutras, mas construtivas, remetendo-se ao programa final e/ou ao processo coletivo proposto, como fonte de novas decisões a tomar, face a problemas ainda não discutidos ou mesmo futuros.

Num exemplo disto mesmo, foi colocada, num dos debates filmados, a questão de "o que fazer com a afluência às piscinas municipais de muitas pessoas de fora do concelho durante o verão?" A resposta do representante da MoVivo foi a de que "*para se encontrar respostas a essa pergunta, a MoVivo organizaria sessões coletivas de discussão, onde cada pessoa interessada ou impactada pudesse ser ouvida e considerada, promovendo o debate e a co-criação na procura de respostas que melhor espelhem as necessidades, visões e ideias da população*" (notas). E assim por diante para qualquer problema, em qualquer tema. Vinculando, que as sessões seriam sempre estruturadas e facilitadas por profissionais, à semelhança do que acontecera na construção do programa eleitoral da MoVivo, de modo a evitar desperdícios de tempo e energia a quem desejasse participar. Era também esse compromisso com um tipo diferente de democracia que a MoVivo se vinculava. Num outro exemplo, durante outro debate eleitoral, com outra representante da MoVivo, foi perguntada qual a posição face às touradas, muito celebradas e apreciadas localmente. A resposta foi que esse

não tinha sido um problema levantado pelo coletivo e que, portanto, não merecia qualquer pronúncia relativamente ao mesmo: se e quando esse problema se levantasse, o mesmo processo seria levado a cabo, procurando pontos de encontro, e soluções de compromisso para todas as partes envolvidas (notas).

Foi também durante as discussões resultantes da sessão final de síntese que surgiu a ocasião de relembrar a importância dos recursos para uma iniciativa desta natureza, bem como do escrutínio sobre os temas que realmente movem o desenho de políticas. A questão financeira foi importante, uma vez que esta foi um processo e campanhas desenhadas e implementadas com recurso a um tipo diferenciado de riqueza (comunitária, temporal, voluntária e de entreajuda, e não financeira): o total gasto na campanha eleitoral da MoVivo foi cerca de €1200, integralmente recolhidos por doações individuais. Esta falta de recursos foi notada sobretudo no final da campanha, em que faltou capacidade para competir sobretudo em termos de comunicação (outdoors, etc.). Foi sugerido (apesar das importantes ressalvas feitas relativamente à capacidade de mobilização interna para tudo isto,) que "*se vamos a eleições outra vez, bora evitar esse "last minute stress", e começar já. Podíamos começar a contribuir com €5 cada a partir deste mês para chegarmos á altura das eleições e ter os recursos que nos faltaram da última vez*" (sessão final).

Não obstante, foi feita uma alusão positiva ao facto de a MoVivo ter sido a força política que mais rápida e economicamente construiu o seu programa político, tendo-se mesmo assistido á "cópia" de algumas propostas por parte de outras forças políticas, de alguns pontos do seu programa eleitoral – o que "foi uma coisa ótima, porque nenhum de nós contava realmente ganhar eleições, e este abraçar das nossas propostas e prioridades foi uma coisa incrível de quem quer impactar o seu território".

Outra "frente" aberta foi a burocrática, com diferentes ativistas a debruçarem-se sobre leis eleitorais, exigências legais, passos na regulamentação da plataforma e assegurar que a mesma podia participar em eleições locais (como, por exemplo, a necessidade de haver umo mandatário para a plataforma, ou cabeças de lista, ou a quantidade de assinaturas necessárias, os prazos para cada passo e requerimento legal, etc.). De notar que aqui, como "expectável"[108], é normal haver menos "entusiasmo" por se envolver na parte burocrática – deste e de qualquer projeto. No entanto, não foi o caso na Montemor-o-Vivo, em que surgiram pessoas dedicadas a que tudo estivesse claro e corresse pelo melhor, ganhando um muito necessário espaço para que outros ativistas se dedicassem às também importantes tarefas de transmitir diretamente a mensagem da MoVivo à população. Ainda neste ponto, é importante referir os esforços coletivos em torno da recolha de

[108] Afirmação empírica, nascida de experiências pessoais e coletivas noutros projetos desta e de outra natureza. No entanto, diz a experiência (também aqui pessoal) que sempre aparece alguém, quer para aceitar a dianteira de tal sub-empreendimento, quer para participar no alívio coletivo de quem é designado para tal. No final, tal como no teatro, tudo acaba por correr bem (se bem que por vezes com algum stress).

assinaturas – que, se por um lado constitui uma oportunidade de primeira interação direta com a população, constitui também um treino importantíssimo no trabalho de política comunitária e interação constante entre a população a que a MoVivo também se presta.

De notar que esta estratégia, apesar de ter sido considerada importante na "apresentação" da MoVivo, parece ter sido complicada de "receber e digerir" por parte da população. O que foi ouvido, pela parte de envolvidos nos esforços da MoVivo, foi que *passava a impressão de que a "plataforma defendia que o presidente devia ser tirado à sorte"*, que "*ninguém sabia nem quem eram os representantes enviados às entrevistas, nem as suas competências e qualificações"*, "*o Movimento que não tem o verdadeiro candidato no debate*", ou mesmo mais diretamente: "*A minha questão é: quem é o candidato á câmara pela Montemor-o-Vivo*?".[109]

7.6 – Reflexões pós-eleitorais

Eleitoralmente falando, a noite não foi a melhor.

Parte da razão para isto é "histórica". Montemor-o-Novo fora gerido durante 4 décadas por um executivo da CDU (DianaFM, 2021) que vinha perdendo tração junto da população na ultima década, traduzindo-se numa paulatina perda de votos nas autárquicas[110]. Em conversas informais tidas ao longo dos anos com população, jornalistas e representantes políticos locais, as principais razões para isto terão sido: i) a perda de votos da população idosa historicamente apoiante da CDU (por desilusão, mas também por causas naturais – literalmente, com a morte natural de uma população cada vez mais envelhecida); e ii) o desligamento do executivo da sociedade civil – isto por parte de um executivo que havia, historicamente, apoiado bastante a iniciativa cívica, cultural e social no município, mas demonstrou, de acordo com habitantes, ativistas e agentes culturais, uma perda de dinamismo e capacidade de parceria institucional (de acordo com um habitante: "*diziam que "nim" a tudo, e depois faziam nada*").

No sentido contrário, o PS vinha ganhando votos, reivindicando ser uma força de mudança e vitalidade para o concelho. 2021 era o ano da mudança, e a população sabia-o. No final, o voto vencedor foi para uma mudança de executivo e para uma cara conhecida (o atual presidente de Câmara é originário do Concelho e foi líder da oposição em Montemor-o-Novo durante 8 anos). Ou seja, não foi para a mudança estrutural de tipo de política que a Montemor-o-Vivo sugeria. Num universo de 13 816 inscritos, com uma taxa de abstenção de 38.53%, a Montemor-o-Vivo acabaria por receber 132 votos para a Câmara Municipal e 182 votos para a Assembleia Municipal (Marktest, 2021) – um resultado insuficiente para colocar representantes da MoVivo nas instituições do município.

[109] De comentários recolhidos nas redes sociais durante debates e entrevistas da campanha eleitoral

[110] De 5313 votos em 2009 (55.03%), para 4740 em 2013 (52,5%), 3827 em 2017 (43,2%) e finalmente 2896 em 2021 (34,1%), ano em que perdeu a maioria e, consequentemente, a gestão do executivo camarário (Marktest, 2021).

Não obstante, de acordo com as reações e balanços pessoais internos á MoVivo, a participação nas eleições foi considerada bastante positiva, tendo (mais tarde) aberto portas e oportunidades aos seus temas e mesmo aos seus membros, fruto do envolvimento político e com a população. Depois das eleições, organizou-se uma pequena conversa, informal, onde as reflexões foram várias. Abaixo apresenta-se uma compilação, por tópicos, de algumas das reações e ideias que surgiram, aquando do primeiro balanço depois da eleição, muito ricas na dissecação da vivência e da experiência tida, que poderá ajudar a replicar esforços similares:

- "*182 votos deixou um sabor de desilusão, sendo que estávamos a querer mais - eleger. MAS, não há termo de comparação. Podemos ter sido muito ideológicos*" (ex.: foco na participação, métodos de escolha da figura do porta-voz). Por exemplo, o método de tiragem à sorte tirou o "*chão debaixo de muita gente*". Devia ter sido um processo interno, mas não assustar as pessoas com coisas tão "*radicais*"?". "*A mensagem de "colaboração e participação" (também) pode ter "enjoado". Faltou vincar que o nosso método de colaboração e participação levou a um programa incrível. O programa político devia continuar a ser trabalhado*."

- "*182 votos = 182 amigos. Temos de ter caras, fazer mais amigos, ganhar confiança. O sorteio de eleição de candidatos foi bom numa primeira fase em que não nos conhecemos, mas a próxima vez há talvez que fazer diferente*." E "*Podíamos escolher já (por exemplo, daqui a 6 meses) os candidatos para daqui a 4 anos. Isto deve criar familiaridade, e trazer "capital humano" para o movimento*." Ao que alguém respondeu: "*Não sei se concordo com a decisão de "ter candidatos" desde já, porque o movimento é aberto, evolui e muita coisa pode mudar. Por exemplo, vamos ter de ter mais gente envolvida para fazer listas, etc.*"

- "*As ideias foram boas, mas faltou sermos conhecidos. (…) se calhar temos de "entrar um bocadinho no jogo deles". Por exemplo, mostrar a cara [dos nossos candidatos] - numa cidade pequena as pessoas votam em quem confiam*"; Também "*Podíamos ter feito campanha com mais caras, para nos verem e confiarem. Talvez grandes fotografias com muita gente*"[111].

- Uma das coisas que aconteceu durante a campanha foi o fato de "*muita gente (da MoVivo) ter saído, ir de férias sem avisar*[112]", (mas) continuou-se no mesmo registo do que se passou durante o desenho do projeto (de grande autonomia que permitia "*ir de férias*" sendo facilmente substituível). "*No futuro podemos fazer um calendário entre quem está e não está*.". Outra referência feita foi ao impacto que o tempo adequado e a preparação de ações tem no desenvolvimento dos processos: "*O processo foi lindo e com planeamento e tempo foi muito melhor (no desenho do programa) do que quando a coisa acelerou (na campanha).* Na mesma linha, foi reforçado que *"faltou facilitação e processo na campanha e não me permitiu dar o meu máximo. As reuniões*

[111] Esta foi uma ideia reiterada na sessão de sistematização do estudo da MoVivo, em que a presença junto de associações e nas freguesias foi considerada importante para a apresentação e disseminação das práticas e abordagens da MoVivo~.

[112] Nota: aqui é referida a parte da campanha em que se "vai para a rua". Isto é, apesar de nos momentos coletivos de escrita e discussão do programa ter havido bastante participação e envolvimento, no momento seguinte, em Agosto-Setembro, – de ir falar com o eleitorado – muita gente se afastou, foi de férias, etc.

de campanha, a cada semana, discutir 10 assuntos numa hora e meia, foi muito pouco tempo, e muito desgastante. Um bocadinho frustrante em termos de organização."

- (Agora que não estamos mais em eleições, mas existimos e viemos para ficar) "*Podíamos começar a marcar agenda em torno de (diferentes) temas (…), onde nos vamos posicionando como uma força cidadã permanente e não apenas um partido político*". "*Tivemos impacto político, metemos coisas na agenda - por exemplo na questão do rio, da educação, da habitação, etc.*" (Também) "*podemos (…) pegar nas propostas que acreditamos poder fazer sem a Câmara Municipal e procurar quem se queria envolver num qualquer ativismo em torno delas - esta pode ser também a "desculpa" para continuarmos a existir*". "*Também podemos marcar a agenda em torno da participação, que todos os partidos se comprometeram a fazer*."[113]

- "*A campanha foi muito gira, com grande contato, muita imaginação e divertido de participar. Foi enriquecedor. As coisas que não fizemos tão bem, só agora sabemos - porque aprendemos a fazer*!"; (Houve um) "*entusiasmo de sentir que havia finalmente um grupo disposto a fazer cidadania ativa e política*"; "(A MoVivo) *abriu o leque da participação à sociedade*".

"*Com os nossos 1300 euros e 6 meses de existência como movimento independente, nem correu muito mal"; "Houve recetividade e muita gente ouviu falar de nós - este é o capital: uma boa parte dos eleitores terá uma "vaga noção" do que somos". "Há pessoas que nos escreveram a querer colaborar e devem estar envolvidas nos primeiros próximos passos para a MoVivo*."

- *"(Podíamos) ter formação de facilitação, para estarmos mais capazes de oferecer essa abordagem á gestão coletiva - por exemplo há trabalhadores na CM que querem organizar uma "comissão de trabalhadores" e podíamos ajudar desde já"; (Existem) "financiamentos para coisas especificas de cidadania ativa (que podemos explorar)". (Também podíamos) "ir às freguesias, com tempo, a construir um programa sólido, a mostrar que não desaparecemos quando não há votos - mostrar um sentido comunitário, de solidariedade, apoio e participação."*

Este projeto, contado por quem o viveu diretamente, acabou por ser uma enorme porta que se abriu para vários participantes. Na verdade, as dinâmicas que resultaram da MoVivo não esperaram pelo novo executivo e aqueles que foram "campeões" das diferentes causas (habitação, educação, ambiente, etc.), colocaram imediatamente mãos à obra, lançando projetos ou juntando-se a outras, já existentes) depois das eleições. O gráfico que situava ideias, propostas e intenções também num eixo de autonomia (i.e., necessidade ou não de detenção de poder camarário para efetivação) foi uma enorme ajuda na compreensão daquilo que podia ser avançado, sem a necessidade de mobilizar o poder político local. Assim, sem poder político institucional para orientar/limitar os movimentos da cidadania, várias iniciativas surgiram no final de 2021 ou no início de 2022.

Por exemplo, o Rio e o Ambiente (impulsionado pela MoVivo) tornaram-se pela primeira vez tema central na discussão política, tendo o novo executivo (após vencer as eleições) incluído mesmo o rio no novo logotipo

[113] ibid

da Câmara Municipal, comprometendo-se mesmo a construir uma Estratégia Ambiental para o Município (mesmo sem o seu vereador para o ambiente ser capaz de articular posições políticas ambientais – como o mesmo admitiu várias vezes e em público). Foi dito: "*depois não fizeram nada, ok, mas foi curioso ver/sentir que tens um certo impacto*" em termos de imposição de narrativa e prioridades.

Por exemplo, numa bela e clara manifestação do que Latouche chamou de "ancoragem territorial" (Latouche, 2016), da temática do ambiente veio a surgir a AMORA (Associação de MOnitorização e Regeneração do Rio Almansor), a primeira organização Montemorense exclusivamente de defesa do ambiente, focada na limpeza, proteção e restauro do ecossistema da bacia hidrográfica do Rio local: O Almansor.

Construída em cima de décadas de lutas atomizadas pelo Rio, e lançada por algumas pessoas que haviam participado na MoVivo, a AMORA foi inspirada pelas ideias e possibilidades surgidas nas discussões aquando do desenho do programa. Esta associação reuniu moradores das margens do rio para começarem a exigir, coletiva e concertadamente, a limpeza de um rio há 40 anos poluído. A associação foi construída também em cima do capital político (e de visibilidade) conseguido pela participação em eleições, bem como da prática horizontal de análise coletiva de problemas e encontro de soluções pilotada na MoVivo (em termos de visibilidade da comunidade envolvida, dos contatos pessoais feitos com políticos e meios de comunicação, e mesmo do acesso a ideias, preocupações e visões de várias pessoas que participaram nos projetos).

Os encontros incluíram assim, desde o início, passeios e reuniões ao ar livre, espaço para discussão formal e informal, mesa posta (a expressão local para haver comida no final da reunião, trazida por cada pessoa para partilhar), muitos *post-its* e delegação de funções e autonomia para avançar ideias e experimentações. Adotou também quase de imediato uma abordagem prática de ação, focando-se no que era já possível fazer sem o apoio municipal (especialmente nos primeiros tempos em que o novo executivo se estava a adaptar à gestão camarária – o que, depois de 45 anos de gestão da CDU, terá sido um desafio interno considerável).

Começou-se a limpar cuidadosamente as margens, preservando árvores jovens, a fazer plantações de arvores autóctones e a lançar campanhas de comunicação local capazes de pressionar a Câmara Municipal a tomar posições e agir em prol da defesa do Rio Almansor. De notar que, de acordo com responsáveis políticos locais, "*Montemor nunca teve uma estratégia ambiental, nem um foco real na limpeza e preservação do Rio Almansor*" (conversas). Ou seja, esta espécie de *spin-off*[114]da MoVivo, aproveitando em parte a onda de mobilização e discussão política energizada pela participação em eleições de uma lista cidadã, conseguiu manter o ambiente e a limpeza do Rio na agenda política, obrigando a Câmara Municipal e diferentes atores políticos a permanecerem atentos - e eventualmente participantes. Nota importante para salientar que a abordagem da AMORA materializou as sugestões nascidas aquando das discussões políticas da MoVivo: busca de autonomia, implementação de projetos e iniciativas sem "esperar" por avales ou iniciativas políticas por parte da Câmara

[114] Inglesismo que significa uma iniciativa "filha", resultante ou usando como "nave-mãe" uma outra, que lhe é previa

Municipal, e mesmo forçar as instituições a lidarem com movimentos dinâmicos, que requerem o seu posicionamento.

Por exemplo, aquando de uma consulta pública sobre a gestão da bacia hidrográfica do Tejo e Oeste, foi submetido um Pedido Específico de Gestão de Águas (PEGA) pela AMORA. Durante a execução desse pedido, foi feita uma comunicação de que o mesmo estava a ser elaborado e que a CM iria ser convidada a participar no mesmo. Ao mesmo tempo, encetaram-se reuniões com a CM, acenando com trabalho feito, intenção de avançar mesmo sem a participação da CM, e de comunicar o desfecho nas redes sociais. Isso levou a que a CM se prontificasse a participar na consulta pública, submetendo conjuntamente o PEGA produzido pela Associação recentemente criada. Este viria a ser o primeiro PEGA de sempre a ser aprovado em Portugal. Foi, no momento da escrita final desta tese, constituído um grupo de trabalho com as instituições, estando o projeto em fase interna de discussão e desenho de abordagem.

Outro exemplo prende-se com a promessa de criação de um Conselho Municipal do Ambiente, por parte da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, que serviria para desenhar a Estratégia Ambiental do Município. Ambas as iniciativas, referidas pela MoVivo, aquando da campanha eleitoral, e ampla e repetidamente requeridas por participantes da plataforma nos meses seguintes às eleições locais, demonstram o efeito da participação e pressão política descentralizada – quer em "trazer os assuntos para a mesa", quer em multiplicar iniciativas e pontos de pressão que obrigam o executivo a lidar com uma cidadania ativa, atenta e presente - e a repensar os seus modos de atuação. De notar, no entanto, que não obstante a intenção inicial de estabelecer um Conselho Municipal do Ambiente, capaz de juntar, ativar e aproveitar as inúmeras valências locais em torno do ambiente, ecologia e restauro de ecossistemas e desenhar uma estratégia ambiental local coletivamente, tal não veio a acontecer. A CM acabou por voltar à costumeira prática de elaborar internamente uma estratégia ambiental, elaborado por uma equipa pequena (por constrangimentos financeiros), já sobrecarregada de trabalho, num esforço que demorou 2 anos a completar. O Conselho Municipal foi então relegado para um papel de auscultação pública, posterior à apresentação da estratégia. O que fez com que várias pessoas que se haviam mostrado entusiasmadas com a possibilidade de participar de raiz no desenho de uma estratégia ambiental local, perdessem o interesse e indicassem a sua falta de disponibilidade para (voltar) a participar em (mais uma) iniciativa politica que, de acordo com recolhas feitas em conversas informais com potenciais participantes, "*serve apenas para carimbar o que já foi decidido*" ou "*ajuda-os a dizer, depois, que a estratégia foi feita com base na participação*", ou ainda, "*que é uma perda de tempo ir a esses eventos de participação pública*".

Numa das várias conversas entre este doutorando e responsáveis da CM, houve uma discussão interessante acerca deste assunto. Ao ser confrontado com a possibilidade de desenhar uma estratégia ambiental coletivamente, nos moldes da Montemor-o-Vivo, um técnico da Câmara Municipal respondeu que "*na minha experiência, começar processos coletivos com uma folha em branca, dá sempre muito barulho, e pouco resultado*". A pergunta que se seguiu: "*e qual é a sua experiência com esse tipo de processos*?", obteve a franca resposta: "*nenhuma*" (notas).

Esta cadeia de eventos é reveladora e de grande interesse para esta tese de doutoramento:

i) as propostas de colocar a participação cidadã na raiz do desenho de projetos políticos avançadas pela MoVivo,
ii) a "iniciativa" do poder político local, de estabelecer um Conselho Ambiental Municipal,
iii) o *volte-face* em que o mesmo Conselho passa a ser apenas consultivo e a trabalhar em torno de um documento já elaborado e aprovado internamente,
iv) a troca de impressões e experiências acima descrita em, finalmente

Mostra, em primeiro lugar, que o poder político parece entender o potencial e o apelo da democracia participativa. Em discussões várias com responsáveis políticos nos primeiros meses pós-eleitorais, havia grande interesse em mobilizar a massa crítica identificada (e galvanizada para a participação) pela MoVivo e pelo próprio poder político local. Foram inclusivamente feitas declarações públicas pelo detentor do pelouro do Ambiente (por exemplo) de que "*não percebo nada disto e, portanto, vamos lançar um Conselho Municipal do Ambiente*" (notas). Em conversas informais com o responsável do pelouro do Ambiente em Montemor-o-Novo, foi repetidamente reconhecido o potencial de conhecimento ecológico de vários elementos da comunidade Montemorense atual, e a mais valia que seria conseguir beber da sua experiência e sugestões para desenhar coletivamente a estratégia ambiental local. Foram inclusive feitos contatos informais com os mesmos, por parte de elementos da MoVivo, para que se preparassem para um eventual apelo à participação. Nessa altura, a ideia foi recebida com entusiasmo pela maioria das pessoas interpeladas, sendo que uma delas respondeu, premonitoriamente, com "*só acredito quando vir*".

Mostra, no entanto e em segundo lugar, uma falta de capacidade ou de intenção de levar a cabo processos deliberativos de participação pública. De facto, à medida que o tempo ia passando, contudo, o prazo inicial para estabelecer esse Conselho Municipal foi-se estendendo, primeiro por uns meses ("*até depois da rentrée política, com a Feira da Luz em Setembro"*), depois mais 6 meses, depois um ano. Ao final desse ano foi comunicado que, afinal, a Estratégia Ambiental para o Município estava a ser elaborada internamente, sendo expectável que um primeiro rascunho fosse submetido a consulta pública em finais de abril de 2024 (cerca de 2 anos após a eleição deste executivo). É revelador o facto da Câmara Municipal não ter aceite nunca as ofertas de ajuda para o estabelecimento e condução de processos coletivos de base, mesmo sob a sua alçada, por parte daqueles que participaram na MoVivo e que se demonstraram disponíveis para aportar a sua experiência ao serviço público, no espírito daquela que tinha sido a intenção primeira da MoVivo: potenciar e implementar processos coletivos e políticos de democracia profunda, de maneira funcional e eficaz. O dito Conselho Municipal do Ambiente esbateu-se então nesse conceito de consulta pública, passando a ser visto como mais um "fórum" "informal" de debate da estratégia ambiental do Município.

O caso um caso em que a participação passou a significar algo tecnocrático e burocrático, pesado, quase inútil, quer no desenho, quer nos resultados – que seriam sempre os mesmos se feitos de raiz por técnicos qualificados (Kelty, 2017). Algo que a cidadania, especialmente a ativa e com vontade de envolvimento, parece pressentir: quando confrontados com a nova "natureza" da sua (esperada) participação em conversas informais, vários foram os que responderam com "*falta de paciência*" e de pouca disponibilidade para voltarem a participar num "conselho" nesses termos.

Por "esses termos", entenda-se o que tantas vezes se vive em processos institucionais de participação pública. Algo bem exemplificado – e sem ter sofrido grandes alterações – por Arnstein já desde 1969, na sua Escada de Participação Cidadã, em que procurou estruturar os níveis de poder, métodos e intenções utilizados no desenho da participação cidadã (ver figura 7.5). Neste caso em específico, verifica-se que, com relação a esta escala/escada, a participação "desceu dois degraus", desde o prometido nível de "poder delegado" ou "parceria", para um de mero "apaziguamento" ou "consulta". Ou seja, desde um prometido nível de real poder cidadão, para um de mero mecanismo de escuta sem vinculação (Arnstein, 1969).

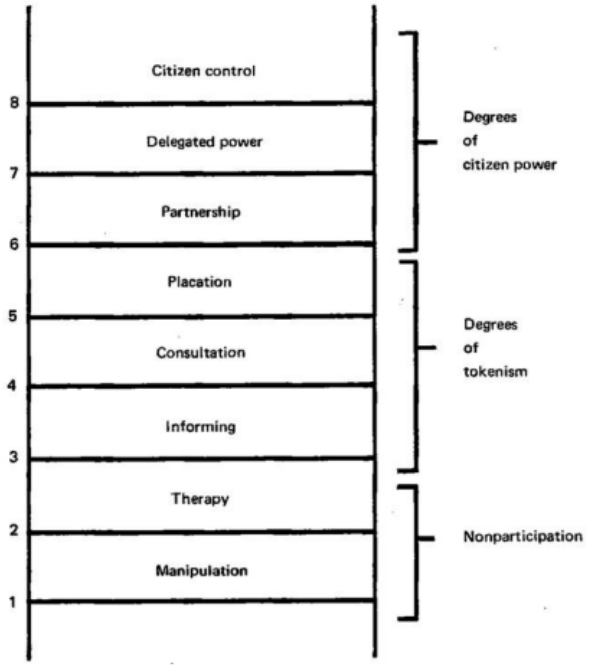


Figura 7.7 – Escala de Participação Cidadã [115]

Na mesma linha de análise, o que a seguir se expõe advém da experiência própria do investigador aquando das suas várias experiências de participação, desenho e facilitação de projetos de participação cidadã, para entidades públicas, ao longo dos últimos anos[116]. Centrando-se, no entanto e dado o foco deste doutoramento, no último exemplo disto mesmo: o dito "Conselho Local de Adaptação Climática do Município de Montemor-o-

[115] "A Ladder of Citizen Participation." No inglês original , replicado de Arnstein, 1969

[116] Por exemplo, para o Ministro da Juventude, Desporto e Cultura do Governo Regional de Bruxelas.

Novo" que, a 19 de Outubro de 2022, reuniu cerca de 120 pessoas, em Montemor-o-Novo, que deram o "*benefício da dúvida ao novo executivo*", para discutir e desenhar as estratégias de adaptação do Município face aos já dados por inevitáveis impactos do aquecimento global.

Figura 7.8 – Conselho local de Adaptação ás Alterações Climáticas de Montemor-o-Novo

O que se viveu naquelas 5 horas, foi o que se vive em tantos lugares onde a cidadania ativa tenta participar ativamente no desenho das suas realidades sociais próximas, um pouco por todo o mundo institucional: salas fechadas, oradores estrangeiros a enquadrar o problema durante horas, exercícios de participação sem qualquer nexo ou impacto e um sentimento final de "*perda de tempo e energia" e de "nunca mais cá venho"* por parte de vários participantes[117].

Apresenta-se aqui o relato detalhado do que ali se passou, para dar uma ideia das diferenças de entendimento entre "participação pública", da parte de organismos estatais, e "participação pública" por parte de movimentos cívicos de processos de democracia aprofundada. É um relato a partir das notas de observação do investigador, que constam no diário que o mesmo manteve durante a investigação:

"*Eram 11:00h do dia 19 de Outubro de 2022. Cheguei levemente atrasado, o que me permitiu uma visão externa inicial do entorno. A sala sem janelas da Junta de Freguesia estava cheia de habitantes do Concelho, cerca de 120. Havia um projetor ligado, uma grande projeção na parede, e uma fila de oradores: o presidente da CM, o presidente da Junta, o vereador do ambiente, uma convidada da Noruega (que veio do outro lado do continente para explicar porque é que é sempre melhor serem os "locais" a construir os seus próprios processos) e dois profissionais de uma empresa de consultoria, que havia sido paga para desenhar toda esta estratégia. Cada um falou e apresentou o que tinha a falar e a apresentar. Quando acabaram de o fazer, tinha passado uma*

[117] Nota: apesar de não ter sido feita uma "sondagem" à porta da sala para recolher – com validade científica – as impressões de todos os participantes, entre as que foram de facto reunidas, e as muitas outras que, sendo este doutorando a organizar, lhe chegaram aos ouvidos, é este o sentimento geral.

hora e meia do início do evento. A sala estava "sonolenta". Não que a grande maioria das pessoas que tomou a iniciativa de se inscrever e estar presente necessitasse de tanto discurso, pompa ou powerpoint: eram biólogos, agricultores, donos de herdades, profissionais da regeneração natural, do manejo holístico de gado, de agrofloresta. Havia também ativistas ambientais, agentes de desenvolvimento local, membros de cooperativas, de coletivos culturais, doutorandos, professores, geólogos. Estavam interessados, informados e com vontade de poder participar no desenho de estratégias de uma matéria que tanta atenção tem merecido nos últimos anos.

No final dessa hora e meia, uma pausa, comida e bebida e ainda ninguém informado sobre o que se ia fazer, nem como, nem para quê. Ao ser convidados a reentrar na sala era apresentada uma caixa, com papelinhos dentro. Cada papelinho um número, saído à sorte. Cada número uma mesa. Cada mesa um tópico a discutir. Ou seja, numa sala com tantas valências e saberes especializados acumulados, alocaram-se pessoas às cegas para tópicos que não dominam e pelos quais não se interessam. Um método muito pouco aconselhado para i) temas tão específicos e ii) em situações onde existem valências importantes a recolher (to harvest, no original*) na sala.*

Por exemplo, a mim – recém-chegado a Montemor-o-Novo, doutorando em ciência política, com experiência em tópicos como ecologia, regeneração de ecossistemas, empreendedorismo socio-ecológico e ativismo pela água durante décadas – calhou-me a mesa dos "perigos de derrocada no município". Agora que escrevo sobre isto, o exemplo aparece como deliciosamente caricatural, mas estranhamente repetitivo e previsível ao mesmo tempo: nesta mesa, sentaram-se comigo o principal responsável pelo ambiente no município (o braço direito da pessoa que tutela essa vereação), bem como o próprio vereador da habitação. A "tarefa" que fomos convidados a completar era a de olhar para um mapa do concelho, onde já haviam sido identificadas todas as zonas com maior potencial de derrocada, e validá-las, ou indicar outras que eventualmente pudessem existir. Tínhamos 40 minutos. Não correspondendo à "área" (profissional, de interesse, etc.) de ninguém daquela mesa, houve poucas contribuições, pelo que a conversa - depois de 5 minutos a discutir onde podia haver eventualmente derrocadas noutros pontos que não os já indicados – divergiu para outros tópicos. Foram 35 minutos de conversa completamente desligada do sentido original do exercício, ou de trabalho ou distração nos tablets ou telefones. Nesses 35 minutos pude olhar em volta, e encontrei o mesmo cenário um pouco por todas as mesas. Peritos agroflorestais a tentar discutir impactos no turismo, ativistas em projetos de reflorestação de linhas de água a discutir novas locais de recolha de detritos, biólogos a sugerir diferentes rotas de camiões pelo concelho. Apesar de a minha mesa ser caricatural da situação, outras houve em que houve um melhor aproveitamento (ainda que fruto do acaso[118]) das competências presentes. Em alguns dos tópicos foram introduzidas algumas ideias

[118] Nota importante sobre o papel do "acaso" em processos deliberativos: Muitas vezes, para definir políticas que afetam números populacionais maiores, o recurso ao acaso (vulgo, "tiragem à sorte") é uma solução simples, justa e proporcional de fazer representar a cidadania, num processo inicial de pensamento e proposta política (a ser validado pelo coletivo por via de referendos, contributos ou outros métodos). Mas isto refere-se apenas a processos mais longos do que apenas uma tarde, de

interessantes, mas a energia e foco desperdiçados foram tantos que algumas pessoas foram saindo a meio e a frustração no final do evento era por demais evidente, se bem que partilhada "entredentes" - ou seja, sem que os organizadores e responsáveis políticos ouvissem diretamente[119].

Em resumo: era uma sala com uma quantidade inabitual de talento e conhecimento. Mas o processo alienou forçosamente a energia de quem participou, não tendo sabido aproveitar o conhecimento de cada umo. No entanto, para a CM – e para a consultora externa paga para gerir o projeto como um todo, incluindo este encontro - o evento foi um sucesso e a participação cidadã respeitada. O plano, que antes de o ser já o era[120]*, saiu praticamente "ileso", recolhendo algumas pequenas sugestões pelo caminho, e o assunto da participação arrumou-se. É assim a grande maioria da participação institucional em Portugal – e em tantos sistemas representativos liberais por esse mundo fora. "*

O que este exemplo demonstra são as consequências práticas de um sistema construído sobre a representatividade e não sobre a deliberação aberta. São várias: por um lado observa-se uma enorme falta de conhecimento, por parte de poderes locais, do tipo de metodologias sociais avançadas de deliberação popular, capazes de envolver cabalmente a cidadania, não apenas por desenho, mas como estratégia de alavancar conhecimento prático, local, histórico e inovador (ver, por exemplo, Bank, 2018; Fung, 2009; Pereverza et al., 2019*;* e Prince, 2004 para boas definições e exemplos de métodos de aprendizagem contínua nas suas variações *ativa, colaborativa, cooperativa, e de problema-centrado).*

A falta de domínio deste tipo de práticas resulta inevitavelmente em reuniões deste género, onde paira, mais uma vez, um sentimento de "*perda de tempo*", quer para os participantes (que não encontram espaço para uma participação efetiva ou eficaz), quer para os organizadores (que amiúde sentem que seria mais rápido e fácil fazer tudo internamente e sem estas "*encenações*" [121] de participação).

No entanto, e como revisto e explorado na introdução desta tese, isto não tem de ser assim. Exemplos como os de Rojava, *Barcelona en Comú*, ou outros em Saillans, na Irlanda, na Bélgica, na Austrália, etc., abundam e

---

modo a permitir que quem é sorteado tenha tempo, espaço mental e dialético para aprender a fundo sobre, e deliberar coletivamente acerca de, um determinado tema.

[119] Assumo aqui que, por ser esta terra pequena e familiar, as pessoas evitam antagonizar aqueles que organizam eventos e iniciativas, limitando-se a "votar com os pés" – ou seja, voltando a participar neste tipo de eventos - ou não.

[120] Era, inclusive, pré-aprovado pelo presidente da CM

[121] Este termo é meu. Apesar de poder soar a um termo pejorativo – como me fizeram notar, na dialética constante adotada na escrita desta tese –, referente ao mau desenho e desempenho do momento participativo da escrita do projeto, a minha intenção era outra: a de encontrar uma expressão que descreva um momento em que várias pessoas se juntam, a fingir que acreditam numa coisa, neste caso a participação política consequente, investindo o seu tempo a jogar o seu papel, quando – antes, mas sobretudo depois – tantas delas se questionam sobre a eficácia, e verosimilhança da mesma.

demonstram os avanços, legitimidade e replicabilidade de novos modelos de democracia deliberativa e participativa, que esta tese busca explorar e pilotar na paisagem política portuguesa.

7.7 - Reflexões parciais do Capítulo, a partir da sessão final de sistematização

No final do tempo da investigação académica, organizou-se, no espírito da Investigação-ação, uma sessão de sistematização do ocorrido na MoVivo. Esta sessão focou-se no passado e presente da MoVivo (procurando nutrir um melhor entendimento sobre a identidade coletiva do movimento, e narrativas mobilizadas pelo mesmo), e sobre o seu futuro (buscando descortinar novas vias de ação e atividade para o movimento). Este ponto 7.7 funciona assim como uma proposta de reflexão parcial do capítulo, partindo desta sessão final de sistematização coletiva. Note-se, no entanto, que o conteúdo desta sessão de sistematização coletiva nutriu muitos dos pontos anteriores deste capítulo, para onde confluíram muitas reflexões e conhecimento recolhido *á posteriori,* ajudando a compor o entendimento sobre o passado da MoVivo, suas motivações, e mesmo a sua campanha eleitoral. Assim, esta sessão final contribuiu definitivamente para aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas da MoVivo e as suas relações com o território e as outras forças políticas. E contribuiu também para rematar a experiência e a própria investigação, mantendo o foco explícito e conscientemente adotado desde o início de potenciar a possibilidade de replicação.

A intenção desta sessão era tripla: por um lado promover uma reflexão maturada sobre a experiência da MoVivo, dois anos volvidos sobre a aventura eleitoral a que se propôs; por outro, "limar as arestas" e procurar definir uma identidade coletiva mais clara, capaz de enquadrar movimento e participantes e abrir avenidas de reflexão e aprofundamento de experiências; e, por último (apesar destes temas serem tratados apenas no Capítulo VIII desta tese), testar as águas relativamente a uma possível reativação do movimento e em que moldes.

Os participantes desta sessão foram 8 no total, distribuindo-se em termos de género e idade como indicado nos gráficos abaixo. Notou-se a ausência de uma juventude em fase de entrada na "idade eleitoral", com uma concentração maior de pessoas na faixa etárias dos 35-45 anos, o que pode indicar uma maior maturidade política, ou talvez (como revelado em algumas ocasiões durante esta sessão) uma maior desilusão com o sistema em que estão, mais ou menos ativas, desde os seus 18 anos. Pode também indicar maior disponibilidade de tempo e recursos para estar presente em momentos desta natureza.

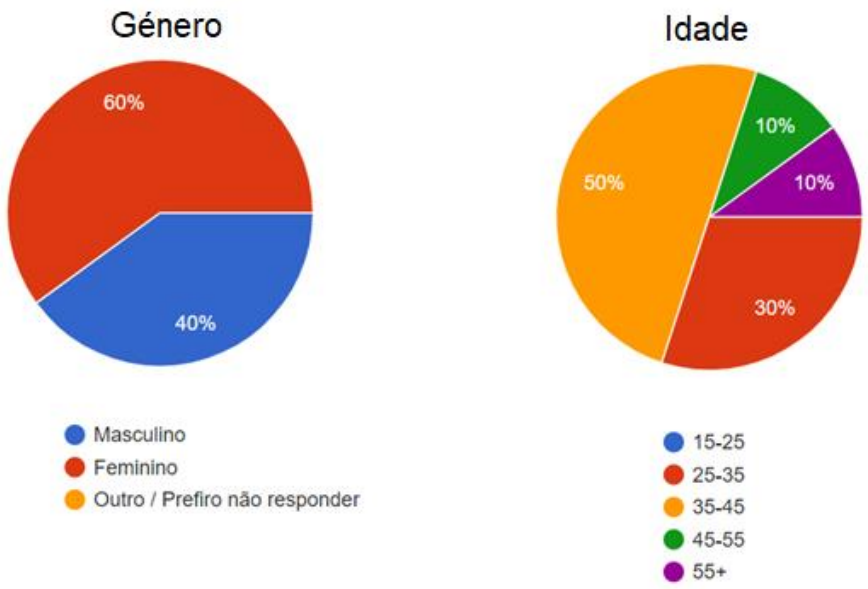


Figura 7.9 – Género e idade dos participantes sessão coletiva MoVivo em Abril de 2024

Importa relembrar, no início da reflexão que se segue, que a metodologia utilizada nesta tese de doutoramento teve um papel fundamental na promoção de dinâmicas que nutriram o movimento social estudado – incorporando a dialética pretendida e defendida na secção de metodologia (conf. Capítulo V) desta tese. Ou seja, se por um lado a MoVivo foi um movimento político, cidadão e autónomo, por outro foi co-dinamizado por um elemento que não cumpria apenas esses desígnios, mas também um outro, de natureza académica. Aí, emergindo e encarnando a lógica de Etnografia Crítica Participante Reflexiva, o doutorando não só recolheu, analisou e espelhou informação e análises sobre o movimento e as suas práticas e impactos, mas promoveu também as suas dinâmicas internas, organizando eventos, participando na logística e na administração interna do mesmo. E convocando, organizando e co-dinamizando a "última" sessão (relacionada com este esforço académico), em torno da identidade coletiva da Montemor-o-Vivo, dando explicitamente o mote (i.e., lançando a proposta) sobre o futuro do movimento – i.e. se "é para repetir, ou não", em que moldes e com que energia.

O que se segue é, então, a descrição do que foi esse momento coletivo: apresentam-se e detalham-se as metodologias e técnicas de facilitação utilizadas, para permitir a familiarização com os processos e para, mais uma vez, cumprir o objetivo de replicação explícito no desenho e desenvolvimento deste esforço de investigação.

7.7.1 - A estrutura da sessão de Identidade Coletiva da MoVivo

O desenho desta sessão, apresentado no ponto 5.3.1 do Capítulo V, contrasta com a primeira sessão de recolha de feedback (feita logo após o momento eleitoral), sobretudo na medida em que a primeira sessão foi feita de modo informal e no rescaldo imediato à eleição, enquanto que esta sessão final foi desenhada com recursos a métodos de facilitação profissional. Serve assim para demonstrar também academicamente a grande diferença em termos de estrutura, conteúdos e dados recolhidos, aquando da utilização de métodos e práticas deste tipo – com importância demonstrada aos diferentes níveis da ação comunitária (do informal ao eleitoral/institucional).

Como já explicado, a descrição detalhada e passo-a-passo da sessão é também propositada, servindo a finalidade da replicabilidade, sempre procurada nesta tese de investigação. Neste sentido, a fig. 7.10 demonstra a fluidez do encontro, balançando momentos de reflexão, entusiasmo e ação com pausas, e mesmo entrevendo uma divisão entre momentos difusos e momentos de foco.

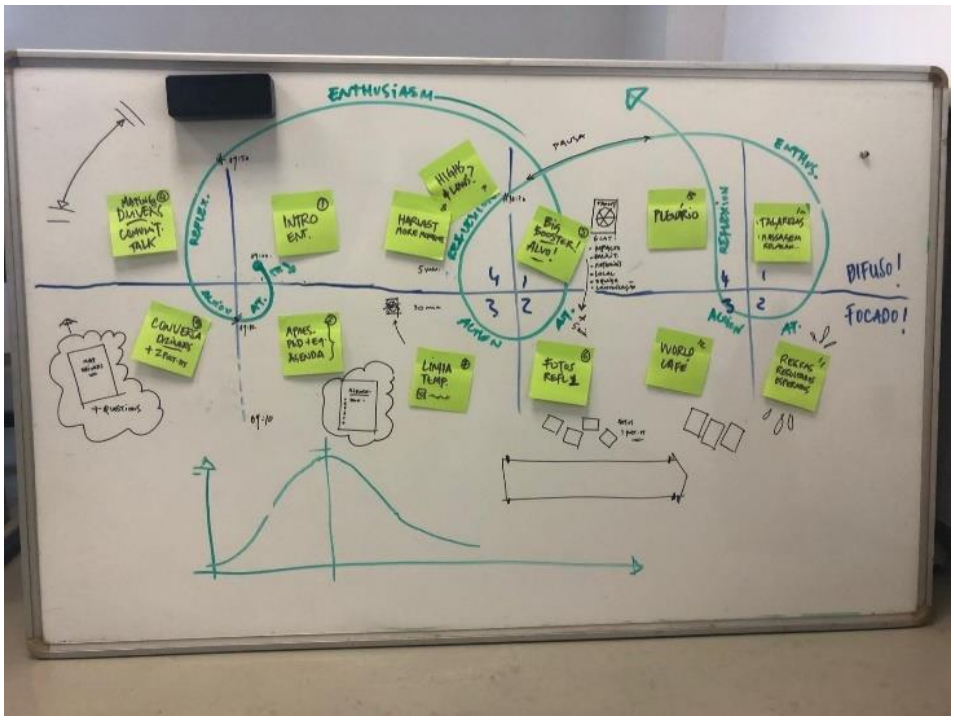
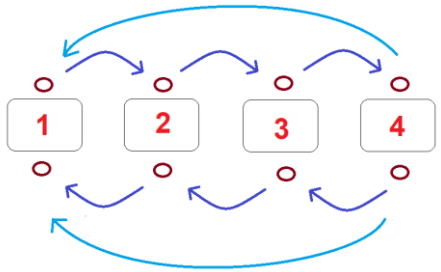


Figura 7.10 - Percurso de Reunião", com divisões transversais de momentos difusos e focados, e de reflexão e autonomia

Um esquema inicial e detalhado, incluindo a divisão temporal e dinâmica em expectáveis momentos de foco e difusão, do desenho inicial da sessão pode ser encontrado na tabela 7.2 abaixo. No Anexo E poderão ser encontrados todos os detalhes da estrutura da Sessão, mais uma vez para aprofundar a compreensão da mesma, mas também para facilitar a sua eventual replicação.

Tabela 7.2 – Desenho da sessão coletiva de reflexão da MoVivo

Sessão Coletiva MoVivo			
Passos / Detalhe	**Objetivos**	**Quadros/Materiais/Explicação**	**Notas / Observações**
1 - Introdução e Objetivos	Enquadrar participantes desde o início e ajudar a manter o foco durante toda a sessão	Folha de papel A3 na parede, com objetivos enumerados pela equipa de facilitação	Em sessões de retrospetiva "pura" estes objetivos podem ser desenhados coletivamente, mas para este exercício que inclui também uma componente académica, estes foram definidos previamente
2 - Apresentação da Agenda	Alinhar expectativas de tempo e de conteúdos, mantendo a abertura para se incluírem mais temáticas	Folha de papel A3 na parede, com agenda definida pela equipa de facilitação	A agenda deve ser sempre preparada de antemão, deixando no entanto espaço para que novos elementos sejam introduzidos na sessão (estruturada e pertinentemente)
3 - Mapeamento inicial de *drivers*	Recolher motivações de todos os presentes	*Post-its* e Folha A3 onde os colar. Cada pessoa escreve uma motivação por *Post-it*, e no fim apresenta-as, uma por uma, ao grupo	No final do exercício tenta-se agrupar *drivers* de modo a encontrar pontes e descobrir áreas que não recolham interesse. Este exercício ajuda também a mapear onde buscar novas pessoas (que se interessem por X ou Y) que venham a juntar-se ao movimento.
4 - Avaliação retrospetiva	Avaliar rápida e interactivamente os vários aspetos do projeto, recolhendo sugestões e ideias de melhoria para cada um	Marcadores e Folha A3 com alvo desenhado (ver figura 7.13, dividida em secções)	O alvo foi dividido em 8 secções, mas pode ser dividido em mais ou menos secções, de acordo com os parâmetros a recolher.
5 - Retrospetiva / Linha temporal	Recolher memórias e perspetivas de diferentes momentos marcantes e definidores do projeto	Imagens aleatórias, folha comprida de papel, com uma linha de tempo marcada em baixo, *Post-its* e marcadores. Cada pessoa escolhe 2-3 imagens, às quais associa uma memória ou momento mais marcante durante o processo vivido. Depois, uma pessoa de cada vez, apresenta a fotografia, explica que significado / memória lhe atribui e coloca na grande folha de papel.	Ao colocar as fotografias no papel, o posicionamento das mesmas é escolhido em relação com as outras que já aí se encontram, referindo-se todas à linha temporal que compôs o projeto. A ideia é compor uma "história recordada coletivamente", para que todos os participantes possam encontrar-se, para o resto da sessão, na mesma esfera de lembrança e impactos que foram emergindo durante o projeto.

Sessão Coletiva MoVivo (cont.)			
Passos / Detalhe	**Objetivos**	**Quadros/Materiais/Explicação**	**Notas / Observações**
6 - Pausa	Descansar, re-energizar, comer, beber, usar o WC e interagir informalmente	Café, bolinhos, refrescos	As comidas servidas devem ser leves, com algum açúcar, para não pesar no estômago e permitir concentração nos momentos seguintes
7.1 - World Café	Segmentar conversas em torno de tópicos/temas, aprofundando a reflexão em torno dos mesmos.	Mesas e cadeiras, com folhas de A3 e canetas para se ir registando o que foi discutido e acordado. Grupos de 3 a 5 pessoas, para 40 minutos de discussão, de modo a dar espaço para que todas se expressem com tempo de aprofundar os seus pensamentos.	No final deste exercício, cada mesa elege um "porta-voz", que transmite ao resto da "sala" o que foi discutido, descoberto, questionado. Há sempre a possibilidade de outros participantes dessa mesa pedirem para falar também, adicionando tópicos que considerem importantes, ou ressalvando coisas com que discordam ou veem diferentemente da apresentação do "porta-voz".
7.2 - Tagarelas	Estimular troca de ideias, soluções, ou abordagens a diferentes tópicos. Nota: Esta era uma metodologia "de reserva" em relação à 7.1 (*World Café*), e foi pensada para aumentar níveis de energia, se estes se encontrassem baixos neste momento da sessão	Um tópico e 2 cadeiras/participantes por mesa. Mesas dispostas em linha reta. 1 folha A3 + 2 marcadores por mesa. Durante 5 minutos, troca de ideias, em binómios, em cada mesa. Depois troca-se de mesa, no sentido dos ponteiros do relógio – exceto os participantes sentados nas mesas do extremo, que trocam para a mesa no outro extremo. No final todas as pessoas passaram por todas as mesas. Terminar com momento de partilha.	Esquema de movimento nas mesas:  *Figura 7.11 - Rotação de participantes (círculos castanhos) entre mesas (numeradas)*
8 - Plenário	Organizar momento alargado, coletivo e final, onde se traz tudo o que foi trabalhado até então para a mesa.	Folhas A3 ou maiores no centro do círculo, bem como marcadores.	Todos podem tirar notas, mas ajuda se houver alguém a fazê-lo durante toda a discussão
9 - "Parque de estacionamento de ideias"	Proporcionar este mecanismo de facilitação, utilizado para dissipar tensões e manter o foco, relegando inquietações ou ideias que "não encontraram lugar na sessão" para um momento final da mesma	Apresentar no início da discussão. Durante a sessão, reservar folha A3 para registar inquietações que não "cabem" no fio da discussão, "prometendo" não as esquecer, mas relegando-as para um momento final.	Muitas vezes as inquietações registadas, ao serem abordadas, já se terão dissipado ou resolvido no decorrer da conversa. Se não, este é o momento para o fazer.

Começou-se por estabelecer os objetivos que a sessão procurava atingir, registando-os numa folha de papel grande, colocada num local sempre visível durante a sessão. Eram eles: A revisão da experiência da MoVivo em 2021 (do processo ao ato eleitoral); a indagação sobre o espírito e motivação das pessoas presentes na sessão (relativamente aos impactos da MoVivo, quer pessoais, quer comunitários); e, finalmente, tentar perceber se há vontade de repetir a abordagem, ou de evoluir para outras de diferente natureza.

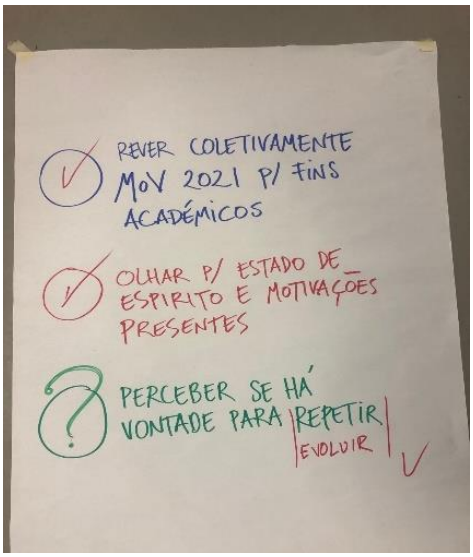


Figura 7.12 - Quadro de objetivos explícitos da Sessão

A sessão foi estruturada em torno de 3 horas de trabalho, para além do estabelecimento de um "parque de estacionamento de ideias", tal como havia sido feito durante as sessões de desenho do programa eleitoral da MoVivo. A ideia era reservar algum tempo para que assuntos que surgissem durante a reflexão, mas não tivessem lugar imediato no fio condutor daquele momento, pudessem ser guardados quando surgissem, sendo apenas abordados mais tarde.

Como sempre, partiu-se "do individual para o coletivo". Assumiram-se também as oscilações que se dão entre momentos focados e difusos inerentes a qualquer sessão de trabalho de 3 horas, propondo-se como estrutura da primeira parte da sessão uma introdução básica, uma revisão da agenda e um mapeamento de motivações pessoais (*drivers*). Previu-se também que a conversa inicial, mais solta e difusa, em torno dessas motivações, conectasse as abordagens individuais num coletivo alargado, melhorando a capacidade de avaliação (dinâmica) dos diferentes parâmetros que o constituíram (relativamente a materiais usados, facilitação e métodos adotados, *timing* da iniciativa, etc.) – na etapa que se seguiu.

Para as avaliações das diferentes partes constituintes do projeto, foi usado um alvo desenhado num papel. A ideia foi substituir as avaliações individuais, tantas vezes "aborrecidas" e baseadas em formulários, e estimular movimento e interação na construção deste indicador, tornando o processo ativo e potenciando pontes para os momentos seguintes. O alvo estava dividido em secções concêntricas, cada qual com um tema a avaliar (facilitação, *timings*, locais de reunião, comunicação utilizada, etc.). Cada pessoa pôde então, com um marcador, fazer um pequeno círculo/ponto por tema, sendo também convidado a deixar um comentário junto dos mesmos, em jeito de "justificação". No final, o alvo emerge preenchido de avaliações quantitativas e qualitativas, permitindo uma identificação rápida dos melhores e piores sectores, com ideias para os manter ou melhorar.

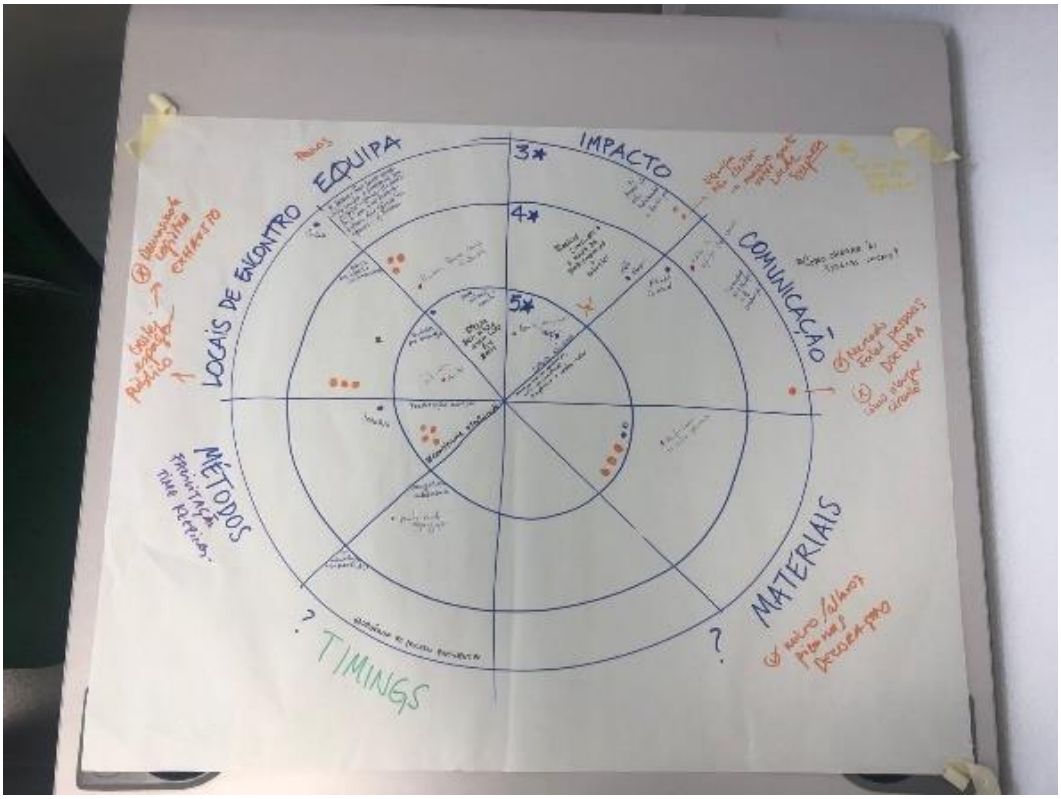


Figura 7.13 – Avaliação coletiva preenchida pelos participantes da Sessão

Essa avaliação marcaria o regresso a um momento de foco, onde foram então introduzidas várias fotos dispersas no chão (fotos de imagens gerais e apenas com intuito de evocar memórias e emoções): *A linha temporal da MoVivo*. Neste exercício foram colocadas no chão, com a face virada para cima, um conjunto de cerca de 50 fotografias aleatórias, em nada relacionadas com o projeto, que tinham por único objetivo explícito evocar histórias e memorias em quem viveu a aventura da MoVivo. Foi pedido a cada pessoa que escolhesse duas ou três fotografias que criavam essa ponte com um acontecimento, memória, sensação, momento marcante, etc. relativamente à MoVivo. De seguida, foi pedido a cada umo que colocasse as fotografias no papel colado à parede, tendo como referência uma escala temporal abstrata, relativa às outras fotografias/memórias. Cada pessoa depois partilhava uma pequena história do que a fotografia lhe havia evocado, colocando-a no papel em relação às outras fotografias que já aí se encontravam, de modo a redesenhar em cada um a linha de acontecimentos mais marcantes na MoVivo. Pretendia-se que fosse o coletivo a contar a história vivida do movimento, evocando os momentos mais impactantes, difíceis e pivotais durante a mesma. E, com isto, "deixar toda a gente no mesmo registo", de modo a enriquecer o processo adiante. A história que aí se compôs ajudou a estruturar o *puzzle* que esta tese de doutoramento procura montar, contribuindo determinantemente para a construção de grande parte do Capítulo VII desta tese.

,

Figura 7.14 - Folha de construção coletiva da linha temporal da MoVivo - de 2021 até hoje

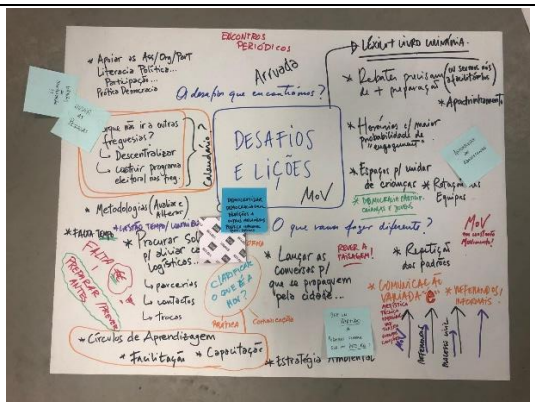
No fim desta partilha, e desta construção coletiva da linha temporal do movimento até ao presente, fez-se uma pausa. As pausas são propositadamente colocadas no final de momentos ditos "difusos" de partilha de informação, para que a mesma possa entrelaçar-se e encontrar o seu caminho durante as trocas informais e relaxadas a que a dita pausa convida. São assim pausas longas, de 15-20 minutos, onde se oferece café, bolinhos, fruta, ou algo que eleve os espíritos e a energia.

De retorno à sessão, havia duas metodologias "a postos", dependentes da leitura de sala feita pelos facilitadores. Uma, o *World Café,* onde se dividiria a sala em pequenos grupos, focados em torno de tópicos, questões ou sugestões que haviam emergido durante a sessão. No final do momento em grupo (40mins cada), seria aberto um plenário onde as principais conclusões de cada grupo seriam partilhadas e onde a conversa fluiria de novo em direção a um momento mais difuso de trocas. Esta metodologia seria utilizada no caso de haver gente suficiente para encher 3-4 grupos de 4-5 pessoas cada e na condição dos tópicos estarem já bem definidos. A outra metodologia "a postos" havia sido desenhada com o intuito de "soltar a língua", caso não tivesse havido muita interação ou a energia da sala estivesse baixa. Fora por isso apelidada de "*Tagarelas*" pela equipa de facilitação e previa a dinamização de conversas um-para-um, em rotação rápida de assentos, em torno de tópicos específicos previamente estabelecidos (ver tabela 7.2 e figura 7.11 para detalhes e desenho da dinâmica).

No entanto, no retorno da pausa a conversa ia avançada, com um grupo coeso já a discutir profundamente sobre os tópicos que os haviam trazido ali, pelo que a terceira via da facilitação ganhou imediatamente o seu espaço: a do improviso. Na facilitação, o improviso é um mecanismo importante que permite ao facilitador cumprir a sua missão de moderador, seguindo sempre o grupo nos seus interesses. Evita-se assim, por um lado, que o facilitador se torne num "ditador" (do processo já estabelecido, previamente à manifestação coletiva) e, por outro, leva-se a dinâmica própria da discussão a elevar-se autonomamente para os níveis almejados. Foi o que aconteceu.

O grupo gravitou naturalmente para uma conversa coletiva e participada, própria de quem já sabe trabalhar em conjunto, de quem já sabe ouvir e ser ouvido. Os tempos de palavra foram curtos, e foram

tiradas notas sobre as “gemas” que iam surgindo na discussão, “organizadas” em duas cartolinas – uma de “impactos”, outra de “lições”.



Figuras 7.15 – Recolha de notas sobre impactos, desafios e lições da MoVivo

Foi nesta fase final que surgiram ideias e propostas maturadas, de um grupo atento e refrescado nas suas memórias de um projeto como o que haviam vivido há tempos, depois de evocarem, trocarem, amadurecerem e se permitirem vislumbrar novos caminhos para um projeto que é de todos. Essas considerações sobre o futuro do movimento são analisadas no Capítulo VIII, cingindo-se o restante do presente capítulo às reflexões sobre a natureza e experiência vivida pela MoVivo.

7.7.2 – Principais resultados da sessão coletiva MoVivo (passado e impacto)

Um dos sentimentos mais presentes nesta sessão final de síntese foi a alusão ao sentimento de “*faltar muita estrada*” (notas), no sentido de que estes são caminhos a palmilhar indefinidamente, fazendo uso das palavras de Eduardo Galeano: “*A utopia serve para que eu não deixe de caminhar*” (Galeano, 1993, pp.66). Recupera-se também uma conversa que havia surgido antes, em que a política não era levada com seriedade pela cidadania (não passando muitas vezes de conversa de café, sem qualquer envolvimento prático – como referido acima) (notas).

O que foi dito nesta sessão de síntese foi que “*a partir do momento em que começámos a fazer, de facto, diferente, materializando algo inclusivo com a intenção de ir a eleições, o posicionamento dessas “conversas” mudou, sendo confrontada com um modelo diferente*” (sessão final). Houve uma manifesta reapreciação das vantagens que decorreram da participação no “*combate político*”, algo que terá projetado a proposta da MoVivo nos imaginários locais: “*Toda a gente ouviu falar do movimento porque este “cavalgou” a “febre” das eleições, tendo participado em debates, aparecendo em rádios e jornais, etc*.” (sessão final). Foi também referido que terá sido importante participar nas eleições em termos de concentração e balizamento de esforços dos participantes. Ou seja, com uma data final do esforço (data das eleições), as pessoas (psicológica e animicamente) permitem-se “dar tudo” até ao fim, para depois descansarem do esforço. Observa-se uma dinâmica diferente. Ao contrário, processos “sem fim pré-determinado” arriscam diluir a energia de quem

neles participa, correndo o risco de se esbaterem em impacto e relevância com o passar do tempo. E isto é especialmente verdade para projetos com uma grande componente de voluntariado, algo que, no entanto, poderia ser resolvido por recurso a vários tipos de financiamento.

Já em relação ao processo vivido, o mesmo foi visto como algo que reflete e recupera a "*confiança na força e sabedoria coletiva*". Mesmo tendo havido muita gente a participar na MoVivo que não votava no concelho, isto levou a uma conclusão positiva: dos votos que a MoVivo conseguiu, muitos eram de facto "locais", de gente que talvez não tenha aparecido nas reuniões, mas que reverberou com o modelo apresentado – ou seja, "*não foi apenas a bolha da MoVivo que votou na MoVivo*" (notas). "*Teve mais visibilidade do que aquilo que a gente pensa – foi uma ideia moderna, em que participaram pessoas com grupos diferentes de conhecimentos e de amigos, onde as redes se ativaram e apoiaram*" (sessão final). Foi também dito, ainda nesta linha que "*não demos "*seca*" às pessoas, os nossos cartazes tinham propostas concretas e mesmo isso falava-se nos cafés, onde a conversa se alastrava como um rastilho*" (sessão final). "*A mim veio ter o Manel, canalizador lá da minha obra, e disse-me "um dos vossos votos é meu, porque antes o Partido Comunista fazia o que vocês fazem hoje, e depois deixou de o fazer*"." (sessão final).

Figura 7.16 - Participantes em momento de reflexão coletiva

Em resumo, a MoVivo foi um processo de grande experimentação e curiosidade, nascido de sentimentos de frustração com o desenho e desempenho político, mas também de um credo em modelos alternativos de democracia e gestão territorial mais próximos da -e abertos à- cidadania. Quem se mobilizou fê-lo para aprender a fazer, com a coragem e humildade que isso implica, e sem saber exatamente onde essa "estrada" ia dar. Das energias e esforços que se agruparam em torno da ideia e do projeto, resultaram diferentes acontecimentos: algumas ideias ficaram no papel, outras foram absorvidas por outras forças eleitorais e ainda outras ganharam a sua autonomia própria, constituindo ou reforçando outros movimentos e iniciativas que viriam a afetar de facto o território. A experiência foi cansativa e mediatizada, mas foi um passo importante no empoderamento de ideias e modelos de gestão essenciais ao envolvimento consequente da sociedade civil no desenho de estratégias e abordagens para o seu território.

Já quanto à narrativa política que, simultaneamente, ajuda e emerge da identidade coletiva do movimento, importa vincar o caráter fundamentalmente deliberativo e de abertura total (em termos quer de mecanismos, quer de transparência funcional) à sociedade civil. A centralidade desta abordagem, presente em toda a dinâmica e narrativa da MoVivo, não é, no entanto, definidora única da sua identidade

coletiva. A sua natureza de experimentação e adaptação (por desenho) ao território em que se materializa, deixa abertas algumas opções de caminho a trilhar. É sobre essas questões que versa o Capítulo seguinte desta tese.

8) CAPÍTULO VIII – MOVIVO - PERSPETIVAS COMPARATIVAS E PROPOSTAS DE FUTURO

Este capítulo procura agregar e sintetizar os resultados da recolha e análise das políticas narrativas presentes, direta ou indiretamente, no território de estudo. Faz uma distinção dos dados recolhidos por via de entrevistas e por via de análise documental, estruturando-os em torno de quatro tabelas (duas para cada método utilizado) que tratam dos dois temas de análise: democracia local e economia local.

Feito e findo esse exercício, procede-se depois a uma reflexão sobre ambos os temas. Nessa reflexão tenta-se encontrar pontos de fricção e pontes de entendimento entre as forças políticas presentes no território, procurando depois posicionar a MoVivo no ecossistema narrativo do território em que emergiu. E é esse o ponto de partida para analisar as primeiras reflexões sobre o futuro da MoVivo, agora inserida e posicionada no mapa narrativo e político de Montemor-o-Novo. Estas reflexões sobre o seu futuro, resultantes de exercícios coletivos e dialéticos, ajudarão depois a introduzir, estruturar e desenvolver o Capítulo XIX desta tese, que procura sintetizar todos os resultados obtidos e abrir o espaço para a as conclusões finais da investigação no seu todo (que acontecem no Capítulo X).

8.1 – Principais Elementos das Narrativas Políticas

8.1.1 – Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por via de entrevistas)

Para completar o entendimento e o posicionamento relativo da MoVivo *vis-à-vis* as outras forças políticas no território, procede-se agora à análise de *Narrative Policy Framing,* como proposta metodológica proposta e avançada no Capítulo V. Faz-se isto no intuito de melhor compreender as narrativas políticas presentes e ativas no território, particularmente no que toca ao seu entendimento e posicionamento relativamente a economia local e democracia local – analisadas separadamente abaixo. No mandato estudado (2021-2025), o poder camarário em Montemor-o-Novo foi constituído por uma aliança do PS com o CDS, estando a CDU pela primeira vez na oposição. Assim, foram entrevistadas as forças políticas com expressão eleitoral no município: CDS, CDU e PS[122].

A cada partido foi enviado um pedido de entrevista, o que resultou numa indicação de uma pessoa de cada força para responder a este questionário. Tomando em conta os preceitos descritos no Capítulo V (sobretudo nos seus pontos 5.4 e 5.5), foram preparadas entrevistas semiestruturadas com perguntas que permitem descortinar a constituição e elementos das narrativas políticas utilizadas por cada força política, permitindo, contudo, também o espaço necessário para que as mesmas se expressassem de forma alternativa e complementar. As entrevistas foram conduzidas em pessoa, com a duração de uma hora, tendo

[122] A disposição dos partidos é feita por ordem alfabética

sido gravadas com a expressa autorização dos entrevistados[123], de modo a facilitar o seu registo e processamento. Foram, em paralelo, tomadas notas e observações no diário de bordo, que contribuíram para a análise posterior das entrevistas e que são sucintamente partilhadas nas tabelas que resumem e comparam as respostas de cada entrevistado.

No Anexo A desta tese de doutoramento pode consultar-se com mais detalhe a recolha de dados efetuada para cada uma das narrativas políticas analisadas, dos atores ou forças políticas presentes no território, relativamente quer à democracia, quer à economia local.

[123] Todos as pessoas indicadas pelos partidos para participar nestas entrevistas foram homens

8.1.1.1 - Narrativas Políticas: Democracia Local

Tabela 8.1 - Narrativas Políticas utilizadas na Democracia Local (recolhidas nas entrevistas)

Questões	CDS	CDU	PS	Notas / Observações
Q1 - O que é para si uma "democracia local, saudável e funcional"?	Tem de ter participação do povo, de forma ativa, para além dos votos (reuniões, associações, pressão política, etc.)	Uma democracia que não se limite ao voto (democracia política), mas uma democracia em que todos têm o mesmo acesso a serviços e a uma igualdade social (democracia social)	Focada nos partidos políticos (com um papel importante e agregador das experiências de quem os compõe), onde estes mantenham um contato permanente com a população.	Defende-se que a proximidade da "politica local" facilita a interação com a sociedade civil.
Q2 - Como vê a qualidade da democracia / participação cidadã no concelho de Montemor?	Medíocre, como em todo o país. "O 25 de Abril representou um ganho grande de direitos e muitas pessoas (especialmente os mais velhos) pensam "*ok, isto é suficiente: já tenho acesso a saúde, água potável, voto, já é excelente*". Isto cria uma falta de espírito critico e vontade de participação política."	Não é saudável. Ao "afunilar" apenas nas eleições/votar, afasta as pessoas da política e da participação cívica.	Positivo, com muitas associações e proximidade da população à política.	
Q3 - Quais são, na sua opinião, os maiores impedimentos a uma maior participação / envolvimento da comunidade / qualidade da democracia em Montemor-o-Novo?	**Pouca capacidade financeira e pouco tempo** impede maior participação na democracia. Falta maior educação cívica.	Esvaziamento dos orçamentos familiares para "os bolsos do grande capital" (energia, supermercados, comunicações, etc.), que leva grande parte do valor para fora do município. Esbatimento do movimento informal cidadão que anteriormente trabalhava diretamente com o poder publico para resolver problemas. O isolacionismo da vida moderna.	Por confundirem "democracia" com "partidos políticos", as pessoas não se envolvem tanto politicamente, porque têm medo de ser vistas como com parte de, ou alinhadas com um partido. Os partidos têm de se manter abertos, sem cooptar ideias e iniciativas.	CDS e CDU concordam que o individualismo da vida moderna é um grande impedimento a uma melhor democracia.
Q4 - Que problemas (se algum) levanta a falta de maior participação da cidadania na gestão do Município?	Menor capacidade de identificação de problemas - e soluções.	Com menos participação cidadã há maior dificuldade de identificar problemas. Gestão participada é uma arma na eficácia da resolução de questões e esclarecimento das pessoas.	Menor participação cidadã há maior dificuldade de identificar corretamente os problemas.	**Todos:** Quantas mais pessoas estiverem ativas, a identificar e alertar para problemas (e soluções), melhor funciona a democracia.
Q5 - Quais são, na sua opinião, os principais mecanismos capazes de levar a um aumento da participação cidadã na	Conseguir dar mais tempo e mais dinheiro/menos custos às pessoas (melhor qualidade de vida, baixar custos da habitação, melhorar a economia,). Também pôr os miúdos a pensar, torná-los cidadãos	Partidos são os pilares de democracia. O interesse dos partidos é defender (os trabalhadores e) o povo em geral – não são um elemento corrupto.	Participação nos documentos estratégicos do município, abertura de processos de decisão à população.	

democracia local de um município rural como Montemor-o-Novo?	ativos dentro das suas áreas de interesse. Miúdos estão muito em casa e a escola não os desafia. Oficina da Criança é essencial. Empreendedorismo jovem, desporto, escuteiros, podem ajudar. Para os adultos: associações, ou universidade sénior.	Pessoas demasiado individualizadas não procuram soluções coletivas, mas apenas para a sua "vidinha".	"*Ir além do que está legalmente estabelecido na lei portuguesa*" – no que toca a participação pública.	
Q6 - Que estratégias tem o seu partido para promover um maior envolvimento dos cidadãos na democracia local?	Empreendedorismo e desporto focado nos jovens. Aumentar número de casas na habitação + arrendamento acessível. Instalar escola profissional em Montemor (focada em ofícios, artes tradicionais e na agricultura).	O combate ao estigma dos partidos políticos é essencial para aumentar a participação cidadã na democracia – por via desses mesmo partidos.	Promoção de sessões abertas à população, incluindo um concurso com ideias para o concelho. Uma pessoa não tem de ser militante do PS para se envolver com o partido. Também a promoção de votações secretas, para permitir uma livre expressão aprofundada.	CDS: foco na expetativa legitima/jurídica de estudantes e famílias, que estão hoje a tirar cursos apenas para ter um diploma (que depois não dá emprego).

A tabela 8.1 revela desde já alguns indícios que podem ajudar a construir e acompanhar a análise que se segue: A democracia é, no geral, considerada como fraca, por falta de envolvimento com os partidos políticos. Há uma visão de que os partidos têm um papel preponderante na participação democrática, mas que as pessoas participam pouco por falta de recursos, falta de tempo e mesmo aversão à política partidária – que por vezes "confundem" com o conceito mesmo de democracia. Ao se considerar, na generalidade, que uma cidadania ativa ajuda a identificar problemas e a resolve-los, as propostas para aprofundar a democracia local passam por reabrir linhas de comunicação entre a sociedade civil e os partidos, apostando também na formação cívica.

8.1.1.2 - Narrativas Políticas: Economia Local

Tabela 8.1 - Narrativas Políticas utilizadas na Economia Local (recolhidas nas entrevistas)

Questões	CDS	CDU	PS	Notas / Observações
Q1 - O que é para si uma "economia local, saudável e funcional"?	Uma economia mais diferenciada, mais resiliente, com mais oferta. Capaz de valorizar conhecimentos ancestrais locais.	Economia redistributiva. No caso de Montemor, com base agrícola sustentável e tradicional. E que crie riqueza para as pessoas que habitam o município.	Uma economia com recursos endógenos suficientes. Onde as pessoas consigam consumir bens e serviços produzidos localmente. E onde a riqueza seja distribuída de forma justa pela população.	**CDU** contra baixar impostos e facilitar vinda de grandes empresas – por levarem valor criado para fora de Montemor. Também contra a produção (azeite, amêndoas, etc.) para exportação.
Q2 - Como vê a situação económica no concelho e município?	Frágil. Incapaz de reter ou atrair pessoas.	O município ainda tem uma situação económica boa, sem dívida municipal, apesar de nos últimos anos (executivo PS-CDS) terem aumentado trabalhadores a recibos verdes. Tem de haver uma relação saudável entre despesa corrente e capacidade de investimento.	Concelho rural (90% da economia), o qual deixou de ter moeda local recentemente[124]	**CDS**: "maior problema do concelho é a perda populacional"
Q3 - Quais os maiores constrangimentos a um melhor desenvolvimento económico local no concelho e município?	Perda de população, questão financeira e eficiência de serviços públicos (muito tempo demorado para tomar decisões). Reduzir a despesa municipal, e aumentar a receita – para melhorar o investimento. Investimentos com mais retorno = mais casas, mais qualidade de vida, coisas que atraiam mais pessoas. Também que atraiam mais empresas/negócios.	Falta uma estratégia agrícola com uma produção a pensar no que são as necessidades nacionais (i.e., não a exportação). Perda de autonomia do poder local. Dependência de fundos europeus, que interferem com as prioridades do município.	Situação económica equilibrada, com distribuição de riqueza bem mais justa do que anteriormente. Está muito dependente de mecanismos externos ao concelho – por exemplo, muita da política económica é decidida a nível nacional e europeia. Isto limita muito as opções estratégicas do município.	**CDS**: "Para aumentar receita há que ter mais gente a pagar impostos (em vez de a mesma gente a pagar mais impostos): IMI – mais casas; IRS – mais pessoas; IRC – mais empresas" "Gastar dinheiro em festas e festinhas não dá em nada"
Q4 - Na sua opinião, quais são os principais afetados pelos	Os dois extremos da sociedade: os que tinham o direito de ficar na terra em que cresceram; e os mais pobres, que têm de	Os munícipes, por verem o mesmo "bolo" a ser divididos por mais responsabilidades	Pequenas e microempresas + unipessoais (99% do tecido empresarial do concelho).	

[124] Nota: Moeda MOR: Como indicado acima nesta tese, em Montemor-o-Novo houve a última moeda local a funcionar no país. De nome "A_Mor", foi "congelada" em 2024 por falta de tração local, apoio camarário (CDU primeiro, PS depois), e falta de existência de um núcleo ativo capaz de continuar a dinamizar esse projeto.

problemas acima descritos?	se aguentar com o que há, sem sonhos nem ambições.	que anteriormente pertenciam ao estado central.		
Q5 - Quem são, na sua opinião, os principais atores ou aliados para o melhoramento económico no concelho e município? Em que sentido?	Os eleitos, empresas, escola, associações ativas. Têm de colaborar para encontrar um "caminho/estratégia comum". Outros municípios também podem ser aliados importantes em assuntos intermunicipais	PMEs; Governo nacional (por via do aumento dos salários que promova o poder de compra local);	Empresas do sector rural e universidade de Évora.	**CDU**: vê no aumento dos salários reais, a nível nacional
Q6 - Se tivesse de apontar 3 políticas essenciais para a promoção da economia local do concelho e município, quais seriam?	Política de habitação forte (reduzir IMI e estabelecer comunidades de energia). Incentivos ao investimento económico no município (por exemplo, construção de uma ZIA[125]-Adua4.0 focada no digital. Mais projetos nas aldeias podem atrair nómadas digitais, para criar mais "vida") Sistema de recolha de dados no terreno para orientação de políticas públicas. Aposta no turismo e gastronomia de localidade (ligados a produção local) e permanência (turistas a ficarem mais dias)	Promoção de produtos locais (gastronomia, paisagem, turismo, qualidade de vida); Promoção de soluções de habitação capazes de atrair e reter população; Promoção de iniciativas em torno de *co-working* e *start-ups.*	Montemor é um cluster cultural, mas falta "formação de públicos" capaz de tornar a cultura um pilar da economia local. Área agrícola ser gerida de forma sustentável e equilibrada. Património cultural, histórico e ambiental podia ser melhor valorizada (turismo, estudo, lazer)	

[125] Nome da Zona Industrial de Montemor o Novo: Zona Industrial da Adua – ZIA

A tabela revela que as forças locais veem a economia local como frágil, rural, acossada pela redução populacional, e por vezes demasiado dependente de fundos europeus. Apostam por isso na diversificação da mesma, com foco na produção e transformação de produtos locais, na promoção de políticas de habitação sustentáveis, de turismo e na atração de *start-ups.*

8.1.2 – Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por análise documental)

A análise resumida parte de duas tabelas em que se resumem comparativamente cada uma das diferentes narrativas, permitindo depois (abaixo, no ponto 8.2) uma análise mais alargada dos elementos recolhidos, das pontes encontradas e dos pontos de desencontro entre elas.

Os documentos analisados para a construção e dissecação das narrativas políticas presentes no território foram vários e são referidos para cada uma das forças políticas presentes no território. Foi sobretudo nos níveis nacional e supranacionais que se recorreu à análise documental[126], por ser mais facilmente acessível e mais detalhada. Ao nível local, apenas a CDU partilhou documentação oficial, tendo as restantes forças políticas (CDS e PS) exposto as suas narrativas políticas apenas aquando das entrevistas acima referidas.

Para o nível supranacional, onde, como referido no Capítulo VI, a recolha de dados foi feita apenas por análise documental, os documentos analisados foram: *A long-term Vision for the EU's Rural Area"* (Rachele, 2022), o *Rural Pact* (EC, 2022), a *European Charter of Local Self-Government* (Council of Europe, 1985), o *Civil Participation In Decision- Making Toolkit* (Centre of Expertise for Good Governance, 2020), o *Mapping Deliberative Democracy In Council Of Europe Member States* (Williamson & Barrat, 2022), o *Explanatory Memorandum to the Recommendation CM/Rec(2018)4 on the participation of citizens in local public life* (CDDG, 2018) de 2018, o Plano de Ação para a Democracia Europeia (*European Commission*, 2020), o relatório *Understanding Our Political Nature* (Mair et al., 2019), o relatório *Towards an EU approach to democratic local governance, decentralisation and territorial development* (CEMR, 2008), o relatório *The role and place of local democracy and decentralisation in the modernisation and consolidation of democratic processes in the Eastern Partnership countries* (ECR, 2002), os documentos da Campanha Democracia Jovem (*Council of Europe*, 2022) e o *Draft Recommendation on Deliberative Democracy* (CDDG, 2022).

Também para o nível nacional a recolha de informação para este ponto foi feita exclusivamente por recurso a análise documental. Note-se que a recolha foi feita por via de análise de documentos do governo, mas também do Partido Socialista, que se encontrava (ao momento de escrita desta tese) numa posição de maioria absoluta no Parlamento nacional) Para isso, foram considerados os seguintes documentos: O Programa Eleitoral do Partido Socialista (Partido Socialista, 2022), o Plano de Recuperação e Resiliência do

[126] Procurando referencias a democracia e economia local em documentos europeus relacionados com estes temas

XXII governo constitucional (MRR, 2021), o relatório sobre a Democracia semi-direta em Portugal (Lopes, 2017), o artigo sobre Participação na vida pública do exercício da cidadania clássica à ativa: Alcances e Limites do Orçamento Participativo (Tiago André da Silva Barata, 2014), o discurso de António Costa (então primeiro ministro em Portugal) na Sessão de 50 anos do 25 de Abril (Costa, 2022), a Estratégia Portugal 2030 (Ministério do Planeamento, 2019), o estudo sobre a Qualidade da democracia em Portugal (Magalhães, 2009), o II Plano Nacional para a Juventude (Presidência do Conselho de Ministros, 2021), a intervenção da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, 2019), o documento de Políticas e Programas de Juventude (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2020), o Relatório Final 2018-2021 do Plano Nacional para a Juventude (PNJ, 2022)

Já para as forças políticas locais presentes em Montemor-o-Novo, a recolha de dados foi feita por duas vias: análise documental e as entrevistas apresentadas no ponto anterior. Em específico (apesar de várias insistências deste investigador a todas as forças políticas), a CDU foi a única a disponibilizar documentos eleitorais (CDU, 2021) – para além da MoVivo, que disponibilizou desde sempre, no seu *website*, o seu próprio programa (ver anexo D desta tese). Para o PS e para o CDS, os dados foram recolhidos por via de entrevistas presenciais, cujos resultados são apresentados nas tabelas abaixo:

Em jeito de recapitulação do que já foi dito no ponto 5.4 do Capítulo V, relembra-se que a técnica de *Narrative Policy Framing* analisa e disseca narrativas dividindo-as em elementos constituintes de uma narrativa "clássica", ou seja: O cenário em que se desenrola a ação, as personagens que nela participam (e que representam as forças em ação, da perspetiva do narrador), o enredo da história e, finalmente, a moral da mesma (que aqui revela as propostas políticas avançadas por cada força).

8.1.2.1 - Narrativas Políticas: Democracia Local

Tabela 8.2 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental)

	Cenário	Personagens Narrativas			Enredo	Moral da História
		Vítimas	Heróis	Vilões		
União Europeia	Democracia representativa como pilar da identidade europeia	Cidadãos europeus, sistemas políticos europeus, estabilidade social	Cidadania ativa e envolvida Instituições da UE, governos e parlamentos nacionais da UE Plano Europeu de Ação contra a Desinformação	Desinformação, extremismo e polarização, ciberataques, pressão sobre jornalistas, COVID-19	Transformação digital Extremismos	Definir o Plano de Ação para a Democracia *Next Generation EU* Inovação democrática Votações eletrónicas, consultas públicas) educação para a cidadania
Governo de Portugal[127]	Democracia a necessitar de ser aprofundada	Cidadania Participação política Estabilidade social	Plano Nacional de Literacia Democrática	Desinformação; Populismos; Reduzida literacia democrática	Ameaças à democracia a multiplicarem-se	Promover a participação dos cidadãos Renovar e qualificar a classe política Aproximar a legislação dos seus destinatários
CMMoN[128]	Democracia viva por via de associações locais, mas a necessitar de	Poder político local, munícipes	Juventude Uma economia mais justa Espírito crítico	Falta de recursos (tempo, dinheiro, etc.)	População "relaxada" com direitos que vieram com a democracia, mas a ser convidada a participar	Apostar na juventude, na criação de espírito critico e usar mecanismos legais já existentes, como consultas públicas, sessões

[127] No período de elaboração deste doutoramento, o poder nacional estava nas mãos do PS.

[128] Nota: esta linha da tabela foi construída no cruzamento dos posicionamentos da CDS e do PS, coligação no poder em Montemor-o-Novo após as eleições de 2022 (em que a Montemor-o-Vivo concorreu)

	renovação e melhorias a nível da participação		Partidos políticos como pilares de democracia			públicas, capazes de envolver a população
CDU[129]	Democracia pouco saudável, sem participação pública	Trabalhadores e poder político local	Partidos políticos	Grande capital, individualismo, incompetência do governo	Vitória do capitalismo leva a revolta das populações, que abraçam qualquer populismo	Apoiar Movimentos sociais, promover cultura cívica
Montemor-o-Vivo	Acesso difícil à participação e a informação sobre processos de tomada de decisão	Cidadania, políticas sociais e económicas	Processos coletivos de tomada de decisão	Política profissionalizada, com centralização de poder falta de tempo para participação cidadã	Democracia cada vez mais longe das pessoas, com índices de participação eleitoral e confiança nos políticos a decrescer	Recuperar a prática política participativa Promover uma política local mais participativa Ouvir e ativar a cidadania Criar um pelouro da colaboração Apostar na juventude, na criação de espírito crítico

Apesar de haver uma leitura comum a todas as forças políticas da necessidade de aprofundar a prática democrática, observa-se uma diferença quanto às diferentes escalas: nas esferas mais altas (nacional e europeia) os problemas são vistos como conjunturais, quando "no terreno" os problemas pressentidos advêm sobretudo da falta de recursos (tempo e dinheiro) da cidadania. Não obstante, é feita referência em todas as forças políticas à necessidade de apostar na educação para a cidadania, abrindo ao mesmo tempo mais canais de participação da mesma (diretamente ou por via dos partidos)

[129] Antigo poder camarário, atual (2024) partido de oposição em Montemor-o-Novo desde 2022

8.1.2.2 - Narrativas Políticas: Economia Local (na ruralidade):

Tabela 8.3 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental)

	Cenário	Personagens Narrativas			Enredo	Moral da História
		Vítimas	Heróis	Vilões		
Comissão Europeia	Potencial de crescimento inexplorado do desenvolvimento rural	Populações rurais, zonas rurais mais remotas	Comissão Europeia *European Green Deal* *EU Rural Pact* *EU Rural Action Plan*	Alterações estruturais (sociais e económicas), globalização e urbanização, declínio e envelhecimento da população	Transições digitais e "verdes" + lições da gestão de pandemias como alavancas para renovar a ruralidade	Melhorar a qualidade de vida rural Desenvolver equilibradamente os territórios Estimular o crescimento económico
Governo de Portugal[130]	Abandono de infraestruturas e potencial de crescimento inexplorado da ruralidade em Portugal	Famílias e empresas	Governo de Portugal / UE / Fundos e solidariedade europeus	Pandemia Covid-19, défices estruturais da economia portuguesa, alterações climáticas	Economias europeias menos desenvolvidas em busca de um desenvolvimento sustentável	Promover a Descarbonização / transição energética / crescimento sustentável
CMMoN[131]	Concelho rural, com alguma riqueza daí advinda Desertificação e envelhecimento do concelho, economia frágil, dificuldades em reter nova população	Jovens e habitantes da ruralidade Tecido empresarial local	Pequenas e microempresas inovadoras Turismo Investimento externo, agroindústria, exportações, património histórico e natural	Falta de eficiência da CM Perda de população	Concelho em transição, em busca de soluções de habitação e qualidade de vida	Reduzir a despesa municipal Apostar na inovação tecnológica Promover políticas de habitação Valorizar a gastronomia, natureza e cultura

[130] Nota: á altura de escrita desta tese de doutoramento, era o Partido Socialista que se encontrava no poder, com maioria absoluta no parlamento nacional

[131] Nota: esta linha da tabela foi construída no cruzamento dos posicionamentos da CDS e do PS, coligação no poder em Montemor-o-Novo após as eleições de 2022 (em que a Montemor-o-Vivo concorreu)

CDU[132]	Boa situação económica, sem dividas nem créditos, mas dependente de fundos europeus	Poder local com menos autonomia, habitantes com pior serviço	Estratégia agrícola local Trabalhadores organizados Poder municipal	Produção para exportação Descentralização de competências (sem recursos equivalentes)	Aumento de precarização de trabalhadores Alteração de paisagem ecológica e social alentejana	Aumento de salário real; distribuição equitativa de rendimentos do concelho; habitação acessível
Montemor-o-Vivo	Reduzida população, tecido económico subdesenvolvido, grande dependência de cadeias de distribuição internacionais	Empresas, famílias e a própria Câmara Municipal	Cidadania ativa, movimentos sociais	Falta de uma democracia mais aberta e participativa	Políticas de confinamento, economia assente em longas cadeias de produção, mobilidade no concelho muito dependente do automóvel individual,	Políticas de habitação, energética e de defesa do pequeno comércio, que baixem os custos de vida e aumentem a qualidade de vida.

No que toca à economia rural, todos os atores políticos analisados concordam que existe um grave problema de desertificação e envelhecimento das infraestruturas produtivas, que impede o desenvolvimento económico das regiões. Existe uma contradição interessante entre as estruturas nacionais e supranacionais de aposta em financiamentos comunitários, ao mesmo tempo que as forças políticas se queixam desses financiamentos condicionarem as suas estratégias. Por fim, a nível das forças locais, há uma intenção de apostar em estratégias de transformação de produtos primários locais (sobretudo agropecuários), promover políticas de habitação acessíveis e apostar no turismo como força de desenvolvimento económico em Montemor-o-Novo.

[132] Antigo poder camarário, principal partido de oposição em Montemor-o-Novo desde 2022

8.2 - Análise comparativa das narrativas políticas exploradas”

Chegados a este ponto do trabalho de investigação, revêm-se aqui os processos de estabelecimento e desenvolvimento da iniciativa estudada. Procura-se com isto iluminar as dinâmicas, dificuldades e estratégias de estabelecimento do projeto analisado, de modo a enquadrar os seus esforços nos objetivos atingidos e aqui estudados, a saber: como organizar esforços coletivos de modo a levar as instituições a ouvir as bases da cidadania e mesmo a repensar a sua macroestrutura.

O objetivo desta abordagem é, também, aplicar a teorização de um possível bem comum ao seu estabelecimento na prática. Ou seja, não focar apenas o estudo académico na gestão “teórica” do que são *bens comuns*, mas permitir vislumbrar a sua aplicação na prática, permitindo o emergir de dinâmicas sociais, inovações, resistências internas, ou simplesmente caminhos que se fazem caminhando (Como visto em Carr & Kemmis, 1986; Jönsson & Macintosh, 1994; Kemmis, 2008; Laughlin, 1995; Plows, 2008). Com isto pretende-se dar a conhecer, por um lado, o “nascer” de um exemplo de um *bem comum*, para apoiar a sociedade civil a vislumbrar os desafios que tem pela frente, quando se predispuser a adotar um caminho de semelhante natureza; por outro, procura-se aqui responder sobretudo à segunda pergunta de partida desta tese de doutoramento, revelando a eficácia -ou não- das interações entre uma sociedade civil imbuída de valores decrescentistas e poderes institucionais forçosamente dependentes de um crescimento económico constante. Relembrando: *Como estruturar alternativas socioeconómicas e democráticas a partir das bases, capazes de compelir a narrativa dominante a receber os seus inputs e mesmo a considerar a reformulação política do quadro macro*?

Este foi um exercício de grande importância, onde foram encontradas divergências e pontes importantes entre práticas e posicionamentos partidários das forças locais, e entre estas e as abordagens, posicionamentos e propostas da MoVivo.

Relativamente à democracia local, as opiniões variam. A UE, como expectável, preocupa-se com as grandes linhas de leitura e impacto, olhando a desinformação, o extremismo e a polarização, os ciberataques e mesmo a pressão sobre jornalistas como as grandes ameaças à democracia – algo que, interessantemente, nunca foi referido em nenhuma entrevista, programa político local, ou mesmo conversas informais relativas ao tópico da democracia local em Montemor-o-Novo (notas). Os referidos planos de *Ação para a Democracia*, ou o *Next Generation EU*, previstos e preconizados pela UE, também parecem não ter qualquer aparição ou tração no território estudado. De facto, não se ouviu nunca, durante toda a duração deste doutoramento, qualquer alusão à União Europeia, exceto num desabafo referente aos impactos nefastos dos modelos de financiamento europeus, que são pesados sobre as autarquias (em termos de recursos humanos, conhecimento) e que interferem sobre

as estratégias municipais (por exemplo financiando um projeto X no lugar Y, quando Y era visto pelo executivo local como melhor para albergar o projeto Z).

Já a nível do governo nacional [133], a abordagem à questão da democracia é a mesma. Os problemas são identificados em linhas mestras e abstratas e as soluções apresentadas prendem-se com promover debates sobre a importância da democracia, dar a conhecer o funcionamento das instituições e simplificar a legislação eleitoral. Tanto quanto é conhecimento deste doutorando, nenhuma destas propostas foi materializada em Montemor-o-Novo – e nenhuma delas questiona o desenho democrático atual.

Por exemplo, a MoVivo alinha-se com o CDS na leitura de que a falta de tempo e recursos (sobretudo financeiros) da população são um impedimento maior ao aprofundamento da prática democrática (que implica maior envolvimento). O foco em políticas de habitação e de estimulação de espírito crítico surgem assim em ambos os programas políticos, e na narrativa política de cada força. Concordam também que a individualização da vida afasta as pessoas da praxis comunitária, que precederia uma democracia mais participada. Da mesma forma, veem a democracia como algo que extravasa os partidos políticos, ao contrário da CDU e do PS, que veem como central o papel dos partidos políticos na democracia, focando-se antes em tentar combater o estigma crescente que as populações sentem em relação aos mesmos.

A MoVivo alinha-se com a CDU quando crítica o difícil acesso da população à participação política, mas afasta-se da solução defendida pela força de esquerda, que procura recolocar os partidos como figuras centrais e incontornáveis da democracia (especialmente na base local). Neste sentido, alinha-se mais com a abordagem do CDS, apostando antes na literacia crítica e na emancipação económica para ganhar tempo e espaço - para depois participar num novo modelo de democracia (que a CDS, no entanto, não defende – como disse um seu eleito na Assembleia Municipal: "*somos institucionalistas*"). A MoVivo fá-lo, contudo, apostando na criação de infraestrutura socioeconómica coletiva que como motor de autonomia e produção local – ao contrário do CDS que prefere o apoio direto a empresas e indivíduos, apontando na atração de investimento, muito dele voltado para a exportação.

A Montemor-o-Vivo vem também questionar, desde a sua raiz, a definição própria de "democracia" (entendida normalmente apenas pelos seus preceitos liberais e representativos, como discutido nos capítulos introdutórios), avaliando-a antes a partir de premissas deliberativas. É por isso que avalia a democracia local em Montemor como fraca - mas com grande potencial de

[133] Aqui considerando o XXIII Governo Constitucional Português, que teve lugar entre 2022-2024

experimentação e progresso. Identifica dificuldades no acesso á informação sobre decisões tomadas, com os centros de decisão locais alheados das pessoas, que expressam por sua vez baixos níveis de confiança nos políticos profissionais. Identifica assim algumas avenidas de abordagem a estes problemas, que passam pela recuperação da política deliberativa mais participada e empoderada, incluindo pela criação de pelouros da cidadania, assembleias cidadãs, orçamentos participativos e infraestrutura coletiva de produção e transformação de produtos, etc.

O CDS parece raciocinar ao longo de linhas paralelas. Este partido situado à direita do espectro político, expressa, na sua narrativa, a preocupação de que as pessoas, uma vez ultrapassada a ditadura, tenham interiorizado a sensação de que "*o que temos é muito melhor do que antes e por isso é suficiente*". Isto leva, segundo este partido, a que as mesmas não se envolvam mais na praxis democrática, para além do voto periódico. Propõe por isso apostar em mecanismos que libertem as pessoas dos constrangimentos que mais as impedem de participar na gestão coletiva do município. Aumentar vencimentos, reduzir custos de vida, combater o isolamento provocado pela vida moderna, apostar numa cidadania ativa, no empreendedorismo jovem como alavanca de emancipação financeira e cidadã e ir assim reduzindo barreiras à participação pública.

Por outro lado, a CDU e o PS ancoram o seu entendimento democrático pela leitura do papel basilar dos partidos políticos na democracia. Procuram com isso reforçar esse seu papel e, a partir daí, promover a proximidade às populações, quer mantendo vias abertas de comunicação, quer promovendo ativamente a participação pública (nos moldes acima discutidos, como consultas informais e não vinculativas). A CDU, como seria expectável, vê na "*vitória do capitalismo*" a fonte de erosão da democracia, redução da economia local, com as populações e comunidades exploradas e sem saída a revoltarem-se e abraçarem qualquer populismo. Aposta, por isso, no apoio a movimentos sociais e na promoção de maiores mobilizações sociais, de modo a assegurar a prática democrática local.

Já o PS reconhece explicitamente que existe uma clara "*confusão entre três coisas: democracia, partidos e política*". Ou seja, afirma que a reduzida participação local advém bastante do "medo", da parte de quem participa, de passar a ser "*identificado com um partido ou outro*". A sua estratégia para aumentar a participação cidadã passa então, como referido acima, por combater esse estigma e "confusão" popular, apostando na abertura do partido e dos processos participativos.

A MoVivo alinha-se também com o PS na leitura de que a cidadania confunde partidos políticos com "democracia". Mas atenta que essa "confusão" nasce, perniciosamente, do facto dos próprios partidos políticos se considerarem essenciais à democracia, argumentando mesmo que esta não seria possível sem eles. É interessante o reconhecimento explicito do PS da tal "confusão" que existe entre democracia, partidos e política. Interessante por serem estes conceitos cuja confusão emerge -

provavelmente- da prática política vivida desde que a democracia se instalou em Portugal, sendo que a democracia em Portugal nunca o foi sem partidos e estes são os pilares de todo o desenho político do país. O PS, como outros partidos políticos, ao arrogarem a si a legitimidade única da participação na política institucional, contribuem ativamente para esta "confusão" entre o que é *democracia, partidos e política.* Esta confusão parece convir também, note-se, diretamente aos partidos políticos, que monopolizam assim a participação na democracia, submetendo a participação política consequente à sua vontade e dinâmicas próprias (Weil, 2014).

No que toca aos "heróis" da democracia política, a MoVivo tem uma visão mais próxima da Comissão Europeia (como a promoção de processos coletivos de tomada de decisão), do que de outras forças políticas locais (que preferem apostar no reforço do papel dos partidos e no aprofundamento de modelos de participação existentes – como consultas públicas ou atendimento ao munícipe).

De ressalvar, no entanto, as diferenças entre narrativa utilizada e as diferentes estratégias para obter participação efetiva da população. Por exemplo, no que toca á promoção de uma política local mais participativa (como defendem todas as forças políticas consideradas), a CDU defende o combate ao estigma politico de que padecem atualmente os partidos políticos, acreditando que isso trará as pessoas de volta aos partidos e à sua participação na democracia por essa via; já o PS acredita que a promoção de uma democracia mais participativa se consegue pelo aprofundamento dos mecanismos legais já existentes, por exemplo multiplicando as consultas públicas. A Montemor o Vivo, por seu lado, acredita que a participação cidadã só será resgatada por via de mecanismos novos e alternativos, por uma participação cidadã ativa (e não passiva, em que a cidadania apenas é chamada no final do processo, para contribuir no "limar de arestas" (notas)), onde a mesma venha a criar um imaginário de autonomia e um empoderamento real dos processos utilizados, materializando uma prática democrática local diferente das existentes.

Para além dos expectáveis pontos de narrativas exploradas (como o CDS preferir apostar na emancipação individual, ou o PCP procurar centralizar o papel dos partidos na democracia), retiram-se duas notas interessantes: uma relativa à aparente proximidade narrativa entre a MoVivo e a CDS. Ainda que a MoVivo baseie as suas propostas na implementação de estruturas comunitárias capazes de construir autonomias locais, coletivas e individuais, ao contrário do CDS que aposta no apoio ao empreendedorismo e mercados menos burocratizados, ambas olham a melhoria do nível de vida como um caminho para uma maior participação política. Releva-se, contudo, que a MoVivo, para além desse trabalho nas bases económicas e autonómicas da população, prevê também a "edificação" de infraestrutura social de participação efetiva. Ao contrário, o CDS parece apostar quasi-exclusivamente na emancipação financeira de cada pessoa como mecanismo de maior participação cidadã, apesar de

não propor mecanismos alguns para facilitar ou repensar os meios pelos quais esta se daria. Extrapola simplesmente que alguém com mais tempo, participará mais em democracia.

Por aqui se introduz a análise relativa às narrativas políticas utilizadas em torno da economia local. A nível supranacional, a Comissão Europeia considera que o declínio e envelhecimento da população, os impactos da gestão da Covid-19, os reduzidos níveis de conectividade à internet, combinados com alterações socioeconómicas estruturais e com outros desafios, como o da infraestrutura desgastada ou da baixa produtividade, são os principais problemas que assolam a ruralidade no continente. Vê, como o faz relativamente à democracia, a digitalização e o crescimento verde como dois motores importantes na dinamização da economia no espaço rural. O governo Português[134] alinha-se com grande parte desta visão, apontando a Covid-19, a fraca economia rural, e as alterações climáticas como desafios e impactos importantes. Propõe, mais uma vez, o crescimento económico "robusto, competitivo e saudável" como tábua de salvação, onde tudo o resto terá de se basear. E olha a descarbonização da economia como uma abordagem importante na construção de um crescimento económico sustentável e de base rural.

A nível da relação local-macro, é interessante notar que todas as forças denotaram uma relação negativa com os financiamentos europeus, acusando-os de constringira as estratégias municipais e complexificar a gestão dos projetos (muito burocratizados e lentos). As forças políticas municipais estudadas têm pouca relação, quer com os problemas identificados a nível europeu, quer com as estratégias desenhadas a partir desse nível. Apesar de verem os fundos europeus como uma oportunidade de conseguir fundos para o concelho, o posicionamento generalizado é que a grande dependência de fundos europeus, interfere nas estratégias e prioridades do município, e exige também uma carga burocrática e administrativa considerável. Assim, a narrativa política da Comissão Europeia tem alguma dificuldade em materializar-se a nível municipal/rural, convidando-se aqui a um repensar – talvez nos mesmos moldes explorados neste doutoramento – das estratégias de desenho de políticas europeias a partir das bases.

Relativamente a cada força política:

O CDS[135] entende uma economia local saudável como sendo diversificada, com empresas inovadoras e inovação científica, capaz de explorar o valor acrescentado da produção local. Classifica a economia local de Montemor-o-Novo como fraca, incapaz de reter pessoas, onde a CM apresenta

[134] Mais uma vez considerando aqui o XXIII Governo Constitucional Português, que teve lugar entre 2022-2024

[135] Parte da coligação no poder entre 2021 e 2024

grandes ineficiências, dificultando processos e por isso incapaz de atrair mais investimento. Propõe a aposta no turismo (Natureza, gastronomia, cultura), no apoio a start-ups locais, mas também no convite a "*big players*" da alta tecnologia para se instalarem no território. Relevando a aposta na educação, defende também a instalação de uma escola profissional em Montemor (focada em ofícios práticos e tradicionais). Para dinamizar a economia, aposta em trazer para Montemor-o-Novo pessoas que vivam e trabalhem no território (de modo a evitar "cidades dormitório" e nómadas digitais), e em baixar custos (IMI, IRS, comunidades de energia, habitação), de modo a aumentar o rendimento líquido e dinamizar a economia local. Aposta também no estabelecimento de relações intermunicipais, capazes de nutrir dinâmicas "de escala" e narrativas comuns de atração turística.

Por seu lado, o PS[136] entende por economia local funcional uma economia que seja capaz de produzir bens e serviços de consumo local, onde a riqueza é distribuída de forma justa e em que todos tenham igualdade de acesso a serviços básicos. Identifica em Montemor-o-Novo um concelho maioritariamente rural e agrícola (representando 90%s da economia local), em que os principais problemas de gestão comunitária advêm de haver ainda uma grande dependência financeira de mecanismos externos ao município. Aposta esta força política na agroindústria (voltada para as exportações, sustentável, "*mas sem extremismos*") e na valorização do património histórico e natural, para atrair visitantes ao concelho.

A CDU[137] vê a situação económica do município como "estável" (sem dividas nem créditos), mas ainda muito dependente de fundos europeus. Reconhecendo uma profunda alteração na paisagem ecológica e social do Alentejo, a CDU identifica a agricultura como o grande motor económico local, notando, no entanto, que esta é tradicionalmente de sequeiro – e não de regadio, como tem vindo a ser a aposta de investidores privados no concelho. Considera que o poder local tem vindo a perder autonomia, sofrendo reduções no orçamento camarário (defende, por isso, uma maior descentralização de competências, mas com acompanhamento de capacidade financeira). Posiciona-se também contra a exploração agrícola orientada para a exportação, preferindo orientá-la para aquelas que são as necessidades nacionais, promovendo paralelamente o comércio local e a competitividade dos produtos Montemorenses, de modo a instigar uma maior autonomia da economia e aumentar a qualidade de vida no concelho. Aposta também na organização de trabalhadores locais, na luta contra a precarização, reforçando a sua participação no poder municipal (juntando-se à CDU). Procura com isto assegurar uma distribuição justa da riqueza produzida localmente, remetendo, no entanto, o aumento dos rendimentos para o nível nacional – a partir da

[136] Que lidera a gestão do município entre 2021 e 2025

[137] Na oposição durante o período desta investigação

subida legal do ordenado mínimo. Aponta também o necessário respeito pelo ambiente e à promoção de habitação acessível, promovendo novos modelos de trabalho (incluindo *start-ups, co-works*, etc.), capazes de atrair jovens e (pequenos) investimentos.

Finalmente, a MoVivo propõe a criação de infraestrutura económica e de produção local, focada sobretudo na pequena agricultura agroflorestal e no comércio local. Propõe também investimento na habitação a custos controlados e apoiando a mobilidade e a eficiência energética – combinando abordagens do CDS e da CDU. Propõe uma abordagem que contrarie a dependência atual das grandes cadeias de produção e distribuição internacionais, às quais considera que a economia do concelho se encontra demasiadamente exposta. Aposta, por isso, na importância do estabelecimento de infraestruturas coletivas que apoiem a produção local (lagares, matadouro, cozinhas certificadas acessíveis a todos, etc.), a sua distribuição e consumo. Apesar de, como todas as outras forças políticas, reconhecer o turismo, a gastronomia e o potencial cultural do concelho, é a aposta no modelo de governança (e, portanto, da tomada de decisão relativa a investimentos e abordagens económicas) que diferencia a MoVivo. Acaba assim por se aproximar mais da força comunista no que toca à perceção negativa da "produção para exportação" que a CDS defende.

Defende também uma abertura radical à cidadania e aos movimentos sociais, capacitando-os para co-desenhar e levar a cabo políticas, reformas e implementações, sem ter de "esperar" pela muitas vezes lenta ação institucional. Isto inclui a defesa do ambiente ou a construção de autonomias várias, como a energética, de produção e mesmo monetária (por via de apoio institucional à moeda local). É por aqui que entende ser o caminho para a dinamização da economia local, redução dos custos de vida e aumento da qualidade de vida e do tempo de lazer – que trará, eventualmente, uma maior participação cívica.

Já quanto às forças políticas presentes no território, denotam-se algumas diferenças notórias: A CDU, por exemplo, acredita que apenas o envolvimento político dos cidadãos (por via dos partidos) leva a políticas fortes de redistribuição que levam, por sua vez, a uma vida melhor. Democracia local feita por via dos partidos e um fortalecimento do poder público (como garante da redistribuição equitativa de riqueza no município), coadunado com investimento em negócios locais e uma agricultura focada na produção local/regional -e não na exportação- são as apostas deste partido.

Por seu lado, o CDS prefere apostar na atração de investimento externo e na emancipação individual das empresas e cidadania (procurando reduzir custos de vida e aumentar rendimentos), esperando com isto levar à libertação de tempo e recursos e daí ao aumento da participação cívica no município.

Já o PS parece apostar na continuação e aprofundamento das dinâmicas atuais (que existem entre sociedade civil e partidos políticos). Diz que o caminho a trilhar é na continuação do caminho já

traçado e que o mesmo leva a uma melhor identificação de problemas, logo a uma melhor alocação de recursos – garantindo assim níveis de vida melhores e uma participação cívica continuada. Aposta também na exportação da produção do seu grande sector agrícola, como mecanismo de enriquecimento do município – *"de forma sustentável, mas sem radicalismos"*[138]

Por último, a MoVivo sugere uma abordagem fundamentalmente diferente, propondo a construção de mecanismos coletivos de produção (capazes de transformar pequena produção – mesmo individual – em produtos de valor adicionado), paralelamente à reestruturação dos mecanismos de participação na vida pública, que acredita aumentar autonomia e empoderamentos vários, fortalecendo laços comunitários e económicos. Parece assim combinar abordagens de várias forças políticas, defendendo uma abordagem comunitária, mas não comunista, de empoderamento de todo o espectro – isto é, desde o individual até ao coletivo. O seu foco na suficiência, na descentralização de poder e na experimentação permitiu o desenvolvimento de uma narrativa própria, cuja apresentação a eleições veio a potenciar e disseminar. O mais diferenciador na narrativa política da MoVivo, no entanto, é a sua intenção e ação expressa de institucionalizar modelos de democracia alternativa, empoderando esses procedimentos com uma proposta de reformulação da própria democracia ao nível local.

Observa-se também que a CDU e o PS desejam mais distribuição de riqueza, enquanto o CDS prefere apostar sobretudo na diferenciação na criação da mesma, gerando mais oportunidades para a população se "autonomizar" financeiramente. O PS e o CDS olham para o mercado externo (quer de exportação, quer de investimento) como o principal motor da economia de Montemor-o-Novo. Já a CDU e a MoVivo preferem a economia de proximidade, investimentos em infraestrutura comunitária e no "combate" à presença de "*grandes players*", que veem como "aspiradores de riqueza local". A autonomia energética, a habitação e a aposta no turismo, parecem ser os eixos mais consensuais entre todas as forças políticas, podendo constituir uma plataforma de aproximação entre estas, na construção de políticas municipais de longo prazo.

A Montemor-o-Vivo parece, talvez pela sua natureza de abertura, incorporar uma miríade de propostas e posicionamentos que, como seria de esperar, refletem a participação eclética que se propôs acolher. Combina visões macro da política europeia (ao defender uma participação mais direta e eficaz da cidadania no desenho de políticas públicas), com visões expressas por forças politicas locais de pendor mais liberal (de maior autonomia financeira) mas por via de infraestrutura socioeconómica

[138] Responsável político do PS local de Montemor o Novo, aquando a sua entrevista relativa a Narrativas Politicas.

de transição e autonomia (como instrumentos de produção local e apoio aos circuitos curtos, e não à exportação) – um posicionamento mais próximo das políticas de "esquerda" identificadas nas entrevistas efetuadas. Contraria, por outro, lado a visão de que os partidos públicos são o coração da democracia, até porque propõe explicitamente um novo modelo de democracia de base local, onde a deliberação aberta e coletiva os substituiria.

Este foi um exercício importante.

Permitiu analisar e dissecar as práticas e posicionamentos do projeto estudado, quer nas suas próprias vicissitudes, quer no seu entrosamento com o real social e político em que opera. Permitiu também clarificar visões e propor novos caminhos e abordagens. E permitiu estruturar a abordagem e estudo deste doutoramento em torno de métodos e práticas cuja aplicação preconiza também práticas prefigurativas, tanto políticas quanto académicas.

Com este trabalho feito torna-se mais completa a análise que será proposta no capítulo seguinte, o Capítulo XIX, onde se faz uma síntese dos resultados encontrados, e se abrem os caminhos para as conclusões deste esforço de investigação.

Mas, antes, oferece-se um vislumbre da reflexão da MoVivo sobre as possibilidades, avenidas e estratégias relativas ao seu futuro – uma visão advinda do seu posicionamento, narrativa e sobretudo dos participantes que lhe dão corpo e vida.

8.3 – MoVivo – Desafios para o Futuro

Este ponto do doutoramento olha, com a MoVivo, para o seu futuro. Parte da relação com alguns dos movimentos que "surgiram" ou obtiveram novo fôlego com a experiência coletiva em torno da plataforma, já que, em termos de impacto, as reuniões da MoVivo (quer as de preparação, quer as de construção coletiva do programa eleitoral) ajudaram a encontrar organicamente aqueles que se viriam depois a constituir em "grupos de afinidade" ("*quem trabalha como eu"; "quem diz que faz – e faz"; "quem se interessa pelo que eu me interesso",* etc*. (notas)*). Isto foi algo que ajudou a constituir grupos que viriam a dinamizar iniciativas (novas ou já incipientes) em Montemor-o-Novo: a AMORA (associação de defesa ambiental), a Aprender em Comunidade (plataforma de pilotagem de métodos educativos alternativos), entre outras. A MoVivo parece ter juntado pessoas e vontades, dinamizado dinâmicas de ação e mesmo prestado visibilidade a quem nela participou, com consequências para os projetos que vieram a encabeçar ou a participar em (notas). Seria neste momento que se encaixaria

outra sugestão, nomeadamente a de se vir a criar um sistema estrutural de "*amadrinhamento*"[139], para receber e acompanhar quem se junta ao coletivo ou uma das suas reuniões ou encontros (i.e. quando chega alguém, emparelhar essa pessoa nova com alguém que já conheça os funcionamentos do coletivo e os explique, mantendo-se ao dispor para responder a questões e orientar no sentido da autonomização dos recém-chegados).

Ainda relativamente a projetos que "tomaram balanço" com o advento da MoVivo, foi referido que o *"Aprender em Comunidade* [uma comunidade de aprendizagem em torno dos temas da educação que surgiu em Montemor-o-Novo] *não pertence à Montemor-o-Vivo e não parecer ser bom para as escolas estarem ligadas desta maneira á política institucional. Esta associação [entre ambos os projetos] não ajuda, antes desajuda – e, mesmo sem querer, cria conflitos internos e divisão" (sessão final).*

Por outro lado, foi notado que *"a MoVivo diz a quem está no poder que estamos presentes, ativos e que vamos a eleições – o que "os" coloca em sentido. Vide, por exemplo a discussão sobre o Rio, que entrou imenso na campanha eleitoral por causa da MoVivo – e lá ficou" (sessão final).* No seguimento disto, foi rematado que a plataforma da MoVivo não é um partido político, mas mais uma estratégia de discussão de tópicos relevantes ao município – apesar da chamada de atenção (apoiada por grande parte dos presentes) de que "a *maioria da população não entenderá isso assim*".

Foi também sugerido que a participação em eleições pela Montemor-o-Vivo poderia, no futuro, ser feita sempre com caras novas (em rotação permanente), frisando sempre o foco na proposição de um novo sistema político. Ou seja, "*participar ativamente na sociedade, partilhando processos e apoiando organizações e projetos locais com facilitação e capacitação e, durante as eleições, compor programas políticos com o que sai dessas interações*" "*apresentando-nos como o voto num modelo de democracia diferente"* (que a eles deu origem) (notas). *"Defendermo-nos nessa definição de não sermos, de facto, um partido político, mas sim uma plataforma de agregação, uma prática política diferente" (sessão final).* O que, foi lembrado, remete para um dos objetivos iniciais deste movimento, que era o de "*deixar de existir*" (ata 13/01/2022), sendo substituído por uma prática democrática diferente, com a participação política local a acontecer em diferentes níveis – institucionalmente e não só. "*Da primeira vez construímos um programa com grande qualidade e em tempo record, "mas" consumiu todo o tempo do processo coletivo. Da próxima – com o programa que já está feito – podemos construir com muito mais tempo, em reuniões mais curtas, indo ao encontro das diferentes freguesias, reavaliar e melhorar o programa com as preocupações e ideias dessas freguesias (sessão*

[139] À semelhança do que já se havia praticado nas reuniões da MoVivo – confirmar ponto 7.3 desta tese, relativo à explicação e facilitação das reuniões tidas.

final). Para isto seria necessário encontrar "linhas paralelas" que permitam avançar diferentes frentes em simultâneo (i.e., educação cívica, enriquecimento do programa eleitoral, conhecimento das realidades locais, conquista da confiança das populações, etc.).

Na mesma linha, surgiu uma proposta em que a MoVivo poderia, em vez de entrar diretamente na política enquanto movimento, promover um novo tipo de debate. Isto no sentido de promover debates e interações em modo de construção coletiva, buscando pontes "*sem entrar pela lógica do confronto rápido, em busca dos soundbites que hoje são os debates eleitorais*" (sessão final). Podia também trazer técnicos para a mesa, e procurar introduzir tópicos e ideias na reflexão de todas as forças políticas. Ainda nesta linha de reflexão, surgiu a opção de explorar métodos coletivos de construção de estratégias municipais, nomeadamente mediante a figura do referendo local[140]. Ou seja, desenvolver coletiva e abertamente uma estratégia municipal por tópico (ambiental, educativo, etc.) e depois "forçar" um referendo local – que em Montemor-o-Novo requereria a recolha de cerca de 500 assinaturas[141]. Isto "*teria a vantagem de focar energias, convidar uma reflexão alargada, aprofundar temáticas, ativar comunidades*", etc.

Foi notado, contudo, que se a atividade da MoVivo se conseguisse dar fora dos períodos eleitorais "*ajudaria a contrariar uma ideia de que "estes só aparecem quando há eleições*" (notas). Fomentar uma presença mais assídua nas diferentes localidades, oferecendo apoio com as práticas de gestão coletivas de projeto (*design*, facilitação, etc.) ajudaria a criar laços, conhecimento das práticas e relações de confiança entre pessoas e dentro das organizações em que estas participam. Isto podia também incluir processos em diferentes freguesias, com órgãos institucionais ou outras associações de base local.

A MoVivo poderia também apoiar associações e outras organizações locais com partilha de metodologias, incluindo mesmo facilitação direta dos seus processos internos, apoiando na comunicação, desenvolvimento de espaços de encontro e trabalho, etc. Esta interação com as associações (existem centenas em Montemor) podia ser interessante não apenas do ponto de vista da criação e estabelecimento de redes, mas também a nível de familiarizar as pessoas com os modelos

[140] Em Portugal, o Regime Jurídico do Referendo Local está estabelecido pela Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto (TP), com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de dezembro (TP), pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro (TP), pela Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17 de agosto (TP), e pela Lei Orgânica n.º 4/2020, de 11 de novembro (TP)

[141] De acordo com o artigo 13º do Regime Jurídico do Referendo Local, a iniciativa é proposta à assembleia deliberativa por um mínimo de 5000 ou 8% dos cidadãos eleitores recenseados na respetiva área, consoante o que for menor.

coletivos e facilitados de encontro, reflexão, discussão e desenho de estratégias que a Montemor-o-Vivo propõe cristalizar nas instituições. Porque muitas das pessoas não têm essa "literacia" relativa a processos coletivos e facilitados – o que "*não é por mal, apenas não sabem fazer, isto é coisa nova que ainda tem de ganhar espaço nas consciências e organizações*". Este posicionamento poderia ajudar a promover essa literacia política e, assim, aquando das próximas eleições, uma parte da sociedade civil organizada estaria já entrosada com os processos democráticos apresentados, o que reduziria as barreiras na consideração destas novas metodologias.

A mesma abordagem podia ser pilotada com trabalho junto de organizações a trabalhar com crianças e jovens, de modo a promover, não apenas apoio logístico e organizacional, mas também educação a partir de tenra idade (notas). Ou seja, a MoVivo começou a ruminar a importância de "*começar a criar espaços e estares* (presente)" nas diferentes freguesias, junto de outras organizações e mesmo das novas gerações, a apoiar quer no desenho de reuniões dos coletivos, quer a facilitar (como referido anteriormente) processos internos a organizações locais no concelho.

Isto porque,

> *"quando a Montemor-o-Vivo entra em eleições e está a competir (por votos), é um adversário. Se a MoVivo não entra em eleições e apoia todas as organizações perante a sua necessidade, está a apoiar projetos e a fazer educação/literacia política desta natureza". Podíamos funcionar em "círculos de aprendizagem" (sessão final).*

Esta nova abordagem não só ajudaria a capacitar pessoas e organizações na tomada de decisões coletivas, facilitação de grupos, etc. - teria também a vantagem de passar a perceber em profundidade os problemas, estratégias e objetivos das várias associações, podendo vir a incorporá-los em futuros programas políticos mesmo se se voltar a verificar a falta de disponibilidade das mesmas em participar diretamente nos processos da MoVivo (muitas vezes, como identificado, devido a relações de dependência financeira da CM e indisponibilidade de participar diretamente em processos políticos institucionais). Foi observado, no final da reflexão sobre este ponto, que as "*abordagens podiam ser mutuamente multiplicadoras, retroalimentando-se em impactos e alcance, se a coisa fosse bem gerida*" (sessão final). Foi mesmo discutida a possibilidade de construção de uma Academia Cidadã para capacitação da sociedade civil local - em termos de facilitação de grupos e outros processos coletivos.

Não obstante, foi recordada a questão da atual falta de recursos (RH, financeiros, tempo, energia, etc.) necessários para efetivar uma estratégia desta natureza e temporalidade alargada. Algo que já havia sido notado aquando das reflexões relativas à campanha eleitoral vivida e que volta a condicionar o leque de possíveis atividades da plataforma. Ou seja, surgiu alguma euforia e

excitamento, mas a par com o receio que isso também traz (de mais carga de trabalho, de novos projetos, etc.). Aqui, interessante a atenção para

> *"ter cuidado para "poder ter filhos com tempo". Tenho "receio" de ir a assembleias de projetos (cooperativas, projetos, movimentos, etc.) porque acabo sempre por me entusiasmar e "trazer mais trabalho para casa" (sessão final).*

Foi também notada a falta de definição de um ideal social e humano "maior", no sentido de tentar não deixar estes processos e ajuntamentos perder a sua conexão com a pessoa, com o humano. As conexões vivem da inter-relação humana, pelo que deveria haver continuidade de caras e abordagens, para ganhar espaços emocionais e sentimentais na comunidade. No mesmo sentido, foi dito que "*seria bom ver estes processos comunitários e sociais no meu local de trabalho, pelo que a ideia da academia, por exemplo, traz-me muito alento e vontade de participar".*

No fundo, a MoVivo foi algo vivido intensamente, que evoca boas memórias, mas também muitos pontos de interrogação. A combinação destes dois sentimentos anima atualmente quem se considera envolvido com a plataforma, mas leva também a alguns questionamentos sobre possíveis futuros e caminhos. No final, em jeito de fecho deste momento de plenário, foi feito um resumo das ideias/próximos passos a explorar pela MoVivo, nos moldes em que esta venha organicamente a tomar:

- Explorar a ideia de "*mais do que a MoVivo*" (notas):
    - Academia de facilitadores
    - Círculos de aprendizagem (facilitações, esclarecimento publico, capacitação de associações locais)
    - Promover a democracia deliberativa entre os jovens
- Conseguir voltar a mobilizar os participantes "históricos" da MoVivo
- Organizar uma assembleia aberta da MoVivo para decidir coletiva, aberta e alargadamente sobre o seu futuro
- Participar ativamente na revisão participativa da EA[142]
- Recolher fundos, paulatinamente, desde já
- Focar na comunicação artística – "tomar as ruas" com alegria e cor, para interagir com pessoas de maneiras diferentes

[142] Em curso aquando o momento da sessão final de sistematização

- Construir “urnas de opinião”, em vários locais no concelho, para recolher votos e ideias sobre diferentes assuntos e posições. Isto podia ajudar a perceber o que mais afetas as pessoas de X ou X local, e dar indicações sobre temas a tratar no futuro

Resumindo: esta foi uma sessão importante, que permitiu relançar o mote e a reflexão da MoVivo. Mesmo sem a presença, nesta sessão, de algumas das figuras que mais participaram no movimento, a palavra circulou pela cidade e a reflexão sobre a importância da participação política institucional foi relembrada nos espíritos de cada qual. Importante também porque entramos (á data da escrita final deste doutoramento) no último ano do presente ciclo político local, com eleições previstas para o ano seguinte. Uma das lições retiradas foi a de não começar a trabalhar apenas na reta final antes da eleição, tendo-se mesmo ouvido algumas ideias sobre começar a recolher fundos desde já e começar a promover eventos nas freguesias, junto das associações, etc. – mesmo independentemente de participar em novas eleições no futuro.

A primeira opção seria, assim, repetir a MoVivo, nos mesmos moldes da última/primeira vez: organização X meses antes das eleições, demonstração “ao vivo” do novo processo democrático proposto, composição ou melhoramento coletivo da proposta política a levar a eleições e participação efetiva em eleições, com todas as vantagens que isso traz: visibilidade, participação no debate público local, balizamento temporal do esforço coletivo, etc.; bem como desvantagens identificadas: “*apenas aparecer para eleições*” (notas), incorporar um movimento social pouco enraizado na cultura e comunidades locais, etc.

A segunda opção seria mais orientada para um longo termo e a uma entrada mais paulatina, quer no tecido social local, quer nos modos de trabalho e interação das suas gentes e associações. Nesta abordagem, propôs-se reestruturar o coletivo da MoVivo como um mecanismo de formação e acompanhamento dos trabalhos das associações locais, oferecendo co-desenho e co-facilitação de reuniões, em aprendizagem contínua. Isto teria a vantagem de entrar profundamente no tecido associativo local, interagir e demonstrar as práticas propostas de uma democracia alternativa, entender melhor os desafios e necessidades das associações e mesmo tentar atrair gente para o movimento. No entanto, os desafios desta segunda abordagem são importantes, nomeadamente a falta de recursos para animar o tipo de esforço de divulgação e abordagem necessário para a fazer funcionar – em termos de pessoas com formação, vontade, tempo e mesmo recursos financeiros para as apoiar.

Não foi decidido, até ao final da escrita deste doutoramento, o que a coletividade por detrás da MoVivo irá fazer. Houve também uma sugestão em jeito de terceira via, onde se propunha “fingir ir a eleições”, empreendendo todo o processo eleitoral (administrativa, organizacional e

comunicativamente), mas abandonando-o no final, libertando a MoVivo da "lógica" da democracia representativa e da "contagem de votos", permitindo continuar a ser apenas e só a expressão da democracia deliberativa, criando um sentimento de que "*falta alguém em quem votar*" (notas), atraindo atenções para o movimento e combatendo mesmo as perceções sentidas de que este grupo se pode estar a mobilizar apenas movido pela vontade de obter poder.

Em todo o caso, uma coisa pareceu consensual: o processo e dinâmicas vividas têm a possibilidade de fazer um enorme esclarecimento político, inclusive e sobretudo face à noção de que "*a política é uma coisa suja*" (sessão final). Esta questão do que é "ser político" é algo que parece permear, direta e indiretamente, toda a reflexão e discussão política fora das esferas do poder. Ou seja, as populações, alheadas que se encontram do poder, olham a ação política nos moldes hoje aceites e legitimados quer pelo sistema, quer pela cultura cívica do país, como algo "sujo" (notas), onde as relações e sede de poder parecem atropelar toda a humanidade e bom senso.

Resulta disto, "naturalmente", que qualquer pessoa que não goste desse tipo de interações se afasta quer da política, quer da consideração mesma de sequer se aproximar da participação direta nos mecanismos político-partidários, que constituem a base da democracia representativa atual. Isto é algo que até os próprios partidos, entidades que se veem e leem como pilares da democracia admitem, esposando mesmo prioridades como o combate a esse "estereótipo", de modo a aumentar a participação cidadã.

Parece, de facto, que "fica bem" dizer que "*eu não faço política*" (notas). Como se indicasse pertença a um tipo de pessoa que não se move por interesses, que não tem as "mãos sujas de poder", nem o deseja. Isto é altamente problemático, por várias razões. Uma delas o facto de agravar a incompreensão do que é a política propriamente dita, uma vez que, na maioria das vezes, o que se pretende dizer é que "eu não faço política *partidária*". Já a política extrapartidária (i.e., largamente definida como a ação coletiva concertada em prol de um qualquer objetivo social) faz-se e muito. Em Montemor, isto é ainda mais verdade, sendo este um dos municípios nacionais com mais associações formais e contando com dezenas de outros coletivos que obram pelos mais variados objetivos no concelho.

Outra razão que torna problemático este posicionamento dito "*apolítico*" por parte da cidadania, é o facto de deixar totalmente nas mãos de quem nele decide participar – normalmente pela via da participação direta em partidos políticos – o poder *quasi*-exclusivo das tomadas de decisão. Ou seja, a interação entre cidadania ativa (individual ou coletivizada) e o poder político (instituído nos partidos institucionalizados) relega-se para uma relação de subjugação e dependência, baseada sobretudo em "pedidos ao poder" e em constantes interações de absoluta desigualdade – algo que amiúde "*não dá em nada*", frustra ativistas – e acaba por reforçar a perceção de que "*a política é um nojo*" (notas).

Ou seja, o ativismo, em Portugal como em tantas partes do mundo, ao desligar-se de uma teoria de poder (i.e., de como conseguir assegurar a capacidade de vincular as instituições à implementação de projetos e abordagens vindos das bases), passa a investir uma parte significativa do seu tempo, recursos e energia numa "luta" inglória de tentar convencer o poder eleito numa democracia representativa como a nossa (institucional, lento, cristalizado em lógicas *top-down*, etc.[143]) a agir.

Ao nível local, a discrepância entre as urgências sentidas no terreno (falta de água, empobrecimento de solos, poluição de linhas de água, desflorestação, combate à agropecuária intensivas, etc.) e a resposta das instituições é ainda mais sentida. Por um lado, porque não há tanta massa crítica e, portanto, não há tanto ativismo na ruralidade como há na urbe (Dobson, 2000; Jancovici, 2015). Por outro, porque propostas e estratégias de transição profunda (como circuitos curtos, infraestrutura de transformação de produtos, prioridades de alocação de fundos nacionais e comunitários, gestão de vias de trânsito nacionais que as atravessam, etc.) contrastam muitas vezes com as políticas nacionais e linhas ideológico-partidárias que se estendem até ao nível governamental e abafam as necessidades expressas, estratégias diferenciadas e soluções adaptadas que emergem das bases (Gwen et al., 1987; Jancovici, 2015; Mocca, 2020; Salleh, 2017).

Inversamente, uma das propostas da MoVivo, foi o de sugerir que, no seguimento de outras iniciativas semelhantes, esses recursos, tempo e energia fossem utilizados numa disputa por um poder real, por uma capacidade efetiva de estabelecer processos onde a "rua" seja trazida para uma posição de poder, redesenhada para a escutar em permanência e com ela evoluir. O que a MoVivo veio propor é a participação em eleições como "cavalo de Troia" para propor, demonstrar e eventualmente empoderar um novo modelo democrático desde as bases, mas ancorado na estrutura institucional de poder – e por isso dotado dos seus poderes e recursos.

De notar que, como referido acima nesta tese de doutoramento, isto se encaixa perfeitamente naquilo que aconteceu em Barcelona, quando a sociedade civil organizada se organizou em torno da já referida plataforma política (*Barcelona En Comú*) e conquistou as rédeas do poder na cidade, levando à implementação de variadíssimas e importantes políticas relativas à habitação, energia, transportes, etc. – há muito reivindicadas pelos seus movimentos (D'Adda, 2020; Gutiérrez & Domènech, 2018; Russell, 2019; Salvador & Sancho, 2021).

Ainda relativamente a "recursos", fica a observação final, recolhida repetidamente junto de atores do associativismo local de Montemor-o-Novo (mas à semelhança do que se vive noutros tantos lugares de Portugal e do mundo), relativa à dependência financeira dessas associações do poder político local (Lundåsen, 2014). Ou seja, porque as associações financiam a sua atividade sobretudo

[143] Ver, por exemplo, (Bonaiuti, 2012; Fotopoulos, 2007b; Ortiz et al., 2021; Woods, 1995)

por recurso a subvenções estatais, têm uma grande hesitação em se envolver em eleições, ou apoiar partido X ou plataforma Y, por "*medo de represálias*" (notas) – i.e. que, aquando das próximas alocações financeiras, o partido no poder possa sancionar as organizações que não o apoiaram/contestaram eleitoralmente, não as dotando dos recursos que necessitam para poder exercer a sua atividade.

Este é um problema grave e recorrente, que reforça a assimetria de poder entre eleitos e as bases, impedindo que as últimas se expressem e envolvam eleitoralmente sob ameaça (velada) de verem reduzidos os seus orçamentos. Este é também um problema que um novo modelo de democracia poderia potencialmente ajudar a resolver, abrindo institucionalmente um espaço seguro e construtivo em que a sociedade civil se envolva direta e vinculativamente no desenho de estratégias referentes às suas áreas de atuação e interesse, sem que operassem sob o medo de possíveis "retaliações". Isto seria inclusivamente possível, por exemplo, por via de orçamentos participativos, onde a alocação de verbas associativas poderia vir a ser decidida por júris cidadãos em rotatividade, ou em concertação com os agentes locais de cada município. E é um problema que convida a novas investigações, que procurem explorar as limitações, dinâmicas e possibilidades de alternativas relativas à democracia como é vivida na sua base local.

CONCLUSÕES

9) CAPÍTULO X: CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS

As conclusões deste esforço de investigação abrangem um largo espectro do *possível social*, tendo procurado contribuir para a expansão do mesmo.

Nesta secção procede-se a uma síntese dos resultados principais obtidos com o trabalho de campo, combinando-os com os obtidos pela análise teórica deste doutoramento: do enquadramento teórico ao processo de estabelecimento e acompanhamento do caso de estudo analisado (a MoVivo).

Procura-se aqui clarificar as descobertas feitas, fazendo a ponte com o quadro teórico desenvolvido nos Capítulos I-IV, cruzando-o com as metodologias avançadas no Capítulo V, e respondendo depois ás perguntas de partida que lançaram esta investigação.

Procede-se de seguida a uma reflexão sobre as metodologias utilizadas, de modo a balizar a sua eficácia enquanto ferramentas de investigação, para este e para outros esforços da mesma natureza.

Com estas reflexões feitas, entra-se por fim em reflexões mais alargadas em torno de várias dinâmicas e possibilidades ente-vistas no decorrer desta investigação, sob a égide da "natureza do possível". É dela que emerge a reflexão final sobre a importância da MoVivo, incluindo as propostas políticas que a sua experimentação e análise propõem, bem como pistas para novas investigações que dela decorrem.

9.1 – Resposta às Perguntas de Investigação

9.1.1 – Resposta à Primeira Pergunta de Investigação

A pergunta de partida inicial em torno da qual gravitou este esforço de investigação relaciona-se com a viabilidade do presente sistema macroeconómico, cujas premissas gerem e obrigam hoje as economias da modernidade ocidental - bem como todas as outras, alinhadas em torno e em persecução da mesma visão e modelo de desenvolvimento. Em particular, o facto de cada uma delas estar dependente tanto de um crescimento económico exponencial e constante, como do consumo cada vez maior de energia e materiais (ver, por exemplo, e como já referido, Demaria et al., 2015; Jancovici, 2015; Thimothée Parrique et al., 2019; Timothée Parrique, 2019; Servigne & Stevens, 2015) e da consequente capacidade de extrair, produzir e consumir sempre mais bens e serviços – todas forças dinâmicas de exponenciação mútua, todas intimamente relacionadas (Alcott et al., 2012; Jevons, 1866; Polimeni & Iorgulescu, 2018).

Isto parece advir da sua história recente, mais especificamente desde o momento em que, em meados do séc. XIX, o surgimento de energias profusas e baratas (primeiro o carvão, depois o

petróleo) permitiram uma multiplicação de *outputs* sociais e económicos que levaram á restruturação de toda a sociedade, em torno de uma abundância energética nunca antes vista na história da humanidade (Mitchell, 2009; Polimeni & Iorgulescu, 2018; Woods, 1995). Este desenho social inclui, não apenas a democracia liberal e representativa, os sistemas de saúde, segurança social, educação, etc., mas a própria cultura, seu materialismo, maquinaria e níveis de conforto a que o ocidental médio se habitou (Catton, 1982; Jancovici, 2015; Mitchell, 2009; Servigne & Stevens, 2015)- e "não consegue abandonar".

Vale a pena relembrar que aqui não se fala apenas de "ocidentais". No entanto, estes são usados como referência do mundo materialista e em crescimento exponencial perpétuo, que a esmagadora maioria do sistema internacional emula e aspira a alcançar (cf. Pontos 4.4 e 4.5 do Capítulo IV). Ou seja, apesar de ser no Ocidente que o modelo extrativista termo-industrial se materializa hoje com mais força (no sentido de concentrar mais riqueza, mais poluição, mais extração e mais consumo energético e material, per capita - como demonstrado acima por via de Alcott et al., 2012; Kallis & March, 2015; Thimothée Parrique et al., 2019), grande parte do imaginário global dos estados-nação define-se pela perseguição dos mesmos objetivos e estilos de vida do Ocidente (Benasayag & del Rey, 2012; Daly, 2014; Dengler & Seebacher, 2019; Rodríguez-Labajos et al., 2019). A China, India, Brasil, etc., buscam um materialismo e níveis de consumo equiparados aos ocidentais, queixando-se (por via de uma argumentação bastante válida) de terem sido explorados durante séculos pelas potências ocidentais que, "em cima deles", construíram a sua riqueza atual (Meng et al., 2023).

Parece por isso improvável, que esses países "emergentes" venham agora abandonar a sua busca centenária por um crescimento económico exponencial, precisamente por esse ser o garante, quer da sua estabilidade interna, quer das promessas de direitos e estilos de vida a que as suas populações foram prometidas – e almejam. Sem que exista ou seja proposto ou estimulado um novo imaginário coletivo, todas as nações continuarão a "remar" no sentido do modelo de desenvolvimento ocidental, baseado na competição e exploração constante de pessoas e Natureza (Asara et al., 2013; Cattaneo et al., 2012; Servigne & Chapelle, 2017), em nome de um crescimento económico exponencial e de um materialismo e consumos antagónicos aos equilíbrios biofísicos do planeta (cf. Capítulo III)

Mas, até agora, esse "novo imaginário coletivo", nos países ocidentais, nos emergentes, ou noutros, ou não existe ou é absolutamente incipiente e marginal. Pelo que, tendo em conta a natureza das orientações estratégicas de um país, e os "equilíbrios relativos" entre todas elas a nível global, não se antevê muita margem de manobra para que se venha a abandonar o crescimento económico como indicador obrigatório e inescapável da "saúde" de uma economia – uma constatação que é especialmente válida para o curto prazo. As estratégias de um país comportam-se como os gigantescos navios transoceânicos que as conectam à globalização: são pesadas, com lastro, lentas a

travar ou a operar mudanças drásticas de direção (Bendell, 2018; Jancovici, 2015). É dessa constatação, holística e corajosa, do funcionamento das diferentes dinâmicas humanas e sociais que permitem e operam a nossa modernidade, que emerge nesta tese de doutoramento o primeiro resultado parcial: Deixámos de ter espaço de manobra para operar, globalmente e em "tempo útil", as profundas alterações socioeconómicas que necessita(ria)mos para fazer face à policrise que nos bate à porta. Resta muito por fazer, mas já não conseguiremos, enquanto humanidade, evitar os grandes choques ao presente sistema global que definirão o sec. XXI. Muitos deles já estão em pleno andamento, e em diferentes regiões do mundo, sobretudo as populações menos "desenvolvidas" e mais vulneráveis, já se sente com violência o seu embate.

O que esta impossibilidade acarreta, por consequência, é a ultrapassagem, por parte da socioeconomia global, dos limites biofísicos do planeta. Alguns já foram ultrapassados, outros o serão em breve. Isto é devido precisamente à incapacidade do mesmo sistema parar ou abrandar a sua dependência de crescimento económico exponencial – dependência esta diretamente correlacionada, como demonstrado acima e em tantos outros estudos, com o continuado e agravado extrativismo industrial e a resultante poluição que o permite e sustém. E o que essa ultrapassagem significa é o embate entre os princípios fundamentais da nossa socioeconomia (a nossa realidade social, "inventada", materialista), com os pilares biofísicos do planeta (reais, tangíveis, inflexíveis, materiais). E o que esse embate significa é, forçosamente, a "vitória" dos princípios biofísicos sobre as nossas invenções sociais e a consequente erosão das bases sobre as quais a nossa "normalidade" assenta. Os tais choques sistémicos, tão previsíveis como imprevisíveis, vão continuar a acontecer e a agravar-se, apesar de não se saber nem quando, nem como, nem com que velocidade ou impacto.

Esta conclusão, ao contrário das irrefletidas reações adversas que tantas vezes merece (ver por exemplo a *carta final aos editores*, em Bendell, 2018 pp.26-28), não é um "cenário catastrofista". Não é uma conclusão que "desespera, despolitiza e desmobiliza". Não é um "beco sem saída", tão inimaginável quanto irrealista. É uma dedução empírica, fundamentada e cada vez mais verificável à medida que mais dados se tornam disponíveis e que mais adventos apontam para a sua materialização: guerras, dados quantificados de destruições ambientais várias, migrações humanas, erosão de ecossistemas, instabilidades diversas, aumento das desigualdades, emergência de extremismos políticos, etc. Enquanto conclusão exige assim também algo do leitor: a coragem para interiorizar algo que a grande maioria de nós procura manter à distância, psicológica e profissionalmente. Porque isso significaria questionar tudo com uma violência e uma profundidade que colocaria em causa grande parte das nossas normalidades, estabilidades e seguranças.

Numa análise paralela a esta história social, foi também analisada a "história natural" dos últimos três séculos (cf. Capítulo II). Foram recolhidos e analisados indicadores variados desde a evolução da concentração de carbono na atmosfera, a da população humana, das quantidades de lixo produzidas e encontradas, da infraestrutura material humana e mesmo da densidade dos ecossistemas e da rede de vida do planeta. Os indicadores são avassaladores, incluindo entre outras coisas igualmente preocupantes, uma iminente extinção em massa, a acidificação dos oceanos, a concentração de GEEs na atmosfera, o empobrecimento de solos e de reservas de água potável, o ultrapassar de 6 dos 9 limites planetários identificados, a poluição e obstrução das massas de água e seus biótopos, etc., etc. (cf ponto 2.5 do Capítulo II).

Se as variadas estabilidades logísticas, financeiras, sociais, geopolíticas, etc. que definem o mundo social moderno estão sob enorme stress (Bendell, 2018; Servigne & Stevens, 2015), o mesmo se pode dizer dos ecossistemas, analisados holisticamente, cruzados nos seus dados e interações. Ultrapassados tantos dos limites biofísicos do planeta, é possível entrever a iminência de um reequilibrar vigoroso desses tetos ecossistémicos – uma reação normal e expectável em qualquer evento de *overshoot* como aquele que vivemos presentemente (Catton, 1982; T. Jackson & Webster, 2016) e continuamos a incitar com o nosso inelutável apego a esta modernidade extrativista (Benasayag & Cany, 2021; Bonaiuti, 2012; Jancovici, 2015; Kallis & March, 2015)e totalmente desconectada da Natureza e seus equilíbrios (cf. Capítulo II).

Os presentes sistemas socioeconómicos da humanidade enfrentam então uma contradição irresolúvel, que atesta e define a sua insustentabilidade crónica: se o crescimento económico exponencial é tão antagónico aos equilíbrios biofísicos da terra quanto é essencial ao funcionamento do presente modelo socioeconómico; se já foram ultrapassados vários limites que permitem esses equilíbrios naturais e sistémicos; e se não existem estratégias (nem a vontade política institucional) para abandonar o crescimento exponencial e reduzir, "controladamente", o tamanho das nossas economias (i.e. procurando evitar ou contornar crises de sistema), então o caminho é talvez desconhecido, mas inescapável: os sistemas humanos modernos, a nível global, estão prestes a enfrentar choques sistémicos consideráveis – e mormente irresolúveis.

Estes choques, apesar de obviamente não ser possível prevê-los com exatidão (nem ter sido esse o objetivo desta investigação), poderão surgir de diferentes origens: ecológica (via esgotamento de recursos, poluição, emissão de GEEs, destruição de habitats, etc.), geopolítica (via competição por esses mesmos recursos - cada vez mais escassos mas cada vez mais necessários à expansão do PIB de cada país), social (via exploração de mão de obra barata essencial a cada vez maiores lucros que sustentam o mesmo crescimento económico, migrações em massa, etc.), político (pela emergência de nacionalismos e extremas direitas que tentam preservar a todo o custo os privilégios do seu

materialismo, etc.), logística (fruto das instabilidades várias que afetam as cadeias de produção e distribuição globais), entre outras, que podem incluir tudo desde pandemias, a guerras, desastres ambientais ou interrupções logísticas das gigantes cadeias de produção das quais depende a nossa presente "normalidade".

É deste entendimento que nasce uma leitura do presente que urge – e procura induzir – um "salutar" momento de pânico individual e coletivo (ver, por exemplo, Bendell, 2018; Servigne & Stevens, 2015) alertando para a dupla urgência de i) nos prepararmos socioeconomicamente para enfrentar os choques sistémicos que se avizinham; e de ii) defender os ecossistemas a nível local/regional das investidas tecno-industriais que hoje os assolam, para que estejam o mais saudáveis possíveis, à medida que navegamos e enfrentamos essa policrise enquanto comunidades e sociedade.

Ou seja, paralelamente a um corajoso e determinado movimento coletivo de proteção dos ecossistemas, urge um outro, capaz de pensar, pilotar e experimentar as fundações de um novo mundo (social). Um mundo que terá de ser forçosamente mais sóbrio, menos materialista, menos urbano e, desejavelmente, mais democrático (Asara et al., 2013; Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Cattaneo et al., 2012; Latouche, 2006). Não porque isto seria o "melhor para todos", até porque cada território terá de encontrar as soluções que mais lhe convêm, de acordo com as suas mais-valias, características e desejos comunitários; mas porque são estas as balizas que uma leitura honesta e holística do problema descortina: vamos ter de viver com mais limitações, menos energia, mais incerteza e instabilidade, menos dependência das máquinas e de energia abundante e barata. Esta última parte é especialmente importante, porque "das duas, uma": ou as energias fósseis continuam, como acontece presentemente, a ser descobertas e queimadas, "queimando" a atmosfera, a biosfera e a civilização humana com elas (Bendell, 2018; IPCC, 2022); ou deixam de ser tão abundantes e disponíveis, afetando cadeias de produção e distribuição a nível global e impactando as nossas "modernidades" de forma igualmente violenta (Greer, 2005; T. Jackson & Webster, 2016; Jancovici, 2015; Servigne & Stevens, 2015).

O que este doutoramento acaba por concluir, com toda a clareza, é que a proximidade de eventos e dinâmicas altamente disruptivas para a nossa "normalidade" é por demais provável. E que isto terá implicações profundas e radicais às quais urge fazer face, de maneira estratégica e corajosa. Mais uma vez, o pessimismo na análise e o otimismo –e proatividade– na ação. Isto significa muitas coisas, bem para além do desespero ou da inatividade.

Significa, por exemplo, que se torna por demais necessário que responsáveis da sociedade civil, da academia, decisores públicos e chefes de empresas comecem a identificar os riscos e as oportunidades de negócio associados à transformação das nossas sociedades, construindo estratégias empresariais, comunitárias e estruturais que promovam resiliência face às transformações sistémicas

que se aproximam (o ponto 9.5 deste Capítulo avança algumas sugestões neste sentido). Rever diferentes cenários possíveis, analisar potenciais efeitos negativos na produção, consumo, infraestrutura e cadeias de distribuição ajudariam, por exemplo, a antecipar riscos – e mesmo a identificar oportunidades para diferentes atores sociais. Assegurar processos de resiliência, mapear potenciais disrupções e soluções para cada uma, rever modelos e planos de negócios, adaptar instalações, mapear parceiros e outras partes interessadas, rever políticas de manutenção, estratégias de aprovisionamento, etc. – tudo pode ajudar a explorar estratégias internas de antecipação a riscos. Na mesma lógica, e seguindo o exemplo acompanhado durante esta tese de doutoramento, explorar com novos modelos de democracia que permitam melhor identificar problemas e soluções, envolvendo as comunidades diretamente afetadas.

Assim, a resposta à primeira pergunta de partida desta tese de doutoramento foi-se tornando cada vez mais clara - devido à interconexão profunda e aos mecanismos de retroalimentação de instabilidades em diferentes sectores basilares, entre as socio-economias modernas e os equilíbrios biofísicos globais, a organização socioeconómica das nossas sociedades, no seu modelo atual, é inviável no médio-longo prazo. Indica isto que é expectável que esses modelos de organização social (i.e., o que hoje consideramos como "estilos de vida normal") sejam atingidas por diferentes choques sistémicos, de diferentes intensidades e a diferentes velocidades, que eventualmente impedirão a sua reprodutibilidade no tempo. Não foi (não é?) possível confirmar ou descartar esta mesma projeção para o curto-prazo, o que não significa que não deva ser considerada, especialmente no que toca à experimentação e implementação (cada vez mais urgente) de medidas de mitigação e adaptação profundas.

Mas também não é o objetivo desta investigação descobrir ou energizar maneiras de perpetuar o presente sistema, tornando-o "sustentável". Pelo contrário. Independentemente da temporalidade de progressão do processo de decadência sistémica em curso, quanto mais depressa se começar a preparar, experimentar e estruturar prefigurativamente respostas (sociais, produtivas, logísticas e outras) para a expectável decadência do presente arranjo socioeconómico, em melhor posição se estará para fazer face a esses choques. Como visto acima, será nesses momentos de *liminalidade* em que os choques se materializarem sobre as sociedades modernas, que as Narrativas (e as práticas) políticas disponíveis poderão tentar ocupar os vazios de sentido – e de poder – daí resultantes. Por isso a urgência de cultivar práticas e narrativas de regeneração, de sobriedade e suficiência, de coabitação democrática e de proximidade. Serão estas as "cartas" mais fortes para fazer face a uma redução (mais ou menos abrupta) na disponibilidade energética e material das "normalidades" modernas.

Ou seja, relativamente à primeira pergunta de investigação, e em termos de "possíveis", conclui-se que: é impossível[144] mudar "o sistema global" a tempo de evitar os choques que o mesmo enfrentará; é impossível alterar culturas e dinâmicas sociais profundas e globais em "tempo útil" para os evitar; é, portanto, possível e expectável que venhamos a sofrer, enquanto civilização, poderosos choques sistémicos que afetarão a nossa normalidade de forma cada vez mais intensa e continuada; e é (estranha mas inegavelmente) possível que assistamos a uma decadência paulatina deste nosso "Mundo" social, por erosão das bases que o possibilitaram desde há um par de séculos.

9.1.2 - Resposta à Segunda Pergunta de Investigação

É da constatação evidente da resposta à primeira pergunta de partida que começam a emergir as bases para responder à segunda pergunta: *como estruturar movimentos de base capazes de levar a macroestrutura institucional a escutar/aceitar os seus inputs e a repensar a sua própria estrutura e funcionamento.* Aqui existem várias possibilidades e impossibilidades, dependendo se falamos de sistema, do estado, de partidos, ou de democracia deliberativa de base local. De facto, a resposta encontrada à primeira pergunta de partida, lança não só o mote para a 2ª pergunta, mas também lhe baliza a abordagem, a temporalidade e a própria narrativa.

Baliza a abordagem e ação para a 2ª pergunta, porque o macro institucional não parece ter nem a vontade nem a capacidade de fazer face a tais alterações aos seus próprios fundamentos; também porque grandes aglomerações humanas parecem não ser compatíveis com a instabilidade sistémica que se avizinha, parecendo mais avisado buscar territórios de afetação capazes de trabalhar alguma da sua autonomia, mantendo-se colaborativos com outros territórios e abertos à população que, entretanto, os venha a adotar também. Ou seja, a construção de alternativas parece mais exequível a partir das bases, em territórios com menor densidade populacional e utilizando mecanismos de poder de proximidade, com impacto real nas socio-economias locais.

Este mesmo enquadramento, este mesmo alarme, é feito, magistralmente, por Viriato Soromenho Marques:

> *A destruição da capacidade de carga de ecossistemas devastados e empobrecidos por práticas agrícolas intensivas, por desflorestação, por*

[144] Aqui no sentido de "humanamente" impossível. Não seria impossível, técnica e cientificamente, de evitar muitos destes choques, se toda a humanidade começasse a colaborar e atuar nesse sentido a partir de amanhã. Mas essa não é a realidade dos sistemas sociais e suas expressões geopolíticas (entre outras), o que torna "humanamente" impossível de fazer face às crises sistémicas em tempo útil, pelas razões apontadas acima neste doutoramento.

> *atividades extrativas ou os eventos extremos resultantes das alterações climáticas estão a causar tragédias naturais de origem antrópica e a levar centenas de milhões de pessoas a um estado de insegurança e pobreza crónicas, e dezenas de milhões à condição desamparada de refugiados ambientais. Tudo isso corrói os laços sociais, cria conflitos dentro e entre comunidades, contribui para o advento do fracasso da autoridade dos Estados e para o aumento da (…) desordem pública. Mais uma vez, enquanto os Estados continuam a cultivar uma cultura (…) completamente desligada da realidade objetiva do planeta do Antropoceno, que irrompeu o impasse vertiginoso nas últimas décadas, a comunidade dos cientistas do Sistema-Terra olham para o futuro e alertam para cenários cada vez mais prováveis completamente fora de controle, que estão a ser criados pela combinação tóxica do egoísmo, ignorância, arrogância e irresponsabilidade das elites dominantes. (em Schmidt, 2023 pp.57)*

Baliza também a temporalidade dessas iniciativas, no sentido que não lhes permite uma abordagem cujos efeitos sejam sentidos apenas num horizonte alargado/infinito de luta. Isto deve-se precisamente à previsão de grave instabilidade sistémica próxima que esta tese prevê e procurou fundamentar. Não quer dizer que abordagens com temporalidade alargada – como é o caso da educação, ou da construção de cultura, por exemplo – sejam descartadas. Pelo contrário, reconhece-se o seu carácter essencial na construção de "novos mundos" (sociais). Significa sim, que qualquer ação "eficaz" tem de começar, o mais rapidamente possível, a trilhar o caminho do seu empoderamento, levando à implementação rápida e urgente de preceitos de transição que urgem começar o quanto antes – para que outras "corridas de fundo" (como a educação, etc.) possam vir a ter lugar – e tempo.

E finalmente, baliza também a narrativa porque obriga qualquer solução a posicionar-se em cima de dois eixos fundamentais: um deles é a regeneração da Natureza, de modo a conter estragos e recriar ecossistemas funcionais, capazes de suster comunidades humanas seguras, confortáveis e rodeadas de abundância a diferentes níveis; este eixo inclui a luta pelos territórios, quer defendendo-os contras as continuadas investidas e agressões do extrativismo industrial, quer empoderando iniciativas capazes de redesenhar socio-economias locais, convidando as instituições a trabalhar com elas e mesmo conseguir sugerir redefinições de modos de trabalho e funcionamento destas. O outro eixo é o da experimentação, com modelos de redefinição e regeneração comunitária como o caso da democracia deliberativa, da economia solidária e de proximidade, das baixas-tecnologias, etc., ou seja,

uma experimentação rápida, iterativa, replicada, interconectada. Ambos estes eixos são essenciais para que as comunidades que se procura construir sejam o mais resilientes e coesas possível, face aos choques que se avizinham.

É com este enquadramento, resultante de uma leitura holística baseada nesta chamada "Ciência do Sistema-Terra", e partindo de uma noção de urgência e de tangibilidade, que se procurou começar a ensaiar respostas, na teoria e na prática, à 2ª pergunta de partida da tese: *Como estruturar alternativas socioeconómicas e democráticas a partir das bases, capazes de compelir a narrativa dominante a receber os seus inputs, e mesmo a considerar a reformulação política do quadro macro*?

Tendo esta sido uma pergunta importante no desenho e condução deste esforço de investigação – estreitamente ligado á experimentação com a realidade sociopolítica de uma localidade como Montemor-o-Novo, condições houve que não permitiram um estudo tão amplo quanto inicialmente se havia planeado. Por exemplo, o tempo de inércia das instituições em relação a propostas da sociedade civil, ou a explícita falta de interesse das mesmas em experimentar com as metodologias propostas e aplicadas (como é, por exemplo, indicativo o comentário do técnico da CM que responde "*na minha experiência processos começados com uma folha em branco não dão bom resultado*" (notas) – sem ter qualquer experiência disso mesmo).

É importante e honesto notar, contudo, que, dado que a iniciativa de abraçar processos coletivos de desenho de estratégias surge como base de uma investida político-institucional em Montemor-o-Novo[145], é compreensível a reticência de forças políticas existentes em envolverem os métodos e pessoas associadas com esta "investida". Por exemplo, durante os anos em que foi desenhada, internamente e por técnicos da CMMoN, a Estratégia Municipal para o Ambiente, foram feitos variados pedidos de envolvimento e propostas de parceria pela sociedade civil. Mas foram sempre remetidos para "um momento posterior", "mais oportuno", que nunca se materializou. A estratégia ambiental, já aprovada internamente, seria apenas apresentada aos munícipes para recolha de impressões (sempre marginais) sobre a mesma.

Assim, é importante manter aberto o espaço para investigações diferenciadas, em torno de outros mecanismos, estratégias e acompanhamentos da sociedade civil, capazes de promover reflexões dentro das instituições políticas e suas práticas e abordagens. Algo para que, não obstante, esta tese procurou contribuir, avançando propostas inovadoras, quer de estratégias políticas de ativação e empoderamento de cidadania, quer na experimentação com modelos inovadores de desenho coletivo de estratégia, quer mesmo com acompanhamento de *spin-offs* resultantes de práticas políticas inovadoras, como as estudadas nesta tese de doutoramento.

[145] por via de um movimento cívico que decide disputar eleições locais

Da tentativa de responder a esta segunda pergunta surgiram duas sub-perguntas, relativamente ao nível de impacto que buscava operar (i.e., procura-se influenciar partidos políticos, ou alterar estruturas institucionais de poder?), e que aqui se estruturam e procuram responder separadamente. A saber: 2.1) Como trabalhar o empoderamento efetivo dos processos e resultados gerados a partir das bases; e 2.2) quem se procura influenciar, e levar a receber esses *inputs* – e mesmo a repensar-se e reformular-se estruturalmente?

9.1.2.1 - P2.1: Como empoderar processos e resultados gerados a partir das bases?

Em relação à sub-pergunta agora dita 2.1, foi proposto estudar uma abordagem diferente de empoderamento desde as bases, tendo-se tentado e pensado a sua implementação prática por via do acompanhamento de um projeto como a MoVivo. A plataforma MoVivo e a sua participação oficial em eleições locais tornou-se um imenso laboratório de experimentação social – mas não só. Abriu portas e questionamentos, afetou equilíbrios de poder local, conseguiu falar estrutural e seriamente de alternativas socioeconómicas a toda uma população e lançou mesmo as bases para a consolidação de projetos em diversas áreas, conectando e empoderando pessoas e sociedade civil.

A participação em eleições de um projeto de investigação-prática, tem impactos inegáveis na geração de conhecimento, mas também tangivelmente no território, na política, na conversa, no discurso e na narrativa. Muita gente em Montemor-o-Novo (e além dela) ouviu falar da plataforma, que permeou imaginários e ajudou a criticar e desconstruir outros existentes – um objetivo central do decrescimento enquanto corrente filosófica (Asara et al., 2013; Illich, 1973; Latouche, 2009). Mais ainda, o que aconteceu durante o processo ficou detalhadamente registado, tendo sido depois reescrito e "traduzido para alentejano", numa busca explícita pela replicação.

Partindo do resultado efetivo da experiência (i.e., que não se obtiveram votos suficientes para implementar uma gestão territorial imbuída dos valores da democracia deliberativa local), o facto é que depois das eleições, a Câmara Municipal foi repetidamente interpelada com ofertas de apoio e parceria, por parte de indivíduos que haviam participado na MoVivo (que foi apenas uma lista eleitoral, tendo-se "dissolvido formalmente" imediatamente a seguir às eleições). Como referido acima, isto pode significar falta de confiança no processo proposto, ou de conhecimento acerca dele (mesmo se demonstrado localmente, propositadamente, por via da campanha política da MoVivo). Mas pode também significar um "cálculo eleitoral" local, no sentido de que "empoderar este tipo de mecanismos daria voz e votos à MoVivo, se esta se voltar a apresentar a eleições". Nada disto foi possível confirmar neste doutoramento. No entanto, estes acontecimentos e abordagem sugerem que os movimentos cívicos devem considerar estratégias de (em)poder(amento) e modelos de organização que permitam 2 coisas: por um lado que os permita manter a sua natureza de

movimentos civis, focados nos problemas reais e urgentes com que lidam diariamente; por outro, que consigam obter a capacidade de instalar no seio dos seus territórios de afetação, fóruns de encontro, discussão e construção coletiva – dotados de capacidade *vinculativa*.

Ou seja, fóruns onde as soluções e estratégias deliberadas e desenhadas em coletivo, para fazer face aos diferentes desafios com que se deparam venham depois a ser levadas a implementação, sem filtros partidários. Para isso, esta investigação identificou como da maior relevância propor, autonomamente e desde as bases, um novo modelo de democracia – algo que possa ser pilotado vereação a vereação. Em pequenas vilas ou cidades, essa possibilidade não estará a mais de 1000-2000 votos de distância (em Montemor-o-Novo, por exemplo, são precisos apenas 850 votos para assegurar uma vereação).

Uma vez assegurada a(s) vereação/ções, o foco virar-se-ia então para fazer a ponte entre facilitadores profissionais (desenho dos encontros), participantes (cidadania e atores locais interessados) e técnicos camarários (que depois procedem à implementação destas estratégias desenhadas e decididas coletivamente). De notar, claro, que a implementação desta estratégia merece, em si mesma, um estudo aprofundado focado apenas e precisamente no desenho, implementação e acompanhamento desses processos e mecanismos no funcionamento interno das instituições (incluindo na formação e acompanhamento de técnicos e trabalhadores camarários, estranhos a este tipo de dinâmicas e funcionamentos). Mais uma pista de investigação a explorar, uma vez conseguida a primeira eleição de um movimento desta natureza.

9.1.2.1 – P2.2: Quem se procura impactar com estas estratégias?

A pergunta 2.2 resulta da 2.1, porque há duas "realidades sociais" a "segurar" a narrativa dominante: uma delas é o Estado, a Constituição, o desenho próprio do sistema político em que operamos; a outra é a dos partidos políticos que a preenchem e compõem e que aí reclamam o seu protagonismo "central e imutável".

Se, para responder a esta pergunta 2.2, se assumir que o que queremos mudar é o desenho do próprio Estado, então a estratégia poderá passar pela comunicação de massas e pelo debate político, fazendo caminho, passo a passo, até uma discussão alargada sobre o modelo social vigente e eventualmente conseguir (por via de referendo, alterações legislativas, ou votações institucionais, por exemplo) alterar o desenho dos nossos mecanismos políticos – aqui no sentido do "desenho" como um todo e não a pequenos ajustes marginais a um desenho que se mantém largamente inalterado, com os mesmos fundamentos institucionais e económicos que o dirigem hoje. Esta "estratégia" soa longínqua e talvez não se coadune com os horizontes temporais explorados acima nesta tese – no sentido de que há pouco tempo para conseguir tão profundas mudanças. Isto apesar de não ser

totalmente inviável e alguns primeiros passos tenham mesmo sido já experimentados em alguns países (por exemplo, e como já referido, na Islândia, onde se promoveu uma rescrição da sua constituição por via de uma assembleia cidadã de 1000 (!) pessoas, ou a Bélgica que tem, no seu território de língua alemã, um parlamento *permanente* de assembleias cidadãs, em vigor desde 2019).

Não há, contudo, registos de qualquer alteração institucional *profunda* de um território sem haver primeiro uma rutura abruta (e violenta) com as instituições gerente do mesmo. Rojava e Chiapas, exemplos recentes e profundamente democráticos, lograram alterar o desenho político "macro" das suas sociedades, apenas por via do uso da violência, outra pista importante para novas investigações que ficou forçosamente por explorar com mais profundidade nesta tese de doutoramento.

Se, por outro lado, se assumir que o que se procura inspirar a mudar primeiro são os partidos (i.e., não o desenho institucional em si), então a materialização de novos modelos democráticos – capazes de convencer a cidadania e conseguir vingar eleitoralmente, pode ser a estratégia mais acertada. Não se fala aqui, note-se, de defender (mais) uma estratégia de lobby em que se tenta convencer uma certa força política já institucionalmente constituída em partido, a adotar práticas deliberativas. Isto remontaria ao que acima foi dito relativamente ao atual posicionamento político da maioria das iniciativas cidadãs, da sua posição de "subserviência e dependência" face ao Estado e do próprio modelo que se procura avançar/empoderar. Fala-se da estruturação, de raiz, de plataformas políticas capazes de oferecer pilotagens/modelagens deste novo tipo de democracia a partir das bases – e seu empoderamento, por via da participação em eleições (locais), ou mesmo por via da utilização de referendos locais, que levem a votação local, e eventualmente empoderem, as conclusões e recomendações advindas de uma assembleia cidadã "informal" – organizada e liderada pela sociedade civil.

Em termos de temporalidade e de afetação das realidades locais, este seria, de acordo com os dados recolhidos nesta investigação, um caminho seguramente mais avisado, com pequenos sucessos (como vitórias em pequenas eleições, ou o assegurar de vereações) a poderem oferecer muitíssimos benefícios em termos de experimentação de novas práticas democráticas e dar seguimento à sua materialização/implementação no terreno: i.e. o número de pessoas que participam, as reduções de custo que traria (€, temporal, RH, etc.), a quantidade de propostas que poderiam ser avançadas, a capacidade e velocidade de implementação atingidas, os níveis de satisfação e participação da cidadania neste tipo de práticas, o potencial de replicação, etc.

Ou seja, se não é possível evitar os grandes choques sistémicos a que a nossa modernidade e os seus fundamentos antagónicos aos limites biofísicos da Terra compelem, é possível fazer muito, desde já, para lhes fazer face a nível local/regional. A instalação de mecanismos de democracia profunda e deliberativa, de proximidade, e baseada num entendimento dos limites com os quais seremos cada

vez mais confrontados, seria um mecanismo ideal para, por um lado, legitimar decisões e, por outro, ajustá-las às realidades territoriais de cada comunidade. E um mecanismo que não está condicionado pela aceitação ou não das forças locais, podendo fazer das regras eleitorais um cavalo de Troia para a introdução de modelos de democracia mais deliberativos, aprofundados e ajustados aos tempos que correm – e se avizinham.

9.2 - Resumo dos Principais Resultados

Os resultados obtidos na exploração da primeira pergunta de partida vieram assim enriquecer os resultados da segunda. Isto porque vieram fundamentar a leitura e, portanto, a premissa de que apesar de "já pouco haver a fazer à escala global" para parar o desastre ecológico e ambiental em curso (ver, entre outros, Bendell, 2018; Korowicz, 2012; Servigne & Stevens, 2015), bem como para alterar profundamente as dinâmicas socioeconómicas globais que o continuam a enquadrar e alimentar (Jancovici, 2015; Servigne & Stevens, 2015), muito há que possa ser feito a nível local de construção de autonomias, de resiliência e mesmo de inovação a nível político e de cultura locais (Demaria et al., 2015; Fitzpatrick et al., 2022; Timothée Parrique, 2019; Servigne & Chapelle, 2017). O tal "*pessimismo na análise, e otimismo na ação*". Porque é aí, na ruralidade, no espaço mais "humano" da escala *local*, que a ação parece ser mais rápida, mais tangível, pilotável, manejável e replicável (Bookchin, 1980; Bookchin, Le, et al., 2015; Molotch, 1976; Thompson, 2020; Vasta et al., 2019).

Deixa-se aqui uma nota (importante) para a importância vital da construção de dialéticas profundas entre movimentos de construção de resiliência (como a grande maioria dos citados nesta tese de doutoramento), e movimentos de proteção da natureza que os entornam (que recorrem à ação direta e outras formas de resistência para parar a destruição ambiental em curso, fruto da materialização do extrativismo industrial nos territórios). A construção de alternativas socioeconómicas, mesmo se profundamente sustentáveis e regenerativas, terão a sua tarefa muitíssimo dificultada num território avassalado por todo o tipo de investidas da nossa modernidade: veja-se o exemplo de megaparques de painéis solares, minas a céu aberto para todos minerais essenciais à "transição verde", plantação de monoculturas para produção de *pellets* para aquecimento, destruição dos fundos marinhos em busca de minérios, etc., etc. A construção de movimentos de resistência assertiva, direta e local ao extrativismo industrial é algo que, apesar de profundamente interconectado com noções de construção de comunidade, resiliência e autonomia (ver por exemplo Adamson, 1980; Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Gelderloos, 2007; Knapp et al., 2016; Maeckelbergh, 2009; Tank, 2017) não foi explorado nesta tese de doutoramento. Mas é um tema que merece, sem qualquer dúvida, ser aprofundado e mesmo experimentado em futuros esforços de investigação.

9.3 - Reflexão sobre as metodologias utilizadas

É devida, neste momento, uma reflexão sobre as metodologias utilizadas ao longo deste doutoramento, em particular a da Análise de Narrativas Políticas e a da Investigação Ação por via da Etnografia Crítica Participante Reflexiva.

9.3.1 - Análise de Narrativas Políticas

A abordagem da *Narrative Policy Framing (NFP)*, foi utilizada para dissecar narrativas políticas com afetação no território de estudo (a europeia, nacional e a dos 3 principais partidos que ocupam lugares de vereação e oposição na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, para além da narrativa esposada pela plataforma Montemor-o-Vivo – caso de estudo desta tese de investigação). A análise em profundidade das narrativas utilizadas pelas forças organizadas político-partidariamente constitui um exercício importante, uma vez que estas possuem a capacidade de desenhar políticas públicas, definindo prioridades e orientações sociais (Barca, 2020; Esposito et al., 2020; Hammack, 2011; Mair et al., 2019). Procurou-se com isto perceber até que ponto as forças partidárias locais compreendiam os problemas ecológicos, democráticos, económicos, sociais e sistémicos que afetam os modos de vida dos seus constituintes, bem como descortinar as políticas e iniciativas desenvolvidas em torno da sua mitigação e talvez resolução. Procurava-se também encontrar pontes entre diferentes narrativas, de modo a que esta tese pudesse também ser ponto de encontro entre visões e eventualmente estratégias para o território em questão.

Os resultados obtidos por via desta metodologia académica da *NPF* demonstra a sua pertinência e limitações enquanto instrumento do quadro teórico escolhido. Surge, numa primeira análise, que este método parece levar apenas a pequenas "descobertas" dissecadas, no sentido de que não faz grandes avanços quanto ao posicionamento macro das narrativas utilizadas. No entanto, a sua utilização acaba por resultar em inegáveis vantagens e *insights* interessantes. Mantém, por exemplo, a sua validade na descoberta de pontes de diálogo e conexão entre diferentes forças políticas em ação. A utilização desta metodologia permitiu encontrar alinhamentos "esperados" e inesperados, convicções que atravessam abordagens e culturas e descortinar "verdades" diversas, mas muitas vezes complementares, que gerem e afetam os locais e seus habitantes. "Verdades sociais" cuja interação em modelos deliberativos e controlados podem contribuir para uma imensa riqueza de abordagens e soluções, sobretudo a níveis mais tangíveis como é o caso do local (Bookchin, Le, et al., 2015; Fraser, 1990; Fung, 2003; Guerra, 2010; Jossa, 2019; Mair et al., 2019). E releva e demonstra também o poder efetivo das narrativas políticas enquanto mecanismos de definição do real social, em

que os atores políticos competem para fazer vingar a sua versão da realidade, posicionando-se assim em vantagem em relação a outros na sua busca pelo poder, definido aqui como a capacidade de levar outros a fazer aquilo que desejamos (Czarniawska, 2010; Esposito et al., 2020; Hammack, 2011).

Aqui, por exemplo, é interessante descobrir, por via desta análise metodológica que uma narrativa política que procura monopolizar (narrativamente) a legitimação da participação democrática por via da instituição dos partidos políticos, venha depois lamentar a "confusão" que a mesma narrativa gera em torno da sobreposição dos conceitos de *democracia, partidos e política.* Este facto, recolhido durante a análise de narrativa política do PS e da CDU locais, por exemplo, é ao mesmo tempo esperado e inesperado. Esperado porque é o resultado lógico e inescapável de uma prática narrativa com este objetivo, que há tantos anos ocupa lugares de poder político institucional. Inesperado, devido à honesta surpresa e incompreensão, da parte de quem ocupa cargos políticos, relativamente à existência mesma dessa confusão no seio da população.

A NPF veio também revelar claramente que as forças políticas dão primazia á economia sobre a democracia no desenho de estratégias de gestão pública. É nas narrativas económicas que as forças políticas estudadas denotam mais desenvoltura, estando claramente menos versadas ou debruçadas sobre o tema da democracia – revelando assim uma certa secundarização da democracia face à economia. No caso em análise, a utilização desta metodologia NPF foi também relevante em termos de capacidade de situar a narrativa da MoVivo, encontrando-lhe pontes à esquerda e à direita – bem como o seu cunho próprio e diferenciador. Isto pode ajudar a plataforma a posicionar-se no futuro, quer em relação a possíveis parcerias tema-a-tema, quer em termos de comunicação ou busca de estratégias ou parcerias com outros agentes territoriais.

Permite também que a narrativa política da MoVivo seja compreendida (e eventualmente replicada, apropriada ou modificada) por outros agentes territoriais. A dissecação segmentada da sua narrativa permite isolar elementos da mesma, identificando os basilares e os maleáveis. Com isto, torna-se inteligível e apropriável o suficiente para responder às vicissitudes de cada iniciativa ou território, sem perder o seu sentido fundamental de projeto e método democrático deliberativo, aberto e facilitado. É assim enriquecedor, no sentido de possibilitar narrativas políticas mais alargadas, passíveis de expansão rizomática por replicação e adoção. A análise da narrativa política da MoVivo (como de qualquer outro agente político) passa também a permitir uma apresentação mais sucinta da plataforma, facilitando quer a sua compreensão, quer uma potencial identificação com os elementos-chave da sua proposta e abordagem.

No entanto, a prática narrativo-discursiva da Montemor-o-Vivo foi, tal com indicado pelos participantes na mesma (notas), pouco trabalhada. Clarificando: internamente, a narrativa da MoVivo foi coletivamente considerada como clara na sua visão-missão, adotada e interiorizada por quem

participou na plataforma e mesmo implementada na prática (onde se procurou sempre experimentar e levar a cabo as práticas e preceitos de uma democracia local, deliberativa, totalmente aberta a quem nela quisesse participar). No entanto, a sua transmissão ao eleitorado parece não ter tido o condão de a clarificar tanto quanto seria desejável. A sua narrativa política, talvez por não ter sido conscientemente descortinada até ao momento da campanha, terá sido "*tropegamente*" transmitida. E este é um aspeto importante, que releva o contraste entre a narrativa política do movimento e a perceção da mesma pelo eleitorado – mesmo quando avaliada por quem nela participou diretamente. "*Montemor-ao-calhas*", por exemplo, foi uma expressão que surgiu em tom jocoso, referindo-se à - efetivamente não alargadamente explicada- decisão de escolher os representantes da MoVivo por "tiragem à sorte".

O mesmo é verdade para outros mecanismos propostos pela MoVivo. Por exemplo, a confusão sentida na população entre a proposta geral de desenhar coletivamente as orientações estratégicas, para um certo pelouro ou instituição de forma partilhada, e a ideia de que "*se passa a ter reuniões o tempo todo, cada vez que é preciso decidir numa virgula*" (notas). Ora, se é verdade que a Democracia Deliberativa, nos moldes avançados pela narrativa política da MoVivo, prevê reuniões periódicas ou *ad-hoc* entre cidadãos e cidadãs para decidir sobre as orientação e estratégias relativamente a um determinado tema (tal como foi feito para o desenho do programa político da plataforma), falta/ou conseguir transmitir a mensagem que o mesmo não significa reuniões a todo o tempo, nem para todas as coisas. Nesse aspeto, mais uma vez, e de acordo com os relatos recolhidos – e os resultados eleitorais obtidos - a narrativa política da MoVivo não terá "passado" da maneira mais clara, sendo um ponto a melhorar no futuro.

Já quanto à narrativa política da MoVivo relativa à economia local, a mesma terá emergido não apenas dos fundamentos da plataforma (de natureza decrescentista, a apontar a uma economia circular, em busca de autonomia e de impacto regenerativo nos ecossistemas), mas também do programa eleitoral em si: equipamentos de produção locais e comunitários, incentivos ao comércio e consumo locais (inclusive com uso de moedas locais), de apoio às pequenas e microempresas, redução de consumos (energéticos e materiais), apostar na mobilidade coletiva, desenvolver o sector agroflorestal, apoiar a cidadania (por via de estratégias de acolhimento, habitação cooperativa, gestão familiar, económica, administrativa), etc.

Tendo os méritos e limitações deste mecanismo de leitura, análise e transmissão de narrativas políticas já sido discutido acima neste doutoramento, verifica-se que, sem a necessária e clara comunicação do mesmo e sem espaços de reflexão em torno dela, esta será, como tantas outras inovações políticas, desqualificada como ilegítima ou indesejável por considerável parte da cidadania.

9.3.2 - Investigação Ação

Já a adoção de metodologias de Investigação Ação, sobretudo por via da Etnografia Crítica Participante Reflexiva, levou esta investigação a um outro patamar, com vantagens claras para i) o esforço empreendido, ii) para o investigador que o levou a cabo, para iii) a prática académica e sua produção de conhecimento e mesmo para iv) a implementação tangível de infraestrutura social essencial a uma qualquer transição. Discorre-se sobre cada uma destas nos parágrafos que se seguem.

Vantagens para o Esforço de Investigação

A adoção desta abordagem de Investigação Ação permitiu uma imersão profunda na realidade estudada, permitindo identificar importantes nuances e dinâmicas, como por exemplo a importância e construção de culturas de cuidado, ou a relação entre investigação, celebração e ativismo. Apenas por via da imersão total foi possível destrinçar, isolar e sentir – procurando passá-lo para o papel de forma academicamente válida – o "peso do ativismo", o lugar que ocupa na vida de quem procura estar ativo, os impactos que tem, etc. Esta abordagem metodológica traz para a investigação científica um novo nível de acesso ao real social, descortinando o que é estrutural, pessoal, político, funcional, logístico, financeiro, imaginário – e encontrando novos significados, abordagens, hesitações, soluções e caminhos.

Ou seja, a própria natureza da Investigação Ação obriga-a a ter em conta outras variáveis da investigação académica que normalmente não são tidas em conta, permitindo *sentir* o sujeito e o objeto estudado e enriquecer assim a investigação com mais densidade, tornando-a mais substantiva, possibilitando a absorção de informação a que a investigação clássica não permite normalmente aceder. Implica, claro, ser capaz de dar um passo atrás e analisar o mais objetivamente possível o que foi sentido. Mas o resultado é que o esforço de investigação empreendido acaba por convocar e ter de ter em conta muitas mais variáveis de análise do que é habitual: por exemplo, o facto de ter em conta culturas de cuidado, de analisar o papel do álcool, da facilitação, de prazos e limites, de temporalidades próprias a cada projeto, pessoa e território, as relações entre participantes, a importância fulcral do local e da proximidade, o lugar da família, das crianças, das mães, etc., etc. Todos elementos essenciais para a construção e enriquecimento desta reflexão, e à produção de um nível de conhecimento não acessível a outros métodos de investigação clássicas.

Esta riqueza, descoberta por via da imersão total em projetos, tem também o condão de abrir novas avenidas de investigação, algumas delas descobertas neste esforço académico: o papel do ego nos projetos coletivos; as relações que existem e se potenciam/antagonizam entre governança interna e envolvimento voluntario/pontual; etc. O detalhe das nuances, da rede de complexidades que preenche e anima qualquer projeto coletivo, o seu entorno, as suas dinâmicas, etc., puderam assim

ser intimamente vividas e compreendidas, tendo sido feito um grande esforço para as traduzir para uma tese de doutoramento bem estruturada e fundamentada, procurando estabelecer pontes entre o real e o académico, bom como entre o real presente e reais futuros, que se procuram estimular por via do potencial de replicação das experiências vividas.

Vantagens para o Investigador

Para o investigador, esta imersão foi igualmente enriquecedora. A adoção de uma prática de investigação-ação foi, por si só, uma incrível experiência de imersão e aprendizagem. Remete, por desenho, a um profundo mergulho na realidade investigada. Não olha apenas para os números, atas, indicadores de sucesso, ou práticas internas. Mergulha de facto. Ao participar plena e ativamente nos movimentos ou projetos estudados, o investigador acede a um nível de conhecimento sobre os mesmos que não seria nunca possível apenas por via de fontes primárias ou secundárias, qualitativas ou quantitativas. Isto apresenta, certo, algumas dificuldades (exploradas alguns parágrafos abaixo) relativas à manutenção da objetividade da investigação, mas o balanço final é extremamente positivo, validando-se e recomendando-se a adoção e replicação desta metodologia de investigação noutros esforços científicos de ciência política, sociologia e outros.

A elaboração de uma tese de doutoramento é por definição, ainda no que se refere às consequências para com o investigador, um caminho imensamente enriquecedor, com tempo para aceder a uma variedade imensa de conhecimentos, de autores, de visões e de abordagens. No entanto, o facto deste doutorando ter tido também a possibilidade de esposar um método de investigação tão imersivo como o da investigação-ação, por via da etnografia crítica participante, permitiu um imenso crescimento, aprendizagem, experimentação prática e criação de laços afetivos que, todos eles, terão um profundo impacto na sua vida nos anos vindouros. Este esforço de investigação não foi, assim, comum. Levou o investigador ao âmago de movimentos locais de inovação profunda. Ensinou-lhe a importância da proximidade comunitária, territorial e com a Natureza. Ajudou-o a identificar subtilezas e diferenças de tom e de energia em reuniões, a procurar mecanismos de gestão de conflito e a experimentá-los, a identificar e replicar mecanismos de gestão coletiva, a testar a abertura de projetos com uma população rural, a ouvir as suas preocupações e prioridades, com a curiosidade neutra de um investigador - mas com o inescapável envolvimento ativo deste enquanto ator. Ensinou-o também a “traduzir linguagem académica para alentejano”, simplificando narrativas, integrando vocabulário local, enriquecendo-as e a si mesmo, como agentes de transição, impacto e reflexão coletiva.

Isto tudo não obstante as dificuldades inerentes e sempre presentes de um qualquer esforço de produção científica que tenha de passar pelo filtro da subjetividade do agente investigador. O

exercício, como previsto na própria estipulação metodológica desta abordagem (cf. Capítulos V e VI), foi constante e nem sempre fácil. Para isto ajudou a continuada partilha (dialética) de reflexões e observações com outros membros quer do projeto, quer da comunidade (seguindo as sugestões de, entre outros, Breheny & Stephens, 2015; Kuenzer, 1998; Mainardes, 2009; e Wacquant, 2015). Por exemplo: na questão da "permissão de uso ou não de álcool" durante as reuniões e atividades da plataforma; nos momentos em que o processo foi redirecionado por constrangimentos logísticos ou pessoais; na leitura de dinâmicas presentes e futuras da plataforma; nos equilíbrios sentidos e percebidos da dialética entre ativismo e tempo pessoal; ou mesmo na interação com as instituições públicas.

Este último ponto tem bastante relevância, tendo o investigador assumido um papel de investigação, ativismo, e participação eleitoral, tornando-o involuntariamente numa peça solta no xadrez político e comunitário local (Bogdan & Taylor, 1975; Frampton & Kinsman, 2006; Lune & Berg, 2017; Plows, 2008). Deve-se aqui uma nota relativamente ao fato desta dinâmica poder trazer disrupção às comunidades estudadas, por exemplo no caso do investigador partir no final da sua investigação, deixando a comunidade ou projeto numa situação em que talvez não se teria conseguido colocar, ou não saiba ou consiga mesmo gerir. No caso presente este não foi o caso, uma vez que o investigador faz parte do território e comunidade de afetação, mas fica a advertência quando à força e impacto deste tipo de metodologias quer em termos de qualidade de investigação produzida, quer em termos de impacto real no território.

A experiência deste doutoramento, permitida pela bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia[146], ancora-se assim como um marco na vida do investigador, no seu esforço de investigação, na aventura da construção social local de Montemor-o-Novo e – espera-se – na produção de conhecimento científico e no seu entrosamento imediato e dialético com realidades privadas e sociais presentes nos territórios.

Vantagens para a Prática Académica e sua Produção de Conhecimento

Como referido acima, este tipo de abordagem permite uma prática académica diferenciada, capaz de aceder a um nível de conhecimento que não é possível meramente a partir de fontes académicas (i.e., outros artigos, estudos, ou mesmo relatos na primeira pessoa). A imersão total nos processos, nos coletivos, nas visões, imaginários e forças anímicas presentes na iniciativa estudada trouxe uma profundidade notória à investigação. Levou, por exemplo, à identificação da facilitação como um elemento essencial a qualquer intenção de transição e construção de estruturas descentralizadas e

[146] A que este investigador se encontra profundamente agradecido

igualitárias e mesmo à importância de estruturar processos e abordagens, de maneira a impedir que visões e prioridades individuais se sobreponham às coletivas.

De facto, a possibilidade de umo investigador se poder introduzir tão totalmente dentro dos processos estudados, vivendo o objeto estudado na primeira pessoa, imbuindo-se no seu espírito e dinâmicas próprias, tem implicações profundas para o tipo de conhecimento que é produzido – com consequências imediatas para a aplicação desse conhecimento nas diferentes esferas sociais (ver por exemplo Maeckelbergh, 2009). O conhecimento assim produzido tem implicações diretas nas comunidades e territórios de afetação. Os ciclos virtuosos de retroação entre conhecimento académico e prática local, levam à produção imediata de novo conhecimento, com implicações e aplicações imediatas – no terreno como na academia. Porque, se, por um lado, a compreensão profunda de uma realidade social enriquece forçosamente qualquer investigação académica, a riqueza própria ao conhecimento académico enriquece também e inegavelmente a prática do objeto estudado, sobretudo aquando de uma interação próxima, dialética e continuada, como a que permite a etnografia crítica participante.

Por exemplo, e especificamente em relação à prática académica dialeticamente enriquecida, se as experiências dos participantes permitiram o estabelecimento e pilotagem de ferramentas e processos que foram centrais ao projeto da MoVivo, a necessidade académica de promover momentos coletivos, entrevistas informais, colocar questões relativamente a processos e abordagens, etc., permitiu e reforçou as dinâmicas internas ao projeto. Um dos momentos mais marcantes desta *praxis* dialética foi a última sessão coletiva da MoVivo, promovida com um duplo objetivo: recolher informação academicamente válida sobre o processo e os participantes, mas também relançar a reflexão sobre a ativação cidadã em torno desta proposta, deste projeto. Isto é, um momento coletivo inicialmente desenhado para fins académicos acabou por se transformar num momento (re-)catalisador do movimento, tendo levado a novas reflexões, discussões e encontros, que farão parte da continuação do percurso da MoVivo e de todos quantos nela participam.

Paralelamente ao enriquecimento da prática académica, verificou-se algo semelhante com a prática democrática. Apesar da deliberação aprofundada estar no coração da *praxis* da MoVivo, as discussões internas à mesma resultaram num enriquecimento (provocado e expectável) das propostas avançadas. Surgiram ideias em torno do melhor acesso à informação, apoio à colaboração e mesmo promoção e facilitação da participação cívica, por via de Assembleias Cidadãs periódicas, orçamentos participativos, maior rotação de cargos públicos, etc.

Vantagens para a implementação tangível de infraestrutura social essencial

O que nos leva ao último ponto desta secção de reflexão sobre as metodologias de investigação adotadas: Constitui uma importante descoberta e tomada de consciência deste doutoramento que a adoção de metodologias imersivas de investigação-ação em ciências socias como aquela aqui ensaiada, tem ainda uma outra, imensa, vantagem, já acima referida: leva à implementação *tangível* de infraestrutura social, essencial a uma qualquer transição. A estrutura aqui desenvolvida e estudada, nutrida também por este modelo de investigação, fica. E o território da sua afetação é enriquecido e evolve com ela. Advém daí o que nomeio de "*infraestrutura social de transição*" – as estruturas coletivas, políticas, culturais, educativas, económicas de abertura e experimentação, fundadas sob a égide da vontade e da urgência de construir novos mundos, paradigmas e possibilidades. Não obstante, foi uma aprendizagem feita de várias derrotas (incluindo a eleitoral). Entusiasmante, mas desgastante para quem nela participou, não obstante interesses informais declarados de outros movimentos em replicar a abordagem pilotada em Montemor-o-Novo[147]. E ainda sem qualquer registo de replicação efetiva (á data de término deste doutoramento).

Ainda assim, devido às vicissitudes mesmas das metodologias de investigação-ação utilizadas, criou-se, não apenas uma plataforma, mas também um mapa bidirecional, de como esta se pode materializar noutros locais e de como a investigação científica pode acompanhar e nutrir dialeticamente a *praxis* social. Esta prática académica colocada ao serviço das populações e do conhecimento emancipatório lançou um potencial de empoderamento futuro de comunidades e ideias e estabeleceu as bases para uma construção social popular, alternativa, buscando nutrir uma transição tangível em termos políticos, socioeconómicos ou ambos.

O conhecimento académico encontra assim um importante veículo de conexão com o real social que procura estudar e enriquecer, passando a ser diretamente aplicável na sociedade civil. De fato, o que é aqui avançado como experimentação social é passível de replicação em associações, movimentos informais, instituições com diferentes objetivos, empresas e – no limite – dentro de mecanismos e instituições públicas que se predisponham a abrir no seu seio espaços de experimentação e investigação passiveis de nutrir diretamente as suas práticas e modelos de funcionamento.

[147] como iniciativas em S. Luís e Montalegre, á data de fecho de escrita deste doutoramento

9.4 - Da emergência e da natureza do possível

Durante a elaboração desta tese foram sendo "descobertos" outros *possíveis* que merecem alguma reflexão final. Surgiram em relação às narrativas políticas, ao decrescimento, à facilitação enquanto mecanismo de construção democrática, e à prática investigativa por via da ação. Exploramos abaixo as implicações destrincadas para cada um.

9.4.1 - Das Narrativas Políticas

Um deles diz respeito às Narrativas Políticas e à capacidade de promover e desenhar uma elasticidade do real social. A estruturação de alternativas políticas necessitará sempre, por definição, de narrativas políticas robustas e apelativas, construídas em cima de preceitos que sejam próximos e importantes para o seu público alvo. A compreensão do que é uma Narrativa Política e a prática de dissecação das mesmas que foi levada a cabo nesta (como noutras) investigações, permitiu, entre outras coisas, descortinar a importância de mensagens claras, compostas, estruturadas em torno de histórias (mais ou menos alegóricas), com personagens, elencos e morais que permitam ao público relacionar-se com elas, interiorizar a sua mensagem e apoiar as suas intenções. O estudo de Narrativas Políticas (especialmente por via da metodologia da *Narrative Policy Framing* aqui apresentada) é algo ainda muito incipiente na literatura académica em Portugal, esperando esta tese ter contribuído com informações sobre ela, suas vantagens e lacunas e aplicação prática da mesma.

O conhecimento e experimentação com este modelo de "dissecação" de narrativas políticas pode servir a academia e a sociedade civil em dois momentos no futuro: perante a análise de posicionamentos e objetivos políticos de diferentes forças num determinado tema ou território; ou na construção de novas exposições, por movimentos ou ideias que, pela sua natureza, reconheçam a necessidade ou importância de esposar narrativas políticas claras que ajudem a transmitir mensagens e sugestões de forma concisa e impactante. A sua utilização apresenta assim vantagens a nível de compreensão do que é o real social, as suas variadas construções e relação com o real físico e biofísico; apresenta também vantagens na compreensão do "outro", e das suas mundivisões, contribuindo para uma construção coletiva do real social. Isto ajuda a trabalhar empatia e a encontrar "pontes" entre diferentes leituras da "realidade", podendo ser um poderoso mecanismo de "despolarização" – mas também o seu contrário. A validade e impacto das técnicas experimentadas conseguem-se através de uma combinação de exemplos empíricos robustos e práticas bem-sucedidas. Em resumo, este tipo de construção narrativa ajuda a contextualizar, comunicar e envolver, tornando-as ferramentas valiosas tanto na academia, quanto na promoção de impacto social.

9.4.2 - Do Decrescimento

Outro dos *possíveis* que foi explorado foi o do decrescimento. De facto, e apesar das reflexões tidas acima em torno da primeira pergunta de partida desta tese, propõe-se aqui uma reflexão relativa ao problema da possibilidade ou impossibilidade do decrescimento enquanto aplicação prática da sua teoria. Ou seja, explorar aquilo a que a língua inglesa apelida de *predicament*(o). Ou seja, uma situação problemática sem uma solução aparente. O decrescimento económico, recorde-se, mais do que um programa político com soluções definidas e "prontas a aplicar", surge mais como uma filosofia crítica, partindo de uma premissa impossível de escapar. Premissa essa que, apesar de simples, é por demais fácil de "atropelar" – e esquecer: "*Não podemos crescer (economicamente) para sempre num planeta finito*".

Uma das maiores conclusões desta tese de doutoramento é a de que o decrescimento, enquanto teoria económica e projeto coletivo e social, é tão imperativo e urgente, como é impossível de ser implementado - a larga escala, ou mesmo à escala de um país.

Ou seja, o decrescimento é possível na teoria, mas impossível na prática. Porque na prática, a dependência de crescimento económico está na base do funcionamento do sistema como um todo. No entanto, e paradoxalmente, o decrescimento é, simultaneamente, a melhor estratégia, "possível ou não", para os territórios humanos. Clarificando: o decrescimento preconiza o abandono do crescimento do PIB nacional como medida da saúde de uma economia. Sugere medidas de redução de consumos materiais e energéticos das economias, restauro dos ecossistemas, e uma aposta na redução de cadeias de produção e consumo (i.e., recuando na globalização). Convém relembrar que nesta tese de doutoramento não se considera como "decrescimento" as ações individuais (como a reciclagem, a compra de produtos bio, a opção de tomar banhos curtos[148], ou de andar mais de bicicleta, etc.). Estes são atos e escolhas importantes, talvez mesmo preliminares e pre-figurativos de um estilo de via decrescentista, mas referem-se sobretudo à criação de consciências e práticas ambientais individuais. Não constituem um "decrescimento", uma vez que i) não se referem a práticas coletivas, organizadas, em torno da busca de uma qualquer capacidade de afetar alargadamente uma sociedade e, consequentemente, ii) não afetam o crescimento da economia, que continua, estruturalmente, e independentemente de quanta reciclagem, bicicletas ou número de vegans existentes, a depender de – e a perseguir o – crescimento económico a todo o custo.

Ora, na remota eventualidade de "forças decrescentistas tomarem o poder" e com ele a capacidade de gerir um país, o pacote generalizado daquilo que seriam medidas decrescentistas

[148] Ver, por exemplo, a reflexão provocante do vídeo (em inglês) que popularizou esta expressão: https://www.youtube.com/watch?v=m2TbrtCGbhQ&ab_channel=rwritedotorg

resultaria (propositadamente e, alegadamente, de forma controlada) na redução do PIB da economia nacional. O que, imediatamente embateria direta e violentamente com:

i) as mais elementares estratégias geopolíticas de todos os países do Mundo (i.e., garantir a capacidade de aceder aos materiais e energia que permitem o funcionamento de "tudo" na modernidade material); adotar o decrescimento como estratégia socioeconómica, num mundo onde a maioria dos países continuaria a sua trajetória *crescentista,* implica desenvolver estratégias militares e geopolíticas corajosas, que forçosamente significam uma redução da capacidade militar para defender territórios ou obter recursos necessários (conf. Capítulo IV, ponto 4.4; bem como, por exemplo, Gurbuz, 2018; Maeckelbergh, 2009; Matin, 2021; Melenotte, 2015; Rojava Information Center, 2019; Sergi, 2009; Van der Haar, 2005). Esta reflexão não está a ser desenvolvida pelos filósofos do decrescimento, impossibilitando uma sua pilotagem a nível nacional, predicando ao contrário que o mesmo só é possível se for adotado, simultânea, coletiva e globalmente – que parece extremamente improvável de acontecer);
ii) os fundamentos financeiros que definem o acesso a crédito e a continuação dos modelos sociais do ocidente (por exemplo, a necessidade de garantir retornos financeiros aos "necessários" empréstimos -nacionais ou internacionais- que asseguram o funcionamento de tanta coisa nas sociedades modernas); Se um qualquer primeiro ministro decretar a via de um decrescimento da economia, os potenciais financiadores internacionais nunca poriam o seu dinheiro nesse país, uma vez que esse não geraria os lucros que poderia gerar investidos num qualquer outro país não decrescentista;
iii) os imensos interesses económicos dos maiores atores da modernidade (que seriam imensamente, talvez fatalmente(?), afetados por este tipo de políticas); será, portanto, de esperar uma enorme resistência à adoção de medidas desta natureza. Isto é algo que já se verifica com a total desqualificação das propostas decrescentistas como irreais ou indesejáveis (Brand, 2018; Kallis, 2019), mas que aumentaria face a uma (hipotética) obtenção de poder por parte de "forças decrescentistas".
iv) a cultura mesma do ocidente, profundamente ancorada no materialismo e no consumismo e na relacionada impossibilidade de levar ao poder (no modelo da democracia representativa liberal) qualquer força política que avance a mera sugestão de reduzir os níveis destes dois indicadores.

Ou seja, temos, enquanto sociedade moderna, de reduzir o nosso materialismo e consumismo, mas isso vai de encontro a todos os preceitos dessa mesma modernidade, pelo que a conclusão deste estudo aprofundado do predicamento em mãos é que tal não deverá vir a acontecer, de forma

controlada ou “doce”, num futuro próximo/médio. O decrescimento, a sua leitura da realidade sistémica, e as suas propostas são hoje tão inescapáveis quanto impossíveis de implementar.

Não obstante, e perante os previsíveis choques sistémicos à normalidade moderna para os quais o decrescimento alerta, há muito a fazer em termos de avaliar vulnerabilidades, impactos esperados e mesmo ações de adaptação para cada sector de atividade. Mesmo diante da manifesta incapacidade de prever o futuro e considerando o vasto leque de riscos e opções (desde avanços tecnológicos até comportamentos de consumo mais sóbrios), uma abordagem prospetiva permitiria no entanto ajudar a identificar os riscos e oportunidades, entender evoluções complexas e interconectadas e analisar fluxos físicos existentes e exigidos (por ex.: m² construídos, frota de veículos, quantidades transportadas, toneladas de aço produzidas, numero de pessoas envolvidas, prioridades sociais, etc.). Ou seja, se o decrescimento não oferece hoje nenhum caminho para a sua implementação, os alertas que lança sobre os impactos que essa “não implementação” trará são altamente válidos e urgentes.

Dito isto, existe muito que pode começar a ser feito na promoção de economias locais e de proximidade: como incentivos à produção e transformação locais, o foco na criação de empregos ancorados no território, sua regeneração e valorização; investimentos em R&D em baixas tecnologias, passíveis de reparação, replicação, e melhoramentos partilhados; aposta em turismo sustentável, de “vagar”, com estratégias regionais alargadas; uma grande aposta em sistemas de transporte publico adaptados a cada localidade e capazes de conectar locais remotos com linhas de transporte principais, encurtando tempos de viagem e oferecendo alternativas que convidem à utilização, promovam empregos locais e reavivem as localidades mais isoladas – capazes por sua vez, de combater a concentração de habitação em zonas mais urbanas; apostar também em programas de reabilitação e construção de habitações, com base em modelos coletivos e de gestão comuns, capazes de resgatar a habitação do mercado imobiliário especulativo; entre tantas outras medidas que contribuam para o aumento da autonomia e resiliência das comunidades, para o fortalecimento das economias de proximidade, e o desenvolvimento de capacidades produtivas que não dependam tão profundamente das cada vez mais frágeis estabilidades internacionais.

É aqui que se encontram os tantos possíveis impossíveis, a tal potencialidade “inexequível” do decrescimento. Porque a simplificação da economia, apesar de a vir a enriquecer em termos socioambientais, teria (terá?) grandes impactos adversos à manutenção do crescimento económico exponencial. Imaginemos por exemplo a produção e venda de uma maçã: na grande maioria dos casos do sistema atual, a maçã é produzida em “terra alheia” (i.e. alugada a alguém), por uma empresa, com todos os seus custos operacionais e humanos associados. Ao longo de toda a sua produção são-lhe aplicados pesticidas, herbicidas e fertilizantes que ajudem a produzir o mais (e mais standard) possível. Se o produtor desejar classificá-la de “bio” terá de submeter-se, ao contrário, a todo um rol de

certificações e vistorias onerosas, com visitas técnicas e submissão de documentos e faturas que atestem as características da produção. Depois é colhida para grandes camiões/reboques, que são levados a locais de seleção e embalagem (é também aqui que muita da fruta é "rejeitada", pelas suas características menos "uniformes"). É depois embalada, colocada em novos camiões, despachada para mercados abastecedores ou para supermercados, voltada a transportar, colocada – por outra empresa, com os seus custos energéticos, humanos, logísticos e operacionais associados – numa prateleira, á espera que alguém a venha comprar. Isto pode acontecer em território nacional, ou noutro, para a qual a maçã foi exportada. Nesta altura, se não for comprada, é deitada para o lixo, se for comprada tem 40% de hipótese (a nível global) de ter o mesmo destino. No final do processo, a embalagem do produto vendido é deitada ao lixo, com alguma sorte para um contentor de reciclagem, e com mais alguma sorte acabar por ser efetivamente reciclada (apesar de este não poder ser um fluxo continuo e fechado devido à degradação "natural" dos materiais que a compõem). Em todos estes passos da produção e venda de uma maçã, a complexidade do sistema assegurou o crescimento da economia como um todo: houve produção de vários empregos, impostos pagos, consumo de vários materiais e energias, utilização de softwares, infraestrutura física, etc., todos eles com um custo – e um lucro.

Ao contrário, se imaginarmos a produção e consumo de uma maçã a nível local, a cadeia é muito menor, menos complexa e menos geradora de riqueza – financeiramente falando: a "dona Alzira" colhe as maçãs (que não serão todas iguais, certamente) das suas macieiras, tendo talvez utilizado alguma "cura" para evitar perdas enormes – mas com acompanhamento para reduzir a sua utilização, ou substitui-la por métodos naturais. Coloca-as numa caixa, no seu próprio carro (ou num que faça a ronda para as recolher) e deposita no mercado ou cooperativa locais. São então vendidas a peso, sem embalagens, sem certificação "bio" (apesar de o serem, ou quase), sem o peso e custos das grandes empresas.

A maçã produzida neste sistema curto poderá até custará ao consumidor sensivelmente o mesmo que uma maçã numa qualquer cadeia de supermercados – onde o preço do alimento produzido em massa representa apenas cerca de 15% do preço final do artigo vendido (Agencia Lusa, 2022), e é constituído também pelos custos de transporte, embalagem, refrigeração, softwares utilizados, recursos humanos, impostos, lucros corporativos, etc.). Mas o impacto sobre o PIB, comparando a segunda operação com a primeira, é gigante, deixando de contribuir para o crescimento do mesmo. Uma maçã, que "antes" alimentava todo um complexo sistema de interdependências, "agora" passa a ser transacionada diretamente, sem intermediários e sem os custos relacionados. Sem dúvida, perdem-se as "vantagens e descontos" dos negócios de escala, e o mais provável é não se encontrar

toda a fruta a toda a hora durante todo o ano, como hoje em dia. Mas esse é o "preço a pagar" por uma vida sóbria – e possível.

Acontece, de novo a possibilidade impossível, que este é um "preço" que não estamos dispostos a pagar. Porque queremos, enquanto coletividade de consumidores do séc. XXI, tudo sempre disponível a toda a hora; e porque temos, enquanto socioeconomias crescentistas, de assegurar o crescimento continuo do nosso PIB, sob pena de tudo colapsar.

E assim, enquanto sociedades, deslizamos, irredutíveis e inflexíveis, para um beco sem saída, onde o decrescimento nunca o será. Porque o mais provável é virmos a sofrer os choques de uma teimosa falta de vontade e capacidade coletiva de abandonar o crescimento económico. E porque, vale a pena relembrar, decrescimento não é a mesma coisa que uma crise do crescimento (conf. Capítulo IV, ponto 4.3). Como explicado acima, a sobriedade é algo que é desejado, planeado, abraçado. A pobreza, ao contrário, é violenta, súbita e indesejada. O que nos espera não é um "decrescimento á força", mas uma crise profunda do sistema de crescimento exponencial. Uma crise sistémica, sem nada de decrescentista, mas cujas "soluções de adaptação" se poderão assemelhar em muito às sugestões já feitas hoje pelo decrescimento, pela economia solidária, pelo ecoswaraj e por todas as correntes que buscam alternativas à meta-narrativa dominante do crescimento económico a todo o custo.

Ou seja, podemos começar hoje a preparar as nossas socioeconomias locais e regionais, para sermos capazes de enfrentar o melhor possível os choques e disrupções para que os decrescentistas alertam – mas provavelmente nunca viveremos o decrescimento, apenas crises profundas do capitalismo. O que é ao mesmo tempo uma pena, uma violência, e um enorme desafio – a tal possibilidade impossível do decrescimento.

9.4.3 - Da Investigação-Ação

Ainda relativamente à criação e exploração de novos possíveis, importa referir a importância do papel da investigação académica, sobretudo por vias de investigação-ação. A interação entre as práticas académica e experimental revelou-se, neste doutoramento, retroativa e mutuamente enriquecedora. É por isso que se avança aqui também para uma recomendação política de reforçar o apoio bolseiro e académico a esforços de investigação que adotem as práticas aqui descritas, reconhecendo a sua validade, a sua importância e a sua adequação à produção de conhecimento académico e prático, bem como de infraestrutura social de experimentação e transição.

O que esta tese de doutoramento procurou fazer foi acompanhar um primeiro esboço de estratégia, que esposasse uma teoria de poder efetivo, abrindo precisamente portas a bifurcações e ramificações estratégicas como as que se verificaram com as "perguntas de partida" 2.1 e 2.2.

A profundidade permitida, o impacto direto que tem nos projetos e coletivos estudados e acompanhados, a implementação tangível de infraestruturas de transição (ou outras, relacionadas com outros temas), e a produção de conhecimento académico e social, tornam esta abordagem uma importante opção na escolha de metodologias de investigação académica, interlaçando produção de conhecimento científico e sua transmissão à sociedade civil nas suas diferentes formulações e organizações.

9.4.4 - Da Democracia Deliberativa

As reflexões sobre este tema levam a uma nova interrogação, resultante das inquietações deste doutoramento, já parcialmente debatida nos parágrafos acima (ver. ponto 9.1.2 desta tese). Apesar de no ponto 9.6 deste Capítulo ser feito o convite explícito para aprofundar esta questão (aqui não suficientemente debatida), algumas questões relativas à coexistência ou rivalidade das democracias representativas ou liberais com a democracia deliberativa são importantes o suficiente para serem aqui levantadas. São elas: é a democracia representativa liberal, instalada na maioria dos países do ocidente moderno, capaz de incorporar aspetos de democracia deliberativa? Se sim, até que grau? E ainda, a partir de que "grau" é que a democracia deliberativa se sente em coexistência e não meramente cooptada, pela narrativa hegemónica da democracia representativa liberal?

Não tendo sido possível responder totalmente a estas questões neste esforço de investigação, arrisca-se aqui uma reflexão inicial, baseada nas experiências vividas neste doutoramento e encontradas na literatura analisada no mesmo, mas também experienciadas por este doutorando, em primeira ou segunda mão, noutras experiências de empoderamento de mecanismos e práticas da democracia deliberativa. Agrava-se aqui propositadamente a dificuldade da pergunta, adicionando à equação a intenção de que a democracia deliberativa seja um veículo para a implementação de reflexões, abordagens e políticas em linha com os preceitos do decrescimento.

Primeiro, importa ter em conta, como tantas vezes relembrado por participantes nesta investigação-ação e em outras experiências similares, o caráter menos *financeirizado* da democracia deliberativa e do próprio decrescimento (por definição). Isto resulta amiúde numa enorme desvantagem em termos de capacidade de divulgação da mensagem, de mobilização de massas, de levar a cabo experimentações capazes de demonstrar e inspirar, etc. Algo que conta numa batalha eleitoral. Também importa relembrar que, quer o decrescimento, quer a democracia deliberativa têm por objetivos fundamentais uma descentralização de poderes e uma maior redistribuição (por desenho) dos recursos, do poder e da produção conseguida pela comunidade. Isto faz com que não apenas seja mais difícil mobilizar doações, mas que resulte também, previsivelmente, num incentivo extra para quem tem "mais a perder" com este tipo de mecanismos institucionais (que é normalmente

quem tem mais poder e recursos presentemente), faça doações mais avultadas a qualquer campo que seja contrário a esta visão. Depois há que olhar para a "grande narrativa da modernidade", repleta de incentivos ao consumo e ao materialismo, grandes indicadores sociais de se ser "umo membro produtivo da sociedade". Este pano de fundo para qualquer campanha eleitoral, torna a proposta do decrescimento – em torno de que o "suficiente possa ser *mais do que suficiente*", muito mais difícil de "vender", já que ninguém está disposto a abdicar do seu conforto e materialismo, especialmente depois de toda uma vida a batalhar para esse objetivo – algo fácil de compreender e empatizar com.

Assim, observa-se que, apesar de oferecer várias vantagens em termos narrativos e de construção de imaginários alternativos, como discutido e demonstrado nesta tese de doutoramento, a participação em eleições é um caminho presentemente longo e difícil para plataformas desenhadas em torno da democracia deliberativa e do decrescimento. Todas as dinâmicas que permeiam e animam a democracia representativa liberal (desde o financiamento de partidos, ao enaltecimento do materialismo, exaltação e devoção ao crescimento económico exponencial a todo o custo, etc.) funcionam contra as propostas deliberativas – e decrescentistas.

Mas não se inclui no reino da "impossibilidade", especialmente a nível local. De facto, à medida que o tempo progride e que a normalidade se vai alterando em várias frentes, pode admitir-se aqui, para efeitos especulativos, que uma plataforma similar à da MoVivo consiga eventualmente assegurar uma vereação/município – a qualquer nível, local, regional ou mesmo nacional. Nesse caso, como funcionaria a coabitação (institucional) entre os dois tipos de democracia?[149]

Em princípio a coabitação entre os dois modelos de democracia não teria problemas de maior. Se, nas vereações conquistadas por partidos políticos tradicionais, as práticas representativas continuariam como antes, nas vereações (chamadas aqui de) deliberativas, as práticas poderiam também acontecer sem nenhum impedimento formal, institucional ou legal. Nessas vereações, as dotações para recursos humanos poderiam passar a incluir fundos para uma facilitação profissional continuada dos processos, e o desenho das linhas mestras de estratégia para as diferentes temáticas poderiam ser definidas em coletividade, em sessões abertas a quem por elas se interessasse.

[149] Nota: poderão haver outros caminhos para a coexistência de vários tipos de democracia, com a democracia representativa (por via de trabalho comunitário, grupos de cidadania, etc.). Mas estes não estão empoderados institucionalmente, o que os coloca numa posição de dependência da vontade dos eleitos que ocupam um certo cargo político, de poder, ainda que temporariamente. Assim, discute-se aqui, tal como foi o objeto de estudo deste doutoramento, a questão da compatibilidade entre forças e poderes institucionalmente assegurados.

A disponibilidade de facilitadores profissionais nos municípios poderia também ser alargada ao apoio direto a associações locais, nos seus momentos de desenho de estratégias ou em qualquer outro momento por elas identificado. Depois, com a estratégia definida, os técnicos camarários poderiam levar a cabo a sua implementação, sendo a pessoa eleita uma espécie de gestor dessa implementação. Também, dentro destas estratégias, novas necessidades de reunir em torno de sub-estratégias poderiam surgir, sendo a facilitação e os processos de participação pública ativados, de modo a encontrar novas ideias e soluções em conjunto. Aparte as discussões orçamentais – onde cada vereação procura assegurar os fundos necessários para a implementação da sua estratégia política – a prática deliberativa caberia, uma vez autónoma e empoderada, "dentro" da estrutura institucional representativa.

Outros cenários possíveis existem. Por exemplo, o já referido cenário de procurar trabalhar com partidos políticos existentes, propondo metodologias deliberativas de trabalho com a população e apostando na boa vontade dos agentes políticos que as adotem a título experimental ou parcial. Como discutido acima, nas experiências analisadas neste doutoramento, bem como em outras vividas por este doutorando nos seus anos de experiência prática em organização deste tipo de momentos, o poder político tem, no entanto, uma voraz tendência para i) manter o seu poder, e ii) cooptar ideias como suas. Disto podem resultar os caricaturais exemplos como o da recusa de Emmanuel Macron, 25º presidente de França, em aceitar as deliberações da Convenção Cidadã para o Clima[150] – depois de se ter comprometido a submetê-las ao Parlamento ou a mesmo um referendo, com exceção máxima de três delas (os chamados "*wild cards*" do presidente). Dois anos depois, os membros da Convenção deram notas à transposição geral das suas propostas para lei/iniciativas. A pontuação média foi de 3,3 em 10. À pergunta "*em que medida as decisões do governo sobre as propostas do CCC permitem aproximar-se do objetivo fixado*?", os membros da Convenção que participaram nestas votações atribuíram notas médias de 2,5 em 10. Uma clara oportunidade para recordar o "monopólio de decisão do executivo" (Gourgues & Mazeaud, 2022), que expõe também uma desconexão grave entre um presidente eleito nos moldes representativos liberais e a visão, desejos e responsabilidade de segmentos (representativos) da população que procuram autoimpor-se limites, de modo a poder perseverar no tempo.

[150] Onde, em 2019, 150 franceses, sorteados equitativamente por entre a população do país, se juntaram durante 6 meses para discutir 149 propostas capazes de vincular a França aos objetivos climáticos definidos na COP 21, em 2015. Este processo seria "traído" precisamente porque estava dependente da boa vontade do presidente, e não estava institucionalmente assegurado.

Volta-se aqui a algo que já foi (d)escrito acima – a dinâmica contraprodutiva de promover momentos ditos "de democracia deliberativa", dentro de uma democracia representativa, acaba muitas vezes por "cooptar" a experimentação democrática, "dissolvendo" o impacto da experiência deliberativa, levando a um sentimento de "perda de tempo" pelos eleitores envolvidos, e funcionando na prática como uma "inoculação contra a democracia direta/participativa" (ver, por exemplo, Fotopoulos, 2007a; Guerra, 2010).

Assim, e paradoxalmente, a democracia deliberativa parece conseguir obter alguma "coexistência" com a democracia representativa – mas sobretudo (e não obstante outras vias de ação) por via do seu auto-empoderamento, e das suas próprias dinâmicas, pelo voto. Ou seja, conquistando o seu próprio poder institucional, em vez de o delegar noutros instrumentos que não o defendem, nem asseguram, senão quando pressionados.

Parece também ser mais fácil, na linha desta investigação e reflexão académica que abraça a experimentação desde as bases, começar pelo "voto" ao nível local – e sobretudo rural –, pelas razões já evocadas: é mais fácil de aceder e mobilizar, mais tangível, menos complexo. Porque, e não obstante o decrescimento surgir como uma importante filosofia de pensamento crítico, de desconstrução do real-social e mesmo como plataforma de ideias e soluções compatíveis com a necessidade imperiosa de regenerar a Natureza e reduzir massivamente os fluxos energéticos e materiais das nossas economias ditas "desenvolvidas", a sua legitimidade terá sempre de vir do encontro comunitário.

É no desenho de plataformas de deliberação, na promoção de espaços de encontro e discussão entre pessoas que vivem direta e diariamente os seus problemas, que emergem as soluções ditas decrescentistas: de respeito pela natureza e pelos outros, de soluções que não levem à acumulação excessiva de poder e recursos por um número reduzido de membros da comunidade, a redução do consumo em certos sectores e não noutros, o repensar da mobilidade de forma adaptada ao contexto, necessidades e limitações, a implementação de estruturas de produção local, etc.

E importa também relevar que estes avanços podem ser conseguidos por outros instrumentos que, ainda que institucionais, não se foquem apenas os dos ciclos eleitorais. Por exemplo, e como visto no ponto 8.3 do Capítulo VIII e no Regime Jurídico do Referendo Local, o recurso à figura do referendo local pode ser uma oportunidade para montar e pilotar assembleias populares, cujo resultado seria depois submetido a uma votação mono-temática, afetável apenas ao território escolhido.

A democracia deliberativa surge então, dialeticamente, como "ovo *e* galinha": plataforma de incubação do decrescimento e veículo de legitimação continuada e aprofundada do mesmo, à medida que avança no tempo e nos espíritos. A estratégia de empoderar este modelo de democracia pelo voto parece dissipar alguns dos maiores problemas relacionados com a sua submissão a um modelo

representativo liberal (como a falta de vínculo de decisões tomadas em coletivo, os sentimentos de frustração nos participantes, a inoculação contra a sua prática, etc.). E o foco no local (sobretudo rural, ou com pouca densidade populacional) sugere abordagens tangíveis, experimentações acessíveis e facilidade no acesso a posições de poder, capazes de solidificar a democracia deliberativa como prática reconhecida e praticada.

Isto, não obstante as mais que previsíveis barreiras culturais e de prática que esta "escolha de local para experimentações iniciais" venha a colocar – algo que cada grupo ou movimento local terá de aprender a navegar e ultrapassar, lendo e entendendo a sua realidade circundante. E isto, não obstante, tampouco, a estratégia acima proposta de, entre momentos eleitorais, se trabalharem práticas deliberativas, facilitadas, dentro de movimentos de cidadania organizada, introduzindo-as a quem maior necessidade tem delas, numa base diária: as associações, coletivos, freguesias, etc. que compõem uma comunidade. Seria assim possível construir e trabalhar um novo modelo de democracia desde as bases – uma democracia "de prática", familiar e empoderadora de todos quantos a experimentam. Só assim se conseguirá também tornar este tipo de movimentos algo menos "erudito" e mais "popular" (notas), fundindo a teoria política com as populações que dela beneficiariam e inculcando um novo e irreversível *normal* na cultura comunitária – tudo isto também sujeito a confirmação, na prática, na teoria e a cada experimentação.

O que o caminho percorrido pela MoVivo propõe, e o que esta tese conclui, é que a cidadania ativa tem, na eleição de plataformas de democracia deliberativa, um potencial equilíbrio exequível e impactante entre uma *praxis* deliberativa profunda e o seu empoderamento efetivo. A combinação destas duas dinâmicas confere ao movimento de transição uma *muy* necessária (e até agora largamente ausente) teoria de poder, inserida numa inovadora e honesta leitura da realidade circundante (do macro ao local) e levando em conta constrangimentos temporais, materiais, energéticos, financeiros, normativos, culturais e mesmo da própria natureza do poder.

Finda esta reflexão, recupera-se aqui o alerta que, não obstante se ter procurado responder às perguntas e inquietações colocadas no início deste ponto 9.4.4, as mesmas merecem uma investigação e respostas mais desenvolvidas – um convite que é explicitamente feito no ponto 9.6 deste Capítulo.

9.4.5 - Da Facilitação

Finalmente, uma reflexão sobre a importância fulcral da facilitação de processos, comunidades e projetos comunitários. Neste doutoramento, no projeto que estudou e em que se inseriu e os paralelismos que delineou com observações informais, mas contínuas, de outros processos coletivos

que aconteceram em paralelo, a facilitação surge como um elemento diferenciador chave para a gestão de bens comuns.

De facto, a gestão dos comuns, tal como identificada, estudada e esquematizada por Östrom, foi um processo que emergiu dos séculos, da necessidade imperiosa de colaboração entre pessoas, motivada por um espírito de sobrevivência (por exemplo: *se não formos capazes de colaborar com outros, não conseguimos sobreviver*) ou de preservação (por exemplo: *se ficar com todo este recurso, colocando em perigo a vida de outros, corro o risco de ser morto).* Foi um processo que demorou um tempo imemorial a se construir e consolidar, com prováveis e incontáveis avanços e recuos na gestão comunitária "otimizada", que nos chegou aos dias de hoje.

Essa gestão comunitária, essas práticas ancoradas num profundo conhecimento do local, das dinâmicas sociais e ecológicas locais, essa proximidade, respeito e confiança com os outros e com o próprio bem comum (como aponta Östrom) eram e são absolutamente essenciais para permitir evitar a chamada "tragédia dos comuns" (Baptista, 2014). Sem elas, o processo de gestão comunitária atual tende a replicar práticas mais próximas daquela que é a realidade socio-organizativa em que habitualmente vive e opera grande parte de quem delas participa (como o foco apenas na busca de resultados, o passo acelerado e sempre urgente da gestão, a emergência e tolerância tóxica de "egos", ou a maximização do interesse individual, entre outros).

Ora, a grande maioria dos territórios comuns (no Ocidente e, particularmente interessante para este caso, em Portugal) viu as comunidades que lhes conferiam sentido social serem violentamente desenraizadas, por vários processos do chamado "desenvolvimento": São flagrantes exemplos disto a expropriação dos baldios em Portugal durante o final da Monarquia e no Estado Novo (Almeida, 2004; Baptista, 2010; Catroga, 2010) , mas também a urbanização que esvaziou o meio rural e mesmo a mais insidiosa passagem geral a vidas ancoradas no consumo de energias fósseis (Mitchell, 2009) (que vieram substituir tanta da "necessidade do outro" e/ou do que a terra dá).

A partir desse momento, não foi apenas o elo entre populações e a Natureza, que sempre lhes permitiu a sobrevivência, que desapareceu. Desapareceu também -e sobretudo- o vínculo entre estas populações e as narrativas e práticas sociopolíticas que definiram os desenhos e arranjos comunitários centenários em que viviam. Uma ou duas gerações passadas, cimentada uma vida em ambientes urbanos, altamente atomizada, individualizada, expectante de resultados imediatos, com um foco na maximização do ganho pessoal, totalmente inserida numa socioeconomia capitalista e, portanto, no crescimento económico a todo o custo e observa-se a erosão de grande parte do que era a herança comunitária que permitia evitar a dita "tragédia dos comuns" (Ostrom, 1998).

Hoje, fruto desse desenraizamento e dessa perda de práticas comunitárias ancestrais, já não sabemos "gerir em comum". O retorno a um projeto de gestão comunitária e horizontal encontra

então vários obstáculos: desde a falta de recursos, à falta de tempo, falta de conhecimento de gestão comum, falta de prática de dialéticas e mecanismos de tomada de decisão coletivos, etc. O que leva – nestes projetos como em tantos outros experienciados por este investigador / ativista / ativador de cidadania – a um esgotamento físico e emocional de muitos que neles participam, com o frequente afastamento (temporário ou permanente) deste tipo de iniciativas, não obstante o facto de tantas vezes procurarem avançar importantes experiências sociais e organizativas – especialmente se observadas à luz do que foi explorado nas páginas cimeiras desta tese de doutoramento.

Ou seja, o que este projeto de investigação veio revelar – e que se procura aqui reforçar com esta reflexão – é que a facilitação especializada de grupos, reuniões, discussões e encontros (entendida aqui com o processo de desenho desses momentos e a capacidade de "segurar" o espaço de co-criação dentro e durante os mesmos) é hoje um mecanismo essencial para a boa governança de projetos de gestão de comuns, ou de gestão horizontal. Aqui, e arriscando a arrogância de tentar complementar os 8 princípios para a eficácia da gestão de grupos da prémio Nobel da economia Elinor Ostrom, afirma-se nesta tese de doutoramento, que a facilitação surge como o 9º elemento, o 9º princípio, a "9ª arte", para a eficaz gestão de grupos. Este 9º princípio verifica-se não apenas na prática, ao comparar sessões facilitadas e não facilitadas, como em trabalhos académicos sobre o mesmo (ver por exemplo Ghais, 2005; Hunter et al., 2017; Ringer, 1998).

Assim, para projetos que visem a ativação da sociedade civil em torno de bens considerados comuns, o recurso à facilitação (aprendizagem, formação, utilização sistemática e internalização da mesma nos processos de gestão coletiva) é um elemento essencial, basilar para a inovação coletiva no século XXI. Surge também como um elemento de matriz profundamente prática, mas para o qual existe ainda pouca investigação académica. E, dada a experimentação com a investigação-ação nesta tese, apresenta um potencial imenso de simbiose entre produção científica e construção de comunidades práticas e de experimentação democráticas. Fica assim feito o apelo (reforçado no ponto 9.6 deste Capítulo) para o desenvolvimento de mais investigação cientifica em torno da facilitação e suas práticas e abordagens, relembrando que a mesma pode ser aplicada aos mais variados temas da gestão comunitária, sendo altamente maleável, relevante e impactante em várias frentes e abordagens: na gestão do bem comum, no trabalho que permite imediatamente em prol da educação cívica, na criação de novos imaginários de gestão coletiva, ao nível da sociedade civil, e mesmo ao nível da governação ou da gestão de empresas (especialmente, mas não só, as que procuram descentralizar os seus processos de tomada de decisão).

Esta seria uma contribuição importante para, tal como procurou explorar este doutoramento e como referiu Rogério Roque Amaro em conversas informais, "*resgatar algo que o capitalismo -*

primeiro- e o socialismo burocrático -depois- quase conseguiram destruir: a comunidade – (que será) a grande protagonista do séc. XXI." (notas)

Fica também uma nota sobre a gestão municipal de Montemor-o-Novo, que se acredita encontrar paralelos noutros municípios por este país fora – e por outros. Apesar da emergência de novos modelos de gestão coletiva, do potencial do desenho participado de estratégias políticas para os territórios e do aparente interesse das populações em serem envolvidas em decisões que as impactam diretamente, a falta de capacidade (ou interesse?) de delegar algum do desenho dos programas ou estratégias para as mãos dos cidadãos e cidadãs é ainda patente na gestão institucional. Este é um problema que cada vez mais problematiza a pertinência e legitimação de decisões tomadas, mas que leva também, num ambiente institucional em crescente complexificação, à sobrecarga notória dos trabalhadores municipais.

Ou seja, em vez de se apostar numa facilitação que implemente um processo participativo de recolha de ideias e visões, capaz de resultar numa proposta política de resolução de um problema (que implicaria a contratação de apenas um facilitador (e talvez de umo assistente) para *todas* as vereações do Município (pelo menos inicialmente), implicam-se equipas inteiras, durante horas incontáveis, a amontoar projetos, planos municipais, prioridades em cima de prioridades, prazos em cima de prazos, assinaturas em cima de assinaturas. Isto resulta, claro e amiúde, em frustrações várias quer de cidadãos e cidadãs, quer do poder político, quer mesmo dos técnicos camarários, com: um lado a queixar-se da falta de participação efetiva, ou de não se ter em conta as necessidades e soluções reais de quem vive os problemas diariamente; o outro a "queixar-se" que a os munícipes querem tudo "para ontem", e que não é possível começar projetos coletivos "do nada"; e o outro exausto e incapaz de dar vazão a tanto requerimento cidadão (notas).

Existem vários caminhos e possibilidades para o futuro. A capacidade de envolver a população de forma ativa e empoderada, num momento em que a mesma exige mais, ou se desinteressa crescentemente por um modelo politico que vê como desajustado, constitui um poderoso instrumento com muitas vantagens: a re-legitimização da democracia; o aprofundamento da mesma; o reaproximar das comunidades; o potencial de reduzir polaridades nos discursos políticos que as câmaras de eco das redes sociais amplificam; o reganhar de um entendimento territorial; e mesmo a educação cívica que advém da participação política. Nos tempos que se afiguram, será cada vez mais importante para a coesão comunitária e territorial que exista a capacidade de saber encontrar soluções dinâmicas, deliberadas e negociadas profundamente.

9.4 - Importância Política da MoVivo

Volta-se então à importância política da plataforma pilotada sob a observação deste doutoramento – a MoVivo. Nela observámos o cruzamento entre Decrescimento e Democracia Local, onde vários preceitos da democracia radical ecológica (como a ecoswaraj, por exemplo) se materializam, dando a todos o direito e a oportunidade de participar na tomada de decisões - e onde estas decisões são baseadas na realidade ecológica circundante. A extensão da experiência aqui vivida pode facilmente expandir-se para outros domínios, como por via de fóruns deliberativos onde cidadãos e cidadãs se reúnem para discutir níveis aceitáveis de desigualdade, limiares máximos de satisfação das necessidades, regras de locais de trabalho autogeridos, orçamentos participativos (por exemplo, comunidades locais como Porto Alegre, no Brasil, que decidem coletivamente como atribuir o seu orçamento anual), ou comités voluntários para organizar atividades – entre muitos outros exemplos.

Práticas democráticas como as experienciadas na MoVivo podem também contribuir para a refundação e controlo democrático da atividade económica, defendendo e recuperando bens comuns através da propriedade local e democrática de infraestruturas essenciais, como a banca, a energia, a educação, os cuidados de saúde, a administração local, as telecomunicações, os transportes, os resíduos e a água.

Tem também um importante papel, no médio e longo prazo, no combate e desmantelamento de hierarquias, adotando práticas ligadas à horizontalidade (isto é, que, através de processos e de alavancagem económica, permitam e fomentem a participação igualitária dos cidadãos nos processos de decisão política). Aqui inclui-se também a tão necessária regulação do lobby político, cuja prática corriqueira tantos efeitos perniciosos tem nas democracias ocidentais modernas.

Finalmente, e de grande importância: a prática democrática e deliberativa, de base local e ancorada em preceitos ecologistas e de sobriedade, poderá constituir um importante trunfo para as comunidades, á medida em que estas mergulham num mundo cada vez mais turbulento, menos estável e previsível, como o que esta tese procurou demonstrar. À medida que os choques sistémicos, resultantes da ultrapassagem dos limites biofísicos do planeta pela socioeconomia dominante, se acentuarem, mais importante será que as comunidades tenham a capacidade de se encontrarem, lerem o seu ecossistema, identificarem coletivamente desafios, oportunidades e soluções e com isso se oponham às expectáveis soluções “fáceis” dos “homens fortes”, que procurarão, como tantas vezes na história, tomar as rédeas do poder em troca da velha promessa de manutenção da ordem numa civilização em colapso.

Avizinham-se tempos conturbados e a democracia deliberativa é um elemento central da narrativa política que se opõe já à centralização do poder e da fuga para frente, em termos de "soluções" que procuram manter tudo na mesma, em busca de poder e favores eleitorais periódicos.

Esta tese procurou cruzar informação numa leitura holística e difícil das realidades macro e micros que constituem a nossa normalidade ocidental moderna. Procurou também ser um espaço de experimentação e documentação dos primeiros passos da democracia deliberativa em Portugal. E procurou por fim – e procura ainda e sempre – ser um documento de alerta, de convite ao envolvimento da cidadania e à experimentação territorial e ecológica.

9.5 - Propostas de políticas públicas

É com vista à preparação para enfrentar os grandes e expectáveis choques sistémicos que se se avizinham, que este doutoramento propõe uma série de medidas e propostas quer de política pública, quer de estratégia cidadã – uma dialética trabalhada durante toda a elaboração deste esforço de investigação.

A transição para modelos de desenvolvimento que priorizam a sustentabilidade e a resiliência locais deixou de ser uma questão de idealismo ambiental ou social. É uma necessidade prática, com resultados tangíveis e mesuráveis, que muito ajudarão a contribuir para a autonomia e resiliência de comunidades neste país (e noutros).

A introdução, em Portugal (e noutros países do norte global), de políticas decrescentistas e de democracia deliberativa aponta caminhos para iniciar, desde já e com foco na experimentação local e nas áreas rurais, a construção de sistemas de investigação, produção, consumo e gestão comunitária que respeitem os limites ecológicos e promovam autonomia, interconexão e uma maior autossuficiência das comunidades e territórios. Pretende-se com isto sugerir a pilotagem de mudanças em pequena escala, testando soluções que poderão, a médio e longo prazo, reforçar a autonomia do país e a capacidade de resposta das suas comunidades. Solidificar estas autonomias representa, portanto, um passo essencial para construir um país resiliente e menos vulnerável às flutuações externas, inaugurando uma nova era de desenvolvimento centrada nas reais necessidades e capacidades de cada território, e baseada num modelo democrático deliberativo capaz de envolver a população e legitimar – pela participação – as decisões por ela tomadas.

Assim, passa-se a sugerir algumas medidas, de curto prazo, direcionadas à vez para o poder político e para as comunidades que resistem e se organizam perante a destrutiva agonia do final da era do crescimento exponencial:

.

Programas de Formação em Democracia Deliberativa e Processos Participativos

- Financiamento para programas de formação em municípios-piloto de modo a capacitar profissionais e comunidades para a prática da democracia deliberativa em processos de decisão locais. Pilotar assembleias locais em torno de diferentes tópicos, com apoio financeiro, técnico e metodológico;
- Criação de parcerias com organizações e universidades para a formação de facilitadores comunitários em práticas como fóruns deliberativos e assembleias cidadãs;

Incentivos Fiscais e Subsídios para Iniciativas de Comuns, Locais, Cooperativas Rurais e Agricultura Regenerativa:

- Estabelecimento de fundos públicos específicos, bem como pacotes de incentivos fiscais e burocraticamente simplificado, capaz de facilitar o crescimento de pequenas cooperativas e negócios locais que adotem práticas sustentáveis e de baixo impacto ambiental, incluindo lojas de reparação, cooperativas de habitação, etc.;
- Financiamento, promoção de investigação e incentivo do uso de técnicas de regeneração natural que conservem o solo e promovam biodiversidade, oferecendo subsídios para agricultores e cooperativas que adotem essas práticas;
- Estabelecimento de infraestrutura de produção local, capaz de absorver, transformar e escoar produtos;
- Experimentação ativa com moedas locais e suas variantes, aceites pelos Municípios (no pagamento de contas ou mesmo pagamento parcial de salários), e integradas nas estratégias de revalorização local de cada território (que incentivem o comércio e a produção locais e ajudem a reduzir a dependência da economia global);

Programas e Propostas a nível nacional

- Promoção de campanhas de redução de consumo (energético, material, etc.), como campanhas de sensibilização sobre a importância do consumo consciente, redução de resíduos e reutilização, com ênfase nas escolas e comunidades locais;
- Inclusão da Educação em Democracia Deliberativa e Decrescimento (premissas, alertas e oportunidades) no Currículo Educacional do país.
- Abandono do projeto do novo aeroporto nacional, estabelecendo de imediato de modelos de transporte coletivo funcionais e atrativos, de baixo impacto, capazes de fomentar esta alternativa ao transporte individual, e promovendo a coesão nacional e internacional;

- Promoção e simplificação de comunidades energéticas, descentralizando a produção energética;
- Criação de mecanismos de redistribuição de terras não utilizadas ou subutilizadas, garantindo acesso igualitário a pequenos agricultores e iniciativas comunitárias, promovendo o uso dessas terras para projetos sustentáveis;
- Estruturação imediata de um sistema de subsídios pró-regeneração (de solos, de linhas de água, incluindo para software de design, maquinaria de intervenção e formação de profissionais), retirados aos subsídios de agricultura convencional.
- Estabelecimento de um programa de ativação de bens comuns, à semelhança do programa de Tiers *Lieux Francês*[151]. A disponibilização de infraestrutura devoluta do Estado a coletivos que apresentem propostas para os explorar, bem como o apoio legal e administrativo (e mesmo de garante financeiro a empréstimos) a esses coletivos e iniciativas, tem um imenso potencial, já provado em França e noutros países, de ativação comunitário e cidadão. Permite o estabelecimento iniciativas comunitárias em busca de transições e experimentações em torno da gestão em comum, de economias alternativas, revitalização rural e local, e mesmo autonomia coletiva e comunitária.
- Promoção de investimentos e investigação em agricultura regenerativa, em baixas tecnologias, eficiência energética, educação alternativa, e métodos de facilitação comunitário
- Preparação de assembleias deliberativas a nível nacional, em torno de tópicos específicos, validando-as (mediante referendo) como orientações macro estratégicas para o país, no domínio em questão;
- Investimento em plataformas de colaboração entre comunidades (digitais ou em eventos presenciais) para a partilha de conhecimentos, fortalecimento de redes locais e promoção da descentralização das decisões políticas.

Propostas políticas para organização desde as bases

- Repensar a estratégia de poder de cada organização;
- Utilizar os guias disponibilizados por esta investigação para pilotar plataformas de democracia deliberativa no território;
- Organização autónoma (ou em parcerias) de assembleias cidadãs a nível local, procurando depois vincular as suas decisões por via de referendo local;

[151] Ver https://francetierslieux.fr/

- Estabelecer infraestrutura social de transição como cooperativas integrais, de habitação ou outras, comunidades de energia, baldios, recuperação de património devoluto, etc.;
- Oposição coletiva e organizada a projetos extrativistas industriais, recorrendo a vias administrativas, judiciais, políticas ou mesmo de ação direta, de modo a proteger o mais possível o território;

9.6 - Novas perguntas de investigação

Finda esta tese de doutoramento, busca-se aqui elencar as mais relevantes perguntas de investigação relevadas pela mesma, de forma a contribuir de modo estruturado e aberto, para o avanço do conhecimento prático-académico relativo a diferentes temáticas e áreas do saber nas quais se identificaram lacunas quer de conhecimento, quer de experimentação. Convida-se então, aqui, a mais investigação em torno das seguintes questões:

- Se, apesar de toda a ciência e da crescente pressão popular, governos por todo o mundo (incluindo as "democracias" ocidentais) se recusam há décadas a agir decisivamente face à policrise ecológica, poderão / deverão ser eles e os modelos económicos que sustêm (e impõem), começar a ser considerados como parte do problema e não da solução?
- É a democracia representativa liberal, instalada na maioria dos países do ocidente moderno, capaz de incorporar aspetos de democracia deliberativa? A partir de que "grau" é que a democracia deliberativa se sente em coexistência, e não meramente cooptada, pela narrativa hegemónica da democracia representativa liberal? [152]
- Como balançar vontade e urgência de agir (em termos de refundação socioeconómica) com o "tempo da democracia representativa liberal" das sociedades ocidentais?
- Que macroestruturas seriam melhor capazes de assegurar autonomia, horizontalidade, mantendo ainda a cooperação territorial, fazendo face aos desafios da concentração demográfica e tantas vezes urbanizada?
- Quais são as características gerais do sujeito político capaz de facilitar uma transição para o decrescimento – e como trazer personagens "fortes" para o processo coletivo formalizado e trabalhado (onde o seu poder seja esbatido no todo, mas multiplicado por este?)

[152] Nota: Esta pergunta, apesar de ter conhecido algum desenvolvimento nesta Tese, não terá aqui sido totalmente respondida, pelo que se convida a um maior aprofundamento desta reflexão por via de novas investigações focadas especificamente nela.

- Que mecanismos levam à manifesta dependência que as associações locais têm do poder público, de forma a permitir que estas participem, de facto, na vida democrática sem o receio de pôr em risco a continuidade dos subsídios ou apoios?
- Qual o papel e a relevância da inovação social enquanto método e abordagem para a construção de alternativas locais e resilientes de transição socioeconómica?
- Como responder aos imperativos (*realpolitik*) da geopolítica do decrescimento. Isto é, como desenhar a defesa coletiva de modos de vida que, pela sua natureza de sobriedade e colaboração, não produziriam os excedentes necessários para manter grandes ou modernos exércitos – especialmente num mundo que continuará expetavelmente sob a égide do expansionismo e do crescimento económico exponencial?
- Qual o papel da facilitação na criação e nutrição de culturas de deliberação desde as bases? E na sua replicação pelos territórios, incluindo na cooperação entre estes?
- Qual o papel do ego nos projetos coletivos?
- Qual a relação entre governança horizontal e envolvimento voluntario/pontual?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adamson, W. L. (1980). *Hegemony and Revolution: Antonio Gramsci's Political and Cultural Theory* (1st ed.). University of California Press.

Agencia Lusa. (2022). *Consumidor paga sete vezes mais do que recebem os agricultores – CNA*. AgroPortal. https://www.agroportal.pt/consumidor-paga-sete-vezes-mais-do-que-recebem-os-agricultores-cna/

Akin, O., Montalvo, J. G., García Villar, J., Peydró, J. L., & Raya, J. M. (2014). The real estate and credit bubble: evidence from Spain. *SERIEs*, *5*(2–3), 223–243. https://doi.org/10.1007/s13209-014-0115-9

Albert, M., & Hahnel, R. (1991). *The Political Economy of Participatory Economics*. Princeton University Press. https://doi.org/10.1515/9780691216003

Alcott, B., Giampietro, M., Mayumi, K., & Polimeni, J. (2012). *The Jevons Paradox and the Myth of Resource Efficiency Improvements* (Research E). EarthScan. https://www.taylorfrancis.com/books/9781317705260

Almeida, M. (2004). *A Reforma Agrária Portuguesa: cronologia e legislação*.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, *4*, 40–60.

Amaro, R. R. (2014). Nota Editorial. *Revista de Economia Solidária*.

Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!Development or post-development? De-(en)velopment and… noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, *34*, 75–111. https://doi.org/10.4000/cea.2335

Andrady, A. L. (2011). Microplastics in the marine environment. *Marine Pollution Bulletin*, *62*(8), 1596–1605. https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2011.05.030

Angelis, M. De. (2017). *Omnia Sunt Communia: Principles for the Transition to Postcapitalism*. Zed Books.

Apple, M. (1996). Series Editor's Introduction. In P. F. CARSPECKEN (Ed.), *Critical Ethnography and Educational Research: a theoretical and practical guide* (pp. IX-XII.). Routledge.

Arnstein, S. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of The American Planning Association*, *35*(1), 216–224.

Asara, V., Profumi, E., & Kallis, G. (2013). Degrowth, democracy and autonomy. *Environmental Values*, *22*(2), 217–239. https://doi.org/10.3197/096327113X13581561725239

Avelino, F., & Wittmayer, J. M. (2016). Shifting Power Relations in Sustainability Transitions: A Multi-actor Perspective. *Journal of Environmental Policy & Planning*, *18*(5), 628–649.

https://doi.org/10.1080/1523908X.2015.1112259

Bache, I., & Flinders, M. (2004). Multi-Level Governance and the Study of the British State. *Public Policy and Administration*, *19*(1). https://doi.org/10.1177/0952076704019001

Badiou, A. (2012). *Ethics: An Essay on the Understanding of Evil*. Verso.

Bahro, R. (1984). *From Red to Green: Interviews with New Left Review*. Verso Books.

Bahro, R. (1986). *Building the Green Movement*. New Society Publishers.

Ball, S. J. (1990). Self-doubt and soft data: Social and technical trajectories in ethnographic fieldwork. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, *3*(2), 157–171. https://doi.org/10.1080/0951839900030204

Bank, A. D. (2018). *Trainers Manual on Facilitating Local Government-Led Community-Driven Development* (Issue December). https://doi.org/10.22617/TIM189784-2

Baptista, F. O. (2010). *O espaço rural : declínio da agricultura* (1st ed.). Celta.

Baptista, F. O. (2014). Os Baldios - Autonomia e Desenvolvimento Local. *Animar - Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Local*, *Julho*.

Bar-On, Y. M., Phillips, R., & Milo, R. (2018). The biomass distribution on Earth. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *115*(25), 6506–6511. https://doi.org/10.1073/pnas.1711842115

Baran, P. A., & Sweezy, P. M. (1968). *Monopoly Capital an Essay on the American Economic and Social Order (1966)*. Monthly Review Press.

Barca, S. (2020). Forces of Reproduction. In *Forces of Reproduction* (Vol. 3125). Universiteitsbibliotheek Utrecht. https://doi.org/10.1017/9781108878371

Barreto, A. (2017). *Anatomia de Uma Revolução A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976* (D. Quixote (ed.)).

Ethical Code Barcelona en Comu, (2015).

BeC. (2016). *How to Win Back the City En Comu: Guide to Building a Citizen Municipal Platform*.

Beling, A. E. (2019). Sinergias Sur-Norte para una “transición civilizatoria” hacia la sustentabilidad: diálogos de saberes entre buen vivir, decrecimiento y desarrollo humano. *Revista Colombiana de Sociología*, *42*(2), 279–300. https://doi.org/10.15446/rcs.v42n2.73250

Bell, S. E., Daggett, C., & Labuski, C. (2020). Toward feminist energy systems: Why adding women and solar panels is not enough☆. *Energy Research and Social Science*, *68*(October 2019), 101557. https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101557

Benasayag, M., & Cany, B. (2021). *Les Nouvelles Figures de l’Agir - Penser et s’engager depuis le vivant*. La Découverte.

Benasayag, M., & del Rey, A. (2012). O decrescimento e os países do Sul. In *Enfrentando os limites do*

crescimento (pp. 289–301). IRD Éditions. https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.20097

Bendell, J. (2018). Deep Adaptation: A Map for Navigating Climate Tragedy. *Institute of Leadership and Sustainability (IFLAS)*, *2*, 1–16. http://insight.cumbria.ac.uk/id/eprint/4166/%0AUsage

Bergh, van den J. C. J. M. (2000). Themes , Approaches , and Differences with Environmental Economics. In *Tinbergen Institute Discussion Paper*.

Bobbio, N. (1986). ¿Gobierno de los hombres o gobierno de las leyes? In *El futuro de la democracia*. http://zoonpolitikonmx.files.wordpress.com/2013/10/bobbio-norberto-el-futuro-de-la-democracia-1986.pdf

Bogdan, R., & Taylor, S. J. (1975). *Introduction to Qualitative Research Methods: A Phenomenological Approach to the Social Sciences*. Wiley. https://doi.org/10.2307/1317067

Boillat, S., Gerber, J. F., & Funes-Monzote, F. R. (2012). What economic democracy for degrowth? Some comments on the contribution of socialist models and Cuban agroecology. *Futures*, *44*(6), 600–607. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.021

Bonaiuti, M. (2012). Growth and democracy: Trade-offs and paradoxes. *Futures*, *44*(6), 524–534. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.013

Bookchin, M. (1980). *Towards an Ecological Society*. Black Rose Books.

Bookchin, M. (1982). *The Ecology of Freedom - the emergence and dissolution of hierarchy*. Cheshire Books.

Bookchin, M., Bookchin, D., Taylor, B., Guin, U. K. Le, Le, U. K., Bookchin, D., Taylor, B., & Project, T. C. (2015). *The Next Revolution - Popular Assemblies and the Promise of Direct Democracy Contents*. VERSO.

Bookchin, M., Le, U., Bookchin, D., & Taylor, B. (2015). *Popular Assemblies and the Promise of Direct Democracy Contents*.

Boothman, D. (2017). Gramsci's Historical Bloc: Structure, Hegemony and Dialectical Interactions. *Movimento-Revista De Educação*, *I*(6), 131. https://doi.org/10.22409/movimento2017.v0i6.a20928

Bouma, G. D., & Atkinson, G. B. J. (1995). *A Handbook of Social Science Research*. Oxford University Press.

BP. (2020). *Statistical Review of World Energy globally consistent data on world energy markets . and authoritative publications in the field of energy The Statistical Review world of World Energy and data on world energy markets from is The Review has been providing*. 66. https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf

Brain, S. (2016). The appeal of appearing green: Soviet-American ideological competition and Cold

War environmental diplomacy. *Cold War History*, *16*(4), 443–462. https://doi.org/10.1080/14682745.2014.971015

Brand, U. (2016). How to get out of the multiple crisis? Contours of a critical theory of social-ecological transformation. *Environmental Values*, *25*(5), 503–525. https://doi.org/10.3197/096327116X14703858759017

Brand, U. (2018). Growth, power and domination Degrowth and perspectives for climate justice. *Climate Justice and the Economy: Social Mobilization, Knowledge and the Political*, *August*, 148–167.

Bregeon, L., Kasland, G., Kvedaraite, V., & Madslien, I. (2015). *Sustainable Development : A Local Government Opportunity ?* *May*. https://www.sv.uio.no/iss/om/samarbeid/prosjektforum/tidligere-prosjekter/rapporter/2015_ks_internasjonalt.pdf

Breheny, M., & Stephens, C. (2015). *Approaches to Narrative Analysis: Using Personal, Dialogical and Social Stories to Promote Peace*. *September*, 275–291. https://doi.org/10.1007/978-3-319-18395-4_14

Brown, K. (2017). Global environmental change II. *Progress in Human Geography*, *41*(1), 118–130. https://doi.org/10.1177/0309132515604429

Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. https://doi.org/10.1080/07488008808408783

Burman, A. (2018). Are anthropologists monsters? An Andean dystopian critique of extractivist ethnography and Anglophone-centric anthropology. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, *8*(1–2), 48–64. https://doi.org/10.1086/698413

Butkeviciene, E., Vaidelyte, E., & Snapstiene, R. (2010). Role of civil society organizations in local governance : theoretical approaches and empirical challenges in Lithuania DEMOS-Democratic Efficacy and Populism Across Europe View project COCOPS executives survey View project. *Public Policy and Administration*, *33*(1), 35–44. https://www.researchgate.net/publication/255898741

Buttel, F. H. (2003). Environmental Sociology and the Explanation of Environmental Reform. *Organization & Environment*, *16*, 306–344. https://doi.org/10.1177/1086026603256279

Cahyandito, M. F., & Sc, M. (2002). The MIPS Concept (Material Input Per Unit of Service): A Measure for an Ecological Economy. *October*, *January 2009*, 182–187.

Campbell, L., & Garnett, W. (1884). *The Life of James Clerk Maxwell, with selections from his correspondence and occasional writings*. MacMillan and Co.

Carr, W., & Kemmis, S. (1986). *Becoming Critical - Education Knowledge and Action Research* (Routledge (ed.)). Routledge. https://www.taylorfrancis.com/books/9781135389291

Carspecken, P. F. (1996). *Critical Ethnography and Educational Research: a theoretical and practical guide*. Routledge.

Carspecken, P. F., & Walford, G. (2001). Critical ethnographies from Houston: Distinctive features and directions, Volume 5. In *Critical Ethnography and Education* (pp. 1–26). Emerald Group Publishing Limited. https://doi.org/10.1016/S1529-210X(01)80003-6

Carvalho, G., Filho, F., & Eynaud, P. (2020). *Solidariedade e Organizações - Pensar uma outra gestão* (A. L. C. de Farias & A. R. do P. Magnelli (eds.)). EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Castoriadis, C. (1992). The Retreat from Autonomy: Post-Modernism as Generalized Conformism. *Democracy & Nature*, *7*(1), 17–26. https://doi.org/10.1080/10855660020028764

Catroga, F. (2010). O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910, 3ª ed., Lisboa,. Casa das Letras, 2010. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, *11*(HISTÓRIA), 95–119.

Cattaneo, C. (2015). Eco-communities. In *Degrowth: A vocabulary for a new era* (pp. 165–168). Routledge.

Cattaneo, C., D'Alisa, G., Kallis, G., & Zografos, C. (2012). Degrowth futures and democracy. *Futures*, *44*(6), 515–523. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.012

Catton, W. (1982). *Overshoot: The Ecological Basis of Revolutionary Change*. University of Illinois Press.

CDDG. (2018). *Explanatory Memorandum to the Recommendation CM/Rec(2018)4 on the participation of citizens in local public life*.

CDDG. (2022). *Draft Recommendation on Deliberative Democracy* (Issue November).

CDU. (2021). *Programa Eleitoral da CDU 2021 / 2025 para o Concelho de Montemor-o-Novo*.

CEMR. (2008). *Towards an EU approach to local democratic governance, decentralisation and territorial development*.

Centre of Expertise for Good Governance. (2020). *Civil Participation in Decision Making Toolkit*. *April*. https://rm.coe.int/civil-participation-in-decision-making-toolkit-/168075c1a5

Chandler, D., & Torbert, B. (2003). Transforming Inquiry and Action: Interweaving 27 Flavors of Action Research. *Action Research*, *1*(2), 133–152. https://doi.org/10.1177/14767503030012002

Checkland, P., & Holwell, S. (1998). Action Research: Its Nature and Validity. *Systemic Practice and Action Research*, *11*(1), 9–21. https://doi.org/10.1023/a:1022908820784

Cole, M., Lindeque, P., Halsband, C., & Galloway, T. S. (2011). Microplastics as contaminants in the marine environment: A review. *Marine Pollution Bulletin*, *62*(12), 2588–2597. https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2011.09.025

Costa, A. (2022). *Sessão solene de abertura das Comemorações 50 anos do 25 de Abril*.

Council of Europe. (1985). *European Charter of Local Self-Government*. *122*, 7.

Council of Europe. (2022). *Democracia Aqui e Agora*.

Crary, J. (2022). *Scorched Earth: Beyond the Digital Age to a Post-Capitalist World.* (1st ed.). Verso Books.

Creswell, J. (2009). *Research Design - Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (3rd ed.). SAGE Publications, Inc.

Cronon, W. (1994). Landscapes of Abundance and Scarcity. In *The Oxford History of the American West* (pp. 603–638). Oxford University Press.

Crow, D., & Jones, M. (2018). Narratives as tools for influencing policy change. *Policy and Politics*, *46*(2), 217–234. https://doi.org/10.1332/030557318X15230061022899

Curcio, R., Prette, M., & Valentino, N. (2014). *La Socioanalyse Narrative - Théorie critique et pratique du changement social* (Éducations). l'Harmattan.

Czarniawska, B. (2010). The uses of narratology in social and policy studies. *Critical Policy Studies*, *4*(1), 58–76. https://doi.org/10.1080/19460171003715002

D'Adda, G. (2020). *Urban housing, precarity and social movements: A case study of PAH Barcelona.* University of Kent.

D'Alisa, G., & Kallis, G. (2020). Degrowth and the State. *Ecological Economics*, *169*(November 2019), 106486. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106486

Dalakoglou, D., & Amsterdam, V. U. (2011). *Revolt and crisis in Greece: between a present yet to pass and a future still to come* (Issue January). http://books.google.com/books?id=WnKnuAAACAAJ&pgis=1

Daly, H. (2014). The economics of the steady state. *From Uneconomic Growth to a Steady-State Economy*, *64*(2), 15–21.

Damásio, A. (1994). *O erro de Descartes: Emoção, razão e o cérebro humano*. Companhia das Letras.

de Sousa Santos, B. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, *79*, 71–94. https://doi.org/10.4000/rccs.753

De Weerdt, J., & Garcia, M. (2016). Housing crisis: the Platform of Mortgage Victims (PAH) movement in Barcelona and innovations in governance. *Journal of Housing and the Built Environment*, *31*(3), 471–493. https://doi.org/10.1007/s10901-015-9465-2

Demaria, F., D'Alisa, G., & Kallis, G. (2015). *Degrowth - A vocabulary for a new era*. Routledge.

Dengler, C., & Seebacher, L. M. (2019). What About the Global South? Towards a Feminist Decolonial Degrowth Approach. *Ecological Economics*, *157*(February 2018), 246–252. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.11.019

Deriu, M. (2012). Democracies with a future: Degrowth and the democratic tradition. *Futures*, *44*(6), 553–561. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.016

Dey, C. (2002). Methodological issues: The use of critical ethnography as an active research methodology. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *15*(1), 106–121. https://doi.org/10.1108/09513570210418923

Diamond, J. (2005). Collapse - HOW SOCIETIES CHOOSE TO FAIL OR SUCCEED ? In *Proceedings of the Annual ACM-SIAM Symposium on Discrete Algorithms*. Penguin Books Ltd. https://doi.org/10.1137/1.9781611973082.47

DianaFM. (2021). Montemor-o-Novo passa para as "mãos" do PS depois de 45 anosMontemor-o-Novo passa para as "mãos" do PS depois de 45 anos. *DianaFM*. https://www.dianafm.com/montemor-o-novo-passa-para-as-maos-do-ps-depois-de-45-anos/

Dick, B. (2009). Action research literature 2006-2008: Themes and trends. *Action Research*, *7*(4), 423–441. https://doi.org/10.1177/1476750309350701

Dobson, A. (2000). *Green Political Thought*. Routledge.

Duncan, R. C. (2013). The Olduvai Theory - Heading into the Gorge. *Social Contract Journal Issues*, *23*(2).

EC. (2022). *Proposals from the Rural Pact preparatory group for the Rural Pact conference on 15-16 June 2022*. *June*.

ECR. (2002). *The role and place of local democracy and decentralisation in the modernisation and consolidation of democratic processes in the Eastern Partnership countries*. https://doi.org/10.2863/637587

Eden, C., & Huxham, C. (1996). Action research for the study of organizations. In S. Clegg, C. Hardy, & W. Nord (Eds.), *Handbook of organization studies* (pp. 526–542).

Ellul, J. (1977). *Le Système technicien*. Calmann-Lévy.

Escobar, A. (2015). Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation. *Sustainability Science*, *10*(3), 451–462. https://doi.org/10.1007/s11625-015-0297-5

Esposito, G., Clement, J., Mora, L., & Crutzen, N. (2021). One size does not fit all: Framing smart city policy narratives within regional socio-economic contexts in Brussels and Wallonia. *Cities*, *118*(July), 103329. https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103329

Esposito, G., Terlizzi, A., & Crutzen, N. (2020). Policy narratives and megaprojects: the case of the Lyon-Turin high-speed railway. *Public Management Review*, *00*(00), 1–25. https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1795230

Estatistica, I. N. de. (2021). *Censos 2021*.

European Commission. (2020). *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o plano de ação para a democracia europeia*.

European Environmnet Agency. (2021). *Growth without economic growth*. 1–13.

FAO. (2017). Water for Sustainable Food and Agriculture Water for Sustainable Food and Agriculture. In *A report produced for the G20 Presidency of Germany*. www.fao.org/publications

FAO. (2020). *The State of the World's Forests 2020. Forests, biodiversity and people*. Food and Agriculture Organization. https://doi.org/10.1515/9783035608632-002

Fernandes, T. (2017). As origens políticas da democracia na Europa do Sul (1968-2016): partidos, sociedade civil e coligações progressistas. In T. Fernandes (Ed.), *Variedades de democracia na Europa do Sul, 1968-2016. Uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal* (1st ed.). Impresna de Ciências Sociais.

Ferrance, E. (2000). *Action Research - Themes in Education*. Brown University. https://doi.org/10.26300/a3k2-4v50

Ferreira, I. (2015). Governação , participação e desenvolvimento local Governação , participação e desenvolvimento local. *Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, *XXX*, 97–117.

Fino, C. N. (2004). A etnografia enquanto método um modo de entender as culturas (escolares) locais. Educação e cultura, p. 43-53, 2008. *Educação e Cultura*, 43–53.

Fitzpatrick, N., Parrique, T., & Cosme, I. (2022). Exploring degrowth policy proposals: A systematic mapping with thematic synthesis. *Journal of Cleaner Production*, *365*(June). https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.132764

Forsyth, T., & Johnson, C. (2014). Elinor Ostrom's legacy: Governing the commons and the rational choice controversy. *Development and Change*, *45*(5), 1093–1110. https://doi.org/10.1111/dech.12110

Foster, J. B. (2011). Capitalism and Degrowth: An Impossibility Theorem. *Monthly Review*, *62*(08), 26–33. https://doi.org/10.14452/MR-062-08-2011-01_2

Fotopoulos, T. (1997). *Towards an inclusive Democracy - The crisis of the growth economy and the need for a new liberatory project* (S. Cook & J. Greenwood (eds.)). Cassel.

Fotopoulos, T. (2002). Transitional strategies and the inclusive democracy project. *Democracy and Nature*, *8*(1), 17–62. https://doi.org/10.1080/10855660120117665

Fotopoulos, T. (2007a). Is degrowth compatible with a market economy ? The degrowth project. *The International Journal of Inclusive Democracy*, *3*(1), 1–16.

Fotopoulos, T. (2007b). The Ecological Crisis as Part of the Present Multi-dimensional Crisis and Inclusive Democracy. *International Journal of Inclusive Democracy*, *3*(3).

Frampton, C., & Kinsman, G. (2006). Social Movements / Social Research : Towards Political Activist Ethnography. : *: Social Movements/*, *May*, 1–18. http://www.fernwoodpublishing.ca/website_pdfs/socforchangeworld.pdf

Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, *25*, 56–80. https://doi.org/10.4324/9781351202558-6

Fraser, N. (2008). *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World.* Columbia University Press.

Freire, A. (2017). A REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS NA DEMOCRACIA PORTUGUESA , 1974-2016. In L. de Pina, G. Pina, & O. Varela (Eds.), *Estudos em Comemoração do X Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídics e Sociais – Dinâmicas Sociológicas, Estado e Direito* (pp. 129–195). Editora ISCJS.

Fressoz, J.-B. (2024). *Sans Transition - Un nouvelle histoire de l'energie*. Editions du Seuil.

Fukuyama, F. (1992). *The end of history and the last man*. Penguin Books.

Fung, A. (2003). Deliberative Democracy, Chicago Style. *Deepening Democracy*, *May*.

Fung, A. (2009). *Empowered Participation : Reinventing Urban Democracy*. Princeton University Press.

Gabriel, C. A., Nazar, S., Zhu, D., & Kirkwood, J. (2019). Performance Beyond Economic Growth: Alternatives from Growth-Averse Enterprises in the Global South. *Alternatives*, *44*(2–4), 119–137. https://doi.org/10.1177/0304375419853148

Galeano, E. (1993). *As palavras andantes* (L. Editores (ed.)).

Ganuza, E., & Gómez, B. (2008). Control político y participación en democracia: los presupuestos participativos. *Estudios de Progreso*, 54. http://digital.csic.es/bitstream/10261/76838/1/Control político y presupuestos participativos en España.pdf

Garcia, J. L., Jerónimo, H. M., & Carvalho, T. M. (2018). Methodological Luddism: A concept for tying degrowth to the assessment and regulation of technologies. *Journal of Cleaner Production*, *197*, 1647–1653. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.03.184

Geels, F. W., & Schot, J. (2007). Typology of sociotechnical transition pathways. *Research Policy*, *36*(3), 399–417. https://doi.org/10.1016/j.respol.2007.01.003

Gelderloos, P. (2007). *How Non-Violence Protects the State*. South End Press.

George, P., & Syrja-McNally, D. (2015). Social Enquiry and Action Research for Social Work. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition*, *December 2015*, 269–274. https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.28067-7

Gewirtz, S., & Cribb, A. (2006). What to do about values in social research: the case for ethical reflexivity in the sociology of education. *British Journal of Sociology of Education*, *27*(2), 141–155. https://doi.org/10.1080/01425690600556081

Ghais, S. (2005). *Extreme Facilitation: Guiding Groups Through Controversy and Complexity*. Jossey-Bass.

Gilbourne, D. (1999). Collaboration and reflection: adopting action research themes and processes to

promote adherence to changing practice. In *Adherence Issues in Sport and Exercise* (pp. 239–262).

Gilbourne, D., & Richardson, D. (2005). A practitioner-focused approach to the provision of psychological support in soccer: Adopting action research themes and processes. *Journal of Sports Sciences*, *23*(6), 651–658. https://doi.org/10.1080/02640410400021344

Göpel, M. (2016). *The Great Mindshift* (Vol. 2). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-43766-8

Gourgues, G., & Mazeaud, A. (2022). Une « participation d'État » sous contrôle. *Revue Française de Science Politique*, *72*, 781–804.

Govan, H., Tawake, A., & Tabunakawa, K. (2006). Community-based marine resource management in the South Pacific. *SPC Traditional Marine Resource Management and Knowledge Information Bulletin*, *19*, 16–27.

Graeber, D. (2007). Reply to ZiZec. *London Review of Books*, *29*(22).

Graeber, D. (2009). *Direct Action: An Ethnography*. AK Press.

Graeber, D., & Wengrow, D. (2021). *The Dawn of Everything - A New History of Humanity*. Penguin Books.

Gramsci, A. (1971). *Prision Notebooks*. International Publishers.

Greer, J. M. (2005). *Greer, J. M. () How Civilizations Fall: A Theory of Catabolic Collapse. Ecoshock*. https://www.ecoshock.org/transcripts/greer_on_collapse.pdf

Guerra, I. (2010). Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos Participar porquê e para quê ? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Critica de Ciências Sociais*, *91*, 121–134. https://doi.org/10.4000/rccs.4182

Gurbuz, M. (2018). False Hopes? Prospects for Political Inclusion in Rojava and Iraqi Kurdistan. *Issue Brief*, 1–6. https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/28e92444/bi-brief-090518-cme-carnegie-gurbuz.pdf%0Afiles/5682/Gurbuz - False Hopes Prospects for Political Inclusion in .pdf

Gutiérrez, A., & Domènech, A. (2018). The mortgage crisis and evictions in Barcelona: identifying the determinants of the spatial clustering of foreclosures. *European Planning Studies*, *26*(10), 1939–1960. https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1509945

Gwen, F., Logan, J. R., Molotch, H. L., & John, R. (1987). *Urban Fortunes - the political economy of place*. University of California Press.

Habermas, Jurgen. (1984). *The Theory of Communicative Action* (B. Press (ed.)).

Habermas, Jurgen. (1985). *The Theory of Communicative Action - Lifeworld and system: a critique of functionalist reason* (Vol. 2). Beacon Press.

Habermas, Jürgen. (1991). Habermas, Junger, The Structural Transformation of the Public Sphere, Cambridge,The MIT Press, 1991, pp. 301. In *an Inquiry Into a Category of Bourgeois Society* (Vol. 68).

Hallmann, C. A., Sorg, M., Jongejans, E., Siepel, H., Hofland, N., Schwan, H., Stenmans, W., Müller, A., Sumser, H., Hörren, T., Goulson, D., & De Kroon, H. (2017). More than 75 percent decline over 27 years in total flying insect biomass in protected areas. *PLoS ONE*, *12*(10). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0185809

Hammack, P. L. (2011). Narrative and the politics of meaning. *Narrative Inquiry*, *21*(2), 311–318. https://doi.org/10.1075/ni.21.2.09ham

Hammersley, M., Atkinson, P., & Gibbons, J. A. (2007). Ethnography: Principles in Practice. In *Contemporary Sociology* (3rd ed.). Routledge. https://doi.org/10.2307/2070079

Hammy, C., & Miley, T. J. (2022). Lessons From Rojava for the Paradigm of Social Ecology. *Frontiers in Political Science*, *3*(January), 1–13. https://doi.org/10.3389/fpos.2021.815338

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, *14*(3), 575. https://doi.org/10.2307/3178066

Hardy, B. (1968). Towards a Poetics of Fiction: 3) An Approach through Narrative. *NOVEL: A Forum on Fiction*, *2*(1), 5. https://doi.org/10.2307/1344792

Hartley, T., van den Bergh, J., & Kallis, G. (2020). Policies for Equality Under Low or No Growth: A Model Inspired by Piketty. *Review of Political Economy*, *32*(2), 243–258. https://doi.org/10.1080/09538259.2020.1769293

Harvey, D. (2010). *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Profile Books.

HELCOM. (2018). State of the Baltic Sea- Second HELCOM holistic assessment, 2011-2016. *Baltic Sea Environment Proceedings 155*, *155*, 4–7. http://stateofthebalticsea.helcom.fi/pressures-and-their-status/hazardous-substances/

Held, M. B. E. (2020). Research Ethics in Decolonizing Research With Inuit Communities in Nunavut: The Challenge of Translating Knowledge Into Action. *International Journal of Qualitative Methods*, *19*, 160940692094980. https://doi.org/10.1177/1609406920949803

Heller, H. (2005). *Cuban agriculture in the age of the oil crisis: Successes and challenges*. University of North Carolina Press.

Henfrey, T., & Penha-Lopes, G. (2018). Policy and community-led action on sustainability and climate change: Paradox and possibility in the interstices. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, *29*, 52–54. https://doi.org/10.1016/j.eist.2018.05.002

Hernández-Catá, E. (2009). *Cuba's transition: A comparative analysis*. University of North Carolina Press.

Heron, J., & Reason, P. (2006). The Practice of Co-Operative Inquiry: Research “with” Rather than “on” People. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of Action Research* (pp. 144–154). SAGE Publications.

Hickel, J. (2020). *Less is More - how degrowth will save the world*. Penguin Random House.

Hollender, R. (2015). Post-Growth in the Global South : The Emergence of Alternatives to Development in Latin America. *Socialism and Democracy*, *29*(1), 73–101.

Hollender, R. (2016). A Politics of the Commons or Commoning the Political? Distinct Possibilities for Post-Capitalist Transformation. *Spectra Journal*, *5*(1), 1–15.

Hollender, R. (2018). Anti, Alternative, and Post: A Review of Post-Growth. *American Review of Political Economy*, *12*(1).

Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (2002). *Dialectic of Enlightenment (Eng Version)* (G. S. Noerr (ed.)). Stanford University Press.

Hunter, D., Bailey, A., & Taylor, B. (2017). *The Facilitation of Groups*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315239712

Igwe, P. A., Madichie, N. O., & Rugara, D. G. (2022). Decolonising research approaches towards non-extractive research. *Qualitative Market Research: An International Journal*, *25*(4), 453–468. https://doi.org/10.1108/QMR-11-2021-0135

Illich, I. (1973). *Tools for Conviviality*. Harper & Row.

Illich, I. (1978). *The Right to Useful Unemployment*. Burns & MacEachern Ltd.

Instituto Português do Desporto e Juventude. (2020). *Políticas E Programas De Juventude Numa Perspetiva Global*. 1–159.

IPBES. (2019). Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services. In *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* (Vol. 45, Issue 3). https://zenodo.org/record/3553579#.YfmYTerMI2w

IPCC. (2022). Technical Summary. *The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*, 39–70. https://doi.org/10.1017/9781009157964.002

Jackson, J. B. C., Kirby, M. X., Berger, W. H., Bjorndal, K. A., Botsford, L. W., Bourque, B. J., Bradbury, R. H., Cooke, R., Erlandson, J., Estes, J. A., Hughes, T. P., Kidwell, S., Lange, C. B., Lenihan, H. S., Pandolfi, M., Peterson, C. H., Steneck, R. S., Tegner, M. J., Warner, R. R., & Pandolfi, J. M. (2001). Historical collapse overfishing of and the recent coastal ecosystems. *Science*, *293*(5530), 629–638.

Jackson, T., & Webster, R. (2016). Limits Revisited - A Review of the Limits to Growth Debate. In *APPG on Limits to Growth* (Issue April). https://doi.org/10.13140/RG.2.2.21095.91045

Jacobs, A. J. (2016). The world’s cities: Contrasting regional, national, and global perspectives. *The*

World's Cities: Contrasting Regional, National, and Global Perspectives, 1–397. https://doi.org/10.4324/9780203723951

Jancovici, J.-M. (2015). *Dormez tranquilles jusqu'en 2100: Et autres malentendus sur le climat et l'énergie*. Odile Jacob.

Janssen, M. A., & Ostrom, E. (2006). Chapter 30 Governing Social-Ecological Systems. *Handbook of Computational Economics*, *2*(05), 1465–1509. https://doi.org/10.1016/S1574-0021(05)02030-7

Jevons, W. (1866). *The Coal Question; an Inquiry Concerning the Progress of the Nation, and the Probable Exhaustion of Our Coal-mines.* (2nd ed.). McMillan and Co. http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:The+Coal+Question;+An+Inquiry+concerning+the+Progress+of+the+Nation,+and+the+Probable+Exhaustion+of+our+Coal-mines#0

Joergensen, S. E., & Müller, F. (2019). *Handbook of Ecosystem Theories and Management* (F. Muller (ed.)). CRC Press LLC.

Johanisova, N., & Wolf, S. (2012). Economic democracy: A path for the future? *Futures*, *44*(6), 562–570. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.017

Jones, C. I. (2016). The Facts of Economic Growth. In *Handbook of Macroeconomics* (1st ed., Vol. 2). Stanford University. https://doi.org/10.1016/bs.hesmac.2016.03.002

Jones, M. D., & McBeth, M. K. (2010). A narrative policy framework: Clear enough to be wrong? *Policy Studies Journal*, *38*(2), 329–353. https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2010.00364.x

Jones, M. D., & Song, G. (2014). Making Sense of Climate Change: How Story Frames Shape Cognition. *Political Psychology*, *35*(4), 447–476. https://doi.org/10.1111/pops.12057

Jönsson, S., & Macintosh, N. (1994). Ethnographic Research in Accounting: A Neglected and Marginalised Paradigm. *Proceedings of the Fourth Interdisciplinary Conference in Accounting*.

Jönsson, S., & Macintosh, N. B. (1997). CATS, RATS, AND EARS: Making the case for ethnographic accounting research. *Accounting, Organizations and Society*, *22*(3–4), 367–386. https://doi.org/10.1016/S0361-3682(96)00040-2

Jossa, B. (2019). Richard Wolff's democracy at work; a cure for capitalism. In *The Political Economy of Cooperatives and Socialism* (Issue October 2019). https://doi.org/10.4324/9780429343070-11

Juris, J. (2007). Practicing Militant Ethnography with the Movement for Global Resistance (MRG) in Barcelona. In S. Shukaitis & D. Graeber (Eds.), *Constituent Imagination: Militant Investigations, Collective Theorization*. AK Press.

Kallis, G. (2019). Socialism Without Growth. *Capitalism, Nature, Socialism*, *30*(2), 189–206. https://doi.org/10.1080/10455752.2017.1386695

Kallis, G., & March, H. (2015). Imaginaries of Hope: The Utopianism of Degrowth. *Annals of the*

Association of American Geographers, *105*(2), 360–368. https://doi.org/10.1080/00045608.2014.973803

Kelty, C. M. (2017). Too much democracy in all the wrong places: Toward a grammar of participation. *Current Anthropology*, *58*(February), S77–S90. https://doi.org/10.1086/688705

Kember, S. (2014). Opening Out from Open Access: Writing and Publishing in Response to Neoliberalism. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*. https://doi.org/10.7264/N31C1V51

Kemmis, S. (2008). Critical Theory and Participatory Action Research. In Peter Reason & H. Bradbury (Eds.), *The SAGE Handbook of Action Research Participative Inquiry and Practice* (pp. 121–138).

Kennedy, C. A., Stewart, I., Facchini, A., Cersosimo, I., Mele, R., Chen, B., Uda, M., Kansal, A., Chiu, A., Kim, K. G., Dubeux, C., La Rovere, E. L., Cunha, B., Pincetl, S., Keirstead, J., Barles, S., Pusaka, S., Gunawan, J., Adegbile, M., … Sahin, A. D. (2015). Energy and material flows of megacities. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, *112*(19), 5985–5990. https://doi.org/10.1073/pnas.1504315112

Kincheloe, J. L., & Mclaren, P. (2003). Rethinking Critical Theory and Qualitative Research. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research: theories and issues* (2nd ed., pp. 285–326). SAGE Publications. https://doi.org/10.1007/978-94-6091-397-6_23

Klein, N. (2007). *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Penguin Books.

Klein, N. (2014). *This Changes Everything - Capitalism v.s the Climate*. Penguin Random House - Knopf Canada.

Klitgaard, K. A., & Krall, L. (2012). Ecological economics, degrowth, and institutional change. *Ecological Economics*, *84*(February), 247–253. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.11.008

Knapp, M., Flach, A., & Ayboga, E. (2016). *Revolution in Rojava. Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan*. Pluto Press.

Korowicz, D. (2012). Trade-Off. Financial System Supply-Chain Cross-Contagion: a study in global systemic collapse. In *Foundation for the Economics of Sustainability*.

Kothari, A. (2020). Radical Ecological Democracy: Reflections from the South on Degrowth. In C. Burkhart, M. Schmelzer, & N. Treu (Eds.), *Degrowth in Movements: Exploring Paths for Transformation* (pp. 258–272). Zero Books.

Kuenzer, A. (1998). Z. Desafios Teórico-metodológicos da Relação Trabalho-educação e o Papel Social da Escola. In G. FRIGOTTO (Ed.), *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas do final de século*. Vozes.

Kunstler, J. H. (2005). *The Long Emergency : Surviving the Converging Catastrophes of the Twenty-First Century*. Groove Press.

Laakkonen, S., Pál, V., & Tucker, R. (2016). The Cold War and environmental history: complementary fields. *Cold War History*, *16*(4), 377–394. https://doi.org/10.1080/14682745.2016.1248544

Lapassade, G. (1992). *La méthode ethnographique (observation participante et ethnographie de l'école)*.

Latouche, S. (2006). The Globe downshifted: How do we learn to want less? *Le Monde Diplomatique, (ENG)*, *January*.

Latouche, S. (2007). De-growth: an electoral stake? *The International Journal of Inclusive Democracy*, *3*(1), 1–5.

Latouche, S. (2009). *Farewell To Growth*. John Wiley and Sons LTD.

Latouche, S. (2016). Degrowth as a territorial-landscape project. *Journal of Research and Didactics in Geography*, 89–94. https://doi.org/10.4458/6964-08

Laughlin, R. (1995). Empirical research in accounting: alternative approaches and a case for "middle-range" thinking. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *8*(1), 63–87. https://doi.org/10.1108/09513579510146707

Laville, Jean-Louis, Cattani, Antonio, Hespanha, P., & Gaiger, L. I. (2009). Dicionário Internacional da Outra Economia. In *Dicionário internacional da outra economia*.

Laville, J.-L., & Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. In A. . Cattani, J.-L. . Laville, L. I. . Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 162–168). Almedina.

Laville, J. (2014). *Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana*. 60–73.

Law, J. (2004). *After Method Mess in Social Science Research*. Routledge.

Le, H. T. K., Carrel, A. L., & Shah, H. (2022). Impacts of online shopping on travel demand: a systematic review. *Transport Reviews*, *42*(3), 273–295. https://doi.org/10.1080/01441647.2021.1961917

Leff, E. (2006). *Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza.* Siglo XXI.

Levin, K., Cashore, B., Bernstein, S., & Auld, G. (2012). Overcoming the tragedy of super wicked problems: constraining our future selves to ameliorate global climate change. *Policy Sciences*, *45*(2), 123–152. https://doi.org/10.1007/s11077-012-9151-0

Lijphart, A. (1999). *Patterns of Democracy - Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. Yale University Press.

Liu, E. (2017). *You're More Powerful Than You Think: A Citizen's Guide to Making Change Happen*. Public Affairs.

Llewellyn, S. (1993). Working in Hermeneutic Circles in Management Accounting Research: Some Implications and Applications. *Management Accounting Research*.

Lopes, A. C. D. (2017). *A Democracia semidireta em Portugal – Condições e possibilidades para a sua consolidação no sistema político português – Nome Completo do Autor : António Carlos Dietrich*

Lopes em Ciência Política.

Lundåsen, S. W. (2014). Voluntary Associations Within the Local Political Context: How Characteristics of the Organizations and the Local Governments Influence Perceptions of Success. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *25*(4), 1041–1061.

Lune, H., & Berg, B. L. (2017). *Methods for the Social Sciences Global Edition*.

Lusa, A. (2015). Ada Colau ganha Barcelona com plataforma que integra Podemos. *Diário de Noticias*. https://www.dn.pt/globo/ada-colau-ganha-barcelona-com-plataforma-que-integra-podemos-4586370.html

Macekura, S. (2011). The limits of the global community: The Nixon administration and global environmental politics. *Cold War History*, *11*(4), 489–518. https://doi.org/10.1080/14682745.2010.498821

Madison, D. S. (2005). Method, Ethics, and Performance. *Critical Ethnography: Method, Ethics and Performance*, 1–41.

Maeckelbergh, M. (2009). *The Will of the Many: How the Alterglobalisation Movement is Changing the Face of Democracy*. Pluto Press.

Magalhães, P. (2009). *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos*. *November*, 1–42.

Mainardes, J. (2009). Pesquisa etnográfica : elementos essenciais. In J. A. Bourguignon (Ed.), *Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas* (Issue September, pp. 99–123). TodaPalavra.

Mainardes, J. (2011). Reflexões sobre a Etnografia Crítica e suas Implicações para a Pesquisa em Educação. *Educação & Realidade*, *36*(2), 425–446.

Mair, D., Smillie, L., La Placa, G., Schwendinger, F., Raykovska, M., Pasztor, Z., & van Bavel, R. (2019). *Understanding our political nature: How to put knowledge and reason at the heart of political decision-making*. https://doi.org/10.2760/374191

Maja Göpel. (2017). Shedding some Light on the Invisible: the Transformative Power of Paradigm Shifts. In T. Henfrey, G. Maschkowski, & G. Penha-Lopes (Eds.), *Resilience, Community Action and Societal Transformation: People, Place, Practice, Power, Politics and Possibility in Transition* (pp. 113–140). Permanent Publications.

Mancuso, S., & Viola, A. (2016). *Verde Brilhante - A Sensibilidade e a Inteligência das Plantas* (Brochardo). Gradiva.

Marchetti, C. (1975). *Primary energy subsistution models*.

Marktest. (2021). *Histórico de resultados Eleitorais - Autárquicas*. https://www.marktest.com/wap/a/p/conc~70600/id~d0.aspx

Marx, K. (1846). *A Ideologia Alemã* (V. (Trad. . Kern (ed.)). Boitempo.

Marx, K. (1867). *O Capital: Crítica da Economia Política.* (R. M. (trad. . Rosa (ed.)). Boitempo.

Marx, K. (1951). *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte* (D. De Leon (ed.)). Labor News.

Mason, C. (2003). *The 2030 pike countdown to global catastrophe*. Earthscan Publications Ltd.

Matin, K. (2021). Democratic Confederalism and Societal Multiplicity: A Sympathetic Critique of Abdullah Öcalan's State Theory. *Geopolitics*, *26*(4), 1075–1094. https://doi.org/10.1080/14650045.2019.1688785

Mazhar, F., Buckles, D., Satheesh, P. V., & Akhter, F. (2007). *Food sovereignty and uncultivated biodiversity in South Asia: Essays on the poverty of food policy and the wealth of the social landscape.* Academic Foundation.

McFee, G. (1993). Reflections on the Nature of Action-research. *Cambridge Journal of Education*, *23*(2), 173–183. https://doi.org/10.1080/0305764930230205

McKernan, J. (1996). *Curriculum action research : a handbook of methods and resources for the reflective practitioner* (K. Page (ed.); 2nd ed.).

McNeill, J. R. (2001). *Something New Under the Sun: An Environmental History of the 20th-Century World*. Norton.

Meadows, D. h., Meadows, D. L., Randers, J., & III, W. W. B. (1972). The limits to growth. In *Encyclopedia of Ecology*. Universe Books. https://doi.org/10.1016/B978-0-444-63768-0.00630-2

Melenotte, S. (2015). Zapatista autonomy and the making of alter-native politics views from its day-to-day praxis. *Focaal*, *2015*(72), 51–63. https://doi.org/10.3167/fcl.2015.720105

Meng, B., Liu, Y., Gao, Y., Li, M., Wang, Z., Xue, J., Andrew, R., Feng, K., Qi, Y., Sun, Y., Sun, H., & Wang, K. (2023). Developing countries' responsibilities for CO2 emissions in value chains are larger and growing faster than those of developed countries. *One Earth*, *6*(2), 167–181. https://doi.org/10.1016/j.oneear.2023.01.006

Merkel, W. (2004). Embedded and defective democracies. *Democratization*, *11*(5), 33–58. https://doi.org/10.1080/13510340412331304598

Mies, M. (1998). *Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the international division of labour* (2nd ed.). Zed Books.

Mills, W. (1965). *A imaginação sociológica*. Zahar.

Ministério do Planeamento. (2019). *Estratégia Portugal 2030*.

Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública. (2019). *Descentralizar – Regionalizar – Melhor Portugal*.

Mitchell, T. (2009). Carbon democracy. In *Economy and Society* (Vol. 38, Issue 3). https://doi.org/10.1080/03085140903020598

Mocca, E. (2020). The local dimension in the degrowth literature. A critical discussion. *Journal of*

Political Ideologies, *25*(1), 78–93. https://doi.org/10.1080/13569317.2019.1696926

Molotch, H. (1976). The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place. *American Journal of Sociology*, *82*(2), 309–332. https://doi.org/10.1086/226311

Montoya, J. M., Donohue, I., & Pimm, S. L. (2018). Planetary Boundaries for Biodiversity: Implausible Science, Pernicious Policies. *Trends in Ecology and Evolution*, *33*(2), 71–73. https://doi.org/10.1016/j.tree.2017.10.004

Morais Mourato, J., & Bussler, A. (2019). Community-based initiatives and the politicization gap in socio-ecological transitions: Lessons from Portugal. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, *33*(August), 268–281. https://doi.org/10.1016/j.eist.2019.08.001

Morgan, K. (2012). Investigação-ação; conceção, metodologia e aplicação. In J. Castro, K. Morgan, & I. Mesquita (Eds.), *Métodos e Técnicas de Investigação em Ciências do Desporto* (Issue December). Edições FMH.

Morgan, T. (2012). *Perfect Storm: Energy, Finance and the End of Growth*. https://ftalphaville-cdn.ft.com/wp-content/uploads/2013/01/Perfect-Storm-LR.pdf

Morrissey, J. (2015). Regimes of performance: practices of the normalised self in the neoliberal university. *British Journal of Sociology of Education*, *36*(4), 614–634. https://doi.org/10.1080/01425692.2013.838515

Mota, M., Rochard, E., & Antunes, C. (2016). Status of the diadromous fish of the Iberian Peninsula: Past, Present and Trends. *Limnetica*, *35*(1), 1–18.

Mountz, A., Bonds, A., Mansfield, B., Loyd, J., Jennifer Hyndman, M. W.-R., Basu, R., Whitson, R., Hawkins, R., Hamilton, T., Curran, & Curran, W. (2015). For Slow Scholarship: A Feminist Politics of Resistance through Collective Action in the Neoliberal University. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, *14*(4).

MRR. (2021). *Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal, Construindo o futuro*.

Mumford, L. (1956). *As transformações do Homem* (1st ed.). Antígona editores e refractários.

Muraca, B. (2012). Towards a fair degrowth-society: Justice and the right to a 'good life' beyond growth. *Futures*, *44*(6), 535–545. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.014

O'Brien, K. (2012). Global environmental change II: From adaptation to deliberate transformation. *Progress in Human Geography*, *36*(5), 667–676. https://doi.org/10.1177/0309132511425767

Olsson, P., Moore, M. L., Westley, F. R., & McCarthy, D. D. P. (2017). The concept of the Anthropocene as a game-changer: A new context for social innovation and transformations to sustainability. *Ecology and Society*, *22*(2). https://doi.org/10.5751/ES-09310-220231

Ortiz, I., Burke, S., & Berrada, M. (2021). *World Protests A Study of Key Protest Issues in the 21st Century*. Springer International Publishing.

Ostrom, E. (1998). *How Communities Beat the Tragedy of the Commons*. *May*.

Ostrom, E. (2007). *Sustainable Social-Ecological Systems : An Impossibility ? Presented at the 2007 Annual Meetings of the American Association for the Advancement of Science, "Science and Technology for Sustainable Well-Being," 15–19 February in San Francisco, USA.* 28.

Ostrom, E. (2009). *Building Trust to Solve Commons Dilemmas: Taking Small Steps to Test an Evolving Theory of Collective Action*. *812*, 207–228. https://doi.org/10.1007/978-3-540-85436-4_13

Ott, K. (2012). Variants of de-growth and deliberative democracy: A Habermasian proposal. *Futures*, *44*(6), 571–581. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.018

Park, J. T. (2015). Climate change and capitalism. *Consilience: The Journal of Sustainable Development*, *14*(2), 189–206.

Parrique, Thimothée, Barth, J., Briens, F., Kerschner, C., Kraus-Polk, A., Kuokkanen, A., & Spangenberg, J. H. (2019). Decoupling debunked: Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability. In *European Environmental Bureau*. https://mk0eeborgicuypctuf7e.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2019/07/Decoupling-Debunked.pdf

Parrique, Timothée. (2019). *The political economy of degrowth*. Université Clermont Auvergne / Stockholms universitet.

Partido Socialista. (2022). *Programa Eleitoral PS*.

Patai, D. (1994). When method becomes power. In A. Gitlin (Ed.), *Power and method: Political activism and educational research* (pp. 61–73). Routledge.

Patterson, M., & Monroe, K. R. (1998). Narrative in political science. *Annual Review of Political Science*, *1*(1996), 315–331. https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.315

Patto, M. H. (1990). *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia.* T. A. Queiroz.

Pauly, D., & Zeller, D. (2016). Catch reconstructions reveal that global marine fisheries catches are higher than reported and declining. *Nature Communications*, *7*. https://doi.org/10.1038/ncomms10244

PECBMS. (2018). *Population trends of common European breeding birds 2012.* Pan-European Common Bird Monitoring Scheme. https://pecbms.info/reportjune2018/

Pel, B., & Bauler, T. (2014). The Institutionalization of Social Innovation: between transformation and capture. *TRANSIT Working Paper #2*, *October*, 18. http://www.transitsocialinnovation.eu/.%0Atransitsocialinnovation.eu

Pelling, M., High, C., Dearing, J., & Smith, D. (2008). Shadow Spaces for Social Learning: A Relational Understanding of Adaptive Capacity to Climate Change within Organisations. *Environment and Planning A: Economy and Space*, *40*(4), 867–884. https://doi.org/10.1068/a39148

Pereverza, K., Pasichnyi, O., & Kordas, O. (2019). Modular participatory backcasting: A unifying framework for strategic planning in the heating sector. *Energy Policy*, *124*(August 2018), 123–134. https://doi.org/10.1016/j.enpol.2018.09.027

Pitron, G. (2023). *The Dark Cloud: how the digital world is costing the earth*. Scribe Publications.

Plows, A. (2008). Social Movements and Ethnographic Methodologies: An Analysis Using Case Study Examples. *Sociology Compass*, *2*.

PNJ. (2022). *Relatório final 2018-2021*.

Polimeni, J. M., & Iorgulescu, R. I. (2018). The Jevons Paradox. *Companion to Environmental Studies*, 60–65. https://doi.org/10.4324/9781315640051-13

Polletta, F. (2004). *Freedom Is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements.* University of Chicago Press.

Prado, J. L. A., & Cazeloto, E. (2008). Valor e comunicação no capitalismo globalizado. *Revista Da Associação Nacional DosProgramas de Pós-Graduação Em Comunicação*, *6*, 1–17. https://doi.org/10.30962/ec.v6i0.93

Presidência do Concelho de Ministros. (2021). II Plano Nacional para a Juventude. In *Diário da República - I Série-B* (Issue 27).

Prince, M. (2004). Does active learning work? A review of the research. *Journal of Engineering Education*, *93*(3), 223–231. https://doi.org/10.1002/j.2168-9830.2004.tb00809.x

Quantz, R. (1992). On Critical Ethnography (with Some Postmodern considerations). In M. LeCOMPTE, W. MILLROY, & J. PREISSLE (Eds.), *The Handbook of Qualitative Research in Education* (pp. 447–506).

Rachele, R. (2022). *Plenary – December 2022 A long-term vision for the EU ' s rural areas*. *June 2021*, 2040.

Räsänen, T., & Laakkonen, S. (2007). Cold war and the environment: The role of Finland in international environmental politics in the Baltic Sea region. *Ambio*, *36*(2–3), 229–236. https://doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[229:CWATET]2.0.CO;2

Raworth, K. (2017). *Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist*. Chelsea Green Publishing.

Rickards, L. (2015). Critiquing, mining and engaging Anthropocene science. *Dialogues in Human Geography*, *5*(3), 337–342. https://doi.org/10.1177/2043820615613263

Ringer, M. (1998). Two Vital Aspects In The Facilitation Of Groups: Connections and containment. *Journal of Outdoor and Environmental Education*, *4*(1), 5–11. https://doi.org/10.1007/BF03400704

Roberts, B. H., & Lindfield, M. (2014). *The Role for Local Government in "The Future We Want" 2014*.

https://www.unescap.org/sites/default/files/TheRoleOfLocalGovernment_Final.pdf

Robertson, T. (2016). Cold War landscapes: towards an environmental history of US development programmes in the 1950s and 1960s. *Cold War History*, *16*(4), 417–441. https://doi.org/10.1080/14682745.2014.950238

Rodrigue, J.-P. (2020). *The Geography of Transport Systems*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780429346323

Rodríguez-Labajos, B., Yánez, I., Bond, P., Greyl, L., Munguti, S., Ojo, G. U., & Overbeek, W. (2019). Not So Natural an Alliance? Degrowth and Environmental Justice Movements in the Global South. *Ecological Economics*, *157*(May 2018), 175–184. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.11.007

Roe, E. (1994). Introduction to Narrative Policy Analysis: Why It Is, What It Is, and How It Is. In *Narrative Policy Analysis*. Duke University Press. https://doi.org/10.1515/9780822381891-002

Rojava Information Center. (2019). *Au-delà des lignes de front - La construction du système démocratique de la Syrie du Nord et de l'Est*.

Romano, O. (2012). How to rebuild democracy, re-thinking degrowth. *Futures*, *44*(6), 582–589. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.019

Roper, B. S. (2012). *The History of Democracy - A Marxist Interpretation*. Pluto Press.

Rozenberg, D. (2021). *The Citizens ' Convention for Climate in France : An Introduction of Participatory Democracy into French Governance*. University of Kent.

Russell, B. (2019). Beyond the Local Trap: New Municipalism and the Rise of the Fearless Cities. *Antipode*, *51*(3), 989–1010. https://doi.org/10.1111/anti.12520

Salleh, A. (2017). *Ecofeminism as Politics: Nature, Marx and the Postmodern* (2nd ed.). Zed Books. https://doi.org/10.1177/030981680007200111

Salvador, M., & Sancho, D. (2021). The role of local government in the drive for sustainable development public policies. An analytical framework based on institutional capacities. *Sustainability (Switzerland)*, *13*(11). https://doi.org/10.3390/su13115978

Schlesinger, M. A., & Victor, D. G. (2010). *The Cuba experiment: The role of energy and agriculture in Cuban economic development*. Columbia University Press.

Schmidt (org.), L. (2023). *50 anos de Políticas Públicas Ambientais em Portugal - Da Conferência de Estocolmo à atualidade* (Luisa Schmidt (ed.)). Edições Afrontamento.

Schmidt, Luísa, Nave, J. G., & Guerra, J. (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, *5*(2), 181–198. https://doi.org/10.1504/IJESD.2006.009380

Schutter, O. De. (2014). The EU's fifth project: Transitional Governance in the service of sustainable

societies. *The Francqui International Conference 2014*.

Schwandt, T. (1997). *Qualitative Inquiry: A Dictionary of Terms*. Sage.

Sen, A., & Visser, W. (1999). *Development as Freedom* (1st ed.). Anchor Books. https://doi.org/10.9774/gleaf.978-1-907643-44-6_30

Sergi, V. (2009). Zapatistas, EZLN, and the Chiapas Uprising. *The International Encyclopedia of Revolution and Protest*, 1–8. https://doi.org/10.1002/9781405198073.wbierp1638

Servigne, P., & Chapelle, G. (2017). *L'entraide, l'autre loi de la jungle*. Les Liens qui Libèrent.

Servigne, P., & Stevens, R. (2015). *Comment tout peut s'effondrer*. Éditions du Seuil.

Siafaka, A. (2020). Female Terrorists or Guerrillas & Militant Feminism. *ITCT.Org*.

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Fundação Perseu Abramo.

Smith, G. W. (1990). Political Activist as Ethnographer. *Social Problems*, *37*(4), 629–648. https://doi.org/10.2307/800586

Söderbaum, P. (2019). Toward sustainable development: from neoclassical monopoly to democracy oriented economics. *Real-World Economics Review*, *87*, 181–195. https://vpn.uab.pt/http/anzsee.org/wp-content/uploads/2019/03/whole871.pdf#page=181

Sťahel, R. (2020). Environmentalism as a Political Philosophy for the Anthropocene. *Anthropocenica. Revista de Estudos Do Antropoceno e Ecocrítica*, *1*. https://doi.org/10.21814/anthropocenica.3089

Stanley, L. (2008). *The SAGE Handbook of Action Research - Participative Inquiry and Practice* (Peter Reason & H. Bradbury (eds.); 2nd ed.). SAGE Publications, Inc.

Stavrides, S. (2016). *Commons Space*. Zed Books.

Steffen, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the anthropocene: The great acceleration. *Anthropocene Review*, *2*(1), 81–98. https://doi.org/10.1177/2053019614564785

Stohr, W. B. (1988). ON THE THEORY AND PRACTICE OF LOCAL DEVELOPMENT IN EUROPE. In *Global Challenges and Local Response - Learning Experiences in Local Development Initiatives,* (pp. 35–54). Mansell. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0164121212000040

Stringer, E. T. (2007). *Action Research, 3rd Edition*.

Sutherland, N. (2013). Book Review: Social movements and activist ethnography. *Organization*, *20*(4), 627–643. https://doi.org/10.1177/1350508412450219

Taibo, C. (2022). *Ibéria Esvaziada - Despovoamento, Decrescimento, Colapso*. Letra Livre.

Tank, P. (2017). Kurdish Women in Rojava: From Resistance to Reconstruction. *Welt Des Islams*, *57*(3–4), 404–428. https://doi.org/10.1163/15700607-05734p07

Thompson, M. (2020). What's so new about New Municipalism? *Progress in Human Geography*.

https://doi.org/10.1177/0309132520909480

Tiago André da Silva Barata. (2014). *Participação na vida pública do exercício da cidadania clássica à ativa: Alcances e Limites do Orçamento Participativo*. 75.

Trainer, T. (2012). De-growth: Do you realise what it means? *Futures*, *44*(6), 590–599. https://doi.org/10.1016/j.futures.2012.03.020

Van der Haar, G. (2005). Chiapas and the Zapatistas: Filling in the Picture. *European Review of Latin American and Caribbean Studies | Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y Del Caribe*, *0*(78), 101. https://doi.org/10.18352/erlacs.9674

Varvarousis, A. (2019). Crisis , liminality and the decolonization of the social imaginary. *Nature and Space*, *0*(0), 1–20. https://doi.org/10.1177/2514848619841809

Varvarousis, A. (2020). The rhizomatic expansion of commoning through social movements. *Ecological Economics*, *171*.

Vasconcelos, L. (1996). *The use of information and interactive processes in growth management: the case of the new tagus bridge controversy*. 326.

Vasta, A., Figueiredo, E., Valente, S., Vihinen, H., & Nieto-Romero, M. (2019). Place-based policies for sustainability and rural development: The case of a Portuguese village "spun" in traditional linen. *Social Sciences*, *8*(10). https://doi.org/10.3390/socsci8100289

Veltmeyer, H. (2008). Civil Society and Local Development. *Interações*, *9*(2). https://doi.org/10.1590/S1518-70122008000200010

Viegas, J. M., Santos, S., & Faria, S. (2010). *A Qualidade da Democracia em Debate*. 18.

Wacquant, L. (2015). For a Sociology of Flesh and Blood. *Qualitative Sociology*, *38*(1), 1–11. https://doi.org/10.1007/s11133-014-9291-y

Ward, J. (2002). Increasing the Generalizability of Qualitative Research. In *The Qualitative Researcher's Companion* (pp. 171–203). SAGE Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781412986274.n8

Watt, M. L., & Watt, D. L. (1993). Teacher Research, Action Research: the Logo Action Research Collaborative. *Educational Action Research*, *1*(1), 35–63. https://doi.org/10.1080/0965079930010104

Weil, S. (2014). *On the Abolition of All Political Parties* (reprint). New York Review Books.

Whitehead, J., & McNiff, J. (2006). *Action Research: Living Theory*. SAGE Publications, Ltd. https://doi.org/10.4135/9781849208536

Wilkinson, R., & Pickett, K. (2009). *The spirit level: Why equality is better for everyone*. Allen Lane.

Williamson, A., & Barrat, J. (2022). *Mapping deliberative democracy in Coucil of Europe Member States*.

Wilson, D. S., Ostrom, E., & Cox, M. E. (2013). Generalizing the core design principles for the efficacy

of groups. *Journal of Economic Behavior and Organization*, *90*. https://doi.org/10.1016/j.jebo.2012.12.010

Woods, E. M. (1995). *DEMOCRACY AGAINST CAPITALISM*. Cambridge University Press.

WWF. (2006). *Living Planet Report 2006* (p. 50). WWF. www.livingplanetindex.org/

Zeng, X., Chen, X., & Zhuang, J. (2015). The positive relationship between ocean acidification and pollution. *Marine Pollution Bulletin*, *91*(1), 14–21. https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2014.12.001

Žižek, S. (2015). *Problmas no Paraíso - O Comunismo depois do fim da História* (B. Editora (ed.)).

ANEXOS

Anexo A – Tabelas de Análise detalhada de Narrativas Políticas

Relativas à Democracia Local

União Europeia / Comissão Europeia:

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	A democracia é um valor central da identidade europeia, e tem de ser continuamente protegida e aprofundada	A democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais são as fundações em que assenta a União Europeia. A democracia constitui um valor europeu fulcral e uma condição prévia da adesão à EU. A democracia não pode ser dada como certa. Uma democracia saudável depende da participação dos cidadãos e de uma sociedade civil permanentemente ativa, não apenas em época de eleições. A democracia está associada à profusão de práticas de participação, ao envolvimento cívico e ao respeito pelas normas democráticas e pelo Estado de direito ao longo de todo o ciclo eleitoral.
Vítima	Cidadãos europeus, sistemas políticos europeus, estabilidade social	Cidadãos europeus, coesão social.
Vilão	Desinformação, extremismo e polarização, ciberataques, pressão sobre jornalistas, COVID-19	Aumento do extremismo, polarização crescente; distanciamento entre cidadãos e representantes eleitos; ataques a sistemas e instituições democráticas; deterioração do ambiente em que os jornalistas e a sociedade civil operam; disseminação de informações falsas; COVID-19; algoritmos opacos geridos fora da esfera democrática;
Herói	Cidadania ativa e envolvida; Instituições da UE, governos e parlamentos nacionais da UE	Cidadãos empenhados, informados e capacitados são a melhor garantia de resiliência para as nossas democracias. Plano de ação da UE para reforçar a resiliência democrática + capacidade governamental para o traduzir em políticas e implementação prática
Enredo	Assistimos à transformação digital das nossas democracias	Transformação digital /digitalização da democracia.
Moral	Plano de Ação para a Democracia; Next Generation EU; Inovação democrática	Promover eleições livres e justas e uma forte participação democrática e cidadania ativa, mesmo for do contexto eleitoral; promover a participação cívica deliberativa e a participação política (votações eletrónicas, consultas públicas); educação para a cidadania;

		Apoiar meios de comunicação social livres e independentes; promover a literacia mediática e o espírito crítico. Combater a desinformação.

Governo Portugal (Partido Socialista, em 2021-24)

(feito com referência ao programa eleitoral do PS (2022) e a notícias várias do partido no governo em maioria absoluta graças ao mesmo)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Com o PS no poder, a democracia poderá ser melhorada	Partido político português com maior propensão histórica para uma democracia representativa liberal e social.
Vítima	Cidadania; participação política; estabilidade social;	-
Vilão	Desinformação; Populismos; Reduzida literacia democrática;	-
Herói	Partido Socialista; Plano Nacional de Literacia Democrática; Plano Europeu de Ação contra a Desinformação;	debate sobre a defesa da democracia; atualizar e simplificar legislação eleitoral.
Enredo	Nos tempos que correm, as ameaças à democracia parecem multiplicar-se e intensificar-se a cada dia que passa.	-
Moral	Promover a participação dos cidadãos; Renovar e qualificar a classe política; Aproximar a legislação dos seus destinatários; Proteger direitos e liberdades fundamentais; Investir numa efetiva educação para a cidadania; Modernizar o processo eleitoral, com maior proximidade e fiabilidade; Estimular a participação dos cidadãos com incentivos a outras formas de participação; Renovar, diversificar e qualificar os titulares de cargos políticos; Melhorar a qualidade da legislação;	Dar a conhecer o funcionamento das instituições; Incluir o estudo da Constituição em todos os níveis de ensino. Instituir o dia nacional da cidadania. Promover visitas de estudo regulares aos órgãos de soberania. Replicar a experiência do Parlamento dos Jovens também ao nível do Governo e das autarquias locais. Promover a programação de jogos eletrónicos (*gaming*). Relançar Orçamentos Participativos. Operacionalizar o sistema de perguntas dos cidadãos. Continuar prática de prestação de contas quanto à execução do Programa do Governo e da respetiva avaliação por um grupo de cidadãos escolhidos aleatoriamente, em articulação com as Universidades; Facilitar a iniciativa legislativa dos cidadãos. Criar um fórum permanente de auscultação dos movimentos sociais e dos cidadãos.

CDS Montemor-o-Novo (executivo Camara Municipal 2021-24)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Democracia Medíocre	Democracia medíocre, como no resto do país.

Vítima	Populações locais	Não se identificam problemas, porque as pessoas não participam e não relevam o que as aflige.
Vilão	"Peso" da vida moderna	Falta de escolaridade; falta de capacidade financeira; vidas muito complicadas e preenchidas levam a falta de tempo para pensar e para participar em política. Falta uma economia local mais vibrante.
Herói	Juventude; uma economia mais justa e com mais tempo.	Educação alternativa e desporto (Oficina da Criança, escuteiros, atividades extraescolares, universidade sénior, empreendedorismo jovem); Criação de riqueza, também pela redução de custos (especialmente na habitação); ter mais tempo para disfrutar e participar na vida ativa (i.e., democracia informal).
Enredo	O pós-25 de Abril trouxe uma áurea de "muito melhor do que antes", que faz com que a população não sinta tanta necessidade de se envolver	25 de Abril trouxe uma impressão de que o que há é suficiente: "*Já tenho direito a saúde, justiça, liberdade de expressão e voto, já é excelente*" – o que criou uma falta de espírito critico e de vontade de participação mais aprofundada.
Moral	Apostar na juventude, na criação de espírito critico, e na dinamização de uma economia capaz de libertar populações das suas necessidades básicas	Por os miúdos a pensar, e a ser cidadãos ativos dentro das suas áreas de interesse. Promover políticas de habitação, por via de uma empresa publica municipal para gerir o património publico imobiliário, e parcerias com cooperativas locais de habitação – para aumentar oferta habitação no município e reduzir custos da mesma.

CDU Montemor-o-Novo

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Democracia pouco saudável, sem participação publica.	Não é muito saudável, está em degradação, devido à degradação da qualidade de vida das populações – não é apenas o "ir votar". Antes havia comissões de moradores por bairro (mesmo sendo informais), que se reuniam, transmitiam problemas e procuravam soluções com o poder político. Falta de participação publica em momentos de cidadania aberta (PDM, orçamento participativo, etc.).
Vítima	Trabalhadores e poder político local	Pessoas "comuns", pequeno comércio, movimentos associativos, trabalhadores. Também o poder político local, que deixa de ter acesso aos problemas das populações (que deixaram de se organizar).
Vilão	Grande capital, individualismo, incompetência do governo	Populismos, "anti-sistema", grande capital e suas estruturas locais (supermercados, bancos, etc.), custo de vida. "Isolacionismo" em que as pessoas vivem vincadas à "exigência do sucesso privado" (ter um grande carro, consumismo ostensivo, etc.); Incompetência governamental; Sentimento/Atitude de "politica não é comigo", MAS DEPOIS posicionamentos sempre alinhados com o mesmo partido.
Herói	Partidos políticos	Partidos políticos (como pilares da democracia). Centralismo democrático interno ao partido: i.e., "dentro há desacordo e discussão, para fora há união".
Enredo	Vitoria do capitalismo leva a revolta das populações, que abraçam qualquer populismo	Pessoas trabalham, recebem pouco, e o que recebem é "devolvido" ao grande capital, por via das grandes estruturas que envolvem a vida "local" (supermercados, bancos, etc.). Desespero das populações leva a revolta, que tende a ser má conselheira. Em direção a uma sociedade "sem exploração do Homem pelo Homem".
Moral	Apoiar Movimentos sociais, promover cultura cívica	Promover movimentos sociais como comissões locais, de moradores, trabalhadores e utentes. Promover uma maior mobilização + abertura para ouvir as pessoas.

PS Montemor-o-Novo (executivo Camara Municipal)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Democracia relativamente boa, feita institucionalmente ou nas associações; Participação na democracia local em Montemor-o-Novo é superior à média nacional.	Democracia onde os partidos têm papel fundamental, onde participam pessoas com vidas "normais e profissionais", muitas vezes com experiência de associativismo. Há um maior contato e capacidade de interação com o povo / as pessoas.
Vítima	Decisores políticos, sem participação cidadã, não conseguem tomar decisões tão acertadas.	Há confusão entre 3 coisas: Democracia, Política e Partidos.
Vilão	---	As pessoas evitam envolver-se explicitamente em temas explicitamente políticos, porque têm medo de serem "identificadas" com um partido ou outro.
Herói	Partidos enquanto pilares fundamentais da democracia. PS, partido plural, a pilotar participação popular – exemplo: 1º com primárias abertas em Portugal.	Abrir processos para envolver populações, especialmente em documentos mais estratégicos. Nota: primárias abertas são para Portugal, não para Montemor.
Enredo	Participação a aumentar, com o PS a abrir processos à participação cidadã (como é exemplo o processo da Estratégia Municipal para o Ambiente)	Quanto maior a participação, melhor são as decisões tomadas. Já existe alguma participação no município.
Moral	Usar mecanismos legais já existentes, como consultas publicas, sessões públicas, etc. Abrir mais os processos de desenho de estratégia pode ser importante, "indo além" do que está estabelecido na lei portuguesa.	Há que focar em assuntos chave (como alterações climáticas ou população idosa) e fazer formação para a cidadania (por exemplo, universidade sénior, saúde preventiva, interações entre jovens e idosos, etc.). Há também que haver um acompanhamento das pessoas (sobretudo idosas) durante o seu acesso aos direitos que lhes assistem (saúde, benefícios, etc.).

Montemor-o-Vivo (baseado no diário de bordo da plataforma, e nos documentos oficiais da mesma)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Difícil aceder à informação sobre as decisões tomadas, c	Falta de oportunidades para participar nas tomadas de decisão para além do momento do voto; Habitantes de Montemor-o-Novo participam pouco na construção de soluções adequadas às suas necessidades, o que torna as decisões menos transparentes e menos eficientes.
Vítima	Cidadania, políticas sociais e económicas	Sem poder participar na definição de políticas que afetam a sua vida, as populações estão mais dependentes de forças políticas instauradas para poderem participar no desenho da sua realidade social circundante
Vilão	Democracia representativa, e centralização de poder em torno de cargos eleitos.	Imobilismo político, e falta de elasticidade e inovação dentro da política institucional;
Herói	Processos coletivos de tomada de decisão	Sistema político capaz de ouvir e integrar as pessoas, as suas ideias e os seus conhecimentos, e de uma gestão camarária mais perto dos olhos e corações dos habitantes do concelho.
Enredo	Democracia cada vez mais longe das pessoas, com índices de participação eleitoral e confiança nos políticos a decrescer	
Moral	Recuperar a prática política participativa Promover uma política local mais participativa Ouvir e ativar a cidadania Criar um pelouro da colaboração	Implementar métodos eficazes de discussão, debate e decisão para a construção de uma sociedade mais empoderada, autónoma, conectada com ela mesma e com o que a rodeia; Processos colaborativos e transparentes que permitam o desenho coletivo de soluções reais e de longo prazo. Espicaçar na cidadania o gosto pela política, e conferir poder vinculativo às suas decisões colaborativas por via de eleição de cidadã(o)s para cargos locais, que representem e defendam as ideias saídas do processo participativo.

Relativas à Economia Local:

União Europeia / Comissão Europeia:

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	As zonas rurais como um pilar essencial do modo de vida Europeu	Natureza multidimensional do desenvolvimento rural obriga a uma revisão permanente das políticas europeias com uma "leitura rural" das mesmas.
Vítima	Europeus, populações rurais, zonas rurais mais remotas	Agricultura, tecido social, dificuldade em oferecer melhores condições de vida na ruralidade europeia.
Vilão	Alterações estruturais (sociais e económicas), globalização e urbanização, declínio e envelhecimento da população; Covid-19; falta de conectividade de internet;	Desafios relacionados com a infraestrutura e produtividade; parco acesso a serviços públicos; desertificação demográfica e ambiental.
Herói	Comissão Europeia; *European Green Deal; EU Rural Pact; EU Rural Action Plan;*	Implementação de novas tecnologias nas zonas rurais, apostando no crescimento verde e na digitalização.
Enredo	Novas oportunidades que emergem das transições digitais e "verdes" que a UE está a atravessar/encetar, e das lições da pandemia Covid-19.	
Moral	Estimular o crescimento económico; dar mais voz às populações rurais; adotar uma economia e sociedade mais sustentáveis;	Reduzir disparidades locais ajudando a desenvolver as menos desenvolvidas; empoderar comunidades; melhorar o acesso a serviços públicos; diversificação de atividades económicas; apostar na produção de valor acrescentado na ruralidade; apostar na inovação digital e na I&D; novas estratégias de mobilidade multimodais; transição energética.

Governo Portugal / Partido Socialista (Baseado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para Portugal)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Momento de ajustamento e restruturação pós pandemia Covid-19, num cenário de alterações climáticas	Com a pandemia Covid-19 o governo foi obrigado a restringir liberdades de movimento e abertura de negócios, impactando economicamente as famílias e empresas de forma negativa. Agora, ultrapassada a crise pandémica, é o momento de promover medidas que promovam a retoma económica, ao mesmo tempo que asseguram a transição energética do país e a sua resiliência face aos impactos das alterações climáticas.
Vítima	Famílias e empresas portuguesas	As mais afetadas pela súbita queda de atividade económica resultante das restrições impostas durante a gestão da pandemia em Portugal (e na Europa).
Vilão	Pandemia Covid-19, défices estruturais da economia portuguesa, alterações climáticas	Impactos da gestão da pandemia, dificuldades em traduzir descobertas científicas em bens e serviços, défice de qualificações, desigualdades sociais e territoriais, deficiências várias do mercado português.
Herói	Governo Portugal / UE / Fundos e solidariedade europeus	*Next Generation EU* / PRR Português / Respostas estruturais com fundos até €50MM.
Enredo	Procura de um desenvolvimento sustentável	A UE disponibiliza apoios em direção a uma transição climática, desenvolvimento equilibrado dos territórios e redução das desigualdades. Desenrolar de um desenvolvimento competitivo, robusto e sustentável.
Moral	Descarbonização / transição energética / crescimento sustentável	Para poder continuar a crescer de forma sustentável e apoiar famílias e empresas, há que apostar numa descarbonização da economia, e numa transição energética da economia que inclua a modernização e o desenvolvimento social e económico de Portugal.

CDS Montemor-o-Novo (executivo Camara Municipal)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Economia frágil, incapaz de reter pessoas	Não se está a fazer muito, e podia-se fazer muito mais. A economia é frágil, incapazes de reter pessoas (o que leva também à perda populacional).
Vítima	Jovens, habitantes, tecido empresarial local	Alunos, que vêm a expectativa jurídica dos seus estudos frustrada (por ex. em sociologia, relações internacionais, etc.). "Os dois extremos da sociedade": Aqueles que "tinham o direito" de ficar onde cresceram, mas não têm tecido empresarial que lhes dê condições para ficar; E os mais pobres, que nem conseguem sair, e ficam sem sonhos nem ambições.
Vilão	Falta de eficiência da CM; Perda de população	Profissões como canalizadores, carpinteiros, etc., têm alta procura, mas são socialmente mal vistas - porque "em Portugal toda a gente tem de ser doutor"; os restaurantes locais correm o risco de desaparecerem por falta de continuidade familiar. Perda de População. Falta de eficiência da CM, e políticos a querer agradar às populações com "festas e festinhas".
Herói	Empresas inovadoras, agregação de municípios; Turismo	Eleitos (município e freguesias), com coragem para dizer coisas impopulares. Municípios contíguos + CIMAC. Outros agentes (empresas, profissionais liberais, escolas, associações locais). Iniciativa de apoio a Start-ups locais; expandir a zona industrial da Adua; aposta na tecnologia; convidar "*big players*" da alta tecnologia. Qualidade de vida atrai pessoas e turismo. Turismo consegue atrair pessoas, e aumentar qualidade de vida, sustentar comercio local. - 3 categorias de turismo: de Natureza, de Património Cultural, Gastronómico. Aumento populacional, do número de empresas e do parque imobiliário = + IRS, + IRC, + IMI → sem aumentar impostos.
Enredo	Apostas na habitação, qualidade de vida, e incentivos a empresas podem aumentar receita e dinamizar economia	Há que apostar na economia e na habitação ao mesmo tempo – para haver pessoas a viver E trabalhar em Montemor, e não apenas viver (cidade dormitório) ou trabalhar (nómadas digitais, sem grande impacto na economia). Sem aumentar rendimentos / baixar custos às famílias (baixar IRS, dar benefícios no IMI, comunidades de energia) não se consegue mudar a economia local. Turismo consegue aumentar qualidade de vida, contribui para a economia (restaurantes, hotéis, atividades, etc.).
Moral	Estratégia Municipal focada na redução de despesa municipal, na inovação tecnológica, na promoção de	Haver uma estratégia municipal, com prioridades e realismo (em vez de não estar apenas a apagar fogos). Aumento do parque habitacional; Escola profissional em Montemor, focada nos ofícios e artes tradicionais; criação de uma ADUA2 – 4.0, focado em IT. Instalar sistemas diversificados de recolha de dados para identificar melhores práticas. Reduzir a despesa, e aumentar a receita da CM, para investir.

	habitação, e na valorização da gastronomia	Investimentos que tragam mais pessoas, e que permitam mais negócios. Organização de feira gastronómica. Pagar *Starlink* para o Município de Montemor. Promover comunidades de energia. Aumentar parque habitacional para reduzir custos das famílias com a habitação. Promover ligações intermunicipais, para criar mecanismos de escala e narrativas comuns de atração ao turista.

PS Montemor-o-Novo (executivo Camara Municipal)

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Concelho Rural, com alguma riqueza daí advinda	90% do concelho é rural e com práticas agrícolas. Desenvolvimento económico no concelho é equilibrado.
Vítima	Pequenas e microempresas	
Vilão	-	Política económica local muito dependente de mecanismos externos a Montemor. Falta de autonomia financeira.
Herói	Investimento externo, agroindústria, exportações, património histórico e natural	PDM são instrumentos importantes de autonomia estratégica. Agricultores, regadio[153], parcerias com universidade de Évora.
Enredo		Pena ter terminado a moeda local de Montemor-o-Novo (que ajudava a economia local).
Moral	Continuar a apostar na cultura, aproveitar o montado e a natureza de forma sustentável, e património histórico.	Falta um desígnio Nacional de orientações estratégicas. Aposta no sector primário, sustentável, mas sem fundamentalismos. Turismo é sector de desenvolvimento, mas património histórico implica também a educação dos Montemorenses.

[153] "Se estamos a investir €16M no regadio, é bom que as culturas tenham essa capacidade de produção, e que possam ser um motor de desenvolvimento e de exportação, para contribuírem também para o PIB nacional e para a independência nacional em termos de agricultura" - Olímpio Galvão, Presidente da Camara Municipal de Montemor-o-Novo, em intervenção na Assembleia Municipal de 30/07/2023

CDU Montemor-o-Novo

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Boa situação económica, sem dividas nem créditos, mas dependente de fundos europeus	Agricultura é o maior potencial económico do concelho - Potencial agrícola tradicional e sustentável, num território de sequeiro. Economia de Montemor constituída basicamente por pequenas e microempresas. Município não tinha (durante a gestão CDU de 1975-2022) divida/créditos a longo prazo. Grande dependência de fundos europeus, que orientam / obrigam estratégias que poderiam não ser prioritárias.
Vítima	Poder local com menos autonomia, habitantes com pior serviço	Habitantes/munícipes, micro/pequenas empresas, trabalhadores. Poder local (que perdeu autonomia, e está limitado financeiramente porque a lei das finanças locais nunca foi cumprida). Orçamento municipal e contas publicas locais.
Vilão	Produção para exportação; Descentralização de competências	Ideia de produzir para exportar, e consequente dependência total de alimentos (ex. a nível de cereais). Empresas estrangeiras a explorar território (monoculturas) e pessoas (salários mínimos). Descentralização de competências + Retalho e confusão na distribuição de responsabilidades de diferentes componentes dos mesmos serviços (escolas, saúde, etc.) → descarrega no poder local a responsabilidade da resolução dos problemas, sem se preocupar financeiramente por apoiá-los; retira capacidade e autonomia às Camaras Municipais que ficam com menos recursos para resolver mais problemas.
Herói	Estratégia agrícola local; trabalhadores organizados; Poder municipal	Estratégia agrícola local a pensar no que são as necessidades nacionais. PMEs e trabalhadores (organizados). Poder municipal que apoie o comércio local e promova a competitividade e produtos locais. Qualidade de vida no município.
Enredo	Aumento de precarização de trabalhadores, alteração de paisagem ecológica e social alentejana	No Alentejo Paisagem ecológica (monoculturas) e social (mais emigrantes do que habitantes locais) mudou completamente. Medidas económicas mais recentes (gestão PS) estão a levar a aumento de precarização de trabalhadores do município.
Moral	Aumento de salário real; distribuição equitativa de rendimentos do concelho; habitação acessível	Aumento de salário real (que é uma política nacional, e eventualmente europeia). Produzir aquilo que o clima e o território permitem. Promoção de produtos e características locais (SMEA, gastronomia, turismo, produtos locais diferenciados) Manter o respeito pelo meio ambiente. Distribuição mais equitativa dos rendimentos territoriais pelas pessoas que o trabalham.

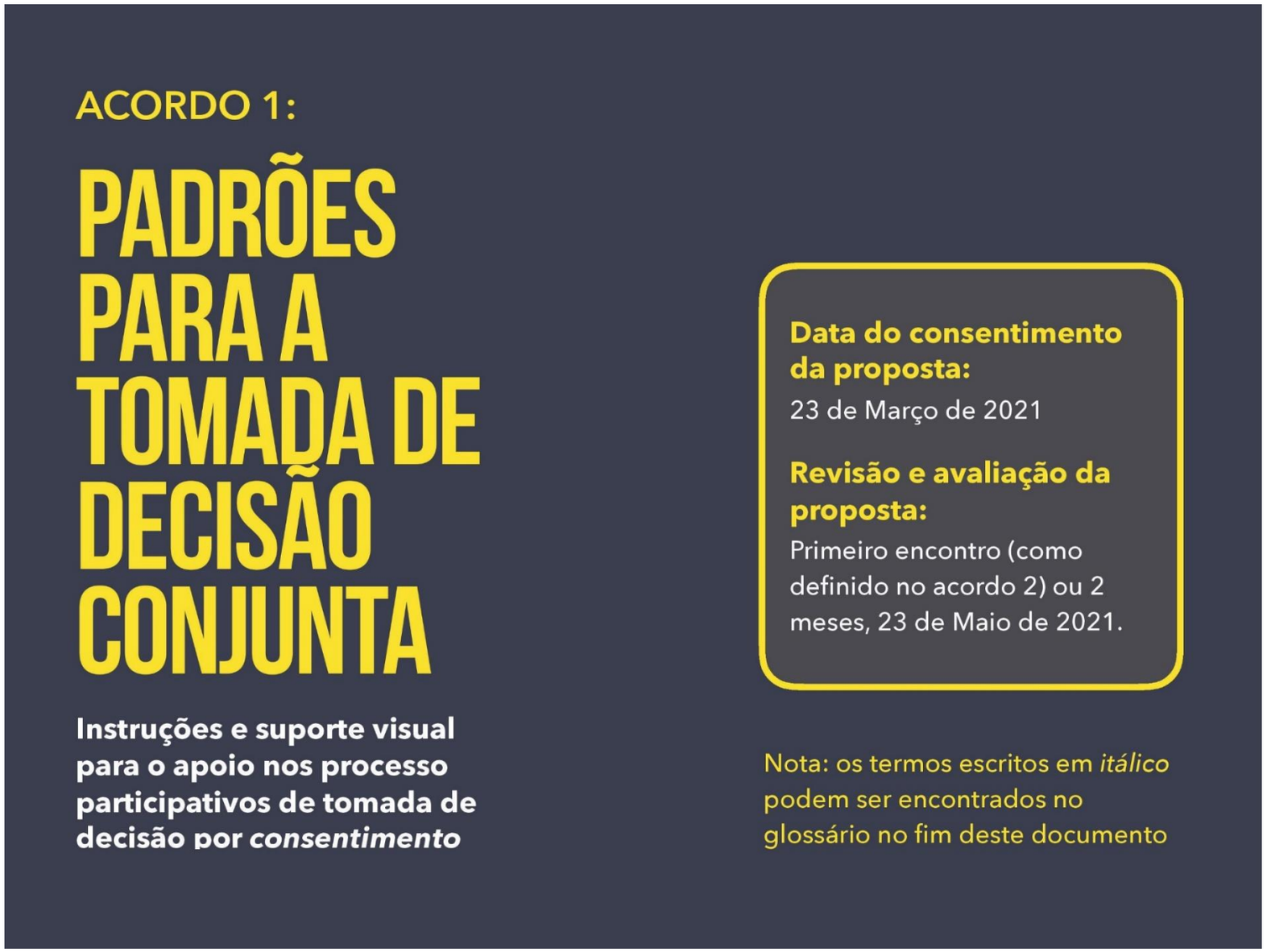
		Relação saudável entre despesa corrente e capacidade de investimento. Promoção de habitação acessível, não esquecendo a reabilitação do centro histórico. Promoção de novos modelos de trabalho (*start-ups, co-working*, etc.), atração de pequenos investimentos, e atração de jovens.

Montemor-o-Vivo

Elemento	Narrativa	Descrição
Cenário	Reduzida população, tecido económico subdesenvolvido, grande dependência de cadeias de distribuição internacionais	Saída da população jovem e qualificada de Montemor-o-Novo, o que dificulta o seu regresso bem como a vinda de novos habitantes, para além de resultarem em pouco tempo livre. Perda de população local, impacto do confinamento e agravadas crises económicas, sociais, financeiras e ambientais, com o associado subdesenvolvimento da economia local.
Vítima	Empresas, famílias e a própria Câmara Municipal	Falta de infraestrutura económica e de produção local, capaz de apoiar pequenos negócios e autonomias, e dinamizar sustentavelmente a economia local.
Vilão	Falta de uma democracia mais aberta e participativa	A tomada de decisões por via representativa afasta as pessoas do processo político e sua inerente educação cívica, colocando as decisões nas mãos de quem não vive diretamente os problemas.
Herói	Cidadania ativa, movimentos sociais	Cidadania ativa capaz de se organizar para conseguir levar a cabo as políticas, reformas e implementações que vive e vê como necessárias, sem esperar pela Acão das instituições, muitas vezes lentas na gestão das prioridades da população.
Enredo	Políticas de confinamento, economia assente em longas cadeias de produção, mobilidade no concelho muito dependente do automóvel individual,	Economias rurais e locais, pela sua natureza e tamanho, têm grande exposição a crises internacionais, quer no que toca a finanças, acesso a bens e produtos. Têm também populações dispersas e, no caso de Montemor-o-Novo, uma distribuição de terra que dificulta a variedade de culturas, e a ocupação de espaços rurais historicamente habitados por seres humanos.
Moral	Políticas de habitação, energética e de defesa do pequeno comércio, que baixem os custos de vida e aumentem a qualidade de vida.	É necessário reinventar a economia local, dotando-a dos meios necessários para o seu sustento e para alguma troca com regiões próximas. Autonomia energética, regeneração natural, turismo de sustentabilidade, cultura, inovação sóbria.

Anexo B – Padrões para tomada de decisão conjunta

Nota: Este documento, baseado em estruturas sociocráticas disponibilizadas livremente na internet, resultou de uma proposta trazida por um dos facilitadores para o grupo de trabalho da MoVivo, tendo-se feito uma experimentação prática com a mesma no próprio processo interno de revisão, levantamento de objeções, melhoramento e concordância coletiva. É, por isso, e apesar da estrutura de base poder ser encontrada online, um trabalho da Montemor-o-Vivo, resultante de um círculo de tomada de decisão para assentar o processo que iria ser "segurado" durante os encontros, tendo em vista a criação de um plano eleitoral participado e colaborativo.



MOTIVAÇÕES

SITUAÇÃO ATUAL

Estamos a criar um programa eleitoral para as eleições autárquicas de 2021 de forma participada. Queremos ter este programa pronto em Agosto de 2021.

EFEITOS DA SITUAÇÃO SOBRE AS NOSSAS VIVÊNCIAS

Tal façanha envolve muita discussão, opiniões diversas e decisões conjuntas sobre o que consta no programa final.

NECESSIDADE IDENTIFICADA

Precisamos de uma metodologia de tomada de decisão que seja clara e transparente, simples e concisa, exequível e participativa.

IMPACTO DESEJADO DESTA PROPOSTA

Com isto poderemos:

- Desenvolver trabalho de grupo criando propostas que respondem às motivações do movimento
- Assegurar que mais pessoas têm clareza acerca do desenvolvimento do movimento
- Assegurar que todos possam acrescentar e fortalecer as propostas de outros grupos de trabalho
- Que as decisões e ações do movimento não sejam impedidas pela falta de *consenso*

SUMÁRIO

PRINCÍPIOS

1. Empirismo
2. Consentimento
3. Equivalência
4. Responsabilidade
5. Eficiência
6. Transparência
7. Desenvolvimento Contínuo

ENVOLVER OS AFETADOS

Queremos com isto envolver as pessoas nas tomadas de decisão que as afetam. Para manter equivalência e responsabilidade e para aumentar a quantidade de informação presente sobre um determinado assunto.

Facilitar processos faseados e criar grupos mais pequenos de trabalho que escolhem delegados.

CO-CRIAR *PROPOSTAS*

Juntar as pessoas para co-criar *propostas* em resposta às *motivações* da organização. Aceder à inteligência grupal.

TOMADA DE DECISÃO POR *CONSENTIMENTO*

Trata-se de um processo de grupo facilitado para a tomada de decisão: convidar *objeções* e considerar informação e conhecimento revelado para evoluir *propostas* ou *acordos* existentes.

Propostas transformam-se em *acordos* quando estas são consideradas suficientemente seguras para experimentar até à próxima revisão do *acordo*.

Objeções por processar impedem que *propostas* se tornem em *acordos*.

Não comunicar *objeções* quando estamos conscientes destas pode prejudicar a

capacidade de uma pessoa, equipa ou organização de responder às suas *motivações*.

CONTRATO IMPLÍCITO DO *CONSENTIMENTO*

1. Na ausência de *objeções* a um acordo, Eu intendo levar a cabo o *acordo* na melhor das minhas possibilidades.
2. Eu concordo partilhar *objeções* quando estou consciente destas

REVER *ACORDOS*

Rever os *acordos* com regularidade é essencial para uma organização em aprendizagem:

- Adaptar *acordos* para contexto em mudança
- Integrar aprendizagens para os fazer mais eficazes

Assegurar que todos os *acordos* têm uma data para serem revistos.

Avaliar *acordos* pode ser tão simples como:

- verificar se este ainda é relevante para as motivações da organização
- que não existem *objeções* para a sua permanência como está.

Acordos são frequentemente revistos em reuniões de *governança*, contudo pode ser mais eficiente marcar uma data específica só para rever *acordos*.

O PROCESSO DE DECISÃO POR CONSENTIMENTO

Rondas em que cada um participa à vez.

Fluxograma do processo de tomada de decisão por consentimento

MOTIVAR

APRESENTAR *MOTIVAÇÕES*

- Esclarecer as motivações por detrás da proposta

CONSENTIR *MOTIVAÇÕES*

- Para procurar encontrar se as *motivações* são sentidas por todos.
- Adicionar às *motivações* originais:
  A. Observações de outros participantes relativamente à situação que a *proposta* procura resolver
  B. Outras ideias acerca dos impactos da situação na organização
  C. Outras ideias quanto às necessidades até aí não verbalizadas que a *proposta* procura satisfazer
  D. Outros impactos desejados

APRESENTAR MOTIVAÇÕES

Duração Estimada: 1 a 2 minutos

DEFINIR *MOTIVAÇÕES*

Uma *motivação* para uma organização, grupo ou pessoa pode ser facilmente definido e comunicada dividindo uma folha em 4 e explorando os seguintes pontos em cada quadrante:

- Situação atual
- Impacto da situação na organização
- Necessidade identificada
- Impacto desejado ao ver a necessidade satisfeita

PERGUNTAS GERADORAS

- Que motivos levam-nos a ter que agir sobre esta situação?
- Como descrever situação atual e o impacto que a situação tem na pessoa ou organização?
- Qual a necessidade detetada e qual é o resultado esperado com a satisfação da mesma?

CONSENTIR MOTIVAÇÕES

Duração Estimada: 1 a 2 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- Ao responder a esta motivação estamos a ajudar a organização?
- Não responder a esta motivação teria implicações graves?
- Mais alguém partilha desta opinião?
- São estes os impactos que desejamos?

TENTAR ENCONTRAR AS MOTIVAÇÕES COMUNS

Antes de proceder com a apresentação da proposta, procurar saber se as motivações apresentadas pelo proponente também são sentidas pelos outros participantes.

Isto pode trazer uma compreensão mais profunda das motivações da organização e do proponente.

PROPÔR

Agora que estão claros os motivos para a *proposta*:

APRESENTAR *PROPOSTA*

- Comunicar sucintamente a *proposta* a todos os presentes

RONDA DE CLARIFICAÇÕES

- Assegurar uma clareza transversal quanto à *proposta* e suas implicações

RONDA DE REAÇÕES BREVES

- Permitir que as pessoas reajam – sem resposta do facilitador ou *proponente* – à *proposta* partilhando **brevemente** os seus pontos de vista e/ou sentimentos relativos à mesma.

APRESENTAR PROPOSTA

Duração Estimada: 3 a 10 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- Quais é a tensão que dá aso a esta proposta?
- O quê que mudaria? O que se mantém?
- Como vamos medir se está a funcionar?
- Quem ficaria responsável?

DAR A CONHECER A PROPOSTA

Trazer um esboço inicial da proposta com tanto detalhe quanto for necessário ao proponente para comunicar ao resto do grupo com a maior clareza possível.

Este esboço deve pelo menos conter um parágrafo escrito para cada ponto da proposta (ver componentes de uma proposta).

Idealmente o esboço da proposta é distribuído pelos participantes em tempo útil de modo a que os estes tenham já reflectido e tenham perguntas de clarificação a fazer.

COMPONENTES DE UMA PROPOSTA

Uma proposta pode fazer-se acompanhar dos seguintes pontos:

1. Motivações (situação atual, impacto atual, necessidade identificada, impacto desejado)
2. Quem/Que domínio é responsável pelo quê?
3. Descrição breve da proposta.
4. Documento detalhado (se necessário)
5. Impacto desejado da proposta
6. Métricas e processo de avaliação
7. Data para revisão e avaliação da proposta
8. outros?

CO-CRIAR PROPOSTA

Por vezes é necessário criar uma proposta em grupo. É importante tomar partido da inteligência coletiva, construir um sentido de pertença e aumentar participação e responsabilidade.

Há muitas maneiras de co-criar propostas mas em suma caem neste padrão:

1. **Consentir as motivações:** Brevemente apresentar as motivações. Este é uma motivação relevante à qual nós temos que imperativamente responder? Existem algumas emendas ao que foi apresentado?
2. **Aprofundar o entendimento comum das motivações**: convidar à reflexão acerca de questões essenciais com vista a alargar a compreensão mais detalhada das motivações e a informação nelas contida.
3. **Colectar considerações** fraseadas como questões relativas a possíveis soluções. As questões ora revelam limitações (recolha de dados) ou possibilidades (perguntas abertas e/ou geradoras).
4. **Responder** a todas as questões que revelem limitações quando for possível (recolha de dados)
5. **Prioritizar** considerações
6. **Juntar ideias** como possíveis ingredientes para uma solução
7. **Nomear** grupo de trabalho
8. O grupo de trabalho **desenha uma proposta** para abordar as motivações, considerar ideias criativas e informação até então recolhida.

RONDA DE CLARIFICAÇÕES

Duração Estimada: 3 a 10 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- O quê que não está claro para vocês?
- Então o que eu ouvi é...?
- Estamos confiantes que compreendemos o que está a ser proposto?

CLAREZA

Antes de consentir, ou mesmo reagir ou opinar acerca de uma proposta, é importante que esta esteja o mais clara possível.

Falta de clareza pode despontar discussões desnecessárias e desperdiçar tempo e recursos. Cada um é responsável por procurar clareza às suas questões.

Nesta ronda, os participantes manterem-se em questões que trazem clareza acerca da proposta. Clarificar uma questão de cada vez.

Por vezes, quando sentimos clareza em nós e não nos outros podemos fazer perguntas de clarificação que ajudem o grupo.

É uma conversa entre o proponente e os participante que precisa de clareza. Evitar iniciar discussões sobre a eficácia da proposta. Esta ronda é sobre COMPREENDER a proposta.

RONDA DE REAÇÕES BREVES

Duração Estimada: 3 a 5 minutos

REAÇÕES

Nesta ronda os participantes podem partilhar brevemente as suas opiniões ou sentimentos acerca da proposta.

Não há respostas por parte do proponente, este deve ouvir e tomar notas.

A ronda termina quando todos tiverem reagido à proposta como esta foi trazida.

PERGUNTAS GERADORAS

- O que eu acho pessoalmente da proposta?
- Como me sinto agora que a proposta está clara§?

PROCESSAR

Agora que as *motivações* e a *proposta* estão clarificados para todos os participantes e estes tiveram a oportunidade de partilhar as suas reações:

CONVIDAR *OBJEÇÕES*

- Ouvir objeções e respetivos **argumentos** relativos à *proposta* por parte dos outros participantes
- Qualificar argumentos em *objeções* ou *inquietações*

PROCESSAR *OBJEÇÕES*

- Melhorar a *proposta* com o contributo de todos os que sentirem que esta pode ser melhorada para acrescentar *valor* à organização.

CONVIDAR OBJEÇÕES

Duração Estimada: 1 a 2 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- Que objetivo ou resultado esperado não será totalmente atingido? (eficácia)
- Por que seria desperdício proceder como proposto, ou acordado? (eficiência)
- Quais as consequências negativas que esta proposta ou acordo já existente, têm ou poderiam ter, na organização?

QUALIFICAR OBJEÇÕES

Quando alguém levanta um argumento para mudar algo, certifiquemo-nos que o argumento revela como deixar as coisas como estão pode levar a consequências que queremos evitar, ou que o argumento informa de uma maneira de melhorar o acordo para acrescentar valor à proposta e atingir os objetivos.

Explore e refine cada argumento quanto necessário para identificar equívocos e mal-entendidos e eliminar aspetos do argumento baseados em pressupostos ou opiniões pessoais.

Quando se descobre que o que resta do argumento qualifica-se como uma objeção, processar essa objeção. Quando a objeção não se qualifica passa a ser uma *Inquietação* para processar no último passo do processo.

PROCESSAR OBJEÇÕES

Duração Estimada: 5 a 10 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- Acham que este argumento se qualifica como uma objeção?
- Como estão relacionados o argumento e a proposta ou acordo?
- Este argumento revela que a proposta, acordo ou atividade…
  - A. …prejudica a resposta às motivações da organização?
  - B. …prejudica ou diminui o contributo de alguém na resposta às motivações?
  - C. …está em conflito com os valores da organização?
  - D. …é considerado inseguro para experimentar?
  - E. …pode ser melhorado agora e aqui?

AUMENTAR VALOR DAS PROPOSTAS

As objeções não são ferramentas para impedir decisões. São o meio através do qual um grupo melhora e acrescenta valor às propostas.

É importante definir com o grupo quanto tempo o grupo tem disponível para processar cada objeção. Se o grupo não conseguir processar em tempo útil o processo é diferido.

PROCESSAR OBJEÇÕES

Processar objeções uma de cada vez, usando a informação que estas contém, para fazer ou evoluir emendas à proposta.

Escolha uma opção para resolver uma objeção que pareça mais prometedora, se falhar, escolha outra. Cada tentativa vai ajudar a compreender melhor a informação que a objeção contém, e trazer o grupo mais perto de uma emenda à proposta.

Algumas sugestões de como processar objeções:

A. INDIVIDUAL

- Perguntar ao membro que apresenta objeção por uma emenda à proposta
- Pedir ao membro que trouxe a proposta para a emendar
- Perguntar ao grupo: Quem é que consegue emendar esta proposta?

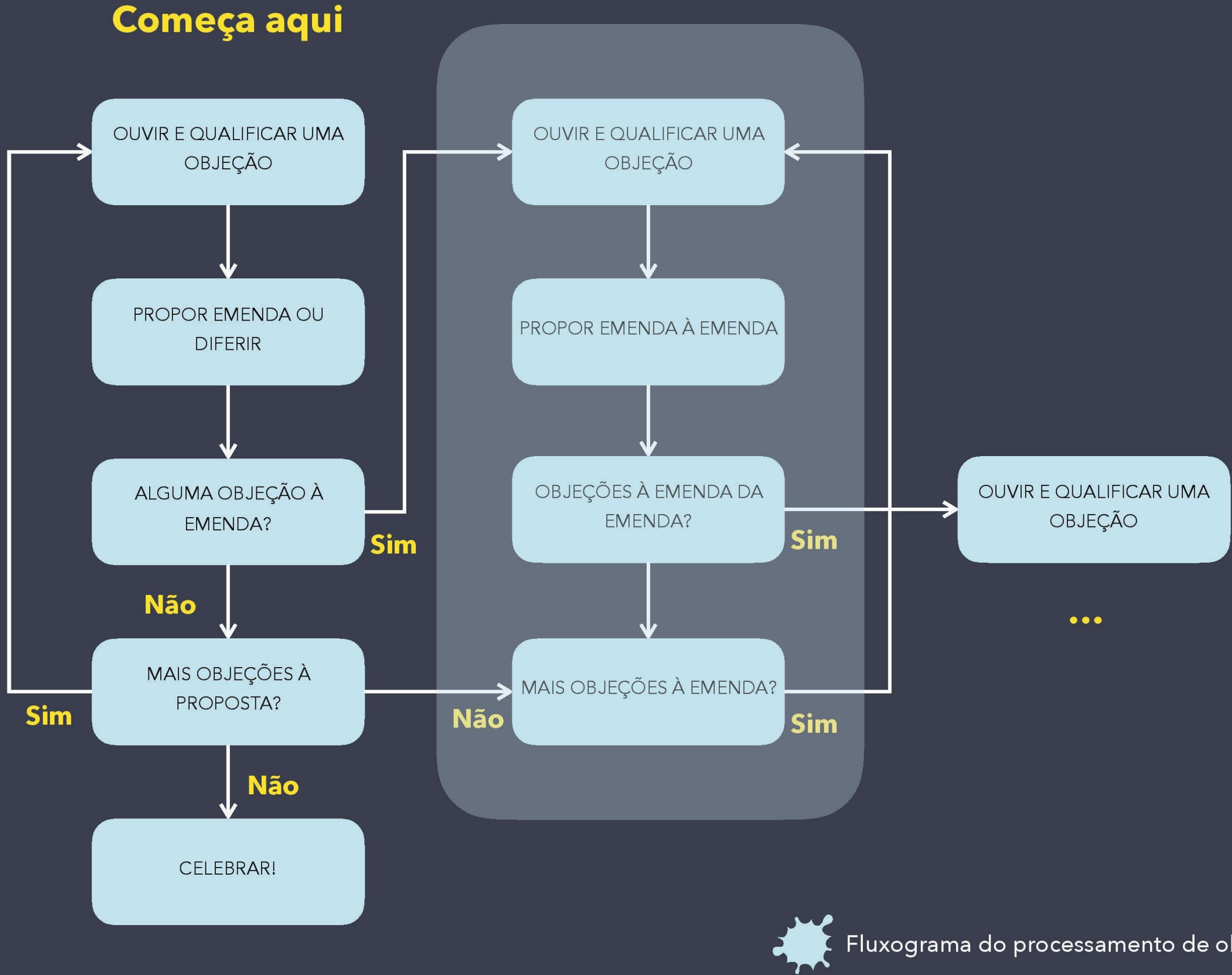
B. GRUPO

- Ronda de "como resolverias isto?"
- 10min de discussão em grupo
- 10min de discussão em pequenos grupos

C. DIFERIR

- Co-criar nova proposta (ver co-criar proposta)
- Formar grupo para rever, investigar e re-escrever proposta

D. DEIXAR CAIR A PROPOSTA



Fluxograma do processamento de objeções

CONSIDERAR

Agora que as motivações e a proposta estão claros, os participantes foram convidados a fazer emendas para a melhoria da proposta e não existem mais objeções para processar:

CELEBRAR ACORDO

- Transformar a *proposta* num *acordo* pedindo a alguém que faça registo no *Diário de Bordo*.

CONSIDERAR INQUIETAÇÕES

- Melhorar a *proposta* com o contributo de todos os que sentirem que esta pode ser melhorada para acrescentar *valor* à organização.

CELEBRAR ACORDO

Duração Estimada: 1 a 2 minutos

PERGUNTAS GERADORAS

- O que aprendemos com este acordo?
- Como é que este acordo vai impactar positivamente o movimento, a organização ou as pessoas?
- Pelo quê que estão gratos?

FECHAR O PROCESSO

A este ponto não é só importante transformar oficialmente a proposta num acordo, e registá-la num diário de bordo.

As decisões de uma organização são como os alicerces da sua capacidade de cumprir os objetivos e satisfazer as suas necessidades.

Fazer isso em conjunto de forma a que todos contribuem com a sua sensibilidade e inteligência é razão para celebrar.

Usar objeções para desenvolver e evoluir em vez de criar tensões, discussões e mau ambiente é razão para celebrar.

Encontrem as razões que cada participante tem para celebrar.

Celebremos ao gosto de cada um. Apropriado a cada grupo.

CONSIDERAR

Agora que as motivações e a proposta estão claros, os participantes foram convidados a fazer emendas para a melhoria da proposta e não existem mais objeções para processar:

CELEBRAR ACORDO

- Transformar a *proposta* num *acordo* pedindo a alguém que faça registo no *Diário de Bordo*.

CONSIDERAR INQUIETAÇÕES

- Melhorar a *proposta* com o contributo de todos os que sentirem que esta pode ser melhorada para acrescentar *valor* à organização.

CONSIDERAR INQUIETAÇÕES

Duração Estimada: 1 a 2 minutos

NEM TODOS OS ARGUMENTOS SÃO OBJEÇÕES

Uma inquietação é um pressuposto ou opinião que proceder de certa forma (mesmo na ausência de objeções) pode impedir uma resposta eficaz às motivações de uma organização.

Podem nascer de objeções não qualificadas.

No processo de decisão por consentimento, inquietações podem informar outras formas de evoluir um acordo.

Podem ser comunicadas quando acharmos que é *valioso* considerá-las. Devem ser registadas juntamente com o acordo no Diário de Bordo.

PERGUNTAS GERADORAS

- **Acham que este argumento se qualifica como uma objeção? (caso contrário transforma-se numa *inquietação*)**

GLOSSÁRIO

ACORDO

Um acordo são linhas guia, limitações, processos, protocolos ou políticas para guiar o fluxo de *valor*.

Linhas guia partilhadas sobre o porquê, como e quando agir, e o que é especificamente necessário ajudam e permitem a colaboração eficaz.

Acordos são criados em resposta às motivações da organização, são **revistos regularmente** e evoluem consoante necessário.

A responsabilidade pelos acordos fica com as pessoas que o fazem.

Um acordo pode incluir a **delegação de responsabilidades específicas** a indivíduos ou grupos.

CONSENSO

CONSENTIMENTO

DESPERDÍCIO

É tudo que não contribui para as motivações da organização ou pessoa

Para as obter podem ser feitos:

- Mapeamento da cadeia de valores
- Várias estratégias para avaliar e retirar desperdício dentro da organização
- O método Kanbam

GOVERNANÇA

INQUIETAÇÕES

Nem todos os argumentos levantados são objeções. Distingam entre objeções, que

sempre revelam informação útil, e outros argumentos, baseados em pressupostos, ou numa preferência pessoal ou opinião.

Uma inquietação é um pressuposto – ou opinião – que fazer algo (mesmo na ausência de objeções) pode dificultar uma resposta eficaz às motivações da organização. No processo de tomada de decisão por consentimento, inquietações podem informar formas de continuamente evoluir os acordos (incluindo critérios de avaliação e frequência de avaliação). Tragam inquietações quando acharem que é *valioso* considerá-los, e pelo menos fazer o registo destas juntamente com o acordo, e monitorizem os resultados ao longo do tempo.

Quando na dúvida, se tens uma objeção ou uma inquietação, seja proativo e verifique com os restantes e descubra o que eles pensam também.

Capture uma diversidade de perspectivas, e estejamos abertos para desafiar as nossas, a descobrir quando e o que mudar, e apreciar a iteração mais rápida e ágil, conduzindo experiências e aprendendo com os resultados à medida que avançamos

MOTIVAÇÕES

Motivos que levam uma pessoa ou grupo a agir perante uma situação

Podem ser usados para criar objetivos, visão e missão de uma organização

OBJEÇÕES

Uma objeção é um argumento relativo a um acordo (primeiramente uma proposta) ou atividade que revela consequências imprevistas que poderíamos evitar, ou que demonstra formas úteis de melhorar o acordo.

Impedir objeções pode potencialmente ‘danificar’ a capacidade dos indivíduos, equipas ou toda a organização de atingir os seus objetivos.

É responsabilidade de cada indivíduo numa organização de levantar potenciais objeções a propostas, decisões, acordos existentes, ou atividades.

Aqueles responsáveis por uma atividade ou acordo (propostas) em questão, são responsáveis por considerar estes argumentos e processar as objeções que são levantadas.

A informação revelada por objeções pode ser usada para melhorar:

- Atividades atuais ou planeadas
- Como as pessoas executam decisões
- Acordos existentes
- Propostas
- Compreensão comum das motivações

Criemos uma cultura onde as pessoas se sentes confortáveis para levantar potenciais objeções a qualquer momento, para que possam relaxar e tomar decisões que são *seguras o suficiente para experimentar.* Isto encoraja o desenvolvimento pela preferência de tentar, ao invés de antecipar e preocupar com todas as possibilidades à priori.

Capture uma diversidade de perspectivas, e estejamos abertos para desafiar as nossas, a descobrir quando e o que mudar, e apreciar a iteração mais rápida e ágil, conduzindo experiências e aprendendo com os resultados à medida que avançamos

PROPONENTE

Aquele que traz uma proposta

PROPOSTA

VALOR

É a importância, valor, ou relevância de algo
em relação a uma motivação;

Anexo C - Organização & Processo: Desenho das sessões temáticas

Sessões coletivas

1º sessão MoVivo

No caso da Montemor-o-Vivo, a primeira reunião foi dedicada i) à apresentação da ideia da plataforma (10 minutos de apresentação + 10 minutos de discussão), à ii) apresentação dos primeiros esboços da Visão e Missão (3 minutos de leitura/apresentação + 10 minutos para recolher contributos e inquietações), iii) ao debate em torno da proposta de participar em nome próprio ou aceitar a proposta feita de correr com o nome de um partido[154] (20 minutos) e à iv) proposta de processo de Decisão (10 minutos), cronograma proposto (10 minutos) e proposta nome (5 minutos). Recolheram-se contributos a cada um destes temas, tendo alguns sido resolvido no momento – como foi o caso do nome: Batizou-se a Montemor-o-Vivo. Já quanto à calendarização, que ficou igualmente "fechada" neste momento, imaginou-se da seguinte maneira: as sessões teriam lugar a cada semana, no sábado, à mesma hora, no mesmo local. Cada sessão demoraria apenas 3 horas, nunca mais. A segunda sessão seria para fechar assuntos de base (Visão, Missão, parcerias) e abrir o processo coletivo de desenho do programa político, recolhendo prioridades, vontades e ideias, e tentando agrupar as mesmas em 5 "temas"[155]. Esses temas seriam desenvolvidos nas 5 semanas seguintes, com uma reunião por semana, e em cada uma delas um tema tratado. Na 8ª reunião, já com todos os temas tratados, apresentar-se-ia o esboço do programa com todos os temas, falar-se-ia de esforços de recolhas de assinaturas, mandatários da campanha, burocracias várias e falar-se-ia da seleção de candidatos, incluindo metodologias a utilizar, e o acordo que cada qual assinaria com a MoVivo. Na 9ª e última sessão fechar-se-ia e aprovar-se-ia o programa, far-se-ia então a seleção dos candidatos (por tiragem à sorte por entre os diferentes voluntários). E depois celebração do esforço, antes de se começar a campanha eleitoral "pelas ruas e pelos corações".

[154] um partido houve que, ao saber da nossa intenção, se propôs a ser bandeira local da mesma. Ou seja, oferecia, em troca de usarmos o seu nome, logo e afins, usar a sua máquina partidária de modo a reduzir a carga burocrática inerente à participação em eleições locais enquanto plataforma independente (incluindo a necessidade de recolher assinaturas junto da população, abrir contas bancárias, registar a iniciativa junto dos órgãos competentes, prestar contas pós-eleitorais, etc.)

[155] O número de temas a tratar foi escolhido perante os constrangimentos de tempo relativamente ao calendário eleitoral.

Nesta primeira reunião foi também reservado um tempo generoso para perguntas e respostas em grupo, para que todos pudessem exprimir reservas e dúvidas, colocando todo o coletivo (informal) "na mesma página", e permitindo o bom avanço da ideia – e da participação.

Introduzo aqui um aparte na tentativa de complementar o que foi vivido na Montemor-o-Vivo com outros exemplos vividos por mim, noutros tempos e lugares, mas alinhados com os esforços desta investigação-ação. Faço assim uma pequena nota de referência a um outro projeto de democracia deliberativa, aquando as suas primeiras reuniões públicas – o AGORA, em Bruxelas. Apesar das ressalvas culturais e estruturais relativas a cada lugar e projeto, fica a comparação, por via da mesma abordagem etnográfica crítica participante, que tem a sua pertinência aquando a potencial consideração de estratégias e abordagens por via quer de investigadores futuros, quer de iniciativas cidadãs que procurem fazer caminhos semelhantes. O objetivo era a eleição de umo deputado para um dos seus parlamentos regionais (a Bélgica é um país…complicado), capaz de transmitir em plenário os resultados das assembleias cidadãs que, entretanto e com a quasi-totalidade do seu ordenado, seriam preenchidas com cidadãos sorteados aleatoriamente mas constituindo uma amostra representativa da diversidade presente naquela cidade, e seriam organizadas periodicamente, debruçando-se sobre diferentes temas (mobilidade, ambiente, escolaridade, etc.). Na primeira reunião pública desta iniciativa cidadã na capital belga, houve um momento de apresentação da proposta, seguido de um exercício de perguntas e respostas onde pequenos grupos de pessoas se reuniam em torno de cada elemento do grupo inicial que havia construído e proposto a iniciativa. Isto possibilitou que as dúvidas e clarificações pudessem ocorrer em grupos mais pequenos, o que leva a uma maior interação e profundidade das respostas – também por que se consegue "alargar" o tempo de discussão devido ao menor tamanho da audiência. Aqui, cada pessoa podia expressar as suas dúvidas, receber respostas claras, e ter uma conversa mais interativa com os propositares do projeto – resultando em maior clareza, e uma imediata maior conexão com o projeto. Como "prova", a "taxa de retenção" (relativa à quantidade de pessoas que, depois dessa sessão, se comprometeram a ser parte ativa no projeto) foi de quase 50% dos participantes.

Detalhe da sessão 1:

Objetivos:

Queremos que todas as pessoas que participem saiam dali a:

- Confiar na equipa e nos outros + gostar + sentir-se seguro para voltar
- perceber o que se quer fazer, como se quer fazer, e como vai funcionar o processo (sentir que se tem espaço para participar, ser ouvido e influenciar resultados);
    - Tentar ser simples, prática, clara, transparente
    - Tentar falar pouco e ouvir

Estrutura das reuniões:

- Check-in

De curta duração, com sugestões de ação coletiva silenciosa, ou interações 1-para-1 com trocas curtas

O objetivo é fazer com que os participantes se encontrem emocionalmente, antes do trabalho racional, e conheçam o estado de espírito de quem com elos vai trabalhar – para aumentar a abertura à interação e reforçar laços e conhecimento mais profundo do outro.

  - ex.: pode ser usar as duas mãos para, ao mesmo tempo, numa escala cima-baixo, indicar "níveis de energia vs. níveis de entusiasmo com o processo ou vs. níveis de confiança na vitoria eleitoral, ou vs. qualquer pergunta que permita uma resposta com escala silenciosa.
  - Pode ser também partilhar qualquer coisa (mais inspiradora, critica, etc.) que se ouviu na última semana sobre o movimento (em modo 1-para-1)
  - Ou pode ser outra coisa qualquer.

- Agenda
  - Apresentar a agenda, pontos a tratar, e definir tempos máximos para cada ponto.
  - Apesar de ser uma agenda aberta, em nome de poupar tempo, este exercício deve ser trabalhado antes, e apenas confirmado/ajustado na reunião

- Intro + História do que se passou até agora
    i. Isto ajuda a enquadrar toda a gente no processo, e confere o direito e a capacidade/conhecimento para se envolverem e poderem, a partir deste momento, fazer parte da força condutora deste processo coletivo.
  - Apresentações individuais curtas
    i. Aqui, mais uma vez, pretende-se construir pontes emocionais entre participantes, fomentando aquela que é a principal "cola" de movimentos colaborativos – a relação interpessoal.
    ii. Há que ter cuidado com a gestão do tempo, devendo o facilitador assegurar que ninguém ultrapassa o tempo estabelecido para cada intervenção.

- Processo criação de programa/proposta eleitoral + Processos de tomada de decisão
  - Aqui reforça-se o apelo à participação e à tomada de poder sobre o processo participativo, convidando-se toda a gente a refletir, comentar (se necessário) ou

sugerir em torno do método de tomada de decisão que vai pautar e gerir o processo de desenho das propostas políticas

- Apresentação inicial da Motivação/Visão/Missão
    - Aqui importa referir que o que é apresentado é fruto de um processo inicial e que está aberto a sugestões. Só assim se empodera toda a gente a definir os objetivos e o espírito do movimento em que participam. Se não houver muito tempo na reunião (como era o caso na MoVivo), pode-se recolher apenas impressões e sugestões, e remeter para uma futura reunião de trabalho – reforçando o convite a todos de se juntarem à mesma.
        i. Recolher inputs, ideias, críticas, etc.
        ii. Trabalhar visão e missão *in situ*
        iii. Finalizar + definir prazos de validade (por ex.: pode ser que os objetivos do movimento sejam diferentes para antes e depois das eleições)
        iv. Se possível dar por fechado o processo e adotar a visão/missão

CELEBRAÇÃO!

Nota: A celebração é um elemento muito importante já que é o que psicologicamente "acolchoa" o que vivemos nesse dia, e molda a nossa memória do que se passou. É também um momento de apreciação consciente de tudo o que foi realizado e aprendido coletivamente. A celebração também estimula uma nova consciência: o que aprendemos leva-nos a uma nova compreensão de nós mesmos, das pessoas ao nosso redor e do mundo em geral. O que pode levar a novos sonhos e iniciativas…

2ª sessão MoVivo

A segunda reunião da MoVivo veio no encadeamento da primeira: depois do check-in e da revisão coletiva da agenda, foi apresentado o processo de decisão – revisto e aditado (com feedbacks recolhidos da última sessão) – seguindo-se a sua aprovação e adoção coletiva (15 minutos). Os próximos passos foram os de repetir o exercício para a Visão e Missão do Movimento, apresentando a revisão elaborada com recurso aos feedbacks recolhidos na primeira reunião, fazer pequenos ajustamentos, e aprovar os mesmos (demorou cerca de 20 minutos no total). Foi também, depois de uma semana de reflexão pessoal, tomada uma decisão final acerca da oferta de um partido político para que fossemos a eleições com as suas cores e logo (demorou cerca de 15 minutos). Foi feita uma última "advertência" /reflexão mesmo antes desta votação: "sendo que avançar independentes de um partido implica mais trabalho, pede-se a quem vote neste sentido se comprometa a participar nesse trabalho (recolha de assinaturas, abertura de contas, leitura de lei eleitoral, etc.). A decisão foi, ainda assim, a de avançar sozinhos, imprimindo um caráter verdadeiramente inovador e apartidário à iniciativa, apesar dos acrescidos trabalhos burocráticos que tal implicava.

Tomadas as decisões que havia a tomar, lançaram-se os trabalhos de desenho coletivo do programa eleitoral da MoVivo. O desenho da reunião neste ponto foi pensado para: i) oferecer um momento de reflexão pessoal e assentamento de ideias, ii) um momento de partilha, e iii) um esforço de compilação de sonhos em 5 temas que deles emergissem. Assim, foram distribuídos post-its e canetas a cada umo dos presentes, assim como 5 minutos para escrever, individualmente e em silêncio, todas as ideias, desejos, sugestões e prioridades que cada umo tinha para o concelho de Montemor. Uma ideia por post-it. Findos os 5 minutos cada pessoa foi convidada a partilhar o que havia escrito, para se conseguir ouvir e sentir o que era colocado na mesa. Uma vez feito esse exercício, os post-its foram recolhidos e, durante o momento de pausa da reunião, compilados em 5 temas distintos.

Neste momento introduzo uma nota sobre um incidente interessante, dramático certamente, mas que atesta quer a interiorização do significado de horizontalidade e da importância do processo pelos participantes, quer a importância da facilitação. Como dizia, neste encontro/sessão de trabalho aberta para o desenho do programa político da MoVivo, uma das tarefas a fazer foi a de reunir todos os post-its com todas as sugestões/ideias levantadas por todas as pessoas presentes, e subdividi-los em temas que viessem a definir as próximas sessões (uma dedicada a cada tema) da MoVivo. Essa tarefa foi inicialmente desenhada para ser executada por duas pessoas do movimento. Chegada a altura, no "calor" da reunião – que prosseguia o seu curso escrupulosamente seguido para que não fosse nunca ultrapassada a marca das 3horas por reunião –, essa tarefa foi executada paralelamente, mas apenas por um elemento da equipa, enquanto os outros asseguravam as diferentes tarefas para o momento coletivo. Este pequeno desvio, causado quer por falta de recursos humanos, quer por

"falha" da implementação do processo, revelou um importante impacto, já que acabou por traduzir (forçosamente?) as preferências de quem efetuou a tarefa na sectorização dos temas. No momento seguinte, aquando a apresentação dos temas que "emergiram" do momento coletivo de reflexão sobre os mesmos por via de post-its, cada tema aglomerava cerca de 20 (vinte) ideias, alguns mais, sendo que um deles – neste caso o da habitação – apenas reunia 6 (seis).

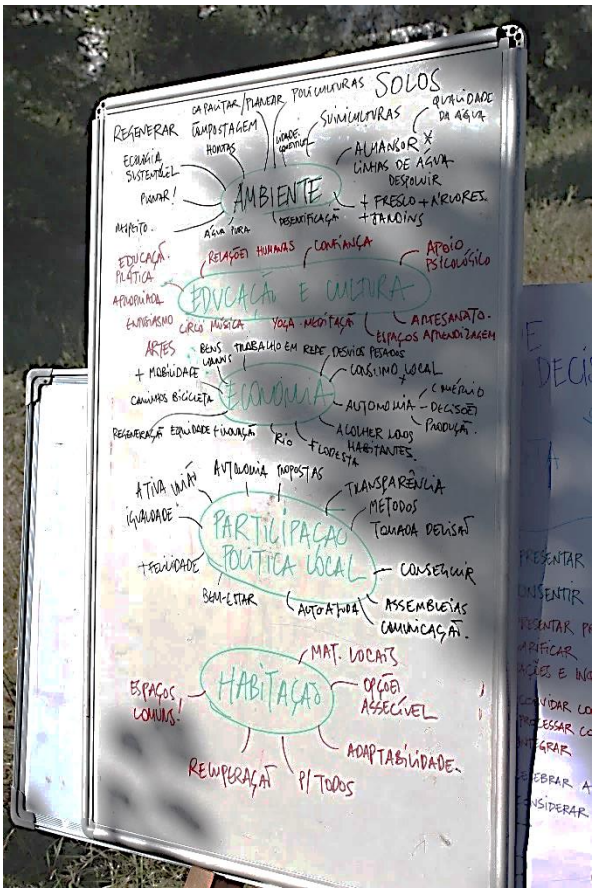


Figura C.0.1 - Divisão de ideias especificas em temas gerais

Ou seja, por falha processual, um elemento participante conseguiu (consciente ou inconscientemente) imprimir a sua preferência no desenho de um processo político coletivo que, idealmente, incluiria por exemplo a habitação dentro do tema da educação, ou abriria um "tema" chamado "vários" (incluindo educação, cultura, habitação, transporte e outros), ou dividiria o do ambiente em dois temas, ou outra divisão mais equilibrada. Isto foi notado, durante a reunião, por elementos do movimento, levando alguns dias mais tarde à sugestão de reorganizar os temas, tendo em conta este "desvio".

Esta sugestão, confrontada quer com a opção de não o fazer (para não confundir o processo, e porque "*não há problema que esta divisão esteja assim feita, a ideia é demonstrar a possibilidade do trabalho coletivo e não ter uma coisa perfeitíssima"(notas)),* quer com a reticência do elemento que fez as divisões *in loco* em o fazer, levou a uma discussão acesa, onde surgiram questões importantes

em torno de “egos”, centralização, possível falsificação do processo coletivo, e necessidade de se clarificarem processos e posicionamentos em relação à condução do processo. A divisão de temas acabou por se manter – sobretudo tendo em conta a natureza de pilotagem desta experimentação, e a “suave” progressão do processo de desenho do programa político (para não criar atritos e confusões evitáveis) – com a ressalva de não se voltar a permitir que estes tipos de momentos crucias (onde acontece a definição de temas que se estendem a todo um processo) voltem a ser lidados por apenas “um par de mãos”.

Uma ressalva importante, nascida quer da observação do investigador, quer das perceções de variados entrevistados (notas) em relação a esse momento do processo é que, em retrospetiva, foi realmente importante ter o tema da habitação destacada no programa político e nas prioridades da MoVivo, mesmo tendo isso surgido de uma falha processual. Ou seja, apesar da importância do processo, e da necessidade de se assegurar a idoneidade do processo horizontal e justo, pode ser importante que os grupos sejam capazes de alguma flexibilidade – encontrada por recurso à discussão aberta, honesta e em boa-fé – de maneira a permitirem a progressão da aventura. Esta capacidade de avançar sem sabotagens deve sobretudo ser ancorada e relações de confiança e proximidade como referenciadas por Östrom na resolução da tragédia dos comuns.

Houve em seguida uma apresentação dos 5 temas compilados, para feedback coletivo e reajustes quando necessário. Foi também proposta uma distribuição dos temas pelas 5 sessões seguintes,

Foi também a partir desta reunião que se começaram a fazer, no final do tempo previsto, rondas participadas de sugestões para melhorar os encontros. Por exemplo, nesta primeira tentativa resultaram sugestões como “desenvolver sinaléticas de grupo” (para facilitar comunicação não verbal, e “sentir imediatamente a temperatura” do grupo em relação a propostas ou comentários feitos por cada umo dos membros); incluir ronda final (*check-out)* para que possa haver um espaço de apreciação e entendimento do outro perante a experiência vivida coletivamente – abrindo espaço a sugestões, queixas e partilhas várias; conseguir mais sombras; melhorar a sinalização, organizar com a senhora do café mais próximo para que se possa preparar o melhor que quiser/conseguir para as “enchentes” que cada uma das nossas reuniões aporta; trazer mais cadeiras; estabelecer uma equipa dedicada ao apoio técnico; etc.

Figura C.0.2 - Sinalética utilizada nos protestos de Occupy Wall Street (em NY, 2011) para a eficácia de tomada de decisão coletiva[156]

E foi também depois de esta reunião que se conseguiram finalizar os panfletos informativos, a distribuir pela população do concelho, em jeito de convite para participar nas diferentes discussões temáticas, em torno das quais se desenharia o programa político da MoVivo.

[156] Retirado de (Polletta, 2004), traduzido livremente do inglês

Detalhe da sessão 2:

Objetivos:

- Criar GTs
- Encontrar locomotivas
- GTs definir micro-motivações e espaços
- Calendarização de tudo
- Mapeamento de necessidades de cada GT
    - Elencar estratégias de supressão de necessidades

Parte 1.

- Check-in
    - Introdução de capacidades no grupo (usar fitas de cores diferentes)
        - Encontrar alguém com experiência de (por ex.):
            - Áreas de ação autárquicas, Médicos / primeiros socorros, Finanças, Jurídico, Natureza, Questões sociais, mães; etc.
- Agenda
    - Apresentar a agenda, pontos a tratar, e definir tempos máximos para cada ponto.
    - Apesar de ser uma agenda aberta, em nome de poupar tempo, este exercício deve ser trabalhado antes, e apenas confirmado/ajustado na reunião

- Revisão de processos acordados de:
    - motivações/visão
    - valores/tomada de decisão
    - calendário do processo/missão
    - ex.!

Parte 2.

Open Space ou similar para visão 2030 - explicar o que queremos

- *post-its* e marcadores para cada pessoa, de modo a escrever ideias, visões, sugestões, sonhos, etc. para Montemor (horizonte temporal de 10 anos por exemplo);
    a. 5 minutos de introspeção, podendo-se escrever quantos post-its se quiser;
    b. Deve-se escrever em letras maiúsculas, 1 ideia por *post-it*
- recolha de post-its

a. duas pessoas pelo menos (voluntariamente ou por tiragem à sorte), recolhem todos os *post-its* e recolhem-se para os reunir em 5 temas representativos, desenhados em torno dos conteúdos escritos nos *post-its.*
b. Os restantes fazem uma pausa informal

- Apresentação de proposta de temas pela equipa de voluntários que agrupou os post-its
- Discussão, sugestões, acertos e consentimento dos temas escolhidos.

- Começar conversas em torno de cada tema

Durante os próximos X minutos, será debatido um tema em cada mesa.

a. Cada mesa deverá ter umo guardião do espaço/foco/tema capaz de
    - assegurar que a conversa se centra no tema, que as ideias ali produzidas pertencem realmente àquele tema, etc.
    - guardar ideias que (ache que) sejam de outro tema par as apresentar mais tarde
    - tirar nota das ideias e sugestões que surgem na discussão, para depois (numa próxima reunião) se construírem subgrupos de discussão
b. Cada pessoa pode circular livremente entre as mesas, de modo a poder dar os seus inputs e ideias – ou se assegurar que os mesmos estão registados nas temáticas relativas

- Breve apresentação ao coletivo das ideias que surgiram naquele subtema.

Estas serão depois agrupadas em subtemas, a serem discutidos nas próximas reuniões (temáticas);

É também importante encontrar voluntários que assegurem a divisão clara, em subtemas, das ideias resultantes das discussões iniciais – de modo a poder aprofundar as ideias numa próxima sessão de trabalho dedicada exclusivamente a um dos temas.

a. Composição de documento inicial
    - primeiro esboço de programa eleitoral (apenas temas) + calendarização!

<u>Mapeamento de necessidades</u> + clarificação de apoios

- Facilitação, logística, comunicações, enquadramento de poder autárquico; etc.

CELEBRAÇÃO!

3ª – 7ª sessões MoVivo

Nas sessões seguintes, o desenho do formato era diferente. O foco naquelas três próximas horas era mono-temático. Cada tema foi "trabalhado" anteriormente, de modo a serem apresentados e propostos, a cada sessão, subtemas dentro de cada um dos temas. Uma vez aprovados por todos os presentes, cada subtema deu origem a uma mesa de discussão. Foi pedido que pelo menos uma pessoa se voluntariasse para ficar durante todo o exercício numa das mesas, para tirar notas e enquadrar quem chegava sobre as discussões e ideias tidas e refletidas. Todas as outras pessoas podiam circular livremente, mudando de mesa para poder participar em todos os subtemas que desejassem.

Havia uma primeira fase de discussão por subtemas, com a duração de 30 minutos, utilizando um documento-esquema (ver figura C.0.3 em baixo) desenhado precisamente para ajudar a abrir espaços de identificação do problema, observação de impactos observados, e discussão de necessidades identificadas para levar a impactos desejados.

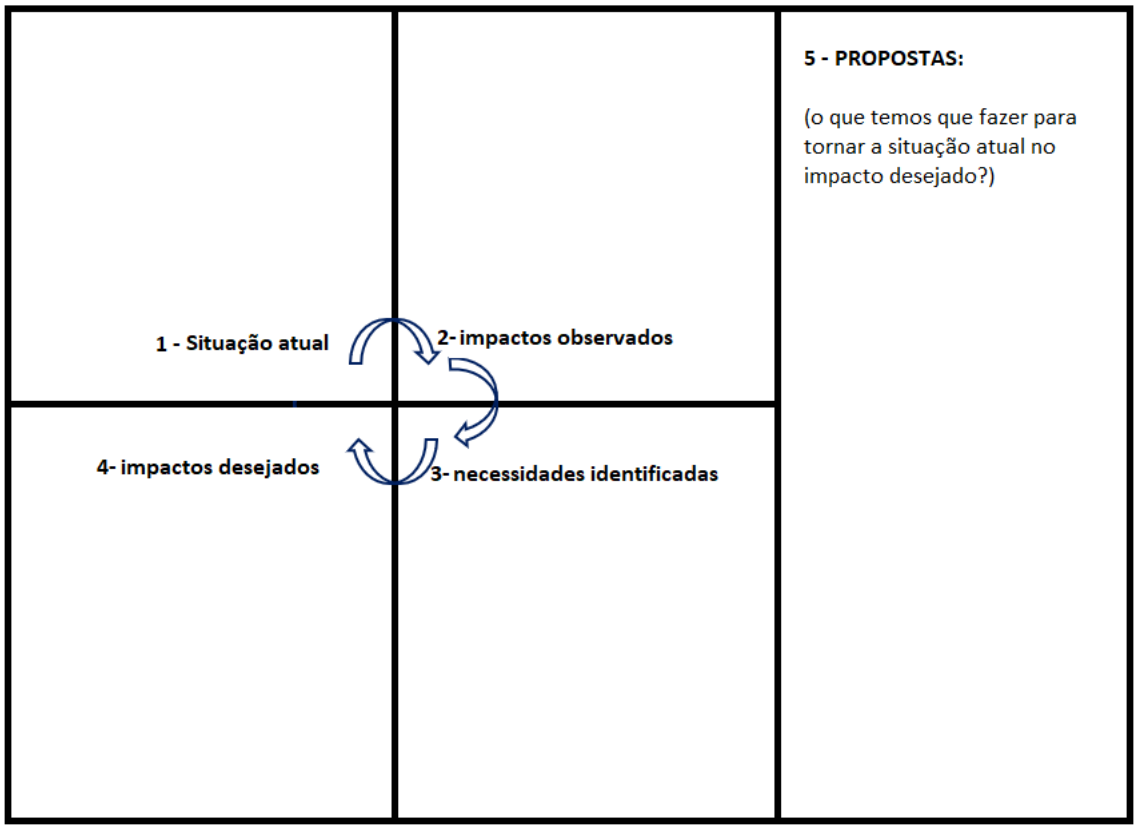


Figura C.0.3 - Quadro-esquema para composição deliberativa de subtemas de discussão

Este desenho permite expor e clarificar os "fios condutores" ("*drivers*"), como explicado e apresentado por um dos facilitadores que o ajudou a estruturar:

"*Imaginei que, numa primeira instância, uma tabela podia ajudar a organizar o seu pensamento. Nesta tabela estão os temas e focos, as propostas desenvolvidas em cada tema, dispostas cronologicamente por ordem de implementação proposta, e as colunas podiam ser a situação atual, os impactos, necessidades, e impactos desejados. Assim, será mais fácil manter um fio narrativo quando for preciso explicar os Drivers da proposta (nome dado à frase curta que expõe a situação, impacto e necessidades que a proposta procura resolver/satisfazer/atingir); até pode ter uma coluna extra para drivers para a malta tentar fazer uma frase com a informação na situação, impacto, necessidades e desejos*.

Isto porque, para as propostas serem processadas com rapidez é preciso muita clareza tanto do proponente como do resto do grupo (…e para isso) é preciso saber pelo menos "os drivers".

Quando as propostas não têm drivers precisam de ser pensadas mais profundamente, porque das duas uma: ou 1) a proposta não produz valor para a organização (capacidade da organização de cumprir os seus objetivos/satisfazer as suas necessidades identificadas, ou 2) a proposta procura satisfazer necessidades identificadas noutras propostas e pode fundir-se com estas.

O mapeamento dos drivers vai-nos ajudar a organizar as 50 propostas (iniciais) numa coisa mais simples. Provavelmente para uma ou duas propostas por FOCO. Porque o que importa são os drivers, não tanto as propostas. As propostas uma vez que se atua sobre elas, elas mudam. Os drivers são o que definem a proposta, e não ao contrário. Os drivers são as vontades das pessoas, as propostas são estratégias para as satisfazer. As estratégias podem ser muitas para satisfazer um só driver. A meu ver estes é que são o "CENTRO" do documento. Ou pelo menos o centro da clareza sobre as propostas. Sem isto, as propostas flutuam no vazio. (Conversas com André Carvalho, 07/07/2021)

Após esta primeira fase de discussão juntava-se toda a gente para ouvir cada umo dos voluntários a fazer um pequeno resumo das discussões e ideias assentes até então. 5 minutos cada "apresentação" por cada subtema, com possibilidade de receber mais ideias e feedbacks de toda a gente. No final de todas as apresentações, voltava-se às mesas (não necessariamente com os mesmos voluntários a assegurar a mesa, agora eu a mesma já se encontrava enquadrada), para mais 20 minutos de discussão. Nos últimos 5 minutos o facilitador pedia que cada grupo reunido em torno de cada subtema, assentasse 5-6 propostas capazes de tornar a situação atual tal como observável, num impacto desejado coletivamente. Uma vez preenchidas as folhas dos documentos-esquemas, era então pedido um esforço de síntese, capaz de escrever uma proposta política por post-it, de modo a permitir a sua apresentação sucinta, bem como situá-la num calendário de implementação final. No final resultava num máximo de 5-6 propostas por cada subtema, cada uma escrita num post-it, a ser apresentada a toda a gente, mais uma vez reagrupada para ouvir todas as ideias. Á medida que as propostas eram apresentadas, uma por post-it, esses post-its era colocados numa escala temporal e

de autonomia (ver figura C.0.4 abaixo). Temporalmente o horizonte era de 10 anos – propositadamente para escapar ao calendário eleitoralista de 4 anos, e permitir reflexões de fundo para o território. A escala de autonomia servia para o grupo ter uma reflexão rápida sobre se uma ideia estava dependente da detenção de poder público para a efetivar, ou se a mesma era implementável apenas por recurso à sociedade civil – podendo nesse caso avançar autonomamente.

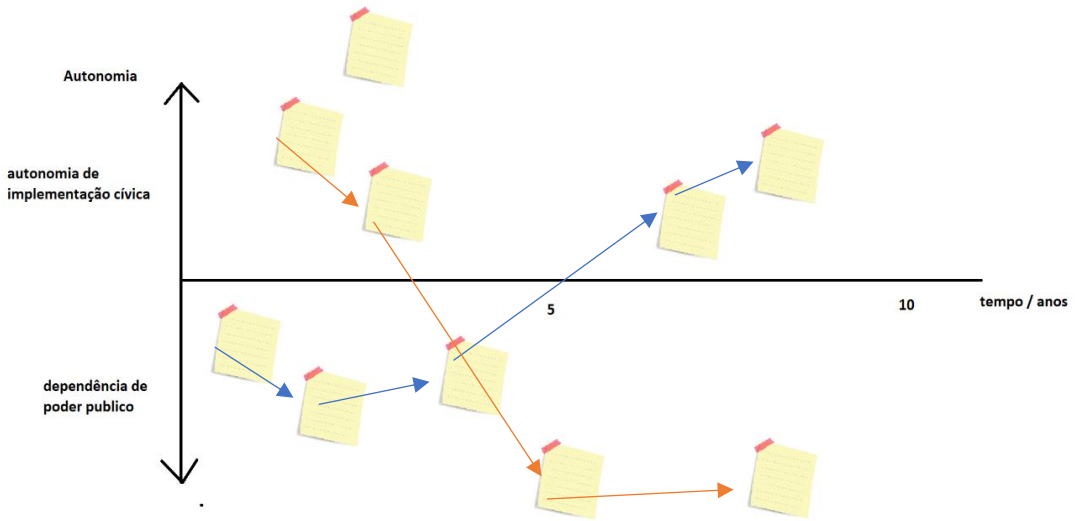
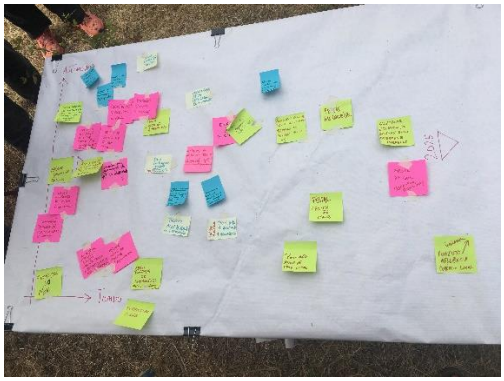


Figura C.0.4 – Escala temporal, autonomia de ideias e interligações



Figuras C.0.5 - Escalas temporais e de autonomia, preenchidas nas reuniões da MoVivo

No final de cada sessão, a MoVivo obtinha mais uma série de propostas para cada subtema, baseadas e exploradas em todo o seu sentido e propósito, conectadas estratégica e realisticamente, e com a vantagem de oferecer a possibilidade de implementação autónoma (quer dizer, sem a necessidade de detenção de poder político) de certas propostas (ver figs. 7, 8 e 9). No final das sessões 3-7 o programa estava desenhado, num rascunho a ser trabalhado por voluntários. No final de cada sessão eram feitas rondas de *feedback* informal, em torno de mesas com comida e bebida, durante ou depois de conversas informais, relaxadas e informadas por tudo aquilo que se havia vivido coletivamente.

Detalhe da sessão 7:

- Check-in
    - Pequeno exercício de encontro pessoal, para "trazer" todos os participantes para o local e foco do encontro
- Agenda
    - Apresentar a agenda, pontos a tratar, e definir tempos máximos para cada ponto.
    - Apesar de ser uma agenda aberta, em nome de poupar tempo, este exercício deve ser trabalhado antes, e apenas confirmado/ajustado na reunião

Cada uma destas sessões é dedicada a um dos temas resultantes do trabalho de aglomeração da sessão 2. Da mesma maneira, deve ter sido feito "trabalho de casa" para definir subtemas que resultaram das discussões iniciais (por mesa) em torno desse tema, na sessão 2.

Deve-se sempre permitir, no entanto, que novas ideias e sugestões ganhem forma e tomem o seu lugar, aglutinando-as com ideias já existentes ou dando-lhes o espaço que necessitam para que possam existir.

O essencial é cultivar uma cultura de abertura, capacidade de interiorização de propostas (baseadas em diálogo e discussões sãs), em que cada pessoa se sinta ouvida e considerada durante o processo de discussão e tomada de decisão quanto às propostas que serão apresentadas pelo movimento.

Parte 1.

Debate das prioridades do tema em geral.

Pequena apresentação do que é o tema, e o que deve procurar trabalhar/encontrar. Esta apresentação deve ser feita pelos voluntários que se propuseram a definir os subtemas, e sempre aberta a sugestões e acertos por parte de todos os participantes.

Parte 2.

Definição de mesas de discussão e aprofundamento em torno de cada subtema

- Cada pessoa pode circular livremente entre as mesas, de modo a poder dar os seus inputs e ideias – ou se assegurar que os mesmos estão registados nas sub-hepáticas relativas
- Cada mesa deverá ter um guardião do espaço/foco/tema capaz de:
    a. assegurar que a guardião conversa se centra no tema, que as ideias ali produzidas pertencem realmente àquele tema, etc.
    b. guardar ideias que (ache que) sejam de outro tema para as apresentar mais tarde
    c. no final, coordenar a agregação/priorização de todas as ideias em 4-5 *post-its*

- nota: número de *post-its* pode variar, mas deve-se procurar manter a concentração de ideias (uma vez que serão agregadas a todas as outras tidas nos outros subgrupos, para constituir o programa eleitoral em torno do tema geral em discussão)

Parte 3.

Plenário para apresentação de ideias e constituição de calendário de implementação e autonomia

- Cada guardião apresenta os post-its que resultaram da agregação de ideias e discussões que tiveram lugar na "sua" mesa;
- Cada vez que um *post-it* é apresentado, deve ser colocado no esquema de calendarização/autonomia desenhado para o efeito (anteriormente)
- Mais ideias podem ser apresentadas, consideradas e aceites para introdução nesta fase (se não tiverem tido "espaço" dentro dos subgrupos, etc.).

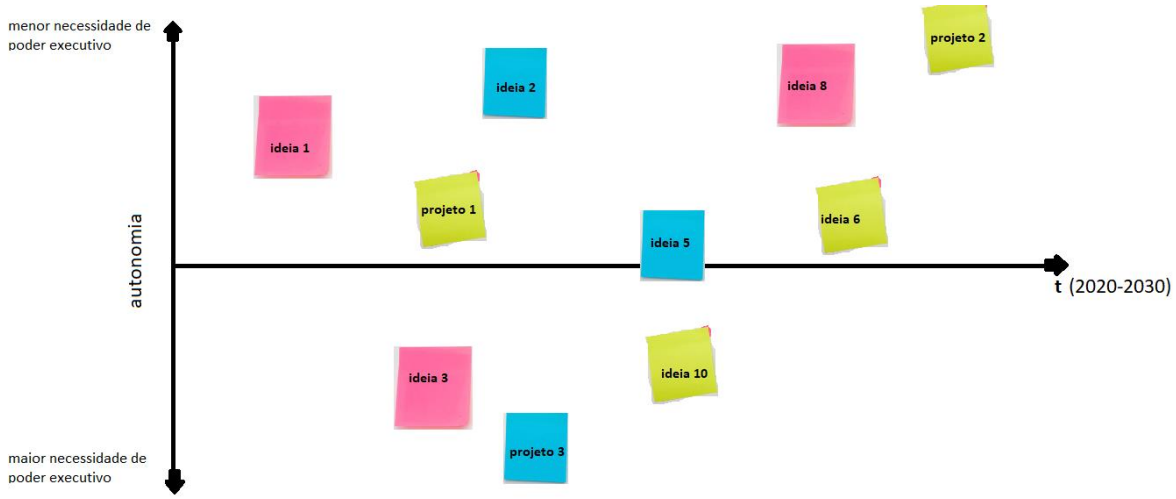


Figura C.0.6 - Esquemática de disposição de ideias

- No final de todas as apresentações o esquema está completo, com todos os participantes a terem uma ideia clara do que é proposto, da sua calendarização prevista e do nível de autonomia que cada uma das ideias/tarefas tem para poder ser implementada
    a. muitas podem começar desde logo, ou independentemente da participação do poder político).

CELEBRAÇÃO!

8ª sessão da MoVivo

Seleção de candidatos

Após o desenho do programa eleitoral, e preenchidas as necessárias burocracias para participação em eleições autárquicas por via de uma lista independente[157], chegou-se ao momento de escolher os candidatos para as eleições. Impõem-se aqui algumas ressalvas, que expliquem e enquadrem a existência de representantes da MoVivo, sendo que o movimento procura pilotar e experimentar com um tipo diferente de democracia, baseada na deliberação, ma participação direta, e na estruturação de discussões políticas e consequentes tomadas de decisão sem delegação permanente na pessoa de alguém eleito a cada X anos.

Emerge assim um momento interessante no seio do movimento, entre a obrigatoriedade institucional de apresentar candidatos (hierarquizando a plataforma "á força"), a vontade de experimentar e pilotar mecanismos alternativos de escolhas de representantes, a necessidade de pilotar a relação entre este tipo de movimentos e o desenho institucional de estado existente e o interesse de refletir, na prática, sobre a natureza do cargo político e as vantagens e desvantagens da mera apresentação política da decisão coletiva, sem capacidade de iniciativa política a nível pessoal. De facto, este problema trouxe vários dilemas para a mesa, nascidos da vontade de conduzir coerente e corajosamente esta experimentação política, da vontade também de tornar a plataforma pelo menos "*teórica e politicamente viável, relevante e capaz*" (notas), e da obrigação de se acomodarem desenhos institucionais que, apesar de contraditórios ao ideal deliberativo e direto da Montemor-o-Vivo, eram obrigatórios de acomodar se a plataforma queria participar em eleições autárquicas.

A solução escolhida, entre várias possíveis (como por exemplo o método da "eleição sem candidatos"), foi a da "tiragem à sorte", acompanhada de um documento interno de relação entre cada candidato e a plataforma, que regeria a atuação de cada qual na eventualidade de uma eleição. Isto foi avançado apesar de se ter coletivamente considerado que, nesta primeira "investida" política, provavelmente não haveriam votos necessários para a eleição de qualquer candidato a qualquer um dos órgãos a que a Montemor-o-Vivo se candidatava. Pelo que se apostou na exploração de metodologias "radicais", algo que, como mais tarde se veio a refletir, poderá ter sido um passo mal comunicado/entendido pelo eleitorado.

---

157 Ver https://www.cne.pt/content/perguntas-frequentes-eleicao-autarquica-geral para todas as informações relevantes

Acordo de relação entre candidatos e a MoVivo

Posto isto, e antes de se proceder à tiragem à sorte por entre as pessoas que constituíram a MoVivo, um grupo dedicado estruturou um documento no sentido de reger a relação entre eventuais eleitos e a plataforma da MoVivo. O documento não chegou a ser assinado por nenhum dos candidatos, mas apenas verbalmente aceite, assumindo-se a sua natureza viva, e aceitando o respeito quer pelo seu espírito, quer pelas futuras decisões do coletivo em torno do mesmo.

Não obstante, o documento incluía: o dever de respeitar e tomar inspiração na missão e Visão da MoVivo. O limite de um mandato, sem renovação, de modo a manter o objetivo de rotatividade em cargos políticos, e focar energia na otimização de processos internos (i.e., cada vez mais eficazes, céleres e participados). Conferir 100% poder de iniciativa ao coletivo, com algumas ressalvas e exceções que, podendo acontecer, deveriam ser sempre alinhadas com as linhas programáticas decididas colaborativamente na Montemor-o-Vivo, e ser sempre devidamente justificadas ao coletivo. Do candidato também seria esperada uma participação ativa, em regime de igualdade com todas as outras pessoas, nos processos de deliberação e decisão coletiva internos à Montemor-o-Vivo, incluindo participar no desenho de agendas/ordem de trabalhos para cada reunião e disponibilizar as mesmas em tempo útil ao coletivo, especialmente em matérias relacionadas com assuntos urgentes e emergentes, oportunidades, possíveis alianças e posicionamentos, dinâmicas políticas locais, etc. Obrigação de transmissão de informação ao coletivo e habitantes do concelho, por via de atas, vídeos das discussões públicas, manutenção de uma plataforma de transparência, simplificação de linguagem, e outras técnicas e mecanismos considerados apropriados para simplificar e estimular a participação política local.

Foi também proposto um limite de vencimento, com um valor máximo por hora, sendo o reste entregue/doado ao coletivo. Estes incluiriam despesas de deslocação e representação, seriam ajustados a preços daquele ano, à evolução da inflação, e a eventuais variações devidas de IRS resultantes da alteração de vencimento auferido, de modo a não prejudicar ninguém que seja eleito. O valor restante, entregue á MoVivo, apesar de ter sido considerado “um problema de ricos” (no sentido que se lhe dedicaria tempo uma vez materializado, e não desde já nesta altura ainda especulativa) poderia então ser utilizado/constituído de diferentes maneiras. Algumas das sugeridas foram a criação de um fundo solidário, para pagar despesas quando necessário, ou para pagar a pessoas que se envolvem mais nos esforços e precisam de receber algum dinheiro (com o mesmo limite de valor/hora que o candidato); ou mesmo a criação de um mini-orçamento participativo, convidando a população a propor ideias e selecionando júris por tiragem à sorte para avaliar propostas e sugerir alocações financeiras.

Foi por fim, também incluída uma ressalva relativa à “responsabilidade do coletivo” que, á última data de trabalho no documento em questão, escrevia assim:

Se por um lado os candidatos da Montemor-o-Vivo se comprometem a manter o poder político no coletivo (adotando um posicionamento de mero porta-voz das deliberações coletivas), o coletivo compromete-se, por sua vez, a estar ativo no apoio a qualquer dos seus membros se esto vier a ocupar um cargo eleito.

Isto significa que se assume um compromisso, coletivamente, de apoiar ativamente os esforços da Montemor-o-Vivo e na participação dos processos coletivos que orientarão a ação do candidato eleito. No caso disto não acontecer (i.e., falta de participação atempada, de pelo menos 5 pessoas numa reunião) o candidato é empossado de autonomia política e poderá agir sem esperar pelo processo coletivo, dentro dos assuntos relativos à sessão que não obteve "quórum" - mas sempre em alinhamento com os princípios/visão/função da Montemor-o-Vivo.

O coletivo dá também um voto de confiança a quem for eleito, e apoia no desenvolvimento pessoal e profissional do mesmo (atas, 31/06/21)

Tiragem à sorte de candidatos

Acordado o documento supramencionado, procedeu-se à tiragem à sorte por entre todos os presentes e outros que haviam indicado a sua disponibilidade de terem o seu nome colocado nos lugares cimeiros da lista de candidatos da MoVivo. Foi acordado que seriam selecionados os 6 nomes exigidos para a lista à CM, e "apenas" 10 para a lista da Assembleia Municipal, uma vez que realisticamente nunca se elegeriam mais do que esse número de pessoas, e sendo que bastantes participantes e simpatizantes com a MoVivo estava disposta a dar o nome para uma lista, mas não para cargos considerados "elegíveis. Uma nota também para o fato de terem sido acusadas publicamente pressões políticas sobre pessoas que se encontravam empregues pela Câmara Municipal, levando algumas a escolher não colocar o seu nome nas listas por medo de possíveis represálias. Posto isto, colocaram-se nomes num chapéu (literalmente) e, nome a nome, foram saindo os candidatos da MoVivo. A cada nome lido em voz alta, pedia-se uma confirmação de disponibilidade pelo selecionado. Muitas vezes a primeira reação advinha de uma sensação de relutância ou apreensão em assumir um papel tão importante e potencialmente stressante. Relatos informais pós reunião referiram um sentimento de ansiedade pela visibilidade e escrutínio público que acompanham qualquer candidatura a um cargo político. Ao mesmo tempo, houve um claro sentido de dever ou obrigação de servir a visão, o projeto e a comunidade, levando a colocar de lado algumas reservas pessoais. O que foi observado, no geral, pelo investigador desta tese de doutoramento e nas entrevistas semiestruturadas levadas a cabo posteriormente, foi que o sentimento de não querer ser escolhido para um cargo político, mas aceitar a responsabilidade de qualquer forma, pode ser uma mistura complexa de apreensão, dever e autossacrifício. É preciso coragem e um forte sentido de

compromisso para se colocar numa tal posição, e a decisão de o fazer não é nunca tomada de ânimo leve.

Acabado o exercício de seleção de candidatos, a ronda de feedback imediato revelou um entusiasmo geral, uma coragem coletiva, e uma "*disponibilidade de confiar no outro e crescer juntos, o que pressupõe confiança entre todos*" (notas).

Detalhe da sessão 8:

- Check-in
- Seleção de candidatos – proposta de tiragem à sorte ou outras (ex.: seleção sem candidatos, etc.)
- Informações sobre direitos, deveres e remunerações Institucionais e em termos do MoVivo (ser apenas porta-voz, etc.)
- Processo de seleção de candidatos
- Revisitação do processo e do programa
- Recolha de feedbacks e ideias para as próximas fases (campanha e presença nas mesas de voto)

9ª sessão MoVivo

A reunião coletiva final da plataforma, direcionada à validação do programa eleitoral como um todo, foi cuidadosamente preparada, de modo a acolher todas as vozes e visões sobre o projeto e propostas desenvolvidas, rever o programa final coletiva e atentamente, e validar o mesmo em consenso.

No Anexo D pode ser consultado o programa final da Montemor-o-Vivo, trabalhado para coerência, simplicidade, e inteligibilidade por todos aqueles que não participaram no processo e apenas lhe tinham acesso por via do manuscrito (e da conversa interpessoal). Só depois de uma primeira versão compilada e simplificada, em que cada qual tinha conhecimento do que era finalmente e realmente proposto pelo resultado do processo coletivo pilotado pela MoVivo, e podia então, em boa consciência, apoiar o todo – ou não –, é que foi possível avançar para a próxima etapa.

Detalhe da sessão 9:

- Check-in
    - Pequeno exercício de encontro pessoal, para “trazer” todos os participantes para o local e foco do encontro
- Agenda
    - Apresentar a agenda, pontos a tratar, e definir tempos máximos para cada ponto.
    - Apesar de ser uma agenda aberta, em nome de poupar tempo, este exercício deve ser trabalhado antes, e apenas confirmado/ajustado na reunião

Parte 1.

Revisão e aprovação das propostas dos grupos temáticos

- Umo voluntário de cada um dos temas apresenta a proposta política final, a figurar no programa eleitoral do movimento;
- Existe ainda espaço para anotações, sugestões ou pequenas alterações ao texto, mas a grande maioria do trabalho está feito

Parte 2.

- Revisão do processo, do que foi conseguido, do que está a ser e tem de ser feito entretanto, e dos próximos passos (preparação para as eleições)
- Momento de check-out
    - Por exemplo, pedir para partilhar os melhores momentos, ou momentos mais inspiradores, ou apontar algo que correu menos bem, ou sugestões de como fazer melhor da próxima vez, ou apenas um convite para partilhar o que vai na alma, ou qualquer coisa que nos permita vocalizar o que esta experiência significou para nós.

Parte 3.

CELEBRAÇÃO E FESTA!

Materiais necessários para todos os encontros:

- Quadro Branco ou de folhas A3
- Marcadores de cores
- Post-its de várias cores
- *Stickers*/fitinhas de cores diferentes para papéis diferentes

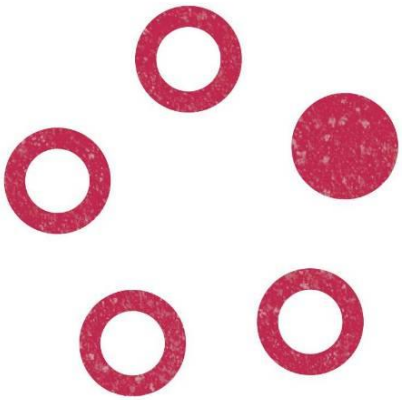
- Fita-cola
- Rolo de papel grande (para esquema de deposição de ideias por tema)
- Bandeirinhas para chamar ajuda?

- Apoio logístico para crianças (brinquedos, e alguém para as entreter)
- Facilitadores
- “Vinhos e sopas”
- Computadores
    - Um por GT + 2 computadores de agregação?)
    - Para tirar notas em documento vivo e em acesso livre
- Suporte Visual
    - Calendário coletivo
    - Regras de tomada de decisão
    - Visão e missão do movimento
- Local/papel para estacionamento de ideias

Anexo D - Programa eleitoral final da Montemor-o-vivo

PROGRAMA ELEITORAL

montemor-o-vivo



Autarquicas 2021
Lançamento 16 Agosto

Montemor-o-Vivo é um movimento cidadão criado para promover uma política local mais participativa. As propostas que constam deste programa foram desenvolvidas de forma colaborativa entre Maio e Agosto de 2021 em sessões abertas, por cidadãos que se preocupam com o sítio onde vivem e trabalham.

mais informação em montemor-o-vivo.pt

participa@montemor-o-vivo.pt
facebook/montemorovivo

Índice

A nossa visão para 2030: um território em regeneração **4**

Como elaborámos as nossas propostas? **5**

Ambiente **6**

1. Reabilitar o Rio Almansor e as ribeiras do Concelho 6

2. Regenerar os recursos vitais 7

3. Reduzir, reutilizar e reciclar resíduos 8

Economia **9**

4. Desenvolver o sector agroflorestal 9

5. Apoiar o comércio local 10

6. Melhorar a qualidade de vida 11

7. Baixar custos energéticos 12

8. Apoiar a mobilidade 13

Educação e cultura **14**

9. Montemor Sala de Aula 14

10. Estudar desde Montemor-o-Novo 15

Participação local **16**

11. Melhorar o acesso à informação sobre a gestão municipal 16

12. Promover a participação 17

13. Criar um pelouro da colaboração 18

Habitação **19**

14. Habitação adequada para todos 19

15. Criar um gabinete para a habitação 20

Os candidatos de Montemor-o-Vivo **21**

Câmara Municipal 23

Assembleia Municipal 23

Assembleia de Freguesia 23

A nossa visão para 2030: um território em regeneração

Sabemos que

Montemor-o-Novo tem excelentes condições de vida: paz, proximidade a Lisboa, Setúbal e Espanha, boas vias de comunicação, natureza …

Há recursos

Ainda assim …

… o concelho perde 14 habitantes por mês, os rios e ribeiras estão em degradação, o tecido social e cultural tem dificuldade em renovar-se, há falta de casas e empregos condignos e os jovens sentem necessidade de sair de Montemor.

É preciso regenerar as relações humanas, o ambiente, a economia e a cultura.

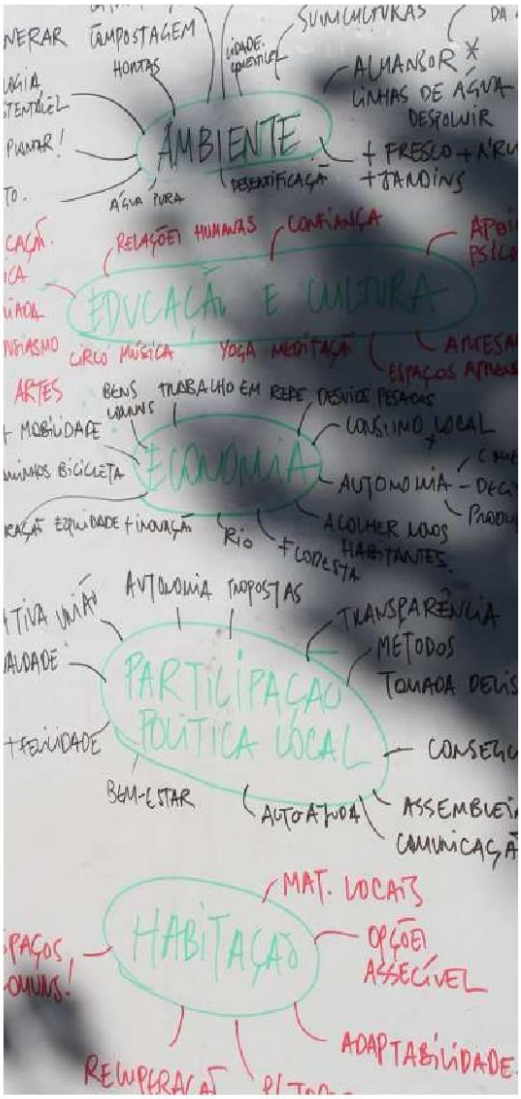
Em 2030, Montemor-o-Novo será um território regenerado com:

- Relações sociais re-estabelecidas,
- Habitações renovadas e casas para todos,
- Sustentabilidade ambiental com prosperidade económica,
- Jovens que preferem Montemor para viver,
- Participação dos cidadãos na resolução dos problemas,
- Desenvolvimento económico assente na valorização agro-florestal, o nosso maior bem comum,
- Ligações inter-geracionais,
- Educação com oportunidades iguais para todos,
- Iniciativas culturais renovadas.

Como? Achamos que as nossas propostas para este mandato são um bom ponto de partida.

Como elaborámos as nossas propostas?

As propostas que constam deste programa foram desenvolvidas ao longo de três meses por cidadãos que se juntaram e participaram livremente para pensar soluções para os problemas, oportunidades e desafios do concelho de Montemor-o-Novo.



O voto em Montemor-o-Vivo é um voto nas propostas que são apresentadas, debatidas e aprovadas pelos montemorenses – por si, pelos seus vizinhos, pela comunidade. É um voto na participação para lá das eleições, e em decisões informadas nas necessidades das pessoas.

Montemor-o-Vivo foi criado para promover uma política local mais participativa. Partimos do princípio de que os habitantes do território têm os conhecimentos, saberes e experiências necessários para analisar os problemas que existem, e em conjunto chegar a soluções pragmáticas.

A metodologia usada garante que cada participante tenha uma oportunidade igual de contribuir, e permite chegar a propostas concretas e consentidas por todos de forma rápida e eficaz. O nosso objectivo é que os mesmos processos – colaborativos, transparentes e abertos – se venham a generalizar na política local, permitindo o desenho coletivo de soluções reais e de longo prazo que promovam o bem-estar e revertam a perda da população.

5

Ambiente

1. Reabilitar o Rio Almansor e as ribeiras do Concelho

O Rio Almansor era utilizado para pescar, nadar, conviver, acampar, fazer piqueniques … Devido às descargas da indústria, suiniculturas e da rede de águas residuais da cidade, e ao desrespeito pelo caudal ecológico na Barragem dos Minutos, o rio ficou poluído. As nascentes e os açudes deixaram de ser mantidos, as margens ficaram intransitáveis, o rio começou a secar no verão e as pessoas deixaram de o utilizar.
Queremos trazer nova vida ao rio e às ribeiras afluentes, reverter a sua degradação ecológica, e recuperar o Almansor como uma paisagem visitada e utilizada pelos montemorenses.

Propostas

- Intermediar com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) um programa de reabilitação do Rio Almansor, de baixo impacto e custo, que garanta a preservação da fauna e flora das zonas ribeirinhas. Este programa deve contemplar a reflorestação da galeria ripícola, a proteção das margens do gado e a garantia de caudal pela Barragem dos Minutos.
- Criar uma rede de proprietários de terrenos junto ao Rio Almansor e suas ribeiras que queiram regenerar a sua margem, de forma a coordenar e facilitar as suas acções, e apoiar proprietários que queiram recuperar os antigos açudes do rio e nascentes.
- Criar no antigo moinho do Ananil e zona envolvente (propriedade municipal) um Centro Interpretativo do Rio com zona de lazer e recuperar o Moinho para a geração de energia eléctrica, como exemplo de reabilitação patrimonial.
- Desenvolver actividades com as escolas do concelho para ligar as crianças e os jovens ao rio.
- Criar um Serviço de Limpeza de Margens de Rio e Ribeiras, garantindo a manutenção de um caminho junto ao Rio Almansor desde a Ponte de Évora à Ponte de Lisboa.
- Identificar os focos de poluição do rio, entre outras através da realização de análises periódicas à água e de um sistema de monitorização do rio onde cidadãos podem alertar para descargas ilegais e outras fontes de poluição suspeitas de ilegalidade
- Garantir que não há fugas do sistema de saneamento para o rio e ribeiras.

- Incluir no Mor Solidário ou outro programa o apoio às famílias para reabilitar fossas sépticas quando estas apresentam fugas ou não são adequadas à dimensão do agregado.
- Auxiliar os proprietários agrícolas, de suiniculturas ou outros que tenham dificuldade no tratamento dos seus resíduos a encontrar soluções eficientes e de baixo custo.

2. Regenerar os recursos vitais

Sem água, o Alentejo perderá vida e habitantes. A contaminação da água e a erosão do solo põem em causa a nossa saúde e bem-estar, a biodiversidade do território e, a longo prazo, a sua capacidade de nos fornecer alimentos e outros bens essenciais.
É preciso descontaminar e regenerar água e solos, mantendo estes recursos vitais em qualidade e quantidade.

Propostas

- Fazer ciclos formativos sobre prática agrícolas e florestais que baixem os custos na gestão das suas explorações e simultaneamente aumentem a fertilidade do solo e a qualidade e quantidade das suas águas.
- Envolver a comunidade escolar em actividades de regeneração florestal adequadas aos grupos etários (plantar árvores, cuidar de linhas de água, fazer hortas …).
- Dar continuidade ao programa "LifeLines" (Universidade de Évora), em parceria com universidades e outras entidades, criando infraestruturas verdes ao longo de estradas e outras linhas de comunicação com o objectivo de reduzir a mortalidade animal e a perda da biodiversidade.
- Substituir a actual utilização do herbicida glifosato, que a OMS considera provavelmente cancerígeno, para a eliminação de ervas pela Monda Térmica, como muitos concelhos do país já fazem.
- Reflorestar a Encosta do Castelo com hortas e pomares, fazendo um banco de terras e dando apoio em questões logísticas aos horticultores, nomeadamente no abastecimento de água – incluindo a implementação de sistemas de recolha e armazenamento das águas pluviais.

Ambiente

3. Reduzir, reutilizar e reciclar resíduos

Os pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo comum e reciclagem) estão frequentemente cheios, poluindo o ar, as estradas e o campo. Boa parte deste lixo são embalagens, cuja substituição por embalagens reutilizáveis reduziria a quantidade de lixo, o custo da sua recolha e tratamento, e o seu impacto ambiental.
Ao mesmo tempo, os custos ou ausência de serviços para recolha e/ou depósito de mobiliário, eletrodomésticos e resíduos de obra – muitas vezes ainda com vida útil – faz com que os mesmos sejam depositados na rua ou acabem em depósitos ilegais no campo.

Propostas

- Recolha de lixo mais eficaz, permitindo maior flexibilidade na recolha de resíduos sólidos urbanos não selectivos (lixo comum) pela Câmara e flexibilizando o contrato com a empresa de recolha de resíduos sólidos urbanos selectivos (reciclagem).
- Facilitar a recolha ou depósito, gratuito e em segurança, de resíduos de obra, amianto e mobiliário/equipamentos.
- Disponibilizar um armazém para mobiliário, equipamentos, materiais de construção e outros utilitários que ainda tenham vida útil e possam servir outros cidadãos ou entidades, distribuindo através de uma página online e feiras da ladra pontuais. Este armazém também teria a valência de Oficina de Reparação, com apoio técnico para que cidadãos possam recuperar o que precisam (electrodomésticos, bicicletas, mobiliário, etc.).
- Promover alternativas economicamente acessíveis de embalamento e transporte de produtos por forma a reduzir o plástico, recuperar o sistema de taras e apoiar sistemas de venda a granel.
- A adopção, em toda a cadeia de consumo e distribuição camarária, de práticas exemplares de baixo consumo de plástico e produção de resíduos.

4. Desenvolver o sector agroflorestal

Actualmente os produtos agroflorestais do concelho (animais, cortiça, cereais, etc.) são vendidos sem transformação e sem valor acrescentado. Falta dinamismo e criação de emprego no sector industrial do concelho, que interage pouco com os produtos produzidos nos terrenos agroflorestais. Como consequência, os produtos agroflorestais são vendidos como meras matérias-primas, a baixo preço, e o pouco sector industrial está ligado ao sector das componentes de automóveis, com baixo valor acrescentado e muito dependente dos mercados internacionais, mais vulneráveis a crises económicas.

Propostas

- Propomos uma estratégia de desenvolvimento industrial com base em produtos agroflorestais locais com as seguintes componentes:

- Providenciar uma estrutura multifuncional para transformação de produtos agroflorestais, através da qual empresas e pessoas do concelho possam produzir e comercializar os seus produtos de forma legal e acessível. Esta unidade deve ter as seguintes vertentes, entre outras a serem identificadas pelos agentes económicos: moagem, destilaria de óleos essenciais, desidratação de frutos, ervas e cogumelos, serração, queijaria, têxteis, corticeira, adega, matadouro. Esta estrutura pode ser financiada em parte com recurso a fundos específicos para estes fins no âmbito do European Green Deal.

- Providenciar um sistema de apoio técnico-científico às empresas e cooperativas, fomentando a investigação em áreas que acrescentam valor aos produtos agroflorestais locais (produtos medicinais, cortiça, têxteis, óleos essenciais, etc.), propondo parcerias com universidades, politécnicos e escolas profissionais (incluindo os cursos profissionais da Escola Secundária).

- Apoiar a comercialização de produtos, incluindo em áreas como o design, consultoria económica, criação de marcas e criação de canais de escoamento.

- Formação e aconselhamento aos proprietários/arrendatários de terras acerca de estratégias para aumentar o valor das suas produções, diversificar as fontes de rendimento e reduzir custos (p. ex. a interplantação – combinação de várias produções), ao mesmo tempo que regeneram o ecossistema. Promover parcerias entre agricultores e/ou proprietários para facilitar o acesso à terra.

Economia

5. Apoiar o comércio local

O comércio local enfrenta dificuldades enquanto emergem grandes superfícies e multinacionais, retirando rendimentos aos cidadãos de Montemor-o-Novo e diminuindo relações de proximidade. Propomos recorrer à moeda local (o MOR, criada por iniciativa cidadã e gerida pela associação A.Mor) para promover o Comércio Local, além de outras iniciativas de divulgação e comercialização.

Propostas

- Promover a utilização da moeda MOR nos eventos realizados pelo município e aceitá-la como meio de pagamento de serviços camarários.
- Criar um boletim mensal com as promoções em MOR pelo comércio local a distribuir pelos habitantes.
- Promover feiras nas localidades das várias freguesias e feiras francas mensais no mercado municipal, abertas a produtores e comerciantes do concelho.
- Criar uma rede de empresas do concelho para pensar formas de colaboração entre elas que criem mais valor e novas oportunidades de negócio, parcerias de investimento, candidaturas a fundos, e a abertura de novos canais de comercialização.

10

6. Melhorar a qualidade de vida

Os elevados custos de vida e baixos rendimentos promovem a saída da população jovem e qualificada de Montemor e dificultam o seu regresso e a vinda de novos habitantes, para além de resultarem em pouco tempo livre (muitas horas de trabalho para pagar altos custos de vida). Precisamos de políticas de habitação, energética e outras que baixem os custos de vida e aumentem a qualidade de vida.

Propostas

- Criar um gabinete de apoio ao habitante, que pode ajudar na gestão familiar e de negócios, na procura de habitação adequada ou rendimentos, na identificação de estratégias para baixar custos e aumentar a qualidade de vida, na decisão de regressar a Montemor ou mudar-se para o concelho, etc.
- Desenvolver políticas que apostam no apoio domiciliário e na vida independente, facilitando a opção pela desinstitucionalização da população idosa e das pessoas com deficiência.

Economia

7. Baixar custos energéticos

Os custos energéticos para empresas, famílias e a Câmara Municipal são elevados e dificultam o desenvolvimento económico. Por outro lado, Montemor possui recursos energéticos mais amigos do ambiente que não estão a ser aproveitados.

Propostas

- Sessões de (in)formação sobre eficiência energética em contexto habitacional ou empresarial e sobre a combinação de fontes energéticas para reduzir os custos.
- Fazer um relatório de eficiência energética e plano de implementação de estratégias de baixo custo nas estruturas sob gestão da câmara.
- Aproveitamento da biomassa (resultado das podas ou limpeza dos jardins) para a geração de energia usada pela Câmara (nomeadamente para sistemas de aquecimento).
- Propor soluções colectivas de baixo custo para aquecimentos de casas (por exemplo caldeiras colectivas para várias casas).
- Criar um programa específico para melhorar isolamentos de janelas e telhados.

8. Apoiar a mobilidade

Actualmente a mobilidade no concelho está muito dependente do automóvel individual, reduzindo a autonomia de idosos, pessoas com mobilidade condicionada ou pessoas que não querem ou podem ter carro próprio. O tráfego automóvel gera poluição ambiental, sonora e visual e cria insegurança para outro tipos de mobilidade (deslocações a pé, bicicleta). Maior acesso a alternativas de transporte ambiental e socialmente mais sustentáveis tornaria o concelho mais limpo, mais seguro e mais inclusivo.

Propostas

- Fazer uma recolha das necessidades de mobilidade dos habitantes do concelho, partindo de uma ideia de mobilidade inclusiva (incluindo modalidades como os peões, bicicleta e transportes colectivos), e com vista à partilha de responsabilidade por todos nas questões ambientais.
- Criar um serviço minibus, nomeadamente para população idosa ou com mobilidade reduzida e população isolada e sem meio de transporte, especialmente para deslocações ao centro de saúde, tribunal/registos, e estabelecimentos comerciais.
- Criar um grupo de trabalho para desenvolver alternativas à passagem de pesados pela N4 através de negociação com entidades intervenientes na gestão da N4 e da A6. Pressionar para que os pesados tenham descontos (paguem como classe 1) ou isenção de pagamento entre as duas saídas para Montemor da A6.
- Recuperar as estradas municipais e caminhos rurais com pavimentações de maior durabilidade e com melhores sistemas de drenagens de água para evitar que as chuvas estraguem rapidamente os pisos.
- Promover em conjunto com a Rodoviária do Alentejo horários e viaturas mais adequados e adaptados em relação às necessidades e ligações intermodais (nomeadamente com a estação ferroviária da Casa Branca).

Educação e cultura

9. Montemor Sala de Aula

Montemor-o-Novo é um território rico em entidades formativas (formais, não formais ou informais), disponíveis e interessadas em colaborar para uma educação integral e de qualidade. Queremos transformar Montemor num Território Educativo (uma grande sala de aula), onde a Cultura e a Educação andam de mãos dadas, e revalorizar uma educação pública de qualidade que:

- responda às necessidades reais das pessoas,
- promova uma educação mais prática e por projeto,
- mais ligada à riqueza cultural e natural da região,
- e é desenhada em parceria entre a escola pública, entidades educativas e entidades culturais,

para gerar um impacto positivo na comunidade, na sua história e no seu património.

Propostas

- Transformar Montemor-o-Novo num território educativo, potenciando as pontes (criar novas e fortalecer as que existem) entre educação formal e informal, e valorizando quem trabalha no terreno, dentro e fora da sala de aula.
- Promover uma educação e cultura integradas e inter-geracional, mais fora da sala de aula, conectada com a cultura local, e que utiliza e promove os espaços e infra-estruturas do Concelho, preparados para o efeito (p. ex. espaços verdes para a educação, salas de "aula" ao ar livre, Castelo, quintas, Praça de Touros, Curvo Semedo).
- Criar um Plano Estratégico de Educação e Cultura do Concelho, através de um processo participativo que inclua as entidades locais activas nesta área, agentes no terreno, a comunidade escolar e a sociedade em geral.
- Fazer funcionar o Conselho Municipal de Educação em rede e pró-atividade.
- Responder de forma mais eficaz a necessidades educativas nas freguesias e localidades, para crianças e adultos (competências digitais, universidade sénior, etc.), em colaboração organizada com as entidades do meio.
- Implementar um projeto anual de inovação educativa, criando protótipos de educação por projeto.
- Criar um Conselho Municipal de Cultura onde tenham assento as entidades culturais do concelho, para coordenação de programação e dos recursos.

10. Estudar desde Montemor-o-Novo

Apenas 4 em cada 10 alunos montemorenses entra para cursos do ensino superior, e os que têm dificuldades económicas são ainda mais prejudicados. Queremos mudar esta realidade e promover a igualdade de oportunidades. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável da economia local depende de soluções inovadoras. O concelho possui instalações e capital humano capazes de acolher projectos de investigação científica, social e cultural, que podem dar oportunidades a estudantes de cá ou de fora para (pros)seguir os seus estudos no concelho e contribuir para um Montemor mais capaz e competente.

Propostas

- Garantir, por exemplo através de programa de intercâmbio, que todos os estudantes montemorenses tenham experiências de aprendizagem fora do Concelho, e se habituem a sentir Montemor como um ponto de trabalho em que é possível estar no mundo sem abandonar o concelho (complementando a oferta Erasmus de maneira mais equitativa e com vista ao retorno e fixação de quem destes programas disfruta).
- Implementar um sistema de bolsas de estudo universais, que garanta o pagamento das propinas da licenciatura a todos os alunos com Escalão A e ofereça apoios à deslocação de todos os estudantes do ensino superior.
- Promover parcerias para a implementação de pólos universitários ou politécnicos permanentes e/ou em residência em Montemor-o-Novo, em particular na área da cultura e das tecnologias, em que o Concelho possui estruturas ricas para apoio a projetos e residências.
- Promover a realização de residências científicas em Montemor-o-Novo, como projeto inovador a nível nacional.

Participação local

11. Melhorar o acesso à informação sobre a gestão municipal

É difícil aceder à informação sobre as decisões tomadas, resultados e gestão de fundos na autarquia e, muitas vezes, a informação chega tarde ou não favorece a participação dos cidadãos – aqueles que têm mais interesse nas decisões autárquicas. Queremos contribuir para um sistema de informação clara e transparente, que facilite a participação dos montemorenses na política local e nos processos de tomada de decisão, adaptado a quem tenha literacia reduzida, pouco tempo disponível ou pouco acesso aos formatos digitais.

Propostas

- Um portal online que dê fácil acesso a documentos oficiais (orçamento, plano de actividades, prestação de contas, actas) dos órgãos autárquicos, num formato fácil de entender e pesquisável.
- Um boletim mensal na rádio local com um resumo sobre decisões tomadas e resultados.
- Um boletim mensal por escrito com informação sumarizada sobre a gestão municipal, enviado por e-mail ou correio (p. ex. junto da conta da água).
- Recurso à comunicação visual e ao design inclusivo e acessível.
- Garantir processos de contratação e promoção de pessoal transparentes e participados, em que se valorizem as valências dos trabalhadores.

12. Promover a participação

A falta de oportunidades para participar nas tomadas de decisão para além do momento do voto afasta as pessoas da política local, que é a gestão partilhada do que é comum. Assim, os habitantes de Montemor-o-Novo participam pouco na construção de soluções adequadas às suas necessidades, o que torna as decisões menos transparentes e menos eficientes, pois não envolvem o conhecimento dos cidadãos. Precisamos de um sistema político capaz de ouvir e integrar as pessoas, as suas ideias e os seus conhecimentos, e de uma gestão camarária mais perto dos olhos e corações dos habitantes do concelho.

Propostas

- Promover a participação cidadã nas Assembleias Municipais, organizando-as de forma que os montemorenses tenham tempo, espaço e meios para perguntar, esclarecer, discutir e avançar propostas antes da aprovação do orçamento, plano de actividades e relatório de contas.
- Realizar assembleias cidadãs periódicas e por temas, permanentes e vinculativas (isto é, cujos resultados são aceites como de implementação obrigatória).
- Criar uma incubadora de ideias locais, que apoia propostas de grupos de cidadãos para serviços públicos ou bens comuns nas suas várias fases (desenho, financiamento, implementação, avaliação).
- Desenhar orçamentos camarários que reflitam as necessidades e prioridades expressas pela população com a visão de chegar a um orçamento participativo até 100%.
- Desenvolver políticas que permitam e valorizem o papel activo da mulher na participação cívica, social, política e desportiva.
- Criar condições para carreiras políticas voluntárias, de um mandato apenas, que aumentem o número de cidadãos comuns directamente envolvidos nos processos de decisão política.

Participação local

13. Criar um pelouro da colaboração

Actualmente, a participação de cidadãos e trabalhadores na gestão municipal não é uma prioridade. Por isso propomos a criação de um pelouro da colaboração, dotado dos recursos necessários para implementar as seguintes propostas:

Propostas

- Desenvolver de um documento estratégico de participação para tornar a gestão interna da Câmara Municipal mais participada, transparente e aberta, envolvendo os cidadãos na tomada de decisões e os trabalhadores da Câmara nos processos de desenho e implementação de soluções.
- Promover métodos participativos eficazes e replicáveis e formar pessoas capazes de assegurar a qualidade e eficácia dos processos colaborativos.
- Disponibilizar apoio, incluindo infraestruturas e equipamentos, à população e os seus colectivos para que possam realizar propostas validadas colectivamente.
- Desenvolver mecanismos eficientes e acessíveis de recolha de informações e sugestões da população.
- Criar um Guia de Participação Cidadã Montemorense, em linguagem simples e apelativa, que ajuda os habitantes a participar mais activamente na gestão municipal de acordo com os seus interesses, disponibilidade e competências.

14. Habitação adequada para todos

Na última década o concelho perdeu 14 habitantes por mês. No entanto, há pessoas interessadas em residir em Montemor. Muitas pessoas/famílias não têm capacidade económica para suportar as rendas pedidas e têm de procurar habitação fora do concelho. Os jovens têm dificuldade em se estabelecerem ou regressarem a Montemor. Há falta de habitação a custo acessível e em condições adequadas, contribuindo para o envelhecimento da população e o despovoamento do concelho. Para haver mais gente no concelho precisamos de habitação acessível para todos.

Propostas

- Fazer um Plano Local de Habitação com sessões participativas por bairro (na cidade) e localidade, para identificar as necessidades da população em relação à habitação (falta dela, necessidades de reabilitação, infraestruturas/ equipamentos colectivos, etc.)
- Fazer o levantamento de edificado devoluto e dos seus proprietários, nomeadamente no caso em que os edifícios põem em risco a segurança na via pública ou edifícios contíguos.
- Fazer um loteamento municipal na cidade de Montemor-o-Novo, e nas localidades que identificarem essa necessidade, que permite a construção de casas a preços acessíveis, intervindo assim na oferta de habitação. As casas a construir devem privilegiar métodos de construção sustentáveis que ofereçam elevados níveis de conforto e eficiência energética, e promovam a utilização de materiais de construção produzidos localmente – apoiando o desenvolvimento de uma indústria neste sector.
- Facilitar a existência de equipamentos colectivos (lavandarias, hortas, fontes).

Habitação

15. Criar um gabinete para a habitação

Para auxiliar pessoas com necessidades de habitação e proprietários, e apoiar a construção de casas a preços mais acessíveis, propomos a criação de um gabinete de apoio à população para questões de habitação, com um serviço móvel, e com as seguintes vertentes:

- Auxílio no acesso e na formalização de candidaturas aos fundos públicos para habitação, nomeadamente o 1º Direito, dirigido a pessoas com necessidade de primeira habitação.
- Auxílio aos proprietários nas candidaturas para fundos de reabilitação, nomeadamente para renda acessível.
- Intermediação entre proprietários, nomeadamente de edifícios devolutos, e famílias/agregados que precisem de habitação.
- Organizar sessões de formação em construção em materiais sustentáveis para profissionais do ramo e interessados, assim como noutras áreas como canalização, electricidade, etc.
- Dar apoio técnico especializado e acompanhamento de obra a pessoas que queiram realizar as suas próprias reabilitações (auto-construção).
- Fortalecer as dinâmicas de bairro/localidade, as relações de vizinhança, e a convivências entre gerações, realidades socioculturais, etc.
- Desenvolver um sistema de habitação assistida para população idosa ou com pouca mobilidade, e aumentar o apoio às entidades nesta área que já existem ou possam surgir.
- Divulgar a oferta de habitação existente e potencial (edifícios devolutos).
- Exercer de forma legal a expropriação de edifícios devolutos quando os proprietários não demonstram interesse na sua reabilitação ou utilização para qualquer fim, nomeadamente quando estes colocam questões de segurança e salubridade.

Os candidatos de Montemor-o-Vivo

Os nossos candidatos foram selecionados aleatoriamente de entre todos os membros do movimento, com a missão de representar a vontade da comunidade e com o compromisso de acolher os contributos dos montemorenses ao longo do mandato de quatro anos.
A escolha deste método de seleção de candidatos inspira-se nas práticas milenares das democracias originais, onde os representantes políticos eram escolhidos através do sorteio. Este método assegura que cada pessoa tem igual acesso à participação política. Também garante que a legitimidade política do representante se mantém no colectivo de onde foi aleatoriamente escolhido, e assim reforça o compromisso de ser porta-voz de um processo onde as propostas são debatidas e decididas por todos.
Num processo colectivo, o valor humano e as competências de todos que participam são mais do que a soma das partes. Acreditamos que a representação política se deve basear nesta riqueza humana, e não em carreiras políticas individuais.

Os nossos candidatos são ...
... pais e mães, agricultores, professores, arquitetos, dirigentes associativos, actores, empreendedores sociais, ambientalistas, ecologistas, designers, desempregados, trabalhadores municipais, estudantes, economistas, investigadores, escritores, artistas, realizadores, programadores culturais, ceramistas, cozinheiros, assistentes sociais, carpinteiros, biólogos, farmacêuticos, cientistas políticos, jornalistas, professores de ioga, maquinistas, historiadores, pedreiros ...

Elas e eles ...

Dirigem associações culturais, sociais e desportivas,
Gerem fundos nacionais e europeus,
Educam os seus filhos,
Ensinam crianças, jovens e adultos do ensino obrigatório e superior,
Desenham e constroem habitações,
Cultivam campos e plantam árvores,
Colaboraram no diagnóstico social de Montemor-o-Novo,
Trabalham com pessoas em risco de exclusão,
Implementam projetos de desenvolvimento social,
Fazem a regeneração de rios,
Participam em projetos de investigação,
Escrevem livros e artigos,
Desenham livros, folhetos, cartazes e sites,
Limpam e fazem a manutenção de Montemor-o-Novo,
Contribuem para a implementação da moeda local MOR,
Elaboram programação cultural,
Desenvolvem medicamentos e dispositivos médicos,
Realizam filmes e espectáculos de marionetas,
Produzem cerâmica,
Participaram na Carta Estratégica de Montemor-o-Novo,
Desenham paisagens,
Cozinham,
Fazem portas e armários,
Preocupam-se com o local onde vivem,
Colaboram nos esforços uns dos outros.

Câmara Municipal

Caetana Serôdio
Luísa Álvares
João Coelho Pinto
Nuno Miranda e Silva
Alexandra Lopes
Pascale Millecamps
Bernardo Sá Nogueira

Suplentes

Ana Mendes
Alexandra Rato
Guilherme Serôdio

Assembleia de Freguesia

União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras

Henrique Espadinha
João Coelho Pinto
Alexandra Rato
Nuno Miranda e Silva
Gerbert Verheij
Caetana Serôdio
Raquel Perna
Pedro Shaw Evangelista
Luísa Serôdio
Inês Nunes Sampaio
Bernardo Sá Nogueira
Lídia Freixa
Guilherme Serôdio

Suplentes

Ana Mendes
Sónia Dinis e Silva
Jorge Gonçalves
Pascale Millecamps
Beatriz Dinis e Silva

Assembleia Municipal

Ana Mendes
Nuno Miranda e Silva
Alexandra Gonçalves
Henrique Espadinha
Pascale Millecamps
Lídia Freixa
Bernardo Sá Nogueira
Gerbert Verheij
Caetana Serôdio
João Pinto
Alexandra Lopes
Mariana Stoffel
Francisco Colaço Pedro
André Carvalho
Raquel Francisco Perna
Sofia Álvares Diouf
Artur Dinis Baptista
Sónia Dinis e Silva
Beatriz Dinis e Silva
Jorge Gonçalves
Inês Nunes Sampaio

Suplentes

Guilherme Serôdio
Leonor Pulido Valente
Catarina Caixeiro
Nuno Grenha
Marília Moura
Luísa Serôdio
Pedro Evangelista

ANEXO E – Desenho de Sessão sobre a Identidade Coletiva da Montemor-o-Vivo

Sessão reflexão coletiva MoVivo - PhD Guilherme Serodio

20 Abril 9:30h-13h - local a definir (Montemor-o-Novo)

Notas:

- Procurar ter diversidade entre os participantes (homens-mulheres, cor/etnia, idades, etc.)
- Convite aqui
- Todas as mesas/perguntas/temas levantadas são propostas apresentadas. Pedir sempre feedback ou emendas e integrar tudo o que for possível OU reduzir número de questões e pedir para os intervenientes tragam outras questões que lhes são relevantes.

Objetivos:

1. Avaliação do processo coletivo + definição da identidade coletiva do movimento
2. Recolha de contributos sobre impactos da MoVivo na vida comunitária pós-eleições.
3. Apresentação de ideias chave da investigação
    a. recolher inputs sobre a relação entre MoVivo e decrescimento, transição
4. Sugestão de relançamento da iniciativa (talvez em torno da estratégia municipal para o ambiente?) paras as eleições autárquicas de 2025

Tempo	Fase	Descrição	Moderador	Notas/Materiais
(9:30-9:45am) 15 mins	Introdução	Explicar brevemente o propósito da reflexão - Apresentação do doutoramento: (ver aqui) - relembrar: como foi o processo, desde o convite, à reflexão, ao desenho, sessões, trabalho, burocracias, assinaturas, campanha, eleição, pós - conectar: caras conhecidas, reflexões presentes, e connosco dentro desta aventura - definir: encontrar uma identidade coletiva que consiga balizar e orientar a vivência do movimento - decidir: o que fazer com tudo isto daqui para a frente ***Framing***: Apresentar André, Professor + agenda	Guilherme	**Apresentação do doutoramento**

(9:45-9:50am) 10 mins	Quebra-gelo	a) Espacial: Drivers + b) Perguntas Rápidas: ● fazer duplas ○ 1 min cada x 2 (troca) ○ 2 perguntas: ■ O que me trouxe à Montemor-o-Vivo? O que queria experimentar, porque era tão importante estar presente e ativo neste projeto? ■ O que é que mais me marcou nesta experiência da MoVivo? **Partilha**: Numa frase, apresentação do "driver" da outra pessoa.	André	preparar "alvo" com drivers e posicionamentos
(9:50-10:30am) 40 minutos	Linha temporal do Projeto	Construção coletiva de uma linha temporal do projeto: ● partilha de perguntas orientadoras - capazes de evocar memórias, que lhes respondam ● participantes escolhem **duas** fotografias, que lhes evoquem memórias de alguma parte do processo ● apresentação de fotografias e partilha de memórias + colocação das mesmas (com legenda) num contínuo temporal (*Antes, Durante, Depois da MoVivo*)	André	Perguntas: 1. Em que momento decidiste dedicar-te de facto a esta aventura? 2. O que observaste, ouviste, sentiste, viveste durante esta aventura? 3. De que maneiras a MoVivo te marcou?

		● investigador acrescenta momentos ou observações que considera importantes para a investigação também. ● No final, acertam-se momentos e descobrem-se e identificam-se visualmente as ligações entre eles (*enablers*, etc.)		4. qual foi o teu momento favorito? 5. Sentiste-te valorizado no processo? 6. Como sentes que contribuíste de maneira mais significativa para o projeto? 7. Qual foi o momento mais difícil ou marcante que viveste durante o projeto - e como lidaste com isso? 8. Qual foi a principal lição que tiraste? 9. Como é que a cidade reagiu a esta iniciativa? Que tipos de eco te chegaram? Materiais: - fotos - rolo papel - fita-cola - marcadores

(10:30-10:45am) 10 mins	Tagarelas	4 mesas, rotação rápida, com 4 perguntas orientadoras: 1. Que impacto teve a MoVivo na política e dinâmicas locais? 2. Que contribuição para a construção / nutrição de alternativas locais de desenvolvimento rural e sustentável? 3. Que relação com o decrescimento (se alguma)? 4. Que desafios enfrentados / lições aprendidas? O que faríamos diferente? 5. Quem somos, o que queremos ser?	André	TALVEZ! - pode não ser necessário, i.e., se energia estiver baixa
(10:45-11:30am) 45 minutos	Open Space	3 mesas: - Impacto social - Desafios e lições aprendidas - Futuro	Rogério	Cartolinas Marcadores Post-its
PAUSA - 10 MINS (11:30-11:45)				
(11:45 - 12:15pm) 30 minutos	Discussão Plenária	● Cada grupo (relator) compartilha suas principais reflexões com toda a assembleia. ● Espaço para perguntas de clarificação e para se desenvolverem pontos de vista. o <u>Nota</u>: Fazer perguntas capazes de manter o foco na relação entre o que foi vivido e a perceção do que daí nasceu ou foi trabalhado (alternativas de desenvolvimento rural, decrescimento económico na	ROGÉRIO	

		prática, democracia deliberativa como alternativa, etc.) ● Quais as lições mais importantes aprendidas? E como podem ser aplicadas em projetos futuros?		
(12:15 - 1:00pm) 45 minutos	Lições Aprendidas e Próximos Passos	E agora? A partir das nossas reflexões (lições aprendidas e como podem ser aplicadas em projetos futuros) podemos encontrar próximos passos que sejam relevantes ● Como manter a chama viva? ● Eleições novamente? o Que vantagens/desvantagens? ● Oportunidade do lançamento da Estratégia Municipal para o Ambiente de Montemor-o-Novo? ● Oportunidade Comunidade de Educação? ● Formação de facilitadores?	ANDRÉ + ROGERIO como observador	
(1:00pm-1:10pm) 10 mins	Checkout	- fechar a *checklist* / ouvir 1 prox. passos de cada umo / agradecimentos - fazer *check list* para o futuro - meeting?	ANDRÉ + Guilherme	

Materiais utilizados:

ITEM	QUANTIDADES	Notas
Flipchart	1	
Rolo papel	1	na parede, para meter fotos e legendas
QUADRO BRANCO	-	escrever perguntas para os exercícios
Adesivos em pontos	100-200	
Marcador quadro branco + apagador + pano cozinha		
imanes	10	
bostik	1	
Canetas cores	4	
fotos!		
Post-its	10 *stacks*	
Cópias do programa eleitoral	10	
A4s com questões + gráfico para avaliação	10	ver abaixo
Equipamento de gravação de áudio e/ou vídeo (com o consentimento dos participantes)		